

Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.



Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Aprovado pela RD-1468-04, de 23/05/2013

Florianópolis, 2013

Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU Nº 133/2013).

Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

Florianópolis, 2013

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL	5
A. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE GESTÃO	5
1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	7
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	7
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	8
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	12
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	79
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	82
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	83
2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	84
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	84
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	87
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	91
2.4 INDICADORES	95
3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	100
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	100
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	103
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	105
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO	110
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	111
4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	112
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	112
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	142
5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	146
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	147
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	147
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	148
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	154
5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	154
5.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS	154
6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	155
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	155
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	171
7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	178
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	178
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	181
8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	181
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	181
8.2 ANÁLISE CRÍTICA	183
9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	184
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	184
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	185
10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	188
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	188
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	204
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	207
10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	208
11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	209
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	209
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	209
11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008	209

11.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI N° 6.404/1976	210
11.5	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS	308
11.6	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	310
12	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	313
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	313

PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....318

13	PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/1/2012.....	319
14	PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	379
15	PARTE B, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.....	381

PARTE A – CONTEÚDO GERAL
A. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE GESTÃO

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Eletrosul Centrais Elétricas S. A.			
Denominação Abreviada: Eletrosul			
Código SIORG: 60382	Código LOA: 32225		Código SIAFI: 910810
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista			CNPJ: 00.073.957/0001-68
Principal Atividade: Geração e transmissão de energia elétrica			Código CNAE: 3511-5 e 3512-3
Telefones/Fax de contato:	(48) 3231-7000	(48) 3234-5678	(48) 3234-4040
Endereço Eletrônico: ouvidoria@eletrosul.gov.br			
Página na Internet: http://www.eletrosul.gov.br			
Endereço Postal: Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal – Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88040-901			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituída em 23/12/1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 64.395 de 23/04/1969. Lei n.º 10.848/2004 – Art 31.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resoluções Aneel, Procedimentos de Rede ONS.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Publicações Aneel e ONS.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica.			

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Eletrosul é uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de energia elétrica. Subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, vinculada ao MME, apresenta, em 31/12/2012, a seguinte composição acionária:

ELETROBRÁS	USIMINAS	CEEE	COPEL	CELESC	CSN	OUTROS
99,8619%	0,0641%	0,0549%	0,0157%	0,0017%	0,0013%	0,0004%

Com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e atuação preponderante nos Estados da região Sul, Mato Grosso do Sul e Rondônia, realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de geração e transmissão de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicação e pratica outros atos de comércio decorrentes destas atividades.

Seu portfólio contempla como segmentos de negócio a geração e a transmissão de energia elétrica, com a prestação de outros serviços associados a esse setor, tais como: operação, manutenção e telecomunicações.

No segmento Transmissão, integra e interliga as fontes de energia elétrica aos mercados consumidores, criando condições para a competição, e viabiliza, com os demais países do Mercado Comum do Sul - Mercosul, a importação e/ou exportação de energia elétrica, garantindo a qualidade da energia nos pontos de suprimento.

As atividades de operação do sistema elétrico sob sua responsabilidade são coordenadas e controladas desde um Centro de Operação do Sistema, localizado em sua sede, que atua de acordo com procedimentos definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

No segmento Geração, tem desenvolvido atividades para implantação de empreendimentos hidrelétricos e de fontes alternativas, que estão consolidando seu retorno a esse mercado.

Segundo seu estatuto, a Eletrosul tem por objeto social:

- a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
- d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
- f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
- g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;
- h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da

indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade.

i) comercializar, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;

j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.

Premissas Institucionais Estratégicas

O Plano Estratégico Integrado 2010-2020 das Empresas Eletrobras estabelece premissas institucionais únicas para todas as empresas subsidiárias:

Missão: Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Visão: Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Valores: Foco em Resultados; Empreendedorismo e Inovação; Valorização e Comprometimento das Pessoas; Ética e Transparência.

Objetivos Estratégicos das empresas Eletrobras

1. Ampliar e aprimorar os negócios de GTD&C de energia elétrica de forma competitiva e rentável.
2. Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes renováveis na matriz energética do Sistema Eletrobras.
3. Expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, alinhada aos negócios da companhia e com foco nas Américas.
4. Participar da gestão dos programas de energia elétrica de interesse do governo, pactuando metas de execução e equilíbrio econômico-financeiro.
5. Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno.
6. Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva.
7. Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado.
8. Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras.
9. Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias.
10. Potencializar a reputação, a credibilidade e confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade.
11. Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas.

12. Intensificar a atuação integrada em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras.

Declaração de Posicionamento Estratégico: “Eletrosul 2020: uma empresa sustentável e competitiva, padrão de excelência em geração e transmissão de energia elétrica.”

Síntese de Realizações

O ano de 2012 foi marcado por acontecimentos importantes para a Eletrosul, a começar pelo reposicionamento da empresa no mercado de geração hidrelétrica, com o início da operação da Usina Passo São João (77 MW), no Rio Grande do Sul, e da Usina Mauá (363 MW), no Paraná. Ao mesmo tempo, a Eletrosul deu continuidade aos aportes de recursos correspondentes à sua participação em obras estruturantes para o País, como as usinas Jirau e Teles Pires.

Como marco da expansão dos negócios da Eletrosul para além dos estados tradicionais de atuação, foram iniciadas as obras do segundo circuito da Linha de Transmissão Porto Velho (RO) - Araraquara (SP) e entregue a Subestação Coletora Porto Velho, parte importante do complexo de transmissão das usinas do rio Madeira.

A entrega do Complexo Eólico Cerro Chato e o início das obras dos parques do entorno, em Sant’Ana do Livramento, e do Complexo Eólico Geribatu, em Santa Vitória do Palmar, todos no Rio Grande do Sul, também, foram fatos que vieram reafirmar a meta da Eletrosul de se tornar um dos maiores *players* de energia eólica do País.

No segmento de transmissão, iniciamos a implantação da linha de extra-alta tensão, interligando os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre a Subestação Salto Santiago e a Subestação Santa Vitória do Palmar. A obra terá aproximadamente 1,3 mil quilômetros de extensão e será importante para reforçar o suprimento de energia para o Rio Grande do Sul.

Ainda em 2012 demos um importante passo para nos tornarmos referência, também, em geração fotovoltaica com o início da implantação do Megawatt Solar - a primeira usina solar de grande porte integrada a um prédio público.

O ano de 2012 foi de grandes mudanças para o setor elétrico, especialmente a partir do anúncio da Medida Provisória n.º 579, que criou um cenário favorável para o Brasil acelerar seu ritmo de crescimento econômico, com tarifas mais competitivas para o setor industrial e a conta de luz mais barata para a população. Essa medida fez com que tivéssemos que discutir bastante, rever nossas estratégias empresariais e buscar mais eficiência.

O bom desempenho operacional da Eletrosul, nos últimos anos, favoreceu a empresa na definição, pelo Ministério de Minas e Energia - MME, do novo valor da Receita Anual Permitida - RAP, a partir da prorrogação da concessão de seus ativos. A Eletrosul foi a transmissora que teve a menor redução das tarifas porque os cálculos do MME levaram em conta a qualidade dos serviços de transmissão prestados.

Nas referências técnicas, que embasaram o MME na definição das novas RAP’s, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL criou um ranking entre as empresas, estabelecendo uma classificação em cinco grupos de qualidade, a partir da relação entre parcela variável e receita. A Eletrosul foi a empresa que obteve o melhor desempenho e a única classificada no Grupo 1, servindo, portanto, de referência, em termos de Parcela Variável, para o cálculo da RAP das demais transmissoras.

Esse reconhecimento é fruto de nosso esforço e comprometimento com a qualidade na prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e não só reafirma a competência técnica do

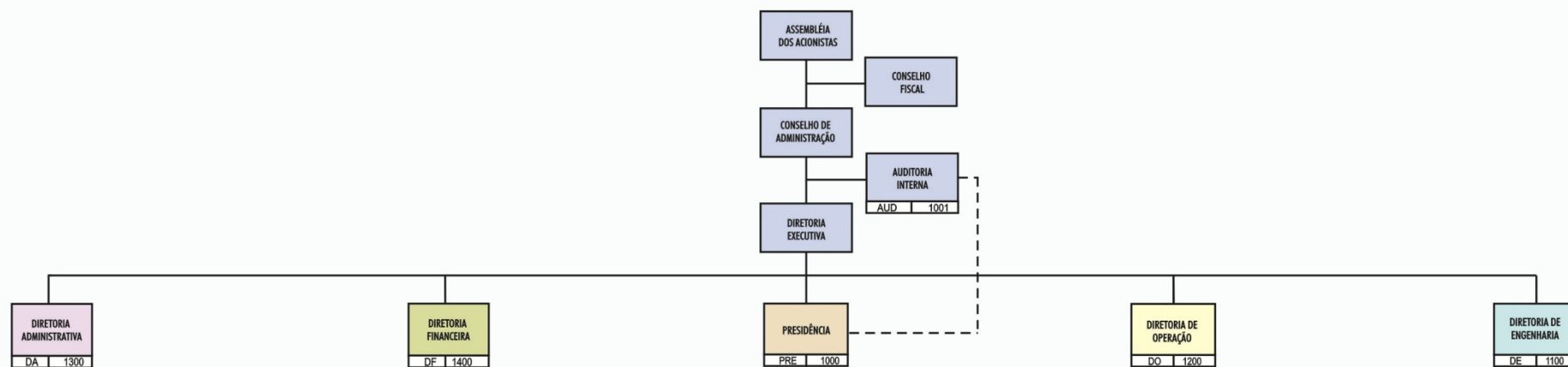
quadro de profissionais da Eletrosul, como também valida as políticas de operação e manutenção adotadas pela Empresa.

Norteadas pelos princípios de eficiência empresarial e responsabilidade socioambiental, a empresa deu continuidade, em 2012, aos investimentos nessas áreas, comprometendo-se com a preservação dos recursos naturais e com a redução das desigualdades sociais e regionais. Destacamos o desenvolvimento do Programa Hortas Comunitárias, uma estratégia da empresa para a conservação e segurança das áreas sob as linhas de transmissão. São ações que proporcionam inclusão social e produtiva por meio da educação e conscientização das comunidades sobre os riscos da ocupação irregular e que estimulam a melhoria da qualidade de vida a partir de uma alimentação mais saudável.

Acreditar na expansão da energia limpa no País tem projetado a Eletrosul a um patamar de confiança e credibilidade frente a grandes financiadores. Até 2012, o saldo dos empréstimos obtidos com renomadas organizações, como o banco de fomento alemão KfW e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foi superior a R\$ 2 bilhões. Neste mesmo ano, a empresa assegurou recursos da ordem de R\$ 121,75 milhões junto ao BNDES e outros R\$ 113,85 milhões junto à Eletrobras. Soma-se a este cenário, a incorporação de aportes da própria *holding* que, no período, totalizaram R\$ 2,2 bilhões, alavancando o capital social da Eletrosul para R\$ 3,7 bilhões.

Em 2012, a empresa investiu R\$ 2,4 bilhões em empreendimentos de geração e transmissão, próprios e investimentos realizados por meio das controladas em obras de geração e transmissão. É assim, acreditando no potencial energético do País e fazendo adaptações necessárias aos novos rumos do setor elétrico, que a Eletrosul prioriza o compromisso com o seu futuro e o do Brasil.

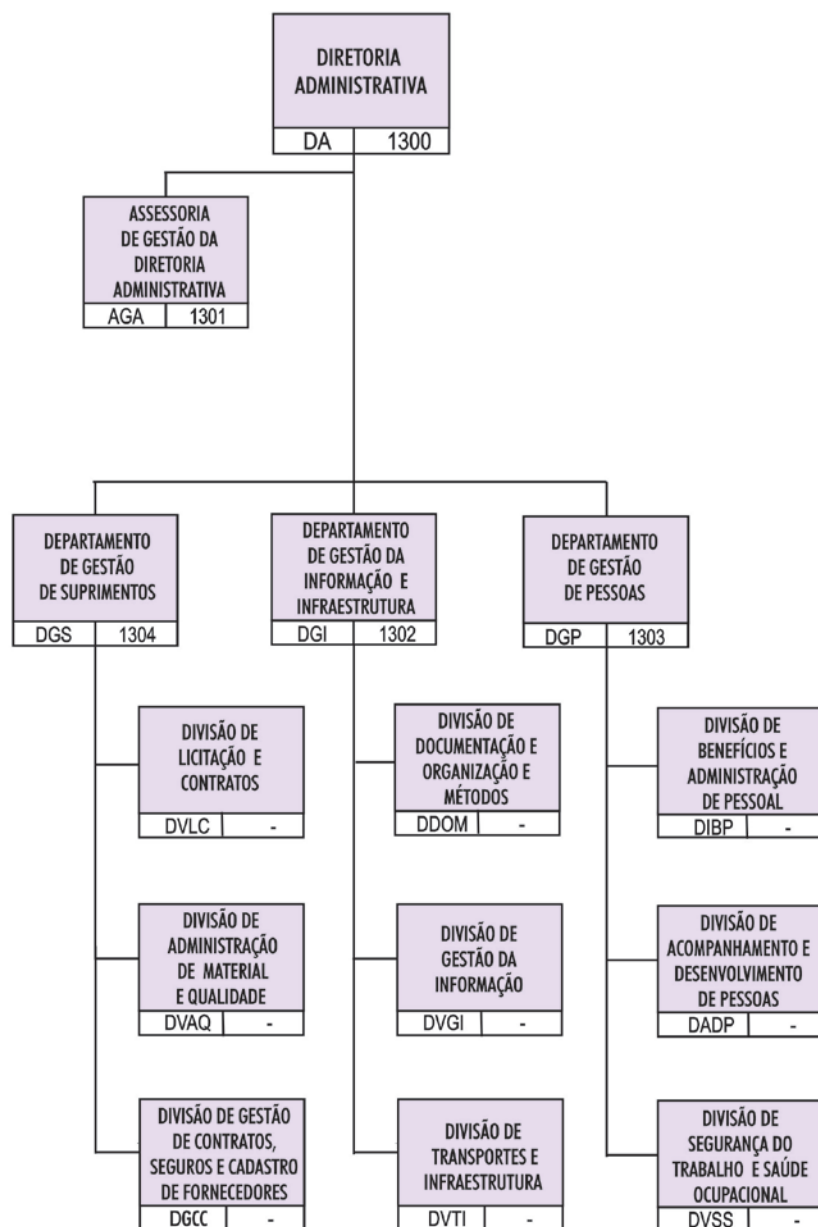
1.3 Organograma Funcional



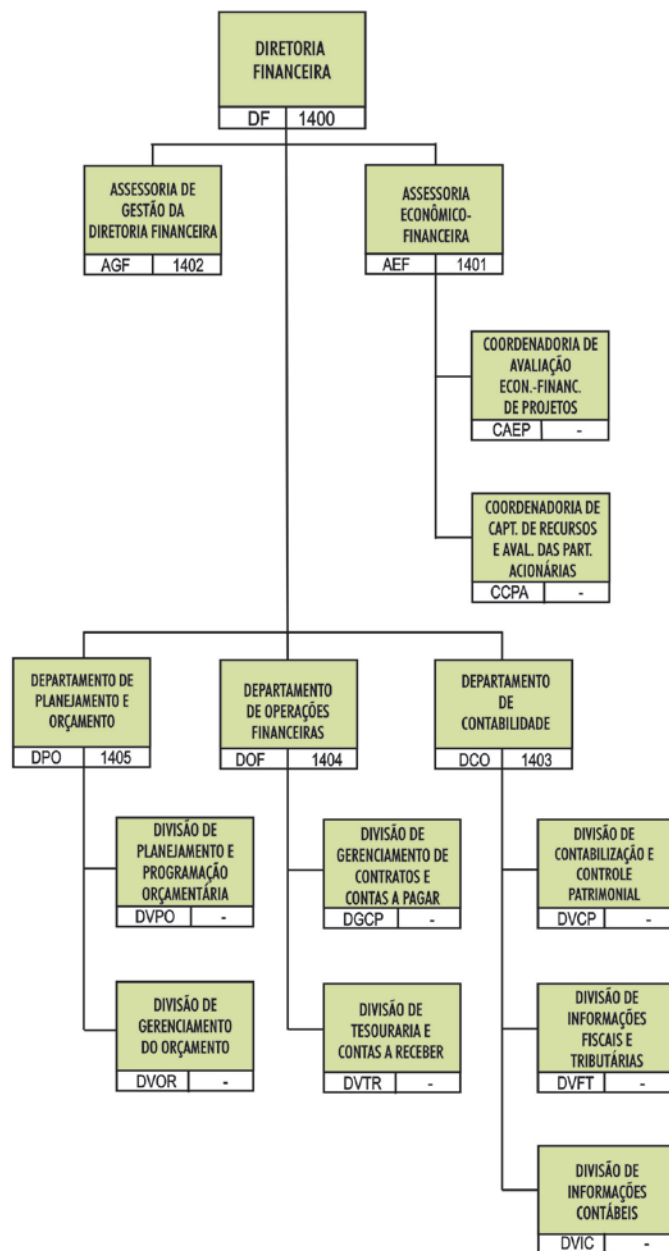
LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO	
SIGLA DO ÓRGÃO	CÓDIGO DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE
DD-1280-17 de 01.07.2009	DD-1362-07 de 28.04.2011
DD-1308-05 de 22.12.2009	RCA-291-01 de 08/07/2011
DD-1318-15 de 08.04.2010	DCA-301-08 de 15/06/2012
DD-1335-05 de 24.08.2010	DCA-306-01 de 19.09.2012
DD-1352-05 de 28.01.2011	

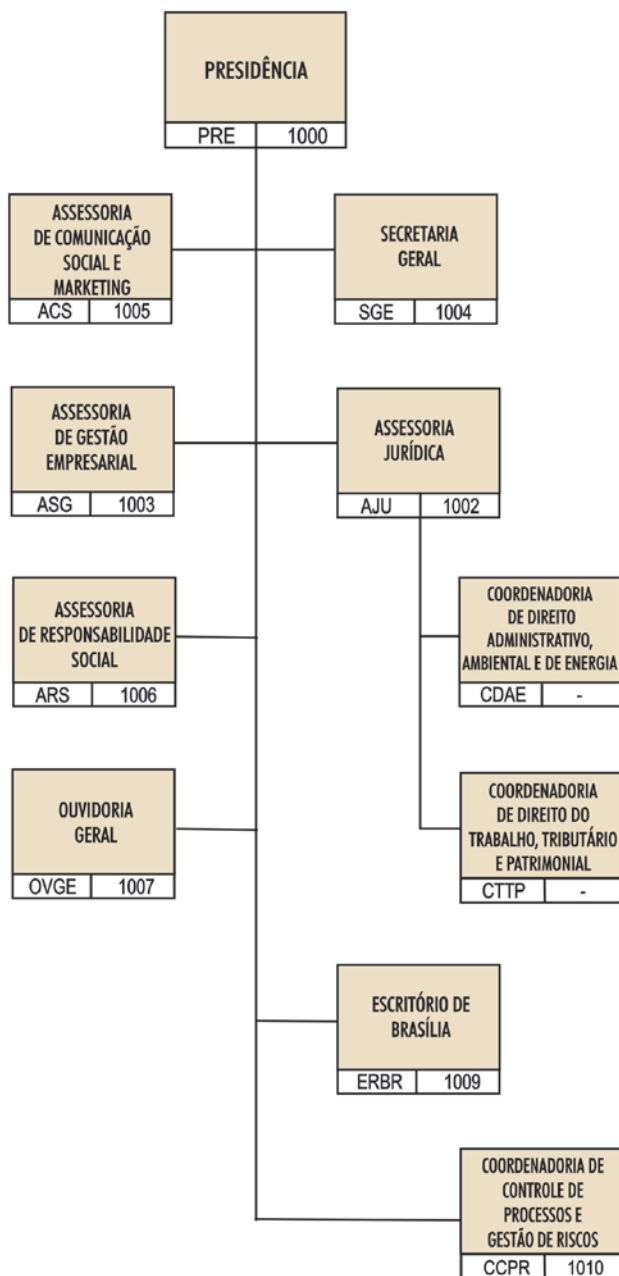
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



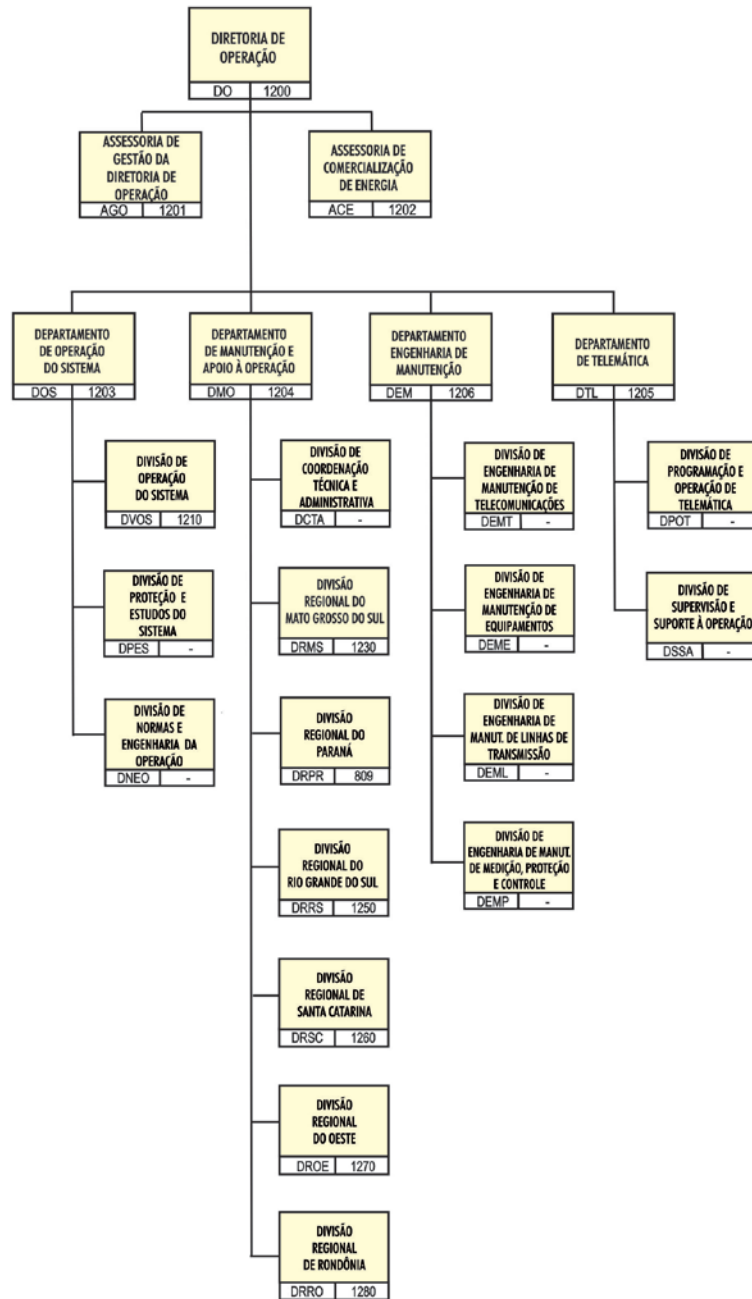
DIRETORIA FINANCEIRA



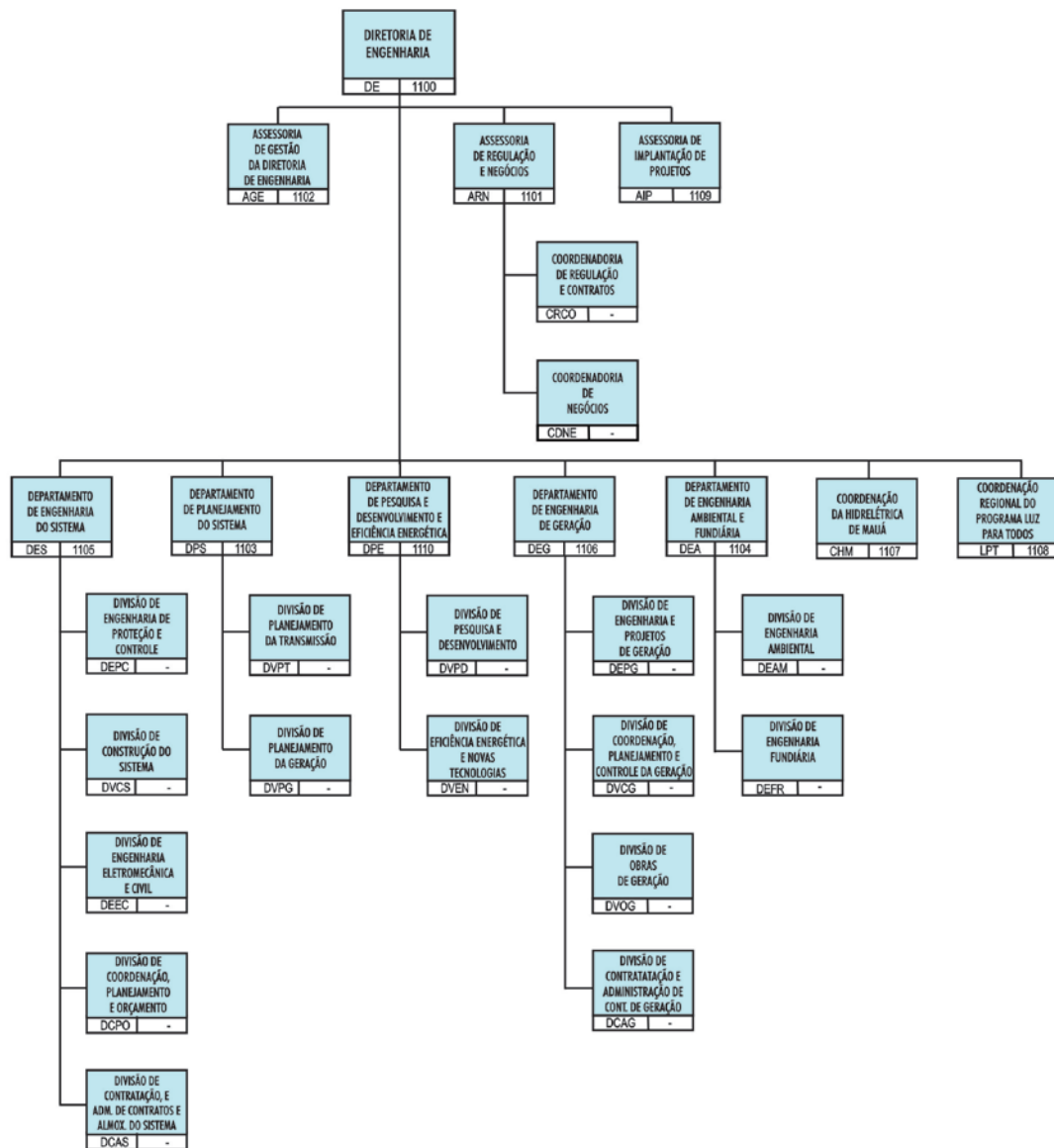
PRESIDÊNCIA



DIRETORIA DE OPERAÇÃO



DIRETORIA DE ENGENHARIA



Descrição das atribuições e processos das áreas constantes do organograma

A Assembleia dos Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva constam no item 3.1 – Estrutura de Governança.

DA

RESPONSABILIDADES:

- a. formular e gerenciar a política de gestão de pessoas, segurança do trabalho, saúde ocupacional e acompanhamento social;
- b. dirigir a formulação das políticas de documentação, serviços gerais, apoio administrativo, transportes e seguros;
- c. dirigir a formulação das políticas de suprimento;
- d. dirigir as práticas de preservação física dos bens e instalações;
- e. dirigir a formulação de políticas e estratégias de gestão da informação na Empresa;
- f. promover o processo de negociação trabalhista e de relações com as representações sindicais;
- g. dirigir a formulação das políticas de organização, sistemas e métodos;
- h. zelar pela implementação das diretrizes e estratégias socioambientais corporativas.

AGA

RESPONSABILIDADES:

- a. participar da proposição de diretrizes empresariais, políticas e estratégias administrativa-financeiras;
- b. coordenar, consolidar e acompanhar o Plano de Gestão da Diretoria;
- c. coordenar o sistema de informações estratégicas da Diretoria;
- d. coordenar, consolidar e elaborar relatórios gerenciais da Diretoria;
- e. coordenar a elaboração da pauta de reuniões da Diretoria;
- f. participar da elaboração das pautas de reunião da Diretoria Executiva;
- g. coordenar e consolidar as manifestações dos órgãos da Diretoria no tocante às auditorias internas e de órgãos externos de controle;
- h. coordenar a elaboração, consolidar e controlar os orçamentos no âmbito da Diretoria;
- i. coordenar a elaboração do processo de afastamento de empregado do país, a serviço ou para atividades de desenvolvimento e capacitação profissional;
- j. orientar a tomada de decisão quanto à locação de áreas do edifício Sede da Empresa a terceiros;
- k. coordenar o processo de locação de imóvel com a Associação dos Empregados da Eletrosul – ELASE;
- l. coordenar as relações trabalhistas e sindicais e assessorar a Diretoria Executiva na tomada de decisão;
- m. representar a Empresa em fóruns e reuniões relativas às relações trabalhistas e sindicais;
- n. coordenar as atividades administrativas relacionadas à prevenção de demandas trabalhistas;
- o. coordenar a elaboração da proposta de participação dos empregados nos lucros e resultados da Empresa;
- p. coordenar o planejamento das atividades vinculadas à promoção das políticas de gênero.

DGS

RESPONSABILIDADES:

- a. administrar os materiais e equipamentos de estoque da Empresa;
- b. gerenciar a inspeção técnica em materiais;
- c. gerenciar o cadastro de fornecedores, de material, o banco de especificações técnica, o banco de preços e o orçamento básico;
- d. gerenciar a elaboração dos processos de aquisição de bens e serviços para a administração, operação, manutenção, importação direta, e dos serviços de supervisão e montagem vinculados a contratos internacionais de fornecimento;
- e. coordenar os processos de alienação de bens móveis;
- f. administrar a execução das atividades do almoxarifado da Sede;
- g. coordenar a inspeção nas instalações e equipamentos de armazenagem da Empresa;
- h. promover o desenvolvimento de materiais e fornecedores;
- i. gerenciar a implantação do sistema da qualidade e da execução da auditoria da qualidade junto aos fornecedores, de acordo com as Normas Brasileiras NBR ISO 9001 e demais sistemas integrados de gestão;
- j. estabelecer as diretrizes para o sistema de armazenamento da Empresa;
- k. administrar sistemas informatizados relativos aos processos de suprimentos;
- l. assessorar as áreas da Empresa na execução dos contratos de aquisições de materiais, obras e serviços;
- m. administrar a atividade de seguro na Empresa;
- n. providenciar licenças e autorizações necessárias à aquisição de produtos químicos controlados junto às entidades e autoridades governamentais;
- o. coordenar a gestão do transporte internacional;
- p. coordenar e executar a tramitação de notas fiscais da Empresa junto à Receita Federal;
- q. gerenciar as atividades de desembaraço aduaneiro e o recebimento de materiais importados pela Empresa.

DGCC

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar a análise jurídico-fiscal, econômico-financeira e qualificação técnica de interessados no registro cadastral;
- b. coordenar a emissão de Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores;
- c. administrar e disponibilizar aos usuários do banco de dados dos fornecedores cadastrados e registrados na Empresa, bem como, disponibilizar o sistema de acompanhamento de desempenho de fornecedores;
- d. coordenar o cadastramento da Empresa em outros órgãos, com os quais possua relacionamento comercial;
- e. assessorar as áreas da Empresa na análise de editais de licitação quanto à habilitação cadastral do proponente;
- f. responder questionamentos de licitantes no que se refere à habilitação cadastral;
- g. coordenar a emissão de Atestados de Capacidade Técnica, de fornecimento e de serviços executados;
- h. participar de comissões de licitação e equipes de apoio em processos licitatórios realizados pela Empresa quanto ao cadastro e habilitação de Fornecedores;
- i. administrar e disponibilizar o banco de preços da Eletrosul, bem como monitorar o banco de preços da Eletrobras;

- j. administrar o banco de dados das planilhas de composição de custos;
- k. coordenar a gestão dos contratos de fornecimento de materiais e de serviços de diversas áreas da Empresa;
- l. assessorar as áreas nas questões de aditamentos, apostilamentos e rescisões aos instrumentos contratuais e coordenar as negociações com os Fornecedores;
- m. administrar a atividade de contratação de seguros e de gerenciamento de riscos para fins de seguros na Empresa;
- n. acompanhar as negociações para a contratação de seguros em projetos decorrentes de parcerias com outras empresas;
- o. coordenar a gestão do transporte internacional, a supervisão do desembaraço aduaneiro e o recebimento de materiais importados pela Empresa.

DVAQ

RESPONSABILIDADES:

- a. administrar os materiais e equipamentos de estoque da Empresa;
- b. coordenar a elaboração dos processos de alienação de bens móveis;
- c. coordenar e realizar a especificação técnica dos materiais de estoque;
- d. administrar o Banco de Especificações Técnicas de produtos;
- e. coordenar a implantação de sistema da qualidade e auditoria da qualidade junto a fornecedores, de acordo com as Normas Brasileiras NBR ISO 9001 e demais sistemas integrados de gestão;
- f. coordenar atividades de Avaliação Industrial de Fornecedores;
- g. administrar as atividades do almoxarifado da sede;
- h. coordenar a inspeção nas instalações e equipamentos de armazenagem da Empresa;
- i. coordenar o inventário anual dos materiais de estoque;
- j. estabelecer as diretrizes para o sistema de armazenamento da Empresa;
- k. coordenar o desenvolvimento de materiais e fornecedores;
- l. coordenar a inspeção técnica em materiais;
- m. administrar os sistemas informatizados corporativos relativos aos processos de suprimentos;
- n. providenciar licenças e autorizações necessárias à aquisição de produtos químicos controlados junto às entidades e autoridades governamentais;
- o. coordenar e executar a tramitação de notas fiscais da Empresa junto a Receita Federal.

DVLC

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar a elaboração dos processos de aquisição de bens, obras e serviços destinados à operação e manutenção da infraestrutura da Empresa;
- b. coordenar a elaboração dos processos de importação direta e de serviços de supervisão de montagem vinculados a contratos internacionais de fornecimento;
- c. coordenar a contratação de transporte internacional de materiais importados;
- d. administrar a elaboração de modelos de editais de licitação e de contratos padrão para aquisição de materiais, obras e serviços;
- e. promover a capacitação de empregados, que fazem contratação na Empresa, nas atividades de licitação e contratação de bens e serviços;
- f. assessorar as áreas da Empresa na elaboração dos processos de aquisição e contratação;

- g. administrar e disponibilizar aos usuários o sistema informatizado de acompanhamento de desempenho de processos de aquisição e contratação;
- h. coordenar a análise crítica das requisições, exceto as de material de estoque.

DGI

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar a formulação e implementação da política de segurança e estratégias de gestão da informação na Empresa;
- b. gerenciar a elaboração e a execução do plano evolutivo e integrado de sistemas e aplicativos corporativos, bem como, os acessos aos ambientes;
- c. gerenciar os sistemas e aplicativos corporativos do Portal da Eletrosul na Internet, Intranet e Extranet;
- d. gerenciar a implementação da metodologia para desenvolvimento de sistemas corporativos na Empresa;
- e. promover a padronização dos sistemas e aplicativos corporativos para a garantindo da operabilidade e integração dos sistemas em produção da Empresa;
- f. gerenciar os processos de aquisição, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas e aplicativos corporativos, bem como, das licenças de direito de uso na Eletrosul;
- g. gerenciar a formulação das políticas de organização, sistemas e métodos, bem como, a padronização e manutenção de formulários,
- h. promover e analisar projetos de adequação da estrutura organizacional, das responsabilidades das áreas e das competências da cadeia gerencial;
- i. definir a sistemática para elaboração, atualização, divulgação e controle dos instrumentos normativos da Empresa;
- j. coordenar a participação na implementação da gestão por processo na Empresa;
- k. gerenciar o arquivo central de documentos administrativos;
- l. gerenciar o processo de aquisição de material bibliográfico e de filiações à entidades técnico-científicas;
- m. promover o suprimento de equipamentos necessários à execução de serviços gráficos na Empresa;
- n. gerenciar a elaboração de critérios para o funcionamento dos serviços de malote e circulação de correspondências na Empresa;
- o. gerenciar o processo de análise, elaboração e proposição do leiaute da Sede, assim como a execução dos projetos de ocupação do seu espaço;
- p. administrar a segurança patrimonial das instalações do Edifício Sede;
- q. gerenciar a frota de veículos da Empresa e os processos de contratação de serviços de transporte de pessoal e de infraestrutura, bem como, contratação e execução do transporte de carga geral e específica, no território nacional;
- r. executar e controlar os processos de compras informais quando solicitados pelas áreas da Sede;
- s. gerenciar o controle físico dos equipamentos gerais da Empresa;
- t. gerenciar a elaboração dos processos e a execução dos Termos de Permissão de Uso Remunerado à terceiros nas instalações da Sede, bem como, dos processos de locação de imóveis de terceiros para uso do Escritório de Brasília (ERBR);
- u. representar a Empresa junto a órgãos ou entidades de classe nos assuntos de competência do Departamento;
- v. gerenciar na Sede e prestar apoio às áreas descentralizadas na execução dos serviços administrativos.

DDOM

RESPONSABILIDADES:

- a. promover a preservação dos acervos documentais, administrativos e bibliográficos centralizados;
- b. administrar o arquivo de segurança de documentos digitalizados e microfilmados, instalado na Divisão Regional de Santa Catarina - DRSC;
- c. coordenar o processo de aquisição de material bibliográfico e de filiações às entidades técnico-científicas de interesse da Empresa;
- d. promover a disseminação da informação na Empresa;
- e. coordenar a definição da metodologia de transferência, seleção, tratamento técnico, preservação e recuperação da documentação administrativa;
- f. coordenar a formulação das políticas de organização, sistemas e métodos;
- g. promover e coordenar estudos de racionalização, simplificação e melhorias de métodos de trabalho na Empresa;
- h. coordenar a elaboração e análise de projetos de adequação da estrutura organizacional, das responsabilidades das áreas e das competências da cadeia gerencial;
- i. coordenar a elaboração e manutenção de aplicativos relativos à Comunicação Empresarial, Organograma e Substituição Temporária e Manuais Corporativos;
- j. coordenar o processo de elaboração, atualização, divulgação e controle dos instrumentos normativos da Empresa;
- k. coordenar a participação no processo de implementação da gestão por processo na Empresa;
- l. coordenar a padronização e manutenção de formulários, orientando e acompanhando o seu uso na Empresa;
- m. promover estudos e projetos de ocupação do espaço físico do Edifício Sede;
- n. propor, na Empresa, os critérios de funcionamento dos serviços de protocolo, circulação de correspondências e malote;
- o. coordenar o dimensionamento de equipamentos e a execução dos serviços gráficos na Sede, através de recursos próprios ou de terceiros;
- p. coordenar a execução dos contratos de serviços de malote e circulação de correspondências da Empresa.

DVTI

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar a elaboração de requisição de compras e de especificações técnicas para aquisição de infraestrutura para as instalações da Sede, relacionadas a limpeza e conservação, ajardinamento, paisagismo, copa, vigilância, recepção, portaria, manutenção de sistemas de ar condicionado, grupo gerador de energia e instalações elétricas, manutenção de bens móveis, obras e equipamentos, bem como, para a aquisição de infraestrutura corporativa, relacionadas a transporte de cargas, deslocamento de pessoal, veículos da frota, mobiliários, locação de veículos e aeronaves, hospedagem, abastecimento e manutenção de veículos;
- b. administrar os contratos sob sua responsabilidade;
- c. coordenar a execução da manutenção da subestação do edifício Sede, com apoio do órgão de manutenção do sistema;
- d. coordenar a execução do projeto de ocupação do espaço do edifício Sede e administrar a utilização dos espaços de uso comum (Salas de Reunião Compartilhadas, Hall e Auditório);
- e. coordenar os trabalhos de revitalização e de atualização tecnológica do edifício Sede;

- f. coordenar a execução dos processos de compras informais para as áreas da Sede, bem como, a execução dos serviços de confecção de carimbos, cartões de visitas, chaves e aquisição de lanches;
- g. prestar apoio à área de segurança para manutenção e operação de equipamentos, sistemas e dispositivos de proteção antincêndio;
- h. coordenar a execução do transporte de carga geral e específica, no território nacional;
- i. administrar a frota de veículos da Empresa e a execução dos serviços associados;
- j. coordenar e definir a metodologia de controle físico dos equipamentos gerais da Empresa;
- k. definir, em conjunto com o órgão de segurança e medicina do trabalho, as características e os critérios de utilização dos mobiliários de escritório;
- l. administrar a segurança patrimonial do Edifício Sede;
- m. coordenar o deslocamento de pessoal em viagens a serviço, nacional e internacional, e supervisionar os serviços de emissão de passagens, hospedagens e seguro saúde para viagem internacional;
- n. elaborar os processos e acompanhar a execução dos contratos de permissão de uso, gratuito ou remunerado, de instalações do edifício Sede, bem como, o processo de locação de imóvel de terceiro para uso do ERBR.

DVGI

RESPONSABILIDADES:

- a. Coordenar a formulação e a implementação de políticas e estratégias de gestão da informação nas diversas tecnologias utilizadas;
- b. coordenar a elaboração e administrar a execução do plano evolutivo e integrado de sistemas/aplicativos corporativos;
- c. realizar a análise, a prospecção de alternativas e os estudos de viabilidade para atender às necessidades de sistemas/aplicativos corporativos da Empresa;
- d. elaborar a especificação técnica e o orçamento básico para aquisição de sistemas/aplicativos corporativos e serviços associados (licenças de direito de uso, consultoria de implantação, customização, desenvolvimento; treinamento no uso; suporte técnico local e/ou remoto; manutenção corretiva; manutenção evolutiva e garantia de atualização técnica), responsabilizando-se pela gestão dos contratos firmados;
- e. executar o processo de desenvolvimento de sistemas/aplicativos corporativos, responsabilizando-se pela manutenção corretiva, preventiva e evolutiva dos mesmos;
- f. coordenar, participar e/ou executar a customização, homologação e implantação dos sistemas/aplicativos corporativos, adquiridos ou intercambiados com terceiros, assim como de suas novas versões ou correções;
- g. implementar as integrações entre os sistemas/aplicativos corporativos, exceto aquelas implementações sob responsabilidade da equipe de administração de bases de dados, vinculada ao órgão de infraestrutura de telemática;
- h. administrar o cadastro de sistemas/aplicativos corporativos, em uso na empresa, responsabilizando-se pela atualização de seus gestores;
- i. implementar e administrar os perfis de acessos aos sistemas/aplicativos corporativos, conforme definidos por seus gestores, excetuando-se para os sistemas/aplicativos cujo perfil de acesso é definido no ambiente Natural Security, sob responsabilidade da equipe de administração de bases de dados, vinculada ao órgão de infraestrutura de telemática;
- j. apoiar os gestores de sistemas/aplicativos corporativos na parametrização das regras de negócios e na concessão e administração dos acessos aos usuários finais;
- k. promover, em conjunto com o órgão de Gestão de Pessoas, treinamentos técnicos para as equipes de desenvolvimento e administração;

- l. apoiar às áreas de negócios na disponibilização de informações e indicadores de desempenho para o atendimento às necessidades internas e externas;
- m. administrar o Portal da Eletrosul na Internet, Intranet e Extranet, realizando a atualização e o gerenciamento do seu conteúdo, sob demanda das áreas gestoras das informações;
- n. administrar os ambientes de colaboração e de correio eletrônico;
- o. estabelecer padrões, técnicas, métodos e ferramentas para os processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas/aplicativos corporativos.
- p. identificar as necessidades e demandas de software e/aplicativos para atender as necessidades da Empresa;
- q. apoiar as áreas de negócio na utilização dos sistemas//aplicativos informatizados corporativos;

DGP

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar o processo de recrutamento e seleção de pessoal;
- b. gerenciar a política e os processos de cargos, carreiras e remuneração;
- c. gerenciar a política e o processo de educação corporativa;
- d. gerenciar o processo de acompanhamento de pessoal;
- e. gerenciar a execução da pesquisa de clima organizacional e acompanhar implementação do Plano de Melhoria do Clima;
- f. gerenciar o processo de execução dos programas de Segurança e de Saúde Ocupacional;
- g. gerenciar o processo de administração e registro de pessoal;
- h. gerenciar o processo de concessão de benefícios pela Empresa;
- i. gerenciar o processo da folha de pagamento e encargos sociais;
- j. gerenciar e acompanhar as ações de assistência social.

DADP

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar a captação interna e externa de pessoal;
- b. coordenar na Empresa, e executar na Sede, o Programa de Estágio, o Programa de Preparação Profissional e o Programa Jovem Aprendiz;
- c. coordenar a implementação do Programa de Gestão de Desempenho e do Programa de Sucessão Funcional;
- d. coordenar e acompanhar o planejamento e as ações de educação corporativa;
- e. coordenar o processo de gestão dos recursos orçamentários referentes à educação corporativa na Empresa;
- f. coordenar o processo de certificação de empregados na Empresa;
- g. planejar e coordenar as ações do Programa de Desenvolvimento Gerencial;
- h. planejar e coordenar a implementação do Programa de Gestão do Conhecimento;
- i. coordenar as atividades e a utilização do Centro de Treinamento da Sede;
- j. coordenar o processo de dimensionamento quanti-qualitativo do quadro de pessoal;
- k. coordenar o processo de gestão do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) e o Plano de Cargos e Salários (PCS);
- l. coordenar o processo de gestão dos recursos financeiros oriundos de convênios e acordos de retenção da contribuição com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

DIBP

RESPONSABILIDADES:

- a. Coordenar a implementação da política de benefícios e de administração de pessoal na Empresa;
- b. coordenar os processos relacionados ao Plano de Saúde e ao atendimento 24 horas de Plantão;
- c. coordenar os processos relacionados aos benefícios de auxílio alimentação, auxílio educação, auxílio creche, vale-transporte, autodesenvolvimento e auxílio funeral;
- d. coordenar os processos relacionadas à folha de pagamento e encargos sociais;
- e. coordenar os processos de provisionamento e pagamentos da remuneração dos dirigentes da Empresa;
- f. coordenar a atualização do Manual de Diretor;
- g. coordenar os processos relacionadas aos registros funcional e pessoal dos empregados;
- h. coordenar a prestação de informações aos órgãos fiscalizadores quanto à declaração de bens e rendas do corpo gerencial;
- i. coordenar os processos de admissão e demissão de empregados;
- j. coordenar os processos de cessão, liberação, licenças e transferência de empregados;
- k. coordenar os processos de frequência de pessoal e de férias em toda Empresa;
- l. coordenar o processo de cálculo e pagamento da Participação de Lucros e Resultados (PLR);
- m. coordenar a atividade de registro de responsabilidade técnica do quadro funcional junto aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREA), de Biologia (CRBio) e de Arquitetura e Urbanismo (CAU);
- n. administrar os recursos gerados pela retenção da verba do SESI, na gestão do esporte e atividades culturais aos empregados e seus dependentes;
- o. coordenar a realização do Programa Eletrosul em Movimento em toda a Empresa;
- p. coordenar a emissão das informações do cadastro de prestadores de serviços da Empresa, bem como, de custo de pessoal à Eletrobras e demais órgãos de fiscalização e controle;
- q. subsidiar o processo de negociação dos Acordos Coletivos de Trabalho.

DVSS

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar a elaboração e implementação do Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social (PESSOAS)
- b. coordenar o processo de inspeção nos locais de trabalho, do ponto de vista da saúde ocupacional e segurança do trabalho;
- c. ministrar treinamentos específicos e assessorar na elaboração de programas de treinamento corporativo, no que se refere à segurança do trabalho, saúde ocupacional, qualidade de vida, bem estar, relacionamento interpessoal e clima organizacional;
- d. coordenar o processo de definição de critérios sobre Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), Equipamentos de Proteção Individual - EPI e roupa profissional;
- e. coordenar o processo de definição e implementação de critérios relativos à segurança do trabalho e saúde ocupacional para projeto de novas instalações e ampliações das existentes, bem como, de inspeção nos locais de trabalho das instalações já existentes.
- f. coordenar e apoiar as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), bem como, promover a organização e treinamento de brigadas de emergência.

- g. coordenar e orientar às Áreas quanto a emissão das Comunicações de Acidentes do Trabalho (CAT);
- h. coordenar e orientar as unidades de saúde das Áreas descentralizadas da Empresa, no que se refere a padronização de procedimentos relacionados à saúde ocupacional e qualidade de vida;
- i. coordenar e prestar atendimento e acompanhamento psicossocial aos empregados e dependentes;
- j. coordenar na Empresa a execução dos Programas de Prevenção e Tratamento à Dependência de Álcool e Outras Drogas (PRAD), de Atendimento à Pessoas com Deficiência (PAPD) e de Orientação para Aposentadoria (POPA);
- k. coordenar e acompanhar o processo de readaptação e/ou reabilitação profissional de empregados;
- l. coordenar e desenvolver o processo de acompanhamento funcional dos empregados;
- m. coordenar a implementação de ações de acompanhamento social às populações atingidas pelas ampliações e novas instalações da Empresa;
- n. coordenar e orientar os órgãos da Empresa quanto a instalação dos sistemas de proteção e combate a incêndio e atendimento a emergências de saúde.
- o. coordenar e desenvolver, em conjunto as demais áreas da empresa, o plano de ação visando a gestão e melhoria do clima organizacional;
- p. coordenar o processo de emissão de parecer de segurança e saúde ocupacional em documentos de aposentadoria e em propostas de movimentação de pessoal.

DF

RESPONSABILIDADES:

- a. dirigir a formulação da política econômico-financeira e das estratégias para o alcance dos objetivos planejados para a função financeira e controlar sua execução;
- b. promover a captação dos recursos financeiros necessários ao funcionamento e expansão dos negócios da Empresa;
- c. formular e propor a política de distribuição de dividendos na Empresa;
- d. administrar os direitos e obrigações da Eletrosul, na condição de patrocinadora, junto a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS;
- e. administrar os direitos e obrigações econômico-financeiras da Eletrosul na condição de sócia de outras empresas;
- f. gerenciar a elaboração e consolidação das demonstrações financeiras nos termos da legislação societária;
- g. patrocinar diretrizes socioambientais corporativas e assegurar os recursos financeiros necessários a gestão socioambiental.

AEF

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar a elaboração de estudos e subsidiar a Diretoria na análise relativa à qualificação econômico-financeira de parceiros, objetivando a participação em leilões de energia ou implantação de novos projetos;
- b. coordenar estudos de natureza econômico-financeira, relativamente aos leilões de energia realizados pela ANEEL;

- c. gerenciar o processo de avaliação das opções de financiamentos de longo prazo disponíveis para novos empreendimentos de energia, bem como estruturar a captação, garantias contratuais e *covenants* associados;
- d. gerenciar a avaliação de novos projetos, compreendendo o mapeamento de riscos e sua correspondente mitigação;
- e. gerenciar a elaboração de estudos e assessorar a Diretoria nos processos de aquisição de empresas ou participações acionária, bem como nos casos de fusão;
- f. gerenciar a avaliação dos efeitos financeiros das negociações dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL);
- g. analisar, juntamente com a Área Tributária, os efeitos dos tributos nas modelagens financeiras de novos empreendimentos de energia;
- h. gerenciar a avaliação das diversas formas de garantias (de performance e contratuais), relativas à implantação de novos projetos;
- i. representar a Empresa junto a entidades do setor elétrico, em assuntos de caráter econômico-financeiro;
- j. gerenciar a participação nas negociações junto a ANEEL sobre solicitações de receitas de novos empreendimentos de transmissão;
- k. gerenciar estudos de avaliação dos impactos econômico-financeiros de planos governamentais e das alterações da legislação do setor elétrico, bem como, de viabilidade econômica na substituição de equipamentos, instalações e veículos da Empresa;
- l. gerenciar a avaliação de estudos estratégicos, no sentido de otimizar os custos operacionais da Empresa, buscando minimizar os efeitos da revisão tarifária da ANEEL;
- m. gerenciar a avaliação, o acompanhamento e a proposição de alterações nas metodologias de revisão tarifária das receitas de novas instalações de transmissão.

CAEP

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar estudos econômico-financeiros, principalmente aqueles relacionados à avaliação de novos negócios no âmbito de leilões ou aquisições de participações acionárias;
- b. coordenar estudos e realizar o acompanhamento periódico da viabilidade econômico-financeira de empreendimentos, objeto de leilões de energia e transmissão realizados pela ANEEL;
- c. coordenar a atualização dos modelos econômico-financeiros da Empresa utilizados para avaliação de novos negócios;
- d. participar de processos de revisões tarifárias dos empreendimentos adquiridos em leilões, no que tange ao recálculo do capital de terceiros.
- e. avaliar os impactos econômico-financeiros quanto à emissão de instrumentos de dívida para a Empresa e suas SPE.
- f. coordenar o processo de contratação de corretora para intermediação dos lances, bem como da definição das características das garantias a serem aportadas, nos leilões de energia e transmissão;
- g. avaliar as diversas formas de garantias (de performance e contratuais), relativas à implantação de novos projetos;
- h. representar a Empresa junto a entidades do Setor Elétrico, em assuntos de caráter econômico-financeiro;
- i. coordenar e participar de negociações junto a ANEEL sobre solicitações de receitas de novos empreendimentos de transmissão;

- j. coordenar estudos de avaliação dos impactos econômico-financeiros de Planos Governamentais e das alterações da legislação do setor elétrico, bem como, de viabilidade econômica na substituição de equipamentos, instalações e veículos da Empresa;
- k. coordenar a elaboração de estudos de qualificação econômico-financeira de parceiros, objetivando a participação em leilões de energia e transmissão ou em projetos em andamento.

CCPA

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar o processo de avaliação das opções de financiamentos de longo prazo disponíveis para novos empreendimentos de energia, bem como estruturar a captação, garantias contratuais e “covenants” associados;
- b. atuar junto às instituições financeiras no sentido preservar os interesses da Eletrosul nos contratos de captação de recursos;
- c. coordenar a avaliação das diversas formas de garantias (de performance e contratuais) relativas à implantação de novos projetos;
- d. coordenar e acompanhar as aplicações de recursos nas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) nas quais a Empresa possui participação;
- e. Coordenar o assessoramento às SPE na operacionalização das liberações de recursos;
- f. prestar informações às áreas da Empresa e à Eletrobras sobre assuntos financeiros relacionadas às SPE;
- g. coordenar o processo de análise e avaliação dos aspectos econômico-financeiros dos contratos de prestação de serviços relacionados a empréstimos e financiamentos;
- h. coordenar a definição do conteúdo econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços e de outros créditos;
- i. representar a Empresa junto à entidades do setor elétrico, em assuntos de caráter econômico-financeiro.

AGF

RESPONSABILIDADES:

- a. participar da proposição de diretrizes empresariais, políticas e estratégias econômico-financeiras;
- b. coordenar, consolidar e acompanhar o Plano de Gestão da Diretoria Financeira;
- c. coordenar o Sistema de Informações Estratégicas da Diretoria Financeira;
- d. coordenar, consolidar e elaborar relatórios gerenciais da Diretoria Financeira;
- e. coordenar a elaboração da pauta de reuniões da Diretoria Financeira;
- f. participar da elaboração das pautas de reunião da Diretoria Executiva;
- g. coordenar e consolidar as manifestações dos órgãos da Diretoria Financeira no tocante às auditorias internas e de órgãos externos de controle;
- h. coordenar a elaboração, consolidar e controlar os orçamentos no âmbito da Diretoria Financeira;
- i. prestar serviços de apoio administrativo e financeiro às atividades do Gabinete do Diretor;
- j. assessorar o Diretor na representação junto a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS;
- k. participar de grupos de trabalho para elaborar estudos previdenciários e propostas de alterações estatutárias e regulamentares da Fundação ELOS;
- l. coordenar e orientar na Diretoria Financeira a execução da política econômico-financeira da Empresa.

DCO

RESPONSABILIDADES:

- a. assegurar o atendimento e a confiabilidade das informações relativas às contas representativas do patrimônio da Empresa;
- b. gerenciar a elaboração das demonstrações financeiras da Empresa;
- c. gerenciar os registros contábeis que se refletem na situação econômico-financeira da Empresa;
- d. gerenciar a elaboração das bases para a distribuição de dividendos, em conformidade com o Estatuto, a legislação vigente e as necessidades de expansão da Empresa;
- e. gerenciar a execução do planejamento tributário da Empresa e estabelecer critérios de cumprimento das obrigações tributárias;
- f. gerenciar a elaboração das projeções patrimoniais e de resultados;
- g. gerenciar os sistemas de custos, de receitas e despesas, patrimoniais e de investimentos;
- h. gerenciar o atendimento aos diversos agentes, públicos e privados (ANEEL, DEST, Eletrobras e Auditores Independentes), relativamente às informações econômico-financeiras da Empresa;
- i. assessorar as áreas da Empresa visando a observância dos postulados, princípios e convenções, assim como da legislação geral e específica do setor elétrico, que norteiam as avaliações e registros contábeis-patrimoniais.

DVCP

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar a realização dos inventários e cadastros da propriedade dos ativos em serviços e dos registros contábeis;
- b. acompanhar o cumprimento do cronograma de execução do fechamento dos sistemas contábeis e para-contábeis;
- c. promover as análises do custeio das atividades, dos bens em serviço e dos empreendimentos em curso;
- d. coordenar os processos de contabilização de desativação e de alienação de bens e direitos;
- e. coordenar a apuração e análise dos custos operacionais e de investimentos para o acompanhamento do Programa de Dispêndio Global (PDG) e do Orçamento Interno;
- f. coordenar a apuração, contabilização e análise dos registros contábeis ocorridos nas contas patrimoniais;
- g. coordenar as transferências das imobilizações em curso para as contas do ativo imobilizado em serviço;
- h. assessorar as Áreas da Empresa quanto aos procedimentos para as apropriações/locações dos gastos com pessoal, material, serviço de terceiros e outras despesas;
- i. coordenar o monitoramento do acervo contábil da empresa;
- j. processar e monitorar o sistema contábil de Controle de Equipamentos Gerais (CEQ);
- k. coordenar o monitoramento dos bens da união em regime especial de utilização;
- l. coordenar o atendimento e disponibilizar informações aos auditores internos e independentes e aos órgãos fiscalizadores e reguladores sobre procedimentos contábeis;
- n. coordenar a elaboração das informações para a Prestação anual de Contas (PAC) e o Relatório de Informações Trimestrais (RIT);
- o. acompanhar a divulgação e manutenção do Plano de Contas Gerencial e do Serviço Público de Energia Elétrica;

- p. administrar o Sistema de Guia de Viagem (SGV).

DVFT

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar as ações e procedimentos para o planejamento tributário da Empresa, acompanhando os débitos e créditos tributários;
- b. coordenar a elaboração das declarações e informações exigidas pela legislação tributária, federal, estadual e municipal;
- c. coordenar a apuração, contabilização, recolhimento e controle dos tributos municipais, estaduais e federais;
- d. coordenar a emissão dos comprovantes de rendimentos, de retenção na fonte e os relativos aos juros sobre o capital próprio e dividendos, para encaminhamento aos fornecedores e acionistas;
- e. acompanhar os registros, baixas, certificações e alterações dos estabelecimentos da Empresa no âmbito comercial e fiscal;
- f. acompanhar o registro, escrituração e a guarda dos livros fiscais da Empresa;
- g. acompanhar a regularidade fiscal da Empresa nas esferas federais, estaduais e municipais;
- h. assessorar as Áreas da Empresa quanto à observação da legislação fiscal e tributária;
- i. coordenar o atendimento aos esclarecimentos a clientes/fornecedores externos sobre aplicação da legislação tributária;
- j. assessorar as Áreas quanto à análise prévia de editais e/ou minuta de contrato de prestação de serviços e obras, no âmbito fiscal e tributário;
- k. coordenar o atendimento e disponibilizar informações aos auditores internos e independentes e aos órgãos fiscalizadores e reguladores sobre procedimentos fiscais;
- l. coordenar a elaboração de defesas tributárias em nível administrativo;
- m. acompanhar a legislação tributária federal, estadual e municipal em seus respectivos níveis.

DVIC

RESPONSABILIDADES:

- a. assegurar o atendimento e a confiabilidade das informações relativas às contas representativas do patrimônio da Empresa;
- b. coordenar a elaboração e análise dos balancetes, demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas;
- c. coordenar a elaboração dos relatórios contábeis observando as rotinas contábeis norte-americana (USGAAP) e internacionais (IFRS);
- d. coordenar a atualização dos registros legais, bem como das informações relativas à participação dos acionistas;
- e. coordenar a elaboração das projeções patrimoniais e de resultados;
- f. coordenar a elaboração dos formulários das Prestações de Contas, das Informações Trimestrais (RIT), das Informações Consolidadas (ICS), para atender a Eletrobras e órgãos fiscalizadores e reguladores;
- g. coordenar a avaliação e os ajustes dos ativos monetários aos seus reais valores de recuperação, bem como, anualmente os testes de recuperabilidade dos Ativos (*Teste de Impairment*);
- h. assessorar as áreas para o cumprimento do estabelecido nos normativos contábeis;
- i. zelar pela manutenção do registro, escrituração e a guarda dos livros contábeis e societários da Empresa;

- j. coordenar o atendimento e disponibilizar informações aos auditores internos e independentes e aos órgãos fiscalizadores e reguladores sobre procedimentos contábeis;
- k. promover as análises e administrar as provisões das contas referentes aos depósitos judiciais e contingenciais;
- l. coordenar o registro para pagamento dos valores da contribuição e das consignações devidas a outros órgãos, calculados pelo órgão responsável pela folha de pagamento.

DOF

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar a execução do fluxo de caixa da Empresa;
- b. gerenciar a custódia de bens, valores e direitos da Empresa;
- c. gerenciar o faturamento da receita da Empresa e as ações decorrentes;
- d. gerenciar financeiramente os contratos de aquisição de bens e serviços e de empréstimos e financiamentos;
- e. gerenciar o "Contas a Pagar" e o "Contas a Receber" da Empresa;
- f. gerenciar a comprovação financeira de utilização dos recursos vinculados aos contratos de financiamentos, junto aos órgãos financiadores;
- g. gerenciar os processos de abertura e encerramento de contas bancárias da Empresa, bem como as procurações e outros atos pertinentes à operacionalização e controle das mesmas;
- h. gerenciar as negociações com instituições financeiras relativas aos contratos de prestação de serviços bancários, de administração de contas e de garantias oferecidas pela Empresa;
- i. gerenciar e administrar as garantias financeiras oferecidas pela Empresa, vinculadas a contratos de empréstimos e financiamentos, contratos de compra e venda de energia e de participações em processos licitatórios de novos empreendimentos;
- j. gerenciar os créditos oriundos da renegociação baseada na Lei 8.727/93;
- k. gerenciar as ações pertinentes ao Cadastro de Inadimplentes com Obrigações Intrasetoriais, da ANEEL;
- l. gerenciar as ações pertinentes ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN);
- m. acompanhar a legislação setorial, fiscal, tributária, bancária e de licitações de contratos administrativos notadamente quanto aos impactos nos processos financeiros da Eletrosul;
- n. gerenciar o atendimento aos diversos agentes, públicos e privados, relativamente às informações financeiras da Empresa (ANEEL, MME, ELETROBRAS, ONS, TCU, CGU, BACEN, Auditorias Externas e outros).

DGCP

RESPONSABILIDADES:

- a. administrar financeiramente os contratos de aquisição de bens e serviços e respectivas garantias;
- b. analisar e emitir parecer sobre cláusulas financeiras contratuais, reajustes e garantias vinculadas aos instrumentos contratuais em consequência de alterações da legislação e de reivindicações dos credores;
- c. coordenar a aprovação e liberação para pagamento, dos processos vinculados às contratações de aquisição de bens e serviços e processos informais;
- d. analisar os reflexos financeiros, nos contratos em andamento, decorrentes de mudanças nas Legislações Tributárias Municipais, Estaduais e Federais;
- e. administrar financeiramente os contratos de empréstimos e financiamentos;

- f. efetuar a comprovação financeira dos contratos de empréstimos e financiamentos junto aos órgãos financiadores para fins de liberação dos recursos contratados;
- g. administrar o controle e acompanhamento das mutações das contas relativas aos contratos de empréstimos e financiamentos;
- h. administrar e controlar o "Contas a Pagar" da Empresa;
- i. validar, controlar e manter sob sua guarda as garantias de fiel cumprimento vinculadas aos contratos de aquisição de bens e serviços oferecidas pelas empresas contratadas;
- j. internalizar na Eletrosul os reflexos financeiros decorrentes da legislação fiscal, tributária e de licitações de contratos administrativos;
- k. coordenar a elaboração e encaminhamento/apresentação das informações financeiras relativas aos contratos sobre sua responsabilidade aos diversos agentes públicos e privados (TCU, CGU, DEST, ANEEL, MME, ELETROBRAS, ONS, Auditorias Externas e outros).

DVTR

RESPONSABILIDADES:

- a. administrar os recursos financeiros disponíveis da Empresa visando a otimização dos mesmos;
- b. administrar a execução do fluxo de caixa da Empresa;
- c. administrar a custódia de bens, valores e direitos;
- d. acompanhar e controlar as atividades de recebedoria e pagadoria exercidas pelos agentes pagadores da Empresa;
- e. coordenar as negociações e administrar a formalização das condições para a realização das operações de tesouraria com o sistema bancário e com fornecedores;
- f. coordenar e administrar a abertura e encerramento das contas bancárias, bem como as procurações e outros atos pertinentes à operacionalização e controle das mesmas;
- g. controlar e administrar o faturamento da receita da Empresa;
- h. controlar e administrar os créditos vinculados à Lei 8.727/93;
- i. controlar e administrar o "Contas a Receber" da Empresa;
- j. administrar e controlar os registros no Sistema de Cadastro de Correntistas da Empresa;
- k. coordenar o acesso as transações no Sistema do Banco Central (SISBACEN);
- l. controlar e administrar os registros no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN);
- m. administrar e coordenar o processo de baixa dos títulos protestados em cartório;
- n. controlar e administrar os registros no Cadastro de Inadimplentes com Obrigações Intrasetoriais, da ANEEL e a disponibilização do Certificado de Adimplemento ANEEL, da Empresa, em tempo oportuno;
- o. acompanhar a legislação setorial, fiscal, tributária, bancária e internalizar os reflexos financeiros na Eletrosul;
- p. coordenar a elaboração e encaminhamento/apresentação das informações financeiras relativas às informações financeiras das disponibilidades, faturamento e contas a receber da Empresa aos diversos agentes públicos e privados (ANEEL, TCU, CGU, ELETROBRAS, MME, ONS, auditorias externas e outros).

DPO

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar a elaboração e a execução do Plano Plurianual da Empresa;

- b. gerenciar a elaboração e a consolidação do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e do Orçamento de Investimentos (OI);
- c. gerenciar a elaboração e o acompanhamento do Fluxo de Caixa de curto, médio e longo prazos da Empresa;
- d. gerenciar a elaboração das projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos;
- e. gerenciar a validação da Receita Anual Permitida referente aos ativos de transmissão e conexão e dos encargos setoriais decorrentes das atividades de transmissão e geração;
- f. gerenciar a avaliação dos aspectos econômico-financeiros de fornecedores e prestadores de serviços em processos licitatórios;
- g. assessorar a Diretoria Executiva e demais áreas da Empresa em assuntos de natureza econômico-financeira;
- h. gerenciar o atendimento aos diversos órgãos de controle externo relativamente a informações econômico-financeiras;
- i. gerenciar a elaboração da execução orçamentária da Empresa;
- j. gerenciar a consolidação do relatório de prestação de contas da Presidência da República, no que concerne à Eletrosul;
- k. gerenciar a elaboração do relatório referente aos empreendimentos da Empresa contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para encaminhamento ao Ministério de Minas e Energia (MME).

DVOR

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar a participação da Empresa junto ao Ministério de Minas e Energia e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na estruturação do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal e no acompanhamento da execução de suas Ações constantes do Plano;
- b. consolidar as informações das realizações físico-econômicas das ações da empresa constantes do PPA, permitindo aos órgãos de controle o monitoramento de suas evoluções;
- c. coordenar a elaboração e consolidar a proposta orçamentária das áreas da Empresa;
- d. coordenar a elaboração e acompanhamento, monitorando o cumprimento dos limites legais, da execução orçamentária;
- e. coordenar o atendimento aos órgãos internos e externos relativamente a informações econômico-financeiras;
- f. coordenar a elaboração do Fluxo de Caixa para atender demanda interna e da Eletrobras;
- g. coordenar equipe de apoio técnico às Comissões de licitações em assuntos econômico-financeiros;
- h. participar na elaboração do Relatório Anual da Administração, destacando os principais eventos sobre os aspectos econômico-financeiros;
- i. coordenar a elaboração/consolidação do Relatório de Gestão Financeira;
- j. consolidar o relatório de prestação de contas da Presidência da República das ações da Eletrosul constantes do PPA;
- k. coordenar a elaboração do relatório referente aos empreendimentos da Empresa contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

DVPO

RESPONSABILIDADES:

- a. assessorar as áreas da Empresa sobre assuntos de caráter econômico-financeiro;

- b. atuar junto às entidades do Setor Elétrico em assuntos de caráter econômico-financeiro de interesse da Empresa;
- c. interagir com a Eletrobras e o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), visando garantir os limites orçamentários propostos;
- d. coordenar o atendimento aos diversos agentes, públicos e privados, relativamente às informações econômico-financeiras da Empresa;
- e. atender as demandas oriundas da Eletrobras e do DEST, concernentes ao Programa de Dispendios Globais (PDG), Orçamento de Investimento (OI) e Plano Purianual da Empresa;
- f. coordenar o processo de validação das receitas do faturamento referente à receita de Prestação de Serviços de Transmissão de Energia Elétrica e de Conexão;
- g. acompanhar a legislação setorial, apontar os seus reflexos financeiros e disseminá-los na Empresa;
- h. coordenar os estudos sobre a estrutura da receita da Eletrosul e seus reflexos no desempenho da Empresa;
- i. participar do processo de negociação e definição de cláusulas econômico-financeiras dos contratos de transmissão e conexão;
- j. coordenar a verificação dos valores publicados, em atos legais, da receita de transmissão e dos encargos setoriais de transmissão e geração;
- k. coordenar a elaboração e análise de projeções econômico-financeiras de médio e longo prazo, do equilíbrio econômico-financeiro e da capacidade de geração interna de recursos da Eletrosul;
- l. propor diretrizes e estratégias econômico-financeiras sobre as atividades de Planejamento Empresarial;
- m. coordenar a preparação de pareceres sobre o impacto econômico financeiro de planos governamentais e setoriais.

PRE

RESPONSABILIDADES:

- a. dirigir a formulação das políticas e estratégias empresariais;
- b. preservar o patrimônio da Eletrosul;
- c. manter um sistema de auditoria interna;
- d. garantir um canal de comunicação com os públicos interno e externo, contribuindo para a preservação dos direitos individuais e coletivos;
- e. orientar as ações de comunicação social, marketing empresarial e responsabilidade social;
- f. representar os interesses da Empresa em juízo ou fora dele, perante outras sociedades, os acionistas e o público em geral;
- g. garantir a execução permanente de ações de melhoria socioambiental por parte da Empresa;
- h. presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- i. dirigir a formulação da política de Gestão de Processos e de Riscos;
- j. orientar as ações da Secretaria Geral e do Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente.

ACS

RESPONSABILIDADES:

- a. desenvolver as políticas de comunicação e marketing da Empresa e de concessão de patrocínio institucional, submetendo-as à apreciação do Diretor-Presidente e da Diretoria Executiva;

- b. assessorar o Diretor-Presidente e a Diretoria Executiva nos assuntos relacionados à comunicação social, marketing institucional e concessão de patrocínio institucional;
- c. planejar, executar e avaliar atividades de comunicação e marketing (jornalismo, publicidade e propaganda e relações públicas) e de concessão de patrocínio institucional;
- d. manter canais de comunicação com os públicos interno e externo, com o objetivo de informar, esclarecer e fortalecer a imagem, reputação e credibilidade institucional;
- e. coordenar a publicação institucional da Empresa;
- f. coordenar, planejar e executar os eventos da Empresa;
- g. representar a Empresa junto à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM), nas questões referentes a publicidade, jornalismo, relações públicas e concessão de patrocínio institucional;
- h. coordenar a participação da Empresa em eventos promocionais, culturais e institucionais externos, nos quais é patrocinadora, tais como: elaboração, montagem e serviço de recepção do "stand" e apresentação de programas institucionais em feiras;
- i. desenvolver ações coordenadas com os demais departamentos/assessorias visando a utilizar os meios de comunicação para fortalecer o relacionamento institucional e as práticas de responsabilidade social.

AJU

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar os assuntos de natureza jurídica da Empresa;
- b. coordenar, orientar e prestar assessoria jurídica a todos os órgãos da Empresa;
- c. subsidiar à Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Empresa no processo de tomada de decisão, com base na legislação vigente;
- d. representar judicialmente os interesses da Empresa; e
- e. representar os interesses da Empresa nos assuntos de natureza jurídica, perante entidades e órgãos administrativos, tais como: TCU, CGU; ANEEL, IBAMA, ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL e ENTIDADES DE CLASSE.

CDAE

RESPONSABILIDADES:

- a. emitir Parecer sobre assuntos jurídicos afetos as áreas do Direito Administrativo, Ambiental e de Energia;
- b. elaborar e/ou analisar minutas de contratos, convênios e instrumentos jurídicos diversos vinculados a sua área de atuação;
- c. aduzir defesa em inquéritos administrativos, sindicâncias e representações do Ministério Público e demais órgãos de controle, em matérias vinculadas a sua área de atuação;
- d. manter-se informada e atualizada quanto a legislação, doutrina e jurisprudência dominante nos Tribunais e nos Órgãos da Administração Pública sobre matérias vinculadas à sua área de atuação;
- e. manter os demais órgãos da Empresa informados e atualizados sobre questões de ordem jurídica que lhes são afetas, nas áreas do Direito Administrativo, Ambiental e de Energia, orientando-os quanto as práticas adequadas, sempre que necessário;
- f. representar administrativa e judicialmente os interesses da Empresa nos assuntos vinculados a sua área de atuação; e
- g. manter a Assessoria Jurídica informada sobre fatos relevantes e atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

CTTP

RESPONSABILIDADES:

- a. emitir Parecer sobre assuntos– jurídicos afetos as áreas de Direito do Trabalho, Tributário e Patrimonial;
- b. elaborar e/ou analisar minutas de contratos, convênios e instrumentos jurídicos diversos vinculados a sua área de atuação;
- c. aduzir defesa em inquéritos administrativos, sindicâncias e representações do Ministério Público e demais órgãos de controle, vinculados a sua área de atuação;
- d. manter-se informada e atualizada quanto a legislação, doutrina e jurisprudência dominante nos Tribunais e nos Órgãos da Administração Pública, sobre matérias vinculadas à sua área de atuação;
- e. manter os demais órgãos da Empresa informados e atualizados sobre questões de ordem jurídica que lhes são afetas, nas áreas do Direito do Trabalho, Tributário e Patrimonial, orientando-os quanto as práticas adequadas, sempre que necessário;
- f. representar administrativa e judicialmente os interesses da Empresa, nos assuntos vinculados a sua área de atuação; e
- g. manter a Assessoria Jurídica informada sobre fatos relevantes e atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

ARS

RESPONSABILIDADES:

- a. assessorar o Diretor-Presidente e a Diretoria Executiva nos assuntos vinculados à Responsabilidade Social;
- b. desenvolver e propor práticas de Responsabilidade Social para a Empresa;
- c. gerenciar a execução e o acompanhamento da Política de Investimento Social;
- d. gerenciar o desenvolvimento de atividades vinculadas ao Programa Casa Aberta;
- e. coordenar o desenvolvimento do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - Eletrosul;
- f. gerenciar o Projeto Hortas Comunitárias;
- g. coordenar as atividades vinculadas ao Programa Voluntariado Empresarial incentivando o desenvolvimento de práticas entre os empregados;
- h. coordenar os processos do Programa Eletrosul de Doações;
- i. disseminar o conceito de responsabilidade social no âmbito da Empresa, dos novos empreendimentos e das localidades com prospecção de negócios;
- j. desenvolver e propor procedimentos para a concessão de patrocínio social da Empresa, de acordo com a legislação vigente;
- k. gerenciar o planejamento e a execução das ações sociais da Empresa alinhadas aos Programas do Governo Federal;
- l. gerenciar a análise das solicitações de patrocínio social de acordo com as diretrizes da Política de Investimento Social;
- m. promover ações, projetos e/ ou programas vinculados às políticas de gênero e diversidade;
- n. gerenciar o Programa das Ações Integradas da Empresa, vinculadas ao Programa Luz para Todos do Governo Federal;
- o. gerenciar a elaboração de diagnósticos socioeconômicos das comunidades localizadas no entorno dos novos empreendimentos e de prospecção de negócios;

- p. representar a Empresa junto a órgãos ou entidades públicos e/ou privados, nos assuntos vinculados à responsabilidade social;
- q. consolidar as informações e dados estatísticos da aplicação do Investimento Social da Empresa.

ASG

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar o Sistema de Planejamento e de Gestão Empresarial;
- b. coordenar o Plano de Gestão Empresarial;
- c. coordenar o Programa de Melhoria da Gestão Empresarial;
- d. coordenar o Sistema de Gestão por Processos da Empresa;
- e. coordenar os Planos de Ação decorrentes do Plano Estratégico;
- f. coordenar o Comitê Estratégico de Investimento - CEI;
- g. coordenar o Comitê de Gestão da Satisfação dos Clientes - CGSC;
- h. coordenar os comitês vinculados ao Sistema de Planejamento e Gestão Empresarial;
- i. secretariar o Comitê de Sustentabilidade Empresarial Eletrosul - CSEE;
- j. assessorar a Diretoria Executiva em assuntos internos e externos relacionados ao Planejamento, Gestão e Sustentabilidade Empresarial;
- k. coordenar o Sistema de Informações Estratégicas para o gerenciamento empresarial e a elaboração dos relatórios corporativos: Anual da Administração, Gestão e Responsabilidade Sócio-ambiental;
- l. coordenar os estudos e a aplicação de Pesquisas de Satisfação dos Clientes Externos, bem como acompanhar o Plano de Ação;
- m. coordenar o gerenciamento do acervo eletrônico contendo cópias de documentação decorrente da participação da Eletrosul em Consórcios ou Sociedades que tenham como objeto a implantação e exploração de empreendimentos de geração ou transmissão de energia elétrica e correspondentes serviços associados; e,
- n. coordenar e consolidar as informações da Eletrosul, referentes aos Índices de Sustentabilidade Empresarial praticados em Bolsa de Valores, em atendimento às solicitações da Eletrobras.

AUD

RESPONSABILIDADES:

- a. elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT atendendo às necessidades dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria e ao disposto na Instrução Normativa da Controladoria Geral da União – CGU;
- b. executar as atividades constantes do PAINT, examinando e avaliando sistemas, transações, procedimentos, operações e normas da Empresa, com o objetivo de certificar que os controles existentes garantem:
 - a salvaguarda do Patrimônio;
 - a confiabilidade dos sistemas de informações contábeis, financeiros e operacionais;
 - a otimização dos recursos;
 - a eficiência operacional;
 - a adesão às políticas, normas e procedimentos vigentes;
- c. realizar trabalhos especiais de auditoria, no âmbito da Eletrosul, não previstos no PAINT, determinados pelo Presidente da Empresa;

- d. participar de trabalhos de auditoria nas empresas do Sistema Eletrobrás, por solicitação da holding;
- e. prestar assessoria aos Conselhos de Administração e Fiscal, ao Presidente, aos Diretores e ao corpo gerencial, com relação aos assuntos de sua competência profissional;
- f. examinar e avaliar as transações, procedimentos, operações, normas internas e demonstrações financeiras das entidades das quais a Empresa seja mantenedora;
- g. estender os procedimentos de auditoria onde quer que sejam administrados interesses da Empresa;
- h. atender às visitas do Tribunal de Contas da União - TCU e da Controladoria Geral da União - CGU e coordenar a preparação de respostas às diligências e ressalvas emitidas por esses órgãos;
- i. coordenar a preparação da Prestação de Contas da Empresa e emitir Parecer sobre a mesma;
- j. atestar a conformidade de viagens internacionais, em consonância com os instrumentos normativos da Empresa;
- k. elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINI de acordo com o disposto na Instrução Normativa da Controladoria Geral da União – CGU, encaminhando-o aos Conselhos de Administração e Fiscal, ao Presidente da Eletrosul e à CGU.

CCPR

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar a implementação da Política de Gestão de Riscos;
- b. coordenar e acompanhar a aplicação, na Empresa, da metodologia de gestão de riscos corporativos e controles internos;
- c. promover, na Empresa, a divulgação de instruções de caráter técnico, critérios e procedimentos relacionados à conformidade do ambiente de controles internos e de gestão de riscos;
- d. promover, em conjunto com os gestores dos processos, a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos corporativos;
- e. coordenar a elaboração de Planos de Ação para eliminação de não-conformidades e implementação de melhorias nos processos;
- f. avaliar e monitorar a estrutura de controles internos da Empresa, em aderência à legislação e aos normativos internos, bem como à lei americana Sarbanes - Oxley;
- g. promover testes de controles internos, inerentes a cada processo de negócio, de forma a certificar sua eficácia;
- h. coordenar, em conjunto com os gestores de processos, o desenvolvimento de indicadores de performance;
- i. acompanhar e dar suporte às auditorias, externas e internas, no ambiente de controle interno da Empresa;
- j. apoiar as demandas da Eletrobras, relativas à obtenção da certificação do ambiente de controles internos, gerenciamento dos riscos corporativos e sustentabilidade.

ERBR

RESPONSABILIDADES:

- a. representar a Empresa no Distrito Federal, quando por delegação expressa da Diretoria Executiva, ou os demais órgãos da Empresa, desde que solicitado;
- b. prestar assistência nas questões de ordem fiscal, jurídica, processual e administrativa junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, no Distrito Federal, de acordo com as

orientações dos órgãos competentes, resguardando os interesses da Empresa, em especial junto ao MME e ANEEL;

- c. prestar serviços de apoio ao processo de comunicação e marketing empresarial no Distrito Federal, de acordo com as orientações do órgão de comunicação e marketing;
- d. dar suporte aos empregados e familiares de empregados da Eletrosul, bem como das empresas do Sistema Eletrobrás com as quais mantém convênio, nos casos de tratamento médico, hospitalar e odontológico, a serem realizados no Distrito Federal;
- e. prestar apoio no atendimento às autoridades do Setor Elétrico, quando em visita ao Distrito Federal;
- f. prestar serviços de apoio administrativo aos órgãos da Empresa, no distrito Federal, sempre que necessário ao desempenho das respectivas atribuições; e
- g. acompanhar as informações estratégicas e ocorrências no Distrito Federal que possam ter reflexos nas atividades da Empresa, e comunicar à Diretoria Executiva e/ou demais órgãos envolvidos.

OVGE

RESPONSABILIDADES:

- a. Ouvir e/ou receber, cadastrar, analisar e responder as manifestações recebidas dos públicos interno e externo, sobre a atuação da Empresa;
- b. encaminhar as manifestações recebidas à(s) área(s) da Empresa responsável(is) pelo assunto para os devidos esclarecimentos, quando for o caso, garantindo a segurança e o sigilo quanto à origem do manifestante;
- c. coordenar a análise das manifestações recebidas junto às áreas responsáveis pelo assunto, visando identificar oportunidades de melhoria no processo;
- d. encaminhar resposta ao manifestante, contribuindo para o fortalecimento da imagem e credibilidade da Empresa junto aos públicos interno e externo;
- e. manter a Diretoria Executiva informada sobre fatos relevantes e manifestações recebidas dos públicos interno e externo, bem como sobre as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria;
- f. intermediar as divergências que porventura surjam quanto à apuração de fatos e resposta às manifestações recebidas pela Ouvidoria, nos termos da legislação em vigor, interagindo com as partes interessadas e/ou envolvidas no processo em análise, sejam estas interna ou externa à Empresa;
- g. garantir a imparcialidade na apuração de fatos e respostas aos manifestantes;
- h. participar da apuração e esclarecimento de denúncias públicas veiculadas na imprensa, contribuindo para a manutenção dos princípios éticos estabelecidos no Código de Ética da Empresa e Norma de Conduta nas Relações do Trabalho - NG-058.

SGE

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar e preparar as Assembleias Gerais dos Acionistas;
- b. secretariar as reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- c. divulgar os atos decorrentes das Assembleias Gerais dos Acionistas, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;
- d. administrar a documentação decorrente das Assembleias Gerais dos Acionistas, das reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

- e. prestar assessoramento à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração;
- f. coordenar, na Empresa, os assuntos relativos à pauta das reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- g. analisar e consolidar os processos a serem submetidos à aprovação do Diretor-Presidente e da Diretoria Executiva, quanto ao atendimento das normas e legislação vigente;
- h. interagir com as áreas da Empresa, visando à condução e à análise de assuntos considerados relevantes para a administração;
- i. coordenar e consolidar as manifestações dos órgãos vinculados à Presidência e acompanhar, no âmbito da Empresa, os assuntos relatados pela Auditoria Interna;
- j. coordenar a elaboração e a manutenção dos aplicativos desenvolvidos no ambiente de colaboração relativos aos processos de Decisões Formais da Administração Superior e Conselho Fiscal;
- k. acompanhar o cumprimento das providências decorrentes das Decisões Formais da Administração Superior e Conselho Fiscal;
- l. coordenar a proposição de normas, procedimentos e demais atividades organizacionais no âmbito da Presidência;
- m. coordenar a execução das atividades concernentes ao apoio administrativo e financeiro ao Gabinete do Diretor-Presidente;
- n. coordenar a elaboração, consolidação e acompanhamento do Programa de Dispendios Globais e o Orçamento Interno, no âmbito da Presidência.

DO

RESPONSABILIDADES:

- a. dirigir a formulação das políticas e estratégias para a recepção, operação, manutenção dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- b. dirigir as políticas e estratégias para a implantação, operação e manutenção dos recursos de telemática operacional na empresa;
- c. apontar as necessidades de construção, repotencialização e recapacitação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, e dos sistemas de telecomunicações, sob o horizonte de análise da Operação;
- d. orientar o atendimento, de conformidade com as Normas da Empresa, do apoio administrativo e representação da Eletrosul, nos Estados de Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com exceção da Sede;
- e. dirigir e coordenar a prestação de serviços vinculados à operação e manutenção dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, e dos sistemas de telecomunicação;
- f. dirigir e coordenar a comercialização de energia elétrica da Usinas, frente aos demais agentes externos;
- g. contribuir na execução permanente de ações de melhoria socioambiental por parte da Empresa.

AGO

RESPONSABILIDADES:

- a. consolidar e acompanhar o Plano de Gestão da Diretoria;
- b. consolidar as informações gerenciais da Diretoria;
- c. coordenar a elaboração, consolidar e controlar os orçamentos no âmbito da Diretoria;

- d. coordenar e consolidar as manifestações dos órgãos da Diretoria no tocante às auditorias internas e de órgãos externos de controle;
- e. participar da proposição de diretrizes empresariais, políticas e estratégias administrativo-financeiras;
- f. coordenar a proposição de normas, procedimentos e demais atividades organizacionais, no âmbito da Diretoria;
- g. coordenar, na Diretoria, os assuntos relativos à pauta de reuniões da Diretoria Executiva;
- h. prestar serviços de apoio administrativo e financeiro às atividades do Gabinete do Diretor;
- i. coordenar e orientar na Diretoria, a execução das políticas de pessoal, suprimento e finanças;
- j. analisar e consolidar os processos a serem submetidos à aprovação do Diretor e Diretoria Executiva, quanto ao atendimento das normas e da legislação vigente;
- k. coordenar e supervisionar, na Diretoria, atividades relacionadas com engenharia de manutenção e operação, visando atender os padrões de qualidade e confiabilidade do sistema elétrico sob a responsabilidade da Empresa;
- l. coordenar o processo de celebração e gestão dos convênios junto aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia dos Estados de atuação da Eletrosul.

ACE

RESPONSABILIDADES:

- a. assessorar o Diretor nos assuntos vinculados às estratégias de comercialização de energia elétrica;
- b. coordenar as análises vinculadas ao comportamento do mercado de energia elétrica brasileiro, inclusive monitorando as políticas de governo relacionadas à expansão da oferta, de forma a orientar a tomada de decisão nos negócios de geração da Empresa;
- c. desenvolver as análises de atratividade dos negócios vinculados aos mercados Livre e Regulado, visando à tomada de decisão na comercialização de energia;
- d. coordenar as atividades relacionadas à participação da Empresa nos Leilões de Energia;
- e. coordenar a análise, elaboração e alteração, dependendo do caso, dos Contratos de Comercialização de Energia nos Mercados dos Ambientes Regulado e Livre;
- f. representar a Empresa junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e órgãos oficiais nas questões relativas à comercialização de energia elétrica;
- g. coordenar as atividades vinculadas ao cadastramento de usinas, bem como, do registro dos contratos de comercialização de energia;
- h. gerenciar as atividades relacionadas ao Sistema de Medição para Faturamento (SMF);
- i. supervisionar a inserção dos dados de medição de energia, visando administrar e controlar os relatórios de Contabilização e Liquidação de Energia na CCEE;
- j. coordenar as atividades de pesquisa e monitoração relativas ao Mercado Livre de Energia, inclusive a de análise das variações dos Preços de Liquidação de Diferenças – PLD na CCEE;
- k. coordenar as atividades vinculadas à comercialização de energia no Ambiente Livre, inclusive, a elaboração e alteração dos Contratos Bilaterais;
- l. coordenar as análises vinculadas à evolução dos mercados de crédito de carbono e resíduos da geração de energia elétrica;
- m. coordenar a comercialização de subprodutos da geração de energia elétrica;
- n. acompanhar o desenvolvimento da legislação setorial, as regras de mercado e os procedimentos de comercialização de energia, bem como os mercados de créditos de carbono e subprodutos da geração de energia elétrica; e
- o. monitorar os resultados dos estudos de planejamento vinculados à expansão do sistema de geração brasileiro (oferta, demanda e preço).

DEM

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar os planos de manutenção, desenvolvendo e implantando novos métodos e procedimentos;
- b. gerenciar a análise das ocorrências nos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica e definir medidas corretivas, preventivas e preditivas;
- c. gerenciar os contratos de serviços de grande porte ou de aquisições necessárias para a integridade e confiabilidade do sistema de geração e transmissão de energia elétrica;
- d. administrar o Banco de Dados da Manutenção;
- e. gerenciar a execução de inspeções e ensaios em subestações, usinas, laboratórios, fábricas, oficinas e instalações de terceiros;
- f. promover as melhorias nas fases de projeto de novas instalações e/ou ampliações, fornecendo subsídios técnicos aos órgãos de engenharia de expansão da Empresa;
- g. administrar comissões de testes de ampliações e/ou novos empreendimentos;
- h. gerenciar a definição de critérios de dimensionamento e logística de materiais e sobressalentes, bem como, das equipes de manutenção executiva;
- i. gerenciar a participação em pesquisas, estudos, análises, novos ensaios e implantações de novas tecnologias, novos métodos e técnicas de planejamento, incluindo projetos de P&D aprovados pela empresa;
- j. representar a Empresa junto às entidades do Setor Elétrico, nos assuntos vinculados à manutenção dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica.

DEME

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar o desenvolvimento e a implantação de novos métodos e procedimentos de manutenção, relacionados a equipamentos eletromecânicos e instalações civis de subestações e usinas;
- b. promover a análise das ocorrências e do desempenho dos equipamentos e definir medidas corretivas, preventivas e preditivas;
- c. coordenar a execução de ensaios elétricos especiais em subestações, usinas, laboratórios, oficinas e instalações de terceiros, relacionados a equipamentos eletromecânicos e instalações civis de subestações e usinas, inclusive inspeções e ensaios realizados em fábrica;
- d. promover o desenvolvimento de estudos, projetos, execução de recapitações, repotencializações e melhorias, em oficinas, laboratórios, subestações e usinas;
- e. coordenar os atendimentos emergenciais, relacionados a equipamentos eletromecânicos e instalações civis de subestações e usinas;
- f. coordenar a elaboração dos critérios de dimensionamento, controle, logística e manutenção de materiais e peças reservas, relacionados a equipamentos eletromecânicos e instalações civis de subestações e usinas;
- g. coordenar a elaboração de especificações técnicas para a contratação de serviços e/ou fornecimento de materiais, equipamentos e componentes;
- h. promover a participação nos projetos de novas instalações e ampliações, fornecendo subsídios técnicos aos órgãos de engenharia de expansão da Empresa, relacionados a equipamentos eletromecânicos e instalações civis;
- i. promover, em conjunto com o órgão de Gestão de Pessoas, treinamentos técnicos para as equipes de manutenção

- j. administrar o banco de dados institucional referente a equipamentos eletromecânicos e instalações civis de subestações e usinas;
- k. coordenar a elaboração de recomendações técnicas visando à normatização dos procedimentos de manutenção;
- l. participar de pesquisas, estudos, análises, novos ensaios e implantações de novas tecnologias relacionadas a equipamentos e instalações civis de subestações e usinas, incluindo projetos de P&D aprovados pela empresa;
- m. representar a Empresa nas entidades e comitês técnicos nacionais e internacionais, relacionadas a equipamentos e instalações civis de subestações e usinas;
- n. coordenar e propor critérios de dimensionamento e logística de equipes de manutenção executiva de equipamentos;
- o. coordenar a elaboração dos módulos de testes, quando do comissionamento de novas instalações, recapacitações, projetos de modificações e melhorias, relacionados a equipamentos eletromecânicos e instalações civis de subestações e usinas;
- p. administrar a Central de Manutenção, visando ao controle das parametrizações, ajustes dos equipamentos eletromecânicos de subestações e usinas;
- q. coordenar o desenvolvimento de referências metrológicas nas áreas físico-química e mecânica;
- r. coordenar a execução das atividades de rotina dos laboratórios: Alta tensão, físico-químico e de borrachas;
- s. coordenar a implantação dos sistemas de monitoramento de equipamentos, no âmbito da engenharia de manutenção;
- t. coordenar as atividades da oficina central, relacionada a revitalização de equipamentos e a regeneração de fluidos isolantes.

DEML

RESPONSABILIDADES

- a. coordenar o desenvolvimento e a implantação de novos métodos e procedimentos de manutenção, relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações;
- b. promover a análise das ocorrências e do desempenho das linhas de transmissão, e definir medidas corretivas, preventivas e preditivas;
- c. coordenar a execução de ensaios elétricos especiais em linhas, laboratórios e instalações de terceiros, relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações, inclusive inspeções e ensaios realizados em fábrica;
- d. promover o desenvolvimento de estudos, projetos, execução de recapacitações, repotencializações e melhorias relacionadas as linhas de transmissão e parte aérea de subestações;
- e. coordenar os atendimentos emergências, relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações;
- f. coordenar a elaboração dos critérios de dimensionamento, controle, logística e manutenção de materiais e peças reservas, relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações;
- g. coordenar estudos de viabilidade, elaboração de especificações técnicas para a contratação de serviços e/ou fornecimento de materiais, relacionados a linhas de transmissão;
- h. promover a participação nos projetos de novas instalações e ampliações, fornecendo subsídios técnicos aos órgãos de engenharia de expansão da Empresa, relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações;
- i. promover, em conjunto com o órgão de Gestão de Pessoas, treinamentos técnicos para as equipes de manutenção;
- j. administrar o banco de dados institucional referente a linhas de transmissão;

- k. coordenar a elaboração de recomendações técnicas visando à normatização dos procedimentos de manutenção;
- l. participar de pesquisas, estudos, análises, novos ensaios e implantações de novas tecnologias relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações, incluindo projetos de P&D aprovados pela empresa;
- m. representar a Empresa nas entidades e comitês técnicos nacionais e internacionais, relacionados a linhas de transmissão;
- n. coordenar e propor critérios de dimensionamento e logística de equipes de manutenção executiva de linhas de transmissão;
- o. promover o levantamento e edição de dados de geoprocessamento de torres e acessos de linhas de transmissão em operação;
- p. coordenar a elaboração de especificações técnicas, orçamentos e fiscalização, em relação aos contratos de supressão de vegetação e recuperação de acessos em linhas de transmissão;
- q. coordenar a participação nas atividades de inspeção, levantamento topográfico em faixa de servidão de linhas de transmissão em operação, bem como, a realização de análise técnica relacionada a travessias e solicitação aos proprietários quanto à retirada de benfeitorias e obstáculos construídos dentro da faixa de servidão.

DEMP

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar o desenvolvimento e a implantação de novos métodos e procedimentos de manutenção, relacionadas a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia e instrumentação de subestações e usinas;
- b. promover a análise das ocorrências e do desempenho dos sistemas e dispositivos de proteção e definir medidas corretivas e preventivas;
- c. coordenar a execução de ensaios elétricos especiais em subestações, usinas, laboratórios, oficinas e instalações de terceiros, relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia e instrumentação de subestações e usinas, inclusive inspeções e ensaios realizados em fábrica;
- d. promover o desenvolvimento de estudos, projetos, execução de recapitações, repotencializações e melhorias, em laboratórios elétricos, subestações e usinas;
- e. coordenar atendimentos emergenciais, relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia e instrumentação de subestações e usinas;
- f. coordenar os critérios de dimensionamento, controle, logística e manutenção de materiais e peças reservas, relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão e medição;
- g. coordenar a elaboração de especificações técnicas para a contratação de serviços e/ou fornecimento de materiais, sistemas, dispositivos e componentes;
- h. promover a participação nos projetos de novas instalações e ampliações, fornecendo subsídios técnicos aos órgãos de engenharia de expansão da Empresa, relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia e instrumentação de subestações e usinas;
- i. promover, em conjunto com o órgão de Gestão de Pessoas, treinamentos técnicos às equipes de manutenção;
- j. administrar o banco de dados institucional referente a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia e instrumentação de subestações e usinas;
- k. coordenar a elaboração de recomendações técnicas visando à normatização dos procedimentos de manutenção;

- l. coordenar a participação nas comissões de testes necessárias à colocação em operação de novos empreendimentos e/ou ampliações;
- m. participar de pesquisas, estudos, análises, novos ensaios e implantações de novas tecnologias relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia e instrumentação de subestações e usinas, incluindo projetos de P&D aprovados pela Empresa;
- n. representar a Empresa nas entidades e comitês técnicos nacionais e internacionais, relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia e instrumentação de subestações e usinas;
- o. coordenar e propor critérios de dimensionamento e logística de equipes de manutenção executiva de sistemas de proteção, controle;
- p. coordenar a elaboração dos módulos de testes, quando do comissionamento de novas instalações, recapacitações, projetos de modificações e melhorias, relacionadas a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia e instrumentação de subestações e usinas;
- q. administrar a Central de Manutenção, visando ao controle das parametrizações, ajustes, lógicas e softwares instalados nos dispositivos de medição, proteção, controle e supervisão de subestações e usinas;
- r. administrar o Programa Anual de Manutenção da Medição de Energia;
- s. coordenar as referências metrológicas na área Elétrica, junto ao INMETRO.

DEMT

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar o desenvolvimento e a implantação de novos métodos e procedimentos de manutenção, relacionados a sistemas e dispositivos de telecomunicação, telecontrole, teleproteção e supervisão, em subestações, estações repetidoras e usinas;
- b. promover a análise das ocorrências e do desempenho dos sistemas e dispositivos de comunicação e definir medidas corretivas, preventivas;
- c. coordenar a execução de ensaios elétricos especiais em subestações, usinas, laboratórios e instalações de terceiros, relacionados a sistemas e dispositivos de telecomunicação, inclusive inspeções e ensaios realizados em fábrica;
- d. promover o desenvolvimento de estudos, projetos, execução de recapacitações, repotencializações e melhorias, em sistemas de telecomunicação de subestações, repetidoras e usinas;
- e. coordenar os atendimentos emergências, em sistemas de telecomunicação instalados em subestações, estações repetidoras e usinas;
- f. coordenar os critérios de dimensionamento, controle, logística e manutenção de materiais e peças reservas, relacionados a sistemas de telecomunicação;
- g. coordenar a elaboração de especificações técnicas para a contratação de serviços e/ou fornecimento de materiais, sistemas, dispositivos e componentes de telecomunicação;
- h. promover a participação nos projetos de novas instalações e ampliações, fornecendo subsídios técnicos aos órgãos de engenharia de expansão da Empresa relacionados a sistemas de telecomunicação;
- i. promover, em conjunto com o órgão de Gestão de Pessoas, treinamentos técnicos para as equipes de manutenção;
- j. coordenar a elaboração de recomendações técnicas visando à normatização dos procedimentos de manutenção;
- k. participar de pesquisas, estudos, análises, novos ensaios e implantações de novas tecnologias relacionados a sistemas e dispositivos de telecomunicação, telecontrole, teleproteção e

supervisão, em subestações, estações repetidoras e usinas, incluindo projetos de P&D aprovados pela Empresa;

- l. representar a Empresa nas entidades e comitês técnicos nacionais e internacionais, relacionadas a sistemas de telecomunicação;
- m. coordenar e propor critérios de dimensionamento e logística de equipes de manutenção executiva, relacionadas a sistemas de telecomunicação;
- n. coordenar a elaboração dos módulos de testes, quando do comissionamento de novas instalações, projetos de modificações e melhorias, relacionadas a sistemas de telecomunicação;
- o. administrar a Central de Manutenção, visando ao controle das parametrizações, ajustes, lógicas e softwares instalados nos dispositivos de telecomunicação;
- p. coordenar e supervisionar manutenções preventivas e corretivas em sistemas de telecomunicação, de subestações, usinas e estações repetidoras.

DMO

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar a execução da manutenção dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica e de telecomunicações, bem como, o desenvolvimento, a implantação e a coordenação do sistema de administração da manutenção dos equipamentos e instalações dos sistemas de transmissão e geração da Eletrosul;
- b. gerenciar a execução das atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. coordenar a execução do comissionamento de novas instalações dos sistemas de transmissão e geração;
- d. gerenciar o desenvolvimento de estudos e a implantação de projetos de recapacitação, repotencialização e modernização de equipamentos e instalações dos sistemas de transmissão e de geração;
- e. gerenciar as atividades relativas aos recursos de manutenção alocados nas oficinas descentralizadas;
- f. gerenciar o atendimento aos requisitos de preservação do meio ambiente e execução do monitoramento ambiental de Usinas e demais instalações em operação da Empresa;
- g. gerenciar questões fundiárias referentes a embargos, invasões de faixas de domínio e danos provocados por ação de terceiros;
- h. gerenciar os contratos de locação e comodatos de bens e/ou direitos de natureza imobiliária, bem como, os de prestação de serviços.

DCTA

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar o planejamento e controlar as atividades de manutenção e apoio à operação;
- b. coordenar e supervisionar as atividades de manutenção e apoio à operação, recapacitação e comissionamento de novas instalações;
- c. coordenar a participação nas pesquisas e na implantação de novas metodologias de manutenção, visando à melhoria permanente, em conjunto com as Divisões de Engenharia de Manutenção do Departamento de Engenharia de Manutenção;
- d. coordenar e controlar o andamento das recomendações relacionadas com a manutenção, oriundas de relatórios de ocorrências no Sistema de Transmissão e de Geração;

- e. gerenciar junto às áreas da Sede, as solicitações relacionadas a assuntos administrativos, financeiros (contábil e orçamentário), de suprimento e de informática, feitas pelas Divisões Regionais do Departamento;
- f. prestar suporte à área de negócios, na análise de contratos e definição de orçamentos relacionados à área de manutenção;
- g. realizar a gestão econômica dos desligamentos das instalações de transmissão, para a mitigação dos impactos da Parcela Variável;
- h. desenvolver e aprimorar os sistemas de informação da manutenção e apoio à operação;
- i. coordenar o desenvolvimento de índices para avaliação do desempenho das instalações e das equipes de manutenção e apoio à operação;
- j. consolidar as informações para envio aos órgãos de fiscalização (ONS, ANEEL) em atendimento aos Procedimentos de Rede;
- k. manter o controle e a guarda do acervo de Instruções de Manutenção, que compõem os Manuais de Manutenção e promover a sua publicação, distribuição e controle de atualizações;
- l. coordenar o levantamento de informações do sistema informatizado de gestão de ativos, através de inspeções nas subestações e usinas;
- m. controlar o orçamento global (investimento e custeio) do Departamento;
- n. coordenar o atendimento e respostas às recomendações dos Relatórios de Auditoria Interna;
- o. coordenar o processo de elaboração, atualização e inspeção dos Planos de Contingências;
- p. controlar os dados referentes ao estoque de equipamentos reserva, zelando pela qualidade das informações dos almoxarifados da manutenção;
- q. coordenar o atendimento aos requisitos de preservação do meio ambiente e execução do monitoramento ambiental de Usinas e demais instalações em operação da Empresa;
- r. coordenar o atendimento das questões fundiárias referentes a embargos, invasões de faixas de domínio e danos provocados por ação de terceiros.

DRMS

RESPONSABILIDADES:

- a. programar, coordenar e executar a manutenção e inspeção das subestações, usinas e linhas de transmissão de sua área de atuação;
- b. coordenar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações ;
- c. programar, coordenar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- d. programar e executar a manutenção e inspeção em equipamentos da Empresa instalados nas subestações e usinas de terceiros, localizadas na sua área de atuação;
- e. executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- f. desenvolver estratégias e planos de ação para a execução e acompanhamento das atividades vinculadas à manutenção e infraestrutura;
- g. zelar pelo patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão e geração localizado sua área de atuação;
- h. controlar e executar as atividades de preservação, fiscalização e utilização de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- i. promover e encaminhar medidas administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;

- j. controlar e executar as ações necessárias à manutenção patrimonial e legal em todas as instalações e empreendimentos em operação da Empresa, sejam estes de geração e/ou subestações e linhas de transmissão energizadas em sua área de atuação;
- k. controlar e executar o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento de Usinas e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- l. administrar e fiscalizar a execução de serviços e obras de adição sob sua responsabilidade;
- m. elaborar e controlar os contratos de locação e comodatos de bens e/ou direitos de natureza imobiliária;
- n. executar a revisão geral e a recuperação de equipamentos de subestação e usinas, em suas oficinas eletromecânicas;
- o. controlar e manter o sistema de telemedição e medição de faturamento da sua área de atuação.

DROE

RESPONSABILIDADES:

- a. programar, coordenar e executar a manutenção e inspeção das subestações, usinas e linhas de transmissão de sua área de atuação;
- b. coordenar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações ;
- c. programar, coordenar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- d. programar e executar a manutenção e inspeção em equipamentos da Empresa instalados nas subestações e usinas de terceiros, localizadas na sua área de atuação;
- e. executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- f. desenvolver estratégias e planos de ação para a execução e acompanhamento das atividades vinculadas à manutenção e infraestrutura;
- g. zelar pelo patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão e geração localizado sua área de atuação;
- h. controlar e executar as atividades de preservação, fiscalização e utilização de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- i. promover e encaminhar medidas administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- j. controlar e executar as ações necessárias à manutenção patrimonial e legal em todas as instalações e empreendimentos em operação da Empresa, sejam estes de geração e/ou subestações e linhas de transmissão energizadas em sua área de atuação;
- k. controlar e executar o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento de Usinas e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- l. administrar e fiscalizar a execução de serviços e obras de adição sob sua responsabilidade;
- m. elaborar e controlar os contratos de locação e comodatos de bens e/ou direitos de natureza imobiliária;
- n. executar a revisão geral e a recuperação de equipamentos de subestação e usinas, em suas oficinas eletromecânicas;
- o. controlar e manter o sistema de telemedição e medição de faturamento da sua área de atuação.

DRPR

RESPONSABILIDADES:

- a. programar, coordenar e executar a manutenção e inspeção das subestações, usinas e linhas de transmissão de sua área de atuação;
- b. coordenar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações ;
- c. programar, coordenar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- d. programar e executar a manutenção e inspeção em equipamentos da Empresa instalados nas subestações e usinas de terceiros, localizadas na sua área de atuação;
- e. executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- f. desenvolver estratégias e planos de ação para a execução e acompanhamento das atividades vinculadas à manutenção e infraestrutura;
- g. zelar pelo patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão e geração localizado sua área de atuação;
- h. controlar e executar as atividades de preservação, fiscalização e utilização de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- i. promover e encaminhar medidas administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- j. controlar e executar as ações necessárias à manutenção patrimonial e legal em todas as instalações e empreendimentos em operação da Empresa, sejam estes de geração e/ou subestações e linhas de transmissão energizadas em sua área de atuação;
- k. controlar e executar o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento de Usinas e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- l. administrar e fiscalizar a execução de serviços e obras de adição sob sua responsabilidade;
- m. elaborar e controlar os contratos de locação e comodatos de bens e/ou direitos de natureza imobiliária;
- n. executar a revisão geral e a recuperação de equipamentos de subestação e usinas, em suas oficinas eletromecânicas;
- o. controlar e manter o sistema de telemedição e medição de faturamento da sua área de atuação.

DRRO

RESPONSABILIDADES:

- a. programar, coordenar e executar a manutenção e inspeção das subestações, usinas e linhas de transmissão de sua área de atuação;
- b. coordenar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações ;
- c. programar, coordenar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;

- d. programar e executar a manutenção e inspeção em equipamentos da Empresa instalados nas subestações e usinas de terceiros, localizadas na sua área de atuação;
- e. executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- f. desenvolver estratégias e planos de ação para a execução e acompanhamento das atividades vinculadas à manutenção e infraestrutura;
- g. zelar pelo patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão e geração localizado sua área de atuação;
- h. controlar e executar as atividades de preservação, fiscalização e utilização de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- i. promover e encaminhar medidas administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- j. controlar e executar as ações necessárias à manutenção patrimonial e legal em todas as instalações e empreendimentos em operação da Empresa, sejam estes de geração e/ou subestações e linhas de transmissão energizadas em sua área de atuação;
- k. controlar e executar o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento de Usinas e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- l. administrar e fiscalizar a execução de serviços e obras de adição sob sua responsabilidade;
- m. elaborar e controlar os contratos de locação e comodatos de bens e/ou direitos de natureza imobiliária;
- n. executar a revisão geral e a recuperação de equipamentos de subestação e usinas, em suas oficinas eletromecânicas;
- o. controlar e manter o sistema de telemedição e medição de faturamento da sua área de atuação.

DRRS

RESPONSABILIDADES:

- a. programar, coordenar e executar a manutenção e inspeção das subestações, usinas e linhas de transmissão de sua área de atuação;
- b. coordenar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações ;
- c. programar, coordenar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- d. programar e executar a manutenção e inspeção em equipamentos da Empresa instalados nas subestações e usinas de terceiros, localizadas na sua área de atuação;
- e. executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- f. desenvolver estratégias e planos de ação para a execução e acompanhamento das atividades vinculadas à manutenção e infraestrutura;
- g. zelar pelo patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão e geração localizado sua área de atuação;
- h. controlar e executar as atividades de preservação, fiscalização e utilização de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- i. promover e encaminhar medidas administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;

- j. controlar e executar as ações necessárias à manutenção patrimonial e legal em todas as instalações e empreendimentos em operação da Empresa, sejam estes de geração e/ou subestações e linhas de transmissão energizadas em sua área de atuação;
- k. controlar e executar o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento de Usinas e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- l. administrar e fiscalizar a execução de serviços e obras de adição sob sua responsabilidade;
- m. elaborar e controlar os contratos de locação e comodatos de bens e/ou direitos de natureza imobiliária;
- n. executar a revisão geral e a recuperação de equipamentos de subestação e usinas, em suas oficinas eletromecânicas;
- o. controlar e manter o sistema de telemedição e medição de faturamento da sua área de atuação.

DRSC

RESPONSABILIDADES:

- a. programar, coordenar e executar a manutenção e inspeção das subestações, usinas e linhas de transmissão de sua área de atuação;
- b. coordenar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações ;
- c. programar, coordenar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- d. programar e executar a manutenção e inspeção em equipamentos da Empresa instalados nas subestações e usinas de terceiros, localizadas na sua área de atuação;
- e. executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- f. desenvolver estratégias e planos de ação para a execução e acompanhamento das atividades vinculadas à manutenção e infraestrutura;
- g. zelar pelo patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão e geração localizado sua área de atuação;
- h. controlar e executar as atividades de preservação, fiscalização e utilização de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- i. promover e encaminhar medidas administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- j. controlar e executar as ações necessárias à manutenção patrimonial e legal em todas as instalações e empreendimentos em operação da Empresa, sejam estes de geração e/ou subestações e linhas de transmissão energizadas em sua área de atuação;
- k. controlar e executar o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento de Usinas e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- l. administrar e fiscalizar a execução de serviços e obras de adição sob sua responsabilidade;
- m. elaborar e controlar os contratos de locação e comodatos de bens e/ou direitos de natureza imobiliária;
- n. executar a revisão geral e a recuperação de equipamentos de subestação e usinas, em suas oficinas eletromecânicas;
- o. controlar e manter o sistema de telemedição e medição de faturamento da sua área de atuação.

DOS

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar o planejamento da operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- b. gerenciar a operação, em tempo real, dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- c. gerenciar o fluxo de informações referentes à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- d. gerenciar os sistemas de proteção, controle e supervisão, associados aos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- e. gerenciar a normatização dos procedimentos para operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- f. gerenciar a elaboração do Acordo Operativo e a análise dos contratos da operação;
- g. representar a Empresa junto aos agentes do Setor Elétrico, nos assuntos vinculados à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- h. analisar as ocorrências nos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica; e
- i. elaborar estudos associados às atividades de operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica.

DNEO

RESPONSABILIDADES:

- a. elaborar e atualizar os Manuais de Operação de subestações e usinas;
- b. efetuar o treinamento operacional na aplicação dos Manuais de Operação;
- c. elaborar e atualizar os Diagramas Unifilares Operacionais de subestações e usinas;
- d. elaborar e cadastrar a identificação e posição operacional dos equipamentos e instalações;
- e. elaborar e atualizar, em conjunto com as empresas envolvidas, os Acordos Operativos;
- f. efetuar a análise dos contratos que envolvam a operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- g. coordenar a elaboração e acompanhamento dos custos referentes às atividades de operação;
- h. definir os padrões de qualidade dos procedimentos, sistemas de controle e supervisão da operação;
- i. efetuar a análise dos projetos das ampliações ou modificações nos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, com vistas aos padrões de qualidade da operação;
- j. analisar os projetos das unidades operativas, no que se refere a intertravamento e controle;
- k. participar do comissionamento de ampliações, modificações e novas instalações, com vistas aos padrões de qualidade dos procedimentos, sistemas de controle e supervisão da operação;
- l. analisar a execução dos procedimentos operacionais nas ocorrências dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- m. acompanhar as indisponibilidades nos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica e analisar os reflexos na Receita Anual Permitida e na satisfação do cliente externo;
- n. propor, obter e avaliar índices para análise do desempenho dos equipamentos, sistemas de supervisão e controle, linhas de transmissão, usinas e equipes operacionais do sistema da Eletrosul, empresas associadas e/ou de terceiros prestadores de serviços de operação e manutenção;
- o. efetuar o cadastro e a classificação, além de manter atualizados os bancos de dados das análises de pós-operação;

- p. propor, obter e avaliar índices para análise do desempenho das interligações com outras empresas;
- q. efetuar a análise dos processos e resultados operacionais, interagindo com as áreas envolvidas, ONS e agentes de operação;
- r. efetuar o estudo e acompanhamento das recomendações de melhorias dos processos operacionais;
- s. efetuar a análise e acompanhamento do atendimento das recomendações aos processos operacionais emitidas pelo ONS, ANEEL e clientes externos;
- t. efetuar o acompanhamento das instalações, com o objetivo de aprimorar a qualidade e o atendimento das ações operacionais;
- u. elaborar relatórios periódicos de acompanhamento, avaliação e estatística da operação;
- v. coordenar e elaborar relatórios de acompanhamento da operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- w. manter disponibilizado o acervo documental de normatização e de pós-operação.

DPES

RESPONSABILIDADES:

- a. elaborar e analisar estudos pré-operacionais e analisar a operação e o desempenho de equipamentos, linhas de transmissão e usinas, sob o foco sistêmico;
- b. participar de ensaios em campo para verificação do desempenho operacional e funcional de equipamentos do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica, bem como da qualidade de energia;
- c. analisar novos empreendimentos quanto aos aspectos de flexibilidade operativa, confiabilidade, sistemas de proteção, controle e supervisão;
- d. testar e manter programas computacionais desenvolvidos por terceiros ou adquiridos pela Empresa, bem como desenvolver programas auxiliares de pequeno porte, voltados à aplicação nas áreas de estudos elétricos e proteção de sistemas;
- e. administrar o banco de dados de características e limitações elétricas dos equipamentos e linhas do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica;
- f. realizar estudos de superação de equipamentos e instalações do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica;
- g. participar da elaboração dos estudos de planejamento da operação, elaborados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, e avaliar seus reflexos na Empresa;
- h. realizar estudos para subsidiar a especificação de equipamentos do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica;
- i. determinar a capacidade operativa dos componentes do sistema de transmissão;
- j. coordenar e realizar estudos de confiabilidade, para estabelecimento da reserva de equipamentos, no horizonte da operação;
- k. calcular os ajustes e parametrizar os dispositivos de proteção e registradores de perturbações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica;
- l. definir a filosofia, critérios de ajuste e esquemas das proteções do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica;
- m. solicitar às áreas de manutenção, testes nos relés, esquemas de proteção e sistema de supervisão da proteção, acompanhando o desenvolvimento dos mesmos, e, à área de engenharia, modificações nos esquemas de proteção e no sistema de supervisão da proteção, bem como coordenar as solicitações de modificações nos esquemas de proteção;
- n. participar em testes de dispositivos de proteção e registradores de perturbações do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica, em fábrica, laboratório e campo;

- o. analisar as ocorrências no sistema de transmissão e de geração de energia elétrica, focando no desempenho da proteção e do sistema e identificação da causa do desligamento;
- p. alimentar o banco de dados do sistema integrado de análise de perturbações, com os dados estatísticos da Empresa, e elaborar relatórios estatísticos de desempenho da proteção e das causas dos desligamentos forçados dos componentes do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica;
- q. elaborar e manter atualizados os diagramas unifilares de medição e proteção das subestações e usinas;
- r. administrar e elaborar estudos de curto-circuito no sistema de transmissão e geração de energia elétrica;
- s. participar do comissionamento de ampliações e novas instalações de transmissão e de geração, nos aspectos de proteção, supervisão da proteção e de registradores de perturbações;
- t. Definir, analisar, ajustar e solicitar a implantação de esquemas especiais de proteção e controle em equipamentos e linhas de transmissão;
- u. acompanhar a metodologia de cálculo, alocação e quantificação da reserva de potência operativa junto ao ONS, voltada às usinas da Empresa;
- v. solicitar às áreas de manutenção, testes especiais de sistemas, tais como energização e rejeição de carga em linhas de transmissão e transformadores e demais testes voltados à área de transitórios eletromagnéticos de sistemas, acompanhando o desenvolvimento dos mesmos;
- w. elaborar e manter o Banco de Dados de Linhas de Transmissão e Equipamentos, no âmbito do Departamento de Operação do Sistema; e
- x. analisar e definir, com subsídios do Departamento de Manutenção do Sistema, a aplicação de sobrecarga em transformadores de potência e linhas de transmissão da Empresa.

DVOS

RESPONSABILIDADES:

- a. controlar, comandar e executar a operação em tempo real de subestações e usinas;
- b. supervisionar e controlar as condições operacionais dos equipamentos dentro dos limites e características operacionais;
- c. coordenar, elaborar e executar o programa de desligamentos e a execução de serviços em equipamentos e instalações de geração e transmissão da Eletrosul, empresas associadas e/ou terceiros, com os quais a Empresa venha a compartilhar serviços e instalações;
- d. analisar e dar suporte em tempo real à operação, e coordenar e executar as manobras nas subestações e usinas da Eletrosul;
- e. supervisionar, controlar, comandar e executar a operação na rede fora da área de atuação do Operador Nacional do Sistema de Transmissão - ONS;
- f. supervisionar o sistema de comunicação de dados, voz e medição;
- g. analisar o desempenho do sistema de supervisão, controle e comando, em tempo real;
- h. analisar as ocorrências de tempo real e a programação das solicitações de intervenções nos equipamentos e linhas de transmissão e geração que envolvem o sistema da Empresa;
- i. identificar e coordenar, em conjunto com o órgão de gestão de pessoas, o programa de treinamento e acompanhamento comportamental para os operadores das subestações, usinas e Centro de Operação da Empresa;
- j. coordenar e elaborar o Programa Mensal de Desligamento - PMD;
- k. elaborar e manter atualizadas as informações técnicas dos equipamentos das instalações de usina e subestação da Empresa;
- l. desenvolver rotinas, sistemáticas e ferramentas para melhorar a performance dos sistemas de solicitações de Intervenção e gerenciamento das rotinas de operação;

- m. analisar, em conjunto com as áreas de estudos elétricos e energéticos, as implicações operativas de desligamentos solicitados, determinando configurações e condições mais adequadas à realização dos serviços;
- n. difundir, para as áreas de manutenção e expansão, os critérios e procedimentos referente à análise, programação e execução de desligamentos;
- o. analisar os relatórios diários e mensais operacionais das Subestações, acompanhar pendências, execução de pedidos de serviços e alterações nas manutenções, interagindo com os setores de manutenção;
- p. zelar pela conservação e segurança das instalações das Subestações e Usinas;
- q. cumprir e orientar para a observância das normas técnicas de segurança, durante a execução de serviços nas instalações por equipes da Empresa ou empresas contratadas;
- r. supervisionar, controlar, comandar e executar a operação dos reservatórios, em regime normal de operação, nas usinas sob a responsabilidade da Eletrosul, resguardando a segurança dos reservatórios e minimizando os danos a montante e a jusante quando da operação dos reservatórios sob a sua responsabilidade operacional;
- s. acompanhar e elaborar a programação energética das usinas da Eletrosul, representando-a junto aos demais agentes do setor elétrico;
- t. participar e alterar, em comum acordo com o ONS, o programa diário de operação, programa de intervenções em usinas, produção, defluência relativa ao programa diário de carga e frequência;
- u. analisar restrições de ordem ambiental e de uso múltiplo da água, que possam interferir na formulação dos planos e programas de operação;
- v. efetuar estudos hidrometeorológicos e de dados hidráulicos operativos, necessários à operação do sistema, e informar as restrições hidráulicas temporárias para a operação dos reservatórios da Eletrosul, ao ONS;
- w. acompanhar, diariamente, a operação dos sistemas de transmissão e geração da Empresa, visando divulgar resultados da operação e analisar as ocorrências e não conformidades.

DTL

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar as atividades de planejamento, especificação, projeto, aquisição, implantação e administração das estações de trabalho, servidores corporativos, sistemas de armazenamento e backup de dados e sistemas de rede de dados da Empresa, englobando os serviços de base de dados, armazenamento e cópia de segurança da base de dados, DNS, DHCP, antivírus, Internet, autenticação e acesso seguro de usuários a rede de dados e softwares básicos;
- b. gerenciar as atividades de planejamento, especificação, projeto, aquisição, instalação e administração da infraestrutura de telemática, voltados a ampliação da capacidade dos ambientes em operação;
- c. gerenciar a implantação de melhorias funcionais e o desenvolvimento de novas soluções de projeto da infraestrutura de telemática, buscando ampliar o nível de desempenho e promover a constante atualização tecnológica dos sistemas em operação;
- d. administrar as representações externas a empresa, junto aos órgãos públicos e privados visando a regularização dos sistemas e serviços de telemática e participações em grupos de pesquisa e estudos sobre tecnologias voltadas a sistemas e serviços de telemática;
- e. gerenciar e prospectar novas oportunidades de negócios na prestação de serviços de telemática;
- f. gerenciar a elaboração e administração do plano de contingências e da estratégia de segurança da Empresa relacionados a infraestrutura e aos serviços de telemática;

- g. gerenciar a operação e o suporte para infraestrutura e serviços de telemática, visando atender áreas e processos da Empresa, dentro dos níveis de serviço acordados;
- h. gerenciar a administração dos ambientes computacionais, corporativo e industrial em operação, garantindo o acesso seguro aos usuários;
- i. gerenciar a padronização dos serviços de telemática, garantindo a operabilidade dos sistemas em produção da Empresa;
- j. gerenciar o processo de aquisição de infraestrutura, equipamentos e softwares básicos voltados aos serviços de telemática;
- k. gerenciar as licenças de direito de uso de hardwares e softwares básicos dos serviços de telemática;
- l. gerenciar e implementar a política de segurança, visando controle de acesso, disponibilidade, integridade e a inviolabilidade dos dados sob a guarda do órgão de telemática;
- m. gerenciar o Plano Diretor de Telemática;
- n. gerenciar o TAF (Teste de Aceitação em Fábrica) e o TAC (Teste de Aceitação em Campo) de novos equipamentos de telemática voltados a melhorias e ampliação dos ambientes em operação;
- o. participar do TAF e do TAC de novos equipamentos de telecomunicação e automação voltados a ampliação do sistema elétrico;
- p. gerenciar o atendimento, através do "help desk", de todas as solicitações de usuários de telemática;
- q. gerenciar, operar e administrar o acesso às informações, do sistema elétrico provenientes do Sistema Supervisório da Empresa, necessárias às áreas de estudos, planejamento, pré e pós operação, engenharia de manutenção e áreas afins da Empresa, garantindo a segurança da informação e a integridade dos sistemas; e
- r. gerenciar e administrar os sistemas de comunicação móvel, telefonia fixa, supervisão de imagens (patrimonial e operacional) e videoconferência, bem como todos os dispositivos inteligentes.

DPOT

RESPONSABILIDADES:

- a. Identificar as necessidades e a demanda de infraestrutura para atendimento aos serviços de telecomunicação e informática para atendimento às áreas de administração, operação e manutenção;
- b. planejar, homologar, especificar e analisar propostas de fornecedores envolvendo a implantação de melhorias na infraestrutura e recursos de telecomunicação e informática, em decorrência da análise de capacidade/disponibilidade dos serviços para atendimento a requisitos operacionais e administrativos;
- c. propor diretrizes para a programação orçamentária da infraestrutura, recursos e serviços de telecomunicação e informática em atendimento as áreas da empresa;
- d. regularizar os sistemas de telecomunicação e informática junto aos órgãos públicos em consequência de novas exigências na legislação e melhorias na infraestrutura de telemática;
- e. acompanhar os Testes de Aceitação em Fábrica - TAF e os Testes de Aceitação em Campo - TAC, relativos a equipamentos e sistemas de telecomunicação e informática oriundos de novos empreendimentos de expansão do setor elétrico;
- f. coordenar os Testes de Aceitação em Fábrica - TAF e os Testes de Aceitação em Campo - TAC, relativos a equipamentos e sistemas de telecomunicação e informática em decorrência da aplicação de melhorias;
- g. administrar sistemas de reparo em garantia relativos a infraestrutura que compõem os sistemas computacionais;

- h. administrar, supervisionar e operar os sistemas de infraestrutura, recursos e serviços de telecomunicação e informática que compõem o Centro de Controle de Telecomunicações, os Datacenters (principal e contingência), as redes de dados corporativa (LAN e WAN) e operacional (WAN) e os equipamentos de Quality of Service – QoS, realizando o monitoramento, a análise e o relatório de performance dos servidores, do acesso à Internet e do tráfego de dados na rede computacional e corporativa avaliando o desempenho dos roteadores, switch, appliances, servidores, storages e unidades de fitas;
- i. apoiar e proporcionar as condições para atualização e desenvolvimento profissional no estado da arte aos empregados;
- j. apoiar tecnicamente o Departamento na prospecção de novas oportunidades de negócios de prestação de serviços de telecomunicação e informática;
- k. planejar, projetar, implantar e gerenciar a segurança do acesso à rede de dados corporativa e operacional da Empresa;
- l. prospectar novas tecnologias aplicadas à infraestrutura de telecomunicação e informática;
- m. representar externamente a ELETROSUL, junto a órgãos públicos e privados, no tocante a assuntos de telecomunicações e informática;
- n. estudar, prospectar e homologar padrões de softwares em conjunto com o órgão de Gestão da Informação para as estações de trabalho e administrar as licenças de direito de uso de softwares operacionais e da cesta básica na Empresa;
- o. administrar e operar os sistemas de armazenamento (storage), de cópias de segurança (back-up), mantendo cópias de segurança do acervo de dados e programas da Empresa;
- p. especificar, instalar, configurar e administrar o sistema de base de dados corporativo.
- q. administrar contas de usuários nos servidores e sistemas de informações em conjunto com o órgão de Gestão da Informação;
- r. administrar os servidores, estações de trabalho e infraestrutura da rede computacional corporativa prestando apoio na administração das redes locais em áreas descentralizadas;
- s. administrar os Serviços de Rede (Domain Name System - DNS, Dynamic Host Configuration Protocol - DHCP, serviço de impressão, acesso a dados e recursos);
- t. administrar o serviço de autenticação e acesso no ambiente Windows na rede;
- u. administrar o sistema de antivírus das estações de trabalho e Internet;
- v. planejar e administrar o acesso da Empresa a Internet;
- v. administrar e planejar a atualização dos softwares das estações de trabalho pela Rede; e
- w. efetuar a especificação técnica para a contratação de serviços de manutenção e de suporte técnico à rede computacional corporativa, sistemas de armazenamento e de base de dados e servidores.

DSSA

RESPONSABILIDADES:

- a. prestar suporte técnico aos usuários e realizar correções e melhorias nos sistemas de supervisão digital e automação de subestações, usinas e centros de controle, compreendendo sistemas *scada* e *ems*, unidades terminais remotas, concentradores de dados, gateways de comunicação e dispositivos digitais de aquisição e controle;
- b. propor e realizar melhorias funcionais, e desenvolver novas soluções de projeto para sistemas de supervisão digital e automação, buscando ampliar o nível de desempenho e promover a constante atualização tecnológica dos sistemas em operação;
- c. definir requisitos, analisar projeto, comissionar e dar aceitação final aos sistemas de supervisão digital e automação para novos empreendimentos e ampliações de subestações, usinas e centros de controle;

- d. gerenciar centralizadamente e manter atualizadas as telas de operação, e as bases de dados dos sistemas *scada* e *ems*, unidades terminais remotas, concentradores de dados, gateways de comunicação e dispositivos digitais de aquisição e controle;
- e. manter o Laboratório de Automação, Supervisão e Controle - LASC, executando em laboratório, testes de interoperabilidade, novas configurações, montagens e desenvolvimentos, visando validar instalações em campo;
- f. manter o Centro de Controle de Automação - CCA, para o acesso e o gerenciamento remoto dos sistemas de supervisão digital e automação, instalados nas subestações, usinas e centros de controle, fazendo o monitoramento contínuo do desempenho e da disponibilidade dos equipamentos, bem como, executando reparos e melhorias remotamente;
- g. manter e realizar melhorias e ampliações dos serviços e de infraestrutura relacionados aos sistemas digitais de supervisão e automação para o Centro de Operação do Sistema Eletrosul - COSE, o Centro de Operação de Contingência - COC, os Centros Regionais de Operação de Instalações - CROIs, e salas de controle de subestações e usinas;
- h. controlar o acesso às informações do sistema elétrico da Eletrosul, disponíveis nos sistemas *scada* e *ems*, das subestações, usinas e centros de controle, necessárias às áreas de estudos, planejamento, pré e pós operação, engenharia de manutenção e áreas afins da Empresa, bem como, disponibilizar acesso ao ONS e aos outros agentes do Setor Elétrico, garantindo a segurança da informação e a integridade dos sistemas;
- i. fazer o controle dos equipamentos, programas e contratos, associados aos sistemas de supervisão digital e automação, do ponto de vista de peças de reposição, vida útil do parque instalado, necessidades de aquisição, suporte e garantias de fornecedores e parceiros; e
- j. promover o treinamento contínuo dos usuários, principalmente operadores, dos sistemas de supervisão digital e automação de subestações, usinas e centros de controle.

DE

RESPONSABILIDADES:

- a. dirigir a formulação das políticas e estratégias para a participação da Empresa nos leilões de transmissão e geração de energia elétrica;
- b. dirigir a formulação das políticas e estratégias para construção, repotencialização e recapacitação do sistema de transmissão de energia elétrica;
- c. dirigir a formulação das políticas e estratégias para a implantação das Usinas e Pequenas Centrais Hidrelétricas da Empresa;
- d. dirigir a formulação das políticas e estratégias para estudos e implementação de edificações, de urbanismo e de infraestrutura dos empreendimentos, das instalações de apoio e de segurança dos sistemas em operação;
- e. dirigir a formulação de políticas e estratégias para administração do patrimônio imobiliário da Empresa;
- f. dirigir a formulação e a implementação das políticas e estratégias socioambientais corporativas;
- g. promover a administração e o controle da participação da Empresa nos empreendimentos em implantação;
- h. administrar a execução dos programas Luz para Todos e PRC-PRODEEM nos estados que integram a área de atuação da empresa;
- i. dirigir a formulação das políticas e estratégias de pesquisa e desenvolvimento da Empresa.

AGE

RESPONSABILIDADES:

- a. consolidar e acompanhar o Plano de Gestão da Diretoria;
- b. consolidar as informações gerenciais da Diretoria;
- c. coordenar a elaboração, consolidar e controlar os orçamentos no âmbito da Diretoria;
- d. coordenar e consolidar as manifestações dos órgãos da Diretoria no tocante às auditorias internas e de órgãos externos de controle;
- e. participar da proposição de diretrizes empresariais, políticas e estratégias administrativa-financeiras;
- f. prestar serviços de apoio administrativo e financeiro às atividades do Gabinete do Diretor;
- g. coordenar a proposição de normas, procedimentos e demais atividades organizacionais, no âmbito da Diretoria;
- h. coordenar e orientar na Diretoria, a execução das políticas de pessoal, suprimento e finanças da Empresa;
- i. coordenar na Diretoria os assuntos relativos à pauta de reuniões da Diretoria Executiva; e
- j. analisar e consolidar os processos a serem submetidos à aprovação do Diretor e Diretoria Executiva, quanto ao atendimento das normas e da legislação vigente.

ARN

RESPONSABILIDADES:

- a. assessorar o Diretor nos assuntos vinculados à formulação das políticas e estratégias da expansão do sistema de transmissão e geração de energia elétrica e da gestão patrimonial e sócio-ambiental;
- b. assessorar o Diretor nos assuntos vinculados à implantação e construção de empreendimentos de transmissão e geração de energia elétrica, repotencialização e recapacitação, administração patrimonial e gestão sócio-ambiental;
- c. assessorar o Diretor nos assuntos vinculados a novos negócios da expansão da transmissão e da geração de energia elétrica;
- d. coordenar as ações relativas ao desenvolvimento de negócios;
- e. coordenar a elaboração e as alterações de contratos de concessão, de prestação de serviços de transmissão (CPST), de conexão (CCT, CCD), de uso dos sistemas de transmissão/distribuição (CUST, CUSD), de compartilhamento de instalações (CCI) e de serviços associados;
- f. coordenar o processo de elaboração dos instrumentos contratuais relativos à prestação de serviços à terceiros vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica;
- g. coordenar a negociação para a utilização da infraestrutura do sistema de transmissão, geração e telecomunicação da Empresa;
- h. coordenar o relacionamento e as ações da Empresa junto às associações setoriais (ABRATE, ABRAGE, ABCE), nos assuntos referentes a regulação do Setor Elétrico;
- i. coordenar as ações da Empresa junto ao órgão regulador, referentes a solicitação de autorização de expansão do sistema de transmissão e geração de energia elétrica;
- j. acompanhar a legislação setorial, analisar e registrar seus impactos e assessorar as diversas áreas da empresa acerca dos aspectos regulatórios pertinentes às atividades empresariais da Eletrosul;
- k. acompanhar o planejamento dos processos de licenciamento ambiental e de desapropriações dos empreendimentos a serem implantados pela Eletrosul, isoladamente ou em parceria;

- l. conduzir, no âmbito da Diretoria de Engenharia, os processos de fiscalização realizados pelos órgãos de controle regulatórios e administrativos;
- m. conduzir os processos de fiscalização promovidos pelos órgãos reguladores no que tange à implantação e operação de empreendimentos;
- n. relacionar-se com os responsáveis pelo assessoramento jurídico prestado às Sociedades de Propósito Específico em que a Eletrosul detenha participação, coordenando as atividades correspondentes naquelas em que a Eletrosul seja acionista majoritária;
- o. conduzir a prospecção, estruturação e desenvolvimento de novos negócios, orientando as demais áreas afetas;
- p. promover, gerir e coordenar a formação de parcerias, participação em leilões, aquisição de projetos e participação societárias da Eletrosul;
- q. coordenar a celebração de contratos relativos a prestação de serviços a terceiros e contratos afetos às relações setoriais;
- r. coordenar técnica e estrategicamente as áreas da Diretoria de Engenharia;
- s. prestar suporte técnico aos processos de revisão tarifária periódica;
- t. prestar suporte de Engenharia e Regulação, incluindo o relacionamento técnico com agentes setoriais (ONS, ANEEL, EPE, MME), estudos relacionados à autorizações/acessos, orientação técnica às áreas de engenharia, coordenação de orçamento de custos e definição de cronograma de implantação de empreendimentos, suporte técnico e regulatório ao desenvolvimento de negócios, integração com as áreas de planejamento;

CDNE

RESPONSABILIDADES:

- a. Coordenar a formulação das políticas e estratégias de expansão do sistema de geração e transmissão de energia elétrica;
- b. Prospectar e analisar a participação da Empresa em novos negócios na área de transmissão e geração de energia elétrica;
- c. Analisar os documentos PET e PAR, informações de conexões de novas usinas e demais concessionárias, visando à elaboração de um plano de negócios da transmissão e de geração de energia elétrica;
- d. Coordenar as ações internas da Empresa e as ações externas junto ao órgão regulador, referentes à solicitação de autorização de expansão do sistema de transmissão de energia elétrica, e coordenar posteriormente o cumprimento destas autorizações pela ELETROSUL;
- e. Coordenação da preparação de propostas com as áreas internas da Empresa e com fornecedores visando à participação da ELETROSUL em leilões de transmissão e de geração da ANEEL (estudo de alternativas, orçamentos, etc);
- f. Coordenar e acompanhar visitas técnicas de fornecedores nas instalações da ELETROSUL e de terceiros, visando à participação da ELETROSUL em leilões da ANEEL;
- g. Coordenar as negociações técnicas/comerciais com os agentes envolvidos no que se refere ao acesso de terceiros ao sistema de transmissão da ELETROSUL;
- h. Coordenar as ações internas da ELETROSUL e também externas junto ao ONS e concessionárias de Transmissão ou Distribuição, referentes ao acesso dos empreendimentos de geração da ELETROSUL ao sistema elétrico (Consulta de Acesso, Solicitação de Acesso e documentos associados);
- i. Coordenar as ações, entendimentos e negociações com outros agentes do setor, relacionadas ao compartilhamento de instalações;
- j. Coordenar as negociações com outros agentes do setor relacionadas à prestação de serviços de O&M, EP, infraestrutura, telecomunicações, etc;

- k. Coordenar a elaboração dos Relatórios R4, necessários para os leilões de empreendimentos de transmissão, e avaliar a compatibilização dos demais relatórios (R2 e R3);
- l. Suporte ao representante da empresa nos assuntos referentes aos investimentos da transmissão junto ao CISE – Comitê de Investimentos do Sistema ELETROBRÁS;

CRCO

RESPONSABILIDADES:

I - NOVOS NEGÓCIOS:

- Promover o cadastro e habilitação junto à ANEEL e EPE, relativo à participação da ELETROSUL em leilões de transmissão e de geração de energia elétrica;
- Coordenar a formação de parcerias (SPEs ou Consórcios) para novos negócios, incluindo Pré-Contratos e Contratos associados, Termos de Compromisso e Chamadas Públicas;
- Coordenar a elaboração e as alterações de contratos de concessão, de prestação de serviços de transmissão (CPST), de uso dos sistemas de transmissão/distribuição (CUST, CUSD) e de serviços associados;
- Elaborar e promover as alterações necessárias nos contratos de conexão (CCT's, CCD's), de compartilhamento de instalações (CCI's), Termos de Transferência e de serviços associados;
- Coordenar o processo de elaboração dos instrumentos contratuais relativos à prestação de serviços à terceiros vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica;
- Coordenar as negociações para a utilização da infraestrutura do sistema de transmissão, geração e telecomunicação da Empresa;
- Coordenar os assuntos referentes às incorporações e transferências de ativos, com a consequente formalização dos contratos e termos decorrentes desses eventos;
- Elaborar os contratos de aquisição de empreendimentos;
Elaborar os contratos de aquisição de participações acionárias em SPEs;
- Elaborar os pré-contratos e contratos associados às parcerias e à implantação dos empreendimentos (Contrato de EPC - *Engineering, Procurement and Construction*);
- Analisar os aspectos formais e regulatório de novos empreendimentos e das condições jurídicas e comerciais de potenciais parceiros;
- Prestar assessoramento direto aos gestores ~~negociadores~~ da Eletrosul acerca dos aspectos contratuais e regulatórios relacionados com novos empreendimentos prospectados pela Eletrosul;
- Relacionar-se diretamente com os potenciais parceiros na construção de instrumentos contratuais;
- Prestar suporte jurídico imediato nas pautas de negociações e confecção de contratos, de forma a promover uma melhor construção dos documentos a serem submetidos à Assessoria Jurídica da Eletrosul;
- Coordenar o processo interno de deliberação das propostas de negócios no âmbito dos órgãos da administração da Eletrosul e da Eletrobras, especialmente a interface com as áreas responsáveis pela instrução e exposição dos motivos a serem considerados;
- Promover a interface com a Assessoria Jurídica da Eletrosul para consolidação de entendimentos e proposição de encaminhamentos jurídicos.

II - ACESSOS DA ELETROSUL EM INSTALAÇÕES DE TERCEIROS E ACESSOS DE TERCEIROS EM INSTALAÇÕES DA ELETROSUL:

- Coordenar os processos relacionados à conexão de usuários às instalações da Eletrosul e os acessos dos agentes de forma compartilhada às instalações da Eletrosul;

- Elaborar e promover as alterações necessárias nos contratos de conexão (CCT's, CCD's), de compartilhamento de instalações (CCI's), Termos de Transferência e de serviços associados, vinculados aos acessos acima, bem como dos contratos de prestação de serviços com terceiros nas fases de implantação de empreendimentos (engenharia do proprietário, etc);

III - ASSUNTOS SOCIETÁRIOS E ASPECTOS CONTRATUAIS RELACIONADOS A PARCERIAS CONSOLIDADAS:

- Estabelecer relacionamento com os parceiros para a gestão contratual e societária das parcerias com vistas à exploração de negócios já consolidados;
- Coordenar os atos societários e contratos no âmbito dos consórcios e SPE's;
- Participar na negociação de instrumentos contratuais necessários ao desenvolvimento dos empreendimentos em parceria;
- Coordenar e acompanhar as ações e processos junto aos órgãos de controle (CADE, DEST), relacionados aos novos negócios;
- Prestar suporte nas operações societárias e incorporações de SPE's à Eletrosul.
- Prestar suporte aos representantes da Eletrosul em reuniões dos órgãos da administração de consórcio e SPE's.

IV - ASSUNTOS REGULATÓRIOS / SETORIAIS:

- Prestar suporte às áreas de engenharia no que tange aos aspectos regulatórios que envolvem os empreendimentos próprios da Eletrosul ou em parceria;
- Acompanhar as fiscalizações das instalações e serviços da ELETROSUL pelos órgãos reguladores;
- Conduzir os processos de fiscalização promovidos pelos órgãos reguladores no que tange à implantação e operação de empreendimentos, a preparação de expedientes, petições e recursos dirigidos a órgãos reguladores e fiscalizadores do setor elétrico;
- Estabelecer relacionamento com os órgãos reguladores e fiscalizadores no que tange aos empreendimentos próprios da ELETROSUL ou em parceria;
- Assessorar tecnicamente as áreas financeiras nos processos de revisão tarifária periódica junto aos órgãos reguladores da transmissão;
- Prestar suporte na elaboração de contratos de prestação de serviços de O&M, EP, infraestrutura, telecomunicações, etc;
- Acompanhar a legislação setorial, analisar e registrar seus impactos e assessorar as diversas áreas da empresa acerca dos aspectos regulatórios pertinentes às atividades empresariais da Eletrosul;
- Coordenar o relacionamento e as ações da Empresa junto às associações setoriais (ABRATE, ABRAGE, ABCE), nos assuntos referentes a regulação do Setor Elétrico;
- Elaborar e promover as alterações necessárias nos contratos de conexão (CCT's, CCD's), de compartilhamento de instalações (CCI's), Termos de Transferência e de serviços associados;
- Coordenar e participar nas audiências públicas promovidas pelos órgãos reguladores e ministeriais;
- Coordenar os processos de prorrogação de concessões próprias da Eletrosul ou de suas SPE's;
- Avaliar os aspectos relacionados às receitas estabelecidas para os investimentos em melhorias ou reforços, autorizados ou não, conduzindo ainda os assuntos referidos à superação da vida útil de equipamentos e as estratégias para substituição, atualização e modernização das instalações;
- Coordenar os assuntos referentes às indenizações de ativos;

V - ASSUNTOS DE GABINETE:

- Coordenar os processos iniciados junto ao Gabinete da Diretoria de Engenharia ou suas assessorias por indicação do responsável;
- Coordenar os processos negociais no âmbito da Diretoria de Engenharia quando esgotada a instância dos departamentos;
- Promover interface com as diversas áreas da empresa, especialmente jurídica, técnica e financeira, para a instrução e solução dos processos acima mencionados.

AIP

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar as ações de responsabilidade da Empresa durante a implantação dos empreendimentos em parcerias, junto às áreas de engenharia, planejamento, geração, meio ambiente e econômico-financeira;
- b. gerenciar o cronograma de implantação dos empreendimentos em parcerias, aprovado pela ANEEL;
- c. representar a Empresa em reuniões na ANEEL, MME, IBAMA, quando se tratar de assuntos relativos à implantação dos empreendimentos em parcerias;
- d. representar a Empresa nas reuniões técnicas junto aos parceiros durante a implantação do empreendimento em parcerias;
- e. acompanhar o desenvolvimento dos processos de obtenção das licenças ambientais de Instalação e Operação dos empreendimentos em parcerias;
- f. acompanhar o desenvolvimento e aprovação do projeto básico e o cronograma a ser aprovado pela ANEEL para os empreendimentos em parcerias;
- g. acompanhar fisicamente (in loco) o cronograma executivo e as etapas de obras dos empreendimentos em parcerias;
- h. representar a Eletrosul nas ações necessárias a implantação de empreendimentos em parcerias junto a Eletrobras e entidades de financiamento;
- i. acompanhar os técnicos da ANEEL nas atividades de fiscalização nas instalações em implantação dos empreendimentos em parcerias.

DEG

RESPONSABILIDADES:

- a. promover o desenvolvimento de estudos para implantação de empreendimentos a partir de fontes convencionais ou alternativas, bem como, de novas tecnologias aplicadas a geração de energia elétrica;
- b. gerenciar a execução de estudos de inventário, de recursos, condicionantes e demais fatores de infraestrutura, voltados para a identificação de oportunidades de expansão da geração de energia;
- c. projetos de engenharia básico e executivo, especificações técnicas de materiais, de equipamentos e serviços para expansão da geração de energia;
- d. gerenciar a execução de contratos de fornecimento, orçamentação e análise de custos de obras, materiais e serviços destinados a empreendimentos de expansão da geração de energia;
- e. gerenciar a execução da análise e estudos especiais na avaliação de desempenho de equipamentos e componentes das instalações de geração de energia;

- f. gerenciar a execução das atividades de diligenciamento, inspeções e testes em fábrica, certificação de qualidade de materiais e equipamentos, comissionamento, relativos às instalações de geração de energia;
- g. gerenciar a elaboração de estudos, especificações, projetos, testes e modificações funcionais de software e hardware de sistemas informatizados de supervisão, controle, regulação e proteção para os novos empreendimentos de geração de energia;
- h. gerenciar a construção de empreendimentos de expansão de geração de energia;
- i. administrar a memória técnica dos estudos e projetos de empreendimentos de geração de energia;
- j. gerenciar a elaboração dos processos e a execução dos contratos de locação de imóveis vinculados a área de geração de energia;
- k. representar a Empresa nas entidades e comitês nacionais e internacionais de equipamentos e sistemas de empreendimentos de geração de energia, sob o enfoque da engenharia.

DCAG

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar e elaborar os editais dos processos licitatórios para as contratações referentes à expansão, modernização, melhorias reforços e correções de empreendimentos de geração de energia elétrica da Empresa;
- b. promover a contratação dos serviços e bens a serem aplicados na expansão, modernização, melhorias, reforços e correções de empreendimentos de geração de energia;
- c. coordenar e administrar os contratos de fornecimento nacional e internacional para os empreendimentos de expansão, modernização, melhorias, reforços e correções de empreendimentos de geração de energia;
- d. coordenar e elaborar os Termos Aditivos relativos aos contratos de serviços e bens destinados à implantação, modernização, melhorias e correções de empreendimentos de geração de energia;
- e. conduzir e participar de reuniões com representantes de prestadores de serviços, fornecedores de bens e empreiteiros de construção, tratando os inerentes problemas de interface e desvios contratuais vinculados à habilitação para pagamento e seguro garantia;
- f. manter o controle e a guarda dos documentos relativos às contratações de obras, suprimentos, serviços de engenharia e demais serviços;
- g. supervisionar e fiscalizar a execução dos contratos vinculados aos empreendimentos de geração de energia e às ampliações, melhorias e recapacitações das instalações de geração existentes;
- h. elaborar os boletins de medição/atestados de cumprimento de evento contratual e habilitar para pagamento, de acordo com as cláusulas contratuais;
- i. supervisionar os almoxarifados de obras dos empreendimentos de geração de energia da Empresa.

DEPG

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar a elaboração de estudos de inventário, de viabilidade e energéticos de projetos básico e executivo, referentes a concepção, arranjos, ampliações, melhorias, recapacitação e modernização de empreendimentos de geração de energia elétrica;
- b. coordenar e executar o planejamento, programação, consolidação das propostas orçamentárias visando a implantação de novos empreendimentos de geração de energia elétrica;

- c. coordenar a elaboração de estudos, anteprojetos, projetos arquitetônico e civil, projetos de urbanismo e paisagismo, projetos complementares de edificações, obras de infraestrutura e demais construções associadas aos empreendimentos de geração de energia;
- d. identificar as interferências decorrentes dos projetos de empreendimentos de geração de energia elétrica e seus reflexos sócio-ambientais e econômico-financeiros;
- e. participar das comissões de licitação para a contratação de serviços, aquisição de equipamentos, materiais, e sistemas para as novas instalações de geração de energia elétrica, ampliações, melhorias e modernização de empreendimentos de geração de energia;
- f. coordenar a participação das inspeções, ensaios e testes de aceitação em fábrica em equipamentos, materiais e sistemas associados aos empreendimentos de geração de energia;
- g. desenvolver estudos, pesquisas e projetos de aplicação de novas tecnologias digitais quanto aos equipamentos de interface com o sistema elétrico;
- h. coordenar a elaboração de estudos, pesquisas e projetos de sistemas de controle, regulação e automação de empreendimentos de geração de energia;
- i. elaborar estudos, especificações, projetos, testes de software e hardware e implantação de sistemas computacionais de controle, proteção e supervisão para as instalações de geração de energia;
- j. coordenar a elaboração de especificação técnica para os processos de licitação de serviços, de obras e materiais de geração de energia, bem como, para orçamentação e análise de viabilidade dos projetos de novos empreendimentos de geração;
- k. coordenar e executar as revisões "como-construído" dos projetos de empreendimentos de geração de energia;
- l. participar das Comissões de Testes e dar suporte técnico às equipes de licitação, construção e comissionamento sobre os projetos, equipamentos e sistemas de empreendimentos de geração de energia;
- m. prestar apoio técnico na análise/avaliação de viabilidade de projetos de geração, cujas parcerias são de interesse da Empresa e nas negociações de empreendimentos entre a Empresa, parceiros e/ou instituições envolvida.

DVCG

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar o planejamento das atividades para a implantação de empreendimentos de geração de energia elétrica;
- b. coordenar as diversas fases da execução dos empreendimentos da expansão, ampliações e modernização do sistema de geração da Empresa, em empreendimentos de geração de energia, imediatamente após a contratação dos prestadores de serviços e dos fornecedores de bens até o total cumprimento das respectivas obrigações contratuais, inclusive supervisionando no campo ou na fábrica de fornecedores a sua execução;
- c. supervisionar e fiscalizar a execução dos contratos vinculados aos novos empreendimentos de geração de energia e às ampliações, melhorias e recapacitações das instalações de geração existentes;
- d. elaborar e coordenar o orçamento de investimento da expansão, modernização, melhorias e correções de empreendimentos de geração de energia bem como, o orçamento de prestação de serviços para terceiros;
- e. elaborar a proposta orçamentária operacional, MSO e de pessoal do Departamento e acompanhar a sua realização;
- f. analisar a evolução orçamentária de investimento da expansão, modernização, melhorias e correções de empreendimentos de geração de energia;
- g. elaborar o orçamento do empreendimento e as composições unitárias dos serviços;

- h. desenvolver e monitorar o banco de dados de preços para elaboração de orçamentos da expansão, modernização, melhorias e correções de empreendimentos de geração de energia elétrica da Empresa,
- i. promover a guarda e a organização dos arquivos com a documentação técnica dos empreendimentos.
- j. elaborar o cronograma físico, supervisionar e inspecionar no campo a execução dos empreendimentos, incluindo diligenciamento em fábrica.
- k. coordenar a implantação dos empreendimentos de geração realizados em parceria (SPE).
- l. coordenar e participar da fiscalização realizada pela ANEEL, ELETROBRAS e MME, nas obras de empreendimentos de geração de energia.

DVOG

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar, supervisionar, inspecionar e fiscalizar a construção de empreendimentos de geração de energia elétrica com as respectivas obras de infraestrutura, urbanismo, paisagismo e edificações complementares associadas, bem como as ampliações, melhorias, recapitações e modernizações das instalações de geração existentes;
- b. identificar as interferências decorrentes da implantação dos empreendimentos de geração de energia elétrica e seus reflexos sócio-ambientais e econômico-financeiros;
- c. coordenar, supervisionar e elaborar a programação executiva das obras dos empreendimentos de geração de energia;
- d. supervisionar e fiscalizar a execução dos contratos de projeto, de fornecimento de sistemas, equipamentos e materiais, de obras civis e de montagem eletromecânica, vinculados aos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e às ampliações, melhorias e recapitações das instalações de geração existentes;
- e. coordenar a realização de inspeções de acompanhamento da fabricação dos sistemas, equipamentos e materiais a serem aplicados em empreendimentos de geração de energia;
- f. coordenar a realização dos testes de aceitação, em fábrica, dos sistemas, equipamentos e materiais a serem aplicados em empreendimentos de geração de energia;
- g. participar das comissões de testes de aceitação, em campo, dos sistemas, equipamentos e demais instalações de empreendimentos de geração de energia;
- h. coordenar o recebimento, a guarda em almoxarifados do canteiro de obras e o controle da aplicação dos sistemas, equipamentos e materiais destinados às obras de geração de energia;
- i. definir e coordenar a infraestrutura associada aos canteiros de obra;
- j. coordenar a elaboração dos boletins de medição/atestados de cumprimento de evento contratual e processar as respectivas documentações de habilitação e faturamento para pagamento;
- k. coordenar a elaboração de informações econômico-financeiras referentes à implantação dos novos empreendimentos de geração de energia, bem como, consolidar proposta orçamentária dos empreendimentos em implantação e controlar sua execução;
- l. coordenar a elaboração das respostas às solicitações de esclarecimentos de editais de licitação para contratação de bens e serviços a serem aplicados nos empreendimentos de geração de energia;
- m. participar das comissões de licitações para contratação de bens e serviços a serem aplicados nos empreendimentos de geração de energia;
- n. executar os processos e supervisionar a execução contratos de locação de imóveis vinculados a área de geração de energia.

DES

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar a implantação do programa de expansão do sistema de transmissão da Empresa;
- b. gerenciar a execução de estudos, anteprojetos e projetos executivos dos empreendimentos do sistema de transmissão;
- c. gerenciar os processos de licitação de obras, materiais, equipamentos, serviços de engenharia, estudos, consultoria e meio ambiente, referentes à expansão, melhorias e recapacitação de subestações, linhas de transmissão, telecomunicação, edificações e demais construções de interesse da Empresa;
- d. gerenciar contratos nacionais e internacionais, para os empreendimentos de sistema de transmissão;
- e. coordenar o desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia, em conjunto com a área de gestão ambiental e patrimonial, para os empreendimentos do sistema de transmissão;
- f. gerenciar os estudos, projetos e implantação de automação, proteção e controle digital de subestações e centros de operação da Empresa;
- g. gerenciar a elaboração de estudos, anteprojetos e projetos, e a implantação de obras de infraestrutura e demais construções de interesse da Empresa;
- h. coordenar, no âmbito técnico e orçamentário, a elaboração de propostas para execução de novas instalações para acessantes e conectantes ao sistema de transmissão da Empresa;
- i. coordenar, no âmbito técnico e orçamentário, a elaboração de propostas para ampliação da rede básica da Empresa, para posterior solicitação de autorização ao órgão regulador;
- j. gerenciar o projeto e a implantação de recapacitação, repotencialização, retrofit e modernização de equipamentos e instalações do sistema de transmissão;
- k. gerenciar o acervo centralizado de documentos de engenharia;
- l. administrar os almoxarifados de obras do sistema de transmissão.

DCAS

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar e elaborar os editais dos processos licitatórios para a contratação dos serviços e bens a serem aplicados nos empreendimentos de expansão, modernização, integração, melhorias, reforços e correções do sistema de transmissão da ELETROSUL, bem como outros editais de processos licitatórios de interesse da Empresa;
- b. promover a contratação dos serviços e bens a serem aplicados nos empreendimentos de expansão, modernização, melhorias, reforços e correções do sistema de transmissão da ELETROSUL, bem como outras contratações de interesse da Empresa;
- c. promover a guarda e a organização dos arquivos com a documentação referente a cada processo licitatório e respectiva contratação;
- d. supervisionar e administrar os almoxarifados de obras do sistema de transmissão;
- e. coordenar e administrar os contratos de fornecimento nacional e internacional, para os empreendimentos de modernização, integração, melhorias, reforços e correções do sistema de transmissão da ELETROSUL e de construções de interesse da Empresa;
- f. conduzir e participar de reuniões com representantes de prestadores de serviços, fornecedores de bens e empreiteiros de construção, tratando os inerentes problemas de interface e desvios contratuais quanto à habilitação para pagamento e seguro garantia;
- g. manter o controle e a guarda dos documentos relativos às contratações de obras, suprimentos, serviços de engenharia e demais serviços;

- h. executar os processos para habilitação de pagamento dos documentos de contratação, de acordo com as cláusulas contratuais;
- i. supervisionar a logística de transporte de equipamentos e materiais para atendimento às obras do sistema de transmissão.

DCPO

RESPONSABILIDADES:

- a. elaborar o programa de expansão e modernização do sistema de transmissão da Empresa e coordenar a sua execução;
- b. coordenar, elaborar a justificativa, os orçamentos e os cronogramas, e consolidar a documentação técnica/econômica que é encaminhada à ANEEL, quando da Solicitação de Autorização para novos empreendimentos de transmissão;
- c. coordenar as atividades de implantação dos empreendimentos da expansão e modernização do sistema de transmissão da Empresa;
- d. programar e coordenar a implantação de reforços, correções e melhorias, em linhas de transmissão e em subestações em operação, em atendimento às necessidades das áreas de operação e manutenção, às determinações da ANEEL e do ONS, constantes no Plano Diretor de Melhorias e Reforços da Empresa;
- e. coordenar as soluções técnicas a serem adotadas nos empreendimentos de expansão, ampliações, modernização, melhorias, integração de usinas, reforços e correções do sistema de transmissão da Empresa, levantando dados de subestações e linhas de transmissão, com o objetivo de aperfeiçoar a aplicação dos recursos;
- f. coordenar as diversas fases da execução dos empreendimentos da expansão, ampliações e modernização do sistema de transmissão da Empresa, em linhas de transmissão e em subestações, incluindo a supervisão no campo e diligenciamento em fábrica;
- g. supervisionar e inspecionar no campo a execução dos empreendimentos de melhorias, reforços e correções nas linhas de transmissão e em subestações do sistema de transmissão da Empresa, incluindo a supervisão no campo e diligenciamento em fábrica;
- h. planejar, coordenar e elaborar o orçamento de investimento dos empreendimentos da expansão da transmissão, integração de usinas, participação em leilões, e modernização do sistema de transmissão da empresa;
- i. planejar, elaborar o orçamento das demais obras e o orçamento de prestação de serviços para terceiros;
- j. planejar e elaborar a proposta orçamentária de investimentos, Materiais, Serviços e Outros - MSO e de pessoal do Departamento e acompanhar o seu cumprimento;
- k. analisar a evolução orçamentária de investimento do programa de expansão e modernização do sistema de transmissão da Empresa, bem como propor eventuais ajustes com o objetivo de se melhorar o aproveitamento dos recursos financeiros;
- l. desenvolver e monitorar o banco de dados de preços para elaboração de orçamentos de novos empreendimentos e ampliações do sistema de transmissão da Empresa;
- m. elaborar e coordenar os Planos dos Empreendimentos e controlar o seu cumprimento, nas diversas fases de implantação integrado ao programa de gerenciamento de projetos, de acordo com as diretrizes da Empresa;
- n. elaborar relatórios mensais e disponibilizar informações gerenciais referentes às obras e empreendimentos;
- o. coordenar e elaborar documentos de contrato para os editais dos processos licitatórios para a contratação dos serviços e bens a serem aplicados nos empreendimentos de expansão, integração de usinas, modernização, melhorias, reforços e correções do sistema de transmissão da ELETROSUL;

- p. coordenar a implantação dos empreendimentos da expansão do sistema de transmissão realizados em parceria (SPE);
- q. efetuar o levantamento de custos de equipamentos e sistemas, projetos, obras de implantações e ampliações, para composição de propostas quando da participação da empresa em leilões da ANEEL, inclusive realizando levantamento no campo de soluções e características de equipamentos e instalações;
- r. coordenar e participar da fiscalização realizada pela ANEEL, ELETROBRÁS e MME, nas obras de empreendimentos de transmissão, integração de usinas, modernização, melhorias e reforços;
- s. coordenar e participar da elaboração dos Relatórios R4, quando solicitada pelo MME, para a composição dos Editais de Leilão de Transmissão da ANEEL;
- t. planejar, coordenar e elaborar o orçamento para os contratos de CCI e CCT, quando da solicitação de acesso ao sistema elétrico da ELETROSUL, por novos agentes.

DEEC

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar ou participar da elaboração de estudos, anteprojetos, especificações técnicas e projetos executivos eletromecânicos e civis de novas instalações, ampliações, melhorias, integração de usinas, recapacitação e modernização de subestações, centro de operação e linhas de transmissão;
- b. coordenar ou participar da elaboração de estudos, anteprojetos, projetos estrutural, civil e arquitetônico, projetos de urbanismo e paisagismo, projetos complementares de edificações, projetos de sistemas anti-incêndio de instalações e edificações, obras de infraestrutura e demais construções de interesse da Empresa;
- c. elaborar as especificações técnicas e participar das comissões de licitação para a contratação de serviços, aquisição de equipamentos, materiais, e sistemas para as novas instalações, ampliações, melhorias e modernização de subestações, centro de operação, e linhas de transmissão e demais construções de interesse da empresa;
- d. realizar as inspeções, ensaios e testes de aceitação em fábrica em equipamentos, materiais e sistemas de origem nacional e internacional;
- e. elaborar estudos, especificações, projetos, implantação e testes de linhas de transmissão e subestações, para a obtenção de características, dados e desempenho de equipamentos e sistemas para as áreas de pós-operação, engenharia de manutenção e demais áreas afins da Empresa, bem como outros agentes do setor elétrico;
- f. participar das Comissões de Testes e dar suporte técnico às equipes de licitação, construção e comissionamento sobre os projetos, equipamentos e sistemas;
- g. testemunhar e aprovar os ensaios de protótipo e de tipo, de equipamentos, materiais, estruturas e sistemas;
- h. representar a Empresa nas entidades e comitês nacionais e internacionais de equipamentos, subestações e linhas de transmissão, sob o enfoque da engenharia.

DEPC

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar ou participar da elaboração de estudos, pesquisas, anteprojetos, especificações técnicas e projetos executivos de novas instalações, ampliações, melhorias, recapacitação e modernização de subestações, integração de usinas e centros de operação;

- b. elaborar as especificações técnicas e participar das comissões de licitação para a contratação de serviços, materiais e sistemas de Proteção e Controle para as novas instalações, ampliações, melhorias e modernização de subestações, integração de usinas, centro de operação e demais construções de interesse da empresa;
- c. elaborar os Relatórios Técnicos R4 (Caracterização da Rede Existente) referentes às novas instalações da Rede Básica;
- d. analisar e aprovar projetos de sistemas de proteção e controle, melhorias de subestações e projetos de integração de usinas;
- e. realizar as inspeções, ensaios e testes de aceitação em fábrica em materiais e sistemas de origem nacional e internacional;
- f. desenvolver, supervisionar ou atuar em estudos, pesquisas e projetos de automação de subestações e centros de operação;
- g. elaborar estudos, especificações, projetos, testes de software e hardware de sistemas computacionais de controle, proteção e supervisão para subestações e centros de operação;
- h. coordenar a implantação do programa de digitalização nas instalações da Empresa;
- i. desenvolver estudos de engenharia, especificações, projetos e implantação da digitalização dos sistemas de controle e proteção das subestações;
- j. desenvolver estudos de engenharia, especificações, projeto de implantação e modernização do Centro de Operação da Empresa;
- k. elaborar estudos, especificações, projetos, implantação e testes de sistemas de Proteção e Controle, para a obtenção de características, dados e desempenho de sistemas para as áreas de pós-operação, engenharia de manutenção e demais áreas afins da Empresa, bem como outros agentes do setor elétrico;
- l. participar das Comissões de Testes e dar suporte técnico às equipes de licitação, construção e comissionamento sobre os projetos e sistemas de Proteção e Controle;
- m. testemunhar e aprovar os ensaios de protótipo e de tipo, de equipamentos e sistemas de Proteção e Controle, bem como dos testes de modelo de relés de proteção;
- n. monitorar e manter atualizado o acervo centralizado de documentos de engenharia;
- o. desenvolver projetos para implantação do gerenciamento eletrônico de documentos de engenharia;
- p. coordenar e executar as revisões "como construído" dos projetos;
- q. representar a Empresa nas entidades e comitês nacionais e internacionais de sistemas de proteção, controle e supervisão, sob o enfoque da engenharia.

DVCS

RESPONSABILIDADES:

- a. supervisionar, inspecionar e fiscalizar a construção, ampliação, melhorias, integração de usinas e recapacitação de subestações, linhas de transmissão, obras de infraestrutura e demais construções de interesse da Empresa;
- b. elaborar a programação executiva das obras e participar na elaboração de seus orçamentos;
- c. elaborar os documentos de licitação de obras, materiais, equipamentos, serviços de engenharia, referentes à expansão, melhorias, recapacitação de subestações, linhas de transmissão, edificações e demais construções de interesse da Empresa;
- d. emitir solicitações para trabalhar em área energizada, programar e efetuar as intervenções;
- e. fiscalizar e/ou executar o levantamento de dados de sondagens e topografia, para projetos de subestações e linhas de transmissão, sistemas de telecomunicações, edificações e demais construções de interesse da Empresa;
- f. supervisionar processo de suprimento das construções, incluindo os almoxarifados de obras;

- g. conduzir e participar de reuniões com representantes de prestadores de serviços, fornecedores de bens e empreiteiros de construção, tratando os inerentes problemas de interface, desvios contratuais, reivindicações, etc.;
- h. participar na elaboração da revisão "como construído" dos projetos executivos;
- i. participar de comissões de licitações para contratação de serviços de engenharia e construção;
- j. participar das comissões de testes de equipamentos e sistemas;
- k. coordenar e/ou participar dos diligenciamentos e das inspeções de equipamentos e materiais em fábrica;
- l. dar suporte técnico às equipes de comissionamento de montagem de equipamentos e sistemas;
- m. manter o controle e a guarda dos documentos de contratação de obras, suprimentos e serviços de engenharia e demais serviços;
- n. elaborar, periodicamente, as medições dos serviços realizados em canteiro de obras e demais instalações de interesse da Empresa;
- o. supervisionar os processos de habilitação e pagamento dos documentos de contratação, de acordo com as cláusulas contratuais;
- p. efetuar a supervisão periódica das obras, de modo a acompanhar sua evolução e qualidade;
- q. elaborar mensalmente relatório de evolução das obras;
- r. controlar e instalar a infraestrutura de microcomputadores e periféricos nos canteiros de obras;
- s. consolidar e propor atualizações do programa de desenvolvimento de informática do Departamento.

DPE

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar os programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica e propriedade intelectual;
- b. coordenar atividades de monitoramento tecnológico voltadas para a elaboração dos programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica da Empresa;
- c. coordenar o processo de contratação e gerenciamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
- d. coordenar o processo de avaliação (*ex ante e ex post*) dos projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação tecnológica e propriedade intelectual em todas as instalações da Empresa;
- e. coordenar as possibilidades de comercialização de patentes e de proteção de invenções (Direito autoral, Patente, Registro de Software);
- f. coordenar a captação de recursos no âmbito da pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica, junto a entidades externas;
- g. coordenar ensaios elétricos em laboratórios, fábricas, subestações e usinas, em equipamentos destinados aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
- h. coordenar a fiscalização, vistoria e o acompanhamento da conformidade da execução dos projetos de pesquisa e desenvolvimento em laboratórios, salas de controle e pátios de manobras de subestações energizadas, inclusive em cabines de distribuição e instalações de entidades parceiras;
- i. zelar para que os conhecimentos gerados pela P&D sejam internalizados na Empresa;
- j. gerenciar ações junto a órgãos estaduais e municipais, ministérios, instituições acadêmicas e de pesquisa e empresas do setor elétrico e tecnológico, em assuntos voltados para a pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, propriedade intelectual, a eficiência energética e de conservação de energia elétrica.

DVEN

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar os processos vinculados a eficiência energética, conservação de energia e novas tecnologias aplicadas nas instalações da Empresa;
- b. coordenar o processo de análise dos projetos sob os aspectos de eficiência energética, de conservação de energia e de inovação tecnológica, na Empresa e entidades externas;
- c. coordenar ações e elaborar recomendações técnicas no que se refere a utilização e a normatização de novas medidas de eficiência energética, de conservação de energia e de novas tecnologias;
- d. coordenar ações junto ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, órgãos estaduais e municipais, ministérios, instituições acadêmicas e de pesquisa e empresas do setor elétrico e tecnológico, em assuntos voltados a eficiência energética e de conservação de energia elétrica;
- e. coordenar as atividades vinculadas ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL e as Comissões Internas de Conservação de Energia - CICEs, na empresa;
- f. coordenar ações para captação de recursos para aplicação em projetos de eficiência energética, de conservação de energia e de novas tecnologias no âmbito da Empresa e entidades externas;
- g. coordenar ensaios elétricos em laboratórios, fábricas, subestações e usinas, em equipamentos destinados aos projetos de eficiência energética, de conservação de energia e de novas tecnologias;
- h. propor, coordenar e supervisionar a execução de ensaios especiais em dispositivos que visem melhorias de eficiência energética, de conservação de energia e também na área de inovações tecnológicas, nas subestações, usinas, laboratórios e outras instalações;
- i. promover a disseminação dos conceitos de eficiência energética e de conservação de energia na Empresa.

DVPD

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar os programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica e propriedade intelectual;
- b. coordenar as atividades de monitoramento tecnológico voltadas para a elaboração dos programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica da Empresa;
- c. coordenar os processos de contratação e gerenciamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
- d. coordenar o processo de avaliação (*ex ante e ex post*) dos projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação tecnológica e propriedade intelectual;
- e. coordenar as possibilidades de comercialização de patentes e de proteção de invenções (Direito autoral, Patente, Registro de Software);
- f. coordenar a captação de recursos no âmbito da pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica, junto a entidades externas;
- g. coordenar ensaios elétricos em laboratórios, fábricas, subestações e usinas, em equipamentos destinados aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
- h. coordenar a fiscalização, a vistoria e o acompanhamento da conformidade da execução dos projetos de pesquisa e desenvolvimento em laboratórios, salas de controle e pátios de manobras de subestações energizadas, inclusive em cabines de distribuição e instalações de entidades parceiras;

- i. zelar para que os conhecimentos gerados pela P&D sejam internalizados na Empresa;
- j. coordenar ações junto ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – CICOP, da Eletrobrás, e outros órgãos e empresas do setor elétrico e tecnológico em assuntos voltados para a pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica e propriedade intelectual.

DPS

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar os estudos de planejamento da expansão da geração, transmissão e do mercado de energia elétrica no âmbito do planejamento empresarial;
- b. gerenciar a participação da empresa nos processos de planejamento da expansão eletroenergética desenvolvidos no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e Operador Nacional do Sistema (ONS);
- c. gerenciar estudos elétricos e energéticos para subsidiar projetos de engenharia, estudos de viabilidade e processos de comercialização e de novos negócios da Eletrosul;
- d. gerenciar os estudos de consulta e solicitação de acesso de novas usinas no âmbito do ONS, das distribuidoras e de outros agentes do setor;
- e. gerenciar a elaboração de estudos de inventário de novos potenciais para geração de energia elétrica;
- f. gerenciar a elaboração de estudos de viabilidade, projeto básico e elaboração de especificações técnicas de projetos de geração de energia elétrica com base em tecnologias especiais;
- g. administrar o processo de implantação dos projetos de geração de energia elétrica com base em tecnologias especiais;
- h. gerenciar a elaboração de relatórios e boletins sobre o acompanhamento do mercado de energia elétrica no Brasil e no exterior;
- i. representar a Empresa junto aos agentes do Setor Elétrico, nos assuntos vinculados a expansão da transmissão, da geração e do mercado de energia elétrica;
- j. gerenciar a participação técnica no desenvolvimento de projetos de P&D relacionados a expansão do sistema eletroenergético.

DVPG

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar estudos energéticos e econômicos de planejamento da expansão da geração de energia elétrica;
- b. coordenar a participação da Empresa, no âmbito do MME, EPE e ANEEL, na definição da expansão da geração e do mercado de energia elétrica no Brasil;
- c. coordenar o acompanhamento, junto ao ONS, do planejamento da operação da geração de curto e médio prazo e do Plano Anual da Operação Energética (PEN);
- d. coordenar a participação, no âmbito do sistema Eletrobras, dos estudos técnicos de expansão da geração, de recursos hídricos e de acompanhamento e projeção do mercado de energia elétrica;
- e. coordenar a realização ou participação nos estudos de inventários de empreendimentos de geração de energia;
- f. coordenar a realização de estudos energéticos para subsidiar os estudos de viabilidade e projetos de empreendimentos de geração de energia;

- g. coordenar a elaboração e/ou participação nos estudos hidrológicos relacionados à área de estudos energéticos;
- h. coordenar a realização de cálculos de garantia física, bem como certificação interna da produção de energia de empreendimentos de geração para subsidiar projetos de engenharia, e os processos de comercialização e de novos negócios da Empresa;
- i. coordenar o levantamento de dados e informações em usinas, em operação ou em construção, em instalações da Eletrosul ou de outras empresas do setor elétrico, relacionados ao processo de expansão da geração de energia;
- j. coordenar a elaboração de projetos, orçamento e especificações técnicas de empreendimentos de geração de energia elétrica com base em tecnologias especiais;
- k. coordenar a implantação, bem como participar dos processos de contratação, de projetos de geração de energia elétrica desenvolvidos na Área;
- l. coordenar a realização de inspeções, ensaios e testes de aceitação em fábrica de equipamentos e materiais associados a projetos de geração de energia sob coordenação da Área;
- m. coordenar a realização de estudos e projeções sobre o mercado e os preços de energia elétrica, para subsidiar a área de comercialização da Empresa;
- n. coordenar a prestação de serviços de consultoria em estudos energéticos e de dimensionamento de potenciais de geração de energia elétrica, bem como, da expansão do mercado de energia elétrica para outros agentes do setor elétrico;
- o. disponibilizar informações sobre a expansão da geração de energia elétrica no Brasil e América Latina e publicar periódicos de acompanhamento da evolução do mercado de energia elétrica, para horizontes de médio e longo prazo;
- p. representar a Empresa em fóruns técnicos, relativos a previsão e acompanhamento do mercado de energia e ao planejamento da expansão da geração;
- q. coordenar o acompanhamento e/ou desenvolvimento de novas tecnologias, métodos e ferramentas junto a centros de pesquisa ou fabricantes, relacionados a expansão da geração e do mercado de energia.

DVPT

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar o desenvolvimento de estudos elétricos, econômicos e de confiabilidade para definição do sistema de conexão ao Sistema Interligado Nacional - SIN de novos potenciais de geração prospectados pela Empresa;
- b. coordenar o desenvolvimento de estudos elétricos de consulta e solicitação de acesso das novas centrais geradoras da Empresa;
- c. coordenar o desenvolvimento de estudos elétricos para subsidiar a definição de características básicas de equipamentos de geração e transmissão de novos empreendimentos do sistema da Empresa, bem como, para subsidiar a participação da Empresa nos leilões de geração e transmissão;
- d. representar e coordenar a participação da Empresa nos estudos e documentos oficiais do Planejamento Setorial, no âmbito do MME e EPE, atuando, em conjunto com demais agentes na definição da expansão do sistema elétrico brasileiro, tais como planos e programas de expansão, relatórios de viabilidade técnico-econômica e de detalhamento das características básicas para leilões de transmissão;
- e. representar a Empresa e coordenar sua participação nos estudos técnicos de planejamento da transmissão, no âmbito estratégico do sistema Eletrobras;
- f. disponibilizar informações sobre a expansão do setor elétrico, identificando oportunidades de novos negócios e obrigações de investimentos para a Empresa relativo ao sistema de transmissão no âmbito do planejamento setorial;

- g. subsidiar outras áreas da empresa, com informações a serem repassadas a órgãos oficiais, associadas aos empreendimentos da Eletrosul;
- h. coordenar o levantamento de dados e informações em subestações, linhas de transmissão e usinas, em operação ou em construção, em instalações da Eletrosul ou de outras empresas do setor elétrico, relacionados ao processo de expansão de sistemas de transmissão;
- i. coordenar o desenvolvimento de projetos técnicos junto a centros de pesquisa, relativos a técnicas, métodos e ferramentas aplicáveis aos estudos de expansão de sistemas de transmissão;
- j. coordenar estudos de planejamento de sistemas de transmissão contratados para consultoria à terceiros;
- k. participar e/ou acompanhar o desenvolvimento de novas tecnologias junto a centros de pesquisa ou fabricantes, relacionados a expansão da transmissão de energia elétrica.

DEA

RESPONSABILIDADES:

- a. gerenciar a elaboração e implementação das políticas e diretrizes ambientais, fundiárias e de geoprocessamento no âmbito da Empresa;
- b. gerenciar as questões ambientais e fundiárias na expansão e ampliação dos novos negócios;
- c. gerenciar os processos de licenciamento ambiental e regularização fundiária de empreendimentos ou de áreas de interesse da Empresa;
- d. gerenciar a condução dos serviços referentes à regularização e liberação fundiária de áreas de interesse da Empresa;
- e. gerenciar a elaboração e implementação de estudos, programas e projetos ambientais necessários ao planejamento e implantação de empreendimentos;
- f. gerenciar atividades de cartografia, gestão da informação e geoprocessamento referentes às questões ambientais e fundiárias;
- g. desenvolver ações visando à proteção e à recuperação ambiental, incluídas as medidas compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais decorrentes da implantação de empreendimentos;
- h. assessorar as áreas da Empresa no que se refere à avaliação de imóveis para locação, alienação ou outros de natureza imobiliária;
- i. administrar e zelar pela integridade do acervo documental relativo aos processos ambientais e fundiários;
- j. participar da coordenação de projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) voltados para os meios socioambientais e fundiários;
- k. representar da Empresa junto aos órgãos licenciadores e normativos, comitês e grupos de trabalho nas questões relacionadas ao meio ambiente e ao fundiário;
- l. gerenciar o processo de contratação de materiais e serviços junto às áreas responsáveis, bem como realizar a gestão e fiscalização administrativa e financeira dos respectivos contratos.

DEAM

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar a implementação das diretrizes socioambientais no âmbito da Empresa;
- b. implementar projetos e programas de recomposição físico-territorial da área de influência dos empreendimentos hidrelétricos e eólicos em implantação até a entrada em operação;
- c. representar a Empresa junto aos órgãos licenciadores e normativos, comitês e grupos de trabalhos, nas questões relacionadas ao licenciamento ambiental;

- d. coordenar a avaliação ambiental de novos negócios para fins de participação em leilões ou aquisição de empreendimentos de terceiros;
- e. coordenar a celebração de parcerias e convênios técnico-científicos e termos de cooperação mútua, em conjunto com as áreas afins, visando à implementação de programas, projetos e ações socioambientais das instalações dos empreendimentos em construção;
- f. coordenar o desenvolvimento de atividades ambientais junto às comunidades localizadas nas áreas de influência direta dos empreendimentos da Empresa, até a entrada em operação;
- g. executar levantamentos, realizar análises, orçamentos e emitir pareceres técnicos para viabilização ambiental de novos empreendimentos;
- h. participar, juntamente com as áreas de engenharia, no âmbito das questões socioambientais, na definição de traçados de linhas de transmissão, seleção de áreas para implantação de subestações, empreendimentos de geração e demais obras associadas;
- i. coordenar a padronização de ações de monitoramento e controle ambiental;
- j. coordenar os processos de licenciamento ambiental juntos aos órgãos licenciadores (IPHAN, IBAMA, FEPAM, IMASUL, FATMA, FUNAI, entre outros);
- k. coordenar a elaboração de especificação técnica e orçamento básico para subsidiar as contratações de consultorias para a elaboração de estudos e programas ambientais e orientar e supervisionar as atividades das contratadas.

DEFR

RESPONSABILIDADES:

- a. coordenar a implementação de diretrizes de ordem patrimonial, fundiária e de geoprocessamento no âmbito da Empresa;
- b. coordenar o encaminhamento técnico e legal de questões patrimoniais e fundiárias;
- c. coordenar a avaliação fundiária de novos negócios para fins de participação em leilões de geração e transmissão ou aquisição de empreendimentos de terceiros;
- d. coordenar a participação, juntamente com as áreas de engenharia, no âmbito das questões fundiárias, na definição de traçados de linhas de transmissão, seleção de áreas para implantação de subestações, empreendimentos de geração e demais obras associadas;
- e. coordenar a liberação de imóveis e faixas de domínio para execução de trabalhos de topografia, sondagens e construção de empreendimentos de geração e transmissão e/ou quaisquer outros empreendimentos da Empresa;
- f. coordenar a realização de serviços de topografia, geoprocessamento, avaliação, indenização e legalização, de terras e danos, referentes a empreendimentos de geração e transmissão, bem como de demais bens imóveis de interesse da Empresa;
- g. coordenar a definição de critérios de avaliação e indenização, bem como as tratativas com a população atingida, comissões e entidades representativas da região de abrangência dos empreendimentos;
- h. conduzir processos judiciais relativos a notificações de imóveis embargados para estudos e levantamentos preliminares, imissões na posse, contestações do empreendimento e/ou dos valores indenizatórios e demais ações que envolvam a Empresa como autora ou requerida em assuntos fundiários;
- i. coordenar a elaboração de especificação técnica, orçamento básico e marcos contratuais para subsidiar as contratações relacionados a serviços de topografia, geodésia, geoprocessamento e regularização fundiária;
- j. conduzir e gerenciar, junto aos órgãos competentes, os processos de Autorização para Estudos Topográficos e Geológicos, bem como, de aprovação de travessias de empreendimentos de transmissão e obtenção de Declaração de Utilidade Pública (DUP);

- k. coordenar a gestão da informação de dados e documentos físicos e digitais, mediante a implementação de processos corporativos vinculadas à política de geoprocessamento da Empresa;
- l. buscar parcerias e celebrar convênios técnico-científicos e termos de cooperação mútua, visando a implementação de programas, projetos e ações sociais e/ou fundiárias nas áreas abrangidas pelos empreendimentos;
- m. coordenar estudos sobre legislações e normas técnicas de Engenharia Cartográfica, de Agrimensura e de Avaliação, bem como Notariais e Registrais;
- n. representar a Empresa junto aos órgãos, comitês e grupos de trabalhos, nas questões fundiárias e de patrimônio imobiliário.

CHM

RESPONSABILIDADES:

- a. representar os interesses da Empresa junto ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul;
- b. gerenciar o orçamento e acompanhar o desempenho e a execução orçamentária do empreendimento da UHE Mauá;
- c. elaborar os eventos financeiros do cronograma de execução da Obra e os relatórios e demonstrações de fluxo de caixa;
- d. participar do planejamento e execução das ações administrativas e financeiras para o cumprimento dos eventos contratuais;
- e. conciliar os registros contábeis da Empresa e do Consórcio de acordo com o percentual de participação na UHE Mauá;
- f. manter a Diretoria Executiva da Empresa informada com relação a situação econômico-financeira e patrimonial do Consórcio, bem como quanto ao cumprimento das obrigações societárias;
- g. coordenar a elaboração e alteração de Contratos de interesse da Empresa;
- h. participar dos estudos e da implementação de eventuais oportunidades de negócios com terceiros relativos à UHE Mauá;
- i. atender as exigências e as demandas de informações dos diversos organismos setoriais;
- j. elaborar os demonstrativos e documentos necessários ao controle e acompanhamento do empreendimento;
- k. participar da definição, coordenação, organização e do acompanhamento das atividades relativas à segurança empresarial e patrimonial do Consórcio;
- l. certificar e atestar os documentos contratuais que geram pagamentos;
- m. gerar todos os eventos econômico-financeiros, contábeis e fiscais relativos ao Consórcio para atender as necessidades da Empresa; e
- n. implementar e acompanhar a execução da política de comunicação e marketing da UHE Mauá.

LPT

RESPONSABILIDADES:

- a. representar o Diretor de Engenharia nas atividades de Coordenador Regional dos programas;
- b. repassar as políticas do programa Luz para Todos, emanadas do Conselho Nacional de Universalização, aos Comitês Gestores Estaduais de Universalização - CGE;
- c. manter o Diretor de Engenharia informado sobre o desenvolvimento dos programas, garantindo o atendimento de suas orientações e determinações;

- d. analisar os projetos de eletrificação rural das concessionárias estaduais de distribuição de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural, vinculados ao programa Luz para Todos;
- e. atuar no sentido de prover estrutura física e logística aos Comitês Gestores Estaduais - CGE na área de atuação da Empresa;
- f. manter o Comitê Gestor Nacional informado sobre o andamento das ações sob sua coordenação;
- g. articular o apoio aos Comitês Gestores Estaduais - CGE, junto aos órgãos e instituições do Governo Federal que atuam na região;
- h. promover a capacitação dos Agentes do Luz para Todos;
- i. propor e implementar modelos de parceria e descentralização, buscando a sustentabilidade dos sistemas do PRC - PRODEEM;
- j. gerenciar o suprimento de peças de reposição e sobressalentes para os sistemas fotovoltaicos;
- k. alimentar o banco de dados e o sistema gerencial do PRC-PRODEEM;
- l. avaliar contratos e procedimentos de auditoria em conjunto com a equipe de auditoria do MME;
- m. coordenar na área de atuação da empresa a execução das Ações Integradas do programa Luz Para Todos;
- n. manter atualizado o sistema gerencial de gestão do programa Luz para Todos, implantado pelo MME;
- o. realizar a gestão dos contratos de postos de serviços para atendimento ao programa Luz para Todos.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da Eletrosul são: a geração, cuja primeira usina própria entrou em operação comercial em 2012, e a transmissão de energia elétrica, seu principal negócio de 1998 até 2012.

Em 2007, com a adoção de metodologia de mapeamento de processos, os processos foram mapeados com a elaboração de mapas, normas e procedimentos para padronização, devidamente aprovados pela Diretoria Executiva. Outros procedimentos são documentados, há mais de 30 anos, por meio dos manuais de operação e de manutenção, que determinam o que e como devem ser feitos pelos profissionais para garantir que o padrão de trabalho seja executado por todos os envolvidos.

Padrões de trabalho	Manual técnico de operação	Manual técnico de manutenção
Critério	Baseado nas normas da ANEEL e do ONS	Baseado nas normas da ANEEL e do ONS, bem como nos catálogos dos fabricantes de equipamentos
Composição	Normas, Procedimentos e Instruções Técnicas	Normas, Procedimentos e Instruções Técnicas
Divulgação	Via correio eletrônico e disponibilizado no ambiente de escritório “Lotus Notes”	

Os serviços de geração e transmissão de energia elétrica são garantidos pelo Departamento de Operação do Sistema – DOS, Departamento de Manutenção e Apoio à Operação – DMO e Departamento de Engenharia de Manutenção - DEM, no que se refere à operação e manutenção. Esses dois órgãos constantemente realizam:

- o monitoramento do estado, condições e ocorrências em equipamentos e linhas de transmissão;
- a avaliação do estado dos equipamentos;
- a inspeção para verificação de anormalidades (inspeção diária ou semanal);
- o registro em sistemas corporativos dos defeitos ou anormalidades detectadas/encontradas em equipamentos e LTs;
- O gerenciamento da execução dos Pedidos de Serviço (PS) de manutenção.

Para garantia da qualidade dos serviços, a Eletrosul possui também sistemas de monitoramento *on-line* de alarmes e grandezas de equipamentos, tais como, sistema de supervisão e controle e central de monitoramento de equipamentos. O desempenho do processo e melhorias são continuamente verificados.

O processo principal “Operação do Sistema” é avaliado por meio da análise dos dados cadastrados no RDOS – Relatório Diário de Ocorrências no Sistema, que é avaliado do ponto de vista de desempenho de proteção, por meio da elaboração de AOS – Análise de Ocorrência no Sistema (deste o ano de 1976), que gera PS – Pedido de Serviço à área de manutenção, e dos procedimentos operacionais, por meio da elaboração de RAPO – Relatório de Análise de Procedimentos Operacionais (deste o ano de 2006), e onde são geradas recomendações às áreas de manutenção, operação, telemática e engenharia.

Também são realizadas inspeções periódicas, pelas equipes de operação das instalações, gerando PS à área de manutenção para correção de anormalidades (essa prática existe desde 2007).

O processo de “Manutenção da Geração e Transmissão” é avaliado criticamente por meio da análise dos indicadores de desempenho, pelo Departamento de Manutenção e Apoio à Operação – DMO, a partir de relatórios, estatísticas e dados históricos. Quando são constatadas anormalidades, emitem-se PS de manutenção. A engenharia de manutenção analisa a incidência das anormalidades e o final de vida útil dos equipamentos e emite uma RT – Recomendação Técnica para as Regionais envolvidas efetuarem as correções/adequações necessárias. Essas avaliações resultam em maior disponibilidade e confiabilidade do sistema, bem como na preservação do meio ambiente onde a empresa atua.

A disponibilidade do sistema de transmissão indica o percentual do tempo em que este permaneceu em operação ou disponível para operar durante um período específico considerado. O indicador de disponibilidade de transmissão é calculado com base nos Procedimentos de Rede - Submódulo 25.8 “Indicadores de desempenho de equipamentos e linhas de transmissão e das funções transmissão e geração”.

O índice de disponibilidade de transmissão da Eletrosul obteve, nos quatro últimos anos, os resultados a seguir apresentados:

Instalação	Valores em %			
	2009	2010	2011	2012
Linhas de Transmissão	99,93	99,92	99,90	99,89
Banco de Capacitores	99,88	99,81	99,75	99,74
Reatores	99,95	99,89	99,94	99,77
Transformadores	99,92	99,89	99,88	99,87
Disponibilidade Total	99,92	99,89	99,90	99,86

No que concerne às concessionárias de transmissão de energia elétrica, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 270/2007, define indicadores que permitem aferir o desempenho das concessionárias de transmissão:

Parcela Variável – PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão;

Adicional à RAP: é o valor a ser adicionado à receita anual da transmissora que apresenta elevado desempenho.

Neste contexto, a Eletrosul objetiva executar com excelência todos os seus processos e em especial os vinculados à transmissão de energia, visando manter a maior disponibilidade dos seus ativos e, consequentemente, adicionar valores à sua receita.

Isso se confirma nos resultados referentes aos indicadores descritos, que estão demonstrados na tabela abaixo:

**Parcela Variável (PV) e Adicional à RAP (AFR)
Comparação Empresas Ciclo 2011-2012**

Empresas	RAP	Parcela Variável	Adicional à RAP	Valor líquido	% da RAP
EVRECY	4.206.197,40	0	7.831,12	7.831,12	0,186
LIGHT	3.456.220,32	0	5.058,46	5.058,46	0,146
CTEEP	1.093.224.309,00	-2.480.374,44	3.867.618,34	1.387.243,90	0,127
ELETROSUL	609.424.764,24	-973.359,66	1.035.833,63	62.473,97	0,010
COPEL-GT	175.042.665,00	-539.316,91	258.037,06	-281.279,85	-0,161
CELG-GT	24.477.742,56	-64.964,79	10.806,60	-54.158,19	-0,221
ELETRONORTE	841.091.032,44	-6.265.110,35	1.391.066,22	-4.874.044,13	-0,579
CEMIG-GT	355.080.579,48	-2.996.143,30	708.919,06	-2.287.224,24	-0,644
CEEE-GT	297.183.922,92	-3.071.127,98	300.755,38	-2.770.372,60	-0,932
CHESF	1.006.624.421,88	-17.199.968,78	2.046.557,86	-15.153.410,92	-1,505
FURNAS	1.312.243.535,04	-21.700.414,77	1.737.641,05	-19.962.773,72	-1,521
AFLUENTE	20.782.453,08	-396.630,82	22.301,00	-374.329,82	-1,801

Fontes: Nota Técnica nº 98/2012-SRT/ANEEL e ONS NT 0091/2012.

No que tange à Geração, há um indicador de disponibilidade também, que tem como base as taxas de indisponibilidade programadas e forçadas. O resultado das máquinas em operação em 2012 foi de 93,45%, no entanto, ainda não é possível uma análise mais aprofundada dos resultados, em virtude da primeira usina ter entrado em operação comercial em 2012 (1ª máquina em março, 2ª máquina em julho).

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os processos de apoio estão definidos em normas de gestão empresarial, de acesso a todos os empregados. Em virtude da informatização todos os processos se utilizam das ferramentas computacionais, buscando efetuar melhores controles dentro do que está definido em normas de gestão. Exemplo: abertura e fechamento de guia de viagem, controle de frequência, etc. Os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da Empresa são:

- Gestão de Suprimentos;
- Gestão Financeira;
- Gestão de Pessoas;
- Gestão de Tecnologia da Informação;
- Gestão Empresarial.

As não-conformidades são tratadas em reuniões gerenciais e reuniões específicas com as áreas envolvidas, buscando-se o encaminhamento de soluções e reformulando os padrões para incorporar as melhorias definidas, se for o caso. As normas de gestão são revisadas para manter atualizadas todas as alterações efetuadas nos processos em virtude da identificação de não-conformidades.

Padrões de trabalho	Manual de organização	Manual de competência	Manual de gestão empresarial
Critério	Baseado no estatuto da Empresa que define a estrutura hierárquica na AD superior na deliberação da diretoria que estabelece os demais níveis	Baseado nos níveis e limites de competência, que estabelecem critérios para autorização de gastos e para assinatura de documentos	Baseado na legislação, portarias, acordos coletivos e diretrizes internas, traduzidas em normas e procedimentos de gestão empresarial (NGs e PGs) específicas
Composição	Normas de Organização	Deliberação e Delegação de Poderes	Normas e Procedimentos de Gestão Empresarial
Divulgação	Via correio eletrônico e banco de dados específico do software “Lotus Notes”		

1.6 Principais Parceiros

MACROPROCESSO: GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Companhia Hidroelétrica Teles Pires S.A.

ESBR Participações S.A.

Eólica Cerro Chato I S.A.

Eólica Cerro Chato II S.A.

Eólica Cerro Chato III S.A.

Livramento Holding S.A.

Chuí Holding S.A.

Santa Vitória do Palmar Holding S.A.

MACROPROCESSO: TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Artemis Transmissora de Energia S.A.

Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Construtora Integração Ltda.

Porto Velho Transmissora de Energia S.A.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.

Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Conforme mencionado no item 1.2, o Plano Estratégico Integrado das Empresas Eletrobras estabelece premissas institucionais únicas para todas as empresas subsidiárias, e tem o período de abrangência de 2010-2020. Este é o Plano Estratégico que a Eletrosul adota.

Conforme o estatuto social da Eletrosul, a Empresa realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de geração e transmissão de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicação e pratica outros atos de comércio decorrentes destas atividades. Estas são suas competências constitucionais, legais e normativas.

O Plano Estratégico, por sua vez, busca alinhar-se às competências das empresas Eletrobras, incluindo a Eletrosul, e aprimorar o atendimento às suas finalidades, bem como à melhoria dos processos conforme os negócios em que atua. A seguir são apresentados os Negócios e os Objetivos Estratégicos das empresas Eletrobras.

Negócios das Empresas Eletrobras

Os negócios das empresas Eletrobras que possuem relação com a Eletrosul são:

Geração de energia elétrica

As empresas Eletrobras deverão participar ativamente no mercado nacional e na viabilização de grandes empreendimentos de geração de energia elétrica, como indutoras do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País. No aspecto operacional, as atenções deverão estar voltadas para o aumento da eficácia e eficiência e a melhoria da qualidade dos serviços de geração de energia elétrica.

Transmissão de energia elétrica

No negócio de transmissão de energia elétrica, as empresas Eletrobras focarão sua atuação nos projetos estruturantes e nas interligações regionais com os sistemas isolados e com os países da América do Sul, devendo ampliar suas participações na rede de transmissão do sistema interligado nacional (SIN). Atuarão fortemente na melhoria da rentabilidade, no aumento da eficácia e eficiência operacionais, na melhoria da qualidade dos serviços e na redução das perdas nas operações de transmissão.

Comercialização de energia elétrica

As empresas Eletrobras promoverão o desenvolvimento do negócio de comercialização e gestão de energia elétrica no mercado livre, dentro e fora das áreas de concessão de suas distribuidoras. Desenvolverão estratégias inovadoras para a comercialização da energia proveniente de seus futuros empreendimentos no exterior e das novas usinas termoeletricas no País.

Além do foco na comercialização e gestão de energia elétrica, as empresas Eletrobras se voltarão para a viabilização comercial de novos negócios associados à geração, transmissão e distribuição de energia e à utilização dos ativos das empresas.

Objetivos Estratégicos das Empresas Eletrobras

Estão reproduzidos abaixo, na íntegra, os Objetivos Estratégicos das Empresas Eletrobras. Os Objetivos são divididos em Finalísticos (1 a 5) e de Gestão e Competências (6 a 12). Estes objetivos estão estabelecidos para o período de 2010 a 2020, estando dessa forma, vigentes durante o exercício de 2012.

Objetivos Finalísticos

1. Ampliar e aprimorar os negócios de GTD&C de energia elétrica de forma competitiva e rentável.
2. Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes renováveis na matriz energética do Sistema Eletrobras.
3. Expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, alinhada aos negócios da companhia e com foco nas Américas.
4. Participar da gestão dos programas de energia elétrica de interesse do governo, pactuando metas de execução e equilíbrio econômico-financeiro.
5. Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno.

Objetivos de Gestão e Competências

6. Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva.
7. Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado.
8. Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras.
9. Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias.
10. Potencializar a reputação, a credibilidade e confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade.
11. Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas.
12. Intensificar a atuação integrada em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras.

As principais ações planejadas para o atingimento destes objetivos concentraram-se na conclusão de todos os empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica próprios em andamento, bem como a conclusão do Sistema Integrado de Gestão e o Business Intelligence (BI), a reestruturação do Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente e a extinção do Escritório Regional do Rio Grande do Sul.

Plano Plurianual - PPA

Com relação ao PPA, foram executados os programas e ações relacionados a seguir, totalmente alinhados ao Plano Estratégico da Unidade.

Ações Relacionadas aos Objetivos Finalísticos

Programa 2033 – Energia Elétrica
Ação 12DQ – Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo para Geração de Energia Elétrica
Ação 1F91 – Implantação da UHE Passo São João e Sistema de Transmissão Associado
Ação 1K88 – Implantação da UHE Mauá e Sistema de Transmissão Associado

Ação 10D6 – Implantação da UHE São Domingos e Sistema de Transmissão Associado
Ação 10D7 – Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra e Sistema de Transmissão Assoc.
Ação 1O50 – Ampliação no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul
Ação 2D94 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transm. na Região Sul e no Mato Grosso do Sul
Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
Ação 13FD - Implantação do projeto Megawatt Solar

Programa 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia
Ação 8549 - Preservação e Conservação Ambiental em Emp. de Geração e Transm. de Energia Elétrica

Ações Relacionadas aos Objetivos de Gestão e Competências

Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais
Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

As estratégias contidas no Plano Estratégico do Sistema Eletrobras que possuem relação com a Eletrosul são:

Objetivos Estratégicos	Estratégias	Risco Associado da Matriz de Risco
1 - Ampliar e aprimorar os negócios de GT&C de forma competitiva e rentável	1. Participar ativamente das melhores oportunidades previstas no planejamento governamental para expansão de geração de energia elétrica.	Risco Financeiro - Investimentos 1. Gestão de Negócios Corporativos 2. Gestão do Negócio de SPes e Consórcios
	2. Atuar seletivamente na comercialização de energia.	Risco Operacional - Comercialização 1. Compra e Venda de Energia 2. Garantia de Contratos de Energia
	3. Investir em eficiência energética na oferta de energia: repotencialização de usinas e redução de perdas técnicas na geração e transmissão.	Risco operacional – P&D+I, Geração e Transmissão 1.Desenvolvimento Tecnológico 2.Disponibilidade de Geração 3.Disponibilidade de Transmissão 4.Revisão Tarifária na Transmissão
2 - Priorizar os investimentos em energia limpa, incluindo novas fontes renováveis na matriz energética da Eletrosul	1. Desenvolver capacitação tecnológica e multidisciplinar para geração de energia limpa.	Risco operacional – P&D+I e Pessoal 1.Desenvolvimento Tecnológico 2.Treinamento e Capacitação
	2. Investir em novos experimentos de geração com novas fontes renováveis.	Risco Estratégico – Estratégia de Mercado 1.Governança de P&D+I Risco operacional – P&D+I 1.Desenvolvimento Tecnológico 2.Gestão da Propriedade Intelectual
	3. Participar agressivamente dos leilões de geração com fontes renováveis, com garantia de viabilidade técnica e econômico-financeira dos empreendimentos.	Risco Estratégico – Estratégia de Mercado 1.Concorrência 2.Novos Negócios e Leilões
3 - Expandir a atuação internacional	Neste objetivo a Eletrosul não possui estratégias relacionadas.	
4 - Participar da gestão dos programas de energia elétrica de interesse do governo	1. Negociar diretrizes, critérios e condições para participação do Sistema Eletrobras em programas governamentais associados à energia elétrica.	Risco Estratégico – Imagem 1.Patrocínio, Convênio e Doações Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1.Sustentabilidade
	2. Pactuar com o MME contrato de gestão para cada programa governamental, explicitando metas, recursos, remuneração, cronograma e responsabilidades.	Risco Estratégico – Imagem 1.Patrocínio, Convênio e Doações Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1.Sustentabilidade

Objetivos Estratégicos	Estratégias	Risco Associado da Matriz de Risco
	3. Aprimorar o sistema de gestão, acompanhamento e apropriação de custos dos programas de governo nos quais o Sistema Eletrobras tenha participação relevante.	Risco Estratégico – Imagem 1. Patrocínio, Convênio e Doações Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade
5 - Garantir que os investimentos da Eletrosul sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno	1. Promover programas de desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno de todos os empreendimentos nos quais o Sistema Eletrobras esteja envolvido.	Risco operacional - Socioambiental 1. Impacto da Biodiversidade e no Meio Físico 2. Impacto Socioeconomico
	2. Negociar e pactuar previamente com as comunidades os benefícios e as medidas propostos nos programas de inserção regional e desenvolvimento sustentável.	Risco Estratégico – Fatores Externos 1. Mobilizações Sociais Risco operacional - Socioambiental 1. Impacto da Biodiversidade e no Meio Físico 2. Impacto Socioeconomico
6 - Aprimorar a Gestão Empresarial	1. Desenvolver e implantar modelo de gestão consistente com as especificidades do Sistema Eletrobras e com as novas demandas e desafios.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Planejamento Estratégico
	2. Adequar a estrutura do Sistema, os processos organizacionais e os projetos a um novo paradigma de custos e eficiência.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade 2. Estrutura Organizacional
	3. Formular e implementar modelo e processo de gestão de mudança do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade
7 - Aprimorar a Governança Corporativa	1. Formular, desenvolver e implementar o modelo de governança corporativa, segundo as melhores práticas.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Desempenho da Alta Administração 2. Aderência as Regras
	2. Adequar os estatutos e regimentos internos, exigindo um perfil adequado dos representantes dos acionistas nas empresas do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Desempenho da Alta Administração 2. Aderência as Regras
	3. Implementar suporte e mecanismos para o exercício das funções de administração superior e representação externa do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Desempenho da Alta Administração 2. Aderência as Regras
8 - Atrair, desenvolver e reter talentos	1. Estabelecer políticas e aprimorar processos de gestão de pessoal, especialmente no domínio da seleção e do desligamento, remuneração, carreira e sucessão, avaliação de desempenho, compatíveis com o novo modelo de gestão empresarial e organizacional do Sistema Eletrobras.	Risco operacional – Pessoal 1. Treinamento e capacitação 2. Desempenho de Pessoal 3. Recrutamento e Seleção 4. Relações Sindicais 5. Retenção de Pessoal 6. Segurança do Trabalho

Objetivos Estratégicos	Estratégias	Risco Associado da Matriz de Risco
	2. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras.	Risco operacional – Pessoal 1. Treinamento e Capacitação
	3. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultados e competências.	Risco operacional – Pessoal 1. Desenvolvimento das Pessoas
	4. Criar e manter ambiente de trabalho e métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade
9 - Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias	1. Aprimorar, implantar e integrar as práticas de gestão técnica e econômico-financeira de empreendimento.	Risco Estratégico – Estratégia de Mercado 1. Novos Negócios e Leilões 2. Gestão do Negócio de SPEs e Consórcios 3. Concorrência Risco Financeiro - Investimentos 1. Gestão Contábil de Ativos Risco Operacional - Engenharia e Construção 1. Projetos de Engenharia 2. Custo das Obras 3. Qualidade dos Empreendimentos 4. Prazo de Entrega das Obras
	2. Criar e aprimorar instrumentos e condições para a negociação, estruturação, gestão e acompanhamento das participações e parcerias do Sistema Eletrobras.	Risco Financeiro - Investimentos 1. Gestão dos Negócios Corporativos 2. Gestão do Negócio SPE e Consórcio 3. Carteira de Participações
	3. Promover os investimentos e desinvestimentos necessários, buscando maximizar a rentabilidade da carteira.	Risco Financeiro - Investimentos 1. Gestão dos Negócios Corporativos 2. Gestão do Negócio SPE e Consórcio 3. Carteira de Participações
10 - Potencializar a reputação, credibilidade e confiança perante os empregados, o mercado e a sociedade	1. Associar a marca e a imagem do Sistema Eletrobras a um sistema empresarial de energia limpa, eficiente, rentável e indutor do desenvolvimento.	Risco Estratégico – Imagem 1. Sustentabilidade 2. Comunicação Institucional
	2. Consolidar a comunicação institucional e mercadológica do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Imagem 1. Comunicação Institucional 2. Comunicação de Crises 3. Relações Institucionais com Partes Interessadas
11 - Minimizar as amarras institucionais internas e externas	1. Identificar as amarras institucionais que dificultam a atuação do Sistema Eletrobras em condições competitivas e atuar junto às instâncias decisórias, visando à supressão das restrições.	Risco Conformidade – Reporte 1. Informações e Dados Técnicos 2. Relatórios Risco Estratégico – Imagem 1. Relações Institucionais com Partes Interessadas
	2. Revisar e aprimorar os normativos internos (Suprimento, RH, Jurídico), visando à supressão de restrições endógenas.	Risco Conformidade – Legislação e Regulamentação
	3. Implantar uma gestão voltada para eliminação de redundâncias, ganhos de escala e busca de eficiência operacional.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade

Objetivos Estratégicos	Estratégias	Risco Associado da Matriz de Risco
	4. Negociar e implantar contratos de medição de desempenho das empresas do Sistema Eletrobras com o acionista majoritário.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Desempenho da alta Administração
12 - Intensificar a atuação integrada em PD+I e mensurar sua contribuição para a Empresa	1. Consolidar e aprimorar os mecanismos de integração e de identificação, análise, proposição e execução de projetos de P&D+I do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Governança de P&D +I
	2. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os mecanismos de mensuração de resultados.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Governança de P&D +I
	3. Estabelecer mecanismos para assegurar fluxos contínuos de recursos para P&D+I.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Governança de P&D +I

Para o exercício de 2012 não foi necessário rever os macroprocessos internos da Eletrosul.

Com o objetivo de atender os objetivos da organização, foram implementadas as seguintes adequações na estrutura/atividades da empresa:

- Revisão de programas relacionados a treinamento e desenvolvimento pessoal.
- Revisão do programa de patrocínio da Empresa para 2013, com o cancelamento da quase totalidade dos projetos.
- Revisão da contratação da Agência de Publicidade.
- Suspensão da aquisição de brindes institucionais e materiais para feiras e eventos, ficando somente aqueles imprescindíveis.
- Revisão das viagens, participação em reuniões, grupos de trabalho, comitês, seminários, treinamentos, etc.
- Reavaliação das contratações de pessoal terceirizado.
- Incorporação das SPEs em que a Empresa detém 100% do Capital Social.
- Extinção do escritório regional no Rio Grande do Sul.
- Revisão da Política de Operação .
- Criação de um Setor Administrativo único para atender todas as áreas da Sede.

A divulgação dos objetivos estratégicos foi realizada quando do lançamento do plano estratégico, por meio de cartilhas, quadros de avisos eletrônicos e cartazes, que permanecem vigentes. As metas específicas de 2012 foram divulgadas a todos os gerentes por meio de resolução da Diretoria Executiva.

Para atingir os objetivos estratégicos a Eletrosul executa ações alinhadas às estratégias integradas das empresas Eletrobras, conforme o Plano de Metas e Ações apresentado no item a seguir.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Nº	Objetivos Relac.	Ações	Realização
1	1	Concluir a Usina Hidrelétrica de Passo São João (RS)	100%
2	1	Concluir a Usina Hidrelétrica de São Domingos (MS)	94%
3	2	Concluir a Pequena Central Hidrelétrica de Barra do Rio Chapéu (SC)	98%
4	2	Concluir a Pequena Central Hidrelétrica de João Borges (SC)	85%
5	1	Concluir a Usina Hidrelétrica de Mauá (PR)	99%
6	1	Concluir o Empreendimento de Transmissão relativo à Resolução Autorizativa Aneel nº 1.535/2008	100%
7	1	Concluir o Empreendimento de Transmissão relativo à Resolução Autorizativa Aneel nº 2.383/2010	100%
8	1	Concluir o Empreendimento de Transmissão relativo à Resolução Autorizativa Aneel nº 2.589/2010	100%
9	1	Concluir o Empreendimento de Transmissão relativo à Resolução Autorizativa Aneel nº 3.232/2011	100%
10	2	Implantar o Projeto Megawatt Solar	18%
11	6	Concluir o Sistema Integrado de Gestão	91%
12	6	Concluir o Sistema de Business Intelligence (BI)	90%
13	6	Reestruturar o Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente	100%
14	6	Extinguir o Escritório Regional do Rio Grande do Sul	100%

Justificativa para não execução de ações ou não atingimento de metas

Ação 2 - Concluir a Usina Hidrelétrica de São Domingos (MS)

No dia 18/09/2012 foi assinado com a ENGEVIX o Termo Aditivo 4 ao contrato de EPC, que teve por objetivo regularizar diversos itens inicialmente não incluídos no escopo do contrato, bem como fazer os ajustes decorrentes de imprevistos surgidos durante a implantação (em especial as paralisações de obra decorrentes do incêndio nos alojamentos e do embargo pelo IMASUL). O detalhamento das justificativas para este aditivo, e os conseqüentes impactos nos custos e prazo de implantação, são apresentados no DCA 306-10 de 19/09/2012.

Com isto, a meta anterior, de operação comercial das duas unidades geradoras em 2012, ficou alterada conforme abaixo:

- UG1: passou de 25/09/2012 para 01/03/2013
- UG2: passou de 25/10/2012 para 15/04/2013

A Eletrosul vem fazendo gestão junto ao EPC para buscar a antecipação de entrega das unidades geradoras, porém a obra deverá ter impacto devido à ocorrência do incêndio no dia 26/10/2012, causado por trabalhadores, que afetou 2 blocos de alojamentos do operacional que abrigavam 80 funcionários.

Ação 3 - Concluir a Pequena Central Hidrelétrica de Barra do Rio Chapéu (SC)

Os termos aditivos 07 (RD-1403-06, de 02/02/2012 e DCA 296-10, de 16/02/2012) e 10 (RD-1436-11) postergaram as datas de geração comercial conforme quadro abaixo:

Datas de operação comercial definidas nos termos aditivos	TA 6 (de 14/10/2011)	TA 7 (de 10/02/2012)	TA 10 (de 04/10/2012)
Operação comercial UG 1	31/03/2012	31/07/2012	30/11/2012
Operação comercial UG 2	30/04/2012	31/08/2012	20/12/2012

Adicionalmente aos termos aditivos supracitados, no final do mês de outubro/2012 o guindaste que estava lançando as vigas da ponte do canal de fuga tombou sobre a casa de força. Esse acidente danificou o telhado da casa de força, a estrutura da monovia do tubo de sucção e gerou incertezas quanto a impactos sobre a ponte rolante e a seu caminho de rolamento. Adicionalmente, pela posição do tombamento, foi necessário paralisar frentes da obra civil até que a seguradora fosse acionada para inspecionar os danos e a empresa responsável removesse o guindaste.

Devido às características do material do túnel, bem como fechamento do emboque e desemboque pela evolução das obras civis, o tratamento do túnel desenvolveu-se em um ritmo aquém do esperado, impactando na data prevista para enchimento do reservatório e por consequência nos testes e comissionamento com água.

Desta forma, entrou em operação a UG1, ficando a UG2 para o início de 2013.

Ação 4 - Concluir a Pequena Central Hidrelétrica de João Borges (SC)

Em 31 de Agosto de 2011 ocorreram chuvas intensas na área das obras da PCH João Borges. Essas chuvas galgaram a ensecadeira e inundaram a Casa de Força. Aliado a isso, a cota da inundação na Casa de Força chegou muito próxima ao valor da cheia decamilenar.

Motivou-se a revisão dos estudos de calibração da Curva-chave do canal de fuga, uma vez que a mesma havia sido construída sem nenhum ponto de vazões mais elevadas. Esses estudos levaram a um alteamento da cota de proteção em cerca de 3,80 metros.

Os atrasos associados a esse fato somam: o tempo de revisão de projeto associado a limpeza das frentes de trabalho, a parada dos serviços para espera da revisão de projeto e o acréscimo da armadura no engastamento das paredes - que estava sendo posicionada na época, e também, os serviços de obras civis adicionais decorrentes desse fato imprevisível.

Outro fator de impacto nos prazos foi a continuação da chaveta na Barragem. Essa chaveta foi decorrente da ocorrência de uma falha no eixo do barramento, cuja análise de estabilidade realizada durante o projeto executivo motivou sua criação. Para sua finalização foram realizadas novas sondagens com uso de flutuador no leito do rio, revisão de projetos, e, se fez necessária uma transição para sua conclusão.

Todas essas mudanças e acréscimos de prazo e escopo motivaram a elaboração de termo aditivo contratual (TA05 ao contrato 91300041) já aprovado. O mesmo prevê o início da geração comercial para o mês de Fevereiro de 2013, estando as outras duas unidades previstas para Março e Abril, respectivamente.

Ação 5 - Concluir a Usina Hidrelétrica de Mauá (PR)

A segunda unidade complementar será entregue para operação comercial em janeiro de 2013. Portanto, o avanço físico fechou em 99%.

Desta forma, 1 % restante para o ano de 2013 corresponde ao “*as built*” da UHE Presidente Vargas (Klabin) e sobressalentes.

Ação 10 - Implantar o Projeto Megawatt Solar

O projeto atingiu a referida evolução física em virtude da conclusão das etapas de projeto básico, projeto executivo (arquitetônico geral), projeto executivo geral (36% de evolução) e fornecimento dos inversores e parte dos equipamentos de proteção em corrente contínua.

De forma geral o empreendimento está atrasado, seja na aprovação dos projetos, seja no fornecimento de equipamentos. A Efacec tem demonstrado dificuldades na gestão do empreendimento e vem sendo notificada constantemente. Até 31/12/2012 nenhum pagamento havia sido realizado, pois ainda não havia documentos de cobrança.

Ação 11 - Concluir o Sistema Integrado de Gestão e Ação 12 - Concluir o Sistema de Business Intelligence (BI)

A necessidade de recursos humanos adicionais ao projeto motivou o atraso na concretização das ações. O Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI, efetuou tratativas com a Consist, empresa contratada para desenvolvimento e implantação do Sistema Integrado de Gestão - SIG e do Business Intelligence - BI, objetivando a alocação destes recursos, no entanto, as medidas tomadas não foram suficientes, restando 9% para conclusão do SIG e 10% para conclusão do BI no ano de 2013.

Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade

A conclusão da Usina Hidrelétrica Passo São João foi um marco importante da Eletrosul em 2012, pois significou o retorno da empresa ao segmento de geração hidrelétrica. Esta ação fez parte do atendimento ao Objetivo Estratégico Nº 1 - Ampliar e aprimorar os negócios de GTD&C de energia elétrica de forma competitiva e rentável.

Os objetivos estratégicos das Empresas Eletrobras foram elaborados de forma ampla e genérica, não havendo medição específica para eles. As medições são feitas no atingimento das Metas e Ações de cada empresa para exercícios específicos, como foi o caso desta ação acima apresentada, sendo que as Metas e Ações devem estar alinhadas e contidas nos objetivos.

Ao concluir a Usina Hidrelétrica Passo São João, a Eletrosul promoveu a ampliação de seus negócios de geração. Da mesma forma, este era o objetivo ao estabelecer a meta de conclusão da Usina Hidrelétrica de São Domingos, o que não foi concretizado em 2012, faltando 6% para o atendimento desta meta. O mesmo pode ser descrito em relação à Usina Hidrelétrica de Mauá, restando apenas 1% para sua conclusão.

O Objetivo Nº 1 também inclui empreendimentos de transmissão de energia elétrica. As metas relacionadas à conclusão de empreendimentos próprios de transmissão foram todas atingidas, contribuindo para o objetivo de ampliar e aprimorar os negócios da Eletrosul, no que tange ao segmento transmissão, de forma competitiva e rentável.

Com relação às duas Pequenas Centrais Hidrelétricas, Barra do Rio Chapéu e João Borges, a meta era de que a conclusão destes dois empreendimentos contribuísse com o Objetivo Estratégico Nº 2 - Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes renováveis na matriz energética do Sistema Eletrobras. As PCHs são consideradas “fontes alternativas de energia elétrica”, ou “novas fontes renováveis”, uma vez que são empreendimentos mais sustentáveis do que as usinas maiores, por ocuparem uma área de alagamento bem menor, atingindo menos pessoas e com menor impacto ambiental. Infelizmente as metas não foram concluídas em sua totalidade, prejudicando o atendimento ao objetivo.

O Projeto Megawatt Solar também está relacionado ao atendimento do Objetivo N° 2, pois a energia solar também é considerada uma nova fonte renovável, importante para a preservação dos recursos naturais do planeta. No entanto, esta meta também ficou aquém do esperado, conforme justificativas apresentadas.

O Objetivo Estratégico N° 6 - Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva se refere a aspectos que possam melhorar a gestão empresarial. Devem contemplar ações que promovam a eficiência das práticas e mecanismos de gestão. Foi neste sentido que estabeleceram-se as metas de conclusão em 2012 do Sistema Integrado de Gestão e do Sistema de Business Intelligence (BI). Ambos os sistemas irão contribuir significativamente para a gestão das informações da empresa. No entanto a meta não foi atingida em sua totalidade, conforme apresentado, devido às justificativas mencionadas no item anterior. Com relação à reestruturação do Departamento de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, bem como à extinção do Escritório Regional do Rio Grande do Sul, tiveram o objetivo de melhorar os processos internos, tornando-os mais eficientes e otimizados, com foco nos resultados, e também no corte de alguns custos desnecessários, na visão da administração da empresa.

2.4 Indicadores

Indicadores Econômico-Financeiros

Custos com PMSO

Objetivo da Meta: Reduzir gastos com PMSO em relação a Receita Operacional Líquida (ROL).

Fórmula = $PMSO/ROL$

Unidade: %

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

Definições:

PMSO – Representa os custos que a Empresa tem para realização dos seus serviços e manutenção de sua estrutura empresarial para alavancar negócios próprios e/ou em parceria.

P - custos com pessoal;

M - custos com material;

S - custos com serviços de terceiros;

O – outros custos.

ROL – Receita Operacional Líquida. É resultado da Receita Operacional Bruta menos Impostos sobre a Receita e Encargos Setoriais. (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE).

Este indicador quantifica a participação dos custos com PMSO em relação à ROL. Quanto menor for este valor maior a eficiência da empresa.

META 2012	REALIZADO 2012
70,0	54,2

Dívida Líquida

Objetivo da Meta: Manter a dívida líquida em níveis compatíveis com a geração de caixa operacional.

Fórmula = $Dívida\ Líquida/EBITDA$

Unidade: Índice

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

Definições:

Dívida Líquida – Soma de todas as obrigações financeiras (empréstimos, debêntures, títulos de renda fixa, etc.) da empresa, sejam elas de curto ou longo prazo. Deste montante devem ser deduzidas as disponibilidades da empresa, ou seja, a soma dos instrumentos que podem ser considerados como papel moeda.

EBITDA – Geração de caixa operacional – É o lucro da empresa sem considerar os pagamentos de amortizações, juros, taxas, impostos e a depreciação. Demonstra o valor gerado pela empresa em suas operações. Este indicador mede a capacidade de geração de recursos próprios por uma empresa.

Este indicador utiliza valores consolidados, ou seja, a partir de critérios técnicos, são consolidados à Controladora (Eletrosul), valores referentes as empresas controladas (e.g.: SPE's).

Este índice é uma medida da alavancagem financeira da empresa. Ele indica o número de anos de fluxo de caixa requeridos para pagar todas as dívidas da companhia.

META 2012	REALIZADO 2012
9,90	6,90

Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido

Objetivo da Meta: Aumentar a rentabilidade do Patrimônio Líquido.

Fórmula = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido

Unidade: %

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Definições:

Lucro Líquido – É o ganho final da empresa como resultado de suas atividades. É o que sobra após serem descontados de sua receita todos os custos e despesas.

Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido é formado pelo capital social, reservas, e lucros ou prejuízos acumulados. É demonstrado no Balanço da empresa. Significa todo o capital investido na empresa pelo acionista.

Este indicador calcula o retorno que a empresa dá ao seu acionista, ou seja, qual o percentual de lucro em relação ao valor total investido na empresa pelo acionista, que é o patrimônio líquido.

META 2012	REALIZADO 2012
2,2	1,3

Investimento Realizado

Objetivo da Meta: Aumentar o nível histórico de realização de investimentos.

Fórmula =
$$\frac{\text{Investimento realizado}}{\text{Investimento aprovado}} \times 100$$

Unidade: %

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Definições:

Investimento realizado – Somatório dos investimentos próprios e em parcerias efetivamente desembolsados.

Investimento aprovado – Somatório dos investimentos próprios e em parcerias aprovados no orçamento.

Este indicador utiliza valores consolidados, ou seja, a partir de critérios técnicos, são consolidados à Controladora (Eletrosul), valores referentes as empresas controladas (e.g.: SPE's).

Este indicador avalia a capacidade de realização dos investimentos aprovados. Quanto mais próximo de 100% significa um bom planejamento orçamentário e também uma boa execução do mesmo.

META 2012	REALIZADO 2012
89,7	94,9

Margem EBITDA

Objetivo da Meta: Aumentar a margem % do EBITDA frente à Receita Operacional Líquida.

Fórmula = EBITDA/ROL

Unidade: %

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Definições:

EBITDA – Geração de caixa operacional – É o lucro da empresa sem considerar os pagamentos de amortizações, juros, taxas, impostos e a depreciação. Demonstra o valor gerado pela empresa em suas operações. Este indicador mede a capacidade de geração de recursos próprios por uma empresa.

ROL – Receita Operacional Líquida. É resultado da Receita Operacional Bruta menos Impostos sobre a Receita e Encargos Setoriais. (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE).

Esse indicador expressa a capacidade de geração de caixa operacional através das operações da empresa. Por não incluir as despesas com depreciação e amortização e a equivalência patrimonial, a margem do Ebitda pode ser vista como uma aproximação do fluxo de caixa (e não do lucro) da empresa.

META 2012	REALIZADO 2012
25,7	35,4

ISE Bovespa – Dimensão Econômica

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho econômico, segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Nesta dimensão, o questionário avalia os processos de planejamento estratégico, a gestão dos ativos intangíveis e qualifica a empresa em relação aos riscos diversos. Há, também nesta dimensão, os critérios relacionados ao desempenho financeiro e lucratividade e os critérios de cumprimento das normas legais de apresentação dos resultados.

META 2012	REALIZADO 2012
57,0	52,0

Indicadores Operacionais

Parcela Variável Descontada em Transmissão

Objetivo da Meta: Reduzir a Parcela Variável Descontada em Transmissão (PVI).

Fórmula = PV/PB

Unidade: %

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

Definições:

PV – Parcela Variável

PB – Pagamento Base da função transmissão.

Demonstra, em termos percentuais, o valor descontado da receita de transmissão por indisponibilidades no sistema de transmissão da Eletrosul. É uma penalidade imposta pela ANEEL, e que prevê também, recompensas para as empresas que tiverem um bom índice de Disponibilidade.

META 2012	REALIZADO 2012
0,70	0,18

Indicadores Socioambientais

Satisfação dos Empregados

Objetivo da Meta: Aumentar o nível de satisfação dos empregados.

Unidade: %

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

O índice de satisfação dos empregados (ou índice de favorabilidade) é medido por meio da aplicação de uma Pesquisa de Clima Organizacional unificada para as empresas Eletrobras, sendo uma forma de mensurar o nível de satisfação dos empregados com relação aos aspectos do ambiente organizacional.

Não houve aplicação da Pesquisa de Clima Organizacional no ano em referência.

META 2012	REALIZADO 2012
66,2	-

ISE Bovespa – Dimensão Social

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho social segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Na Dimensão Social, são avaliados critérios relacionados às relações de trabalho e formas de discriminação (raça, cor, gênero, orientação sexual); critérios de conduta empresarial, ética e, relações com o público interno (empregados) e externo (comunidade). Há critérios que formalizam as relações com os fornecedores e parâmetros para medir o quanto a empresa influencia e exige os mesmos padrões éticos em sua cadeia de suprimentos, por meio de avaliação sistemática de seus fornecedores; existem nesta dimensão, também indicadores de avaliação das demandas e satisfação dos clientes, bem como, indicadores de desempenho e cumprimento legal na esfera social (clientes, consumidores e fornecedores).

META 2012	REALIZADO 2012
54,0	61,0

ISE Bovespa – Dimensão Ambiental

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho ambiental para segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Na dimensão ambiental, verifica-se a existência de política corporativa ambiental; analisam-se critérios de responsabilidade socioambiental, bem como, gerenciamento e monitoramento das políticas socioambientais. Há critérios que também avaliam o posicionamento da empresa, no tocante ao consumo de recursos e emissão de resíduos e, finalmente, critérios relacionados ao cumprimento legal dos quesitos ambientais.

META 2012	REALIZADO 2012
47,0	43,0

ISE Bovespa – Dimensão Mudanças Climáticas

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho relacionado a alterações climáticas segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Na dimensão mudanças climáticas, o foco é na existência de política corporativa, quanto aos compromissos, abrangência e divulgação; no critério gestão, são avaliados o planejamento/gestão de riscos e oportunidades, inventário de emissões, sistemas de gestão e diálogo com partes interessadas; resultados e nível de abertura das informações sobre o tema.

META 2012	REALIZADO 2012
48,0	51,0

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

3.1 Estrutura de Governança

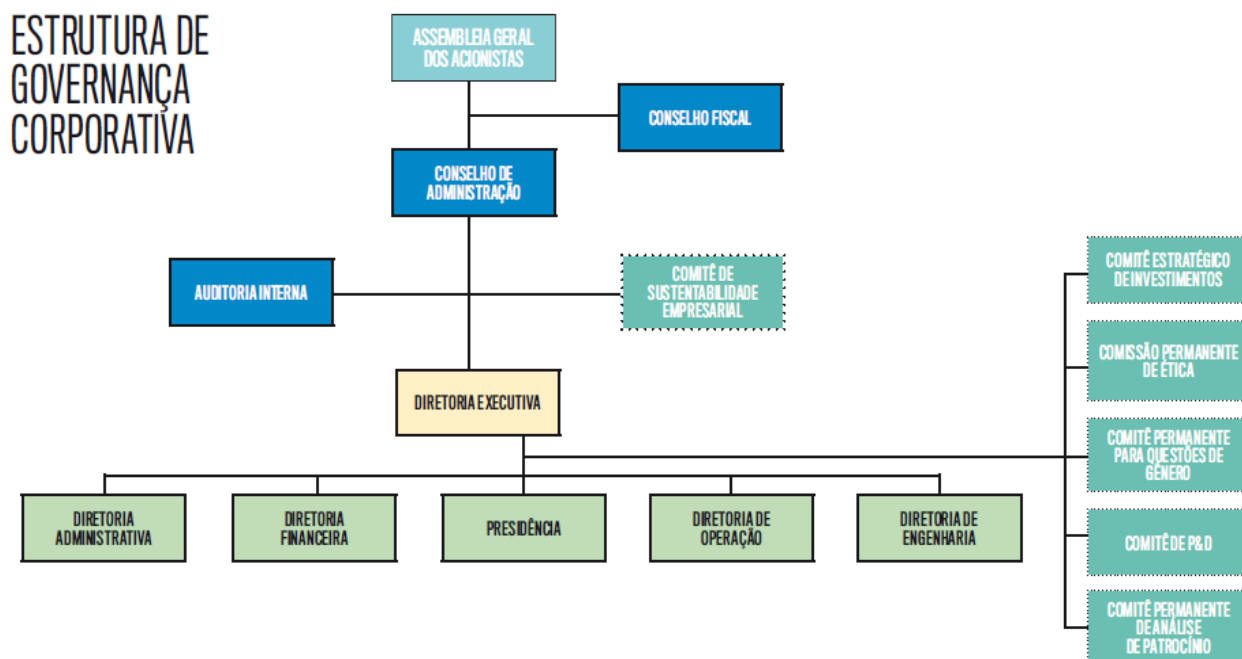
A Eletrosul, pautada por sua visão e valores busca cumprir sua missão traduzindo os requisitos de sustentabilidade em práticas de gestão, atuando de forma ética, transparente, com equidade e prestando contas aos seus públicos de interesse.

Mesmo sendo empresa de capital fechado a gestão da Eletrosul impacta na valorização da Eletrobras que tem ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BM&FBovespa), de Madri (Latibex) e de Nova Iorque (NYSE), fonte importante para captação de recursos para novos investimentos. Sendo assim, a Eletrosul vem refinando a aplicação de boas práticas de governança corporativa, utilizando como modelo o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa instituído pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

O aprimoramento da governança corporativa na Eletrosul é garantido por uma estrutura e práticas de gestão, bem como instrumentos a exemplo do Estatuto Social, políticas, Regimento Interno do Conselho de Administração, os comitês que apóiam a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, que determina a forma de gestão da Empresa para assegurar de forma efetiva o sucesso do negócio a longo prazo.

Estrutura de governança da Eletrosul

A estrutura da governança corporativa da Eletrosul é constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, e conta com o apoio de órgãos de assessoramento e comitês estratégicos, conforme apresentado na figura abaixo:



Assembleia Geral dos Acionistas – tem poderes para decidir sobre todos os negócios da empresa e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Conselho Fiscal - Órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Eletrosul e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. É composto por 3 membros titulares e 3 suplentes.

Conselho de Administração – Órgão colegiado de mais alto nível da administração da Eletrosul, cuja finalidade é estabelecer as diretrizes e as políticas maiores da empresa. O Conselho conta com o assessoramento permanente do Comitê de Sustentabilidade Empresarial Eletrosul – CSEE, como apoio nas informações que propiciarão a tomada de decisão no que se refere a uma gestão sustentável. É composto de até seis membros, sendo um, obrigatoriamente, designado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e um representante dos empregados, eleito por seus pares.

Diretoria Executiva – Órgão colegiado responsável pela direção geral da Eletrosul, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Auditoria Interna – vinculada ao Conselho de Administração, preservando sua isenção e imparcialidade, com livre acesso a todos os documentos da empresa tem como finalidade assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos praticados pela Administração, bem como avaliar a eficácia da gestão, do ambiente de controle interno e das práticas administrativas.

Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Eletrosul (CSEE) - Órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e coordenado pelo Diretor-Presidente, que tem por objetivo promover e garantir todos os aspectos relacionados a sustentabilidade, mediante identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, nos resultados de longo prazo, no relacionamento com os públicos de interesse e na imagem da Empresa. Além disso, a Eletrosul integra o Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras.

Comitê Estratégico de Investimentos (CEI) - Criado com a responsabilidade de assessorar a Diretoria Executiva na constituição de macro-orientações e tomadas de decisão relativas a investimentos em ativos do sistema elétrico, sejam eles próprios, em regime de consórcio ou sociedade de propósito específico.

Comissão Permanente de Ética - Tem o objetivo de disseminar conhecimento e esclarecer dúvidas quanto à conduta ética entre seus empregados, administradores e prepostos. Assim é possível minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos, bem como fortalecer a imagem da empresa e de seus empregados perante a sociedade. Além disso, a comissão é responsável por apurar, mediante denúncia ou ofício, conduta em desacordo com as normas éticas e recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, a capacitação e o treinamento sobre o tema. É formada por um presidente e dois membros efetivos, com mesmo número de suplentes, bem como uma pessoa responsável pela secretaria executiva do comitê.

A Eletrosul com o compromisso pela incorporação de valores como igualdade, dignidade e justiça, vem promovendo ações que propiciem a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, respeitando as suas diferenças biológicas e erradicando as desigualdades socioculturais. Para auxiliá-la, a Empresa instituiu o Comitê Permanente para Questões de Gênero que tem por atribuição fomentar debates, implantar e monitorar projetos e ações voltadas para a mulher e contribuir para o desenvolvimento sustentável na região em que atua, por meio da proposição da política de equidade de gênero. Dessa forma, foi observada a ampliação do número de mulheres em

cargos de chefia e decisão, com uma valorização da diversidade social dentro da empresa, também por meio de um processo preventivo às questões de discriminação no ambiente de trabalho, promovendo maior sensibilização, socialização de conhecimento e garantia de direitos sociais.

Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica - O comitê tem a responsabilidade de avaliar e decidir sobre projetos de pesquisa realizados pela empresa.

Comissão Permanente de Análise de Patrocínio Institucional - Tem o objetivo de aprovar para patrocínio e apoio da Eletrosul, projetos que tenham caráter estruturante para comunidades de baixa renda, visando novas oportunidades de trabalho e renda, que sejam voltados à formação profissional, visando propiciar maior empregabilidade dessa população. Além disso, são aceitos aqueles que revelem e mantenham novos atletas que já tenham se destacado em sua modalidade esportiva, bem como projetos educacionais ou de formação cultural em comunidades de baixa renda.

Ainda no sentido de prestar apoio à Governança, a Eletrosul possui dois órgãos vinculados à presidência da Empresa: a Coordenadoria de Controle de Processos e Gestão de Riscos e a Ouvidoria.

Coordenadoria de Controle de Processos e Gestão de Riscos (CCPR) - tem o objetivo de identificar, analisar, avaliar e monitorar, de forma integrada com as áreas de negócios, os riscos críticos entre os pilares estratégico, financeiro, operacional e de *compliance*, além de revisar, implantar, acompanhar e avaliar os controles internos dos processos da Empresa.

Ouvidoria - objetivando a plena transparência e publicidade dos atos da administração e contribuindo para o efetivo controle social da gestão pública, a Ouvidoria Geral da Eletrosul tem a finalidade ser um canal permanente de comunicação com os empregados e com os demais públicos, contribuindo para o desenvolvimento da empresa, para a cultura da cidadania e para a preservação dos direitos individuais e coletivos.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica</p> <p>O Sistema de Controle Interno da Eletrosul foi avaliado pela sua Diretoria Executiva, com a participação da Auditoria Interna (AUD), da Coordenadoria Controle de Processos e Gestão de Riscos (CCPR) e das Assessorias de Gestão da Empresa.</p> <p>A metodologia utilizada para a referida avaliação foi estruturada em duas etapas. A primeira etapa abrangeu as Assessorias de Gestão da Empresa, a AUD e a CCPR, sendo baseada na prévia análise do formulário por cada uma das áreas envolvidas, seguida da realização de reunião conjunta para a compilação e discussão dos dados, que, após consensados, foram submetidos à apreciação da Diretoria Executiva, que ratificou a percepção consolidada pelo mencionado grupo, perfazendo a etapa final da avaliação.</p> <p>Como pontos principais exaltados pelas informações do quadro acima, destacamos o comprometimento da alta administração da Empresa com o estabelecimento e a eficácia dos controles internos; a comunicação adequada e eficiente a todos os empregados da Empresa em seus diversos níveis hierárquicos; a adoção de mecanismos de gerenciamento de risco, com o estabelecimento de política de gestão de risco e mapeamento periódico de riscos corporativos relevantes. Destaca-se, por fim, o contínuo monitoramento exercido sobre os controles internos da Empresa, considerando, especialmente, aspectos relacionados à sua atualização e a eficácia, acompanhamento desenvolvido por órgãos internos e externos à Eletrosul.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

Esta Empresa cumpre os procedimentos adotados pela Holding para suas subsidiárias, consubstanciado no voto de acionista majoritário para aprovar, em Assembleia Geral Ordinária, os valores a título de remuneração dos seus Diretores e Conselheiros.

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																
Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		Remuneração Valores em R\$1,00													
	Início	Fim	Descrição	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Eurides Luiz Mescolotto	-	-	Honorários	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.91,63	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.168,77	40.736,75
			Dif. Honor.	-	-	-	-	225,38	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Valter Luiz Cardeal de Souza	-	-	Honorários	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	2.961,63	40.736,75
			Dif. Honor.	-	-	-	-	225,38	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Cláudia Hofmeister	-	-	Honorários	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	2.961,63	40.736,75
			Dif. Honor.	-	-	-	-	225,38	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Dinovaldo Gilioli	2/5/2012	-	Honorários	-	-	-	-	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	2.961,63	27.708,74
			Dif. Honor.	-	-	-	-	225,38	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Celso Knijnik	-	-	Honorários	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	40.736,75
			Dif. Honor.	-	-	-	225,38	-	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.187,01	-	
William Rimet Muniz	15/6/2012	-	Honorários	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	35.796,89
			Dif. Honor.	-	-	-	225,38	-	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	1.062,34	-	-	-	-	-	-	1.859,09	-	
Luiz Antônio Alves de Azevedo	-	14/6/2012	Honorários	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	3.187,01								18.074,10

Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período de Exercício		Remuneração													
	Início	Fim	Descrição	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Sônia Regina Jung (T)	-	-	Honorários	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.91,63	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.168,77	40.736,75
			Dif. Honor.	-	-	-	-	225,38	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Antônio Gomes de Farias Neto (T)	-	-	Honorários	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	2.961,63	40.736,75
			Dif. Honor.	-	-	-	-	225,38	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Mário Augusto Gouvêa de Almeida (T)	-	30/4/2012	Honorários	2.961,63	2.961,63	2.961,63	2.961,63	-	-	-	-	-	-	-	-	13.134,24
			Dif. Honor.	-	-	-	225,38	-	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	1.062,34	-	-	-	-	-	-	2.961,63	-	
Suzana Teixeira Braga (T)	30/4/2012	-	Honorários	-	-	-	-	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	3.187,01	2.961,63	27.708,74
			Dif. Honor.	-	-	-	-	106,23	-	-	-	-	-	-	-	
			Ab. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.124,67	-	

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
Número de membros:			
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.695.051,18	1.553.240,74	1.515.689,85
<i>a) salário ou pró-labore</i>	1.466.127,88	1.365.545,87	1.310.251,90
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	228.923,30	187.694,87	205.437,95
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>			
<i>d) outros</i>			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	274.080,00	233.439,57	278.800,00
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>	274.080,00	233.439,57	278.800,00
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	1.969.131,18	1.786.680,31	1.794.489,85
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exerc. do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Quadro A.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores			
Identificação do Órgão			
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
I – Bônus (a+b+c+d)	-	-	-
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
b) valor máximo previsto no plano de remuneração			
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
d) valor efetivamente reconhecido no resultado			
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	274.080,00	233.439,57	278.800,00
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
f) valor máximo previsto no plano de remuneração			
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	274.080,00	233.439,57	278.800,00
III – Total (I + II)	274.080,00	233.439,57	278.800,00

Obs.: Conselheiros não recebem PLR.

Conselheiros e Diretores não recebem bônus.

A Eletrosul não pratica previsão de valores mínimo e máximo no plano de remuneração para PLR.

3.4 Sistema de Correição

A forma de apuração de faltas e/ou infrações disciplinares cometidas por empregados da Eletrosul está disciplinada em Norma de Gestão Empresarial (NG 58 e PG 058-1), as quais incorporam, também, o procedimento de apuração decorrente de Cláusula de Acordo Coletivo, isto, em harmonia com a observância dos dispositivos previstos na CLT, cujo regime todos os empregados desta Empresa estão submetidos.

De acordo com esses normativos e a CLT, observamos que, nos casos em que possam ensejar proposta de aplicação de penalidade mais grave (demissão), pode ser feito através de nomeação de comissão específica constituída pela Diretoria Executiva, à qual forma o processo regular com autuação e numeração das páginas.

Registramos que a Eletrosul tem todas as informações referentes aos seus empregados arquivadas, numa pasta denominada PAI - Pasta de Assentamento Individual e com as respectivas informações registradas nos Sistemas HR Consist e Tera Term CMP, sendo que a documentação original está arquivada no Departamento de Gestão de Pessoas - DGP, e nas Divisões Regionais da Empresa, conforme lotação do(a) empregado(a).

Adicionalmente informamos que a Eletrosul está em processo de elaboração de Norma Específica que regulará o Processo de Apuração de falta disciplinar e as respectivas penalidades, conforme modelo sugerido e já implementado na Eletrobras Distribuição.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Eletrosul passará a alimentar informações no CGU-PAD à partir da aprovação pela Diretoria Executiva e implantação do Processo de Apuração de Falta Disciplinar -PAD, que se encontra em fase final de elaboração, e mediante designação formal do coordenador responsável pelo registro no referido sistema, considerando que o procedimento atual de apuração é disciplinado pela NG 58 e PG 058, Cláusula de Acordo Coletivo e observância dos dispositivos previstos na Consolidação da Leis do Trabalho - CLT, cujo regime todos os empregados desta empresa estão submetidos. No exercício de 2012 não houve nenhuma ocorrência.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui programas sob sua responsabilidade previstos no PPA, respondendo, contudo, por algumas ações vinculadas aos programas 2033 – Energia Elétrica, 2119 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia e 0807 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, motivo pelo qual não apresenta dados requeridos nos Itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Programa 2033 – Energia Elétrica

Ação 12DQ – Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo com 53 MW e Sistema de Transmissão Associado em 34 e 69 kV, com 43 km de extensão

A ação 12DQ compreende a implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo, composto pelas PCH Barra do Rio Chapéu no Rio Braço do Norte e João Borges no Rio Caveiras, no Estado de Santa Catarina.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO 2033 – ENERGIA ELÉTRICA

Identificação da Ação						
Código		12DQ				
Descrição		Implantação do Complexo São Bernardo para Geração de Energia Elétrica				
Iniciativa		000R - Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas				
Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Aprovado				Valor Realizado		
109.272.108				105.099.313		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Econômica	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implantação do Complexo São Bernardo para Geração de Energia Elétrica	%	12,90	11,65	109.272.108	105.099.313

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Essa ação iniciou em outubro de 2005 e suas principais obras encontram-se com previsão de conclusão até agosto de 2013.

- **Cumprimento das metas:**

O cronograma físico do complexo atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 58,97%.

- **Eventuais problemas de execução:**

O projeto encontra-se devidamente aprovado e autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O Complexo São Bernardo é composto pelas PCHs Barra do Rio Chapéu no Rio Braço do Norte e a PCH João Borges no Rio Caveiras, cada uma em fase distinta de execução.

O processo de implantação deste Complexo Hidrelétrico sofreu postergação tendo em vista problemas topográficos e geológicos que foram encontrados durante os ajustes dos Projetos Básicos, quando aprovados pela ANEEL, o que demandou uma revisão e consolidação dos mesmos.

Também houve dificuldades e resistência dos atingidos pelo complexo, que impediram o acesso da Eletrosul para a realização dos estudos e levantamento de campo nos imóveis atingidos.

Na PCH Barra do Rio Chapéu houve dificuldades com o processo de licitação do projeto executivo, fornecimento dos equipamentos, obras civis, montagem eletromecânica e comissionamento, que resultou deserta no primeiro certame e afetou o cronograma de implantação do empreendimento, devido ao superaquecimento do mercado, principalmente o de fornecimento eletromecânico. Adicionalmente problemas com o licenciamento ambiental da linha de transmissão, forçaram a diminuição do ritmo das obras e necessidade de reprogramação das obras da usina.

Durante a execução da obra, ocorreram problemas de escorregamento de talude devido às chuvas na região e falhas geológicas na seção da barragem. No exercício deste Relatório ocorreram alguns deslocamentos e escorregamento de materiais no túnel de adução. Por conta dos problemas relacionados acima houve necessidade de reavaliação dos projetos e execução de serviços adicionais, o que ocasionou um atraso no cronograma de implantação do empreendimento.

Quanto a PCH João Borges o motivo principal do atraso foi a dificuldade de obtenção da Autorização de Corte de Vegetação e renovação da Licença de Instalação, devido à solicitação de Estudos de Impacto Ambiental pelo órgão ambiental (FATMA), assunto que só foi resolvido no final do ano de 2009. O edital para a contratação do Projeto Executivo, fornecimento de equipamentos, obras civis, montagem e comissionamento das PCHs do Rio Caveiras foi lançado em agosto de 2009.

Quanto a PCH João Borges o contrato foi assinado em 02/06/2010. Em Maio/2011 foi constatado atraso das obras civis devido ao imprevisto geológico. Além disso, houve carência de fornecimento do cimento no país, afetando o cronograma do empreendimento.

Ainda sobre a PCH João Borges ocorreram chuvas, em agosto/2011, que resultaram no galgamento da ensecadeira do Canal de Fuga/Casa de Força. Esse sinistro decorrente de uma mudança no regime hidrológico. Foi revisada a curva chave e aumentada a proteção da Casa de Força contra novas cheias.

Os problemas geológicos encontrados em maio/2011 na região do barramento foram tratados com prudência. Foi necessária uma retro análise dos projetos, aumento das escavações e a construção das chavetas, que garantiram a estabilidade do barramento. Essas escavações foram finalizadas apenas em agosto de 2012. Neste momento as obras encontram-se em ritmo normal.

- **Condição operacional – fase do projeto:**

As atividades em andamento atualmente na PCH Barra do Rio Chapéu consistem na execução dos acabamentos da Casa de Força e Área de Montagem, finalização da montagem eletromecânica, início do comissionamento e sincronismo das unidades geradoras. A unidade 01 já está liberada para a operação comercial, aguardando apenas a emissão da Licença de Operação da Usina. A unidade 02 será liberada para operação comercial no mês de janeiro/2013.

Na PCH João Borges estão sendo executados os serviços de armação e concretagem dos acabamentos da Casa de Força, de montagem da superestrutura da Casa de Força, de montagem eletromecânica das unidades e de montagem dos condutos forçados.

- **Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:**

Proporcionar o aumento da capacidade de geração de energia elétrica no país, visando atender a crescente demanda desse produto.

Proporcionar o incremento da atividade econômica dos municípios atingidos, a partir da arrecadação de impostos, tributos e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos.

Para a Empresa, representa o retorno a Geração de Energia Elétrica, nos termos de que dispõe a Lei nº 10.848/2004.

- **Outras considerações:**

Esse complexo está sendo construído no estado de Santa Catarina, englobando PCHs nos municípios de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, São José do Cerrito, Lages e Campo Belo do Sul.

Ação 1F91 – Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João com 77 MW (RS) e Sistema de Transmissão Associado em 69 kV, com 30 km de extensão

A ação 1F91 compreende a implantação da UHE Passo São João, com 77 MW, objeto do Contrato de Concessão nº 004/2006 do MME, com área de abrangência no Estado do Rio Grande do Sul, englobando os municípios de Dezesseis de Novembro, Roque Gonzáles, São Pedro do Butiá, São Luiz Gonzaga e Rolador.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO 2033 – ENERGIA ELÉTRICA

Identificação da Ação	
Código	1F91
Descrição	Implantação da UHE Passo São João e Sistema de Transmissão Associado
Iniciativa	000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas

Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Aprovado				Valor Realizado		
50.164,254				50.152.207		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Econômica	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implantação da UHE Passo São João e Sistema de Transmissão Associado	%	11,10	11,10	50.164.254	50.152.207

- **Cumprimento das metas:**

O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 100,00%.

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Essa ação iniciou em janeiro de 2007 e sua conclusão aconteceu em 06/07/2012, com a entrada em operação comercial da unidade 02.

Eventuais problemas de execução:

O atraso na obtenção da Licença de Instalação e do Alvará de Supressão de Vegetação acarretou atrasos no cronograma inicial previsto.

Houve dificuldades na contratação da execução das obras civis devido a ações judiciais impetradas por empresas desclassificadas nos certames.

Também houve dificuldades no contrato de fornecimento eletromecânico, que teve que ser rescindido tendo em vista a inadimplência da Contratada. A assunção dos subcontratos e necessidade de novas contratações acarretou em não cumprimento no cronograma.

Com os contratos restabelecidos, durante a realização dos testes de Tensão - HIPOT nos gerador da unidade 01 e 02 ocorreram rompimentos na isolação de algumas barras que precisaram ser trocadas, o que ocasionou um pequeno atraso na entrada em operação das unidades.

O ano de 2012 teve um período grande de estiagem na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Esta estiagem prejudicou os testes na Unidade 02, bem como a entrada em operação comercial da unidade 01.

- **Condição operacional – fase do projeto:**

O Projeto “como construído” encontra-se em fase de finalização.

O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 100,00%.

- **Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:**

Proporcionar o aumento da capacidade de geração de energia elétrica no país, visando atender a crescente demanda desse produto.

Proporcionar o incremento da atividade econômica dos municípios atingidos, a partir da arrecadação de impostos, tributos e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos.

Com o retorno da Eletrosul à atividade de geração, nos termos da Lei nº 10.848/2004, a construção desse empreendimento com capacidade de produção de 77 MW representa uma etapa importante na sua consolidação como Empresa Geradora de Energia Elétrica.

- **Outras considerações:**

Esta usina está sendo construída no estado do Rio Grande do Sul, englobando os municípios de Dezesseis de Novembro, Roque Gonzáles, São Pedro do Butiá, São Luiz Gonzaga e Rolador.

Essa obra está contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Ação 1K88 – Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá com 361,0 MW (PR) e Sistemas de Transmissão Associados em 230 kV, com 43,2 km e 108 km de extensão.

A ação 1K88 compreende a implantação da UHE Mauá e do sistema de transmissão associado, localizado no Estado do Paraná, abrangendo áreas rurais dos municípios de Telêmaco Borba, Ortigueira, Curiúva, Sapopema, Ibatí, Figueira, Arapoti, Ventania e Jaguariaíva.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO 2033 – ENERGIA ELÉTRICA

Identificação da Ação						
Código		1K88				
Descrição		Implantação da UHE Mauá e Sistema de Transmissão Associado				
Iniciativa		000E - Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá				
Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Aprovado				Valor Realizado		
87.863.163				76.829.473		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Econômica	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implantação da UHE Mauá e Sistema de Transmissão Associado	%	2,58	1,91	87.863.163	76.829.473

- **Data de início e de conclusão da obra:**

A obra teve início em julho de 2008. Em novembro e dezembro de 2012 entraram em operação comercial as unidades UG1, UG2 e UG3.

- **Cumprimento das metas:**

O cronograma físico do empreendimento apresentou, dentro do exercício de 2012, um avanço acumulado de 98,7%. Em dezembro de 2012 as unidades UG1, UG2 e UG3 encontram-se em operação comercial

- **Eventuais problemas de execução:**

O cronograma inicial previsto para início das obras da usina sofreu atrasos devido a:

1. Ação Civil Pública n.º 1999.70.01.007514-6

Em 19 de setembro de 2007, o MM Juízo da 1ª Vara Federal de Londrina/PR proferiu decisão nos autos da Ação Civil Pública n.º 1999.70.01.007514-6, impedindo a emissão de licença de instalação para a UHE Mauá (e, consequentemente, o início das obras de implantação da Usina Hidrelétrica), até que o Poder Concedente elaborasse a Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi – onde se localiza o potencial hidráulico concedido ao CECS.

Contra essa decisão, a União Federal interpôs o Agravo de Instrumento n.º 2008.04.00.003286-3, ao qual o E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região atribuiu efeito suspensivo em seis de março de 2008.

Dessa forma, em 18 de março de 2008, o Instituto Ambiental do Paraná (“IAP”) emitiu a Licença de Instalação n.º 6.496 em favor da UHE Mauá.

Ocorre que, em 16 de maio de 2008, o Ministério Público Federal impetrou o Mandado de Segurança n.º 2008.04.00.015393-9 contra a decisão que atribuiu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento supracitado, obtendo liminar que restaurou a exigência de elaboração da Avaliação Ambiental Integral.

Contra essa decisão, a União Federal e a ANEEL requereram as Suspensões de Segurança n.º 1.682 e 1.683 perante o C. Superior Tribunal de Justiça, sendo certo que os pedidos de suspensão foram acolhidos em 18 de julho de 2008.

Nesse sentido, as obras de implantação da UHE Mauá foram iniciadas em 21 de julho de 2008, **263 (duzentos e sessenta e três) dias** após prazo previsto, havendo sido a progressiva ocorrência desse conjunto de fatos informada à ANEEL por meio das cartas CODR-C/1606/2007/DGT e DRDO-GeT-C/035/2008, respectivamente, de 14 de novembro de 2007 e de 11 de novembro de 2008.

2. Ação Cautelar Inominada n.º 2009.70.01.000179-1

Em 20 de janeiro de 2009, o MM Juízo da 1ª Vara Federal de Londrina/PR deferiu nova medida cautelar nos autos da Ação Cautelar Inominada n.º 2009.70.01.000179-1 para suspender quaisquer atos, por parte do empreendedor da UHE Mauá, praticados com base na Licença de Instalação n.º 6.496.

O E. Tribunal Regional Federal da 4.ª Região suspendeu essa decisão em três de março de 2009. Entretanto, ela causou um atraso de **22 (vinte e dois) dias** no cronograma de implantação da UHE Mauá – fato que foi comunicado à ANEEL pelas cartas CE CECS-0235/2009 e CE CECS-0582/2009, respectivamente, de 20 de maio de 2009 e de 23 de outubro de 2009.

3. Período Hidrológico Desfavorável

As decisões judiciais supracitadas deslocaram as obras de implantação da UHE Mauá para um período hidrológico desfavorável, o que provocou um atraso de **64 (sessenta e quatro) dias** durante a fase de construção das barragens ensecadeiras. Com efeito, com as decisões judiciais, as obras foram temporalmente deslocadas e, a partir de 1.º de setembro de 2009, vazões afluentes acima da média histórica impediram o fechamento do cordão da ensecadeira. Esse impacto adicional do deslocamento temporal das obras (causado pelas decisões judiciais) para um período hidrológico desfavorável é provado pelo “parecer Técnico – Análise da Duração da Cheia Ocorrida entre Setembro e Novembro de 2009 no Local das Obras da UHE Mauá”, encaminhado à ANEEL.

4. Condições Geológicas Adversas

O CECS encaminhou à ANEEL, em 30 de dezembro de 2010, o documento “Parecer Técnico – Avaliação do Impacto no Cronograma da Construção da UHE Mauá Motivado por Condições Geológicas Adversas Verificadas na Fundação da Barragem e Vertedouro”, por meio do qual se demonstra que condições geológicas adversas no leito do Rio Tibagi – e que se revelaram somente após o início das obras, constituindo hipóteses de força maior ou, no mínimo, de inevitabilidade que se aproxima do que a doutrina jurídica denomina de condições ou interferências imprevistas (e que, por inevitáveis e irresistíveis, estão alcançadas pelo conceito legal de força maior constante do art.393 do Código Civil) – provocaram um atraso de **79 (setenta e nove) dias** no cronograma de implantação da UHE Mauá.

5. Descumprimento de Prazos pelo IBAMA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) descumpriu os prazos do procedimento de licenciamento ambiental previstos na Instrução Normativa n.º 146/06, provocando um atraso adicional de 184 (cento e oitenta e quatro) dias no cronograma de implantação da UHE Mauá.

De fato, logo após haver o Superior Tribunal de Justiça – STJ suspenso os efeitos da liminar que impedia a emissão da Licença de Instalação, o CECS retomou providências com vistas à obtenção das demais licenças ambientais necessárias à implantação do empreendimento, tais como Autorização de Monitoramento da Fauna, a Autorização de Resgate da Fauna e as Autorizações Florestais para a supressão vegetal nas áreas do reservatório e canteiro de obras.

Ocorre que o IBAMA nos processos de Autorização do Monitoramento e de Resgate de Fauna na área do reservatório não cumpriu o prazo máximo estabelecido no art. 2.º da Instrução Normativa n.º 146, de 11 de janeiro de 2006, provocando atraso no cronograma do empreendimento. De fato, a solicitação para a autorização de Monitoramento da Fauna na área do reservatório foi protocolizada no dia 03/03/2009. O IBAMA solicitou esclarecimentos, por meio do Ofício 264/2009 CGR AP, no dia 12/05/2009, que foram enviados por meio da carta CE CECS – 0295/2009, protocolizada em 29/06/2009. Por fim, a autorização foi concedida no dia 14/09/2009, ou seja, em um prazo de 77 dias, extrapolando em 17 (dezesete) dias o prazo máximo estabelecido na Instrução Normativa n.º 146.

De outro lado, a solicitação para a Autorização de Resgate de Fauna na área do reservatório, por meio da carta CE CECS-0298/2010, foi protocolizada no dia 30/04/2010 e concedida no dia 13/12/2010, ou seja, em um prazo de 227 dias,

extrapolando em 167 (cento e sessenta e sete) dias o prazo máximo estabelecido na Instrução Normativa n.º 146.

A soma de tais atrasos verificados na concessão de licenças ambientais pelo IBAMA implica, destarte, uma dilação adicional de **184 (cento e oitenta e quatro) dias**.

- **Condição operacional – fase do projeto:**

O Contrato de Concessão foi assinado em julho de 2007. O Projeto Básico foi aprovado pela ANEEL em abril de 2008.

O cronograma físico dos empreendimentos apresentou, dentro do exercício de 2012, um avanço acumulado de 98,7%. **As unidades UG1, UG2 e UG3 encontram-se em operação comercial.**

Para sinalizar o atual estágio do empreendimento, informamos que durante o mês de dezembro de 2012 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1. Projeto Civil

Continua o desenvolvimento do Projeto Executivo, com emissão dos documentos “como construído” das estruturas da tomada de água, desvio do rio, túnel de adução, câmara de carga, casa de força e usina complementar.

2. Projeto e Fornecimento Eletromecânico

- a. Projeto Executivo

Diversos projetos de painéis de iluminação como da barragem, galerias de acesso da câmara de carga, túnel de acesso ao conduto forçado e do depósito de combustíveis não foram ainda emitidos. Faltam o projeto e fornecimento das chaves seccionadoras dos TSA-PL e TSA-CL.

- b. Fornecimento Eletromecânico

A unidade 5 está sendo recuperada devido ao problema de rolamento do rotor da turbina. As causas do problema ainda não foram determinadas. Em aquisição os equipamentos elétricos do sistema de bombeamento da barragem.

3. Construção Civil

- a. Em andamento as seguintes atividades:

- i) Instalação das bombas remanescentes do sistema de drenagem da barragem;
- ii) Execução de cercas e portões na câmara de carga, casa de força e PCH;
- iii) Recomposição da área degradada no local dos alojamentos e dos bota-foras;
- iv) Desmobilização das estruturas do canteiro administrativo/ industrial;
- v) Acabamentos civis na Casa de Força principal (pintura de pisos, demais serviços praticamente concluídos);
- vi) Execução das drenagens definitivas (descida d água, saída de bueiros etc.) dos acessos internos entre Barragem, Casa de Força Complementar, e Câmara de Carga/ Casa de Força Principal;
- vii) Recomposição da área degradada na área das centrais de CCV e CCR.

- b. Início das seguintes atividades:
 - i) Retaludamento no acesso a tomada d'água de baixa pressão, para execução de novo acesso à estrutura (terceiro acesso);
 - ii) Pintura de sinalização horizontal dos acessos internos.

4. Montagem Eletromecânica

- a. Auxiliares Elétricos e Mecânicos – Usina Principal
Conclusão da montagem das vias de cabos e circuitos de iluminação e de força na galeria elétrica inferior. Em andamento a montagem (fechamento) das eletrocalhas.
- b. Auxiliares Elétricos e Mecânicos – Vertedouro e Casa de Força Complementar
Conclusão da montagem das vias de cabos, instalação dos eletrodutos, tomadas e circuitos de iluminação e tomadas na casa de força complementar. Em andamento a montagem do sistema de iluminação na Subestação da Usina Complementar.
- c. Unidade 4 – Casa de Força Complementar
Devido ao **problema ocorrido com a Unidade 5**, foram implementadas na Unidade 4 as alterações definidas pelo fabricante. Todo o procedimento de montagem foi checado e todas as medições foram refeitas e protocoladas. A Unidade 4 foi entregue ao comissionamento para a realização dos ensaios previstos.
- d. Tomada de água de alta pressão
Conclusão da instalação do sistema de iluminação externa.
- e. Vazão Sanitária Definitiva
Em andamento a montagem dos painéis definitivos para controle das válvulas.
- f. Barragem
 - i) Em andamento a montagem das vias de cabos, circuitos de iluminação e lançamento dos cabos nas galerias da barragem e a instalação do sistema de iluminação externa.
 - ii) Conclusão da instalação dos eletrodutos e vias de cabos do sistema de iluminação e de alimentação e controle dos painéis PCL-B1 e PCL-B2 da vazão sanitária definitiva.
- g. Geral
Em andamento a solução das pendências de montagem.

5. Comissionamento

- a. Equipamentos Hidromecânicos
 - i) Comportas Ensecadeiras – Tubo de Sucção da Casa de Força Principal
Comissionamento concluído.
 - ii) Comportas Ensecadeiras – Tubo de Sucção da Usina Complementar
Comissionamento concluído com pendências
 - iii) Comportas Ensecadeiras – Tomada de Baixa Pressão
Comissionamento Concluído.
 - iv) Comportas Segmento – Vertedouro
Comissionamento concluído com pendências relativas a redundância plena do Vertedouro.

- v) Comportas Ensecadeiras – Vertedouro
Comissionamento concluído.
 - vi) Comportas Vagão – Tomada de Alta Pressão
Comissionamento concluído, com pendências apontadas na LPC, relativo ao sistema adotado para liberação de abertura da comporta (tempo mínimo de 30 min., ao invés de detecção de equilíbrio de pressão com a câmara de carga, tornando muito longo o tempo de retorno a operação em caso da atuação do relé 86H).
 - vii) Comportas Ensecadeiras – Tomada de Alta Pressão
Comissionamento concluído.
 - viii) Sistema de Vazão Sanitária Definitiva
Mantém-se como pendência a atuação da válvula via atuador elétrico.
 - ix) Grades da Tomada d'Água de Alta Pressão
Comissionamento concluído com pendências.
 - x) Comportas e grades da Tomada d'Água da Usina Complementar
Comissionamento concluído.
- b. Equipamentos de levantamento
- i) Pórtico Rolante da Tomada d'água de Alta Pressão
Comissionamento concluído com pendências.
 - ii) Monovia do Tubo de Sucção da Usina Complementar
Comissionamento concluído com pendências.
- c. Serviços Auxiliares Mecânicos
- i) Sistemas de drenagem e esgotamento da Casa de Força Principal concluídos.
 - ii) Concluído comissionamento do sistema de drenagem e esgotamento da Usina Complementar.
 - iii) Concluída resolução de pendências do sistema de ar de vedação do eixo da turbina.
 - iv) Há pendências relativas ao sistema de água de vedação do eixo e também vazamento de água pelo anel de vedação das pás diretrizes da Unidade 1. Há pendências também no sistema de freios e levantamento. A correção será feita durante a parada de 1000 horas.
- d. Serviços Auxiliares Elétricos (CA e CC)
- i) Concluído com pendências o comissionamento do painel de supervisão e controle do serviço auxiliar da Usina Principal de Mauá (PSA-CF).
 - ii) Os serviços auxiliares em CC de Mauá Principal, Tomada d'água e Vertedouro estão operacionais.
 - iii) Os serviços auxiliares em CA de Mauá Principal estão operacionais pelo retorno de linha da Rede Básica 230kV (TSA-PL), sendo esta fonte exclusiva para alimentação da Subestação Mauá Rede Básica. A Alimentação do vertedouro e Usina Complementar está sendo realizada pelo TSA-CL (34,5kV).

- e. Sistema Digital e Sistema de Proteção
 - i) Concluídos os ensaios de comissionamento a seco para a Casa de Força Principal, sendo que as listas de pendências estão sendo replicadas entre as unidades.
 - ii) Continuidade do comissionamento do SDSC para a Usina Complementar.
 - f. Subestação Elevadora

Comissionamento dos bays Acesso à Rede Básica – Mauá 230kV – concluídos com pendências.
 - g. Sistema de Telecomunicações e CFTV
 - i) Continuidade da instalação dos serviços de telecomunicações e CFTV no empreendimento.
 - ii) Em andamento as atividades de ativação da central com ramais externos da operadora Carrier local de telecomunicações.
 - iii) Em andamento a instalação do CFTV e seu comissionamento.
 - h. Unidades Geradoras 1, 2 e 3 – Mauá Principal

Unidades geradoras da casa de força principal em operação comercial.
 - i. Unidades Geradoras 4 e 5 – Mauá Complementar

Unidade 4 da Usina Complementar em operação em teste.
 - j. Transformadores Elevadores – Mauá Principal e Complementar

Comissionamento concluído. Aguardando reposição das peças retiradas da unidade reserva.
 - k. Usina Complementar

Concluído o comissionamento da SE 34,5kV da Usina Complementar.
 - l. Vertedouro

Comportas e sistemas auxiliares do vertedouro comissionados com pendências e liberados para operação.
6. Linhas de Transmissão – LTs e SEs – Projeto Eletromecânico
- a. Subestações
 - i) Início da retirada das pendências das montagens eletromecânicas no pátio de 34,5 kV da SE Mauá.
 - ii) A subestação de 34,5 kV da PCH Complementar está com 60% da montagem eletromecânica executada.
 - iii) Em andamento a finalização da retirada das pendências nas SE's 230 kV, Mauá Figueira e Jaguariaiva.
 - b. Variantes nas Linhas de Transmissões de FURNAS
 - i) Em 18/10/2011, foi postada no correio a CE DPM-0549/2011, a qual encaminhou para FURNAS duas cópias de documentos que comprovam o atendimento às condicionantes da LO Nº1005/2011 e a **inexistência de passivos ambientais** relativos à implantação do empreendimento.
 - ii) Finalizadas todas as atividades de obra nas variantes das Linhas de Furnas.
 - c. Variantes nas Linhas de Transmissões da KLABIN

Atividade concluída.

- d. Linhas de Transmissão 230 kV – LTs Mauá x Jaguariaiva e Mauá x Figueira
As atividades nessas LTs estão concluídas.
- e. LT 34,5 kV, SE MAUÁ – Usina Complementar
Atividades concluídas. **Faltando o encabeçamento** da LT no pórtico da SE da Usina Complementar.

7. Meio Ambiente

- a. Encerrada a aferição do público alvo, sendo que 145 famílias foram beneficiadas com o Programa de Reassentamento. Dessas, **127 já se transferiram para as novas áreas adquiridas.**
- b. Continuidade na construção das benfeitorias para as 18 famílias restantes.
- c. Continuidade de reuniões do Grupo de Estudos Multidisciplinar GEM-MAUÁ, com objetivo de discutir a implantação dos Programas Ambientais.
- d. Continuidade do monitoramento e orientação técnica e social de famílias que já foram realocadas para áreas de reassentamento individual.
- e. Continuidade na aplicação do questionário agrônomo em famílias que se mudaram para a área de reassentamento com objetivo de elaboração do projeto de desenvolvimento da propriedade.

8. Fundiário

- a. Acompanhamento da efetivação das matrículas protocoladas em cartório de todas as propriedades, exceto as judicializadas – **foram recebidas 20 matrículas em nome do CECS.**
- b. Providências para atender as exigências dos cartórios para a matrícula das áreas da Klabin sob análise em Ortigueira e Telêmaco Borba.
- c. Prossegue a análise de viabilidade de matricular as posses sem o usucapião.
- d. Prosseguimento do acompanhamento e soluções dos processos de relocação de reserva legal, protocoladas em janeiro no IAP, das áreas com reserva legal.
- e. Recebimento dos primeiros produtos finais do Contrato SG-018/09 – SISLEG, para análise, preparado para entrega no IAP, dependendo da definição das áreas para compensação da reserva legal pelo CECS.

- **Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:**

- 1. Principalmente por tratar-se de empreendimento integrante do **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**, sua operação proporciona o aumento na capacidade de geração de energia elétrica necessário para o desenvolvimento do país, atendendo à crescente demanda de consumo e assegurando a expansão da oferta planejada para essa atividade econômica.
- 2. A aproximação com a população atingida tem sido alcançada com as ações do Programa de Comunicação Social, por meio das quais o empreendedor minimiza sentimentos de desconfiança e insegurança na população em geral, além de promover uma imagem

positiva do empreendimento e das empresas consorciadas. Entre as informações divulgadas estão as características do projeto, o andamento da obra, os possíveis impactos e as medidas para mitigá-los, bem como informações gerais sobre energia elétrica e questionamentos que podem surgir de parte do público-alvo – aos quais a equipe responsável pelo Programa de Comunicação Social está sempre atenta.

3. Proporcionar o desenvolvimento econômico e social sustentável à região afetada pela construção da Usina e do Sistema de Transmissão Associado, através de programas e ações mitigadoras dos impactos sócio-ambientais em desenvolvimento como:
 - a. Monitoramento das Condições Climatológicas;
 - b. Observação das Condições Hidrossedimentológicas;
 - c. Monitoramento dos Taludes Marginais;
 - d. Monitoramento das Condições Sismológicas;
 - e. Monitoramento da Qualidade da Água
 - i) Subprograma de Monitoramento das Águas Subterrâneas;
 - ii) Subprograma de Monitoramento das Condições Limnológicas e da Qualidade da Água;
 - iii) Subprograma de Macrófitas Aquáticas;
 - f. Conservação da Flora e Fauna
 - i) Subprograma de Recuperação e Formação da Faixa de Proteção Ciliar;
 - ii) Subprograma de Compensação Ambiental;
 - iii) Subprograma de Salvamento e Conservação da Flora;
 - iv) Subprograma de Monitoramento e Conservação da Fauna;
 - v) Subprograma de Resgate e Salvamento Científico da Fauna e Flora;
 - vi) Subprograma de Inventário, Monitoramento e Manejo da Ictiofauna;
 - g. Resgate do Patrimônio Arqueológico: Prospeção, Monitoramento, Salvamento e Educação Patrimonial;
 - h. Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico;
 - i. Remanejamento da População Atingida;
 - j. Monitoramento da População Atingida;
 - k. Readequação e Relocação de Infraestrutura;
 - l. Apoio as Atividades Rurais;
 - m. Controle da Saúde Pública;
 - n. Apoio a População Migrante;
 - o. Comunicação Social;
 - p. Educação Ambiental;
 - q. Gestão do Reservatório;
 - r. Proteção as Abelhas Melíferas e Nativas do Médio Tibagi
 - i) Subprograma para acompanhamento da Produtividade do Mel;
 - ii) Subprograma para Abelhas Nativas.
 - s. Atividades junto à Sociedade Organizada:
 - i) Mais de 4 mil pessoas (estudantes, profissionais e comunidade) participaram de visitas ao canteiro de obras;
 - ii) Produção e veiculação de 211 edições do programa de rádio "Mauá Mais Energia";
 - iii) Visitas de autoridades ao empreendimento;

- iv) Conclusão do programa de Educomunicação, com implantação de duas rádios escolares na região;
- v) Produção de material gráfico e audiovisual sobre o empreendimento;
- vi) Participação em eventos regionais e organização de eventos próprios com o objetivo de divulgar o empreendimento.

- **Outras considerações:**

Com o retorno da Eletrosul à atividade de geração, nos termos da Lei nº 10.848/2004, a construção desse empreendimento com capacidade de produção de 361 MW representa uma etapa importante na sua consolidação como Empresa Geradora de Energia Elétrica.

A área de influência da UHE MAUÁ e do Sistema de Transmissão Associado é no Estado do Paraná, abrangendo áreas rurais dos municípios de Telêmaco Borba, Ortigueira, Curiúva, Ibatí, Figueira, Arapoti, Ventania e Jaguariaíva.

Este projeto está sendo implantado pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS formado pela COPEL – Companhia Paranaense de Energia (51%) e Eletrosul Centrais Elétricas S. A. (49%). Esta obra faz parte do **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**.

Com potência instalada de 361 MW e garantia física 197,7 MW médios a UHE Mauá é constituída de uma Usina Principal com 3 Unidades geradoras tipo Francis Vertical de 117,36 MW cada, e uma Usina Complementar com 2 Unidades geradoras tipo Francis Horizontal de 5,529 MW cada. Fica localizada no Rio Tibagi, logo a montante do local denominado Salto Mauá, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira/ PR. Para a conexão da usina ao Sistema Interligado Nacional foram construídas as linhas de transmissão LT 230 kV Mauá – Jaguariaíva e a LT 230 kV Mauá – Figueira, e as subestações SE Mauá 230 kV, que se conecta com as subestações de Jaguariaíva e Figueira através das duas LTs de 230 kV, e a SE Elevadora da Usina Complementar se interliga à SE Mauá.

O Investimento Total Previsto é de R\$ 1,4 bilhão (ref. Fev/2012), e sua capacidade instalada é suficiente para atender o consumo de aproximadamente 1 milhão de pessoas.

Durante o ano de 2012 foi concluído o desmatamento da área de alagado do reservatório e o seu enchimento atingiu a cota mínima operacional, foi finalizado também o Sistema de Conexão da Usina. **As 3 Unidades Geradoras da Usina Principal estão em operação comercial.** Também foram finalizados os ensaios de comissionamento da Unidade Geradora 4, aguardando a autorização para entrada em operação comercial já no início de 2013.

O avanço físico acumulado ao longo de 2012 passou de 96,8% para 98,7% (dez/2011 a dez/2012). A entrada em operação comercial de todas as unidades geradoras está previsto para ser concluído **até o final de janeiro de 2013.**

Essa obra está contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Ação 10D6 – Implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos com 48 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138kv, com 40km de extensão

A ação 10D6 compreende a implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos e do sistema de transmissão associado, localizada no Estado do Mato Grosso do Sul, no Rio Verde, na divisa dos municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO 2033 – ENERGIA ELÉTRICA

Identificação da Ação						
Código		10D6				
Descrição		Implantação da UHE São Domingos e Sistema de Transmissão Associado				
Iniciativa		000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas				
Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Aprovado				Valor Realizado		
157.762.787				151.894.393		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Econômica	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implantação da UHE São Domingos e Sistema de Transmissão Associado	%	26,00	25,10	157.762.787	151.894.393

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Essa ação iniciou em janeiro de 2008 e sua conclusão está prevista para abril de 2013.

- **Cumprimento das metas:**

O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 97,94%.

- **Eventuais problemas de execução:**

O cronograma físico do empreendimento, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e constante do Contrato de Concessão nº 092/2002, ficou suspenso tendo em vista a instauração do Inquérito Civil nº 053/2002. Com a celebração de Termo de Acerto Conduta – TAC, em janeiro de 2006, foi reaberto o processo de licenciamento ambiental, com a obtenção em maio de 2007, da Licença Prévia-LP.

Durante a realização de estudos complementares ocorreu resistência de alguns proprietários, o que provocou atraso na execução do Projeto Básico da UHE São Domingos,

Ressalta-se que dentre as condicionantes para a emissão da Licença de Instalação - LI, a desafetação da RPPN Cachoeira Branca e a aprovação da Avaliação Ambiental Estratégica eram fundamentais e só foram obtidas em 12/2008. Havia também a necessidade de licenciamento separado do canteiro de obras, caminhos de serviço para início das obras, o que prejudicou o início das obras do empreendimento.

A Licença Ambiental de Instalação só foi obtida em 29/06/2009, o que impactou no cronograma inicialmente estabelecido.

Outros acontecimentos que impactaram no cronograma do empreendimento foram às chuvas ocorridas em março/2011 que ocasionaram o alagamento da Casa de Força e danos na ponte do canteiro de obras bem como o incêndio nos alojamentos ocorrido no mesmo período.

No dia 16 de março de 2012 o IMASUL encaminhou à ELETROSUL o ofício AJU/Nº493/12, embargando as obras da Usina Hidrelétrica São Domingos alegando o descumprimento da condicionante 13 da LI, relativa ao projeto do Mecanismo de Transposição de Peixes. Após diversas ações da ELETROSUL, o IMASUL suspendeu o embargo no dia 30 de março, sendo iniciada a partir desta data a remobilização do pessoal da obra. Além dos dias parados houve um atraso até a retomada total dos serviços que prejudicaram o cronograma.

Em 2012 a UHE São Domingos sofreu atrasos novamente devido a grande quantidade de chuvas que atingiu a região e as tentativas de incêndio nos alojamentos do empreendimento.

- **Condição operacional – fase do projeto:**

As atividades em andamento na UHE São Domingos são o desenvolvimento do Projeto Executivo e dos Projetos “Como Construído”, concretagem e acabamentos na Casa de Força, acabamentos na barragem, finalização Aplicação da Manta de PEAD no canal de adução, montagem do gerador 02, atividades Eletromecânicas nas galerias Elétricas e Mecânicas, realizado Run-out da Turbina e Gerador #1, realizado o comissionamento da Subestação UHSD, Iniciado comissionamento de proteção, controle e medição da UG#1, Realizado testes de interface entre Casa de Força (UG1) e Subestação UHSD, dos testes fontes de alimentação auxiliares da Usina, fontes externa e grupo gerador diesel, Conclusão do comissionamento do transformador elevador de tensão da UG1, Conclusão dos testes de proteção entre as SE UHSD e SE Água Clara para energização da linha 138Kv, Realizado testes comunicação de dados (SAGE) da UHSD com COSE – Eletrosul, Concluído o comissionamento do sistema de medição de faturamento instalado na SE ACL-Enersul, Concluído comissionamento da comporta 02 do vertedouro com a operação local.

O cronograma físico dos empreendimentos atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 97,94%.

Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

Proporcionar o aumento da capacidade de geração de energia elétrica no país, visando atender a crescente demanda desse produto.

Proporcionar o incremento da atividade econômica dos municípios atingidos, a partir da arrecadação de impostos, tributos e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos.

Para a Empresa, representa o retorno a Geração de Energia Elétrica, nos termos de que dispõe a Lei nº 10.848/2004.

- **Outras considerações:**

Essa usina está sendo construída no estado do Mato Grosso do Sul, englobando os municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo.

Essa obra está contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Ação 10D7 – Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37,5 MW (SC) para a geração de energia elétrica

A ação 10D7 compreende a implantação do Complexo Alto da Serra e é constituído por duas PCH's com capacidade total instalada de 37,5 MW, sendo a PCH Santo Cristo implantada no trecho médio do rio Pelotinhas, a 5 km de sua foz, e a PCH Coxilha Rica no trecho médio do Rio Pelotinhas a 35 km de sua foz no Rio Pelotas, no sudeste do Estado de Santa Catarina, municípios de Capão Alto e Lages.

Um Sistema de Transmissão Associado composto de uma LT em 138kV, em Circuito Simples, deverá ser instalado entre as PCHs e a subestação coletora SE Santo Cristo.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO 2033 – ENERGIA ELÉTRICA

Identificação da Ação						
Código		10D7				
Descrição		Implantação do Complexo Alto da Serra com 37,5 Mw para Geração de Energia Elétrica				
Iniciativa		000R - Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas				
Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Aprovado				Valor Realizado		
1.721.933				1.185.913		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Econômica	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implantação do Complexo Alto da Serra com 37,5 Mw para Geração de Energia Elétrica	%	1,00	0,60	1.721.933	1.185.913

Data de início e de conclusão da obra:

O Complexo Alto da Serra é composto pelas PCHs Santo Cristo e Coxilha Rica, no rio Pelotinhas, Estado de Santa Catarina.

Em 18/04/2011 foi publicado o Despacho nº 1.387 que indeferiu as outorgas requeridas pela Eletrosul para implantar os empreendimentos.

A Eletrosul entrou com recurso contra o Despacho e em 05/12/2012 foram publicadas as Resoluções Autorizativas nº 3.533 e 3.534 de 12/06/2012, que autorizaram a Eletrosul a implantar os empreendimentos.

As Autorizações trazem o início das obras da PCH Santo Cristo em março/2013 e término em fevereiro/2015, enquanto a PCH Coxilha Rica deve iniciar em fevereiro/2013 e terminar em fevereiro/2015.

Devido à demora na publicação das Resoluções Autorizativas a Eletrosul busca neste momento junto a ANEEL a revisão dos cronogramas acima.

- **Cumprimento das metas:**

1. O Complexo Alto da Serra é composto pelas PCHs Santo Cristo e Coxilha Rica, no rio Pelotinhas, Estado de Santa Catarina.
2. Em 18/04/2011 foi publicado o Despacho nº 1.387 que indeferiu as outorgas requeridas pela Eletrosul para implantar os empreendimentos.
3. A Eletrosul entrou com recurso contra o Despacho e em 05/12/2012 foram publicadas as Resoluções Autorizativas nº 3.533 e 3.534 de 12/06/2012, que autorizaram a Eletrosul a implantar os empreendimentos.
4. As Autorizações trazem o início das obras da PCH Santo Cristo em março/2013 e término em fevereiro/2015, enquanto a PCH Coxilha Rica deve iniciar em fevereiro/2013 e terminar em fevereiro/2015.
5. Devido à demora na publicação das Resoluções Autorizativas a Eletrosul busca neste momento junto a ANEEL a revisão dos cronogramas acima.
6. Com a nova Resolução Autorizativa publicada já foram iniciados serviços complementares de sondagem e topografia na PCH Santo Cristo visando consolidar os projetos para licitação das obras.
7. As tratativas junto aos órgãos ambientais buscando as licenças necessárias ao início do empreendimento já foram iniciadas.

- **Eventuais problemas de execução:**

O indeferimento inicial das outorgas, pela ANEEL, para a Eletrosul implantar e explorar as citadas PCHs impossibilitou a execução de qualquer atividade, uma vez que sem dispor de Ato Autorizativo da ANEEL, não há cronograma a ser cumprido.

- **Condição operacional – fase do projeto:**

Com a nova Resolução Autorizativa publicada já foram iniciados serviços complementares de sondagem e topografia na PCH Santo Cristo visando consolidar os projetos para licitação das obras.

As tratativas junto aos órgãos ambientais buscando as licenças necessárias ao início do empreendimento já foram iniciadas.

- **Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:**

Proporcionar o aumento da capacidade de geração de energia elétrica no país, visando atender a crescente demanda desse produto.

Proporcionar o incremento da atividade econômica dos municípios atingidos, a partir da arrecadação de impostos e contratação local de pessoal e serviços.

Desenvolvimento do quadro próprio da Eletrosul nas áreas de engenharia, meio ambiente e gerenciamento de projetos.

- **Outras considerações:**

Esse Complexo está situado no Estado de Santa Catarina, englobando os municípios de São Joaquim, Lages, Pains e Capão Alto.

Ação 1050 – Ampliação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul

A ação de Ampliação do Sistema de Transmissão na região Sul é composta por diversos empreendimentos decorrentes de resoluções da ANEEL, autorizando a ampliação e reforços/melhorias, no sistema de transmissão na região Sul, adequando à evolução das necessidades operacionais e possibilitando a manutenção dos elevados índices de desempenho operacional deste sistema.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO 2033 – ENERGIA ELÉTRICA

Identificação da Ação						
Código		1050				
Descrição		Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul e no Mato Grosso do Sul				
Iniciativa		0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações				
Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Aprovado				Valor Realizado		
73.122.277				57.291.790		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Econômica	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul e no Mato Grosso do Sul	%	28,03	26,08	73.122.277	57.291.790

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Essa ação iniciou em janeiro de 2008 e a sua conclusão está prevista para dezembro de 2015.

- **Eventuais problemas de execução:**

Dos empreendimentos que se encontram em andamento, o Seccionamento da LT 138kV Jorge Lacerda A – Palhoça na SE Garopaba Encantada (CELESC), sofreu atraso devido aos sucessivos problemas ocorridos por conta das dificuldades de definição na localização da SE, as tratativas quanto ao futuro deste empreendimento estão sendo acompanhadas junto à CELESC e à ANEEL pela ARN (Assessoria de Regulação e Negócios – Eletrosul).

A ELETROSUL enviou a correspondência CE ARN-0193/2012 à ANEEL, informando sobre a impossibilidade em cumprir o cronograma inicial previsto pela ANEEL para a energização do empreendimento. A ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 3.689/2012, onde prorroga a data de entrada em operação comercial deste empreendimento em 12 (doze) meses, para 20/11/2013.

O Seccionamento da LT 138 kV Palhoça Imbituba na SE Palhoça Pinheira (Celesc), sofreu prorrogação devido ao atraso das licenças ambientais prévia e de instalação e os atrasos na implantação da infraestrutura da SE Palhoça Pinheira (CELESC), o prazo atual de energização do empreendimento foi reajustado em 5 (cinco) meses, conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.689/2012.

Através da REA 3.339 de 14/02/2012, publicada em 22/02/2012, a ANEEL autorizou a Eletrosul a implantar os seguintes empreendimentos:

- a. Subestação Nova Santa Rita: Instalação do quarto banco de autotransformadores monofásicos, 525/230 kV, 3 X 224 MVA;
- b. Subestação Itajaí: substituição do autotransformador (TF4) 230/138 kV, 84 MVA, por outro autotransformador 230/138 kV de 150 MVA.

No último trimestre a ANEEL autorizou a Eletrosul através da REA nº 3.815 de 18/12/2012 publicado em 24/12/2012 a executar:

SE Alegrete: Instalação de um transformador trifásico 69/13,8/13,8 kV, 17 MVA

Dos empreendimentos autorizados pelas REA's as ampliações da SE Itajaí e SE Alegrete se encontram em fase de elaboração das especificações técnicas para futuras contratações de bens e serviços,

A SE Nova Santa Rita encontra-se com contratações concluídas, com os projetos executivos do empreendimento em elaboração e fornecimento dos autotransformadores monofásicos em andamento.

- **Cumprimento das metas – fase dos projetos:**

Em 2012 foram concluídos os seguintes empreendimentos:

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2012	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO DA OBRA
SE BIGUAÇU 525/230/138 kV, 1644 MVA – AMPLIAÇÃO “D” Instalação do 2º banco de autotransformadores 525/230kV - 672MVA.	19/05/2010	01/03/2012*
SECCIONAMENTO DA LT 138 kV JOINVILLE – ILHOTA (ARAQUARI HYOSUNG) Remanejamento e seccionamento de 1,25km da linha de transmissão 138kV Ilhota – Joinville, para a implementação da SE Joinville GM.	11/11/2010	20/05/2012
SE SIDERÓPOLIS 230/69 kV, 364 MVA – AMPLIAÇÃO “J” Implantação de 02 módulos de conexão de transformador para os transformadores, sendo um para o TF1 e outro para o TF4, em 230kV arranjo barra principal e	18/09/2008	03/06/2012

EMPREENDEMENTOS CONCLUÍDOS EM 2012	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO DA OBRA
transferência e complementação do setor de 69kV com alteração do arranjo do barramento do tipo barra simples para barra principal e transferência.		
SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA – AMPLIAÇÃO “K” Complementação da conexão do Autotransformador TF-5 138/69 kV.	20/05/2011	17/08/2012
LT 230 kV CASCAVEL OESTE – GUAÍRA, 126,2 km Remanejamento de 0,6 km da LT 230 kV Cascavel Oeste - Guaíra (Eletrosul) na SE Cascavel Oeste (COPEL).	19/12/2012	09/09/2012
SE BIGUAÇU 525/230/138 kV, 1794 MVA – AMPLIAÇÃO “F” Instalação do 3º autotransformador trifásico 230/138/13,8kV - 150 MVA, com os respectivos módulos de conexão 230 e 138kV, ambos no arranjo barra dupla a quatro chaves.	11/11/2010	08/10/2012
SE TAPERA 2 230/69 kV, 249 MVA – AMPLIAÇÃO “B” Instalação do 3º Transformador 230/69kV, 83 MVA, com os respectivos módulos de conexão 230 e 69kV e duas entradas de linhas 69kV.	20/05/2011	08/11/2012
SECCIONAMENTO DA LT 138 kV BIGUAÇU – CAMBORIU MORRO DO BOI Seccionamento da linha de transmissão Biguaçu – Camboriu Morro do Boi 138kV, na Subestação Tijucas, para correção da derivação simples.	20/05/2011	18/11/2012

* Energização realizada com a unidade de transformador reserva 525/230 kV da SE. A nova 3ª unidade de transformador (fornecimento ABB) foi energizada em 10/06/2012.

- **Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:**

Com a missão de “atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável”, a Eletrosul vem corroborando com a sociedade, implantando novos projetos visando oferecer maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao seu sistema de transmissão. Com este objetivo os empreendimentos aumentam a capacidade de transformação, eliminam a sobrecarga atual do sistema de transmissão e melhoram o controle de tensão em condição normal e em contingência nas linhas de transmissão com o intuito de atender o crescimento de carga, garantindo assim, a qualidade da energia nos pontos na região atendida pela Empresa.

Para a Eletrosul, o benefício se traduz em incremento real da sua receita, refletindo diretamente no resultado econômico-financeiro da Empresa.

Ação 2D94 – Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul

A ação de Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente, não havendo acompanhamento físico.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO 2033 – ENERGIA ELÉTRICA

Identificação da Ação						
Código		2D94				
Descrição		Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul				
Iniciativa		002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações				
Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Aprovado				Valor Realizado		
18.116.717				13.467.228		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Econômica	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul	NA	NA	NA	18.116.717	13.467.228

Dados gerais da ação

- Data de início e de conclusão da obra:**

Esta ação iniciou em janeiro de 2008, possuindo atividades constantes em seu projeto.

- Eventuais problemas de execução:**

Devido ao atraso nos fornecimentos de alguns contratos de equipamentos, houve a necessidade da reprogramação de pagamentos vinculados a esta ação para 2013, sem prejuízo ao atendimento dos cronogramas da ANEEL.

- Cumprimento das metas – fase do projeto:**

EMPREENDIMIENTOS CONCLUÍDOS EM 2012 PLANO DIRETOR DE MELHORIAS E REFORÇOS - PDMR	CONCLUSÃO DA OBRA
SE CURITIBA 525/230 kV, 1344 MVA Substituição da fase A do autotransformador ATF1, 525/230 kV, 224 MVA.	06/05/2012
SE CAMPO GRANDE 138 kV Implementação de sistema digital de controle e supervisão Nível III.	16/06/2012

EMPREENDEMENTOS CONCLUÍDOS EM 2012 PLANO DIRETOR DE MELHORIAS E REFORÇOS - PDMR	CONCLUSÃO DA OBRA
SE SALTO SANTIAGO 525 kV Recomposição do serviço auxiliar 13,8kV.	29/06/2012
SE ITÁ 525 kV Implementação de sistema digital de controle e supervisão Nível III	09/08/2012
SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA Substituição do disjuntor 522 (ASEA HLR145).	17/08/2012

EMPREENDEMENTOS CONCLUÍDOS EM 2012 PMIS – Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.376/2010	CONCLUSÃO DA OBRA
SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA Substituições dos Barramentos Principal e de Transferência de 230 kV e dos Barramentos I e II de 138 kV.	01/04/2012
SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA Substituição dos disjuntores nº 632, 642 e 652 de 138kV.	29/04/2012
SE FARROUPILHA 230/69 kV, 166 MVA Recapacitação do seccionador 735.	15/07/2012
SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA Substituição da proteção do transformador TF3.	19/10/2012
SE PALHOÇA 230/138 kV, 384 MVA Instalação de 2 TPCs 230kV dos TFs 1 e 2.	08/12/2012

EMPREENDEMENTOS CONCLUÍDOS EM 2012 PMIS – Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.837/2011	CONCLUSÃO DA OBRA
SE JOINVILLE 230/138/69 kV, 691 MVA Substituição dos TCs dos vãos dos TFs 1, 2, 3, 5, 7, e dos vãos das SEs Ilhota, Joinville SC, Tigre, São Bento do Sul e Joinville IV-1.	19/08/2012
SE ILHOTA 138/69 kV, 100 MVA Substituição do TC do vão Joinville.	11/12/2012

- **Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:**

O Plano Diretor de Melhorias e Reforços visa a realização das modificações e alterações necessárias nas instalações da ELETROSUL, para retirar restrições ao sistema de transmissão e melhorar a confiabilidade e flexibilidade da sua operação e manutenção. Trata das necessidades do PMIS e de outras de interesse exclusivo da ELETROSUL.

Visando manter a prestação de serviço adequado de transmissão de energia elétrica, os investimentos em Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão 2012 em diversas subestações da ELETROSUL têm contemplado: substituição de equipamentos como disjuntores e transformadores de corrente, implantação do esquema especial de corte de carga, instalação de proteção de transformadores e de linhas, melhorias no sistema de telecomunicações, substituição de barramentos e benfeitorias em edificações.

Estas Melhorias e Reforços visam oferecer maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao seu sistema de transmissão da Eletrosul. Mantendo a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a modernidade das técnicas e a conservação das instalações de transmissão, em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e os Procedimentos de Rede.

- **Outras considerações:**

A ANEEL, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.578/2012, autorizou as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, dentre elas a ELETROSUL, a implantar reforços em instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de Transmissão.

Além disso, segundo o artigo 3º da REN 443/2011, a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando o aumento de capacidade de transmissão, o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN ou a conexão de usuários, são classificados como Reforços e são listados anualmente no documento Plano de Modernização de Instalações do ONS. O PMI 2011-2014 foi encaminhado pelo ONS as empresas em 23/03/2012.

Visando o aumento de capacidade de transmissão e o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN, está programada para 2013 e 2014 a entrega para a operação dos seguintes reforços:

EMPREENHIMENTOS AUTORIZADOS RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA ANEEL 3.578/2012	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO PREVISTA DA OBRA
SE 138 KV FLORIANÓPOLIS Instalação de TPs de medição de 138 kV nos circuitos Palhoça 1 e 2	19/07/2012	21/01/2014
SE 230 KV BLUMENAU Substituição de 21 transformadores de corrente dos vãos: JNO; JNI; PAL; TF1-230; TF2-230; TF3-230; e TF4-230.	19/07/2012	04/03/2014
SE 525 KV ITÁ Substituição dos para-raios da LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita, terminal de Itá, de SiC por ZnO.	19/07/2012	31/12/2013

PMI 2011- 2014	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO PREVISTA DA OBRA
SE AREIA Substituição dos para-raios de SiC dos circuitos Salto Osório 1 e 2.	23/03/2012	23/03/2014
SE ASSIS Substituição dos para-raios de SiC do TF1.	23/03/2012	23/03/2014
SE BLUMENAU Substituição do para-raios do reator 1	23/03/2012	23/03/2014
SE BLUMENAU Substituição dos para-raios de SiC dos TFs 4, 5 e 6.	23/03/2012	23/03/2014
SE CAMPOS NOVOS Substituição do para-raios do reator 2.	23/03/2012	23/03/2014
SE CHARQUEADAS Substituição dos para-raios de SiC do TF 5.	23/03/2012	23/03/2014
SE FARROUPILHA Substituição dos para-raios de SiC do TF 2.	23/03/2012	23/03/2014
SE GRAVATAÍ Substituição dos para-raios de SiC dos TFs 1 e 2.	23/03/2012	23/03/2014
SE ILHOTA Substituição dos para-raios de SiC do circuito AHG.	23/03/2012	23/03/2014
SE JOINVILLE Substituição dos para-raios de SiC do TF 8.	23/03/2012	23/03/2014
SE JOINVILLE Substituição dos para-raios de SiC dos circuitos AHG e JSC.	23/03/2012	23/03/2014
SE JORGE LACERDA A Substituição dos para-raios de SiC do TF 5.	23/03/2012	23/03/2014
SE JORGE LACERDA A Substituição dos para-raios de SiC do circuito Palhoça.	23/03/2012	23/03/2014
SE SALTO OSÓRIO Substituição dos para-raios de SiC do TF 7.	23/03/2012	23/03/2014
SE XANXERÊ Substituição dos para-raios de SiC do circuito Salto Osório.	23/03/2012	23/03/2014
SE CAMPOS NOVOS Aquisição e substituição de 03 TCs da LT MCH1 550 kV	23/03/2012	2012/2013
SE CHARQUEADAS Aquisição e substituição de 14 seccionadoras 69kV. - Substituição do DJ 492 69 kV.	23/03/2012	2012/2013
SE JORGE LACERDA A Aquisição e instalação da Proteção Diferencial de Sobrecorrente do TF 5 230/138 kV.	23/03/2012	23/03/2014
LI LONDRINA – APUCARANA 230 Kv Recapacitação da proteção.	23/03/2012	05/05/2013
SE SALTO OSÓRIO - Aquisição e instalação do DJ 792 e 812. - Substituição dos DJs Magrini MHM 245 – DJ 832 (PTO) e DJ 862 (ARE2) em 2012,	23/03/2012	28/02/2013

Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

A ação de Manutenção do Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

QUADRO A.4.4 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO 2033 – ENERGIA ELÉTRICA

Identificação da Ação						
Código		4471				
Descrição		Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica				
Iniciativa		01G2 - Manutenção do sistema de transmissão				
Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Aprovado				Valor Realizado		
3.111.795				1.283.757		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Econômica	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	NA	NA	NA	3.111.795	1.283.757

- **Cumprimento das metas:**

Os dispêndios de manutenção alocados nesta atividade, referem-se a melhorias da infraestrutura de manutenção, tais como:

- ✓ Serviços de manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica;
- ✓ Indenização de Servidão/Benfeitorias/Danos em LT em Operação;
- ✓ Construção de prédio do escritório de manutenção da regional de Campos Novos; e
- ✓ Contratação de serviço de projeto arquitetônico para Santana do Livramento, contratação de serviços de construção civil.

- **Eventuais problemas de execução**

A não realização total da meta econômica é justificada pelos seguintes motivos:

- ✓ Postergação de atividades para o próximo exercício;
- ✓ Fracasso em licitação; e
- ✓ Contingenciamento do orçamento no exercício.

Ação 13FD – Implantação do Projeto Megawatt Solar

QUADRO A.4.4 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO 2033 – ENERGIA ELÉTRICA

Identificação da Ação	
Código	13FD
Descrição	Implantação do Projeto Megawatt Solar

Iniciativa		000Y - Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas				
Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Aprovado				Valor Realizado		
4.388.876				1.343.442		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Econômica	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implantação do Projeto Megawatt Solar	%	86,00	17,56	4.388.876	1.343.442

- **Cumprimento das metas:**

1. Em fase de conclusão dos Projetos Executivos e concluído o Projeto Básico
2. Emitido, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, o Alvará de Construção. Os inversores foram embarcados em Barcelona para transporte, com previsão de chegada no Brasil ainda no final do ano.
3. Montado o canteiro de obras no pátio da Eletrosul, próximo ao terreno da Elase. Os trabalhos com fundações devem iniciar nas primeiras semanas de Janeiro/2013.
4. Dado entrada no processo de solicitação de acesso à rede elétrica junto à CELESC.

- **Eventuais problemas de execução:**

A Concorrência internacional lançada em 2011 foi fracassada. Todos os proponentes foram inabilitados em função de problemas na documentação, que motivou o lançamento de um novo edital.

Somente no mês de outubro/2012 a contratada para execução do Projeto Megawatt Solar, EFACEC, entregou os documentos necessários para a obtenção do Alvará de Construção.

Devido aos problemas para comprovar a certificação exigida para os módulos fotovoltaicos, houve necessidade de alteração do fornecedor, motivo pelo qual tiveram que ser revistos os projetos.

A engenharia da Eletrosul também identificou uma restrição na localização das coberturas dos estacionamentos (afastamento mínimo do arruamento principal, que não estava descrito no Edital), o que levou à necessidade de revisão dos projetos.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado sob sua responsabilidade, respondendo, contudo, por algumas ações vinculadas ao Programa 0807 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, motivo pelo qual não apresenta dados requeridos no Item 4.1.5.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Programa 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

Ação 8549 – Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

QUADRO A.4.6 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA 2119 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Identificação da Ação						
Código		8549				
Descrição		Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica				
Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A.				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Orçado				Valor Realizado		
4.237.909				2.167.170		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	NA	NA	NA	4.237.909	2.167.170

Esta ação foi criada no final do ano de 2009 com a finalidade da Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica e é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

- **Cumprimento das metas:**

1. Ações ambientais necessárias para atender às condicionantes dos órgãos de controle ambiental, inclusive aquelas relacionadas à obtenção das Licenças de Operação - LO dos empreendimentos, conforme determinação da ANEEL;
2. Ações voltadas ao programa de recuperação de áreas degradadas, tanto relativo aos empreendimentos de geração quanto ao sistema de transmissão, de acordo com exigências dos órgãos de controle ambiental;
3. Ações de natureza social e ambiental (por exemplo, Programa de Remanejamento da População Atingida) decorrentes dos reassentamentos implementados em função dos empreendimentos em operação.

- **Eventuais problemas de execução:**

1. Atividades em negociação com órgãos intervenientes ao licenciamento ambiental;
2. Reposição Florestal do Sistema de Reforço Eletroenergético ao Litoral Catarinense;
3. Reposição Florestal do Sistema de Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina;

4. Programa de Arqueologia Subaquática do Sistema de Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina;
5. Componente Indígena do Sistema de Reforço Eletroenergético ao Litoral Catarinense.

Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais

Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

QUADRO A.4.6 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA 0807 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS

Identificação da Ação						
Código		4101				
Descrição		Manutenção e Adequação de Bens Imóveis				
Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A.				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Orçado				Valor Realizado		
1.742.290				2.290		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	NA	NA	NA	1.742.290	2.290

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

- **Cumprimento das metas:**

Pequeno reparo no Edifício Sede

- **Eventuais problemas de execução:**

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, foram cancelados as seguintes obras:

- ✓ Construção de arquivo de documentação permanente;
- ✓ Ampliação do sistema de ar condicionado do edifício sede;
- ✓ Novo sistema anti-incêndio do edifício sede;
- ✓ Sistema de circuito fechado de TV da sede.

Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

QUADRO A.4.6 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA 0807 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS J

Identificação da Ação	
Código	4102
Descrição	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Unidade Responsável	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					
Unidade Orçamentária	32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Orçado				Valor Realizado		
8.522.481				2.631.482		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	NA	NA	NA	8.522.481	2.631.482

• **Cumprimento das metas:**

Os valores realizados nesta ação são decorrentes da aquisição dos seguintes veículos: Pick Up 4 x 4, Caminhão Guindaste e de equipamentos gerais, dos quais destaca-se:

- ✓ Mobiliário corporativo;
- ✓ Equipamentos para o Setor Gráfico;
- ✓ Guincho hidráulico;
- ✓ Medidor padrão trifásico de energia elétrica;
- ✓ GPS;
- ✓ Alicates Microamperímetro;
- ✓ Termohigrômetro Digital;
- ✓ Ferramentas mecânicas, elétricas e pneumáticas; e
- ✓ Equipamentos de controle e instrumentação.

• **Eventuais problemas de execução:**

- ✓ Revisão da Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos face ao contingenciamento do orçamento no exercício.

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

QUADRO A.4.6 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ VINCULADAS AO PROGRAMA 0807 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE EMPRESAS ESTATAIS

Identificação da Ação						
Código		4103				
Descrição		Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento				
Unidade Responsável		Eletrosul Centrais Elétricas S.A.				
Unidade Orçamentária		32225 – Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Valor Orçado				Valor Realizado		
9.973.410				6.334.724		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática,	NA	NA	NA	9.973.410	6.334.724

	Informação e Teleprocessamento					
--	-----------------------------------	--	--	--	--	--

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente, não havendo acompanhamento físico.

- **Cumprimento das metas:**

Os valores realizados nesta ação são decorrentes da compra de software e hardware, entre os quais destaca-se:

- ✓ Equipamentos base Bluetooth e Headset Bluetooth;
- ✓ Tablet;
- ✓ Notebook;
- ✓ Scanner de mesa;
- ✓ Sistema de telecomunicação óptico DVDM, com topologia em anel, abrangendo os estados de SP, PR, SC e RS;
- ✓ Software Meteodyn, HD para servidor;
- ✓ Licenças de Software;
- ✓ Programa PLS-CADD e Tower;
- ✓ Software Elipse, de HUB USB TCP/IP;
- ✓ Rádio digital e antena.

- **Eventuais problemas de execução:**

- ✓ Reavaliação dos bens a serem adquiridos face ao contingenciamento do orçamento no exercício.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Conforme previsto na Portaria-TCU nº 150, de 03 de julho de 2012, as UJ que não se enquadrarem como órgãos e entidades da Administração Pública Federal que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e usuárias do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, devem, na medida do possível, seguir as disposições estabelecidas e promover os ajustes necessários nos formatos e nos conteúdos, de acordo com suas especificidades. Desta forma, os quadros apresentados neste capítulo foram adaptados de acordo com os procedimentos e práticas da empresa na programação e execução orçamentária.

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Unidade Orçamentária: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	32225	Não se aplica

4.2.2 Programação de Despesas

Os itens a seguir tratam da programação das despesas correntes e de capital.

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.4.8 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Em R\$

Despesas Correntes	Decreto nº 7.883/12 e Ofício 1179/2012/MP/SE/DEST	Decreto nº 7.605/11 e Ofício 878/2011/MP/SE/DEST
Pessoal e Encargos Sociais	292.007.406	280.994.274
Serviços de Terceiros	111.411.705	96.453.148
Utilidades e Serviços	5.717.855	5.279.696
Materiais e Produtos	181.268.484	140.584.195
Tributos e Encargos Parafiscais	220.812.298	151.318.287
Juros e Outros	143.567.200	123.064.627
<i>Operações Internas</i>	<i>77.227.904</i>	<i>62.325.537</i>
<i>Outras Fontes</i>	<i>66.339.296</i>	<i>60.739.090</i>
Outros Dispendios Correntes	93.814.626	126.126.896
Total	1.048.599.574	923.821.123

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.4.9 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Em R\$

Despesas de Capital	Decreto nº 7.883/12 e Ofício 1179/2012/MP/SE/DEST	Decreto nº 7.605/11 e Ofício 878/2011/MP/SE/DEST
Investimento	530.000.000	691.729.127
Inversões Financeiras	776.100.889	826.817.531
Amortização de Principal	112.628.900	80.482.781
<i>Operações Internas</i>	<i>43.268.954</i>	<i>36.453.108</i>
<i>Outras Fontes</i>	<i>69.359.946</i>	<i>44.029.673</i>
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	4.015.016	3.576.823
Dividendos	112.701.904	88.462.621
Total	1.535.446.709	1.691.068.883

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

O Resumo da Programação de Despesas é apresentado a seguir. Não há reserva de contingência.

QUADRO A.4.10 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Em R\$

Despesas	Decreto nº 7.883/12 e Ofício 1179/2012/MP/SE/DEST	Decreto nº 7.605/11 e Ofício 878/2011/MP/SE/DEST
Correntes	1.048.599.574	923.821.123
Capital	1.535.446.709	1.691.068.883
Total	2.584.046.283	2.614.890.006

4.2.2.4 Análise Crítica

Na previsão orçamentária das despesas correntes no ano de 2012 houve crescimento 13,5% quando comparado ao orçamento de 2011. Esta variação é explicada, principalmente, pela Compra de Energia que está inclusa na rubrica Materias e Produtos, representando R\$ 169.796.113, bem como pela variação dos Tributos e Encargos Parafiscais, decorrente da projeção de crescimento das receitas operacionais e lucro do exercício.

Em relação às despesas de capital, cabe salientar que apenas as dotações referentes ao Investimento da Eletrosul são contempladas na LOA. As demais rubricas são aprovadas por Decreto. No processo de elaboração da proposta orçamentária, as tratativas de consolidação do orçamento da Eletrosul com a holding – Eletrobras – e no próprio âmbito do MME, resultam na realização de cortes na proposta do orçamento, principalmente no de Investimento. A Eletrosul vem passando, nos últimos anos, por fase de forte expansão, com elevados investimentos. Neste sentido, são necessárias recomposições do orçamento na oportunidade da revisão orçamentária. Os números aprovados na revisão vêm se mostrando condizentes com as realizações.

A análise da programação orçamentária das despesas de capital mostra redução de 9,2% em relação a 2011. A redução pode ser percebida, principalmente, na rubrica Investimento, e decorre da previsão de término de projetos de geração de energia elétrica.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não se aplica, pois a Eletrosul não concede ou recebe créditos orçamentários.

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a execução orçamentária da despesa, em especial com créditos originários, destacam as mesmas por modalidade de contratação e por grupo.

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Em R\$

Modalidade de Contratação	Realizado Econômico	
	2012	2011
Modalidade de Licitação	404.047.892	390.267.623
Convite	1.172.855	1.368.825
Tomada de Preços	9.112.464	12.611.232
Concorrência	250.810.556	253.919.400
Pregão	142.952.017	122.368.166
Contratações Diretas	76.037.232	200.201.432
Dispensa	62.790.019	186.221.150
Inexigibilidade	13.247.213	13.980.282
Pagamento de Pessoal	315.036.856	313.552.715
Pessoal, Encargos e Benefícios	302.758.718	302.526.134
Diárias	12.278.138	11.026.581
Outros	1.664.355.139	1.490.919.764
Total	2.459.477.119	2.394.941.534

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

As despesas por grupo são apresentadas, segregadamente, em corrente e capital.

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Em R\$

Despesas Correntes	Realizado 2012	Realizado 2011
Pessoal e Encargos Sociais	274.515.025	271.054.891
Serviços de Terceiros	105.829.810	95.066.915
Utilidades e Serviços	4.920.124	4.990.849
Materiais e Produtos	174.467.940	134.808.806
Tributos e Encargos Parafiscais	130.696.818	120.203.415
Juros e Outros	138.741.731	119.176.892
<i>Operações Internas</i>	71.168.588	61.584.993
<i>Outras Fontes</i>	67.573.143	57.591.899
Outros Dispendios Correntes	144.479.477	110.436.474
Total	973.650.925	855.738.242
Despesas de Capital	Realizado 2012	Realizado 2011

Investimento	469.683.182	620.258.400
Inversões Financeiras	842.522.384	744.102.696
Amortização de Principal	107.064.037	75.923.270
<i>Operações Internas</i>	<i>42.209.398</i>	<i>36.510.475</i>
<i>Outras Fontes</i>	<i>64.854.639</i>	<i>39.412.795</i>
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	4.015.016	715.365
Dividendos	62.541.575	98.203.561
Total	1.485.826.194	1.539.203.292

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Este item não se aplica à Eletrosul, pois a mesma não se enquadra como entidade da Administração Pública Direta. Desta forma, não há informação relativa aos itens 4.2.4.2.1 e 4.2.4.2.2.

4.2.4.2.3 Análise Crítica

A execução orçamentária das despesas correntes evidencia aumento de 13,8%. Os principais fatores para a alteração são: (I) energia elétrica comprada para revenda, inclusa na conta Materiais e Produtos; (II) aumento dos Tributos e Encargos Parafiscais decorrente da elevação das receitas; (III) elevação dos Juros e Outros, devido a financiamentos para investimento; e (IV) reconhecimento de contingências trabalhistas e tributárias, inclusas em Outros Dispendios Correntes.

Quanto às despesas de capital, percebe-se o esforço da Empresa para a retomada da geração de energia elétrica, demonstrado principalmente pelas inversões financeiras por meio de aportes de capital às SPEs. Do montante de inversões, R\$ 548,6 milhões foram destinados à geração, e são relativos à construção da UHE Jirau através da ESBR Participações, bem como à construção de parques eólicos no Rio Grande do Sul.

Nas despesas de Investimento, a maior parte (82,3%) também foi destinada à geração de energia elétrica, em especial às Usinas Hidrelétricas São Domingos, Mauá e Passo São João, e as Pequenas Centrais Hidrelétricas do Complexo São Bernardo.

A realização das rubricas orçamentárias se aproximou das dotações aprovadas. Com segurança, pode-se inferir que a realização orçamentária foi efetuada com êxito e respeito aos valores determinados pela legislação. A execução do orçamento de 2012 ocorreu no patamar da normalidade.

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

5.1 Reconhecimento de Passivos

Este item tem como objetivo específico, conforme o próprio texto da DN TCU n.º 119/2012, "... obter informações quantitativas sobre o reconhecimento pelas UJ de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."

A Eletrosul não está obrigada a utilizar o sistema SIAFI, pois é uma empresa de economia mista, e por consequência, não registra nenhum valor no plano de contas estipulado pelo mesmo sistema. Com base nesta afirmação, é nosso entendimento de que este item não se aplica.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Este item objetiva "... obter informações quantitativas sobre o pagamento de Restos a Pagar (RP) dos exercícios anteriores, de modo a analisar a gestão e os impactos dessas despesas financeiras no exercício".

O termo Restos a Pagar (RP) é oriundo da Lei 4.320/64 e representa as despesas empenhadas, mas não pagas, dentro do exercício financeiro do ente público.

A contabilidade da Eletrosul se baseia na Lei 6.404/76 e suas alterações, e não está obrigada a seguir a Lei 4.320/64 (Lei que normatiza a contabilidade pública). Por este motivo, é nosso entendimento de que este item não se aplica.

5.3 Transferências de Recursos

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.									
CNPJ: 00.073.957/0001-68			UG/GESTÃO:						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)		Valores Repassados (R\$)		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	80510008	88630413000281	178.050,00	92.850,00	0,00	79.870,48	01/06/2010	31/05/2012	4
1	80601019	5871590000141	389.157,80	69.157,80	16.500,00	320.000,00	01/07/2010	30/06/2012	4
1	88200004	80928039000102	505.089,06	52.038,00	101.018,40	407.020,46	05/04/2010	04/02/2013	1
1	88200021	79151312000156	323.773,34	194.833,34	49.930,25	128.940,00	21/02/2011	20/02/2013	1
1	88500014	88630413000281	736.760,00	86.760,00	220.000,00	220.000,00	17/02/2011	16/02/2013	1
1	88512002	92903392000117	109.937,00	10.000,00	99.937,00	99.937,00	02/05/2012	29/09/2012	4
1	90911036	83477646000191	950.000,00	52.000,00	0,00	0,00	11/10/2011	22/11/2012	1
1	1006120001	80629694000160	6.000,00	0,00	1.500,00	1.500,00	21.06.2012	21.06.2013	1
1	80620112002	14473286000137	357.000,00	33.000,00	180.000,00	180.000,00	06/02/2012	05/02/2017	1
1	84420120024	87612982000150	1.830.159,97	381.408,63	0,00	0,00	04/07/2012	03/07/2017	1
TOTAL			5.385.927,17	972.047,77	668.885,65	1.437.267,94			

LEGENDA	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso	1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado
*TCE - Tomada de Contas Especial	

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ:	00.073.957/0001-68					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	4	3	11	668.885,65	1.596.073,10	2.522.426,81
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	9	0	235.529,68	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	4	3	20	668.885,65	1.831.602,78	2.522.426,81

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	6	3.758.782,37	937.460,46	509.330,60	24,94%
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Totais	6	3.758.782,37	937.460,46	509.330,60	24,94%

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	8	0	0
		Montante Repassado	448.885,65	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	220.000,00	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	7	1	0
		Montante Repassado	2.404.798,10	66.971,66	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	3	2	0
		Montante Repassado	85.200,00	168.558,02	0
2010	Contas Prestadas	Quantidade	10	0	0
		Montante Repassado	2.500.426,81	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	22.000,00	0	0
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			8	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	8	0
			Contas Não Analisadas	0	0
		Montante Repassado (R\$)		448.885,65	0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
2011	Quantidade de contas prestadas			7	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		7	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
		Montante repassado (R\$)		0	0
2010	Quantidade de Contas Prestadas			10	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		10	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0	0
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0	0

Análise Crítica

Com relação ao Convênio **80510008**, com a União Brasileira de Educação e Assistência – UBEA, já houve a consecução do seu objeto. A prestação de contas foi concluída e o encerramento ocorreu em 31/05/2012.

Em relação ao Convênio n. **80601019** - Conselho da Comunidade de Três Lagoas (CCTL-MS), o mesmo tinha como objetivo realizar o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à estruturação dos órgãos de segurança pública no município de Água Clara-Ms. A conveniente executou-o com o intermédio da Polícia Militar e da Polícia Militar Ambiental. Este convênio teve um Termo Aditivo, que serviu para ajustar uma das metas previstas em cronograma. Esse fato não ocasionou prorrogação do contrato, portanto, permaneceu como vigência, 30 de junho de 2012. O conteúdo textual do convênio foi cancelado pela Assessoria Jurídica (AJU) e as transferências, bem como as prestações de contas foram realizadas em conformidade com instrumento do Convênio. Nenhuma parcela foi paga sem a prestação de contas da etapa anterior. Dentre os procedimentos adotados, quando da análise nas prestações de contas cita-se: a área técnica elaborou o Atestado de Cumprimento dos Eventos Contratuais (ACEC) com o aval de um Gestor e de um Fiscal do convênio. A área financeira aprovou as prestações de contas e os pagamentos. A documentação da comprovação das referidas encontram-se arquivadas nas pastas dos processos e no Arquivo do Departamento de Contabilidade (DCO). O processo de pagamento teve a gestão financeira do Departamento de Operações Financeiras (DOF) e o controle da gestão física, o Departamento de Patrimônio e Meio Ambiente (DPM), hoje intitulado, Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária (DEA), ambos com estrutura que possibilitou garantir a eficiência e eficácia no acompanhamento deste Convênio. Salienta-se ainda que, este convênio passou por análise jurídica e foi aprovado pelo Diretor-Presidente e mais um Diretor. A prestação de contas final foi realizada em tempo hábil. Nenhuma situação de inadimplência foi evidenciada. Os recursos repassados foram devidamente comprovados, perfazendo um total de 8 (oito) parcelas. A contrapartida da conveniente foi devidamente comprovada, por meio da disponibilização de policiais que fiscalizaram a obra, portanto, a prestação de contas foi aprovada com êxito e o Convênio encontra-se concluído.

Nos convênios de número **88200004** e **88200021** não foram evidenciadas situações de inadimplência neste exercício. As transferências realizadas estão em conformidade com os respectivos instrumentos de Convênio e atreladas à aprovação das prestações de contas. A área técnica do CECS – Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (formado por COPEL e Eletrosul para a execução das obras da UHE Mauá) verificou os relatórios de prestações de contas emitidos pelos conveniados e emitiu para o convênio 88200004 os Atestados de Cumprimento de Eventos Contratuais CCEC-0014/2012, relativo à 7ª parcela, CCEC-0063/2012, relativo à 8ª parcela, CCEC-0121/2012, relativo à 9ª parcela, e CCEC-0192/2012, relativo à 10ª parcela. Este Convênio prevê 12 parcelas de desembolso. Para o Convênio 88200021, foram emitidos os documentos ACEC CHM-001/2012, relativo à 4ª parcela e ACEC CHM-002/2012, relativo às parcelas 5ª e 6ª. Este Convênio não terá mais repasses, que totalizaram R\$ 128.940,00. A aprovação das prestações de contas e os pagamentos de ambos os Convênios foram feitos pela área financeira do CECS. A documentação de comprovação técnica está arquivada no CECS, em Curitiba, nas pastas individuais dos processos, e a documentação de prestação de contas foi arquivada pelo Departamento de Contabilidade, após aprovação e pagamento pelo Departamento de Operações Financeiras, ambos da Eletrosul, em Florianópolis. O processo de pagamento tem a gestão do Departamento de Operações Financeiras e o controle da documentação física destes Convênios tem a gestão da Coordenação da Hidrelétrica de Mauá (CECS/ Eletrosul). Em 2012, o COPATI – Consórcio para Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi (Convênio 88200004), finalizou o vídeo do levantamento do patrimônio histórico,

cultural e paisagístico do Rio Tibagi, parte do resultado esperado para este Convênio. No exercício de 2012, o Convênio 88200021 (UEM) foi aditivado, de modo a possibilitar o aproveitamento das verbas economizadas nas diversas etapas para ampliação da área de replantio dos vegetais resgatados. Salienta-se que neste caso não houve aumento do repasse previsto.

O Convênio **88500014** trata-se de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado com a União Brasileira de Educação e Assistência – UBEA Situação. Este encontra-se em fase análise da prestação de contas. Já houve a consecução do objeto deste convênio e o encerramento está previsto para março de 2013. Quanto ao Convênio **88512002**, com a Associação de Defesa da Vida e da Natureza Vale Rio Uruguai – ADEVINVARU, já houve a consecução do seu objeto e a prestação de contas e o encerramento ocorreram em set/2012.

O convênio nº **90911036** celebrado com a Associação dos Empregados da ELETROSUL – ELASE está relacionado com o desenvolvimento, em regime de mútua cooperação, do Programa ELETROSUL em Movimento, que visa à promoção da integração dos empregados e familiares em torno da prática esportiva e recreativa. Em virtude da suspensão do Programa Eletrosul em Movimento na edição para o ano de 2012, o mesmo, que já havia sido registrado no Sistema GEM, não foi concretizado.

Quanto ao Convênio nº **1006120001**, para manutenção da Horta Comunitária de Xanxerê, vigência até junho 2013, foram liberadas apenas 3, parcelas dos recursos, com prestação de contas parcial, a demora para utilização dos recursos se deu devido ao tempo que ficou o processo em tramite para aprovação, por este motivo o Conveniente não terá tempo suficiente para aplicação dos recursos até o vencimento do Convênio, assim será proposta prorrogação do prazo de vigência, sem alteração de valores, por mais 12 meses. As 3 prestações de contas parciais foram apresentadas em conformidade com a legislação vigente e/ou orientações do Guia de Procedimentos para Convênios.

No convênio de número **80620112002**, que tem como objeto realizar em regime de mutua cooperação, ações conjuntas voltadas a estruturação dos órgãos de segurança ambiental do Município de São Luiz Gonzaga, visando à realização de atividades de patrulhamento, fiscalização e educação ambiental, na área de abrangência do reservatório da Usina Hidrelétrica Passo São João, esta em conformidade com os respectivos instrumentos do convenio, sendo que não foram evidenciadas situações de inadimplência neste exercício. A transferência de recursos esta sendo realizada em parcelas conforme anexo 1 – Plano de trabalho, item 5, onde temos o cronograma de desembolso da concedente, sendo que a aprovação de prestação de contas do primeiro desembolso foi demonstrada através do cumprimento das atividades sob responsabilidade da conveniente conforme estabelecido no plano de trabalho. A área Administrativa da DROE - Divisão Regional do Oeste avaliou a documentação entregue e emitiu o atestado de cumprimento de evento contratual de nº 001 / 2013. A documentação de comprovação técnica segue o anexo 1 – Plano de trabalho, item 3. Cronograma de Execução, metas 1, 2 e 3, e estão sendo realizadas conforme o detalhamento do referido anexo, destaque para o policiamento ostensivo contra os ilícitos ambientais e penais na área do reservatório da UHPJ, todos evidenciados com a correta documentação e relatórios que ficam arquivadas no Setor de Manutenção da UHPJ em Roque Gonzáles – RS.

O Convênio nº **84420120024** trata do asfaltamento da avenida de acesso (centro de Roque Gonzales) e dos acessos internos da UHE Passo São João. O Convênio prevê a participação da Eletrosul em R\$ 1.448.751,34 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos) correspondentes aos custos para a contratação de uma empresa para realizar os serviços de asfaltamento e a participação do Município de R\$ 381.408,63 (trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oito reais e sessenta e três centavos) referentes à manutenção do asfalto pelo período de concessão da UHPJ. Desta forma, não há

repasse de recursos entre a Eletrosul e a Prefeitura. A contrapartida da Eletrosul foi paga diretamente à empresa contratada para a realização do asfaltamento (Arcol Engenharia Ltda.)

5.4 Suprimento de Fundos

Este item busca "... obter informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de suprimentos de fundos, contas Tipo B e Cartões de Crédito Corporativos (CPGF) ...".

A Eletrosul não faz gestão de suprimentos de fundos, uma vez que não os recebe, como também não possui contas Tipo B (que são utilizadas para pagamento de despesas de ministros em viagens e compras de material ou equipamento de uso da administração pública federal que não precisam de licitação) e nem faz uso de Cartões de Crédito Corporativos do Governo Federal.

Uma vez que a Eletrosul não faz gestão e nem possui as situações descritas acima, é nosso entendimento de que este item não se aplica.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Este item visa "... obter um panorama geral acerca das renúncias de receitas geridas pela UJ, viabilizando o exame acerca de sua legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e efetividade".

As receitas da Eletrosul não são oriundas da cobrança de tributos/impostos, e sim de cobrança pelo Uso da Rede Elétrica, Energia Gerada e Energia Comercializada.

A Eletrosul, por não cobrar tributos/impostos fica impossibilitada de fazer renúncia de tais itens, e por isso, é nosso entendimento de que este tópico não se aplica.

5.6 Gestão de Precatórios

Conforme Quadro A.1 - Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão, do Anexo II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012, este item não se aplica à Eletrosul.

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1672	1558	11	19
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1672	1558	11	19
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1672	1546	9	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	12	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1672	1558	11	19

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	22
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	8
1.2. Exercício de Função de Confiança	6
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	8
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	8
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	8
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	48
6.1 Licença Acidente de Trabalho	2
6.2 Licença Doença INSS	29
6.3 Licença Maternidade	4
6.4 Licença Maternidade Prorrogada	1
6.5 Liberação para atividade sindical	11
6.6 Cedidos para exercício de Superintendência da Fundação Elos	1
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	78

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas	Não há	91	3	5
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	90	3	4
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	1	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	91	3	5

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

6.1.1.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	209	463	435	318	30
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	209	463	435	318	30
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	18	24	43	6
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas	0	18	24	43	6
3. Totais (1+2)	209	481	459	361	36

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

6.1.1.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	91	812	521	25	6	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				91	812	521	25	6	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	11	21	50	8	1
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas					11	21	50	8	1
3. Totais (1+2)	0	0	0	91	823	542	75	14	1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2012	123.074.868,02		8.903.163,41	16.239.699,04	19.350.135,00	4.425.974,56	18.591.456,69		
	2011	92.998.171,67		9.734.706,08	17.893.729,11	25.313.235,33	3.656.205,22	24.632.289,72		
	2010	76.260.256,88		8.235.763,08	18.798.474,06	168.605,57	2.820.768,27	19.680.561,76		
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2012	2.518.228,07								
	2011	5.234.533,05								
	2010	13.036.647,11								
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2012	17.513.046,28		2.915.436,65	2.688.968,28	1.199.826,00	344.730,16	1.202.596,94		
	2011	10.713.569,46		4.395.539,16	1.318.894,72	168.605,57	269.970,90	2.283.408,89		
	2010	9.020.869,55		3.940.552,67	1.597.086,07	513.106,27	212.447,14	1.847.371,68		

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Observações:

* Foram consideradas como *Adicionais*, o total de 13º Salário, e as diferenças salariais;

** Foram consideradas como *Indenizações*, o total de vale alimentação recebido pelas categorias acima;

*** Foram consideradas como *Benefícios Assistenciais e Previdenciários*, as rubricas de Auxílio Educação, Reembolso Creche, Auxílio Babá e Auto Desenvolvimento;

**** Foram consideradas como *Demais Despesas Variáveis*, as rubricas de Adicional Noturno, Alteração de Jornada, Sobreaviso, Periculosidade Eventual, Horas Extras e Horas Trajetos (com os respectivos Repousos Remunerados).

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Não se aplicam a Eletrosul, pois esta não faz gestão de servidores inativos e pensionistas.

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Não se aplicam a Eletrosul, pois esta não faz gestão de servidores inativos e pensionistas.

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A empresa exige a apresentação de declaração do empregado de que não acumula remuneradamente cargos, empregos e funções públicas, no âmbito dos órgãos da Administração Direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem assim de suas autarquias, inclusive as em regime especial, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundações mantidas pelo Poder Público e demais entidades sob seu controle direto ou indireto, conforme disposto no Decreto nº 97.595, de 29/03/1989, ressalvadas as exceções previstas no artigo 1º deste Decreto, conforme disposto em normativo interno (Norma de Gestão 047)

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não foram identificados no exercício de 2012 casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

As informações estão prestadas de acordo com o quadro a seguir.

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	95	94	96	94
Concessão de aposentadoria	NA	NA	NA	NA
Concessão de pensão civil	NA	NA	NA	NA
Concessão de pensão especial a ex-combatente	NA	NA	NA	NA
Concessão de reforma	NA	NA	NA	NA
Concessão de pensão militar	NA	NA	NA	NA
Alteração do fundamento legal de ato concessório	NA	NA	NA	NA

Totais	95	94	96	94
---------------	-----------	-----------	-----------	-----------

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

* Incluídos os atos efetivamente cadastrados no SISAC, que contemplaram, inclusive, empregados anistiados (87).

NA = Não se Aplica

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamentos	18	134	18	134
Cancelamento de concessão	NA	NA	NA	NA
Cancelamento de desligamento	NA	NA	NA	NA
Totais	18	134	18	134

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

NA = Não se Aplica

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	12	82	1	0
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	12	82	1	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	8	9	1	0
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	8	9	1	0

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não houve no exercício de 2012 casos de Pensões graciosas ou indenizatórias ou outros atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico.

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Não houve a identificação de atos com impropriedades que ensejaram diligências ou reprovação pelo Órgão de Controle Interno a que se vincula a Eletrosul.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

No tocante à Gestão de Pessoas, é importante destacar que a empresa tem como política a melhoria contínua da qualidade de vida pessoal e profissional de seu quadro, contemplando ações voltadas à permanente capacitação e ao desenvolvimento funcional, a aplicação de modernos instrumentos de gestão de carreira e sucessão, a adoção de abrangentes e eficientes programas de segurança do trabalho e saúde ocupacional, bem como a concessão de um atrativo pacote de benefícios para os empregados e respectivos dependentes.

Absenteísmo

Em 2012, considerando os empregados do quadro próprio, foram trabalhadas 2.578.732 horas-homem. A Taxa de Absenteísmo registrada foi de 2,10%. Os atestados de afastamentos por doença e ou para tratamentos são acompanhados e validados pelos médicos do trabalho da empresa. Ainda são desenvolvidas ações e programas de prevenção de preservação da saúde, bem estar e qualidade de vida que integram o Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social – PESSOAS.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

As doenças ocupacionais e acidentes de trabalho são acompanhadas mensalmente por meio da Taxa de Frequência e da Taxa de Gravidade. São desenvolvidas políticas, metas operacionais, programas e ações as quais são apresentadas no Plano de Gestão - PESSOAS.

No que diz respeito à gestão de saúde, a Eletrosul atua em duas grandes frentes perante seus empregados, considerando os contextos: saúde ocupacional e assistencial.

Quanto à gestão da saúde ocupacional, que compreende segurança do trabalho, bem-estar social e qualidade de vida, a empresa desenvolve um trabalho que visa à preservação da integridade, do bem-estar das pessoas, relações interpessoais e clima organizacional favoráveis à saúde e ao crescimento pessoal, profissional e organizacional.

Para tanto, é desenvolvido um programa de ações integradas denominado PESSOAS – Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social/Funcional. Esse programa engloba atividades de prevenção por meio da supervisão e acompanhamento de segurança, saúde e acompanhamento social das equipes operacionais, bem como programas focados no condicionamento físico, gestão da ergonomia e outros como: Programa Saúde é Vida, Programa de Prevenção e Tratamento à Dependência do Álcool e outras Drogas, Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência, Programa 3D1 – Terceira de Primeira (gestão de segurança e saúde de empregados terceirizados) e Programa de Qualidade de Vida.

Em 2012, foram renovadas as 17 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) e mantido o Comitê Permanente da NR-10¹, formado por 11 empregados que, representando a totalidade das áreas da Eletrosul, tem o objetivo de discutir a adequação em toda a empresa do dispositivo legal relativo à segurança nos serviços em instalações elétricas. Em sua totalidade, os empregados estão representados nas comissões de saúde e segurança.

Com o intuito de garantir a segurança em sua cadeia de negócio, a Eletrosul exige a informação dos índices de acidentes para as empresas contratadas e prestadores de serviço.

Dentre as ações desenvolvidas em 2012 destacam-se o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). No PPRA são identificadas, avaliadas e neutralizadas as possibilidades de risco de acidentes/doenças e/ou condições desfavoráveis no processo e/ou ambiente de trabalho, tornando-as conhecidas dos empregados, e adotadas as medidas necessárias a um ambiente laboral seguro e saudável. Por ocasião do levantamento dos riscos ambientais, os empregados são solicitados a trocar informações sobre os métodos e processos de trabalho.

Outra forma de participação dos empregados se dá na elaboração/atualização dos mapas de riscos, realizados pelas CIPA, e ainda por intermédio da revisão global dos PPRA, realizada anualmente pela equipe de Segurança do Trabalho em todos os estabelecimentos. Além desses, nos Encontros Anuais das Cipas da Eletrosul são discutidas as melhores práticas desenvolvidas pelas comissões e apresentadas, pelos cipeiros, críticas e sugestões de mudanças de situações específicas que afetam ou podem vir a afetar a saúde e segurança dos trabalhadores e o próprio patrimônio da empresa.

No quadro abaixo estão apresentados os indicadores de Segurança do Trabalho da Eletrosul em 2012:

Indicadores de Segurança do Trabalho da Eletrosul em 2012

Descrição	Valor
Número total de acidentes de trabalho com empregados	14
Total de acidentes típicos	13
Acidente Fatal	1
Acidentados típicos da empresa sem afastamento	6
Total de acidentados de trajeto da empresa com afastamento	3
Total de acidentados de trajeto da empresa sem afastamento	1
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano 2012	1,16
Número total de dias perdidos em função de acidentes	6.076
Acidentes que resultaram em mutilações ou outros danos à integridade física e/ou prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	0
Índice TF (taxa de Frequência) total da empresa no período, para empregados	5,14
Índice TG (taxa de Gravidade) total da empresa no período, para empregados	2.231

Abaixo é apresentado o histórico de alguns indicadores:

¹ Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho que versa sobre segurança em instalações e serviços em eletricidade.

Segurança do Trabalho		2009	2010	2011	2012
Acidentes	Típicos	9	13	19	13
	Fatais	0	0	0	1
Doenças Ocupacionais		0	0	0	0

A seguir é apresentada a quantidade de cursos e horas realizadas em 2012 nessa área:

Curso	Turmas	Horas/turma	Total
Socorrismo	6	40	240
Brigada de incêndio	6	40	240
Socorrismo e resgate em torres de Telecom	1	64	64
Socorrismo e resgate em linhas e torres de transmissão	4	64	256
Reciclagem NR-10	22	6	132

Rotatividade (*Turnover*)

O índice de rotatividade global da Eletrosul em 2012 foi de 0,87%, ou seja, a empresa pode contar com 99,13% de sua força de trabalho neste ano.

A rotatividade foi calculada considerando 9 admissões e 18 desligamentos. Do total de desligamentos, 4 ocorreram por aposentadoria e 2 por falecimento e 12 pediram demissão. A partir destes dados, pode-se afirmar que dos 18 desligamentos, 12 merecem mais atenção da Eletrosul, de forma a obter-se os reais motivos destes desligamentos, para que possam alimentar estudos futuros de projeção da força de trabalho.

Convém destacar, no entanto, que os desligamentos não representam o foco de estudo de gestão da força de trabalho da Eletrosul em função do baixo índice deste indicador. O mais importante, neste momento, é reforçarmos as nossas práticas de Retenção de Talentos, para fazer frente a ofertas atraentes de emprego que estão surgindo no mercado de trabalho.

Como práticas/aspectos de retenção de talentos adotados pela Eletrosul, apresentamos a lista abaixo:

- Programa de Qualificação Empresarial;
- Imagem organizacional;
- Política salarial alinhada com práticas de mercado;
- Política de benefícios assistenciais, complementares aos legais, que contemplam os dependentes;
- Perspectiva de ascensão na carreira formalizada em um Plano de Carreira e Remuneração unificado para as empresas Eletrobras;
- Desempenho individual atrelado ao desempenho global da empresa, conforme prevê o Sistema de Gestão de Desempenho, unificado para as empresas Eletrobras;
- Estações de trabalho modernas, com recursos informacionais periodicamente atualizados;
- Rotinas de trabalho desafiadoras em função do momento empresarial da Eletrosul, enquanto empresa atuante no Setor Elétrico Brasileiro;
- Política de reconhecimento vinculada a metas;
- Visão e Missão estabelecidos e disseminados para os empregados.
- Entre outros.

Entendemos que manter a taxa de rotatividade baixa é importante para os negócios da Eletrosul, pois os funcionários se sentem comprometidos com seu trabalho e, consequentemente, com os resultados gerados a partir desse empenho coletivo.

Educação Continuada

O processo de educação continuada na Eletrosul tem como objetivos a aquisição e a renovação de conhecimento pelos empregados.

A identificação do conhecimento a ser disponibilizado ao empregado se dá por meio de duas ferramentas de gestão, disponibilizadas em banco de dados desenvolvido no Lotus Notes: PDEquipe e PDI.

O PDEquipe (Planejamento das ações de desenvolvimento e capacitação das equipes) destina-se a suportar o planejamento das ações de educação corporativa para o exercício. Contempla ações individuais e de equipe. Anualmente é encaminhado mensagem aos gerentes, contendo o link do PDEquipe, solicitando que seja informado a área responsável pela educação corporativa, que ações serão necessárias para manter os empregados capacitados para os desafios da empresa. Com base nestas informações, a área responsável pela educação corporativa desenvolve, em conjunto com a área demandante, alternativas para atender ao solicitado.

O PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) resulta da indicação de ações de desenvolvimento pelos gerentes, como produto da avaliação de desempenho. Ao serem identificados conceitos NÃO ATENDE e ATENDE PARCIALMENTE na avaliação de competências do empregado, o gerente poderá indicar ações formais ou não formais para solucionar as lacunas de competência identificadas.

O PDEquipe e o PDI resultaram nos números do quadro abaixo.

Indicadores de treinamento no período de 2011 e 2012

Indicadores	2011	2012	Variação
Empregados Treinados	1.494	1.427	-4,5%
Homem-Hora Treinado	117.677	121.248	+3,0%
Média de Horas de Treinamento	65	85	+30,8%
Índices de Empregados Treinados (%)	83%	91%	+9,6%
Força de Trabalho Treinada (%)	3,4%	4,0%	+17,6%
Investimento Total (R\$ mil)	4.004	2.833	- 29,2%
Valor Médio Investido por Emp. (R\$ mil)	2,7	2,0	- 25,9%

Obs.: Para o cálculo dos indicadores de Educação Corporativa é considerado o total de empregados que estiveram na empresa ao longo do ano de 2012, incluindo os diretores, conselheiros e requisitados.

A Empresa em 2012 também realizou importantes atividades educacionais que contemplaram temas significativos relacionados às políticas de direitos humanos. Essas atividades de T&D atingiram em torno de 30% do total de empregados da Empresa.

Disciplina

A Eletrosul segue as orientações da Holding quanto ao cumprimento do Código de Ética e internamente aprofunda temas específicos de disciplina em seu Normativo de Gestão Empresarial.

Aposentadoria *versus* reposição do quadro

O Programa de Orientação para a Aposentadoria – POPA é um instrumento de gestão de pessoas e de sucessão profissional permanente que oportuniza aos empregados um processo de orientação para uma nova etapa de vida (Pós-Carreira) que é a de "estar aposentado". Os objetivos do programa são construir espaços de suporte psicossocial às múltiplas dimensões da aposentadoria e estabelecer relações de ajuda à (re)construção de projetos de vida na aposentadoria.

Dentre as ações são realizadas oficinas educativas abordando as temáticas:

- a) Aspectos econômicos da aposentadoria (INSS, ELOS) e Gerenciamento Financeiro e Patrimonial na Aposentadoria;
- b) Saúde e Aspectos da Saúde do Homem e da Mulher;
- c) Fundação ELOS e ELOSAÚDE;
- d) Construção de espaços de suporte psicossocial às múltiplas dimensões da aposentadoria;
- e) Aposentadoria como início de uma nova etapa de vida;
- f) Significados da Aposentadoria;
- g) Estresse e Qualidade de Vida na Aposentadoria;
- h) Aposentadoria como momento de Mudança;
- i) Associação dos Aposentados e Pensionistas da ELETROSUL;
- j) A Percepção de sua Saúde Atual e Expectativa na Aposentadoria;
- k) De Bem com a Vida – Esporte e Lazer;
- l) (Re) Elaboração de projetos de vida;
- m) Aposentadoria e envelhecimento: mitos e realidades.

Em 2012, os empregados em fase de pré-aposentadoria foram convidados a participar de uma videoconferência na Sede, com transmissão para as áreas descentralizadas, com o tema "Aposentadoria e Pós-Carreira: Construção de Quadros de Futuro e Felicidade nos Espaços de Vida". A atividade contou com a participação de 43 empregados da Sede e teve como meta esclarecer sobre o período de aposentadoria, de que forma essa nova etapa da vida pode ser desfrutada com qualidade de vida, dinamismo e planejamento de acordo com os interesses e motivações.

O programa está alinhado às ações empresariais de valorização das pessoas e à política de gestão de pessoas de reconhecimento e sucessão profissional. As ações contidas nele confirmam o compromisso social da empresa com seus empregados, gerando satisfação e motivação, melhoria do clima organizacional, das relações interpessoais e dos resultados empresariais, à medida em que esses trabalhadores em fase de aposentadoria participam e contribuem com sugestões de melhorias do ambiente empresarial.

O quadro a seguir apresenta o número de beneficiados com o POPA no período de 2009 a 2012.

Número de beneficiados com o POPA no período de 2009 a 2012

Programa de Preparação para a Aposentadoria	2009	2010	2011	2012
Número de beneficiados	94	106	82	43

O planejamento para aposentadoria dos empregados da Eletrosul está mapeado e definido conforme apresentado nos quadros a seguir:

Empregados passíveis de aposentadoria nos próximos 5 anos, por categoria

Empregados por categoria funcional que podem se aposentar nos próximos 5 anos (%)	
Cargo gerencial	5,95
Cargos com exigência de nível universitário	3,81
Cargos sem exigência de nível universitário	17,45

Emp. passíveis de aposentadoria entre os próximos 6 a 10 anos, por categoria

Empregados por categoria funcional que podem se aposentar entre 6 e 10 anos (%)	
Cargo gerencial	7,18
Cargos com exigência de nível universitário	6,53
Cargos sem exigência de nível universitário	27,67

Empregados passíveis de aposentadoria nos próximos 5 anos, por região

Empregados que podem se aposentar nos próximos 5 anos por região (%)	
Região Centro-Oeste	0,97
Região Norte	0,71
Região Sul	25,53

Empregados passíveis de aposentadoria entre os próximos 6 a 10 anos, por região

Empregados que podem se aposentar entre 6 e 10 anos por região (%)	
Região Centro-Oeste	2,00
Região Norte	1,03
Região Sul	38,33

Outros Indicadores - Quadro de Pessoal

Em 2012 o quadro de pessoal da Eletrosul contava ao final do período com um total de 1.546 empregados próprios e 469 terceirizados. Foram 5 empregados admitidos por intermédio de Concurso Público, em cumprimento a decisões judiciais, 2 empregados provenientes da Lei de Anistia que, por via judicial, ingressaram como empregados da Eletrosul, 1 empregado proveniente de Ação Judicial foi reintegrado, 1 empregado teve sua aposentadoria por Invalidez revogada e 88 empregados anistiados foram readmitidos de acordo com a Lei da Anistia, nº 8.878, de 11/05/1994. Segundo a Orientação Normativa MPOG/RH nº 4 de 09/07/2008, a readmissão dos empregados anistiados não onera o limite de 1.672 vagas estabelecido pela Portaria MP nº 19 de 28/12/2006 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST). Dessa forma, o grau de ocupação do limite de vagas da empresa em 2012 foi de 92,46% do total estabelecido.

Em 2012 ocorreram 18 desligamentos entre os empregados (2 falecimentos, 12 pediram demissão e 4 foram aposentados por invalidez. Dentre os 4 aposentados, a lei trabalhista impede que a empresa rescinda o contrato de trabalho, porém deixa-se de contabilizá-los nos relatórios, pois não são mais empregados ativos). Dessa forma, considerando as 9 admissões e o quadro de pessoal de 1.546 empregados, a taxa de rotatividade do quadro funcional da empresa no período ficou em 0,87%. Já entre os anistiados foram 4 desligamentos (3 falecimentos e 1 pedido de demissão). Os 12 empregados requisitados de outros órgãos, em atuação na Eletrosul, foram alocados em áreas estratégicas de forma a colaborar com os desafios e as metas da empresa.

O quadro a seguir apresenta a evolução do número de empregados nos três últimos exercícios:

Quadro Funcional	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2012
Empregados	1.605	1.555	1.546
Empregados Anistiados (Lei nº 8.878/94)	112	121	205
QUADRO PRÓPRIO DE EMPREGADOS	1.717	1.676	1.751
(+) Admissões	114	83	9
(+) Readmissões de Empregados Anistiados (Lei nº 8.878/94)	88	9	88
(-) Desligamentos	65	134	18
(-) Desligamentos Anistiados	0	0	4
VARIAÇÃO DO QUADRO PRÓPRIO	137	(42)	75
Requisitados	8	11	12

Gestão do Conhecimento

Outro grande foco de 2012 foi a implementação de atividades decorrentes da Gestão do Conhecimento - GC, com destaque para a criação do Comitê de GC, a divulgação dos resultados da Pesquisa de Maturidade de Gestão do Conhecimento realizada no ano anterior, assim como a elaboração/aprovação do Plano de Ação de GC para a Eletrosul, voltado à obtenção do nível 4 (especializado) de maturidade, a partir do diagnóstico apresentado com a aferição do Índice de Maturidade de GC que apresentou um nível intermediário de gestão (nível 3).

Pesquisa de Clima Organizacional

O Programa de Gestão do Clima Organizacional é uma ferramenta para diagnosticar o grau de satisfação dos empregados, sendo que os resultados podem subsidiar o desenvolvimento de competências organizacionais, a análise situacional das relações de trabalho que interferem na produtividade, no fortalecimento de aspectos motivadores, no potencial criativo e produtivo dos empregados.

Em 2012, a empresa divulgou para todos os empregados os resultados da II Pesquisa Unificada de Clima Organizacional que foi aplicada de forma censitária em novembro e dezembro de 2011. Participaram da pesquisa 843 empregados, correspondendo a 54,7% do quadro funcional. Como resultado, obteve o índice geral de favorabilidade de 69,9%.

No quadro abaixo estão apresentados os resultados obtidos com a Pesquisa de Clima Organizacional, por dimensão.

Resultado da Pesquisa de Clima Organizacional, por dimensão

Dimensão	Eletrosul
Ambiente de Trabalho	71,79
Filosofia da Gestão	72,00
Gestão de Pessoas	62,94
Motivação	72,29

Os três fatores que obtiveram os maiores índices de favorabilidade foram: Benefícios com 83,34; Imagem Institucional com 79,62 e Relacionamento Interpessoal com 79,59. A Empresa participou

da elaboração do Plano de Ação Integrado das Empresas Eletrobras e, a partir de análise dos resultados específicos, elaborou um Plano de Ação da Eletrosul, contando com a participação dos gestores, assessores, equipe interdisciplinar de gestão de pessoas e diversas áreas afins de abrangência corporativa.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
ADMINISTRADOR JUNIOR	2	ND	ND	0	0
ADMINISTRADOR SENIOR	1	ND	ND	0	0
ADMINISTRADOR, CONSULTOR	1	ND	ND	0	0
ADMINISTRADOR, SÊNIOR	2	ND	ND	0	0
ADVOGADO PLENO	2	ND	ND	0	0
ADVOGADO SENIOR	2	ND	ND	0	0
ADVOGADO, CONSULTOR	1	ND	ND	0	0
ANALISTA AMBIENTAL PLENO	6	ND	ND	0	1
ANALISTA AMBIENTAL SÊNIOR	3	ND	ND	0	0
ANALISTA DE AVALIAÇÃO DE TERRAS E BENEFÍCIOS	1	ND	ND	0	0
ANALISTA DE AVALIAÇÕES DE EDIFICAÇÕES	1	ND	ND	0	0
ANALISTA DE CONTRATOS	1	ND	ND	0	0
ANALISTA EM GEOPROCESSAMENTO PLENO	2	ND	ND	0	0
ASSISTENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1	ND	ND	0	2
ASSISTENTE SOCIAL SÊNIOR	1	ND	ND	0	0
ASSISTENTE TÉCNICO	0	ND	ND	0	4
ASSISTENTE TÉCNICO - PROJETOS DE UHES E F	7	ND	ND	0	0
ASSISTENTE TÉCNICO - PROJETOS DE UHES E F	5	ND	ND	0	0
AUXILIAR ADMINISTRATIVO JUNIOR	1	ND	ND	0	3
AUXILIAR DE TOPOGRAFIA JUNIOR	1	ND	ND	0	0
AUXILIAR TÉCNICO	0	ND	ND	0	11
AVALIADOR SENIOR	4	ND	ND	0	0
BIBLIOTECOMISTA JUNIOR	0	ND	ND	0	1
CADISTA	3	ND	ND	0	0
COORDENADOR DE LIMPEZA DO RESERVATÓRI	1	ND	ND	0	0
COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE	0	ND	ND	0	1
COORDENADOR DE PROGRAMAS DAS COMUNI	5	ND	ND	0	0
COORDENADOR DE REASSENTAMENTO	1	ND	ND	0	0
ENG. CIVIL OU ELET OU MECÂNICO OU DE PRO	2	ND	ND	0	0
ENG. CIVIL SENIOR C/ EXPERIE. EM PROJETOS	3	ND	ND	0	0
ENG. CIVIL, MEC OU ELETRICISTA, SÊNIOR, CO	4	ND	ND	0	0
ENG. CIVIL, MEC OU ELETRICISTA, SÊNIOR, CO	2	ND	ND	0	0
ENG. CIVIL, SÊNIOR, COM EXPERIÊNCIA EM PR	2	ND	ND	0	0
ENG. ELET, SÊNIOR, COM EXPER. EM PROJETOS	5	ND	ND	0	0
ENGENHEIRO AGRÔNOMO, SÊNIOR (REASSENT	6	ND	ND	0	0
ENGENHEIRO CARTÓGRAFO, SÊNIOR	1	ND	ND	0	0
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO S	0	ND	ND	0	1
ENGENHEIRO ELETRICISTA SENIOR	0	ND	ND	0	3
ENGENHEIRO ELETRICISTA, CONSULTOR	3	ND	ND	0	0
ENGENHEIRO ELETRICISTA, SÊNIOR, COM EXP	2	ND	ND	0	0
ENGENHEIRO MECÂNICO, SÊNIOR, COM EXPER	1	ND	ND	0	0
ENGENHEIRO PLENO	2	ND	ND	0	0
ENGENHEIRO SENIOR ESPECIALISTA	15	ND	ND	0	0
FISCAL DE OBRAS SENIOR	12	ND	ND	0	0
GEÓLOGO, SÊNIOR, COM EXPERIÊNCIA EM GEO	2	ND	ND	0	0
GEOMENSOR SENIOR	1	ND	ND	0	0
NEGOCIADOR DE IMÓVEIS	1	ND	ND	0	0
PROFISSIONAL CONSULTOR - ESPECIALISTA EM	1	ND	ND	0	0
PROFISSIONAL CONSULTOR-ENGENHARIA	2	ND	ND	0	0
SECRETARIA EXECUTIVA	0	ND	ND	0	1
TÉC. INDUS.MODALIDADE MECÂNICA, MECAT	3	ND	ND	0	0
TÉCNICO ADMINISTRATIVO JURÍDICO	0	ND	ND	0	2
TÉCNICO DE MANUTENÇÃO SENIOR	2	ND	ND	0	0
TÉCNICO DE OBRAS	14	ND	ND	0	0
TÉCNICO ELETRICISTA	0	ND	ND	0	5
TÉCNICO INDUSTRIAL, MODALIDADE EDIFICA	12	ND	ND	0	0
TÉCNICO INDUSTRIAL, MODALIDADE EDIFICA	3	ND	ND	0	0
TÉCNICO INDUSTRIAL, MODALIDADE EDIFICA	4	ND	ND	0	0
TÉCNICO INDUSTRIAL, MODALIDADE ELETROT	4	ND	ND	0	0
TÉCNICO INDUSTRIAL, MODALIDADE MECÂNICA	4	ND	ND	0	0
TÉCNICO SENIOR ESPECIALISTA	2	ND	ND	0	0
TOTAL	170			0	35

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
Não há pretensão de substituição dos terceirizados por concurso público.					

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
A empresa não solicitou a realização de concurso público, pois não há pretensão de substituição dos terceirizados.			

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.							CNPJ: 00.073.957/0001-68						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	90580323	7006622000176	29/11/2008	10/12/2013	2	2					A
2009	L	O	90591009	3025365000169	20/02/2009	28/02/2013	8	8					A
2009	L	O	90591069	4580255000121	14/04/2009	28/02/2013	1	1					A
2009	L	O	90591185	7006622000176	01/07/2009	12/07/2013	1	1					A
2010	L	O	91300017	7200004000162	22/01/2010	07/02/2013	1	1					A
2010	V	O	91300045	624637000159	17/03/2010	31/03/2013	48	48					A
2010	L	O	91300071	7006622000176	29/03/2010	08/04/2013	7	7					A
2010	L	O	91300094	482840000138	29/03/2010	08/04/2013	6	6					A
2010	L	O	91300094	482840000138	29/03/2010	08/04/2013	5	5					A
2010	V	O	91300124	332087000102	12/05/2010	16/05/2013	8	8					A
2010	L	O	91300203	9016469000193	26/07/2010	01/08/2013	1	1					A
2011	V	O	91311033	87134086000204	08/02/2011	28/02/2013	19	19					A
2011	V	O	91311082	4281402000162	24/03/2011	06/05/2013	46	46					A
2011	V	O	91311112	11933418000178	11/05/2011	10/05/2013	24	24					A
2011	V	O	91311141	8938288000151	10/06/2011	24/06/2013	15	15					A
2011	L	O	91312099	4970088000125	21/11/2011	20/11/2013	4	4					A
2012	V	O	91320069	7168167000105	16/04/2012	30/04/2013	12	12					A
2012	V	O	91320071	7168167000105	16/04/2012	30/04/2013	15	15					A
2012	L	O	91320075	11364848000116	09/04/2012	21/05/2013	3	3					A
2012	V	O	91320084	10364152000208	19/04/2012	31/05/2013	8	8					A
2012	V	O	91320100	2050778000130	09/11/2012	30/11/2013	8	8					A
2012	L	O	91320103	4027773000112	06/11/2012	30/11/2013	3	3					A
2012	L	O	91320138	5912569000147	03/12/2012	24/02/2013	2	2					A
2012	V	O	91320141	11009550000198	01/06/2012	11/06/2013	10	10					A

2012	L	O	91320150	5912569000147	15/06/2012	30/06/2013	2	2					A
2012	L	O	91320172	8924505000154	16/07/2012	05/08/2013	1	1					A
Total							260	260					

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão: Eletrosul Centrais Elétricas S.A						CNPJ: 00.073.957/0001-68							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	81012007	11122069000104	24/01/2012	28/02/2013	1	1					A
2008	12	O	90580324	7006622000176	29/11/2008	10/12/2013	2	2					A
2009	12	O	90591012	7006622000176	02/02/2009	15/02/2013	5	5					A
2010	12	O	91300017	7200004000162	22/01/2010	07/02/2014	52	52					A
2008	12	O	81180049	7006622000176	31/07/2008	12/05/2013	11	11					A
2011	3	O	81212029	7006622000176	28/10/2011	03/11/2013	3	3					A
2011	5	O	80812019	4231640000163	29/04/2010	09/12/2013	35	35					A
2010	12	O	91300017	7200004000162	22/01/2010	07/02/2014	3	3					A
2010	12	O	91300203	9016469000193	27/09/2010	01/08/2013	1	1					A
2010	12	O	91300282	7006622000176	29/11/2008	22/11/2013	1	1					A
2008	12	O	90580323	7006622000176	29/11/2008	10/12/2013	3	3					A
2008	12	O	90580324	7006622000176	29/11/2008	10/12/2013	4	4					A
2009	12	O	90591009	3025365000169	20/02/2009	28/02/2013	4	4					A
2009	12	O	90591010	7990946000191	05/02/2009	28/02/2013	1	1					A
2009	12	O	90591013	7200004000162	05/02/2009	04/03/2013	10	10					A
2009	12	O	90591185	7006622000176	29/03/2010	12/07/2013	1	1					A
2010	12	O	91300071	7006622000176	29/03/2010	08/04/2013	6	6					A
2010	12	O	91300094	482840000138	29/03/2010	08/04/2013	6	6					A
2010	12	O	91300203	9016469000193	26/07/2010	01/08/2013	4	4					A
2010	12	O	91300282	7006622000176	27/09/2010	22/11/2013	6	6					A
2011	12	O	91312035	7006622000176	27/09/2011	02/10/2013	2	2					A
2011	12	O	91312099	4970088000125	21/11/2011	20/11/2013	7	7					A
2012	12	O	91320075	11364848000116	09/04/2012	21/05/2013	4	4					A
2012	12	O	91320138	5912569000147	03/12/2012	09/01/2014	2	2					A

2012	12	O	91320150	5912569000147	15/06/2012	30/06/2013	3	3					A
2012	12	O	91320172	8924505000154	16/07/2012	02/01/1900	3	3					A
2009	12	O	90591134	7990946000191	26/05/2009	30/06/2013	4	4					A
2010	12	O	91300159	7200004000162	28/12/2012	06/01/2013	1	1					A
2011	7	O	80991016	7990946000191	15/07/2011	31/03/2013	2	2					A
2011	7	O	83211012	9284904000160	15/07/2011	31/07/2013	3	3					A
2012	12	O	91312161	78533312000158	28/12/2012	06/01/2014	19	19					A
Total							209	209					

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	83	94	88	81	R\$ 680.902,18
1.1 Área Fim	24	24	22	23	R\$ 182.556,23
1.2 Área Meio	59	70	66	58	R\$ 498.345,95
2. Nível Médio	25	31	32	30	R\$ 189.348,34
2.1 Área Fim	8	10	8	9	R\$ 55.675,29
2.2 Área Meio	17	21	24	21	R\$ 133.673,05
3. Total (1+2)	108	125	120	111	R\$ 870.250,52

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Norma interna NG-008 e suas respectivas PG.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Atender as atividades rotineiras e emergenciais relacionadas às atividades afins do setor elétrico.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Tipo	Quantidade
Automóveis	162
Utilitários	138
Caminhões	46
Frota total própria	346

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Total de Km rodados: 15.845.633

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

05 anos e 08 meses

- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Despesa	Valor
Despesas com IPVA	R\$ 291.201,60
Combustível para veículos	R\$ 2.129.672,97
Peças e acessórios para veículos	R\$ 954.453,42
Lubrificantes para veículos	R\$ 50.092,19
Pneus e Câmaras	R\$ 146.551,08
Manutenção e conservação de veículos	R\$ 831.094,57
Seguros de veículos	R\$ 61.481,89
Total	R\$ 4.464.547,72

- g) Plano de substituição da frota;

Tipo	Tempo
Automóvel	05 anos
Utilitário	07 anos
Ônibus	10 anos
Caminhão	15 anos

- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
As locações são realizadas após toda frota própria estar em utilização.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
- Contrato de fornecimento de combustível e contrato de fornecimento de manutenção corretiva e preventiva.
 - A Eletrosul dispõe de um Setor de Gestão de Transporte, onde atuam quatro pessoas na parte administrativa e quatro motoristas, bem como gestores nas áreas descentralizadas.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

- a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;
- Contratação de consultoria para avaliação da relação custo/benefício entre veículo próprio e locado: Maciel Auditores e Consultores - CNPJ 10.757.529/0001-08.
- b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;
- ST Locação de veículos LTDA, sob CNPJ 02.479.172/0001-15.
- c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;
- Licitação: Pregão
Contrato nº 91320112043
Valor do contrato: R\$ 394.999,92
Valores pagos: R\$ 345.225,83
- d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
- Norma interna NG-008 e suas respectivas PG.
- e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;
- Atender as atividades rotineiras e emergenciais relacionadas às atividades afins do setor elétrico.

- f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Automóveis: 20 veículos.

- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

960.000 km.

- h) Idade média anual, por grupo de veículos;

1 ano e 06 meses

- i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Despesa	Valor
Despesas com IPVA	Por conta da contratada
Combustível para veículos	R\$ 268.800,00
Peças e acessórios para veículos	Por conta da contratada
Lubrificantes para veículos	Por conta da contratada
Pneus e Câmaras	Por conta da contratada
Manutenção e conservação de veículos	Por conta da contratada
Seguros de veículos	Por conta da contratada

- j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

- Contrato de fornecimento de combustível.

- A Eletrosul dispõe de um Setor de Gestão de Transporte, onde atuam quatro pessoas na parte administrativa e quatro motoristas, bem como gestores nas áreas descentralizadas.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Eletrosul não possui bens imóveis de uso especial de propriedade da União, dada sua condição de Empresa Estatal não dependente, não recebendo recursos da União para seu custeio.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? Processos de Negócios - Contratação Externa

	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
x	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
x	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
4	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
4	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
3	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
4	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
3	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
3	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
x	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%
	Entre 41 e 60%
	Acima de 60%
x	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov)
Comentários	

8.2 Análise Crítica

Não há questões relevantes da gestão da tecnologia da informação a serem ressaltadas no exercício de 2012.

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
	São seguidos apenas os critérios da Lei 8.666.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					X
	Lâmpadas econômicas e torneiras automáticas. Impacto: prevista redução no consumo de energia e água na unidade contemplada.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					X
	Papel reciclado.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					X
	Sim (X)		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
12.Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13.Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
	(SIPATs na Sede e áreas descentralizadas)				
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados
Etiquetagem das novas instalações	2012	A Eletrosul tem por objetivo tornar todas as instalações eficientes, obtendo a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia para Edificações Comerciais, tanto para o projeto quanto para a construção.
Reluz Novo Hamburgo	2011	A Eletrosul participou, como mediadora, do Projeto ReLuz de Novo Hamburgo (RS), que contou com investimentos da prefeitura municipal na ordem de 25% de entrada e 75% de financiamento por meio da RGR (Reserva Global de Reversão). O valor total do projeto é de R\$ 9.538.195,20 e a economia de energia final prevista por ano é de 8.613.680 kWh. O projeto engloba a instalação de 22.852 pontos de iluminação pública e 3.119,65 kW instalados.
Eficientização energética do prédio do SMCNO – Setor de Manutenção de Campos Novos	2012	A ser inaugurado oficialmente em 2013, mas já em uso, seu projeto foi direcionado para atender a diversos conceitos de sustentabilidade como: eficiência energética, conservação de energia e utilização racional de água.
Projeto Megawatt Solar	2012	A implantação do Projeto Megawatt Solar pode representar um novo momento para a energia solar no Brasil, que já estuda a inclusão da fonte nos leilões a partir de 2013. A usina coloca a Eletrosul em evidência nesse setor, haja vista que será o maior projeto brasileiro integrado a uma edificação. Lançado em fevereiro de 2012, o edital de concorrência internacional nº 91320120044 para contratar a implantação da SOL Megawatt Solar,

		<p>teve como vencedor o consórcio EFACEC MEGAWATT SOLAR. O projeto conceitual, que segue o modelo (BIPV – sigla em inglês para Sistema Fotovoltaico Integrado à Edificação), prevê a instalação de módulos fotovoltaicos na cobertura do prédio e dos estacionamentos da sede da Eletrosul, em Florianópolis, totalizando uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados. A usina fotovoltaica, com capacidade instalada de 1 megawatt-pico (MWp), utilizará tecnologia de módulos de silício cristalino.</p> <p>É esperada a produção de 1.063 MWh de energia no primeiro ano de operação – equivalente ao consumo de 489 residências –, evitando a emissão anual de 260 tCO₂ na atmosfera. A entrada em operação comercial está prevista para o primeiro semestre de 2013 e sua energia será comercializada por 10 anos para consumidores livres. Como a Eletrosul está buscando se tornar consumidor livre de energia, entre 10% e 20% da energia da SOL Megawatt Solar será contratada pela própria Eletrosul para suprir seu edifício-sede, aumentando tanto a sua geração como também a sua utilização de energia de fontes limpas e renováveis.</p>
Utilização de papel reciclado isento de branqueamento em substituição parcial ao papel branco	2007	<p>Contribuição para redução da carga poluidora do efluente industrial gerado na produção do papel, bem como quantidade de matérias-primas e água utilizadas no referido processo.</p> <p>No ano de 2012 foram adquiridas, pela Eletrosul, 12,083 toneladas de papel branco, enquanto que o consumo foi de 11,313 toneladas.</p> <p>Também foram adquiridas 4,484 toneladas de papel reciclado, representando aproximadamente 37% do total de papel adquirido. Já o consumo foi de 4,644 toneladas de papel reciclado, representando cerca de 41% do total. A quantidade de papel reciclado consumida em 2012, de 958.500,00 folhas, corresponde à área de 5,59 campos oficiais de futebol. Não houve aquisição de papel A3 reciclado.</p>
Reutilização de águas pluviais nas unidades SMCNO – Setor de Manutenção de Campos Novos (uso na unidade) e DROE – Divisão Regional do Oeste (uso em horta comunitária vizinha)	2012	<p>Entre iniciativas de sua política de responsabilidade socioambiental a Eletrosul desenvolveu projetos de reutilização de água pluviais.</p> <p>Desde janeiro de 2012, o está sendo utilizado um sistema de aproveitamento de água da chuva na unidade Divisão Regional de Manutenção do Oeste – DROE, com um reservatório de 45 mil litros, visando atendimento a uma horta comunitária vizinha.</p> <p>Em outubro de 2012 o prédio administrativo do Setor de Manutenção de Campos Novos – SMCNO conta com uma torre sustentável com um reservatório elevado com capacidade de três mil litros, um sistema de aquecimento solar de água e um sistema de aproveitamento de água da chuva, com um reservatório (cisterna) de aproximadamente 10 mil litros. O principal diferencial da torre é que ela agrupa em um único elemento um reservatório de água de abastecimento, um sistema de aquecimento solar de água e um sistema de aproveitamento de água da chuva.</p>
Instalação de torneiras automáticas nos	2008	

banheiros da unidade Sede				Economia de água na unidade Sede.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	15.957 Kg	21.981,40 Kg	19.206,40 Kg	ND	ND	ND
Água	85.227,00 m3	91.421,00 m3	82.782,00 m3	233.203,45	232.410,99	212.286,30
Energia Elétrica	20.973.806,78 kWh	20.079.371,00 kWh	17.319.838,02 kWh	2.945.766,82	2.630.333,21	2.468.725,04
			Total	3.178.970,27	2.862.744,2	2.681.011,34

Fonte: Departamento de Gestão de Suprimentos e Assessoria de Gestão Empresarial

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012**10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício****10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício****QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
1	006.674/2009-8	1.905/2009-PL	9.1.3	DE	733/2009/TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
De acordo com o §6º do art. 109 da Lei nº 11.768/2008 (LDO 2009), assegure-se, no presente e futuros contratos, que eventuais aditamentos não aumentem a diferença percentual entre o valor original do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do preço de referência.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/ARN					
Síntese da providência adotada:					
Na formalização dos Termos Aditivos nº 03 e 04 ao Contrato nº 90591136, objeto do Processo de Auditoria em tela, foram adotados os preços unitários estabelecidos no Contrato, não havendo a ocorrência de alteração nos percentuais entre o valor original e o obtido a partir dos custos unitários do preço de referência. Para novos serviços foram elaborados novos Preços Unitários - PUs abertos, sendo procedida a análise para atestar a compatibilidade dos preços com o mercado.					
A referida determinação vem sendo observada nas demais contratações da área.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação vem sendo observada pela Área gestora do contrato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – centrais elétricas s.a.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
2	006.674/2009-8	1.905/2009-PL	9.1.4	DE	733/2009/TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Admita, em futuros certames licitatórios, que a comprovação do vínculo do profissional pertencente ao quadro permanente das empresas, indicado para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, seja realizada mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, com prazo mínimo de duração determinado, de modo a garantir a permanência do profissional durante a execução da obra ou serviço, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, nos termos do disposto no § 10 do art. 30 da lei nº 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG

DGS/DEG/DES	-
Síntese da providência adotada:	
A determinação do Tribunal foi acatada pela Eletrosul, com a adoção de cláusula padronizada sobre a matéria em seus editais de licitação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Determinação acatada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Essa determinação possibilita que licitantes com menor estrutura também participem do processo licitatório.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – centrais elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	006.674/2009-8	1.905/2009-PL	9.1.5	DE	733/2009/TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Abstenha-se de exigir, nos editais de futuros certames licitatórios a apresentação de patrimônio líquido mínimo, cumulativamente com a prestação da garantia prevista no art. 31, inciso III, da Lei nº 8.666/93, para fins de comprovação de capacidade econômico-financeira, bem como a prestação de garantia como requisito autônomo de habilitação, vez que tal garantia, quando exigida, integra a qualificação econômico-financeira.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DGS/DEG/DES					-
Síntese da providência adotada:					
A determinação do Tribunal foi acatada pela Eletrosul, com a adoção de cláusula padronizada sobre a matéria em seus editais de licitação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação acatada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Essa determinação possibilita que licitantes com menor estrutura também participem do processo licitatório.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	018.400/2009-6	2914/2009-PL	9.1.2	DE	1480-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Na eventualidade de celebração Termo Aditivo ao contrato nº 90580124 em que sejam alterados os quantitativos contratados, avalie a compatibilidade dos custos unitários dos itens cujos quantitativos sejam modificados com aqueles resultantes da determinação contida no subitem 9.1.1 deste Acórdão.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/ARN					
Síntese da providência adotada:					
Os termos aditivos posteriores ao Acórdão do TCU relacionados abaixo não se inserem no seu contexto: <ul style="list-style-type: none"> •TA 5: alteração de eventos geradores de pagamento, sem alteração do valor contratual; •TA 6: alteração do valor do contrato em decorrência de serviços de retaludamento da margem esquerda do canal de desvio. O retaludamento não estava previsto no contrato original e seus custos não estavam orçados. Para os serviços novos, utilizamos, para a composição dos custos, os sistemas de orçamento SICRO2/DNIT e 					

<p>SNAPI/CEF.</p> <ul style="list-style-type: none"> • TA 7, TA 8, TA 9 e TA 10: procederam alterações de quantitativos cujas composições de preços seguem referenciadas aos sistemas de orçamento SICRO2/DNIT, SINAP/CE, Contrato e termos aditivos anteriores, sendo informados ao TCU por meio da CE PRE-0028/2011, sob análise deste Tribunal no âmbito do TC 011.775/2011-4. •TA 11: alteração de prazo.
Síntese dos resultados obtidos
A determinação vem sendo observada.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	018.400/2009-6	2914/2009-PL	9.1.3	DE	1480-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Abstenha-se de realizar procedimentos licitatórios para a contratação de Obras para as quais inexista orçamento detalhado da composição de todos os seus custos unitários, consoante o disposto no Art. 7º, § 2º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/ARN					
Síntese da providência adotada:					
Posteriormente ao Acórdão, o DEG não elaborou orçamentos para a contratação de obras.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não aplicável.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
6	018.400/2009-6	2914/2009-PL	9.1.4	DE	1480-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Abstenha-se de incluir nos editais de licitação cláusulas que permitam a apresentação de propostas técnicas alternativas, considerando o risco de afetar, mesmo que indiretamente, o princípio da igualdade entre os licitantes.					
Providências adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/ARN					
Síntese da providência adotada:					
A determinação do Tribunal foi acatada pela Eletrosul, não prevendo em seus Editais de Licitações a possibilidade de apresentação de propostas técnicas alternativas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação acatada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo					

gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	013.895/2009-9	845/2010	1.6	DE	149/2010-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Se abstenha de contratar postos de serviços a serem preenchidos por profissionais contemplados no quadro de cargos e salários da empresa para a realização de atividades que são exercidas, ordinariamente, por esses últimos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
LPT/DEG/AGA/DES					-
Síntese da providência adotada:					
A Eletrosul vem observando a determinação, abstendo-se de contratar Postos de Serviços. Informamos, ainda, que a Eletrosul, em atendimento aos acórdãos TCU nºs 2.132/2010 e 2.303/2012, elaborou um plano de desligamento de mão de obra terceirizada, conforme teor da CE PRE-0276/2012, de 30/11/2012.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Determinação vem sendo observada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	008.818/2009-9	173/2011	9.3.4	DE	87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Somente conceda parcela de bônus à Leme Engenharia caso haja aumento de energia assegurada devidamente comprovado por homologação da ANEEL, o que não poderá onerar a Eletrosul nem decorrer dos estudos de vazão conduzidos pela Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (ajuste nº 9058170).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:					Código SIORG
DEG/ARN					
Síntese da providência adotada:					
No exercício de 2012, não houve a concessão de bônus à Leme Engenharia.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação vem sendo observada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					

Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	004.748/2011-5	1.406/2011	V		295/2011-TCU-SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Na execução do Orçamento de Investimento, observem o montante aprovado para as respectivas fontes de financiamento, em obediência à vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:					Código SIORG
DPO					
Síntese da providência adotada:					
As limitações legais das fontes de recursos para execução do Orçamento de Investimento foram devidamente observadas pela Eletrosul. Os valores revisados do orçamento de investimento de 2012 mostraram-se suficientes para todas as aberturas, devido ao planejamento mais preciso das aplicações de investimento e das fontes de recursos disponíveis.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação vem sendo observada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
10	033.348/2011-1	6093/2012	1.7.1	DE	0823/2012 - TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Adote as medidas administrativas cabíveis para o tempestivo atendimento das recomendações emanadas de sua Auditoria Interna, evitando pendências e reiterações das mesmas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PRE					60382
Síntese da providência adotada:					
No exercício de 2012, os trabalhos da Auditoria Interna geraram 26 Relatórios, com 70 pontos de auditoria. Ainda, no mesmo exercício, foram acompanhados o total de 173 pontos de auditoria, sendo que 93 foram considerados como resolvidos, 70 estão em andamento e apenas 10 foram reiterados, dados que evidenciam um consistente aperfeiçoamento no ambiente de controle interno da Empresa, que registrou um significativo índice de atendimento tempestivo das recomendações emanadas pela Auditoria Interna.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação acatada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	033.348/2011-1	6093/2012	1.7.2	DE	0823/2012 - TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Eletrosul	60382
Descrição da Deliberação:	
Proceda à revisão de suas rotinas organizacionais, burocráticas e operacionais para eliminar, ou reduzir aos casos de caráter imponderável, as discrepâncias entre as metas financeiras e físicas e as ocorrências prejudiciais aos cronogramas físico-financeiros dos investimentos correspondentes às ações do programa 0295 – Energia na Região Sul, e suas repercussões negativas nos objetivos institucionais e na rentabilidade da empresa.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação:	Código SIORG
DPO	
Síntese da providência adotada:	
A Eletrosul adotou medidas voltadas à implementação da recomendação em tela no exercício de 2011, reduzindo-se desde então, em termos percentuais, as disparidades existentes, se comparadas às detectadas no exercício em que se verificou o referido achado. O DPO no exercício de 2011 revisou suas rotinas organizacionais, passando a exigir das áreas as previsões de metas físicas para os empreendimentos no mesmo momento em que são fornecidas as informações financeiras e revisões orçamentárias conforme normativo interno (Norma de Gestão Empresarial NG-012 – Sistema Orçamentário).	
Síntese dos resultados obtidos	
Determinação acatada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
12	033.348/2011-1	6093/2012	1.7.3	DE	0823/2012 - TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Registre no Siasg todos os instrumentos contratuais firmados a qualquer título, independentemente da modalidade de contratação ou aquisição, conforme previsto na lei de diretrizes orçamentárias.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DGI					
Síntese da providência adotada:					
A Eletrosul, a exemplo das demais Empresas do Sistema Eletrobrás, adota um sistema próprio de gestão de informações contratuais (SIG), que contém, dentre outros dados, o registro de todos os instrumentos firmados pela Empresa. Em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentária, o referido sistema possui rotinas automatizadas de transferência eletrônica de dados ao SIASG. Não obstante, diante da recomendação acima transcrita, o Departamento de Gestão da Informação e Infra-estrutura da Eletrosul, implementou melhorias no referido sistema, de modo a atender plenamente aos termos da LDO.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação acatada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
13	033.348/2011-1	6093/2012	1.7.4	DE	0823/2012 - TCU/SECEX-SC

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Eletrosul	60382
Descrição da Deliberação:	
Adote as medidas administrativas necessárias para eliminar o descompasso entre plano de metas, base para o cálculo das participações de empregados e administradores no lucro da empresa, e o desempenho econômico-financeiro, rentabilidade e lucratividade, tendo em vista que no exercício em tela estes se reduziram drasticamente (p. ex., lucro operacional: - 63%, lucro líquido: - 68%), enquanto aquelas se elevaram enormemente (participações: + 32%).	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
AGA	
Síntese da providência adotada:	
A síntese da providência adotada consta de peça complementar específica, integrante do Processo de Prestação de Contas do presente exercício, em conformidade com os termos da Determinação contida no item 1.7.5, do acórdão 6093/2012, abaixo descrita	
Síntese dos resultados obtidos	
Determinação acatada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
14	033.348/2011-1	6093/2012	1.7.5	DE	0823/2012 - TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
<p>Apresente nas próximas prestações de contas informações detalhadas a respeito de:</p> <p>a) o contingente de empregados reintegrados por anistia da Lei nº 8.878/1994 c/c Decreto nº 6.077/2007: dados cadastrais (formação, idade, cargos, remuneração, locais de trabalho e data de readmissão), viabilidade jurídica e institucional (interesse) em seu aproveitamento na própria companhia e comprovação de ressarcimento das despesas correspondentes aos cofres da empresa;</p> <p>b) o pessoal cedido, além dos anistiados da subalínea anterior: dados cadastrais (formação, idade, cargos, remuneração, locais de trabalho, data de cessão), as justificativas para a cessão e sua manutenção, os benefícios para a companhia e o amparo legal para isso, bem como a comprovação do ressarcimento das despesas correspondentes pelas entidades cessionárias, quando cabível, ou justificativa para o não ressarcimento;</p> <p>c) o cumprimento das decisões específicas do TCU relativamente à terceirização de mão de obra (Acórdãos 845/2010 – Primeira Câmara, Acórdão 1.141/2011 – Primeira Câmara e Acórdão 2.132/2010 – Plenário);</p> <p>d) os postos de trabalho ocupados por 45 contratados por tempo determinado, sem identificação no relatório de gestão de 2010;</p> <p>e) as situações específicas das ações judiciais com risco de perdas possíveis sem provisão para contingências;</p> <p>f) o tratamento dado ao efeito negativo na situação atuarial do Plano de Benefícios Definidos (BD) Elos (massa Eletrosul), face à elevação ocorrida em 2010 no Salário Real de Benefícios (SRB, média dos últimos 36 Salários Reais de Contribuição devidamente atualizados) da ordem de 16%, bem acima da hipótese atuarial adotada (crescimento real de salário de 3,86% ao ano), cujas opções de solução imaginadas (relatório de gestão 2010, pag. 166-v) se revestem de ilegalidade potencial, pois não observam a paridade das contribuições dos participantes assistidos e da patrocinadora;</p> <p>g) os estudos específicos e as medidas administrativas realizados visando à compatibilização entre o plano de metas, base para o cálculo das participações de empregados e administradores no lucro da empresa, e o desempenho econômico-financeiro, a rentabilidade e a lucratividade da empresa, tendo por objetivo o alcance de uma situação institucionalmente mais equilibrada e comprometida do corpo funcional da Eletrosul com os seus resultados empresariais globais.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
ASG					
Síntese da providência adotada:					
A síntese da providência adotada consta de peça complementar específica, integrante do Processo de Prestação de					

Contas do presente exercício.
Síntese dos resultados obtidos
Determinação acatada.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
15	011.775/2011-4	3396/2012	9.2	DE	0908/2012 - TCU/SECOB-3.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Eletrosul Centrais Elétricas S.A., que, em um prazo de quinze dias, forneça ao Tribunal cópias, em meio digital, do conjunto completo dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental referente às PCHs João Borges, Pinheiro, Itararé e Barra do Rio Chapéu, definidos e aprovados, com a identificação dos respectivos responsáveis pela elaboração e pela aprovação, devendo ser encaminhadas todas as revisões aprovadas dos estudos, caso tenham sido efetuadas alterações, bem como as planilhas de cálculo, em formato editável, contendo todas as fórmulas e seus vínculos lógicos, e livre de senhas ou de partes bloqueadas.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DE/ARN					60382
Síntese da providência adotada:					
Por meio da CE PRE-0002/2013, de 11/01/2013, a Eletrosul encaminhou CD, contendo as informações demandadas pelo TCU.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação acatada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	006.674/2009-8	1.905/2009-PL	9.1.6	DE	733/2009/TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Comprove perante este Tribunal, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443/92, c/c Art. 251 do RI-TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação, a adoção das providências necessárias ao exato cumprimento do disposto nos arts. 3º e 4º da Lei nº 11.488/07, demonstrando a exclusão dos tributos pertinentes da tabela de composição do LDI e a consequente redução do valor do contrato decorrente da concorrência nº 90580377.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DEG/DCO/ARN	-
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Para atendimento do referido item, foi encaminhada a CE PRE-0004/2010, de 08.01.2010, na qual a Empresa informou à SECEX-MS a notificação da contratada (por meio da CE DCO-0006/2010, de 08.01.2010), suspendendo a incidência do PIS e da COFINS no fornecimento de materiais, máquinas e equipamentos, refletindo uma redução equivalente a 11,14% sobre os preços contratados.</p> <p>Em 03/04/2012, houve, no entanto, o recebimento de Ofício do TCU nº 247/2012, solicitando esclarecimentos para o suposto descumprimento do item 9.1.6 do Acórdão 1905/2009. A Eletrosul recebeu, ainda, o Ofício 248/2012-TCU/SECEX-MS, em 03/04/2012, solicitando o encaminhamento de documentação referente ao Contrato nº 90591136.</p> <p>Os referidos Ofícios foram respondidos por meio da CE PRE 068/2012, de 03/05/2012, que ainda pende de apreciação pelo TCU, até 31/12/2012.</p> <p>Conforme consta no Sistema de “Controle e Acompanhamento de Processos”, disponível no sítio do TCU, o TC nº 006.674/2009-8, no qual se deu a prolação do Acórdão em referência, encontra-se encerrado desde fevereiro de 2010, e o monitoramento da Deliberação em tela é objeto do Processo nº 020.650/2009-6.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A determinação restou pendente de cumprimento em razão do entendimento técnico vigente até o recebimento do Ofício nº 247/2012- TCU/SECEX-MS.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	008.818/2009-9	173/2011	9.3.1	DE	87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Formalize termo aditivo referente à alteração do tipo de barragem utilizada na margem esquerda da UHE Passo São João e apresente a este Tribunal a memória de cálculo dos créditos devidos pela construtora CVP à Eletrosul, em função da substituição da barragem de enrocamento por terra, além dos valores de escavação a menos de rocha frente aos valores de escavação a mais em solo.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/ARN					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Eletrosul apresentou pedido de reexame, através da CE PRE-0031/2011, de 11/03/2011, solicitando a extensão do prazo em mais 60 dias .</p> <p>Não obstante o pedido de reexame apresentado, a celebração do referido Termo Aditivo dependia de informações topográficas da CVP, repassadas à Eletrosul somente em novembro de 2011. No entanto, a análise dessas informações evidenciou que permaneciam algumas pendências e inconsistências, conforme relatadas na carta CE DEG-0563/2011 em 06/12/2011. Entre o mês de Dezembro/11 e Abril/12, a ELETROSUL preparou modelagem 3D da referida Barragem, com as informações de Topo Rochoso que considerava consistentes dentro daqueles documentos apresentados pela Construtora CVP durante o período.</p> <p>O material preparado pela Eletrosul foi apresentado para a CVP, com vistas a obter sua aceitação.</p> <p>As ações para atendimento permanecem em andamento.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A adoção de providências pelo gestor sofreu impacto negativo, considerando, especialmente, a morosidade na entrega de dados técnicos pela CVP, bem como a falta de aquiescência desta quanto ao material apresentado pela Eletrosul, com vistas a formalização do referido aditamento.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	008.818/2009-9	173/2011	9.3.2	DE	87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Realize o desmembramento dos quantitativos e preços dos serviços contemplados no item - Instalação e Acabamentos, celebrando aditamento contratual para formalizar o ajuste, de modo que apenas se pague pelos quantitativos que forem efetivamente medidos, submetendo a este Tribunal as justificativas para eventuais alterações em relação ao Projeto Básico.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/ARN					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrosul apresentou pedido de reexame, através da CE PRE-0031/2011, de 11/03/2011, solicitando a extensão do prazo em mais 60 dias. Não obstante o pedido de reexame apresentado, celebração do referido Termo Aditivo depende de minucioso detalhamento dos itens a serem aplicados, sendo que, até dezembro de 2011, muitos documentos do projeto executivo ainda estavam tramitando, tais como: Identidade Visual, Paisagismo, cercamento, alterações do edifício de controle para atendimento as necessidades das áreas de operação e manutenção, etc. A CVP ainda não concluiu a contratação/aplicação de materiais e serviços de todos os itens de acabamentos das obras civis da UHE Passo São João. A Eletrosul, em paralelo, está quantificando os itens já concluídos e certificando-se da sua aplicação. No que tange à definição dos preços unitários, o Contrato não previu preço unitário para tais itens. Assim, para atendimento das providências solicitadas pelo TCU, estão sendo adotadas as tabelas DNIT/SINAPI as quais serão confrontadas com os preços apresentados pela contratada. As ações para atendimento permanecem em andamento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A adoção de providências pelo gestor sofreu impacto negativo, considerando o nível de detalhamento técnico para o atendimento da determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	008.818/2009-9	173/2011	9.3.3	DE	87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Em virtude da ausência dos custos unitários para os itens do orçamento contratado e da falta das respectivas composições de custos, adote como parâmetro máximo para efetuar medições o orçamento-base da licitação, que contém maior detalhamento do objeto contratado.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG

DEG/ARN	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A Eletrosul apresentou pedido de reexame, através da CE PRE-0031/2011, de 11/03/2011, solicitando a reconsideração da determinação em referência.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A recomendação é objeto de pedido de reexame.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	008.818/2009-9	173/2011	9.3.5	DE	87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Realize o "encontro de contas" com a empresa Energ Power, de acordo com o anunciado pelo Diretor-Presidente da Eletrosul, executando as garantias e aplicando as multas contratuais cabíveis.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/ARN					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrosul apresentou pedido de reexame, através da CE PRE-0031/2011, de 11/03/2011, solicitando a exclusão do prazo, em virtude da judicialização da matéria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A recomendação é objeto de pedido de reexame.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.1	DE	662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Adote as medidas a seu cargo visando a, ouvida a contratada, repactuar o Contrato 90591136 com a finalidade de suprimir da planilha respectiva o Item 18.2 – Recarga de material (solo/rocha/material processado) em pilha de estoque, incluído pelo Termo Aditivo 1, por falta de robusta justificação para tanto.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/ARN					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrosul apresentou Pedido de Reexame, por meio da CE PRE 0007/2012, de 12/01/2012, solicitando a reconsideração da decisão prolatada.					

Não obstante o Pedido de Reexame apresentado, a Eletrosul, na referida CE PRE, informa a suspensão de pagamentos afetos ao item contratual debatido. A Eletrosul destaca, ainda, a existência de saldo contratual que permite que o desconto dos valores que eventualmente venham a ser considerados irregulares possam ser compensados em pagamentos subsequentes, posteriormente à solução do Pedido de Reexame pelo TCU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A recomendação é objeto de pedido de reexame.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.2	DE	662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Proceda ao desconto nas próximas faturas os valores pagos a maior decorrente do item a ser suprimido na forma do subitem anterior.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/ARN					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrosul apresentou Pedido de Reexame, por meio da CE PRE 0007/2012, de 12/01/2012, solicitando a reconsideração da decisão prolatada, conforme relatado no item 9.1.1 do Acórdão em referência.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A recomendação é objeto de pedido de reexame.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.3	DE	662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Informe ao TCU, no prazo de 30 dias, o resultado das negociações firmadas para repactuação do Contrato 90591136, apresentando inclusive cronograma de reembolso dos valores pagos indevidamente.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/ARN					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrosul apresentou Pedido de Reexame, por meio da CE PRE 0007/2012, de 12/01/2012, solicitando a reconsideração da decisão prolatada, conforme relatado no item 9.1.1 do Acórdão em referência.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A recomendação é objeto de pedido de reexame.					

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108769	2.2.1.1	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Que a Unidade cobre das áreas responsáveis as recomendações expedidas por sua Auditoria Interna, constantes dos seus Relatórios de Auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PRE			
Síntese da Providência Adotada			
Os itens apontados por meio do item 2.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU relativos ao exercício de 2010, encontram-se implementados pelas Áreas auditadas. No exercício de 2012, os trabalhos da Auditoria Interna geraram 26 Relatórios, com 70 pontos de auditoria. Ainda, no mesmo exercício, foram acompanhados o total de 173 pontos de auditoria, sendo que 93 foram considerados como resolvidos, 70 estão em andamento e apenas 10 foram reiterados, dados que evidenciam um consistente aperfeiçoamento no ambiente de controle interno da Empresa, que registrou um significativo índice de atendimento tempestivo das recomendações emanadas pela Auditoria Interna.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação acatada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108769	2.2.2.1	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Implementar mecanismos automatizados de controle que visem eliminar as fragilidades observadas na metodologia vigente de acompanhamento contratual, de tal forma a padronizá-la institucionalmente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

DES/DEG/DGI	
Síntese da Providência Adotada	
A Eletrosul, por meio do Procedimento de Gestão Empresarial PG-005.16, estabelece rotinas padronizadas de gestão de contratos, cujo controle de informações é gerenciado no Sistema Integrado de Gestão (ERP). Especificamente para o acompanhamento da implantação de empreendimentos de engenharia nas áreas de Geração e Transmissão de energia elétrica, a Eletrosul dispõe, ainda, de um sistema de gerenciamento de projetos (CHANNEL), por meio do qual matém um rigoroso controle de informações quanto à evolução física e financeira de seus contratos, adotando uma consistente metodologia de acompanhamento contratual, com suporte em mecanismos automatizados de controle, prevenindo a ocorrência de eventuais inconsistências em matéria de gestão contratual.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendação acatada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108769	6.1.1.2	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação			
Inserir campo adicional nas requisições de compra (fase anterior às licitações) que façam referência, além das classificações econômico-financeiras, aos programas / ações a que se atrelam e que permitam extrair, via sistema empresarial integrado, os montantes financeiros já comprometidos comparativamente às respectivas dotações previstas pela LOA e pelo PDG.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DGI			60382
Síntese da Providência Adotada			
A Eletrosul acatou a referida recomendação, inserindo campo adicional nas requisições de compra vinculadas ao orçamento de investimento da Empresa, com referência aos programas de trabalho/ações, conforme previsão constante na LOA e no PDG.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação acatada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203830	2.1.1.1	31026/2012/CGU-R/SC

Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG
Eletrosul		60382
Descrição da Recomendação:		
Atender integralmente às determinações exaradas no acórdão TCU Plenário de nº 2.132/2010.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
DA		
Síntese da Providência Adotada		
A Eletrosul vem observando a referida determinação, abstendo-se de contratar Postos de Serviços. Informamos, ainda, que a Eletrosul, em atendimento aos acórdãos TCU nºs 2.132/2010 e 2.303/2012, elaborou um plano de desligamento de mão de obra terceirizada, conforme teor da CE PRE-0276/2012, de 30/11/2012.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Recomendação acatada.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203830	2.2.2.1	31026/2012/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Implementar e/ou aprimorar mecanismos automatizados de controle que visem eliminar as fragilidades observadas na metodologia vigente de acompanhamento licitatório, permitindo a disponibilização de informações inequívocas sobre licitações e contratações realizadas pela Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DGS/DGI			
Síntese da Providência Adotada			
A Eletrosul implementou, em seu Sistema Integrado de Gestão (SIG), as melhorias necessárias ao cumprimento da referida recomendação, aprimorando os mecanismos automatizados de extração de dados do Sistema, de modo a disponibilizar informações inequívocas sobre licitações e contratações realizadas pela Empresa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação acatada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

6	201203830	3.1.1.2	31026/2012/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Atentar para o cumprimento dos prazos previstos no art. 7º da IN/TCU n.º 55/2007, no que diz respeito ao registro tempestivo dos atos de pessoal no sistema SISAC.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DGP			
Síntese da Providência Adotada			
A Eletrosul revisou a sua rotina de encaminhamento de informações ao Sistema SISAC, estabelecendo mecanismos de controle sobre a matéria, de modo a prevenir a ocorrência de eventuais atrasos no envio de dados, passando a disciplinar o referido item em normativo interno.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação acatada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203830	4.3.1.1	31026/2012/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação			
Observar a previsão legal de registro dos Convênios da Empresa no Sistema SICONV.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DGI			60382
Síntese da Providência Adotada			
A Eletrosul implementou, em seu Sistema Integrado de Gestão (SIG), as melhorias necessárias ao cumprimento da referida recomendação, passando a registrar no SICONV as informações demandadas pelo Órgão de Controle.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação acatada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108769	6.1.1.1	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Incluir nos orçamentos comparativos internos que suportarem os próximos processos licitatórios, bem como nos próximos aditivos de obras em andamento, a identificação dos códigos de referência SINAPI utilizados para validação dos preços dos itens de serviço e identificar também aqueles itens de serviço em que seja necessária a utilização de outros comparativos por inexistência de referencial neste sistema conforme previsto na LDO anual pertinente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DEG			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>A Eletrosul, juntamente com as demais Empresas integrantes do Sistema Eletrobrás, e sob a coordenação da Holding, está consolidando um Banco de Dados de Composições de Preços, específico para obras do Sistema de Transmissão e Geração, cuja base para equipamentos, materiais e serviços, será consolidada, atualizada periodicamente e disponibilizada para referência das empresas do grupo e órgãos de controle, atendendo o Acórdão nº 946/2007 - Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), com previsão de implantação no primeiro semestre de 2012.</p> <p>No referido Acórdão, o TCU recomenda em seu item 9.4, “à ELETROBRÁS e suas subsidiárias (Chesf, Furnas, Eletrosul, Eletronorte, CGTEE, Eletronuclear) que, conjuntamente e sob coordenação da ELETROBRÁS, instituem banco de dados de composições de preços unitários típicos de obras que executem (linhas de transmissão, subestações, hidroelétricos, termelétricas, usinas nucleares, etc.), de forma similar à Tabela Sicro do Dnit, de forma a viabilizar adequado orçamento de seus empreendimentos.”</p> <p>Assim, no que diz respeito à recomendação de inclusão de código de referência nos orçamentos internos, entendemos que será atendida com a implantação do Banco Dados de Composições de Preços, específico para obras do Sistema de Transmissão e Geração, que possuirá código de referência próprio.</p> <p>Em dezembro 2012, o Sistema de Orçamentos de Projetos Energéticos – SOPE – ainda estava em elaboração, sob coordenação da Holding e acompanhamento do TCU.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A providência em questão sofre impacto do trabalho de consolidação do “Banco de Dados de Composição de Preços” do Sistema Eletrobrás, cuja coordenação é da holding.			

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

- a) *Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:* A Auditoria Interna da ELETROSUL vincula-se ao Conselho de Administração, conforme estabelece o art. 50 do Estatuto Social da Empresa. Sua estrutura é composta por uma Gerência, responsável pela

coordenação e supervisão dos trabalhos e equipe técnica de auditores. A auditoria Interna também dispõe de uma função de apoio administrativo.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações:

SOX – Testes de Administração, com as seguintes constatações:

- desconformidades encontradas na realização dos testes de administração referente a controles sob responsabilidade do Departamento de Engenharia do Sistema – DES e
- desconformidades encontradas na realização dos testes de administração referente ao controle PTC1 C.07 sob responsabilidade da Assessoria Econômico-Financeira.

Segurança no Trabalho em Operação e Manutenção, com as seguintes constatações:

- descumprimento da norma regulamentadora nº 10 – NR 10 - falta de designação formal de empregado para organização dos prontuários;
- persistem estabelecimentos da Eletrosul sem evidência do prontuário de instalações elétricas;
- persiste inconsistência na elaboração do prontuário das instalações elétricas;
- descumprimento da Norma Regulamentadora Nº 5 – NR 5 - inexistência de mapas de riscos nas dependências da Usina Hidrelétrica Passo São João - UHPJ e
- inobservância da Norma de Gestão Empresarial NG-036 – Administração de Material não catalogação de materiais inflamáveis - na Usina Hidrelétrica Passo São João.

Programas de Governo – sem constatações.

- c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência*** - Os trabalhos da Auditoria Interna no exercício de 2012 geraram 26 Relatórios, com 70 pontos de auditoria, sendo 22 resolvidos e 48 em acompanhamento. Ainda, no exercício de 2012, foram acompanhados 173 pontos de auditoria, sendo que 93 foram considerados como resolvidos, 70 estão em andamento e 10 foram reiterados.
- d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna*** - No intuito de implantar as medidas corretivas para os pontos de não-conformidade identificados, a Auditoria Interna encaminha, ao final de cada trabalho, o Relatório de Auditoria para as áreas responsáveis e suas respectivas Diretorias, para a implantação das recomendações, tendo o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação do plano de ação, cuja implementação é acompanhada pela Auditoria Interna, dentro do cronograma estabelecido pela área auditada, com suporte em sistema informatizado específico, abaixo detalhado. Os Relatórios de Atividades da Auditoria Interna são reportados, mensalmente, para os Conselhos de Administração e Fiscal, à CGU e à Presidência da Empresa.
- e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna*** - A Auditoria Interna dispõe de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação das atividades de auditoria (SAAAA), no qual mantém o registro de todos os pontos de auditoria contatados em cada trabalho, com as recomendações e respostas das áreas quanto às regularizações de impropriedades ocorridas, monitorando a forma e o prazo de implantação das medidas pelas áreas. Mensalmente, é emitido um relatório de acompanhamento das não conformidades identificadas a partir do referido sistema de monitoramento, o qual integra o Relatório de Atividades da Auditoria

Interna, encaminhado para os Conselhos de Administração e Fiscal, à CGU e à Presidência da Empresa. Anualmente, a Auditoria Interna executa um projeto específico, cujo escopo é o acompanhamento das recomendações lançadas pela Auditoria Interna, CGU e TCU, verificando a sua implementação pelas áreas (Projeto de Follow-up).

- f) ***Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações*** – Mensalmente, a Auditoria Interna reporta o resultado das auditorias realizadas à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à CGU, por meio de Relatório Mensal de Atividades. Neste relatório, constam as auditorias realizadas, as horas alocadas pelos auditores na execução dos projetos e as não conformidades verificadas em cada trabalho.

Além do referido Relatório Mensal de Atividades, ao final de cada ano, a Auditoria Interna elabora o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT, no qual constam, dentre outros dados, todos os projetos realizados e as respectivas não-conformidades identificadas. Também integra o referido relatório a síntese de acompanhamento de todas as recomendações de auditoria existentes, com breve relato do ponto de auditoria verificado e a resposta da área responsável quanto à adoção das medidas corretivas pertinentes. O RAINT é aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa, sendo reportado ao Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva, à Eletrobrás e à CGU.

- g) ***Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.*** – O RAINT contém item específico, no qual é apresentada a avaliação dos controles internos da Empresa, com base na análise de riscos realizada ao final de cada projeto de auditoria pela respectiva equipe de auditores, definindo-se a sua gradação em escala que prevê quatro estágios de criticidade, assim distribuídos: Risco “Fraco”, “Médio”, “Acentuado”, “Forte ou Crítico”. Trata-se de uma avaliação consolidada, promovida pela Auditoria Interna, tendo em vista critérios de “relevância” e “vulnerabilidade”, estabelecidos sob a forma de quesitos, que abordam os seguintes aspectos: atendimento a exigências legais; segurança do patrimônio; segurança da informação; imagem da Eletrosul; nível de descentralização das atividades – autonomia; alinhamento às metas empresariais; delegação de competência e de responsabilidade; ambiente de Controle (qualificação/treinamento/conscientização); rodízio de funções e obrigatoriedade de férias; segregação das funções de aprovar, executar, controlar e registrar; controle sobre as transações; aderência a diretrizes e normas legais; conformidade documental; registros manuais e semi-automatizados; manuseio de equipamentos, de materiais e de recursos financeiros e lapso de tempo entre as auditorias. No RAINT, a Auditoria Interna apresenta, de forma consolidada, à alta gerência e aos Conselhos de Administração e Fiscal, a média simples de avaliação de riscos, considerando todos os projetos realizados, que contenha a análise acerca da eficácia do ambiente de controle interno examinado. No exercício de 2012, a média obtida em todos os quesitos, considerando os 24 projetos executados, remeteu a uma gradação de risco “Fraco”.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	102	5	
	Entregaram a DBR	102	5	
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Obs.: São 91 empregados com Função de Confiança, 03 Diretores e 08 Conselheiros

Análise Crítica

A entrega das declarações de bens e renda é um pré-requisito para a posse no cargo de todos os gerentes da Eletrosul, Diretores e Conselheiros. Devem ser entregues antes da investidura no cargo, ou seja, no início do exercício da função. Desta forma, não houve em 2012 nenhuma inadimplência, pois caso contrário, o indicado não pode permanecer no cargo, segundo Resolução de Diretoria que o nomeia, e em cumprimento à Lei 8.730/93 e a Instrução Normativa 005/94 do Tribunal de Contas da União.

O departamento responsável por receber e gerenciar as declarações é o Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, da Diretoria Administrativa. O gerenciamento é feito por meio de um banco de dados, onde constam todas as informações necessárias sobre as declarações e os declarantes. As declarações são recebidas em papel e arquivadas em um cofre com acesso restrito, ficando à disposição para consulta dos órgãos competentes. O Departamento de Gestão de Pessoas faz a averiguação se as declarações estão vigentes e atualizadas de acordo com a ocupação dos cargos.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV


10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Tarcisio Kemper**, CPF nº **376.096.379-04**, Gerente do Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI, exercido na **Eletrosul Centrais Elétricas S.A** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Florianópolis, 20 de Março de 2013.


Tarcisio Kemper
CPF 376.096.379-04
Gerente DGI/Eletrosul Centrais Elétricas S.A
Gerente do Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI
Matrícula: 1315933

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Conforme Quadro A.1 - Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão, do Anexo II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012, este item não se aplica.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Conforme Quadro A.1 - Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais do Relatório de Gestão, do Anexo II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012, este item não se aplica.

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011
(em milhares de reais)

ATIVO		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Notas					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	87.454	257.339	612.806	624.187
Clientes	6	141.835	107.185	169.037	127.475
Ativo financeiro - concessão de serviço público	7	16.434	118.851	57.232	152.543
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	8	1.404.632	-	1.404.632	-
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	9	140.068	127.639	140.068	127.639
Dividendos a receber	10	23.052	10.493	-	-
Tributos a recuperar	12	29.582	30.983	51.593	42.509
Almoxarifado		32.318	30.767	32.318	30.767
Cauções e depósitos vinculados	5	55.352	2.019	57.985	27.311
Outros ativos	14	69.410	75.031	114.058	76.720
		2.000.137	760.307	2.639.729	1.209.151
NÃO CIRCULANTE					
Ativo Realizável a longo prazo					
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	8	620.651	-	620.651	-
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	9	438.586	479.752	438.586	479.752
Tributos a recuperar	12	41.435	62.463	153.752	131.960
Ativo fiscal diferido, líquido	15	319.214	-	322.302	-
Cauções e depósitos vinculados	5	45.718	29.514	61.675	45.911
Adiantamento para aumento de capital	13	31.898	367.527	-	-
Ativo financeiro - concessão de serviço público	7	969.776	2.400.742	2.672.826	3.618.110
Outros ativos	14	41.014	16.819	59.549	21.253
		2.508.292	3.356.817	4.329.341	4.296.986
Investimentos	16	2.547.215	1.348.816	3.277	3.281
Imobilizado	17	2.012.129	1.538.955	5.464.638	3.735.612
Intangível	18	83.274	79.795	230.848	228.760
		7.150.910	6.324.383	10.028.104	8.264.639
TOTAL DO ATIVO		9.151.047	7.084.690	12.667.833	9.473.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
	Notas				
CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	180.526	149.408	479.567	265.903
Fornecedores	20	70.540	109.546	210.590	325.022
Folha de pagamento		36.775	52.049	37.670	52.686
Tributos a recolher	22	45.329	46.324	63.770	61.303
Dividendos a pagar	45	15.636	24.552	16.272	24.552
Obrigações estimadas	23	64.942	63.388	247.360	65.574
Benefício pós-emprego	30	13.158	13.534	13.158	13.534
Pesquisa e desenvolvimento	26	26.331	29.477	29.557	31.887
Provisão para contratos onerosos	24	28.673	7.215	28.673	7.215
Outros passivos	28	168.781	41.899	213.711	56.779
		650.691	537.392	1.340.328	904.455
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	1.852.407	1.692.082	4.566.505	3.639.933
Tributos a recolher	22	109.762	136.476	109.762	136.476
Passivo fiscal diferido, líquido	15	-	118.001	-	112.972
Provisões para riscos	25	120.366	52.235	170.068	52.545
Benefício pós-emprego	30	239.011	71.574	239.011	71.574
Adiantamento para aumento de capital	13	554.930	1.810.793	554.930	1.833.233
Provisão para contratos onerosos	24	930.327	-	930.327	-
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	27	26.507	21.200	68.867	58.416
Outros passivos	28	7.269	13.659	14.797	19.136
		3.840.579	3.916.020	6.654.267	5.924.285
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31				
Capital social		3.740.410	1.577.686	3.740.410	1.577.686
Reservas de lucros		1.059.172	1.055.880	1.059.172	1.055.880
Ajuste de avaliação patrimonial		(186.711)	(75.940)	(186.711)	(75.940)
Dividendos adicionais propostos		46.906	73.652	46.906	73.652
		4.659.777	2.631.278	4.659.777	2.631.278
Participação de não controladores		-	-	13.461	13.772
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.151.047	7.084.690	12.667.833	9.473.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38	1.151.122	844.917	1.824.859	1.360.393
CUSTO OPERACIONAL					
Custo com Energia Elétrica		(166.241)	(110.583)	(166.247)	(110.583)
Energia comprada para revenda	41	(159.526)	(124.603)	(159.532)	(124.603)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	24	(6.715)	14.020	(6.715)	14.020
Custo de Operação	41	(255.117)	(219.650)	(285.432)	(223.125)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(224.953)	(213.270)	(230.702)	(214.343)
Depreciação e amortização		(12.245)	-	(33.994)	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(9.477)	(2.247)	(9.405)	(2.511)
(-) Recuperação de despesas		4.444	3.152	4.444	3.560
Outros		(12.886)	(7.285)	(15.775)	(9.831)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	41	(9.405)	(10.312)	(16.183)	(10.312)
Custo de Construção	41	(82.730)	(92.201)	(557.410)	(514.193)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		637.629	412.171	799.587	502.180
Despesas Operacionais	41	(281.391)	(216.995)	(302.419)	(234.239)
RESULTADO DO SERVIÇO		356.238	195.176	497.168	267.941
Outras receitas e despesas operacionais					
Resultado de Participações Societárias	39	49.700	33.675	-	-
Resultado Financeiro	43	(163.703)	(122.246)	(227.751)	(144.696)
Valor recuperável de ativos (Impairment)	19	(149.672)	(41.587)	(149.672)	(41.587)
Contratos Onerosos	24	(896.494)	-	(896.494)	-
Outras Receitas/Despesas, Líquido	44	(14.084)	50.641	(14.339)	50.649
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13		(818.015)	115.659	(791.088)	132.307
Indenizações Lei 12.783/13	1d, 8	577.802	-	577.802	-
LUCRO OPERACIONAL APÓS A LEI 12.783/13		(240.213)	115.659	(213.286)	132.307
Imposto de renda e contribuição social	45	306.046	(12.287)	281.797	(27.677)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		65.833	103.372	68.511	104.630
Atribuível a:					
Acionistas controladores		65.833	103.372	65.833	103.372
Acionistas não controladores		-	-	2.678	1.258
Número de ações ordinárias		90.261.115	48.906.141	90.261.115	48.906.141
Lucro básico por ação ordinária		<u>0,73</u>	<u>2,11</u>	<u>0,73</u>	<u>2,11</u>
Média ponderada de ações ordinárias		52.871.686	48.906.141	52.871.686	48.906.141
Lucro diluído por ação ordinária		<u>1,25</u>	<u>2,11</u>	<u>1,25</u>	<u>2,11</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	65.833	103.372	68.511	104.630
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	12.701	2.310	12.701	2.310
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	(178.246)	(33.746)	(178.246)	(33.746)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.774	5.501	54.774	5.501
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(44.938)	77.437	(42.260)	78.695

As

notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
SALDOS EM 31/12/2010	1.577.686	1.050.711	(50.005)	57.991	-	2.636.383	(31)	2.636.352
Resultado abrangente do exercício								
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	(28.566)	-	-	(28.566)	-	(28.566)
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	2.631	-	-	2.631	-	2.631
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	(57.991)	-	(57.991)	-	(57.991)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	103.372	103.372	-	103.372
Destinação para AGO								
Reserva Legal	-	5.169	-	-	(5.169)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,50 por ação)	-	-	-	-	(24.551)	(24.551)	-	(24.551)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	73.652	(73.652)	-	-	-
	1.577.686	1.055.880	(75.940)	73.652	-	2.631.278	(31)	2.631.247
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	13.803	13.803
SALDOS EM 31/12/2011	1.577.686	1.055.880	(75.940)	73.652	-	2.631.278	13.772	2.645.050
Resultado abrangente do exercício								
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	(119.075)	-	-	(119.075)	-	(119.075)
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	8.304	-	-	8.304	-	8.304
Incorporação do AFAC ao capital	2.162.724	-	-	-	-	2.162.724	-	2.162.724
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	(73.652)	-	(73.652)	-	(73.652)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	65.833	65.833	-	65.833
Destinação para AGO								
Reserva Legal	-	3.292	-	-	(3.292)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,17 por ação)	-	-	-	-	(15.635)	(15.635)	-	(15.635)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	46.906	(46.906)	-	-	-
	3.740.410	1.059.172	(186.711)	46.906	-	4.659.777	13.772	4.673.549
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(311)	(311)
SALDOS EM 31/12/2012	3.740.410	1.059.172	(186.711)	46.906	-	4.659.777	13.461	4.673.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(240.213)	115.659	(213.286)	132.307
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Receita de Ativo Financeiro	(423.875)	(320.932)	(566.199)	(396.684)
Amortização de Ativo Financeiro	534.939	422.587	659.155	323.520
Depreciação e amortização	14.340	2.542	36.172	2.557
Amortização ágio investimentos	8.937	22.336	9.037	22.336
Variação monetária	(9.009)	14.360	(5.727)	14.360
Encargos financeiros gerados	252.082	165.928	439.250	284.577
Resultado de equivalência patrimonial	(49.700)	(33.675)	-	-
Ajuste a valor presente de tributos	(631)	5.085	(631)	5.085
Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)	149.672	41.587	149.672	41.587
Indenizações Lei 12.783/13	(577.802)	-	(577.802)	-
Perdas do ativo permanente	5.147	328	5.981	328
Provisões para contingências	67.227	(4.718)	67.227	(4.718)
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	9.477	2.247	9.405	2.511
Comp. Aposent. Especial/passivo atuarial	1.053	14.321	1.053	14.321
Provisão para perdas com contrato oneroso	903.209	(14.020)	903.209	(14.020)
Ganho na avaliação da participação anteriormente detida	-	(74.166)	-	(74.166)
Passivo atuarial (CVM 695)	(4.213)	(18.510)	(4.213)	(18.510)
Outros	13.775	16.590	15.661	(1.445)
	894.628	241.890	1.141.250	201.639
(Acréscimo) decréscimo nos ativos operacionais				
Clientes	(44.907)	(18.287)	(51.756)	(30.728)
Créditos de energia renegociados recebidos	144.211	178.512	144.211	178.512
Tributos a recuperar	82.044	(37.445)	28.739	(52.415)
Ativo fiscal diferido	(260.043)	16.087	(263.328)	9.071
Almoxarifado	185	581	185	581
Cauções, depósitos e fundos vinculados	(69.538)	21.422	(46.442)	28.539
Outros créditos	(15.320)	(10.656)	(47.533)	(17.869)
	(163.368)	150.214	(235.924)	115.691
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(39.006)	(6.045)	(135.163)	144.285
Folha de pagamento	(15.274)	12.448	(15.031)	12.646
Tributos a recolher	285.222	(24.252)	275.610	(14.125)
Passivo fiscal diferido	(118.001)	(35.302)	(112.775)	(33.572)
Obrigações estimadas	(30.218)	(94.470)	150.014	(94.292)
Entidade de previdência complementar	5.180	28.399	5.180	28.399
Pesquisa e desenvolvimento	(3.146)	5.463	(2.330)	7.205
Outros passivos	118.306	35.384	203.014	43.986
	203.063	(78.375)	368.519	94.532
Caixa proveniente das atividades operacionais	694.110	429.388	1.060.559	544.169
Pagamento de encargos financeiros	(138.587)	(117.801)	(188.129)	(134.284)
Recebimento de encargos financeiros	175	49	175	49
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(57.424)	(33.075)	(70.485)	(34.879)
Depósitos Judiciais	8.920	(6.976)	8.920	(6.976)
Caixa líquido das atividades operacionais	507.194	271.585	811.040	368.079

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Ativo Financeiro	(82.730)	(92.201)	(557.410)	(514.193)
Em ativo imobilizado	(515.362)	(501.425)	(1.793.004)	(1.596.740)
Em ativo intangível	(1.820)	(81.062)	(1.904)	(80.208)
Em participações societárias	(842.595)	(662.399)	-	26.284
Recebimento de remuneração dos investimentos societários	18.791	24.093	-	-
Outros investimentos	36	27	36	60
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.423.680)	(1.312.967)	(2.352.282)	(2.164.797)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos	241.427	365.368	1.173.271	1.290.708
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	728.630	972.279	706.130	990.009
Pagamento de empréstimos e financiamento-principal	(102.754)	(73.165)	(226.713)	(117.276)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(106.501)	(86.293)	(108.626)	(86.293)
Pagamento dívida Previdência Complementar	(14.201)	(15.028)	(14.201)	(15.028)
Total das atividades de financiamento	746.601	1.163.161	1.529.861	2.062.120
Variação				
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(169.885)	121.779	(11.381)	265.402
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	257.339	135.560	624.187	358.785
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	87.454	257.339	612.806	624.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2012	%	2011	%	2012	%	2011	%
01 - CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO								
Receita								
Receita de transmissão, geração e serviços	2.297.428		1.479.312		3.805.730		2.669.471	
(-) Insumos adquiridos de terceiros								
Materiais	10.324		9.755		11.221		10.141	
Serviço de terceiros	79.613		69.109		737.855		657.511	
Custo de construção transmissão	82.730		92.201		557.410		514.193	
Custo de construção geração	467.083		489.194		467.083		489.194	
Energia elétrica comprada para revenda	159.526		124.603		159.532		124.603	
Seguros	2.736		2.515		2.949		2.853	
Valor recuperável de ativos (Impairment)	149.672		41.587		149.672		41.587	
Provisão (reversão) perdas na comercialização	6.715		(14.020)		6.715		(14.020)	
Provisão (reversão) para contingências	46.324		(16.450)		46.324		(16.450)	
Provisão (reversão) contrato oneroso compra de energia	896.494		-		896.494		-	
Outros	52.610		24.544		57.165		26.765	
	<u>1.953.827</u>		<u>823.038</u>		<u>3.092.420</u>		<u>1.836.377</u>	
(=) Valor adicionado bruto	343.601		656.274		713.310		833.094	
(-) Depreciação e amortização	14.340		2.542		36.172		2.557	
(=) Valor adicionado líquido	329.261		653.732		677.138		830.537	
(+) Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de participações societárias	49.700		33.675		-		-	
Receita aplicação financeira	28.693		29.762		41.071		43.850	
Rendas sobre créditos de energia renegociados	115.472		113.226		115.472		113.226	
Outras receitas financeiras	65.471		4.158		69.300		5.853	
	<u>259.336</u>		<u>180.821</u>		<u>225.843</u>		<u>162.929</u>	
(=) Valor adicionado total a distribuir	588.597		834.553		902.981		993.466	
02 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Pessoal								
Remuneração/benefícios/FGTS	251.248	42,68	272.271	32,62	263.245	29,15	280.179	28,20
Contingência/indenização trabalhista	20.653	3,51	11.732	1,41	20.653	2,29	11.732	1,18
Aposentadoria especial/passivo atuarial	1.053	0,18	14.321	1,72	1.053	0,12	14.321	1,44
	<u>272.954</u>	<u>46,37</u>	<u>298.324</u>	<u>35,75</u>	<u>284.951</u>	<u>31,56</u>	<u>306.232</u>	<u>30,82</u>
Governo								
Tributos (PIS/PASEP, COFINS, ISS)	97.507	16,57	68.115	8,16	166.112	18,39	81.112	8,16
Encargos Regulatórios	36.533	6,21	36.091	4,32	42.347	4,69	39.242	3,95
Encargos sociais	45.546	7,74	44.552	5,34	47.995	5,32	45.181	4,55
Contribuição social	(80.445)	(13,67)	3.799	0,46	(73.765)	(8,17)	8.037	0,81
Imposto de renda	(225.601)	(38,33)	8.488	1,02	(208.032)	(23,04)	19.641	1,98
	<u>(126.460)</u>	<u>(21,48)</u>	<u>161.045</u>	<u>19,30</u>	<u>(25.343)</u>	<u>(2,81)</u>	<u>193.213</u>	<u>19,45</u>
Financiadores								
Encargos sobre tributos	5.676	0,96	7.379	0,88	5.740	0,64	7.414	0,75
Encargos de dívidas	93.415	15,87	77.395	9,27	163.774	18,14	187.650	18,89
Variações monetárias	35.835	6,09	37.915	4,54	41.244	4,57	40.349	4,06
Aluguel	2.931	0,50	2.420	0,29	4.411	0,49	3.311	0,33
Outras despesas financeiras	238.413	40,51	146.703	17,58	359.693	39,83	150.667	15,17
	<u>376.270</u>	<u>63,93</u>	<u>271.812</u>	<u>32,56</u>	<u>574.862</u>	<u>63,67</u>	<u>389.391</u>	<u>39,20</u>
Acionistas								
Dividendos mínimos obrigatórios	15.635	2,66	24.551	2,94	15.635	1,73	24.551	2,47
Dividendos adicionais propostos	46.906	7,96	73.652	8,83	46.906	5,19	73.652	7,41
Lucros retidos	3.292	0,56	5.169	0,62	5.970	0,66	6.427	0,65
	<u>65.833</u>	<u>11,18</u>	<u>103.372</u>	<u>12,39</u>	<u>68.511</u>	<u>7,58</u>	<u>104.630</u>	<u>10,53</u>
Valor adicionado distribuído	588.597	100,00	834.553	100,00	902.981	100,00	993.466	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

a) A Companhia

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”, “Companhia” ou “Controladora”), é uma sociedade de economia mista federal, de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e tem sede na Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal, CEP 88040-901, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Foi constituída em 23 de dezembro de 1968 e tem como atividades preponderantes a transmissão e a geração de energia elétrica através de investimentos próprios e de suas empresas controladas, estando presente nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

O sistema de transmissão de energia elétrica, da Eletrosul, possui 10.382,1 km de linhas de transmissão e potência de transformação de 23.087,0 MVA em 39 subestações e uma conversora de frequência na fronteira do Brasil com a Argentina. Além das instalações próprias, a Companhia possui equipamentos ou presta serviços de operação e/ou manutenção em mais 31 subestações e nos sistemas de integração com o Uruguai (Rivera) e Argentina (Garabi).

O parque gerador próprio é formado por 3 (três) hidrelétricas e 2 (duas) PCH's. Além dos sistemas de transmissão e parque gerador próprio, a Companhia participa em outras sociedades, para implantação e operação de sistemas de transmissão compostos por 4.448,3 km de linha, 11 subestações com capacidade de transformação de 3.064 MVA, 1 subestação coletora com capacidade de transmissão de 800 MW, 2 usinas hidrelétricas com capacidade instalada de 5.570 MW, e 24 parques eólicos com capacidade instalada de 570,0 MW.

b) Operação comercial de empreendimentos de geração e transmissão

Usina Hidrelétrica Passo São João

A Usina Passo São João iniciou as operações comerciais em 24 de março de 2012 com a primeira unidade geradora e em 06 de julho de 2012 com sua segunda unidade geradora. A Usina está localizada no estado do Rio Grande do Sul, possui potência instalada de 77 MW e 39 MW de energia assegurada.

Usina Hidrelétrica Mauá

A Usina Mauá iniciou as operações comerciais em 22 de novembro de 2012 com a primeira unidade geradora, em 14 e 22 de dezembro de 2012, com a terceira unidade geradora de um total de 5 unidades. A Usina está localizada no Rio Tibaji, no estado do Paraná em consórcio com a Copel. A Eletrosul participa com 49% do empreendimento que possui potência instalada total de 363 MW e 197,7 MW de energia assegurada.

Pequena Central Hidrelétrica Barra do Rio Chapéu

A PCH Barra do Rio Chapéu iniciou as operações em fase de testes em 19 de dezembro de 2012. A PCH está localizada no sul do estado de Santa Catarina e tem potência instalada de 15,1 MW e 8,6 MW de energia assegurada.

Porto Velho Transmissora de Energia S/A

A subestação coletora Porto Velho desde o dia 28 de agosto de 2012 está totalmente em operação comercial. A subestação coletora com capacidade de transmissão de 800 MVA está localizada em Porto Velho, estado de Rondônia.

c) Novas participações societárias

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A

Constituída em julho de 2012 com participação acionária de 51% da Eletrosul e 49% da CEEE, tem como objetivo exclusivo a construção, operação e manutenção da linha de Transmissão 525 kV Nova Santa Rita – Povo Novo – Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar em circuito simples; SE 525/230 kV Povo Novo de 672 MVA; SE 525 kV Marmeleiro; SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar de 75 MVA e Seccionamento da LT 230 kV Camaquã 3 – Quinta na SE Povo Novo em circuito duplo, todos localizados no estado do Rio Grande do Sul.

Teles Pires Participações S/A

Em 5 de dezembro de 2012, foi concretizada a transferência das ações equivalentes a 24,50% que a Eletrosul possuía na Companhia Teles Pires para a Teles Pires Participações S/A (TPP), que tem por objeto social participação na Companhia Hidrelétrica Teles Pires, proprietária da usina Teles Pires. Com a transferência das ações da acionista Eletrosul e da acionista Furnas, a composição do capital da TPP passou a ser a seguinte: Neenergia, 50,56%, Eletrosul, 24,72% e Furnas 24,72%. Com isso, a participação da TPP na Companhia Teles Pires passou a ser de 99,10%, permanecendo a Odebrecht com participação de 0,90% do capital social.

d) Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica – Lei 12.783/13

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a medida provisória nº 579, sobre as prorrogações concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais visando a modicidade tarifária. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais.

Por meio da aludida Lei, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a Lei nº 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgadas pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

Impactos no negócio transmissão afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

A Eletrosul aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na medida provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 o contrato de prorrogação da concessão nº 057/2001, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

Conforme facultado pelo artigo 4º da Portaria 580, supracitada, a Eletrosul solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em 31 parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, a acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital

(WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

As concessionárias de transmissão deverão encaminhar à Aneel as informações relativas aos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000 (RBSE), ainda não depreciados ou amortizados, necessárias para o cálculo da indenização complementar, em prazo a ser definido pelo poder concedente, conforme § 8º do artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, que quando homologada será paga em 30 anos, atualizada na forma de regulamento.

A tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) será calculada com base nos custos de O&M acrescido da taxa de 10% (empresa eficiente). Adicionalmente, futuramente poderá ser incluída parcela de ativos ainda não amortizados ou depreciados, desde que homologados pela Aneel.

Os novos investimentos (repotencialização e expansão) ocorridos a partir de 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.

Os encargos regulatórios (RGR) relativos ao contrato de concessão prorrogado foi eliminado.

Informações e Decisões da Companhia

A Eletrosul detém uma única concessão afetada pela Lei 12.783/13, o contrato de Concessão nº 57/2001, composto por 37 subestações de transmissão e 9.413 km de linhas de transmissão. As empresas controladas pela Eletrosul não possuem contratos de concessão afetados pela renovação.

Efeitos da Lei 12.783/2013 e MP 591/2012

	Efeitos Patrimoniais				DRE
	Valor Contábil (líquido)	Impairment	Saldo Líquido	Indenização	Superávit Indenizatório (Lei 12.783/2013)
TRANSMISSÃO					
Empreendimentos já prorrogados					
Parcela Indenizada					
Contratos afetados					
057/2001 - Rede básica - novos empreendimentos (RBNI)	1.430.866	-	1.430.866	2.008.668	577.802
Parcela não Indenizada					
Contratos não afetados					
057/2001 - Rede básica - serviços existentes (RBSE)	514.924	-	514.924	-	-
Empreendimentos prorrogáveis (após 2017)					
057/2001 - Novas autorizações	5.494	-	5.494	-	-
010/2005 - Projeto básico	390.904	-	390.904	-	-
004/2008 - Projeto básico	71.658	(27.117)	44.541	-	-
005/2009 - Projeto básico	35.345	(4.998)	30.347	-	-
	2.449.191	(32.115)	2.417.076	2.008.668	577.802

O montante original dos créditos e a apuração do superávit indenizatório é demonstrada como segue:

Valor da indenização proposta	(=)	1.985.495
Atualização até a data da assinatura do aditivo:	(+)	23.173
Subtotal	(=)	2.008.668
Saldo do ativo financeiro baixado	(-)	1.430.866
Superávit indenizatório reconhecido no resultado:	(=)	577.802

A Companhia não realizou a baixa contábil do saldo do ativo financeiro relativo aos ativos existentes em 31 de maio de 2000 no montante de R\$ 514.924 mil, face a previsão de indenização contida na lei 12.783/13 considerando a estimativa de prazo de amortização de 30 anos que resultaria em VNR superior ao valor contábil.

A medida provisória nº 579/2012 foi convertida na Lei nº 12.783/2013 em 11 de janeiro de 2013 e regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Aneel.

Os valores dos ativos de transmissão abrangidos nessa situação correspondem em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 514.924 mil (R\$ 519.413 mil em 2011) e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito com base nas estimativas e premissas da administração descritas na nota 3.4, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Conforme determina o Despacho nº 155 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 23 de janeiro de 2013, os ativos não contemplados com indenização previstos no anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, que se referem aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, deverão ser mantidos no ativo imobilizado até que esses investimentos sejam submetidos à avaliação e homologação da ANEEL, quando a partir deste momento será constituído um contas a receber pelo valor homologado.

Receita Anual Permitida - RAP prevista para 2013 (afetados e não afetados)

Contratos	Sem efeitos da Lei 12.783/2013	Com efeitos da Lei 12.783/2013	Redução da RAP em R\$ mil	Redução % da RAP
057/2001	896.208	447.503	(448.705)	-50,1%
010/2005**	86.542	86.542	-	0,0%
004/2008**	5.605	5.605	-	0,0%
005/2009**	4.448	4.448	-	0,0%
Total da RAP	992.803	544.098	(448.705)	-50,1%

** Contratos não afetados pela Lei 12.783/13.

e) Aspectos Tributários da Lei 12.783/2013

A medida provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, dispõe que a critério da União poderia ser prorrogada a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica. Em aceite às condições impostas pelo poder concedente, a Companhia e a União pactuaram, em 4 de dezembro de 2012, a prorrogação da vigência do contrato de concessão nº 57/2001, mediante definição a cerca do pagamento a realizar à Eletrosul quanto à indenização dos ativos não amortizados, indenização essa advinda dos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), recursos esses destinados por Lei ao custeio da reversão de bens no encerramento e encampação das concessões do setor elétrico, bem quanto ao valor das novas tarifas advindas da prorrogação do contrato de concessão.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião dos seus advogados internos e externos, considera que o recurso monetário oriundo da reversão dos bens à União, tem natureza jurídica indenizatória, face à recomposição da perda patrimonial desta concessionária por desapropriação, inexistindo à incidência dos tributos PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

f) Empresas controladas

Participações em SPE's	% de Participação	% de capital votante	Localização da sede	Atividade principal
Controladas				
Artemis*	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Transmissão de energia
Cerro Chato I	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
Cerro Chato II	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
Cerro Chato III	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
RS Energia	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Transmissão de energia
Porto Velho	100,0%	100,0%	Florianópolis - SC	Transmissão de energia
Uirapuru	75,0%	75,0%	Florianópolis - SC	Transmissão de energia
Controladas com controle compartilhado				
Chuí	49,0%	49,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
Costa Oeste	49,0%	49,0%	Curitiba - PR	Transmissão de energia
ESBR Participações	20,0%	20,0%	Rio de Janeiro - RJ	Geração de energia
Etau	27,4%	27,4%	Rio de Janeiro - RJ	Transmissão de energia
Integração	24,5%	24,5%	Rio de Janeiro - RJ	Construção
Livramento	49,0%	49,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
Marumbi	20,0%	20,0%	Curitiba - PR	Transmissão de energia
Norte Brasil	24,5%	24,5%	Rio de Janeiro - RJ	Transmissão de energia
Santa Vitória do Palmar	49,0%	49,0%	Florianópolis - SC	Geração de energia
TSBE**	80,0%	80,0%	Curitiba - PR	Transmissão de energia
TSLE**	51,0%	51,0%	Florianópolis - SC	Transmissão de energia
Teles Pires Participações	24,7%	24,7%	Rio de Janeiro - RJ	Geração de energia

* Incorporada em 11/01/2013.

** Controle compartilhado entre as acionistas.

NOTA 2 – CONCESSÕES

2.1 Concessões e autorizações próprias

a) Transmissão

A Companhia possui concessão para construção e operação de subestações e linhas de transmissão, a seguir discriminadas:

Linhas de Transmissão/Subestações	Data da concessão	Vencimento da concessão
Contrato de Concessão nº 057/2001-ANEEL - 37 subestações de transmissão, 1 conversora de frequência e 9.413 km de linhas de transmissão em 525 kV, 230 kV e 138 kV	04/12/2012	31/12/2042
Contrato de Concessão nº 004/2004-ANEEL - Linhas de transmissão 525 kV Salto Santiago (PR) – Ivaiporã (PR) 167 km e Ivaiporã (PR) – Cascavel D'Oeste (PR) 209 km	18/02/2004	17/02/2034
Contrato de Concessão nº 010/2005-ANEEL - Linha de Transmissão 525 Kv Campos Novos - Blumenau com 360 km de extensão e 1 subestação de transmissão	04/03/2005	03/03/2035
Contrato de Concessão nº 004/2008-ANEEL - Linha de Transmissão 230 kV Presidente Médice - Santa Cruz com 233 km de extensão	17/03/2008	16/03/2038
Contrato de Concessão nº 005/2009-ANEEL - Subestação Missões em 230/69 kV (150 MVA)	28/01/2009	27/01/2039

b) Geração

A Companhia possui concessão/autorização para construção e operação das Usinas Hidroelétricas (UHE) e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), a seguir discriminadas. (ver nota 16):

Usinas Hidrelétricas (UHE)	Operação comercial	Rio	Potência instalada (não auditado)	Concessão/Permissão	Vencimento da concessão
UHE Passo São João	2012	Rio Ijuí (RS)	77,0 MW	15/08/2006	14/08/2041
UHE Mauá - equivalente a 49% - consórcio	2012	Rio Tibaji (PR)	177,9 MW	03/07/2007	02/07/2042
UHE São Domingos	2013	Rio Verde (MS)	48,0 MW	11/12/2002	10/12/2037
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)					
PCH Barra do Rio Chapéu	2013	Rio Braço do Norte (SC)	15,1 MW	05/05/2004	04/05/2034
PCH João Borges	2013	Rio Caveiras (SC)	19,0 MW	21/12/2005	20/12/2035
PCH Santo Cristo	2014	Rio Pelotinhas (SC)	19,5 MW	26/11/2007	25/11/2037
PCH Coxilha Rica	2014	Rio Pelotinhas (SC)	18,0 MW	01/03/2007	28/02/2037
Total			374,5 MW		

Quando todos os empreendimentos próprios e em parcerias entrarem em operação, a Companhia terá uma potência instalada na geração de 1.895,6 MW.

2.2 Concessões e autorizações da controladas e controladas em conjunto

a) Linhas de Transmissão:

SPE's	Partic.	Linha de Transmissão	Extensão (KM)	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
Etau	27,40%	LT 230 kV Campos Novos (SC) – Barra Grande (SC) – Lagoa Vermelha (RS) – Santa Marta (RS)	187	18/12/2002	17/12/2032
Uirapuru	75,00%	LT 525 kV Ivaiporã (PR) – Londrina (PR)	120	04/03/2005	03/03/2035
RS Energia	100,00%	LT 525 kV Campos Novos (SC) – Nova Santa Rita (RS)	260	27/04/2006	26/04/2036
		LT 230 kv Monte Claro - Garibaldi (RS)*	33	06/10/2010	05/10/2040
Norte Brasil*	24,50%	LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraguara 2 (SP), em CC, \pm 600 kV	2.375	26/02/2009	25/02/2039
Porto Velho	100,00%	Linha de Transmissão Coletora Porto Velho – Porto Velho	17	26/02/2009	25/02/2039
Costa Oeste*	49,00%	LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama (PR)	143	12/01/2012	12/01/2042
Marumbi*	20,00%	LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste (PR).	28	10/05/2012	10/04/2042
TSBE*	80,00%	LT 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230 kV Camaquã 3-Quinta; LT 525 kV Salto Santiago - Itá; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita.	798	10/05/2012	10/04/2042
		LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar, Seccionamento da LT 230 Kv Camaquã 3	487	01/08/2012	01/07/2042
Construtora Integração	24,50%	Construção da LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraguara 2 (SP), montagem e serviços associados.	-	-	-

*

Em fase pré-operacional.

b) Subestações

SPE's	Partic.	Subestação	Capac. Transf.	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
Porto Velho	100,00%	Subestação Coletora Porto Velho 500/230 kV. Duas Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back em 400 MW.	800 MW	26/02/2009	25/02/2039
RS Energia*	100,00%	SE Foz do Chapecó 230/138 kv (ampliação),	100 MVA	06/10/2010	05/10/2040
		SE Caxias 6 203/69 kv	330 MVA	06/10/2010	05/10/2040
		SE Ijuí 2 230/69 kv	300 MVA	06/10/2010	05/10/2040
		SE Lageado Grande 230/69 kv	83 MVA	06/10/2010	05/10/2040
		SE Nova Petrópolis 2 230/69 kv	166 MVA	06/10/2010	05/10/2040
Costa Oeste*	49,00%	SE Umuarama 230/138 kv	300 MVA	12/01/2012	12/01/2042
Marumbi*	20,00%	SE Curitiba leste 525/230 kV (3+1 res.) x 224 MVA	672 MVA	10/05/2012	10/04/2042
TSBE*	80,00%	SE Camaquã 3 230/69 kv	166 MVA	10/05/2012	10/04/2042
TSLE*	51,00%	SE Povo Novo 525/230 kv	672 MVA	01/08/2012	01/07/2042
		SE Marmeleiro 525 kv	200 MVA	01/08/2012	01/07/2042
		SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kv	75 MVA	01/08/2012	01/07/2042

* Em fase pré-operacional.

c) Usinas Hidrelétricas e Eólicas

SPE's	Partic.	Usinas	Localização	Potência Instalada	Operação comercial	Concessão/ Permissão	Vencimento Concessão/ Permissão
Usinas Hidrelétricas							
ESBR Participações*	20,00%	UHE Jirau	Rio Madeira (RO)	3.750 MW	04/2013	13/8/2008	12/8/2043
Teles Pires Participações*	24,72%	UHE Teles Pires	Rio Teles Pires (MT)	1.820 MW	04/2015	7/6/2011	6/6/2046
Usinas Eólicas							
Eólica Cerro Chato I	100,00%	Cerro Chato I (RS)	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	11/2011	25/8/2010	24/8/2045
Eólica Cerro Chato II	100,00%	Cerro Chato II (RS)	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	09/2011	25/8/2010	24/8/2045
Eólica Cerro Chato III	100,00%	Cerro Chato III (RS)	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	05/2011	25/8/2010	24/8/2045
Chuí*	49,00%	Chuí I	Chuí (RS)	24 MW	12/2013	8/3/2012	8/2/2047
		Chuí II	Chuí (RS)	22 MW	12/2013	21/3/2012	21/2/2047
		Chuí IV	Chuí (RS)	22 MW	12/2013	24/2/2012	24/1/2047
		Chuí V	Chuí (RS)	30 MW	12/2013	2/3/2012	2/2/2047
		Chuí VI	Chuí (RS)	24 MW	12/2013	3/4/2012	13/3/2047
		Chuí VII	Chuí (RS)	22 MW	12/2013	21/3/2012	21/2/2047
Livramento*	49,00%	Cerro Chato IV	Sant'Ana do Livramento (RS)	10 MW	03/2013	16/3/2012	26/2/2047
		Cerro Chato V	Sant'Ana do Livramento (RS)	12 MW	03/2013	16/3/2012	16/2/2047
		Cerro Chato VI	Sant'Ana do Livramento (RS)	24 MW	03/2013	24/2/2012	24/1/2047
		Cerro dos Trindade	Sant'Ana do Livramento (RS)	8 MW	03/2013	6/3/2012	6/2/2047
		Ibirapuitã	Sant'Ana do Livramento (RS)	24 MW	03/2013	22/2/2012	22/1/2047
Santa Vitória do Palmar*	49,00%	Geribatu I	Santa Vitória do Palmar (RS)	20 MW	11/2013	22/2/2012	22/1/2047
		Geribatu II	Santa Vitória do Palmar (RS)	20 MW	11/2013	15/2/2012	15/1/2047
		Geribatu III	Santa Vitória do Palmar (RS)	26 MW	11/2013	22/2/2012	22/1/2047
		Geribatu IV	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	11/2013	15/2/2012	15/1/2047
		Geribatu V	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	11/2013	5/4/2012	5/3/2047
		Geribatu VI	Santa Vitória do Palmar (RS)	18 MW	11/2013	15/2/2012	15/1/2047
		Geribatu VII	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	11/2013	22/2/2012	22/1/2047
		Geribatu VIII	Santa Vitória do Palmar (RS)	26 MW	11/2013	24/2/2012	24/1/2047
		Geribatu IX	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	11/2013	22/2/2012	22/1/2047
		Geribatu X	Santa Vitória do Palmar (RS)	28 MW	11/2013	22/2/2012	22/1/2047

*

Em fase pré-operacional.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico com base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76 com as alterações das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09, e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2012.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 21 de março de 2013.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas empresas controladas e/ou controladas em conjunto. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Controladas em conjunto (*Joint Ventures*)

As controladas em conjunto (*joint ventures*) são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia não tem o poder individual de determinar as políticas financeiras e operacionais, as quais são tomadas conjuntamente com os demais acionistas. As controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente à participação acionária da companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Composição da participação societária

Composição da participação societária Coligadas, Controladas diretas e/ou em conjunto	Consolidação	Participação Direta (%)		Participação Indireta (%)	
		2012	2011	2012	2011
Em operação					
Transmissão					
Artemis	Integral	100,0%	100,0%	-	-
Etau	Proporcional	27,4%	27,4%	-	-
RS Energia	Integral	100,0%	100,0%	-	-
Uirapuru	Integral	75,0%	75,0%	-	-
Porto Velho	Integral	100,0%	100,0%	-	-
Integração	Proporcional	24,5%	24,5%	-	-
Geração					
Cerro Chato I	Integral	100,0%	90,0%	-	-
Cerro Chato II	Integral	100,0%	90,0%	-	-
Cerro Chato III	Integral	100,0%	90,0%	-	-
Em fase pré-operacional					
Transmissão					
Costa Oeste	Proporcional	49,0%	49,0%	-	-
Marumbi	Proporcional	20,0%	20,0%	-	-
Norte Brasil	Proporcional	24,5%	24,5%	-	-
Sul Brasileira	Proporcional	80,0%	80,0%	-	-
Sul Litorânea	Proporcional	51,0%	-	-	-
Geração					
Chuí Holding	Proporcional	49,0%	49,0%	-	-
Chuí I	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Chuí II	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Chuí IV	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Chuí V	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Chuí VI	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Chuí VII	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
ESBR Participações	Proporcional	20,0%	20,0%	-	-
Energia Sustentável	Proporcional	-	-	20,0%	20,0%
Livramento Holding	Proporcional	49,0%	49,0%	-	-
Ibirapuitã I	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Cerro Chato IV	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Cerro Chato V	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Cerro Chato VI	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Cerro dos Trindade	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Santa Vitória do Palmar Holding	Proporcional	49,0%	49,0%	-	-
Geribatu I	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Geribatu II	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Geribatu III	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Geribatu IV	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Geribatu V	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Geribatu VI	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Geribatu VII	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Geribatu VIII	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Geribatu IX	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Geribatu X	Proporcional	-	-	49,0%	49,0%
Teles Pires Participações	Proporcional	24,7%	-	-	-
Companhia Teles Pires	Proporcional	-	-	24,5%	24,5%

Os ativos e passivos nessa data foram considerados de forma integral ou proporcional nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a forma de controle. As receitas e despesas foram incluídas a partir da aquisição do controle acionário. Adicionalmente, os seguintes procedimentos foram adotados:

- ✓ Eliminação das participações no patrimônio líquido das controladas;
- ✓ Eliminação do resultado de equivalência, e

- ✓ Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas

3.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Essas estimativas incluem: ativo financeiro da concessão, *impairment*, ajustes a valor presente, provisões para riscos, tributos diferidos e benefícios pós emprego.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Quando houver perdas, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em grupos de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidade geradora de caixa).

Ativos do sistema existente (RBSE)

Para fins de estimativa, a Companhia adotou como premissa de que os bens existentes até 31 de maio de 2000 serão indenizados com base no VNR ou valor residual contábil, a ser calculado pelo órgão regulador. A Companhia mantém os valores contabilizados pelo valor residual contábil uma vez que em sua estimativa, os valores contábeis estão registrados por valores inferiores se estiverem reconhecidos com base no VNR.

Contratos onerosos

Representam os compromissos compulsórios contratados pela Companhia referente compra de energia elétrica, cujos custos excedem os benefícios econômicos que se esperam. O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos (*wacc pós-tax*) aprovados pela administração, conforme descrito na nota 24.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis. Utilizando o PLD médio histórico, de R\$ 67,00 MWh, foi reconhecido no Balanço de 2012, provisão contábil no montante de R\$ 896.404 mil. Aplicando a análise de sensibilidade utilizando o valor de R\$ 88,60 MWh relativo ao custo marginal de operação da EPE para os próximos 5 anos, a provisão seria de R\$ 634.067 mil. Num outro cenário, utilizando o preço de R\$ 100,00 o MWh, a provisão estimada seria de R\$ 488.000 mil.

3.5 Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em caixa, saldos em contas bancárias, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Cauções e depósitos vinculados

Representam aplicações financeiras mantidas para pagamentos futuros específicos. Os saldos são mantidos até o total cumprimento de determinadas obrigações contratuais por parte dos fornecedores. Após seu reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

c) Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia, prestação de serviços e uso do sistema de transmissão. Estão reconhecidos com base no regime de competência, atualizados quando aplicável e contratualmente exigido. As contas a receber de clientes são apresentadas ajustadas pela provisão para créditos de liquidação duvidados “PCLD”.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber com base em julgamento sobre o valor individual de cada crédito, para créditos vencidos a mais de 6 meses ou quando inferior, mediante análise dos casos específicos.

e) Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

f) Créditos indenizatórios – Lei 12.783/13

Representam os créditos indenizatórios a receber da União, previstos na MP 579/2012, face a opção realizada pela Companhia em 4 de dezembro de 2012, pela renovação antecipada da prorrogação das concessões relativas ao contrato de concessão nº 057/2001.

g) Créditos de energia renegociados com a União – Lei 8727/93

Representam créditos a receber da União conforme estabelecido na Lei 8.727/93, decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica.

h) Outros ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

i) Ativo e Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

j) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (demonstrações individuais), conforme CPC 18, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; Quando

necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

k) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. Os ativos das concessões de transmissão são reconhecidos na contabilidade societária como ativo financeiro, conforme o ICPC 01 e OCPC 05, ficando o registro como ativo imobilizado e a respectiva depreciação restrita à escrituração exigidas pelo órgão regulador. Os ativos de geração são depreciados com base no período da concessão, face a não previsão contratual de reversão dos bens ao final da concessão, ainda não depreciados e/ou amortizados.

l) Intangível

i) Programas de computador (softwares)

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos, como despesa do exercício.

ii) Ágio

O ágio resultante da aquisição de participação acionária em controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é fundamentado em expectativas de resultado futuro e por possuir tempo de vida definido devido ao fato de estar relacionado com o prazo determinado nos contratos de concessão, é amortizado no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados. O ágio alocado a ativos e passivos identificáveis é amortizado na proporção em que esses ativos e passivos na controlada são realizados.

iii) Direitos de uso de bem público

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

m) Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

n) Fornecedores

São as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, ou por estimativa, com base nos valores contratados.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada. São reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionadas.

p) Benefícios pós emprego

i) Plano de complementação de aposentadoria e pensão

A Companhia participa do plano de aposentadoria e pensão, administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, que provém a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regra de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação do benefício é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrerem. Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições à Fundação Elos em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias.

ii) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados aposentados por invalidez e seus dependentes, durante os primeiros 5 anos, sem que o vínculo empregatício com a Eletrosul tenha cessado. As obrigações com esse programa também foram calculadas atuarialmente, demonstradas no mesmo laudo já citado.

q) Receitas, custos e despesas

As receitas, custos e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência .

A receita de geração é reconhecida com base nos contratos de CCEAR e/ou bi-laterais. A receita de transmissão é reconhecida com base no ICPC 01 e OCPC 05, com base no modelo financeiro.

O resultado financeiro líquido é composto basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, parcelamento de tributos e créditos de energia renegociados. Custo de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável é reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

r) Questões ambientais

A Companhia capitaliza os gastos relativos as demandas ambientais consubstanciadas nas “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos do meio ambiente para a concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos nas áreas de geração e transmissão. Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizados para a execução do projeto, visando reparar ou evitar danos ao meio ambiente no local da realização dos empreendimentos, limitados até o final da construção do empreendimentos.

s) Consórcios

A Companhia possui investimento em consórcio para exploração da UHE Mauá, no qual os sócios mantém acordo para controle compartilhado das operações. As operações compartilhadas envolvem a ativação de ativos para geração de energia elétrica, operação e manutenção. A Companhia registra em sua contabilidade os ativos, passivos, receitas e despesas proporcionais a sua participação no consórcio.

3.6 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Novas normas e interpretações que afetam a Companhia emitidas pelo *IASB (International Accounting Standards Board)* ainda não entram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2012, a seguir relacionadas.

IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”. Estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros. Aplicável a partir de 1º.01.2015.

IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”. Define que existe apenas uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 10. Aplicável a partir de 1º.01.2013.

IFRS 11 - “Acordos em Conjunto”. Aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. Aplicável a partir de 1º.01.2013.

IFRS 12 – “Divulgações de Participações em Outras Entidades”. Esta norma trata da divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. Aplicável a partir de 1º.01.2013.

IFRS 13 - “Mensuração de Valor Justo”. Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração. Aplicável a partir de 1º.01.2013.

Emenda ao IAS 1 - “apresentação de outros resultados abrangentes”. Aborda aspectos relativos à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e estabelece a necessidade de segregar os itens que podem e não podem ser potencialmente reclassificáveis para o resultado, quando determinadas condições forem cumpridas. Aplicável a partir de 1º.01.2013.

Emenda ao IAS 19 - “Benefícios a empregados”. Elimina a abordagem do método “corredor” que permite o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. De acordo com o IAS 19 revisado, os ganhos ou perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários deverão ser reconhecidos na rubrica “outros resultados abrangentes”, no Patrimônio Líquido. A Companhia eliminou a adoção do método corredor no exercício de 2010. Aplicável a partir de 1º.01.2013.

Emenda ao IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações”. Estabelece regras para divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros. Aplicável a partir de 1º.01.2013.

Emenda ao IAS 16 - “Imobilizado”. Revisão visa esclarecer que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que se enquadram no conceito de imobilizado não fazem parte dos estoques. A Administração entende que essa revisão não deverão causar algum impacto sobre a posição financeira após 1º.01.2013. Aplicável a partir de 1º.01.2013.

Emenda ao IAS 32 – “Esclarecem os requisitos para compensação de instrumentos financeiros”. A emenda visa esclarecer os critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (sistemas de câmaras de liquidação). A Administração entende que essas revisões não deverão causar algum impacto sobre a posição financeira, pois não se aplica à Companhia. Aplicável a partir de 1º.01.2014.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia, exceto quanto a consolidação proporcional das controladas em conjunto.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Aplicações no mercado

As aplicações financeiras da Companhia, em consonância com a Resolução nº 2.917, de 19.12.2001, do Banco Central do Brasil, encontram-se aplicadas no fundo de FAE do Banco do Brasil S.A., que tem como meta de rentabilidade 98% da Taxa Média da SELIC (TMS). São operações que tem como características liquidez diária, baixo risco e remuneração que em dezembro de 2012, a rentabilidade bruta média da Eletrosul nas aplicações no Banco do Brasil atingiram 9,16% ou 95,71% da TMS.

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e depósitos bancários à vista	18.193	10.948	100.130	99.893
Aplicações financeiras	69.261	246.391	512.676	524.294
Total	87.454	257.339	612.806	624.187

O detalhamento das aplicações financeiras se dá como se segue:

Instituição Financeira	Tipo Aplicação	Indexador	Controladora		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
ABN	CDB	CDI	-	-	-	156
Banco do Brasil	CDB	CDI	-	-	177.223	180.547
Banco do Brasil	Fundo Exclusivo	CDI	-	117.547	-	117.547
Banco do Brasil	Fundo FAE	CDI	-	128.844	-	128.844
Banco do Brasil	Fundo FAE	IRF-M1	69.261	-	69.261	-
Banco Itaú	CDB	CDI	-	-	88.268	45.589
Bradesco	CDB	CDI	-	-	11.697	12.277
CEF	CDB	CDI	-	-	138.473	-
HSBC	CDB	CDI	-	-	-	368
Safra	CDB	CDI	-	-	-	10.013
Santander	CDB	CDI	-	-	5.698	-
Votorantin	CDB	CDI	-	-	268	27.781
Votorantin	Fundo Vintage	CDI	-	-	21.788	1.172
			69.261	246.391	512.676	524.294

A partir do dia 27 de fevereiro de 2012, entrou em vigor a resolução nº 4034, de 30.11.2011, do Banco Central do Brasil, que define a nova política de investimento dos Fundos Extramercado, cujo rendimento deverá ser referenciado a um dos Índices de Mercado Anbima, diante disto, a Companhia optou por somente aplicar os recursos disponíveis em Fundo FAE referenciado ao Índice IRF-M1.

b) Títulos e valores mobiliários

A seguir os títulos e valores mobiliários são apresentados por natureza (ver nota 14):

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Não Circulante				
Ações	39	39	39	39
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	100	97	100	97
Total	139	136	139	136

O detalhamento dos títulos e valores mobiliário se dá como se segue:

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	Controladora		Consolidado	
				2012	2011	2012	2011
NTN-P	Banco do Brasil	21/03/2018	TR+6% aa	2	2	2	2
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/2015	TR+6% aa	95	92	95	92
NTN-P	Banco do Brasil	28/12/2014	TR+6% aa	3	3	3	3
				100	97	100	97

NOTA 5 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

A seguir as cauções e depósitos vinculados são apresentados por natureza:

Cauções e depósitos vinculados	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Caução CEF - garantia ANEEL	9	9	9	9
Caução CEF - PCH São Mateus	13	13	13	13
Caução CEF - PCH Santo Cristo	10	-	10	-
Caução Bradesco - CBLC	3.641	319	3.641	319
Caução BB Eletronet	49.555	-	49.555	-
Fundo vinculado BB conv. SENAI 6246	87	14	87	14
Fundo vinculado BB conv. PRC-PRODEEM	1.220	1.137	1.220	1.137
Fundo vinculado BB conv. PROCEL ECV-042/04	-	136	-	136
Fundo vinculado BB conv. PROCEL ECV-028/05	-	249	-	249
Fundo vinculado BB conv. ECV-182/2006	-	142	-	142
Fundo vinculado - Compensação Ambiental	817	-	817	-
Fundo vinculado - <i>Time Deposit</i> - ESBR-P	-	-	2.633	25.283
Fundo vinculado garantia aluguéis	-	-	-	9
Subtotal	55.352	2.019	57.985	27.311
Não circulante				
Fundo vinculado BNDES Mauá	9.880	9.127	9.880	9.127
Fundo vinculado BB Mauá	10.300	9.269	10.300	9.269
Fundo vinculado BB São Domingos	7.556	-	7.556	-
Fundo vinculado BB Passo São João	7.084	-	7.084	-
Fundo vinculado BB O&M Aplicação Mauá	1.527	-	1.527	-
Fundo vinculado BB O&M Aplicação SC Energia	-	1.206	-	1.206
Fundo vinculado BB SC Energia	9.371	-	9.371	-
Fundo vinculado - <i>Time Deposit</i> - ESBR-P	-	-	5.139	3.867
Fundo vinculado garantia de financiamentos	-	9.912	10.818	22.442
Subtotal	45.718	29.514	61.675	45.911
Total	101.070	31.533	119.660	73.222

O valor de R\$ 49.555 mil, demonstrado na rubrica “Cauções BB Eletronet”, é decorrente do vencimento dos ativos CFT que estavam cedidos em comodato por força do contrato ECF-2799/2009 e que se encontravam ofertados como garantias no processo judicial da Operação Eletronet. O mesmo valor encontra-se registrado no passivo não circulante na rubrica “outros passivos”, pois o mesmo será convertido em empréstimo financeiro de Longo Prazo junto a Eletrobras.

Os valores das rubricas "Fundo Vinculados BNDES Mauá e BB Mauá" referem-se à constituição da conta reserva de garantia dos contratos de financiamento da UHE Mauá junto ao BNDES e Banco do Brasil conforme cláusulas contratuais.

O valor na rubrica “Fundo Vinculado – *Time Deposit* - ESBRP” refere-se a aplicações financeiras em *time deposit* realizadas pela ESBR com a finalidade de lastrear as garantias das cartas de crédito emitidas pelo Banco do Brasil e Banco Itaú em favor dos fornecedores *Dong Fang* e *Hyosung*. O prazo estimado de utilização destas aplicações para pagamentos aos fornecedores é calculado com base em cronogramas de fornecimento propostos pela *Dong Fang* e *Hyosung*, revisados ao menos trimestralmente.

O detalhamento dos fundos vinculados se dá como se segue:

Instituição Financeira	Tipo Aplicação	Indexador	Controladora		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
Banco do Brasil	CDB	CDI	-	11.118	18.590	12.051
Banco do Brasil	Fundo Exclusivo	CDI	-	18.645	-	18.645
Banco do Brasil	Fundo FAE	CDI	-	1.429	-	1.429
Banco do Brasil	Fundo FAE	IRF-M1	97.397	-	97.397	-
Banco do Brasil	Time deposits	libor + spread	-	-	-	5.631
Banco Itaú	Time deposits	1,7%-2,0%	-	-	-	19.652
Bradesco	CDB	CDI	3.641	319	3.641	8.679
Caixa	Conta remunerada	TR	32	22	32	22
Citibank	Fundo	CDI	-	-	-	7.113
			101.070	31.533	119.660	73.222

NOTA 6 – CLIENTES

	Controladora			
	2012			2011
	vincendas	vencidas	total	total
Uso da rede elétrica	98.724	7.065	105.789	99.765
Conexão ao sistema de transmissão	8.664	-	8.664	8.161
Comercialização de energia	28.069	7.265	35.334	2.768
Suprimento de energia	5.814	-	5.814	-
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa (nota 11)	-	(13.766)	(13.766)	(3.509)
	141.271	564	141.835	107.185

	Consolidado			
	2012			2011
	vincendas	vencidas	total	total
Uso da rede elétrica	121.599	8.269	129.868	114.986
Conexão ao sistema de transmissão	8.664	-	8.664	13.494
Comercialização de energia	28.069	7.265	35.334	2.768
Suprimento de energia	9.441	-	9.441	-
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa (nota 11)	(6)	(14.264)	(14.270)	(3.773)
	167.767	1.270	169.037	127.475

Os valores de R\$ 13.766 mil na Controladora e R\$ 14.270 mil no Consolidado referem-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa de faturas vencidas há mais de seis meses e que se encontra em processo de cobrança/negociação entre as partes envolvidas.

Controladora				
2012				2011
vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	total	total
Origem/Clientes	141.271	281	14.049	155.601
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa (nota 11)	-	-	(13.766)	(13.766)
	141.271	281	283	141.835
				107.185

Consolidado				
2012				2011
vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	total	total
Origem/Clientes	167.773	414	15.120	183.307
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa (nota 11)	-	-	(14.270)	(14.270)
	167.773	414	850	169.037
				127.475

A movimentação da provisão de créditos de liquidação duvidosa está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	3.509	1.299	3.773	1.499
Provisões	10.592	2.405	10.842	2.469
Reversões	(335)	(195)	(345)	(195)
Baixas para perdas	-	-	-	-
	13.766	3.509	14.270	3.773

NOTA 7 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia e Controladas estão no âmbito da Interpretação Técnica ICPC 01, decorrente da aplicação do modelo de ativo financeiro.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo Financeiro				
Circulante				
Ativo Financeiro Amortizável RAP (I)	16.434	118.851	57.232	152.543
Subtotal	16.434	118.851	57.232	152.543
Não circulante				
Ativo Financeiro Amortizável RAP (I)	361.266	589.004	1.573.152	1.429.642
Ativo Financeiro Indenizável (II)	608.510	1.811.738	1.099.674	2.188.468
Subtotal	969.776	2.400.742	2.672.826	3.618.110
Total	986.210	2.519.593	2.730.058	3.770.653

Do saldo de R\$ 608.510 mil apresentado na rubrica “Ativo Financeiro Indenizável II) no ativo não circulante, o montante de R\$ 514.924 mil refere-se ao saldo do ativo financeiro relativo ao sistema existente (RBSE), cujo valor da indenização encontra-se em avaliação pela ANEEL (ver nota 1, d).

A mutação da conta ativo financeiro é apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Transmissão				
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.519.593	2.529.047	3.770.653	3.183.296
(+) Receita de Construção	82.730	92.201	557.410	514.193
(+) Receita Financeira	423.875	320.932	566.199	396.684
(-) Baixa ativo financeiro Lei 12.783/13 (nota 1,d)	(1.430.868)	-	(1.430.868)	-
(-) Amortização, recebimentos, baixas e transferências	(534.939)	(422.587)	(659.155)	(323.520)
(-) <i>Impairment</i>	(32.115)	-	(32.115)	-
(-) Transferência para Imobilizado	(42.066)	-	(42.066)	-
Saldo final em 31 de dezembro	986.210	2.519.593	2.730.058	3.770.653

Composição dos saldos de ativo financeiro por contratos de concessão:

Empresa	Contrato de concessão	Consolidado	
		2012	2011
Eletrosul	n° 057/2001*	520.418	2.034.031
	n° 010/2005	390.904	378.091
	n° 004/2008	44.541	72.552
	n° 005/2009	30.347	34.919
Controladas			
Artemis	n° 004/2004	245.604	250.002
Costa Oeste	n° 001/2012	418	-
Etau	n° 082/2002	33.859	32.972
Marumbi	n° 008/2012	93	-
Norte Brasil	n° 016/2009	446.214	174.930
Porto Velho	n° 010/2009	553.343	427.248
RS Energia	n° 005/2006	336.059	275.010
TSBE	n° 004/2012	32.039	-
TSLE	n° 020/2012	6.812	-
Uirapuru	n° 002/2005	89.407	90.898
Total		2.730.058	3.770.653

* ver nota 1, d.

NOTA 8 – CRÉDITOS INDENIZATÓRIOS – LEI 12.783/13

Os créditos indenizatórios referem-se ao valor da indenização prevista pela Lei 12.783/13, decorrente da renovação antecipada do contrato de concessão n° 57/2001, cujos valores foram divulgados pela Portaria MME n° 579/2012, tendo a Companhia optado pelo recebimento de 50% à vista atualizado pelo IPCA a partir de outubro de 2012, a ser recebido em até 45 dias após a assinatura da opção e da prorrogação do contrato de concessão n° 57/2001, em 4 de dezembro de 2012, e o restante equivalente à 50%. a ser recebido em 31 parcelas mensais até 07/2015, atualizados pelo IPCA e acrescidos por uma taxa de desconto (wacc) regulatório equivalente a 5,59% a.a.

A mutação da conta Créditos Indenizatórios é apresentada como segue:

	Controladora
Movimentação no período:	2012
Saldo final do período anterior	-
Reconhecimento da indenização	2.008.668
Recebimentos	-
Atualização monetária	12.052
Juros	4.563
Saldo do período final	2.025.283
Circulante	1.404.632
Não Circulante	620.651

O montante original dos créditos e a apuração do superávit indenizatório está demonstrado na nota 1,d.

NOTA 9 – CRÉDITOS DE ENERGIA RENEGOCIADOS COM A UNIÃO

Os créditos renegociados referem-se a créditos junto à União, atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68 % a.a., decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica. Sob a égide da Lei nº 8.727/93, a União assumiu, refinanciou e reescalou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses. Os tributos incidentes sobre a receita decorrente da atualização desses créditos estão sendo diferidos. (ver nota 15).

Movimentação no período:	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Saldo final do período anterior	607.391	672.678
Recebimentos	(144.209)	(178.512)
Atualização monetária	43.907	32.944
Juros	71.565	80.281
Saldo do período final	578.654	607.391
Circulante	140.068	127.639
Não Circulante	438.586	479.752

NOTA 10 – DIVIDENDOS A RECEBER

Dividendos		Controladora	
		2012	2011
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	% de participação		
Artemis	100,00%	15.945	4.863
Cerro Chato III	100,00%	176	652
Etau	27,40%	535	513
Integração	24,50%	-	2.060
Norte Brasil	24,50%	805	250
Porto Velho	100,00%	1.351	-
RS Energia	100,00%	2.332	773
Uirapuru	75,00%	1.908	1.382
		23.052	10.493

Os valores apresentados nesta rubrica referem-se a estimativa dos dividendos mínimos obrigatórios a serem destinados pelas SPE's. Considerando que a consolidação das informações das Controladas é feita com defasagem de 30 dias, os valores apresentados em 2012 estão baseados no lucro líquido constante nos Demonstrativos de Resultados das Investidas em 30 de novembro de 2012.

NOTA 11 – PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Com base na expectativa do provável recebimento dos créditos e também e avaliações jurídicas, a Companhia mantém provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, concernentes a “clientes” (nota 6) registrados no ativo circulante, no valor de R\$ 13.766 mil, “devedores diversos” (nota 14), registrados no ativo circulante, no valor de R\$ 7.023 mil, referentes a créditos com a Eletropar, vinculados a créditos que a mesma detém na Eletronet, que por sua vez teve a sua falência decretada e “outros créditos” (nota 14) registrados no ativo circulante, no valor de R\$ 3.830 mil.

Nessa mesma linha de avaliação, mantém, também, provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa, registrada no não circulante sob a rubrica de “Outros créditos”, no valor de R\$ 10.154 mil, concernentes à atualização monetária em litígio judicial, calculada sobre créditos de energia renegociados na vigência do Plano Real. (ver nota 14).

Movimentação da provisão para devedores duvidosos:

		Consolidado				
		2012				
Ativo Circulante	Nota	Saldo em 31.12.2011	Provisões	Reversões	Baixas para perdas	Saldo em 31.12.2012
Clientes	6	3.773	10.842	(345)	-	14.270
Devedores diversos	14.2	7.023	-	-	-	7.023
Créditos diversos	14.1	4.610	368	(1.148)	-	3.830
Ativo Não Circulante						
Créditos diversos	14.1	10.154	-	-	-	10.154

		Consolidado				
		2011				
Ativo Circulante	Nota	Saldo em 31.12.2010	Provisões	Reversões	Baixas para perdas	Saldo em 31.12.2011
Clientes	6	1.499	2.469	(195)	-	3.773
Devedores diversos	14.2	7.023	-	-	-	7.023
Créditos diversos	14.1	4.574	619	(583)	-	4.610
Ativo Não Circulante						
Créditos diversos	14.1	10.154	-	-	-	10.154

NOTA 12 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
ICMS	2.942	13.892	5.266	17.299
PIS	10.914	10.703	32.709	23.047
COFINS	50.272	49.305	150.667	106.166
Contribuição Social	-	5.885	1.156	6.121
Imposto de Renda	436	16.733	7.873	24.169
Outros créditos	8.372	1.038	9.593	1.777
(-) Ajustes a valor presente de tributos	(1.919)	(4.110)	(1.919)	(4.110)
	71.017	93.446	205.345	174.469
Circulante	29.582	30.983	51.593	42.509
Não circulante	41.435	62.463	153.752	131.960

ICMS, PIS e COFINS referem-se a créditos tomados na compra de ativo imobilizado e na formação do ativo financeiro da transmissão. Do total do crédito de PIS e Cofins, uma parte está disponível para compensação e o restante será apropriado a partir da entrada em operação comercial das UHE's e PCH's.

NOTA 13 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

a) Movimentações de AFAC no ativo

a.1) Composição dos saldos de AFAC por SPE:

	Controladora	
	2012	2011
Composição do saldo por empresa		
Cerro Chato I	-	86.760
Cerro Chato II	-	80.910
Cerro Chato III	-	74.790
Livramento	-	3.742
Porto Velho	-	50.000
RS Energia	-	66.258
Santa Vitória do Palmar	-	5.067
TSBE	31.898	-
TOTAL	31.898	367.527

a.2) Movimentação:

	Controladora	
	2012	2011
Saldo Inicial	367.527	42.390
(+) AFAC aportado no exercício	158.012	419.515
(-) Integralização de capital	(493.641)	(94.378)
Total	31.898	367.527

b) Movimentações de AFAC no passivo

O saldo da conta “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 554.930 mil está composto por valores recebidos da acionista Eletrobras.

	Controladora	
	2012	2011
Saldo Inicial	1.810.793	724.125
(+) AFAC recebido exercício	728.630	972.279
(+) Atualização pela SELIC	178.231	114.389
(-) Incorporação ao Capital	(2.162.724)	-
Total	554.930	1.810.793

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Créditos diversos	55.071	27.563	116.915	33.222
Devedores diversos	13.845	31.505	15.184	31.969
Serviços em curso	21.913	27.916	21.913	27.916
Desativações em curso	18.507	3.651	18.507	3.651
Alienações em curso	1.088	1.215	1.088	1.215
	110.424	91.850	173.607	97.973
Circulante	69.410	75.031	114.058	76.720
Não circulante	41.014	16.819	59.549	21.253

14.1 Créditos diversos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Títulos de créd.a receber/Alien., bens e direitos	2.794	3.493	2.794	3.493
Créditos por serviços prestados a terceiros	6.750	10.341	45.549	2.275
Títulos e valores mobiliários	139	136	139	136
Valores bloqueados judicialmente	175	20	344	61
Reserva Global de Reversão (RGR)	1.180	-	1.180	-
Dispêndios a reembolsar	11.364	7.734	11.364	7.756
Prêmio de seguro	615	382	10.982	14.006
Créditos em litígio	10.154	10.154	10.154	10.154
Depósitos vinculados a litígios	26.741	6.025	39.285	6.112
Empréstimo compulsório-aq. de combustível	2.024	1.876	2.024	1.876
Aplicação financeira - Teles Pires	-	-	25	-
Convênios prefeituras	4.252	734	4.252	734
Outros créditos a receber	2.867	1.432	2.807	1.383
(-) Prov. outros créd. liquid. Duvidosa (nota 11)	(13.984)	(14.764)	(13.984)	(14.764)
	55.071	27.563	116.915	33.222
Circulante	14.057	10.744	57.366	11.969
Não circulante	41.014	16.819	59.549	21.253

A Companhia registra na rubrica “Provisões para riscos”, evidenciada no Passivo Não Circulante, apenas os valores dos depósitos judiciais vinculados a provisões cujo parecer da área jurídica foi “Perda Provável”, reduzindo as provisões para contingências.

14.2 Devedores diversos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Rendas a receber - encargos de dívidas	1.423	1.403	1.423	1.403
Adiantamentos a fornecedores	1.626	21.779	2.776	21.971
Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar	7.023	7.023	7.023	7.023
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	280	280	280	280
Adiantamentos a empregados	5.077	4.199	5.159	4.226
Créditos com empregados	143	150	143	277
Credenciamento médico	2.383	2.332	2.383	2.332
Outros devedores	2.913	1.362	3.020	1.480
(-) Prov. crédl. liquid. Duvidosa (nota 11)	(7.023)	(7.023)	(7.023)	(7.023)
	13.845	31.505	15.184	31.969

Os créditos com a Eletrobrás Participações S.A. (Eletropar), vinculados a créditos que a mesma detém na Eletronet, que por sua vez, teve sua falência decretada, estão incluídos na provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa. (ver nota 11).

14.3 Desativações, alienações e serviços em curso

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Serviços em curso				
Construção da casa sustentável	-	126	-	126
Convênio MME - 009/2004 Evit. Capac. Prodee	156	151	156	151
Implantação LT 525 kV Campos Novos/Santa Rita-RS	27	16	27	16
Implantação novo Trafo p/ Gerdau - SE Charqueadas	156	508	156	508
Projeto Alto Uruguai	1	2.226	1	2.226
P&D ANEEL diversos	143	8.969	143	8.969
Substituição de transfor. III-GENVISA na SE Joinville	743	743	743	743
Análise de projeto acomp. Comis. das instalações	4.600	4.633	4.600	4.633
Licitações e Leilões ANEEL	606	230	606	230
Engenharia do proprietário UHE Mauá	2.197	1.936	2.197	1.936
Engenharia do proprietário CHUI I, II, IV, V	627	-	627	-
Engenharia do proprietário IBIRAPUITA, C. Chato IV, V	4.859	-	4.859	-
Engenharia do proprietário VERACE I A X	1.425	-	1.425	-
Sinistro transformador Siderópolis	1.009	872	1.009	872
Fontes alternativas geração de energia elétrica	-	2.199	-	2.199
Sinistro transformadores SE Curitiba	28	28	28	28
Troca sistema climatização Sertão do Maruim	1.818	1.818	1.818	1.818
Desenvolvimento de redes de sensores passivos	779	-	779	-
Utilização de tecnologia de plasma para bauxita	381	-	381	-
Estudo de expansão da UHE Belo Monte	300	208	300	208
Outros serviços	2.058	3.253	2.058	3.253
	21.913	27.916	21.913	27.916
Desativações em curso	18.507	3.651	18.507	3.651
Alienações em curso	1.088	1.215	1.088	1.215
	41.508	32.782	41.508	32.782

NOTA 15 – TRIBUTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo não circulante				
Provisões cíveis e fiscais	27.136	8.670	27.136	8.670
Provisões trabalhistas	24.567	21.496	24.567	21.496
Passivo atuarial	64.442	6.702	64.442	6.702
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.247	4.025	7.327	4.025
Provisão para perdas contratos onerosos	309.543	2.453	309.543	2.453
Amortização ágio s/ investimento	9.488	8.480	9.488	8.480
Valor recuperável de ativos (Impairment)	90.528	48.575	90.528	48.575
Participação nos lucros e resultados (PLR)	10.717	11.287	10.717	11.287
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	7.733	4.633
Contribuição benefício geração atual	7.248	9.226	7.248	9.226
Derivativos	-	-	-	4.792
Ajuste valor presente de tributos e UBP	1.236	1.398	1.236	1.398
Outros	-	-	8.600	3.703
	552.152	122.312	568.565	135.440
Passivo não circulante				
Receita de atual. créditos energia renegociados (i)	195.554	205.469	195.554	205.469
Parcelamento Especial (PAES)	1.295	1.242	1.295	1.242
Provisão ajustes de adoção CPC's	3.042	11.427	8.648	12.582
Amortização ágio s/ investimento	5.992	-	5.992	-
Depreciação acelerada UHE Passo São João	4.366	-	4.366	-
Outros	22.689	22.175	30.408	29.119
	232.938	240.313	246.263	248.412
Tributos diferidos líquidos	319.214	(118.001)	322.302	(112.972)

(i)
O diferimento dos tributos incidentes sobre a receita de atualização dos créditos de energia renegociados – Lei nº 8.727/93 foi iniciado em janeiro de 1999. Até dezembro de 1998, todos os tributos incidentes sobre tais receitas (juros e variação monetária) foram recolhidos pelo regime de competência. Todavia, os valores recolhidos até aquela data já ultrapassavam aos valores efetivamente recebidos da União com o pagamento da dívida à Eletrosul, por conta da Lei nº 8.727/93. Destarte, de forma a preservar o patrimônio da Companhia, a Administração optou por diferir os tributos, a partir de janeiro de 1999, para recolhimento com base nos valores efetivamente recebidos.

Até dezembro de 2004, foram compensados os valores recolhidos até a competência dezembro de 1998. A partir de janeiro de 2005, passou-se a tributar e recolher sobre os valores efetivamente recebidos. Essa situação é decorrente do fato de que a União paga as parcelas mensais de sua dívida de acordo com o que recebe dos Estados, que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de suas receitas, conforme descrito na nota 9.

A expectativa de compensações dos ativos e passivos fiscais diferidos são as seguintes:

Ano	Consolidado	
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
2013	52.413	10.272
2014	30.572	10.272
2015	36.831	11.039
2016	29.579	11.108
2017	24.732	11.108
Após 2017	378.025	179.139
Total	552.152	232.938

NOTA 16 – INVESTIMENTOS

16.1 Investimentos nas controladas e controladas em conjunto

Participação societária permanente	Controladora	
	2012	2011
Controladas	1.086.086	650.524
Controladas em conjunto	1.457.852	695.011
Outros	3.277	3.281
Total dos investimentos	2.547.215	1.348.816

16.2 Movimentação dos investimentos nas controladas e controladas em conjunto

No ano de 2012:

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	Part. (%)	Saldos em 31/12/2011	Adições	Resultado de participação societária	Ajus. Aval. patrimonial	Destin./ Ajuste de Dividendo	Amort. do Ágio	Outros	Saldos em 31/12/2012
Em operação									
Artemis	100,0%	252.302	-	26.989	-	(20.582)	(5.738)	-	252.971
Cerro Chato I	100,0%	-	86.760	(261)	-	-	-	-	86.499
Cerro Chato II	100,0%	-	80.910	(904)	-	-	-	-	80.006
Cerro Chato III	100,0%	2.275	74.789	(1.721)	-	476	-	-	75.819
Etau	27,4%	21.840	-	4.793	-	(2.937)	-	-	23.696
RS Energia	100,0%	146.203	79.092	8.182	-	(1.558)	-	-	231.919
Porto Velho	100,0%	193.624	107.500	2.685	-	(1.351)	(18)	-	302.440
Uirapuru	75,0%	56.120	-	7.935	-	(6.902)	(721)	-	56.432
Integração	24,5%	8.898	-	9.197	-	2.060	-	-	20.155
Em fase pré-operacional									
Chuí	49,0%	-	33.887	(281)	-	-	-	-	33.606
Costa Oeste	49,0%	196	1.194	(252)	-	-	-	-	1.138
ESBR Participações	20,0%	554.408	390.001	(4.352)	(232)	-	-	-	939.825
Livramento	49,0%	-	36.055	(775)	-	-	-	-	35.280
Marumbi	20,0%	-	622	(52)	-	-	-	-	570
Norte Brasil	24,5%	16.119	166.110	3.414	8.536	(554)	-	-	193.625
Santa Vitória do Palmar	49,0%	-	97.551	(492)	-	-	-	-	97.059
TSBE	80,0%	-	6.408	(107)	-	-	-	-	6.301
TSLE	51,0%	-	17.345	(564)	-	-	-	-	16.781
Teles Pires Participações	24,7%	93.550	-	(3.734)	-	-	-	-	89.816
Outros investimentos		3.281	-	-	-	-	-	(4)	3.277
Totais		1.348.816	1.178.224	49.700	8.304	(31.348)	(6.477)	(4)	2.547.215

No ano de 2011:

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	Part. (%)	Saldos em 31/12/2010	Adições	Resultado de participação societária	Ajus. Aval. patrimonial	Destin./ Ajuste de Dividendo	Amort. do Ágio	Outros	Saldos em 31/12/2011
Em operação									
Artemis	100,0%	77.177	173.989	13.602	-	(10.517)	(1.949)	-	252.302
Cerro Chato III	90,0%	-	-	2.927	-	(652)	-	-	2.275
Etau	27,4%	17.934	-	5.413	-	(1.507)	-	-	21.840
RS Energia	100,0%	142.646	-	3.253	-	304	-	-	146.203
Uirapuru	75,0%	24.455	30.584	4.474	-	(3.092)	(301)	-	56.120
Integração	24,5%	2.312	-	8.646	-	(2.060)	-	-	8.898
Em fase pré-operacional									
Costa Oeste	49,0%	-	196	-	-	-	-	-	196
ESBR Participações	20,0%	412.001	142.799	(3.646)	3.254	-	-	-	554.408
Norte Brasil	24,5%	9.434	6.394	1.164	(623)	(250)	-	-	16.119
Porto Velho	100,0%	194.186	-	(1.330)	-	768	-	-	193.624
Teles Pires	24,5%	-	94.378	(828)	-	-	-	-	93.550
Outros investimentos		3.307	(26)	-	-	-	-	-	3.281
Totais		883.452	448.314	33.675	2.631	(17.006)	(2.250)	-	1.348.816

16.3 Informações financeiras resumidas de controladas e controladas em conjunto

As principais informações financeiras dos balanços das controladas e controladas em conjunto estão demonstrados a seguir, pelos valores originais sem considerar a proporcionalidade.

2012						
Sociedades de Propósito Específico (SPE's)	Part. (%) em 31.12.2012	Receita operacional	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ativo total	Passivo	Patrimônio Líquido
Em operação						
Artemis	100,0%	66.555	27.140	283.250	117.865	165.385
Cerro Chato I	100,0%	11.614	639	158.955	72.456	86.499
Cerro Chato II	100,0%	12.432	(787)	153.187	73.181	80.006
Cerro Chato III	100,0%	13.022	(2.028)	149.816	73.997	75.819
Etau	27,4%	29.271	17.484	132.195	45.766	86.429
RS Energia	100,0%	93.886	8.182	388.128	156.209	231.919
Uirapuru	75,0%	21.949	10.713	98.729	44.886	53.843
Porto Velho	100,0%	142.664	2.685	612.217	311.187	301.030
Integração	24,5%	93.394	37.539	159.230	76.964	82.266
Em fase pré-operacional						
Chuí	49,0%	-	(574)	75.754	7.171	68.583
Costa Oeste	49,0%	-	(516)	2.391	70	2.321
ESBR Participações	20,0%	-	(21.786)	14.492.856	9.793.732	4.699.124
Livramento	49,0%	-	(1.581)	103.567	31.566	72.001
Marumbi	20,0%	-	(262)	2.892	43	2.849
Norte Brasil	24,5%	1.107.237	13.829	2.482.661	1.692.361	790.300
Santa Vitória do Palmar	49,0%	-	(1.004)	206.718	8.637	198.081
TSBE	80,0%	40.049	(134)	68.433	60.557	7.876
TSLE	51,0%	13.357	(1.106)	35.472	2.568	32.904
Teles Pires	24,7%	-	(15.241)	1.366.032	999.430	366.602

2011						
Sociedades de Propósito Específico (SPE's)	Part. (%) em 31.12.2011	Receita operacional	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ativo total	Passivo	Patrimônio Líquido
Em operação						
Artemis	100,0%	47.746	20.447	275.812	111.969	163.843
Cerro Chato I	90,0%	5	(772)	148.348	149.228	(880)
Cerro Chato II	90,0%	1.363	4	155.261	155.358	(97)
Cerro Chato III	90,0%	6.620	3.357	164.024	160.771	3.253
Etau	27,4%	34.296	24.665	136.588	56.692	79.896
RS Energia	100,0%	65.097	3.254	329.664	132.429	197.235
Uirapuru	75,0%	16.213	7.756	100.411	46.237	54.174
Integração	24,5%	53.260	35.405	69.670	24.944	44.726
Em fase pré-operacional						
ESBR Participações	20,0%	87	(18.231)	10.002.312	7.230.271	2.772.041
Norte Brasil	24,5%	562.935	4.302	753.737	712.925	40.812
Porto Velho	100,0%	248.296	(1.329)	445.582	253.385	192.197
Teles Pires	24,5%	-	(3.381)	469.772	473.152	(3.380)

16.4 Informações das Sociedades Investidas

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	% Part.	Acionistas	%	Início Construção	Início da operação	Término concessão
Em operação comercial						
Artemis*	100,0	-	-	2003	2004	2034
Etau	27,4	Transmissora Aliança	52,6			
		CEEE	10,0	2003	2004	2032
		DME Energética	10,0			
Uirapuru	75,0	ELOS	25,0	2004	2005	2035
RS Energia	100,0	-	-	2006	2009	2036
Porto Velho	100,0	-	-	2009	2012	2039
Cerro Chato I	100,0	-	-	2010	2012	2045
Cerro Chato II	100,0	-	-	2010	2012	2045
Cerro Chato III	100,0	-	-	2010	2011	2045
Construtora Integração	24,5	Eletronorte	24,5			
		Abengoa Brasil	51,0	-	-	-
Em fase pré-operacional						
Norte Brasil	24,5	Eletronorte	24,5			
		Abengoa Brasil	51,0	2009	2013	2039
Costa Oeste	49,0	Copel	51,0	2012	2014	2042
TSBE	80,0	Copel	20,0	2012	2014	2042
Marumbi	20,0	Copel	80,0	2012	2014	2042
TSLE	51,0	CEEE	49,0	2012	2013	2042
ESBR Participações	20,0	SUEZ	60,0			
		CHESF	20,0	2009	2013	2043
Teles Pires Participações	24,7	Neoenergia	50,6			
		Furnas	24,7	2011	2014	2045
Chuí	49,0	Rio Bravo Investimentos	51,0	2012	2013	2047
Livramento	49,0	Rio Bravo Investimentos	41,0			
		Fundação Elos	10,0	2012	2013	2047
Santa Vitória do Palmar	49,0	Rio Bravo Investimentos	51,0	2012	2013	2047

* Incorporada em 11/01/2013

As obras dos projetos em fase pré-operacional, previstos para início de operação em 2013 e 2014, estão dentro do cronograma de conclusão.

NOTA 17 – IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

Geração	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imobilizações em serviço	590.156	-	996.933	-
(-) Depreciação acumulada	(11.502)	-	(33.251)	-
Imobilizações em curso	1.600.426	1.656.223	4.667.477	3.852.458
(-) Provisão valor recuperável dos ativos	(198.645)	(142.870)	(198.645)	(142.870)
Total Geração	1.980.435	1.513.353	5.432.514	3.709.588
Administração				
Imobilizações em serviço	42.104	36.151	42.590	36.493
(-) Depreciação acumulada	(16.062)	(14.743)	(16.129)	(14.769)
Imobilizações em curso	5.652	4.194	5.663	4.300
Total Administração	31.694	25.602	32.124	26.024
Total Imobilizado Líquido	2.012.129	1.538.955	5.464.638	3.735.612

b) Encargos financeiros capitalizados

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Total dos encargos financeiros	138.831	120.386	317.193	229.854
(-) Transferência para o imobilizado	45.416	42.991	162.673	120.386
Efeito líquido no resultado	93.415	77.395	154.520	109.468

c) Taxas de depreciação

Geração	Consolidado	
	2012	2011
Intangíveis	20,24%	19,64%
Reservatórios, barragens e adutoras	3,40%	3,40%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,48%	4,13%
Máquinas e equipamentos	3,67%	4,24%
Administração		
Intangíveis	6,64%	6,64%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,45%	4,17%
Máquinas e equipamentos	8,40%	6,54%
Veículos	9,78%	15,20%
Móveis e utensílios	5,12%	8,28%

Em 16 de fevereiro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou a Resolução Normativa nº 474/2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado do Setor Elétrico, taxas estas adotadas pela Companhia para fins societários, por representar adequadamente a vida útil dos bens.

d) Movimentação do ativo imobilizado:

No ano de 2012:

	Controladora				
	31.12.2011	31.12.2012			
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em serviço	-	-	(18.755)	608.911	590.156
Depreciação acumulada	-	(11.899)	397	-	(11.502)
Em curso	1.656.223	613.410	(59.749)	(609.458)	1.600.426
Total	1.656.223	601.511	(78.107)	(547)	2.179.080
Administração					
Em serviço	36.151	5.753	(405)	605	42.104
Depreciação acumulada	(14.743)	(1.942)	397	226	(16.062)
Em curso	4.194	3.263	(11)	(1.794)	5.652
Total	25.602	7.074	(19)	(963)	31.694
<i>Impairment</i>	(142.870)	(84.706)	28.931	-	(198.645)
TOTAL	1.538.955	523.879	(49.195)	(1.510)	2.012.129

	Consolidado				
	31.12.2011	31.12.2012			
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em serviço	-	-	(18.755)	1.015.688	996.933
Depreciação acumulada	-	(33.648)	397	-	(33.251)
Em curso	3.852.458	1.890.908	(59.749)	(1.016.140)	4.667.477
Total	3.852.458	1.857.260	(78.107)	(452)	5.631.159
Administração					
Em serviço	36.493	5.892	(405)	610	42.590
Depreciação acumulada	(14.769)	(1.983)	397	226	(16.129)
Em curso	4.300	3.268	(11)	(1.894)	5.663
Total	26.024	7.177	(19)	(1.058)	32.124
<i>Impairment</i>	(142.870)	(84.706)	28.931	-	(198.645)
TOTAL	3.735.612	1.779.731	(49.195)	(1.510)	5.464.638

No ano de 2011:

	Controladora				
	31.12.2010	31.12.2011			
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em curso	1.159.297	581.432	(85.035)	529	1.656.223
Total	1.159.297	581.432	(85.035)	529	1.656.223
Administração					
Em serviço	35.327	-	(103)	927	36.151
Depreciação acumulada	(12.647)	(2.191)	62	33	(14.743)
Em curso	1.958	4.684	(6)	(2.442)	4.194
Total	24.638	2.493	(47)	(1.482)	25.602
<i>Impairment</i>	(135.138)	(35.206)	27.474	-	(142.870)
TOTAL	1.048.797	548.719	(57.608)	(953)	1.538.955

	Consolidado				
	31.12.2010	31.12.2011			
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em curso	2.260.495	1.676.481	(85.047)	529	3.852.458
Total	2.260.495	1.676.481	(85.047)	529	3.852.458
Administração					
Em serviço	35.486	198	(103)	912	36.493
Depreciação acumulada	(12.647)	(2.217)	62	33	(14.769)
Em curso	1.958	2.960	(6)	(612)	4.300
Total	24.797	941	(47)	333	26.024
<i>Impairment</i>	(135.138)	(35.206)	27.474	-	(142.870)
TOTAL	2.150.154	1.642.216	(57.620)	862	3.735.612

As principais adições no imobilizado consolidado referem-se basicamente aos investimentos realizados no período nas usinas Passo São João, São Domingos, Jirau, Mauá e Teles Pires.

e) Indisponibilidade de bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a estes serviços públicos, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do Poder Concedente.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que os recursos da alienação sejam depositados em conta bancária vinculada, para que sejam reaplicados na concessão.

f) Reversão de bens vinculados à concessão

Ao término dos contratos de concessão, todos os bens e instalações vinculados as usinas passarão a integrar o patrimônio da União. Os investimentos adicionais ao projeto básico autorizado, realizados para garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido, terão a parcela não amortizada ou depreciada indenizada ao término da concessão.

Com a assinatura do aditivo contratual ao contrato de concessão nº 57/2001 em 04 de dezembro de 2012, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Lei 12.783/13, passando todos os bens vinculados ao referido contrato para a União, sob administração da Companhia.

NOTA 18 – INTANGÍVEL

		Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Intangível					
Softwares		4.252	4.252	4.530	4.443
Uso de bens públicos		25.636	21.200	67.996	58.416
Intangível - Direito de concessões		113.319	113.319	261.385	261.485
Ajuste a valor recuperável		-	-	(33.855)	(33.855)
		143.207	138.771	300.056	290.489
(-) Amortização acumulada					
Softwares	20%	(3.708)	(3.426)	(3.815)	(3.488)
Uso de bens públicos		(35)	-	(35)	-
Intangível - Direito de concessões		(58.785)	(56.325)	(67.953)	(59.016)
		(62.528)	(59.751)	(71.803)	(62.504)
Intangível em curso					
Softwares		2.595	775	2.595	775
Total Intangível		83.274	79.795	230.848	228.760

A movimentação do intangível está demonstrada abaixo:

	Controladora				Total
	Softwares	Uso de bens públicos	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Ajuste a valor recuperável	
Saldos em 31.12.2010	1.701	18.060	77.080	-	96.841
Adições	221	3.140	-	-	3.361
Alienação Baixa	-	-	-	-	-
Amortização	(321)	-	(20.086)	-	(20.407)
Saldos em 31.12.2011	1.601	21.200	56.994	-	79.795
Adições	1.820	4.436	-	-	6.256
Amortização	(282)	(35)	(2.460)	-	(2.777)
Saldos em 31.12.2012	3.139	25.601	54.534	-	83.274

Consolidado					
	Softwares	Uso de bens públicos	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Ajuste a valor recuperável	Total
Saldos em 31.12.2010	2.717	35.868	79.898	-	118.483
Adições	383	22.548	145.668	(33.855)	134.744
Alienação Baixa	(1.016)	-	-	-	(1.016)
Amortização	(354)	-	(23.097)	-	(23.451)
Saldos em 31.12.2011	1.730	58.416	202.469	(33.855)	228.760
Adições	2.072	9.580	-	-	11.652
Amortização	(492)	(35)	(9.037)	-	(9.564)
Saldos em 31.12.2012	3.310	67.961	193.432	(33.855)	230.848

Os ágios pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa futuro estimado obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do sistema de transmissão de elétrica.

O valor registrado do ágio refere-se a aquisição da participação acionária na SC Energia em 11 de fevereiro de 2009, Artemis em 11 de agosto de 2011, na Uirapuru em 11 de agosto de 2011 e na Porto Velho em 12 de novembro de 2010. O ágio tem vida útil definida e está sendo amortizado de acordo com o período de concessão.

De acordo com a Orientação Técnica OCPC 05, os contratos de concessão das usinas estão reconhecidos no imobilizado os valores relativos ao uso de bem público decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados conforme dispõem os contratos. Assim, a Companhia e suas controladas, contabilizaram os registros de uso de bem público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital. Os valores estão divulgados na nota 27.

NOTA 19 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

A Companhia e suas controladas testam anualmente a recuperabilidade para os seus ativos intangíveis, que se constituem basicamente da parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos dos processos de combinação de negócios, com base em valor presente dos fluxos de caixas.

Para os ativos não Financeiros de longa duração, são revisados anualmente ou sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC), inclusive as unidades que se encontram na fase pré-operacional e em projetos de implantação de novos negócios, quanto aos aspectos do *impairment*.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

a) Principais premissas adotadas:

	2012	2011
Taxa de desconto “pós-tax” - Geração	4,98%	5,49%
Taxa de desconto “pós-tax” - Transmissão	4,73%	5,28%
Preço por MWh gerado nas PCH's	R\$ 135,00	R\$ 155,00
Preço da energia gerada nas UHE's	Valor atualizado dos preços dos contratos vigentes no ambiente regulado.	
Encargos setoriais e fiscais	Taxas legais sobre o montante das receitas.	
Pessoal, Materiais, Serviços e Outros	Orçamento financeiro apurados por Unidade Geradora de Caixa (UGC)	
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações	

b) Testes de *Impairment* do ativo imobilizado:

Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs

A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 despesas de *impairment* no montante de R\$ 44.377 mil para a UGC João Borges e R\$ 44.329 mil para a UGC Rio Chapéu.

Foram reconhecidos ainda despesas de *impairment* por descontinuidade dos projetos das PCHs Pinheiro, R\$ 3.829 mil e PCH Itararé no montante de R\$ 4.256 mil.

A Companhia reavaliou a implantação do projeto da PCH Santo Cristo e foi reconhecido reversão de despesas de *impairment* reconhecidas em 2011 no montante de R\$ 8.035 mil.

Usinas Hidrelétricas - UHEs

Não foram detectados indícios de *impairment* nas unidades geradoras de caixa dos projetos de geração das Usinas Mauá e São Domingos.

Para a UGC UHE Passo São João, foi reconhecido um ajuste para redução da provisão para *impairment* de R\$ 3.464 mil, registrado como reversão de despesas de *impairment*.

c) Testes de *Impairment* do Ativo Financeiro

Em 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidos despesas de *impairment* do ativo financeiro nas UGC linha de transmissão Presidente Médice - Santa Cruz no montante de R\$ 27.117 mil e subestação Missões no montante de R\$ 4.998 mil.

d) Testes de *Impairment* dos Ativos Intangíveis (Ágio)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia realizou testes de recuperabilidade para o seu investimento na Artemis, tendo apurado e reconhecido no resultado do exercício de 2011, desvalorização no montante de R\$ 33.855 mil, decorrentes da diferença entre fluxos de caixa futuro descontado a valor presente e o valor total do investimento após a realização da combinação de negócios, reconhecido diretamente no resultado do exercício. Em 2012, não houve necessidade de reconhecimento adicional de *impairment*, conforme dispõe o CPC 04, não é permitido a reversão da provisão, permanecendo o valor apurado em 2011.

NOTA 20 – FORNECEDORES

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Materiais e serviços	55.912	97.060	195.962	312.536
Encargos de uso da rede elétrica	1.079	-	1.079	-
Fornecimento de energia elétrica	13.549	12.486	13.549	12.486
	70.540	109.546	210.590	325.022

NOTA 21 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

a) Composição

	Controladora							
	31.12.2012				31.12.2011			
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda estrangeira								
Partes relacionadas								
Eletrobras	-	-	35.831	35.831	-	-	32.359	32.359
Instituições financeiras								
BRDE	16	-	-	16	20	-	-	20
BNDES	28	-	-	28	34	-	-	34
	44	-	35.831	35.875	54	-	32.359	32.413
Moeda nacional								
Partes relacionadas								
Eletrobras	5.366	93.186	943.086	1.041.638	5.465	65.623	879.591	950.679
Instituições financeiras								
BRDE	83	4.309	23.231	27.623	115	4.227	27.135	31.477
BNDES	3.607	49.268	649.851	702.726	6.171	34.400	550.023	590.594
Banco do Brasil	5.438	19.225	200.408	225.071	5.892	27.461	202.974	236.327
	14.494	165.988	1.816.576	1.997.058	17.643	131.711	1.659.723	1.809.077
	14.538	165.988	1.852.407	2.032.933	17.697	131.711	1.692.082	1.841.490

Consolidado								
31.12.2012				31.12.2011				
	Encargos	Circulante	Não		Encargos	Circulante	Não	
			Circulante	Total			Circulante	Total
Moeda estrangeira								
Partes relacionadas								
Eletrobras	-	-	35.831	35.831	-	-	32.359	32.359
Instituições financeiras								
BRDE	86	1.048	5.585	6.719	90	924	5.852	6.866
BNDES	72	2.544	12.508	15.124	79	2.191	12.962	15.232
	158	3.592	53.924	57.674	169	3.115	51.173	54.457
Moeda nacional								
Partes relacionadas								
Eletrobras	5.366	93.186	943.086	1.041.638	5.465	65.623	879.591	950.679
Instituições financeiras								
BRDE	611	8.901	47.681	57.193	667	8.828	56.227	65.722
BNDES	28.828	298.471	2.422.664	2.749.963	16.246	132.437	1.791.057	1.939.740
Banco do Brasil	6.323	19.225	453.015	478.563	5.892	27.461	386.771	420.124
Banrisul	368	12.250	-	12.618	-	-	-	-
Caixa	885	-	252.607	253.492	-	-	183.797	183.797
Bradesco BBI	637	-	181.256	181.893	-	-	132.334	132.334
Itaú BBA	597	-	169.796	170.393	-	-	124.061	124.061
BNB	169	-	42.476	42.645	-	-	34.922	34.922
	43.784	432.033	4.512.581	4.988.398	28.270	234.349	3.588.760	3.851.379
	43.942	435.625	4.566.505	5.046.072	28.439	237.464	3.639.933	3.905.836

b) Movimentação e saldo dos financiamentos e empréstimos:

Controladora								
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante			Não	Circulante			Não
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31.12.2010	11.109	76.917	88.026	1.386.322	59	-	59	21.902
Ingressos	-	-	-	357.646	-	-	-	7.722
Refinanciamentos	(3.654)	222	(3.432)	5.238	(4.541)	-	(4.541)	2.735
Provisão de encargos	112.390	-	112.390	1.688	1.908	-	1.908	-
Variação monetária e cambial	2.659	1.308	3.967	35.257	4.540	-	4.540	-
Transferências	-	126.428	126.428	(126.428)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(104.861)	(73.164)	(178.025)	-	(1.912)	-	(1.912)	-
Saldo em 31.12.2011	17.643	131.711	149.354	1.659.723	54	-	54	32.359
Ingressos	-	-	-	241.427	-	-	-	-
Refinanciamentos	(3.285)	(80)	(3.365)	4.620	(4.727)	-	(4.727)	3.472
Provisão de encargos	122.557	-	122.557	11.647	2.113	-	2.113	-
Variação monetária e cambial	1.756	1.432	3.188	34.838	4.727	-	4.727	-
Transferências	-	135.679	135.679	(135.679)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(124.177)	(102.754)	(226.931)	-	(2.123)	-	(2.123)	-
Saldo em 31.12.2012	14.494	165.988	180.482	1.816.576	44	-	44	35.831

Consolidado								
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31.12.2010	23.225	106.202	129.427	2.414.716	124	1.412	1.536	31.571
Ingressos	-	60.739	60.739	1.210.648	-	-	-	19.321
Refinanciamentos	(3.654)	222	(3.432)	5.238	(4.541)	-	(4.541)	2.735
Provisão de encargos	211.568	-	211.568	17.482	3.503	-	3.503	-
Variação monetária e cambial	2.829	1.308	4.137	35.257	4.540	66	4.606	1.847
Transferências	(71.979)	166.560	94.581	(94.581)	67	4.234	4.301	(4.301)
Amortizações/pagamentos	(133.719)	(100.682)	(234.401)	-	(3.524)	(2.597)	(6.121)	-
Saldo em 31.12.2011	28.270	234.349	262.619	3.588.760	169	3.115	3.284	51.173
Ingressos	645	197.985	198.630	974.641	-	-	-	-
Refinanciamentos	(3.285)	(80)	(3.365)	4.620	(4.727)	-	(4.727)	3.472
Provisão de encargos	297.722	-	297.722	21.937	3.826	-	3.826	-
Variação monetária e cambial	1.967	1.432	3.399	34.838	4.727	484	5.211	2.587
Transferências	(100.973)	213.188	112.215	(112.215)	-	3.308	3.308	(3.308)
Amortizações/pagamentos	(180.562)	(214.841)	(395.403)	-	(3.837)	(3.315)	(7.152)	-
Saldo em 31.12.2012	43.784	432.033	475.817	4.512.581	158	3.592	3.750	53.924

c) Vencimentos de longo prazo:

Ano	Controladora		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
2014	219.238	149.127	432.819	306.396
2015	182.405	144.801	391.468	279.030
2016	152.427	144.801	360.126	279.030
2017	149.510	136.048	507.698	270.277
2018	148.688	133.131	331.066	267.360
Após 2018	1.000.139	984.174	2.543.327	2.237.840
Total não circulante	1.852.407	1.692.082	4.566.504	3.639.933

d) Condições contratuais dos financiamentos da controladora:

CONTROLADORA							
Credor	Moeda	Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento Contrato	Garantias	Saldos em 31.12.2012
Eletrobras/ RGR	Reais	12/01/2006	Reforço Energético Ilha - Continente	7,0% a.a	30/08/2019	a	105.224
Eletrobras/ RGR	Reais	04/08/2006	Iluminação e Climatização do Edifício Sede	6,50% a.a	30/01/2013	a	55
Eletrobras/ RGR	Reais	20/11/2008	Implantação da SE Joinville Norte	7,0% a.a	30/03/2016	a	39.131
Eletrobras/ RGR	Reais	14/03/2011	Reluz Novo Hamburgo RS	6,5% a.a.	30/11/2017	a	4.933
Eletrobras	Euros	01/07/2009	Complexo São Bernardo PCHs	Conversão da moeda + 2,2% a.a.	30/12/2038	a	35.832
Eletrobras	Reais	01/11/2009	Repactuação de dívidas (ECF 2626, ECF 2692 e ECF 2727)	7% a.a. + IPCA	30/03/2030	a	516.109
Eletrobras	Reais	04/03/2010	Programa de Obras de Transmissão	7% a.a. + IPCA	30/09/2021	a	90.525
Eletrobras	Reais	19/12/2012	Reinversões de dividendos a Eletrobras relativos ao exercício de 2011; quitação do serviço da dívida do mês 12/2012; liberação de recursos para aplicação junto às SPE's.	0,5% a.a. + SELIC	20/04/2015	a	106.107
Eletrobras/FFC	Reais	17/08/2011	Aquisição da Artemis e Uirapuru	7% a.a. + IPCA	28/02/2024	a	179.553
BNDES/Banco do Brasil	Reais	31/10/2006	Ampliação Subestação Caxias 5	TJLP + 3,5% a.a	15/04/2013	b	818
BNDES/Banco do Brasil	Reais	27/03/2007	Ampliação B Subestação Caxias	TJLP + 3,8% a.a	15/04/2013	b	1.112
BNDES/Banco do Brasil	Reais	27/03/2007	Implantação da Subestação Nova Santa Rita	TJLP + 3,8% a.a	15/04/2013	b	2.465
BNDES/Banco do Brasil	Reais	16/04/2009	Implantação UHE Mauá	TJLP + 2,13 a.a.	15/01/2028	d	185.439
BNDES/Banco do Brasil	Reais	01/03/2011	Nota de Crédito Comercial - Subestação Biguaçu ampliação D	5,5% a.a.	15/03/2021	b	5.393
BNDES/Banco do Brasil	Reais	01/03/2011	Nota de Crédito Comercial - Subestação Biguaçu ampliação F	5,5% a.a.	15/03/2021	b	2.158
BNDES/Banco do Brasil	Reais	26/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4,5% a.a	15/05/2019	e	27.686
BNDES/BRDE	Reais	26/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4,5% a.a	15/05/2019	e	27.639
BNDES	Reais	24/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,0% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4% a.a	15/05/2019	e	55.982
BNDES	Reais	23/12/2008	Expansão da linha de transmissão Campos Novos - Blumenau	TJLP + 2,12% a.a	15/03/2021	e	46.860
BNDES	Reais	04/03/2008	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a	15/07/2026	c	177.880
BNDES	Reais	20/06/2012	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a.	15/07/2026	c	14.701
BNDES	Reais	16/04/2009	Implantação UHE Mauá	TJLP + 1,81 a.a.	15/01/2028	d	185.283
BNDES	Reais	10/03/2011	Implantação UHE São Domingos	TJLP + 1,72 a.a.	15/06/2028	c	222.048
Total							2.032.933

Garantias Controladora

- (a) Receita própria, suportada por procuração para recebimentos dos valores vencidos e não pagos;
- (b) contrato de penhor de duplicatas, vencíveis a prazo de até 180 dias, não excedendo o vencimento deste contrato e cobrindo, no mínimo, 130% da dívida resultante do presente financiamento;
- (c) Fiança da Eletrobras;
- (d) Fiança da Eletrobras, com a cessão e vinculação de receitas;
- (e) Penhor de ações.

Conforme demonstrado no item “g” desta nota, a Eletrosul Centrais Elétricas S/A, entende que, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, além dos *covenants* financeiros, está atendendo a todos os demais *covenants* exigidos pelos contratos de financiamentos.

e) Condições contratuais dos financiamentos das controladas:

CONTROLADAS							
Credor	Moeda	Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento Contrato	Garantias	Saldos* em 31.12.2012
BNDES	Reais	20/12/2011	Implantação UHE Teles Pires (MT)	TJLP + 2,4%	15/06/2036	l	186.380
BNDES	Reais	05/08/2005	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Salto Santiago (PR) - Ivaiporã (PR)	TJLP + 4,0%	15/10/2018	k	68.921
BNDES	Dolar	20/12/2005	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaiporã (PR) - Cascavel do Oeste (PR)	Cesta de Moedas + 4,0% a.a.	15/10/2018	k	15.096
BNDES	Reais	30/08/2005	Implantação de linha de transmissão 230 kV, Lagoa Vermelha (RS) - Santa Marta (RS)	Cesta de Moedas + 4,0% a.a. TJLP + 4,0% a.a.	15/01/2018	g, h	9.825
BRDE	Reais	15/10/2006	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaporã (PR) - Londrina (PR)	TJLP + 4,50%	15/03/2019	k	29.571
BRDE	Dolar	15/10/2006	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaporã (PR) - Londrina (PR)	Cesta de Moedas + 4,5% a.a.	15/03/2019	k	6.701
BNDES/Banco do Brasil	Reais	25/06/2010	Construção dos Aerogeradores	4,5% a.a.	01/07/2020	i	70.063
BNDES/Banco do Brasil	Reais	25/06/2010	Construção dos Aerogeradores	4,5% a.a.	01/07/2020	i	71.492
BNDES/Banco do Brasil	Reais	25/06/2010	Construção dos Aerogeradores	4,5% a.a.	01/07/2020	i	71.492
BNDES	Reais	07/05/2008	Implantação de linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	TJLP + 3,00%	01/01/2021	f	101.508
BNDES	Reais	04/04/2012	SE Caxias 6, SE Ijuí 2, SE Nova Petrópolis 2 e SE Lajeado Grande	TJLP + 2,12%	01/03/2027	n	30.899
BNDES	Reais	30/04/2012	SE Foz de Chapecó	TJLP + 2,12%	01/03/2027	n	5.067
BNDES	Reais	04/03/2011	Financiamento de Obras SE Coletora Porto Velho	IPCA/TJLP + 2,12% a.a.	15/08/2028	j	302.006
BNDES	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,08%	01/01/2033	a, b, c, d, e	907.095
Banco do Brasil	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	01/01/2033	a, b, c, d, e	253.492
CEF	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	01/01/2033	a, b, c, d, e	253.492
Bradesco BBI	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	01/01/2033	a, b, c, d, e	181.893
ITAU BBA	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	01/01/2033	a, b, c, d, e	170.393
BNB	Reais	29/06/2009	Implantação UHE Jirau (RO)	TJLP + 2,65%	01/01/2033	a, b, c, d, e	42.645
Banrisul	Reais	19/07/2012	Implantação Usina Eólica	112% da taxa CDI	01/01/2013	m	12.618
BNDES	Reais	09/11/2010	Implantação LT Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP)	TJLP + 2,65%	29/09/2028	a, b, c, d, e	222.489
Total							3.013.138

* Os saldos referem-se a proporção da participação da Eletrosul

Garantias Controladas

- Penhor de ações da Controlada;
- Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios;
- Penhor de dividendos e de juros sobre capital próprio;
- Cessão condicional dos contratos do projeto e garantias de execução;
- Cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de suporte e da conta de suporte para insuficiências;
- Penhor dos direitos emergentes da Concessão da RS Energia, penhor de direito de crédito, e penhor de ações ordinárias nominativas de propriedade dos Acionistas;
- Penhor das ações ordinárias de propriedade dos Acionistas Eletrosul, TAESA, CEEE e DME. Além do penhor de ações, a receita própria de transmissão e os direitos de concessão da ETAU foram dados em garantia ao financiamento;
- Penhor das ações ordinárias de propriedade da Acionista Eletrosul. Além do penhor de ações, os recebíveis e um fundo vinculado para garantir o pagamento do custo de O&M e o pagamento da dívida por três meses foram constituídos;
- Aval parcial da Eletrobras e imobilizado da companhia em alienação fiduciária ao Banco do Brasil;
- Cessão fiduciária da totalidade dos direitos emergentes da concessão de que é titular em decorrência do Contrato de Concessão de Transmissão nº 010/2009 – Aneel;
- Penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e manter um índice de cobertura da dívida – ICSD superior a 1,3 durante a vigência do contato;
- Carta fiança emitida pelo Banco do Brasil;

- (m) Garantia real representada por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Livramento Holding, detidas pelas acionistas conforme proporção de participação de cada uma delas no capital social da emissora.
- (n) Fiança Eletrobrás, cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios de contrato de prestação de serviços de transmissão.

f) Composição do saldo da dívida por indicador

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IPCA	786.187	777.538	786.187	777.538
TJLP	947.913	856.744	3.926.636	2.707.660
SELIC	106.107	-	106.107	-
Cesta de moedas	35.832	32.359	57.630	51.172
Taxa CDI	-	-	12.618	-
Outros	156.894	174.849	156.894	369.466
Total	2.032.933	1.841.490	5.046.072	3.905.836
Principal	2.018.395	1.823.793	4.757.673	3.877.397
Encargos	14.538	17.697	288.399	28.439
Total	2.032.933	1.841.490	5.046.072	3.905.836

g) Índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD*

O índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado pela divisão de geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações financeiras.

Conforme o quadro apresentado abaixo, o ICSD calculado para a Eletrosul refere-se ao período de junho a dezembro de 2012, apresenta valor acima do mínimo exigido pelo BNDES, que é 1,3.

CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA (ICSD)

Período: dezembro de 2012 e junho de 2012	
A) Geração de caixa da atividade	2.035.680
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	210.102
(+) LAJIDA (EBITDA)	370.578
(+) Lucro líquido	65.833
(+) Despesa (receita) financeira líquida	163.703
(+) Provisão para IR e CS	(306.046)
(+) Depreciação e amortização	14.340
(+) Outras despesas (receita) líquidas não operacionais	482.448
(+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial	(49.700)
(-) Imposto de Renda	225.601
(-) Contribuição Social	80.445
(+/-) Variação do Capital de Giro	1.148.954
(+)Necessidade de Capital de Giro no período t	1.442.518
(+) Ativo circulante menos disponibilidades	1.912.683
(-) Passivo circulante menos empréstimos, financiamentos, debêntures de curto prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital	470.165
(-)Necessidade de Capital de Giro no período t-1	293.564
(+) Ativo circulante menos disponibilidades	648.961
(-) Passivo circulante menos empréstimos, financiamentos, debêntures de curto prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital	355.397
B) Serviço da Dívida	229.053
(+) Amortização do principal	102.754
(+) Pagamento de juros	126.299
C) Índice de cobertura do serviço da dívida A/B	8,9
Meta	= ou > que 1,3

*

Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 22 – TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Passivo Circulante				
PIS	261	459	503	616
COFINS	1.203	2.117	2.317	2.850
Parcelamento especial (PAES)	31.015	30.055	31.015	30.055
Encargos sociais (folha de pagamento)	6.579	6.490	6.891	6.871
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS - Lei 10.833/03	2.185	3.151	2.185	3.360
Contribuição social	18	-	3.076	2.806
Imposto de Renda	-	-	8.879	7.816
ICMS	41	47	41	796
Outros tributos e contribuições	4.027	4.005	8.863	6.133
	45.329	46.324	63.770	61.303
Passivo Não Circulante				
Parcelamento especial (PAES)	109.762	136.476	109.762	136.476
	109.762	136.476	109.762	136.476
	155.091	182.800	173.532	197.779

a) A movimentação dos valores devidos ao PAES é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo final do período anterior	166.531	184.260	166.531	184.260
Atualização monetária	5.559	6.911	5.559	6.911
Pagamentos efetuados	(31.158)	(29.663)	(31.158)	(29.663)
Ajuste a valor presente (AVP)	(155)	5.023	(155)	5.023
Saldo do período final	140.777	166.531	140.777	166.531
Circulante	31.015	30.055	31.015	30.055
Não circulante	109.762	136.476	109.762	136.476

O valor de R\$ 140.777 mil refere-se ao saldo, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 166.531 mil em dezembro de 2011) do Parcelamento Especial (PAES), Lei nº 10.684/03, obtido em agosto de 2003, perante a Secretaria da Receita Federal, no valor de R\$ 238.717 mil, para pagamento em 180 meses.

O débito em questão teve origem quando a Companhia, por determinação expressa no tratado firmado entre Brasil e Paraguai e na Lei nº 5.899/73, respondia pelo repasse, às distribuidoras, de parte da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, e oferecia à tributação de PIS/PASEP e COFINS somente a margem bruta obtida na operação (valor do repasse menos valor da aquisição da energia ITAIPU), o que, à luz do entendimento da Secretaria da Receita Federal, não era aceitável. Assim, a questão passou a ser discutida por via judicial, resultando em decisão desfavorável do Tribunal Regional Federal da 4ª região em Porto Alegre e, conseqüentemente, no reconhecimento, pela Companhia, do citado débito.

b) Ajuste a valor presente do parcelamento especial PAES

Consoante programa de parcelamento fiscal, os valores em aberto vêm sendo quitados em parcelas mensais, as quais foram fixadas no início do contrato e atualizadas pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento final em julho de 2018. O valor presente desse passivo foi calculado considerando a projeção de atualização da dívida à taxa de 5,50% a.a., trazida a valor presente a uma taxa de desconto de 4,73% a.a. Por ter aderido ao programa, a Companhia obriga-se ao pagamento regular das parcelas.

Parcelamento Especial PAES	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Valor nominal do parcelamento	144.587	170.185
(-) Ajuste a valor presente	(3.810)	(3.654)
Valor Líquido	140.777	166.531

c) O montante original das dívidas incluídas no PAES, segregado por tipo de tributo e natureza (principal e juros), pode ser demonstrado como segue:

PIS	29.774
COFINS	134.880
Parcelamento	917
Juros	73.146
Total do parcelamento original	238.717

De acordo com o art. 15 da Lei nº 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição (“RTT”) de apuração do Lucro Real, a Companhia e suas Controladas considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ 2009, relativo ao ano calendário 2008. A partir do ano calendário 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prov. encargos sociais e trabalhistas	33.170	29.918	33.687	30.155
Contribuição social	-	-	1.553	295
Imposto de Renda	-	-	5.429	1.620
Provisões fase de construção - Norte Brasil	-	-	174.481	-
Participação nos lucos e resultados	31.772	33.470	31.772	33.470
Outras	-	-	438	34
	64.942	63.388	247.360	65.574

O valor de R\$ 174.481 mil, na rubrica “provisões fase de construção – Norte Brasil” no consolidado, refere-se a compromissos contratados e ainda não faturados, que estão vinculados a finalização de pendências de conclusão de obra na SPE Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. Os serviços foram prestados e estão registrados com base nas medições físicas realizadas pelos termos contratuais, restando o recebimento das notas fiscais/faturas do fornecedor.

NOTA 24 – CONTRATOS ONEROSOS

O montante provisionado a título de contratos onerosos é apresentado a seguir:

Usina	Consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Período	Valores totais*	Período	Valores totais
UHE Jirau (a)	2013-2032	896.494	-	-
UHE São Domingos (b)	2013	13.930	2012	4.857
UHE Mauá - Klabin (c)	2013-2016	48.576	-	-
UHE Mauá	-	-	2012	311
UHE Passo São João	-	-	2012	2.047
Total		959.000		7.215

*a preços de 2012

a) Compra de energia de empresas controladas

A Eletrosul possui contrato de compra e venda de energia firmado com sua controlada em conjunto, a Energia Sustentável do Brasil S/A (UHE Jirau), tendo sido garantida ao agente financiador do respectivo empreendimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a aquisição, pela Eletrosul, da energia não comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) pelo empreendimento, proporcionalmente à sua participação acionária, pelo período de vigência do contrato de financiamento (contrato de 2012), cujo valor médio de aquisição com base no contrato firmado é de aproximadamente R\$ 152,00 o MWh.

A provisão para contrato oneroso contempla a valoração a valor presente, à taxa de desconto de 4,98% a.a. (taxa “wacc”), da obrigação de aquisição com base nos preços de venda contratuais, e a venda desse mesmo montante, pela Eletrosul, tendo como referência o preço de R\$ 67,00/MWh, apurado com base no PLD médio histórico dos últimos dez anos, para fins exclusivamente contábeis.

Foi também computado na projeção o benefício futuro decorrente do contrato na proporção de 20%, ou seja, a participação da Eletrosul no resultado estimado desse contrato a ser apurado pela ESBR em decorrência do PPA (*power purchase agreement*). O resultado foi trazido a valor presente pela mesma taxa de desconto anteriormente citada, e que resultou no reconhecimento, em 2012, de provisão para perdas com o contrato oneroso no montante de R\$ 896.494 mil.

Apesar de ser constituída e reconhecida no balanço, a provisão para contrato oneroso relativo ao PPA (*power purchase agreement*) firmado com a Energia Sustentável do Brasil proporcionará à Companhia o benefício dos dividendos que serão gerados no futuro.

b) Compra de energia para suprimento da UHE São Domingos

Em face do atraso da operação comercial da UHE São Domingos, a Companhia estima adquirir energia para cumprimento do lastro dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR”), cujo montante provisionado no balanço de 2012 é de R\$ 13.930 mil.

c) Ressarcimento de energia Klabin

A Companhia efetuou provisão para ressarcimento de energia à empresa Klabin S.A. pela perda da geração que ocorrerá na Companhia Hidrelétrica Salto Mauá para o período 2012 a 2016, devido a formação do reservatório da UHE Mauá. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da provisão era de R\$ 48.576 mil.

A provisão foi constituída com base no custo total estimado de compra de energia para indenização à empresa Klabin S.A. para o período 2013 a 2016.

NOTA 25 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis na esfera judicial com vários estágios de julgamento. A classificação dos processos é realizada de acordo com as expectativas de perda como provável, possível ou remota.

25.1 Processos Judiciais provisionados

As provisões demonstradas a seguir, cujos desfechos desfavoráveis para a companhia sejam considerados prováveis, estão reconhecidos nas demonstrações financeiras e estão embasadas em parecer da área jurídica da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Passivo Não Circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade	6.786	6.173	6.786	6.173
Horas extras	1.006	804	1.006	804
Reenquadramento salarial	25.773	12.776	25.773	12.776
Indenizações danos morais/materiais	2.607	1.195	2.607	1.195
FGTS/Expurgos inflacionários	339	386	339	386
Responsabilidade solidária/Verbas RCT	14.480	13.041	14.480	13.041
Diferenças benefícios ELOS	4.044	4.080	4.044	4.080
Outros	17.219	24.764	17.219	24.764
Depósitos vinculados a litígios	(24.679)	(31.057)	(24.679)	(31.057)
	47.575	32.162	47.575	32.162
Cíveis				
Indenizações	26.295	21.037	26.383	21.125
Depósitos vinculados a litígios	(527)	(1.099)	(527)	(1.099)
	25.768	19.938	25.856	20.026
Tributárias				
Notificações	47.616	5.154	47.616	5.376
ICMS - ESBR	-	-	49.614	-
Depósitos vinculados a litígios	(593)	(5.019)	(593)	(5.019)
	47.023	135	96.637	357
	120.366	52.235	170.068	52.545

Os valores de R\$ 24.679 mil, R\$ 527 mil e R\$ 593 mil (R\$ 30.057 mil, R\$ 1.099 mil e R\$ 5.019 mil em dezembro de 2011) apresentados, no quadro acima, na rubrica “Depósitos vinculados a litígios”, correspondem a depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas, cíveis e tributários, que estão sendo demonstrados como redutores das provisões, em conformidade com o CPC 25.

Do valor de R\$ 17.219 mil (R\$ 24.764 mil em dezembro de 2011) demonstrado na rubrica “outros”, R\$ 13.870 mil (R\$ 19.489 mil em dezembro de 2011) referem-se a depósitos judiciais pendentes de alvarás de diversos processos.

Do valor de R\$ 47.616 mil (R\$ 5.554 mil em dezembro de 2011) demonstrado na rubrica “notificações”, R\$ 46.430 mil referente autuação de contribuições previdenciárias sobre o PREQ relativo ao período 2006 a 2009.

Essa autuação teve origem em 17 de outubro de 2010 quando a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração reclamando que o PREQ não se enquadra como plano indenizatório e que por consequência as contribuições previdenciárias são devidas.

A exação fiscal em questão compreende o período de 2006 a 2009. Todavia, a Companhia impugnou os lançamentos fiscais de ofício requerendo a nulidade e insubsistência dos respectivos autos de infração quanto às Contribuições Previdenciárias da Empresa, de Terceiros e dos Empregados sobre a verba indenizatória do PREQ recebidas e/ou a receber pelos segurados empregados, bem como àquelas incidentes para Financiamento de Benefícios pela Incapacidade Laborativa.

As peças impugnatórias da Companhia requerendo da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento a revisão de ofício dos atos de lançamentos fiscais, desde 18 de janeiro de 2011, em primeira instância foram denegadas em 28 de junho de 2012, conforme teor das decisões proferidas por meio dos Acórdãos nº 07-29.406, 07-29.407, 07-29.725 e 07-29.727, todos da 6ª Turma, de cujas manifestações esta Companhia, tempestivamente em 16 de agosto de 2012 e 25 de setembro de 2012, interpôs recursos em âmbito administrativo ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, os quais recepcionados tempestivamente em 28 de setembro de 2012 aguardam manifestação recursal da PGFN desde 15 de janeiro de 2013, e que posteriormente serão distribuídos à turma de julgamento.

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de sua assessoria jurídica interna, optou por reconhecer o provisionamento do auto de infração da Receita Federal do Brasil ao Balanço. A Companhia julga que o montante provisionado é considerado adequado para cobrir perdas prováveis com estas questões.

Na rubrica "ICMS - ESBR" no consolidado, o valor de R\$ 49.614 mil refere-se a provisão para contingência na controlada Energia Sustentável do Brasil referente ICMS devido nas importações de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, suas partes e peças, sem similar no país, aplicados na construção da UHE Jirau.

Os efeitos do Convênio ICMS nº 47/2011 e da Lei RO nº 2.538/11 encontram-se suspensos por forças de medida liminar concedida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia em Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Procurador Geral de Justiça de Rondônia. Em 27 de setembro de 2012 a Energia Sustentável do Brasil protocolou Ação Declaratória, com pedido de liminar, visando obter confirmação da aplicação do benefício de isenção de ICMS prevista no item 74 da tabela 1 do anexo 1 do Decreto 8.321/98, aguardando o exame do mérito em primeira instância.

Em 16 de outubro de 2012, a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO), protocolou Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de liminar, visando a anulação do Decreto 15.858/2011 e a imediata restauração do benefício de isenção outrora previsto no item 74 da tabela 1 do Decreto 8.321/98. Em 16/11/2012 foi concedida liminar suspendendo os efeitos retroativos do referido Decreto 15.858/2011,

Em função da Ação Declaratória protocolada no último trimestre de 2012, a ESBR reclassificou o ICMS registrado no passivo circulante para Contingências prováveis no não circulante, totalizando o valor de R\$ 49.614 mil em 30 de novembro de 2012 (data base da consolidação).

A movimentação da provisão no exercício de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	76.790
Adições	33.540
Baixas	(60.549)
Atualização monetária	2.454
Saldo em 31 de dezembro de 2011	52.235
Adições	77.122
Baixas	(21.626)
Atualização monetária	1.259
Reclassificação de dep. Judiciais para o Ativo (nota 14)	11.376
Saldo em 31 de dezembro de 2012	120.366

A Companhia registra na rubrica “Provisões para contingências”, apenas os valores dos depósitos judiciais vinculados a provisões cujo parecer da área jurídica foi “Perda Provável”, reduzindo as provisões para contingências.

Os demais depósitos judiciais, aqueles considerados “Perda Possível” e “Perda Remota”, estão evidenciados no Ativo Não Circulante.

25.2 Processos Judiciais de risco possível, não provisionados

25.2.1 Controladora

A Companhia possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível, conforme distribuição a seguir:

Contingências	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cíveis	63.528	56.106	63.528	56.106
Trabalhistas	12.987	13.362	24.616	24.844
Tributárias	956	788	21.630	20.216
Total	77.471	70.256	109.774	101.166

O valor de R\$ 63.528 mil, demonstrado como passivo cível, classificado pela assessoria jurídica como possível, refere-se, basicamente, a processos de: indenização no valor de R\$ 5.111 mil, nulidade de processo de licitação no valor de R\$ 6.222 mil, revisão contratual no valor de R\$ 7.493 mil e anulação de contrato no valor de R\$ 28.652 mil.

25.2.2 ESBR Participações S/A

Causas Tributárias

Refere-se ao recolhimento de ISSQN relativo ao contrato de construção das obras civis da Usina Hidrelétrica de Jirau, firmado junto ao fornecedor Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A., que é realizado com a redução da base de cálculo do imposto em 60%. Apesar da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Porto Velho – RO ter emitido parecer considerando válida a dedução da base de cálculo do ISS, o processo existente não foi extinto face que ajuizada a questão, a mesma passa a ser de competência da procuradoria do Município. Assim, em controvérsia a Secretaria Municipal de Fazenda, a 1ª Vara de Fazenda Pública de Rondônia proferiu sentença em primeira instância em favor do Município de Porto Velho. A decisão está sendo objeto de recurso pela ESBR. O referido saldo, atualizado monetariamente, monta R\$ 20.674 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$19.428 mil em 31 de dezembro de 2011).

Consubstanciada na evolução dos fatos acima e na opinião de seus advogados internos e externos, a Companhia entende que o risco de perda da causa é possível. Sendo assim, efetuou provisão dos honorários de êxito de advogados externos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 864 mil.

Causas trabalhistas

A Companhia figura no pólo passivo de 114 reclamações trabalhistas, das quais todas estão relacionadas a empregados ou ex-empregados das empresas contratadas e subcontratadas pela Companhia, que figura como responsável solidária. Estas reclamações totalizam um valor aproximado de R\$ 11.629 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 11.482 mil em 31 de dezembro de 2011).

Deste valor, R\$ 9.556 mil (R\$ 7.016 mil em 31 de dezembro de 2011) estão relacionados a causas com risco de perda classificadas como possível e R\$ 506 mil (R\$ 506 mil em 31 de dezembro de 2011) estão provisionados por serem classificados como riscos prováveis.

25.3 Processos Administrativos de risco possível

25.3.1 Companhia Hidrelétrica Teles Pires

Causas Ambientais

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires controlada pela TP Participações S/A é parte envolvida em quatro processos legais, com natureza de Ação Cível Pública, no que tange a parte ambiental do empreendimento. Tais processos tem prognóstico de perda possível, conforme avaliação da administração, consubstanciada pelos seus consultores jurídicos externos.

Os valores (*) destacados no quadro abaixo foram fixados unilateralmente pelo Ministério Público e são considerados pela administração como meramente informativos, não necessariamente atribuíveis ao valor de uma possível perda.

- a) Ausência do estudo do componente indígena (No. 0005891-81.2012.4.01.3600) – valor R\$ 3.600.000 mil*.
- b) Ausência de consulta livre prévia dos povos indígenas afetados pelo empreendimento (No.0003947-44.2012.4.01.3600) – valor R\$ 3.600.000 mil*.
- c) Situação irregular dos termos de pactuação com municípios (No.8006-03.2011.4.01.3603), - valor R\$ 16.500 mil*.
- d) Situação irregular com relação à legislação estadual do Mato Grosso (No. 0007742-83.2011.4.01.3603) – valor R\$ 1.000 mil*.

25.4 Processos Administrativos fiscais de risco remoto, não provisionados

25.4.1 Controladora

A Companhia encontra-se em litígio administrativo-fiscal com a Receita Federal do Brasil pelos seguintes fatos:

a) Lei 8.727/93 – Créditos Renegociados com a União – imposto de renda da pessoa jurídica / contribuição social sobre o lucro líquido

Em 17 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração demandando de que a sistemática de diferimento do recolhimento dos tributos incidentes sobre a diferença não recebida dos créditos renegociados com a União não encontra amparo legal. A respectiva Exatonia Fiscal Federal impugnou a sistemática de recolhimento adotada pela Companhia no período 2005 a 2009, notificando os tributos como devidos pelo regime de competência, desconsiderando inclusive os recolhimentos efetivados pela Companhia no período da exação. Entretanto, essa mesma Receita Federal do Brasil em 2001 requereu desta Companhia esclarecimentos sobre a sistemática adotada, não havendo sequer manifesto em contrário ao procedimento.

Consecutivamente, a Companhia compreendeu que tacitamente ocorrera, pela entidade exatora, a homologação da forma de recolhimento tributário. Todavia, a Companhia impugnou o lançamento fiscal de ofício requerendo a nulidade e insubsistência do auto de infração, tributos esses requeridos sobre as receitas financeiras originadas pelo parcelamento da Lei nº 8.727/1993.

A peça impugnatória da Companhia requerendo da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento a revisão de ofício do ato de lançamento fiscal, desde 18 de janeiro de 2011, em primeira instância, foi denegada em 28 de junho de 2011 conforme teor da decisão proferida por meio do Acórdão nº 07-25-226 da 3ª Turma, de cuja manifestação esta Companhia, tempestivamente em 2 de setembro de 2011, interpôs recurso em âmbito administrativo ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. O montante atualizado do auto de infração em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 432.485 mil.

A Administração da Companhia consubstanciada na manutenção de opinião de sua assessoria jurídica e consultores jurídico-tributaristas externos, os quais atribuem grau de risco remoto à perda da impugnação, inclusive em âmbito judicial, opta por manter o não reconhecimento do provisionamento contábil do auto de infração da Receita Federal do Brasil ao Balanço.

b) PIS e COFINS – Contratos anteriores a 31/10/2003 – não cumulatividade x cumulatividade

Em 7 de janeiro de 2011, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração referente aos tributos PIS/COFINS, decidindo de que os referidos tributos, no período fiscalizado de 2006 a 2007, devem incidir sobre as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31 de outubro de 2003 pelo regime de não cumulatividade, ao contrário do regime de cumulatividade. Contudo, nos termos do Art. 10, inciso XI e Art. 15 da Lei nº 10.833/2003, c/c Art. 109 da Lei nº 11.196/2005, tais receitas são conceituadas como de “preço pré-determinado” e, portanto permanecem tributadas no regime de cumulatividade.

Apesar da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL não ter suplementado tarifa à Companhia quanto ao PIS/COFINS não-cumulativo por entender que os contratos que originam tais receitas se enquadram no conceito de preço pré-determinado e de que também a atualização monetária dos contratos por índices contratuais não configura a descaracterização do preço pré-determinado, conforme a Nota Técnica nº 224/2006-SFF-ANEEL, a Receita Federal do Brasil não reconheceu as respectivas assertivas da Companhia. Dessa forma, as receitas decorrentes dos contratos públicos de serviço de transmissão de energia elétrica anteriores a 31 de outubro de 2003, que ora tributadas pelo PIS/COFINS cumulativos na ordem de 3,65% pela Companhia, foram requeridas pela Receita Federal do Brasil no regime tributário não-cumulativo em 9,25%. Todavia, a Companhia impugnou o lançamento fiscal de ofício requerendo a nulidade e insubsistência do auto de infração de PIS e COFINS.

A peça impugnatória da Companhia requerendo da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento a revisão de ofício do ato de lançamento fiscal, desde 7 de janeiro de 2011, em primeira instância, foi denegada em 10 de agosto de 2011 conforme teor da decisão proferida por meio do Acórdão nº 07-25-585 da 4ª Turma, de cuja manifestação esta Companhia, tempestivamente em 17 de outubro de 2011, interpôs recurso em âmbito administrativo ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, sendo que em 28 de novembro de 2012 o recurso voluntário da Companhia foi negado por voto de qualidade, pelo que se aguarda desde 8 de janeiro de 2013 a intimação, pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, do Acórdão decorrente da decisão nº 3302-001.896 para fins de interposição de embargos e/ou recurso especial. O montante atualizado do auto de infração em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 133.210 mil.

A Administração da Companhia consubstanciada na manutenção de opinião de sua assessoria jurídica e consultores jurídico-tributaristas externos, os quais atribuem grau de risco remoto à perda da impugnação, inclusive em âmbito judicial, optou por manter o não reconhecimento do provisionamento contábil do auto de infração da Receita Federal do Brasil ao Balanço.

NOTA 26 – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fundo Nac. de Des. Cient. e Tecnológico (FNDCT)	607	544	798	623
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	330	299	398	339
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	25.394	28.634	28.361	30.925
Total	26.331	29.477	29.557	31.887

Lei 9.991, de julho de 2000, estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo 0,40% para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), 0,40% para Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

NOTA 27 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DE BEM PÚBLICO

A Companhia e suas controladas tem contratos de concessão onerosos com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas Passo São João, Mauá e São Domingos e empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específicos (SPE's) nas usinas Jirau e Teles Pires. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no intangível em contrapartida do passivo não circulante.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária está sendo capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Uso do Bem Público	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo não circulante (intangível)				
Usina Passo São João	4.021	4.069	4.021	4.069
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	12.352	12.357	12.352	12.357
Usina São Domingos	9.228	4.774	9.228	4.774
Usina Jirau (SPE ESBRP - 20%)	-	-	22.436	19.888
Usina Teles Pires (SPE Teles Pires - 24,5%)	-	-	19.924	17.328
	25.601	21.200	67.961	58.416
Passivo circulante				
Usina Passo São João	285	-	285	-
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	854	-	854	-
Usina São Domingos	731	-	731	-
	1.870	-	1.870	-
Passivo não circulante				
Usina Passo São João	4.122	4.069	4.122	4.069
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	12.547	12.357	12.547	12.357
Usina São Domingos	9.838	4.774	9.838	4.774
Usina Jirau (SPE ESBRP - 20%)	-	-	22.436	19.888
Usina Teles Pires (SPE Teles Pires - 24,5%)	-	-	19.924	17.328
	26.507	21.200	68.867	58.416
	28.377	21.200	70.737	58.416

Os pagamentos da UBP serão realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

Usinas	Período de pagamento	Valores originais		Valores atualizados	
		Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Usina Passo São João	04/2012 a 08/2041	200	5.944	285	8.170
Usina Mauá*	10/2012 a 07/2042	618	18.855	854	25.264
Usina São Domingos	02/2012 a 12/2037	260	6.717	730	18.250
Usina Jirau*	01/2013 a 08/2043	1.575	48.420	2.018	62.067
Usina Teles Pires*	04/2015 a 06/2046	1.351	42.223	1.387	42.997

* refere-se a participação da Eletrosul no Consórcio ou na SPE.

NOTA 28 – OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Indenizações / desapropriações	2.440	2.120	2.453	2.017
MME-PRODEEM-Convênio n° 009/2004	1.376	1.287	1.376	1.287
Convênios Eletrobras	989	4.590	989	4.590
Taxa de fiscalização - ANEEL	422	337	880	593
Reserva Global de Reversão (RGR)	-	1.397	1.529	2.095
Valores a reembolsar - Copel	4.349	27.381	4.349	27.381
Provisões pré-operacionais	-	-	217	-
Caução em garantia Eletronet	48.367	-	48.367	-
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	1.870	-	1.870	-
Derivativos (nota 47)	-	-	-	12.934
Provisionamento UHE Passo São João	15.932	-	15.932	-
Provisionamento UHE Mauá	88.969	-	88.969	-
Outros	4.067	4.787	46.780	5.882
	168.781	41.899	213.711	56.779
Não Circulante				
Plano de read. Progr. do quadro de pessoal	7.212	13.604	7.212	13.604
Seguros	-	-	1.030	2.059
Outros	57	55	6.555	3.473
	7.269	13.659	14.797	19.136
	176.050	55.558	228.508	75.915

O valor de R\$ 2.440 mil na rubrica “Indenizações/desapropriações” refere-se a valores provisionados para pagamento de indenizações e desapropriações em áreas consideradas de utilidade pública para construções de linhas, subestações e usinas, em função da liquidação dos processos de indenização.

O valor de R\$ 7.212 mil demonstrado no Não Circulante na rubrica “Plano de Readequação Programada do Quadro de Pessoal (PREQ)”, refere-se à obrigação da Eletrosul com os aposentados que optaram por receber o benefício em parcelas superiores há doze meses.

Os saldos nas rubricas “Provisionamento” referentes a UHE Passo São João, no valor de R\$ 15.932 mil e UHE Mauá, no valor de R\$ 88.969 mil, correspondem, basicamente, ao provisionamento dos saldos contratuais com fornecedores para término da construção das usinas, reconhecidos no ativo imobilizado.

NOTA 29 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO*

A Eletrosul e suas controladas possuem contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado e contratos bilaterais, conforme demonstrado a seguir.

a) Vendas de energia

Posições vendidas	Controladora					
	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Volume MW	1.463.620,80	1.463.620,80	1.463.620,80	1.463.620,80	1.463.620,80	33.654.518,40
Preço MWh	159,05	159,05	159,05	159,05	159,05	159,12
Total	232.791	232.791	232.791	232.791	232.791	5.355.266

Posições vendidas	Consolidado					
	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Volume MW	3.308.595,41	5.853.476,09	8.049.608,04	8.278.456,06	8.273.073,50	189.242.283,65
Preço MWh	140,37	133,42	114,82	112,95	111,71	107,15
Total	464.440	780.978	924.229	935.011	924.179	20.277.668

b) Compras de energia

Posições compradas	Controladora					
	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Volume MW	185.077,00	105.120,00	105.120,00	5.472,00	-	-
Preço MWh	135,00	135,00	135,00	135,05	-	-
Total	24.985	14.191	14.191	739	-	-

Posições compradas	Consolidado					
	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Volume MW	1.087.098,32	1.927.883,28	1.505.432,96	1.246.291,06	1.240.011,14	23.128.334,93
Preço MWh	148,50	155,54	161,03	162,82	154,55	145,81
Total	161.431	299.854	242.425	202.919	191.649	3.372.272

A diferença entre o preço de compra e venda no consolidado refere-se basicamente aos contratos de PPA da Usina Jirau, cujo efeito desse contrato oneroso está apresentado na nota 24.

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 30 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

a) Obrigações de benefícios de aposentadoria

Em consonância com a Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais dos programas de benefícios pós-emprego no próprio exercício em que ocorrem, em “Outros Resultados Abrangentes”, de acordo com as orientações CPC 33 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IAS 19 do *International Accounting Standards*.

Obrigações registradas no balanço patrimonial

Passivo	2012	2011
Plano previdenciário*	187.290	14.390
Plano de saúde (nota 30,e)	6.457	5.324
Dívida contratada (nota 30, d)	48.982	22.682
Total das obrigações registradas	242.729	42.396
Circulante	4.705	3.661
Não Circulante	238.024	38.735

Receitas (despesas) reconhecidas no resultado

	2012	2011
Plano previdenciário	12.689	(1.500)
Plano de saúde	386	599
	13.075	(901)

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	2012	2011
Ganhos (perdas) atuariais do exercício:		
Plano previdenciário	176.862	32.900
Plano de saúde	1.384	846
Total	178.246	33.746

Outros resultados abrangentes acumulados (líquidos de impostos diferidos)

	2012	2011
Plano previdenciário	185.458	67.382
Plano de saúde	1.718	720
Total	187.176	68.102

b) Plano de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo básico a complementação do salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial, para o Plano de Benefício Definido (BD) e em 1º de janeiro de 2010, passou a vigorar o Plano de Contribuição Definida (CD), que foi ofertado de forma optativa aos empregados. O plano CD foi aprovado pela portaria nº 3253 de 23 de dezembro de 2009, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

O Plano de Contribuição Definida (CD) garante benefícios similares ao anterior, todavia como resultado da conversão das reservas acumuladas durante o período ativo, sem vínculo salarial, salvo pelas definições atuariais que objetivam atingi-lo no momento da aposentadoria. As contribuições são acumuladas em contas individuais de participantes e patrocinadora e decorrem de plano de custeio pré estabelecido, anualmente, pelo atuário responsável pelo programa que é também administrado pela Fundação ELOS. Ao final do exercício de 2011, dos 1.566 empregados ativos, 866 deles já haviam aderido ao novo plano, representando pouco mais de 50% da massa do plano anterior. Os já aposentados antes do Plano CD, permaneceram no Plano BD.

Os planos patrocinados, que são da modalidade de benefício definido e de contribuição definida, contava, em 31 de dezembro de 2012, conforme quadro abaixo, com os seguinte perfil populacional:

DADOS POPULACIONAIS PLANO BD	2012	2011
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - n°	672	700
1.2. Idade Média	48,3	47,0
1.3. Serviço Creditado	19,7	18,1
1.4. Tempo para Aposentadoria	11,0	13,5
1.5. Salário Médio em R\$	8.446,83	7.760,34
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - n°	511	548
2.2. Idade Média	60,2	59,3
2.3. Benefício Médio em R\$	5.779,06	5.418,81
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - n°	43	33
3.2. Idade Média	51,8	54,0
3.3. Benefício Médio em R\$	2.510,61	2.293,76
População Total	1.226	1.281

*Fonte: Laudo atuarial , data base outubro/12

A partir de 15 de dezembro de 2000, o custeio do plano passou a ser paritário entre patrocinadora e empregados, excetuando-se o ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço. A contribuição normal da patrocinadora para cobertura do serviço corrente no exercício de 2011 foi de R\$ 23.976 mil (R\$ 21.578 mil em 2011), valor equivalente à contribuição dos participantes.

Conforme prevê o Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação, a Companhia é responsável pelo ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço concernente aos seus empregados. O término desses compromissos cessa quando o aposentado concluir o tempo de aquisição, sendo o benefício atualizado pelo INPC. O montante desse compromisso, relativamente aos empregados aposentados, encontra-se provisionado sob o título de “Aposentadoria especial - SB 40”. Em 2012 essa provisão foi complementada em R\$ 1.053 mil (R\$ 14.321 mil em 2011), em razão da concessão de novas aposentadorias.

As obrigações relativas a esses programas foram estimadas atuarialmente por consultoria independente e representam o valor atual dos benefícios concedidos e a conceder aos beneficiários.

c) Programa de assistência à saúde

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados e respectivos dependentes aposentados por invalidez mediante a utilização do sistema de credenciamento médico, na fase em que esteja em gozo de benefício de aposentadoria por invalidez, sem que o vínculo empregatício com a Eletrosul tenha cessado, durante os primeiros cinco anos, avaliados atuarialmente, com base no estabelecido pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

As obrigações com esse programa também foram calculadas atuarialmente, demonstradas no mesmo laudo já citado.

O saldo provisionado do programa de assistência à saúde esta apresentado abaixo:

	Controladora		
	2012		2011
	circulante	não circulante total	total
Passivo atuarial despesas médicas	-	6.457	6.457
Total	-	6.457	5.324

d)

Obrigações da patrocinadora

As obrigações da patrocinadora para com a Fundação, incluindo a complementação para cobertura do passivo atuarial e respeitando a paridade contributiva definida no artigo 21 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e no estatuto da Fundação, estão a seguir demonstradas:

	Controladora		
	2012		2011
	circulante	não circulante total	total
Aposentadoria especial - SB 40	4.647	987	5.634
Cont. adicional/averbação tempo de serviço	2.989	3.173	6.162
Contribuição suplementar	649	8.564	9.213
Contribuição sobre benefício da geração atual	933	27.925	28.858
Diferença reserva matemática	134	4.615	4.749
Subtotal	9.352	45.264	54.616
Contribuição normal	3.806	-	3.806
Passivo atuarial previdenciário	-	187.290	187.290
Total	13.158	232.554	245.712

O

montante de R\$ 5.634 mil na rubrica aposentadoria especial – SB 40 refere-se a ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço concernente aos seus empregados. O término destes compromissos cessa quando o aposentado concluir o tempo de aquisição, sendo o benefício atualizado pelo INPC.

O montante de R\$ 6.162 mil na rubrica contribuição adicional refere-se a instrumento particular de confissão e parcelamento de dívidas para cobertura do cadastramento por tempo de serviço, firmado em 20 de dezembro de 1993, com liquidação em 240 parcelas mensais até dezembro de 2014.

O montante de R\$ 9.213 mil na rubrica contribuição suplementar refere-se a Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado, contratado em 1º de abril de 2008, para ser liquidado em 192 parcelas mensais, até dezembro de 2023. Ambos os valores são atualizados pelo INPC + 6% de juros ao ano.

A provisão das contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual dos empregados inscritos no Plano BD, que até 31 de dezembro de 2012, migraram para o novo plano Contribuição Definida - CD, avaliadas atuarialmente, atingiram o montante de R\$ 28.858 mil, sendo R\$ 788 mil reconhecidos no resultado de 2012 e R\$ 22.284 mil no resultado de 2011.

e) Cálculo atuarial do programa de benefícios

Os valores apurados em laudo atuarial, relativo ao Programa, separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:

PLANO PREVIDENCIÁRIO	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	(1.157.165)	(741.299)
Valor justo dos ativos do plano	920.893	726.909
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(236.272)	(14.390)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	(236.272)	(14.390)
Dívida Contratada - passivo reconhecido no balanço	(48.982)	(22.682)

PLANO DE SAÚDE	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	(6.457)	(5.324)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(6.457)	(5.324)
Ativo de benefício - Asset Celling - IAS 19 - regra 58	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial	(6.457)	(5.324)

O aumento do passivo atuarial deve-se basicamente as alterações da taxa de desconto, conforme item “h” desta nota.

A movimentação relativa às obrigações e ativos em cada exercício foi a seguinte:

Plano Previdenciário	2012	2011
Valor das obrigações atuariais no início do ano	741.299	775.906
Custo de serviço corrente	10.620	8.034
Juros sobre a obrigação atuarial	74.368	66.347
Benefícios pagos no ano	(40.520)	(35.913)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	371.398	(73.075)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.157.165	741.299

Valor justo dos ativos no início do ano	726.909	849.593
Benefícios pagos durante o exercício	(40.520)	(35.913)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	10.225	11.251
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	16.652	17.011
Rendimento efetivo dos ativos no ano	207.627	(115.033)
Valor justo dos ativos ao final do ano	920.893	726.909

Plano de Saúde	2012	2011
Valor das obrigações atuariais no início do ano	5.324	4.147
Custo de serviço corrente	-	281
Juros sobre a obrigação atuarial	386	318
Benefícios pagos no ano	(637)	(268)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	1.384	846
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	6.457	5.324
Valor justo dos ativos no início do ano	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	(637)	(268)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	-	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	637	268
Rendimento efetivo dos ativos no ano	-	-
Valor justo dos ativos ao final do ano	-	-
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	-	-
Rendimento esperado dos ativos no ano	-	-

f) Ativos garantidores

Os ativos garantidores do programa de benefícios estão assim compostos:

ATIVOS GARANTIDORES	2012	%
Renda Fixa - Títulos Públicos Federais	470.136	51,1%
Renda Fixa - Bancos	25.491	2,8%
Renda Variável - Ações	19.895	2,2%
Renda Variável - Bancos	357.768	38,9%
Imóveis	28.401	3,0%
Empréstimos	17.021	1,8%
Ativo Disponível	274	0,0%
Contrib. a Receber de Participantes	1.343	0,1%
Contrib. a Receber de Patrocinadoras	1.564	0,2%
Outros Ativos a Receber	52	0,0%
(-) Passivo de Benefícios	(1.052)	-0,1%
Total	920.893	100,0%

g) Valores reconhecidos como resultados dos exercícios

Os valores reconhecidos diretamente na demonstração de resultados, como Outras Despesas (ou Receitas) Operacionais, estão demonstrados abaixo:

Plano Previdenciário - BD	2012	2011
Custo de serviço corrente	10.620	8.034
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	74.368	66.347
Contribuições esperadas de participante	-	-
Rendimento esperado dos ativos	(72.289)	(75.880)
Total	12.699	(1.499)

Plano Previdenciário - CD	2012	2011
Custo de serviço corrente	4.146	1.313
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	4.146	1.313

Plano de Saúde	2012	2011
Custo de serviço corrente	-	281
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	386	318
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	386	599

h) As premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções foram:

HIPÓTESES ECONÔMICAS	2012	2011
Taxa anual de juros atuarial real	3,49%	5,53%
Taxa anual de inflação projetada	4,89%	4,50%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	3,50%	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%	0,00%
Fator de capacidade de Benefícios	98,00%	100,00%
Fator de capacidade de Salários	98,00%	100,00%
Fator de Incremento de Custos da Saúde	3,50%	1,00%
HIPÓTESES ATUARIAIS		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	LIGHT F	LIGHT F
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

Taxa de juros de longo prazo

A partir de 2012, a taxa de juros utilizada foi a do mercado dos títulos do governo federal, conforme critério recomendado pelas normas de contabilidade, para prazos similares aos dos fluxos de obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito “*Duration*”. Essas taxas foram respectivamente de 3,49% (5,53% em 2011).

i) Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 18.077 mil com o Plano de Benefício Definido.

j) Análise de sensibilidade

Os efeitos da variação de 1 p.p. nas premissas e taxas de descontos são apresentados a seguir:

	Plano BD		Plano de Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(149.836)	158.089	305	(294)
Custo do serviço e juros	(4.753)	2.334	27	(24)

k) histórico dos ajustes pela experiência

As variações dos ajustes pela experiência entre os valores estimados e incorridos, nos últimos 4 anos, são apresentados a seguir:

Plano Previdenciário	2009	2010	2011	2012
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	777.295	775.906	741.299	1.157.165
Valor justo dos ativos do plano	(806.719)	(849.593)	(726.909)	(920.893)
Superávit/déficit	(29.424)	(73.687)	14.390	236.272
	2009	2010	2011	2012
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	40.450	(47.434)	(23.820)	93.851
Efeito da alteração da taxa de desconto	-	-	(49.255)	277.547
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	44.917	(35.699)	(200.427)	135.348
	2009	2010	2011	2012
Plano de Saúde				
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	3.173	4.146	5.324	6.458
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-
Superávit/déficit	3.173	4.146	5.324	6.458
	2009	2010	2011	2012
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(869)	942	1.200	(165)
Efeito da alteração da taxa de desconto	-	-	(354)	1.549
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	-	-	-	-

NOTA 31 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o Capital Social da Eletrosul é de R\$ 3.740.410 mil, representado por 90.261.115 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A composição acionária da Companhia nessa mesma data é a seguinte:

Acionistas:	Quantidade de Ações	Capital Social	% de Participação
ELETROBRAS	90.136.442	3.735.244	99,8619
USIMINAS	57.901	2.398	0,0641
CEEE	49.519	2.053	0,0549
COPEL	14.195	587	0,0157
CELESC	1.544	64	0,0017
CSN	1.194	49	0,0013
OUTROS	320	15	0,0004
Total	90.261.115	3.740.410	100,00

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 51,63 (em 2011 R\$ 53,80).

b) Aumento de capital

Em 27 de novembro de 2012, a acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. efetuou a integralização de R\$ 2.162.724 mil que correspondem a um aumento de 41.354.974 ações. O montante aportado estava anteriormente classificado na conta de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), dentro do passivo não circulante, conforme nota 13. Os demais acionistas não exerceram seus direitos de preferência, conforme legislação vigente.

Com estas alterações a mutação do Capital Social em 2012 pode ser assim apresentada:

	Capital Social	Quantidade de Ações
Saldo em 31.12.2011	1.577.686	48.906.141
Integralização	2.162.724	41.354.974
Saldo em 31.12.2012	3.740.410	90.261.115

c) Reservas de lucros

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Reserva legal	102.528	99.236
Reserva para investimento	956.644	956.644
	1.059.172	1.055.880

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial, de R\$ 186.711 mil compreende o ajuste do valor justo *de hedge accounting* da SPE controlada em conjunto ESB Participações S/A, no valor de R\$ 466 mil e o reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no valor de R\$ 187.177 mil.

e) Determinações do estatuto social

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei.

f) Lucro básico e diluído por ação ordinária

	2012	2011
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	65.833	103.372
Número de ações ordinárias	90.261.115	48.906.141
Lucro básico por ação ordinária	0,73	2,11
Média ponderada de ações ordinárias	52.871.686	48.906.141
Lucro diluído por ação ordinária	1,25	2,11

O cálculo dos dividendos está demonstrado na nota 32.

NOTA 32 – DIVIDENDOS PROPOSTOS

A Companhia provisionou em 2012 o valor de R\$ 15.635 mil a título de dividendos mínimos obrigatórios e contabilizou no patrimônio líquido o valor de R\$ 46.906 mil como dividendos adicionais propostos, que serão submetidos à Assembléia Geral Ordinária (AGO). Em 2011, foi provisionado o valor como dividendos mínimos foi de R\$ 24.551 mil e como dividendos adicionais excedente ao mínimo obrigatório, o valor de R\$ 73.652 mil.

a) Os dividendos em 2012 e em 2011 foram calculados conforme segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	65.833	103.372
Reserva legal sobre o lucro líquido (5%)	(3.292)	(5.169)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	62.541	98.203
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	15.635	24.551
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	46.906	73.652
Dividendos propostos	62.541	98.203

b) Movimentação dos dividendos em 2012:

Saldo no exercício anterior	24.552
Dividendos adicionais propostos exercício anterior	73.652
Atualização SELIC	8.298
Pagamentos	(106.501)
Dividendos mínimos obrigatórios	15.635
Saldo no final do exercício	15.636

NOTA 33 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e menor remuneração paga aos empregados, de acordo com a política salarial praticada pela Companhia, tomando-se por base a realizada no mês de dezembro de 2012, foram de R\$ 37.825,88 e de R\$ 2.360,54, respectivamente. Esses valores incluem os salários, gratificações e anuênios. O honorário atribuído a cada diretor, tomando-se por base o mesmo mês, foi de R\$ 32.726,63 para o Diretor Presidente e R\$ 31.168,22 para os demais Diretores.

O total da remuneração atribuída aos Diretores e Conselheiros de Administração está demonstrado a seguir:

	Controladora			
	2012		2011	
	Diretores	Conselheiros	Diretores	Conselheiros
Remuneração	1.324	244	1.157	222
Encargos Sociais	409	48	370	45
Participação nos Lucros	253	-	274	-
Total	1.986	292	1.801	267

A Companhia contava, em 31 de dezembro de 2012, com 1.751 empregados (sendo 1.546 no quadro próprio aprovado pelo DEST e 205 reintegrados), sendo que o quadro próprio está dividido em 876 vinculados às atividades operacionais e 670 às atividades administrativas. A remuneração média dos empregados, tomando-se por base, o mês de dezembro de 2012, foi de R\$ 7.882,33.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são como segue:

ATIVO	Controladora							
	31.12.2012				31.12.2011			
	Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total	Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total
Controladores								
União (Governo Federal)	2.603.937	-	-	2.603.937	607.391	-	-	607.391
Eletrobras	747			747	747	-	-	747
Partes Relacionadas								
CEAL	496	-	-	496	322	-	-	322
CELG Distribuição	2.065	-	-	2.065	1.215	-	-	1.215
CEPISA	1.525	-	-	1.525	373	-	-	373
CERON	118	-	-	118	148	-	-	148
CGTEE	252	-	-	252	89	-	-	89
Chesf	7.802	-	-	7.802	7.951	-	-	7.951
Eletroacre	9	-	-	9	25	-	-	25
Eletronorte	5.650	-	-	5.650	5.943	-	-	5.943
Eletronuclear	470	-	-	470	461	-	-	461
Furnas	3.697	-	-	3.697	3.728	-	-	3.728
ITAIPU	193	-	-	193	(3)	-	-	(3)
Controladas								
Artemis	537	15.945	-	16.482	501	4.863	-	5.364
Cerro Chato I	7	-	-	7	4	-	-	4
Cerro Chato II	6	-	-	6	4	-	-	4
Cerro Chato III	7	176	-	183	4	652	-	656
Etau	58	534	-	592	55	513	-	568
Integração	-	-	-	-	-	2.060	-	2.060
Livramento	20	-	-	20	-	-	3.742	3.742
Norte Brasil	-	804	-	804	-	250	-	250
Porto Velho	6	1.351	-	1.357	5	-	50.000	50.005
RS Energia	1	2.331	-	2.332	3.502	773	66.258	70.533
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	-	5.067	-	5.067
TSBE	-	-	31.898	31.898	-	-	-	-
Uirapuru	5.127	1.908	-	7.035	4.825	1.382	-	6.207
TOTAL DO ATIVO	2.632.730	23.049	31.898	2.687.677	637.290	15.560	120.000	772.850

		Consolidado							
		31.12.2012				31.12.2011			
ATIVO		Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total	Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total
Controladores									
União (Governo Federal)		2.603.937	-	-	2.603.937	607.391	-	-	607.391
Eletrobras		747	-	-	747	747	-	-	747
Partes Relacionadas									
CEAL		496	-	-	496	322	-	-	322
CELG Distribuição		2.065	-	-	2.065	1.215	-	-	1.215
CEPISA		1.525	-	-	1.525	373	-	-	373
CERON		118	-	-	118	148	-	-	148
CGTEE		252	-	-	252	89	-	-	89
Chesf		7.802	-	-	7.802	7.951	-	-	7.951
Eletroacre		9	-	-	9	25	-	-	25
Eletronorte		5.650	-	-	5.650	5.943	-	-	5.943
Eletronuclear		470	-	-	470	461	-	-	461
Fumas		3.697	-	-	3.697	3.728	-	-	3.728
ITAIPU		193	-	-	193	(3)	-	-	(3)
Controladas									
Etau		42	-	-	42	40	-	-	40
Livramento		10	-	-	10	-	-	-	-
Uirapuru		1.282	-	-	1.282	1.206	-	-	1.206
TOTAL DO ATIVO		2.628.295	-	-	2.628.295	629.636	-	-	629.636

		Controladora							
		31.12.2012				31.12.2011			
PASSIVO		Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total
Controladores									
Eletrobras		1.126.905	15.614	554.930	1.697.449	977.573	24.551	1.696.404	2.698.528
Partes Relacionadas									
Chesf		74	-	-	74	-	-	-	-
Eletronorte		63	-	-	63	-	-	-	-
Fumas		101	-	-	101	9	-	-	9
Controladas									
Artemis		2	-	-	2	-	-	-	-
ESBR		466	-	-	466	698	-	-	698
Etau		1	-	-	1	-	-	-	-
Norte Brasil		-	-	-	-	(8.536)	-	-	(8.536)
Porto Velho		2	-	-	2	-	-	-	-
RS Energia		1	-	-	1	-	-	-	-
Uirapuru		1	-	-	1	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO		1.127.616	15.614	554.930	1.698.160	969.744	24.551	1.696.404	2.690.699

		Consolidado							
		31.12.2012				31.12.2011			
PASSIVO		Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total
Controladores									
Eletrobras		1.126.905	15.614	554.930	1.697.449	979.220	24.551	1.696.404	2.700.175
Partes Relacionadas									
Chesf		74	-	-	74	-	-	-	-
Eletronorte		63	-	-	63	-	-	-	-
Fumas		101	-	-	101	9	-	-	9
Controladas									
Etau		1	-	-	1	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO		1.127.144	15.614	554.930	1.697.688	979.229	24.551	1.696.404	2.700.184

RESULTADO	Controladora							
	31.12.2012				31.12.2011			
	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total
Controladores								
União (Governo Federal)	-	-	132.087	132.087	-	-	113.225	113.225
Eletrobras	222	-	(292.780)	(292.558)	872	(255)	(101.943)	(101.326)
Partes Relacionadas								
CEAL	4.388	(4)	-	4.384	2.599	(20)	-	2.579
CELG Distribuição	19.816	-	-	19.816	11.636	-	-	11.636
CEPISA	13.349	-	-	13.349	3.819	-	-	3.819
CERON	1.305	(58)	-	1.247	1.319	-	-	1.319
CGTEE	1.766	-	-	1.766	1.350	-	-	1.350
Chesf	77.035	(318)	-	76.717	65.290	(156)	-	65.134
Eletroacre	194	-	-	194	218	-	-	218
Eletronorte	56.161	(397)	-	55.764	56.150	(565)	-	55.585
Eletronuclear	4.540	-	-	4.540	3.811	-	-	3.811
Furnas	35.632	(321)	-	35.311	30.345	(108)	-	30.237
ITAIPU	57	-	-	57	-	-	-	-
Controladas								
Artemis	6.263	(9)	-	6.254	6.067	-	-	6.067
Cerro Chato I	66	-	-	66	22	-	-	22
Cerro Chato II	66	-	-	66	30	-	-	30
Cerro Chato III	65	-	-	65	37	-	-	37
Etau	806	(4)	-	802	670	-	-	670
Livramento	110	-	-	110	-	-	-	-
Marumbi	262	-	-	262	-	-	-	-
Porto Velho	61	(8)	-	53	58	-	-	58
RS Energia	1.343	(4)	-	1.339	1.969	-	-	1.969
Santa Vitória do Palmar	242	-	-	242	-	-	-	-
TSBE	131	-	-	131	-	-	-	-
Uirapuru	2.305	(3)	-	2.302	2.159	(22)	-	2.137
TOTAL DO RESULTADO	226.185	(1.126)	(160.693)	64.366	188.421	(1.126)	11.282	198.577
RESULTADO	Consolidado							
	31.12.2012				31.12.2011			
	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total
Controladores								
União (Governo Federal)	-	-	132.087	132.087	-	-	113.225	113.225
Eletrobras	222	-	(292.780)	(292.558)	872	(255)	(101.943)	(101.326)
Partes Relacionadas								
CEAL	4.388	(4)	-	4.384	2.599	(20)	-	2.579
CELG Distribuição	19.816	-	-	19.816	11.636	-	-	11.636
CEPISA	13.349	-	-	13.349	3.819	-	-	3.819
CERON	1.305	(58)	-	1.247	1.319	-	-	1.319
CGTEE	1.766	-	-	1.766	1.350	-	-	1.350
Chesf	77.035	(318)	-	76.717	65.290	(156)	-	65.134
Eletroacre	194	-	-	194	218	-	-	218
Eletronorte	56.161	(397)	-	55.764	56.150	(565)	-	55.585
Eletronuclear	4.540	-	-	4.540	3.811	-	-	3.811
Furnas	35.632	(321)	-	35.311	30.345	(108)	-	30.237
ITAIPU	57	-	-	57	-	-	-	-
Controladas								
Cerro Chato I	-	-	-	-	2	-	-	2
Cerro Chato II	-	-	-	-	3	-	-	3
Cerro Chato III	-	-	-	-	4	-	-	4
Etau	585	(3)	-	582	482	-	-	482
Livramento	110	-	-	110	-	-	-	-
Marumbi	210	-	-	210	-	-	-	-
Santa Vitória do Palmar	123	-	-	123	-	-	-	-
TSBE	26	-	-	26	-	-	-	-
Uirapuru	576	(3)	-	573	2.159	(22)	-	2.137
TOTAL DO RESULTADO	216.095	(1.104)	(160.693)	54.298	180.059	(1.126)	11.282	190.215

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

- a) União Federal: créditos de energia renegociados (Lei 8.727/93) e créditos indenizatórios (MP 579);

- b) Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;
- c) Empresas controladas e/ou controladas em conjunto: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros;
- d) Partes relacionadas: clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão e prestação de serviços, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros.

NOTA 35 – RECEITA ANUAL PERMITIDA (RAP)

Controladora		Valor da RAP	Reajuste Anual
Empresa	Contrato de Concessão ANEEL	Anual 2012/2013	07/2012
Eletrosul	057/2001 - Diversos Empreendimentos*	447.504	IGPM - 4,26%
	010/2005 - LT Campos Novos - Blumenau C2**	86.542	IGPM - 4,26%
	004/2008 - LT P. Médici - Santa Cruz 1 230kV**	5.605	IPCA - 4,99%
	005/2009 - SE Missões - 230/69 kV (150 MVA)**	4.448	IPCA - 4,99%
*Resolução ANEEL nº 1.395/2013		Total	544.099

**Resolução ANEEL nº 1.313/2012

Investidas		Valor da RAP	Reajuste Anual
Empresa	Contrato de Concessão ANEEL	Anual 2012/2013**	07/2012
Artemis	004/2004 -LT Salto Santiago -Ivaiporã -Cascavel Oeste	71.743	IGPM - 4,26%
Etau	082/2002 -LT Campos Novos -Lagoa Vermelha -Santa Marta	32.230	IGPM - 4,26%
PVTE	010/2009 - SE Coletora Porto Velho 500/230 kV 2 Estações Conversoras	61.256	IPCA - 4,99%
RS Energia	005/2006 -LT Campos Novos -Pólo 525kV	33.305	IPCA - 4,99%
	011/2010 - Subestações diversas	10.530	IPCA - 4,99%
	012/2010 - LT Monte Claro - Garibaldi 230 kV	2.838	IPCA - 4,99%
	002/2011 - SE Foz do Chapecó 230/138 kV	2.304	IPCA - 4,99%
Uirapuru	002/2005 -LT Ivaiporã -Londrina	23.096	IGPM - 4,26%
**Resolução ANEEL nº 1.313/2012		Total	237.302

De acordo com o ICPC 01 e OCPC 05, a receita a ser contabilizada no resultado não corresponde a RAP homologada pela ANEEL e administrada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, mas sim as receitas com o Ativo Financeiro, de O&M e de Construção. A RAP continua representando o montante a ser recebido pela Companhia, amortizando o Ativo Financeiro, conforme descrito na nota 7.

NOTA 36 – TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL*

A Companhia tem como política permanente a qualificação dos dirigentes e empregados, tendo apresentado os seguintes indicadores:

Indicadores	Controladora	
	2012	2011
Empregados treinados	1.427	1.494
Homem hora treinados	121.248	117.677
Média hora treinamento	85,00	65,00
Índice empregados treinados (%)	93,00%	82,90%
Força de trabalho treinada (%)	4,10%	3,40%
Investimento total (mil)	2.833	4.004
Valor médio investido por empregado (mil)	2,0	2,7

*

Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 37 – RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia adota para gestão dos seus negócios a apuração do resultado por segmento de negócio a seguir demonstrado:

		Controladora					
		2012			2011		
	Notas	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38	269.990	881.132	1.151.122	-	844.917	844.917
CUSTO OPERACIONAL							
Custo com Energia Elétrica		(166.241)	-	(166.241)	-	(110.583)	(110.583)
Energia comprada para revenda	41	(159.526)	-	(159.526)	-	(124.603)	(124.603)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	24	(6.715)	-	(6.715)	-	14.020	14.020
Custo de Operação	41	(30.694)	(224.423)	(255.117)	-	(219.650)	(219.650)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(6.188)	(218.765)	(224.953)	-	(213.270)	(213.270)
Depreciação e amortização		(12.245)	-	(12.245)	-	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(7.264)	(2.213)	(9.477)	-	(2.247)	(2.247)
(-) Recuperação de despesas		304	4.140	4.444	-	3.152	3.152
Outros		(5.301)	(7.585)	(12.886)	-	(7.285)	(7.285)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	41	(52)	(9.353)	(9.405)	-	(10.312)	(10.312)
Custo de construção	41	-	(82.730)	(82.730)	-	(92.201)	(92.201)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		73.003	564.626	637.629	-	412.171	412.171
Despesas operacionais	41	(8.891)	(272.500)	(281.391)	-	(216.995)	(216.995)
RESULTADO DO SERVIÇO		64.112	292.126	356.238	-	195.176	195.176
Outras receitas e despesas operacionais							
Resultado de participações societárias	39	(12.520)	62.220	49.700	-	33.675	33.675
Resultado Financeiro	43	(12.543)	(151.160)	(163.703)	-	(122.246)	(122.246)
Valor recuperável de ativos (Impairment)	19	(81.242)	(68.430)	(149.672)	-	(41.587)	(41.587)
Contratos Onerosos	24	(896.494)	-	(896.494)	-	-	-
Outras receitas/despesas	44	(857)	(13.227)	(14.084)	-	50.641	50.641
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13		(939.544)	121.529	(818.015)	-	115.659	115.659
Indenizações Lei 12.783/13	1d, 8	-	577.802	577.802	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL APÓS A LEI 12.783/13		(939.544)	699.331	(240.213)	-	115.659	115.659
Imposto de renda e contribuição social	45	351.514	(45.468)	306.046	-	(12.287)	(12.287)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(588.030)	653.863	65.833	-	103.372	103.372

	Notas	Consolidado					
		2012			2011		
		Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38	305.687	1.519.172	1.824.859	7.924	1.352.469	1.360.393
CUSTO OPERACIONAL							
Custo com Energia Elétrica		(166.247)	-	(166.247)	-	(110.583)	(110.583)
Energia comprada para revenda	41	(159.532)	-	(159.532)	-	(124.603)	(124.603)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	24	(6.715)	-	(6.715)	-	14.020	14.020
Custo de Operação	41	(58.947)	(226.485)	(285.432)	(608)	(222.517)	(223.125)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(9.593)	(221.109)	(230.702)	(21)	(214.322)	(214.343)
Depreciação e amortização		(33.994)	-	(33.994)	-	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(7.264)	(2.141)	(9.405)	-	(2.511)	(2.511)
(-) Recuperação de despesas		304	4.140	4.444	-	3.560	3.560
Outros		(8.400)	(7.375)	(15.775)	(587)	(9.244)	(9.831)
Custo do serviço prestado a terceiros	41	(52)	(16.131)	(16.183)	-	(10.312)	(10.312)
Custo com construção	41	-	(557.410)	(557.410)	-	(514.193)	(514.193)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		80.441	719.146	799.587	7.316	494.864	502.180
Despesas Operacionais	41	(25.589)	(276.830)	(302.419)	(10.909)	(223.330)	(234.239)
RESULTADO DO SERVIÇO		54.852	442.316	497.168	(3.593)	271.534	267.941
Outras receitas e despesas operacionais							
Resultado Financeiro	43	(18.271)	(209.480)	(227.751)	955	(145.651)	(144.696)
Valor recuperável de ativos (Impairment)	19	(81.242)	(68.430)	(149.672)	-	(41.587)	(41.587)
Contratos Onerosos	24	(896.494)	-	(896.494)	-	-	-
Outras receitas/despesas	44	(806)	(13.533)	(14.339)	-	50.649	50.649
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13		(941.961)	150.873	(791.088)	(2.638)	134.945	132.307
Indenizações Lei 12.783/13	1d, 8	-	577.802	577.802	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL APÓS A LEI 12.783/13		(941.961)	728.675	(213.286)	(2.638)	134.945	132.307
Imposto de renda e contribuição social	45	354.266	(72.469)	281.797	753	(28.430)	(27.677)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(587.695)	656.206	68.511	(1.885)	106.515	104.630

NOTA 38 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Receita de geração de energia	31.432	-	68.500	8.486
Receita de comercialização de energia	266.012	33.721	266.012	33.721
Receita do serviço de O&M	447.697	470.923	473.706	481.861
Receita com o ativo financeiro	423.875	320.932	566.199	396.684
Receita de construção transmissão	82.730	92.201	557.410	514.193
Receita do serviço prestado a terceiros	16.901	19.127	30.578	28.232
Outras receitas	7.457	4.820	7.295	4.705
	1.276.104	941.724	1.969.700	1.467.882
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
Impostos e contribuições				
COFINS	(75.935)	(52.950)	(87.137)	(59.189)
PIS/PASEP	(16.479)	(11.489)	(18.909)	(12.856)
ICMS/ISS	(589)	(486)	(1.553)	(490)
	(93.003)	(64.925)	(107.599)	(72.535)
Encargos setoriais				
Reserva global de reversão (RGR)	(22.731)	(23.418)	(26.645)	(25.684)
P&D	(9.248)	(8.464)	(10.597)	(9.270)
	(31.979)	(31.882)	(37.242)	(34.954)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.151.122	844.917	1.824.859	1.360.393

Os montantes na rubrica “receita de geração de energia” na Controladora, no valor de R\$ 18.306 mil refere-se ao faturamento da UHE Passo São João e UHE Mauá e no Consolidado, no valor de R\$ 44.418 mil, refere-se ao faturamento das SPE’s Eólica Cerro Chato I S/A, Eólica Cerro Chato II S/A e Eólica Cerro Chato III S/A.

Basicamente, a variação na rubrica “Receita de comercialização de energia” é decorrente do faturamento autorizado pela ANEEL, relativo a UHE Mauá, no montante de R\$ 97.172 mil relativo ao período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012, o qual foi recebido em julho de 2012.

38.1 Fornecimento de energia*

Descritivo	Controladora e Consolidado			
	2012		2011	
	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)
Energia vendida*	2.752.512,853	266.012	528.468,374	33.721
Energia gerada	268.576,040	31.432	-	-
Energia gerada - Controladas	286.058,538	39.342	43.207,483	10.520

*Na rubrica "Energia vendida" está computado faturamento, autorizado pela ANEEL, de R\$ 97.172 mil, referente a UHE Mauá do período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012.

* Informações não revisadas pelos auditores independentes.

NOTA 39 – RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Composição do saldo por empresa	Controladora	
	2012	2011
Artemis	26.989	13.602
Cerro Chato I	(261)	-
Cerro Chato II	(904)	-
Cerro Chato III	(1.721)	2.927
Chuí	(281)	-
Costa Oeste	(252)	-
ESBR	(4.352)	(3.646)
Etau	4.793	5.413
Integração	9.197	8.646
Livramento	(775)	-
Marumbi	(52)	-
Norte Brasil	3.414	1.164
Porto Velho	2.685	(1.330)
RS Energia	8.182	3.253
Santa Vitória do Palmar	(492)	-
TSBE	(107)	-
TSLE	(564)	-
Teles Pires	(3.734)	(828)
Uirapuru	7.935	4.474
TOTAL	49.700	33.675

NOTA 40 – ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Reserva Global de Reversão (RGR)	22.731	23.418	26.645	25.684
Taxa de Fiscalização ANEEL	4.554	4.209	5.105	4.320
Fundo Nac. de Des. Cient. e Tecnológico (FNDCT)	3.699	3.386	3.699	3.386
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	1.850	1.693	1.850	1.693
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	3.699	3.385	5.048	4.191
Total	36.533	36.091	42.347	39.274

contribuição setorial para a Reserva Global de Reversão (RGR) foi extinta a partir de 2013.

A

NOTA 41 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

a) Distribuição por natureza

Natureza	2012							
	Controladora				Consolidado			
	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total
Pessoal	3.963	183.798	109.033	296.794	3.963	185.288	119.534	308.785
Material	2	7.551	2.771	10.324	62	7.612	3.547	11.221
Serviço de terceiro	2.224	36.713	40.676	79.613	5.569	42.358	48.082	96.009
Prov. cré. liquid. duvidosa	7.264	2.213	-	9.477	7.264	2.141	-	9.405
Custo de construção transmissão	-	82.730	-	82.730	-	557.410	-	557.410
Energia comprada para revenda	159.526	-	-	159.526	159.532	-	-	159.532
Prov. (reversão) contratos onerosos	6.715	-	-	6.715	6.715	-	-	6.715
Depreciação e amortização	12.245	-	2.095	14.340	33.994	-	2.178	36.172
Taxa de fiscalização ANEEL	-	-	4.554	4.554	-	-	5.105	5.105
EUSD	2.733	-	-	2.733	2.733	-	-	2.733
EUST	1.380	-	-	1.380	3.623	-	-	3.623
CFURH	1.013	-	-	1.013	1.013	-	-	1.013
Prov. (Reversão) para contingências	-	-	66.977	66.977	-	-	66.977	66.977
Aposen. especial / Passivo atuarial	-	-	1.053	1.053	-	-	1.053	1.053
Participação nos lucros e resultados	-	-	31.772	31.772	-	-	31.772	31.772
(-) Recuperação de despesas*	(304)	(4.140)	(10.462)	(14.906)	(304)	(4.140)	(10.462)	(14.906)
Outras despesas	175	7.692	32.922	40.789	1.015	9.424	34.633	45.072
Total	196.936	316.557	281.391	794.884	225.179	800.093	302.419	1.327.691

*

Contempla basicamente créditos de Pis e Cofins sobre a depreciação.

Natureza	2011							
	Controladora				Consolidado			
	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total
Pessoal	-	184.825	131.998	316.823	-	185.541	137.833	323.374
Material	-	6.712	3.043	9.755	-	6.767	3.374	10.141
Serviço de terceiro	-	31.989	37.120	69.109	21	32.270	46.660	78.951
Prov. cré. liquid. duvidosa	-	2.247	-	2.247	-	2.511	-	2.511
Custo de construção transmissão	-	92.201	-	92.201	-	514.193	-	514.193
Energia comprada para revenda	-	124.603	-	124.603	-	124.603	-	124.603
Prov. (reversão) contratos onerosos	-	(14.020)	-	(14.020)	-	(14.020)	-	(14.020)
Depreciação e amortização	-	-	2.542	2.542	-	-	2.557	2.557
Taxa de fiscalização ANEEL	-	-	4.209	4.209	-	-	4.320	4.320
EUST	-	-	-	-	-	-	-	-
Prov. (Reversão) para contingências	-	-	(4.718)	(4.718)	-	-	(4.718)	(4.718)
Aposen. especial / Passivo atuarial	-	-	14.321	14.321	-	-	14.321	14.321
Participação nos lucros e resultados	-	-	33.470	33.470	-	-	33.470	33.470
(-) Recuperação de despesas*	-	(3.152)	(28.440)	(31.592)	-	(3.560)	(28.440)	(32.000)
Outras despesas	-	7.341	23.450	30.791	587	9.300	24.862	34.749
Total	-	432.746	216.995	649.741	608	857.605	234.239	1.092.452

*

Contempla basicamente créditos de Pis e Cofins sobre a depreciação.

b) Distribuição por tipo de gasto

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal				
Remunerações	98.990	93.468	105.816	97.450
Periculosidade	19.944	18.705	19.944	18.705
Hora extra	14.346	13.496	14.346	13.496
Provisão de 13º salário	12.592	11.926	13.017	12.073
Gratificação e provisão de férias	22.192	22.085	23.397	22.572
Encargos sociais	58.631	56.549	61.085	57.839
Ajudas de custo	1.911	3.051	2.164	3.057
Benefícios	43.008	42.790	43.836	43.429
Contribuições ELOS	17.170	15.482	17.170	15.482
Plano readequação do quadro de pessoal (PREQ)	26	8.977	26	8.977
Extensão licença maternidade Lei 11.770/08	93	113	93	113
Provisão Contrib. Patroc. s/ benefício da geração atual*	758	22.284	758	22.284
Custo do serviço prestado	7.276	8.150	7.276	8.150
Transferência para ordem em curso	(143)	(253)	(143)	(253)
Total	296.794	316.823	308.785	323.374

*

Refere-se aos empregados que optaram pela migração do plano previdenciário BD para o plano previdenciário CD.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Material				
Combustível e lubrificantes para veículos	2.130	2.253	2.379	2.334
Peças e acessórios para veículos	954	1.105	954	1.113
Expediente, consumo, limpeza e reposição	4.105	3.708	4.633	3.939
Operação e manutenção do sistema elétrico	2.050	1.256	2.124	1.309
Lubrificantes para veículos	50	29	50	29
Pneus e câmaras	147	114	147	114
Refeições e lanches	108	136	144	149
Combustível veículos locados em viagens	42	49	42	49
Material a ser requisitado aos estoques	1.075	1.398	1.075	1.398
Custo do serviço prestado	84	117	92	117
Transferência para ordem em curso	(421)	(410)	(419)	(410)
Total	10.324	9.755	11.221	10.141

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Serviço de terceiros				
Auditoria externa	313	162	722	280
Frete e carretos	723	587	742	592
Vigilância	7.708	6.391	8.329	7.168
Limpeza, manut.cons.de edifícios e instalações em geral	6.303	6.336	7.546	6.387
Manut. e conservação de veículos	831	793	844	806
Manut. e conservação de instalações elétricas	1.087	958	733	1.214
Manut. e conservação de equipamentos - móveis e utensílios	437	409	425	421
Manut. e conservação de equipamentos - proc.eletr.de dados	114	346	135	350
Energia elétrica	2.970	2.868	3.017	2.893
Água e esgoto	172	214	178	220
Outros serviços de terceiros*	34.459	24.452	39.276	29.007
Taxi, ônibus e similares	1.743	1.662	2.123	1.699
Passagens aéreas	2.806	2.661	2.994	2.832
Comunicação	1.898	1.979	2.457	2.757
Hospedagem, refeições e lanches	5.875	5.901	6.767	6.358
Uso de condução própria	97	140	150	163
Gastos com processos judiciais	315	321	661	1.868
Publicidade Institucional	4.952	3.770	4.921	3.862
Publicidade de Utilidade Pública	259	657	272	703
Publicidade Legal (Compulsório)	1.699	1.913	1.889	1.947
Custo do serviço prestado	1.939	1.989	5.164	1.855
Outros serviços	3.073	4.771	6.489	5.740
Transferência para ordem em curso	(160)	(171)	175	(171)
Total	79.613	69.109	96.009	78.951 *

Substancialmente são contabilizados gastos com serviço de recepção, serviços de portaria, serviços de manutenção diversos, postos de serviços, dentre outros.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Outras despesas				
IPVA	291	301	291	301
ICMS	3.310	1.585	3.310	1.585
ISS	51	-	51	-
IPTU	482	730	485	736
Taxas	370	567	1.104	946
Doações, contribuições e subvenções	16.391	14.644	16.566	14.860
Arrendamentos e aluguéis	2.931	2.420	4.411	3.171
Seguros	2.736	2.515	2.954	2.929
Jornais, revistas, livros técnicos e CD-ROM	167	163	163	168
Software	498	318	543	351
Baixa de Créditos Fiscais / Perdas*	7.651	79	7.651	79
Anuidades a conselhos de classe	3	40	13	40
Despesas com estagiários	780	847	780	847
Participantes assistidos	3.184	2.816	3.184	2.816
Benefícios a Aposentados	9	52	9	52
Royalties (CFURH)	1.013	-	1.013	-
EUSD	2.733	-	2.733	-
EUST	1.380		3.623	
Outras despesas	1.938	3.715	3.560	5.869
(-) Transferência para ordem em curso	(3)	(1)	(3)	(1)
Total	45.915	30.791	52.441	34.749 *

Substancialmente, refere-se ao valor baixado de créditos fiscais sem previsão de recuperabilidade.

c) Energia comprada para revenda*

Descritivo	Controladora e Consolidado			
	2012		2011	
	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)
Energia comprada para revenda	1.283.925,500	185.586	1.200.120,000	135.711

Informações da quantidade comprada não revisadas pelos auditores independentes.

*

NOTA 42 – PIS/COFINS SOBRE A RECEITA FINANCEIRA

Em 9 de novembro de 2005, em sessão plenária, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional, em quatro recursos individuais, o parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, o qual definiu como base de incidência das contribuições ao PIS e à COFINS, a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. O STF entendeu que a citada Lei, quando de sua edição, era incompatível com o texto constitucional então vigente, que previa a incidência das contribuições sociais apenas sobre o faturamento das pessoas jurídicas e não sobre a totalidade das suas receitas. Ocorre que as decisões do STF não foram proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN); portanto, beneficiando apenas e tão-somente, as partes envolvidas nos recursos mencionados.

Em razão do exposto, a Companhia ajuizou ação ordinária postulando a declaração de inexigibilidade do PIS e da Cofins relativo ao período de fevereiro de 1999 a julho de 2004, sendo julgado parcialmente procedente o pedido relativos aos recolhimentos efetuados, considerando prescritos os recolhimentos anteriores a 23 de fevereiro de 2011. Inconformada, a Companhia impetrou ação judicial garantindo a não prescrição dos valores recolhidos a maior que, em 31 de dezembro 2012, totalizavam aproximadamente R\$ 108,6 milhões.

Em dezembro de 2012, foi negado provimento a ação da Companhia, estando a área jurídica adotando as medidas cabíveis, com vistas ao ressarcimento e/ou compensação dos valores em questão. Por apresentar natureza de Ativo Contingente, os valores não estão refletidos nas demonstrações financeiras em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

NOTA 43 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
a) Receitas financeiras				
Renda sobre aplicações financeiras	28.693	29.762	41.071	43.850
Créditos de energia renegociados - Juros	71.565	80.281	71.565	80.281
Créditos de energia renegociados - Variação M.	43.907	32.945	43.907	32.945
Créditos indenizatórios concessão - Variação M.	16.615	-	16.615	-
Juros	786	687	1.073	1.072
Multas	3.351	757	3.351	757
Variação Monetária sobre Depósitos Judiciais	2.323	2.042	2.323	2.043
Ajuste a valor presente de tributos/UBP	11.393	1.582	11.393	1.582
Atualização Títulos CFT-Eletronet/Eletronbras*	26.078	-	26.078	-
Diversas	4.925	(910)	8.467	399
Subtotal	209.636	147.146	225.843	162.929
b) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas (financiamentos)	93.415	77.395	163.774	109.468
Variação monetária (financiamentos)	35.835	37.915	41.244	40.349
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	5.676	7.379	5.740	10.356
Multas diversas	1.036	542	1.321	661
Juros diversos	2.618	2.007	3.982	2.141
Despesas bancárias	151	106	346	165
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	2.302	3.920	2.483	4.225
Variação Monetária - Contingências/ELOS	5.311	3.830	5.311	3.830
Atualização pela SELIC dos dividendos	8.298	8.971	8.298	8.971
Atualização pela SELIC do AFAC Eletronbras	178.231	114.389	178.231	114.389
Atualização pela SELIC do PREQ	2.272	2.833	2.272	2.833
Ajuste a valor presente de tributos/UBP	10.762	9.914	10.762	9.914
Atualização Títulos CFT-Eletronet/Eletronbras*	26.078	-	26.078	-
Variação Monetária - Outras	1.354	191	3.752	323
Subtotal	373.339	269.392	453.594	307.625
Resultado Financeiro	(163.703)	(122.246)	(227.751)	(144.696)

* Basicamente, ao registro contábil da atualização ativa e passiva dos títulos da Eletronet ora resgatados (R\$ 48.916 mil), decorrente do vencimento dos ativos CFT que estavam cedidos em comodato pela Eletronbras, ofertados como garantia no processo judicial da Operação Eletronet. Pelo resgate, os títulos foram registrados no ativo na rubrica "cauções e depósitos vinculados" e no passivo não circulante na rubrica "outros passivos". O valor atualizado dos títulos será convertido em empréstimo financeiro junto à Eletronbras.

NOTA 44 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ganhos/perdas na desativação de bens e direitos	(4.629)	(716)	(4.629)	(755)
Ganhos/perdas na alienação de bens e direitos	423	403	423	403
Mensuração de ganhos com participação societária	-	74.166	-	74.166
Amortização do ágio	(8.937)	(20.505)	(8.937)	(20.505)
Provisão (reversão) para perdas	(887)	-	(887)	-
Outras despesas	(54)	(2.707)	(1.137)	(2.894)
Outras receitas	-	-	828	234
Total	(14.084)	50.641	(14.339)	50.649

O montante de R\$ 74.166 mil constante na rubrica “Mensuração de ganhos com participação societária” em 2011, refere-se ao resultado apurado em 11.08.2011, relativo à participação anterior detida na Artemis (49%) e Uirapuru (49%), nos valores respectivos de R\$ 63.012 mil e R\$ 11.154 mil.

NOTA 45 – EFEITOS TRIBUTÁRIOS NO RESULTADO

	Controladora			
	2012		2011	
	Imp. Renda	Contr. Social	Imp. Renda	Contr. Social
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(240.213)	(240.213)	115.659	115.659
Adições	40.890	40.890	54.376	54.376
Exclusões	(697.394)	(694.512)	(130.707)	(127.825)
Lucro (prejuízo) real/base da contribuição social	(896.717)	(893.835)	39.328	42.210
Alíquotas dos tributos	15%+10%	9%	15%+10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(224.203)	(80.445)	9.808	3.799
Incentivo fiscal*	(1.398)	-	(1.320)	-
Imposto de renda e contribuição social do período	(225.601)	(80.445)	8.488	3.799
Imposto de renda e contribuição social correntes	52.373	19.625	16.740	6.770
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(277.974)	(100.070)	(8.252)	(2.971)
Imposto de renda e contribuição social do período	(225.601)	(80.445)	8.488	3.799

Lei Rouanet, Lei do Esporte e FIA.

As adições e exclusões na base do Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se as adições e exclusões permanentes, tais como patrocínios e doações, equivalência patrimonial e amortização de ágio.

Controladas	Consolidado			
	2012		2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
RS Energia*	1.789	796	3.022	1.095
ESBR	(1.388)	(498)	(1.372)	(494)
Artemis	10.502	3.830	4.718	1.733
Etau*	241	119	322	155
Norte Brasil	1.454	523	341	205
Porto Velho*	(1.270)	(453)	1.764	635
Uirapuru*	587	305	379	188
Cerro Chato I	(110)	(32)	-	-
Cerro Chato II	(225)	(73)	-	-
Cerro Chato III	(318)	(108)	814	299
Integração	6.305	2.270	1.164	422
Costa Oeste	2	1	-	-
Controladora	(225.601)	(80.445)	8.488	3.799
Totais	(208.032)	(73.765)	19.640	8.037
Imposto de renda e contribuição social correntes	71.219	26.621	25.975	10.224
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(279.251)	(100.386)	(6.335)	(2.187)
Totais	(208.032)	(73.765)	19.640	8.037

*Tributação pelo Lucro Presumido

NOTA 46 – SEGUROS

Riscos	Vigência		Importância Segurada	Prêmio
	Início	Final		
Seguro de riscos nomeados (i)	27/02/2012	27/02/2013	1.819.900	2.289
Seguro de riscos operacionais (ii)	07/09/2012	07/09/2013	235.606	319
Seguro de transporte internacional	11/06/2012	11/06/2013	30.000	48
Seguro de transporte nacional	18/03/2012	18/03/2013	113.125	110

i) Seguro de riscos nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as instalações das subestações e instalações em geral, exceto as instalações das linhas de transmissão, nomeando os equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como: incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos.

ii) Seguro de riscos operacionais

Refere-se ao seguro de risco operacional da Usina Passo São João.

NOTA 47 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão descritos a seguir:

Ativos financeiros	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
a.1) Mensurados ao custo amortizado					
Recebíveis					
Clientes	6	141.835	107.185	169.037	127.475
Ativo financeiro - concessão de serviço público	7	986.210	2.519.593	2.730.058	3.770.653
Créditos indenizatórios	8	2.025.283	-	2.025.283	-
Créditos de energia renegociados	9	578.654	607.391	578.654	607.391
Cauções e depósitos vinculados	5	101.070	31.533	119.660	73.222
Mantidos até o vencimento					
Títulos e valores mobiliários	4	139	136	139	136
a.2) Mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	4	87.454	257.339	612.806	624.187
		3.920.645	3.523.177	6.235.637	5.203.064
Passivos financeiros					
a.3) Mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores	20	70.540	109.546	210.590	325.022
Financiamentos e empréstimos	21	2.032.933	1.841.490	5.046.072	3.905.836
Dividendos a pagar	45	15.636	24.552	16.272	24.552
		2.119.109	1.975.588	5.272.934	4.255.410

b) GESTÃO DE RISCOS

b.1) Risco com taxa de câmbio

A Companhia possui um contrato de financiamento em moeda estrangeira (Euro) obtido junto à Eletrobras por meio de repasse do banco KfW para realizar investimentos no complexo de PCH's São Bernardo. Sobre estas operações não foram contratadas operações de "hedge" (proteção).

Passivo	Controladora			
	2012		2011	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Empréstimos em Euro	13.293	35.831	13.293	32.359
Exposição Líquida	13.293	35.831	13.293	32.359

b.2) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IPCA	786.187	777.538	786.187	777.538
TJLP	947.913	856.744	3.926.636	2.707.660
SELIC	106.107	-	106.107	-
Cesta de moedas	35.832	32.359	57.630	51.172
Taxa CDI	-	-	12.618	-
Outros	156.894	174.849	156.894	369.466
Total	2.032.933	1.841.490	5.046.072	3.905.836

b.3) Risco de crédito

Salvo pelas contas clientes, cauções e depósitos vinculados, o ativo financeiro de transmissão, os créditos de energia renegociados e os créditos indenizatórios, a Companhia não possui outros saldos significativos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b.4) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa gerado pelas operações da Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Destes valores apresentados, estão excluídos os financiamentos concedidos pela controladora Eletrobrás.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Controladora				
	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	142.599	135.869	374.375	749.297
Fornecedores	70.540	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.776	1.883	6.231	92.977
Em 31 de dezembro de 2011				
Financiamentos e empréstimos	139.209	129.747	344.245	713.777
Fornecedores	109.546	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.427	1.502	4.925	76.710

Consolidado				
	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	471.552	572.853	1.559.575	3.467.303
Fornecedores	210.590	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.776	3.901	17.291	248.387
Em 31 de dezembro de 2011				
Financiamentos e empréstimos	534.406	296.727	1.145.853	2.925.638
Fornecedores	325.022	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.427	3.472	14.246	296.508

b.5) Riscos trabalhistas

São constituídas provisões para as contingências de demandas judiciais de riscos trabalhistas reconhecidas pela empresa, que representam o universo de perdas prováveis, cujos pedidos judiciais se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária, que são quantificadas ao valor presente quando da efetiva liquidação desta obrigação.

O provisionamento contábil destas demandas está seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 e os impactos para a Companhia estão apresentados na nota 25.

b.6) Riscos ambientais

As ações de caráter socioambiental constituídas para provisões de contingências de riscos ambientais nas unidades de negócio da empresa asseguram o compromisso da obtenção de emissões de Licenças Ambientais, bem como autorização para corte de vegetação, com o respaldo do Ministério público que fiscaliza a edificação desses investimentos.

c) GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Total dos financiamentos e empréstimos	21	2.032.933	1.841.490	5.046.072	3.905.836
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4	(87.454)	(257.339)	(612.806)	(624.187)
(=) Dívida líquida		1.945.479	1.584.151	4.433.266	3.281.649
Total do patrimônio líquido	31	4.659.777	2.631.278	4.659.777	2.631.278
AFAC's	13	554.930	1.810.793	554.930	1.810.793
Total dos investimentos em SPE's		-	-	2.575.836	1.713.062
(=) Total do capital		7.160.186	6.026.222	12.223.809	9.436.782
Índice de alavancagem financeira		27%	26%	36%	35%

d)

ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar pelo valor contábil menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

31 de dezembro de 2012

Ativos	Nota	Consolidado			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Aplicações financeiras	4	-	512.676	-	512.676
Cauções e depósitos vinculados	5	-	119.660	-	119.660
Títulos e valores mobiliários	4	-	139	-	139
Total do Ativo		-	632.475	-	632.475

31 de dezembro de 2011

Ativos		Consolidado			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Aplicações financeiras	4	-	524.294	-	524.294
Cauções e depósitos vinculados	5	-	73.222	-	73.222
Títulos e valores mobiliários	4	-	136	-	136
Total do Ativo		-	597.652	-	597.652

31 de dezembro de 2012

Ativos	Nota	Controladora			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Aplicações financeiras	4	-	69.261	-	69.261
Cauções e depósitos vinculados	5	-	101.070	-	101.070
Títulos e valores mobiliários	4	-	139	-	139
Total do Ativo		-	170.470	-	170.470

31 de dezembro de 2011

Ativos		Controladora			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Aplicações financeiras	4	-	246.391	-	246.391
Cauções e depósitos vinculados	5	-	31.533	-	31.533
Títulos e valores mobiliários	4	-	136	-	136
Total do Ativo		-	278.060	-	278.060

e) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE**e.1) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. As sociedades de propósitos específicos (SPE) controladas em conjunto, Energia Sustentável do Brasil S/A controlada pela ESBR Participações S/A e a Norte Brasil Transmissora de Energia S/A, possuem operações de *hedge accounting*.

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Norte Brasil, chamado *Hedge*, têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e variação do preço do alumínio no mercado internacional, que tem peso significativo no plano de investimentos. O referido hedge foi liquidado em 2012.

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela ESBR Participações têm o intuito de reduzir a exposição cambial de determinadas parcelas do contrato de fornecimento de turbinas para a UHE Jirau com as empresas *Dong Fang e Hyosung*.

Essas operações visam reduzir a exposição cambial e alterações bruscas em preços de *commodities*. As empresas controladas não possuem instrumentos financeiros com fins especulativos.

Os referidos valores foram reconhecidos não líquidos de impostos por reflexo como ajuste de avaliação patrimonial no grupo investimentos, tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

e.2) Saldos de *hedge accounting* reconhecidos por reflexo no Patrimônio Líquido:

	Consolidado	
	2012	2011
Norte Brasil	-	(8.536)
ESBR	466	698
	466	(7.838)

e.3) Efeito dos derivativos no Balanço Patrimonial:

Efeitos dos derivativos no Balanço Patrimonial

ATIVO	Consolidado					
	2012			2011		
Derivativos designados como hedge	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Risco de câmbio e taxa de juros						
SPE: ESBR Participações S/A						
Contrato 1: Banco do Brasil	2.633	-	2.633	5.631	-	5.631
Contrato 2: Banco Itaú	-	-	-	19.652	-	19.652
SPE: Norte Brasil Transmissora						
Contrato 1: Citibank LME	-	-	-	2.751	-	2.751
Total	2.633	-	2.633	28.034	-	28.034

PASSIVO	Consolidado					
	2012			2011		
Derivativos designados como hedge	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
SPE: Norte Brasil Transmissora						
Contrato 1: Societe Generale NDF	-	-	-	6.520	-	6.520
Contrato 2: Berclays NDF	-	-	-	3.663	-	3.663
Total	-	-	-	10.183	-	10.183

e.4) Mutação dos derivativos:

Derivativos designados como hedge	Consolidado	
	2012	2011
Saldo Inicial	7.838	10.469
Variação cambial sobre principal	(1.793)	(2.098)
Transferência do ajuste de avaliação patrimonial para o ativo imobilizado	2.025	(1.156)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial (parte coberta pelo hedge)	-	1.975
Imposto de Renda Diferido	-	(1.352)
Descontinuidade de hedge accounting	(8.536)	-
Saldo Final	(466)	7.838

e.5) Análise de sensibilidade moeda estrangeira

Depreciação dos índices			Consolidado			
			31.12.2012			
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31.12.2012	Índice em 31.12.2012	Cenário I (-25%) Índice	Cenário II (-50%) Índice	Cenário I (-25%) Valor	Cenário II (-50%) Valor
ATIVO						
SPE: ESBR Participações						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Banco do Brasil	2.633	2,0435	1,53263	1,02175	1.975	1.317
Total	2.633				1.975	1.317
Apreciação dos índices			Consolidado			
			31.12.2012			
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31.12.2012	Índice em 31.12.2012	Cenário I (+25%) Índice	Cenário II (+50%) Índice	Cenário I (+25%) Valor	Cenário II (+50%) Valor
ATIVO						
SPE: ESBR Participações						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Banco do Brasil	2.633	2,0435	2,55438	3,06525	3.291	3.950
Total	2.633				3.291	3.950
Depreciação dos índices			Consolidado			
			31.12.2011			
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31.12.2011	Índice em 31.12.2011	Cenário I (-25%) Índice	Cenário II (-50%) Índice	Cenário I (-25%) Valor	Cenário II (-50%) Valor
ATIVO						
SPE: ESBR Participações						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Banco do Brasil	5.631	1,8758	1,40685	0,93790	4.223	2.816
Contrato 2: Banco Itaú	19.652	1,8758	1,40685	0,93790	14.739	9.826
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Cityibank LME	2.751	1,8758	1,40685	0,93790	2.063	1.376
Total	28.034				21.025	14.018
PASSIVO						
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Societe Generale NDF	6.520	1,8758	1,40685	0,93790	4.890	3.260
Contrato 2: Barclays NDF	3.663	1,8758	1,40685	0,93790	2.747	1.832
Total	10.183				7.637	5.092

Apreciação dos índices			Consolidado			
			31.12.2011			
Contrato	Valor Justo dos Derivativos em 31.12.2011	Índice em 31.12.2011	Cenário I (+25%) Índice	Cenário II (+50%) Índice	Cenário I (+25%) Valor	Cenário II (+50%) Valor
ATIVO						
SPE: ESBR Participações						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Banco do Brasil	5.631	1,8758	2,34475	2,81370	7.039	8.447
Contrato 2: Banco Itaú	19.652	1,8758	2,34475	2,81370	24.565	29.478
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Citybank LME	2.751	1,8758	2,34475	2,81370	3.439	4.127
Total	28.034				35.043	42.052
PASSIVO						
SPE: Norte Brasil						
Risco de câmbio e taxa de juros						
Contrato 1: Societe Generale NDF	6.520	1,8758	2,34475	2,81370	8.150	9.780
Contrato 2: Barclays NDF	3.663	1,8758	2,34475	2,81370	4.579	5.495
Total	10.183				12.729	15.275

e.6) análise de sensibilidade taxa de juros

Depreciação dos índices			Controladora			
			31.12.2012			
Moeda (Risco)	Saldo	Indexador Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
PASSIVO						
Financiamentos e empréstimos						
IPCA	786.187	5,65%	4,24%	2,83%	752.853	763.938
TJLP	947.913	5,00%	3,75%	2,50%	912.366	924.215
SELIC	106.107	7,25%	5,44%	3,63%	100.335	102.255
Total	1.840.207				1.765.554	1.790.408
Controladora						
Apreciação dos índices			31.12.2012			
			Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
PASSIVO						
Financiamentos e empréstimos						
IPCA	786.187	5,65%	7,06%	8,48%	730.682	719.518
TJLP	947.913	5,00%	6,25%	7,50%	888.668	876.820
SELIC	106.107	7,25%	9,06%	10,88%	96.494	94.563
Total	1.840.207				1.715.844	1.690.900

Depreciação dos índices			Consolidado			
			31.12.2012			
Moeda (Risco)	Saldo	Indexador Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
PASSIVO						
Financiamentos e empréstimos						
IPCA	786.187	5,65%	4,24%	2,83%	752.853	763.938
TJLP	3.926.636	5,00%	3,75%	2,50%	3.779.387	3.828.470
SELIC	106.107	7,25%	5,44%	3,63%	100.335	102.255
CDI	12.618	7,25%	5,44%	3,63%	11.932	12.160
Total	4.831.548				4.644.506	4.706.823

Apreciação dos índices			Consolidado			
			31.12.2012			
Moeda (Risco)	Saldo	Indexador Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
PASSIVO						
Financiamentos e empréstimos						
IPCA	786.187	5,65%	7,06%	8,48%	730.682	719.518
TJLP	3.926.636	5,00%	6,25%	7,50%	3.681.221	3.632.138
SELIC	106.107	7,25%	9,06%	10,88%	96.494	94.563
CDI	12.618	7,25%	9,06%	10,88%	11.475	11.245
Total	4.831.548				4.519.872	4.457.464

NOTA 48 – BENS E DIREITOS DA UNIÃO

A Companhia mantém, em registros auxiliares, o montante de R\$ 5.199 mil a título de Bens da União sob Administração (BUSA), relativo à parte da subestação - SE Alegrete, Linha de Transmissão de 138 kV Jupia/ Mimoso I, Linha de Transmissão de 138 kV Mimoso/Campo Grande I, Linha de Transmissão de 230 kV Assis/Londrina, Linha de Transmissão de 230 kV Londrina/Apucarana e um terreno situado no município de Capivari de Baixo.

NOTA 49 – GASTOS AMBIENTAIS*

Durante o exercício, a Companhia realizou os seguintes investimentos e gastos ambientais, reconhecidos no imobilizado e no resultado do exercício, conforme a seguir demonstrado:

	Controladora			
	2012		2011	
	Investimento	Resultado	Investimento	Resultado
Investimentos ambientais	17.658	-	5.860	-
Gastos ambientais	-	3.276	-	4.107
Total	17.658	3.276	5.860	4.107

Os investimentos e gastos ambientais, no montante de R\$ 20.934 mil em 2012 (R\$ 9.967 mil em 2011), referem-se a programas de recuperação de áreas degradadas e a preservação da biodiversidade, além de programas de educação ambiental e outros projetos ambientais e estão relacionados à construção dos empreendimentos de geração: UHE Passo São João, UHE São Domingos, UHE Mauá, PCH João Borges e PCH Barra do Rio Chapéu, bem como da manutenção das linhas de transmissão.

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 50 – LEILÕES DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Por meio de leilão de energia da ANEEL, proveniente de novos empreendimentos, que segue as regras estabelecidas pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a Companhia conquistou, em 2012, o leilão 005/2012 para a construção, operação e manutenção da linha de Transmissão 525 kV Nova Santa Rita – Povo Novo – Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar em circuito simples; SE 525/230 kV Povo Novo de 672 MVA; SE 525 kV Marmeleiro; SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar de 75 MVA e Seccionamento da LT 230 kV Camaquã 3 – Quinta na SE Povo Novo em circuito duplo, todos localizados no estado do Rio Grande do Sul. O empreendimento tem custo previsto de R\$ 710,0 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 77,4 milhões. Para implantar o empreendimento, foi constituída a SPE Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, tendo como acionistas a Eletrosul com 51% e a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul S/A (CEEE) com 49%.

NOTA 51 – EVENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Aportes de capital nas Sociedades Investidas

Data	SPE	Evento	Valor
14/01/2013	Livramento	AFAC	13.905
15/01/2013	Marumbi	AFAC	71
15/01/2013	Costa Oeste	AFAC	589
15/01/2013	Santa Vitória	Aporte	21.241
15/01/2013	Chuí	Aporte	22.565
25/01/2013	ESBR	Aporte	30.000
31/01/2013	TSLE	AFAC	6.120
15/02/2013	ESBR	Aporte	58.000
15/02/2013	Santa Vitória	Aporte	54
15/02/2013	Chuí	Aporte	7.431
15/02/2013	Costa Oeste	AFAC	648
15/02/2013	Marumbi	AFAC	295
26/02/2013	TSBE	AFAC	30.756
27/02/2013	Costa Oeste	AFAC	192
05/03/2013	Costa Oeste	AFAC	1.246
05/03/2013	Marumbi	AFAC	1.023
08/03/2013	PVTE	AFAC	15.000
Total			209.136

Recebimento de créditos indenizatórios – Lei 12.783/2013

Em 18 de janeiro de 2013, foi creditado o pagamento equivalente a 50% do montante da indenização dos ativos de concessão prevista na MP 579 (Lei 12.783/13), conforme opção assinada em 4 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 1.014.994 mil e o pagamento da primeira parcela do total de 31 no montante de R\$ 45.368 mil relativo a opção de recebimento parcelado.

Em 15 de fevereiro de 2013, foi creditado o pagamento da segunda parcela do total de 31 no montante de R\$ 45.443 mil relativo ao parcelamento dos créditos indenizatórios da Lei 12.783/2013.

Em 15 de março de 2013, foi creditado o pagamento da terceira parcela do total de 31 no montante de R\$ 42.557 mil relativo ao parcelamento dos créditos indenizatórios da Lei 12.783/2013.

Usina Hidrelétrica Mauá

Em 4 de janeiro de 2013 entrou em operação comercial a 4ª unidade geradora e em 30 de janeiro de 2013 a 5ª e última unidade geradora teve início as operações comerciais.

Pequena Central Hidrelétrica Barra do Rio Chapéu

Conforme Despacho nº 380 da ANEEL, a partir do dia 19 de fevereiro de 2013, foi autorizada o início da operação comercial, estando a energia produzida por suas unidades geradoras disponível no sistema.

Incorporação da Artemis Transmissora de Energia S/A

Em 11 de janeiro de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária da Eletrosul aprovou o processo de incorporação da subsidiária integral Artemis Transmissora de Energia S/A, sem aumento de capital.

A incorporação do acervo líquido da Artemis está apresentada a seguir:

ARTEMIS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. BALANÇO PATRIMONIAL EM 11 DE JANEIRO DE 2013

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	39.436	CIRCULANTE	47.194
Caixa e equivalentes de caixa	22.884	Empréstimos e financiamentos	14.908
Concessionárias e permissionárias	8.152	Fornecedores	538
Outros créditos a receber	204	Impostos a recolher	12.289
Ativo financeiro amortizável pela RAP	8.196	Dividendos a pagar	15.649
		Taxas regulamentares	2.868
		Outras provisões e contas a pagar	942
NÃO CIRCULANTE	247.080	NÃO CIRCULANTE	70.047
Fundos vinculados	7.815	Empréstimos e financiamentos	67.623
Impostos diferidos	2.310	Impostos diferidos	2.424
Ativo financeiro amortizável pela RAP	169.939		
Ativo financeiro indenizável	67.016		
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	169.275
		Capital social	139.734
		Reservas legal	6.143
		Reserva de retenção de lucros	22.417
		Lucros acumulados	981
TOTAL DO ATIVO	286.516	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	286.516

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente

Cláudia Hofmeister
Conselheira

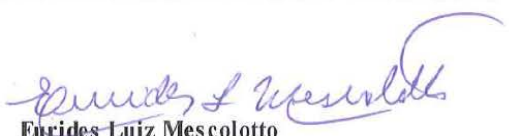
Dinovaldo Gilioli
Conselheiro


Eurides Luiz Mescolotto
Conselheiro


Willian Rimet Muniz
Conselheiro

Celso Knijnik
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA


Eurides Luiz Mescolotto
Diretor Presidente


Antonio Waldir Vituri
Diretor Financeiro e Diretor Administrativo


Ronaldo dos Santos Custódio
Diretor de Engenharia e Diretor de Operação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE


Sandro Rodrigues da Silva
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador CRC-SC 15360/O-9

Florianópolis, 21 de março de 2013.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação Completa:				
Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais	99,8619	99,7451	99,7451
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	99,8619	99,7451	99,7451
Free Float	Pessoas Físicas	0,0001	0,0006	0,0006
	Pessoas Jurídicas	0,138	0,2543	0,2543
	Capital Estrangeiro			
	% free Float	0,1381	0,2549	0,2549
Subtotal Ordinárias (%)		100	100	100
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free Float			
Subtotal Preferenciais (%)				
Total		100	100	100

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011			
Denominação Investidora:	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.		
Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
ARTEMIS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	100,00	100,00	49,00
CHUI HOLDING S.A.	49,00	49,00	-
CONSTRUTORA INTEGRACAO LTDA	24,50	24,50	-
COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	49,00	49,00	-
EMPRESA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	100,00	100,00	100,00
EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S.A.	27,42	27,42	27,42
EOLICA CERRO CHATO I S.A.	100,00	90,00	90,00
EOLICA CERRO CHATO II S.A.	100,00	90,00	90,00
EOLICA CERRO CHATO III S.A.	100,00	90,00	90,00
ESBR PARTICIPACOES S.A.	20,00	20,00	20,00
LIVRAMENTO HOLDING S.A.	49,00	49,00	-
MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	20,00	20,00	-
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50
PORTO VELHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	100,00	100,00	100,00
SANTA VITÓRIA DOS PALMARES HOLDING S.A.	49,00	49,00	-
TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.	80,00	80,00	-
TRANSMISSORA SUL LITORENEA DE ENERGIA S.A.	51,00	-	
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.	24,70	-	-
UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	75,00	75,00	49,00
USINA HIDROELETRICA TELES PIRES S.A.	-	24,50	24,50
Ações Preferenciais (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e suas controladas (Consolidado) em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 1 d, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a medida provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgadas pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

O Decreto nº 7.891/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Aneel. Adicionalmente, o Decreto nº 7.850/2013 em seu artigo 2º estipula que até 31 de dezembro de 2013 deve ser submetida à ANEEL as informações complementares, excetuando o projeto básico para o cálculo dos investimentos não amortizados até 31 de dezembro de 2012.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 514.924 e R\$ 519.413, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 1 d, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia.



Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 21 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Emerson Lima de Macedo

Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1 "S" SC

Guilherme Naves Valle

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" SC

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

12.1.1 Destaques Empresariais

Inauguração da UHE Passo São João

Foi inaugurada no dia 21/12/12 a primeira usina da Eletrosul – a Usina Hidrelétrica Passo São João - localizada no noroeste gaúcho. Com capacidade instalada de 77 MW – equivalente ao consumo de aproximadamente 580 mil habitantes. É um empreendimento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no qual foram investidos R\$ 600 milhões. É um marco histórico para a empresa, pois representa a retomada da estatal no segmento de geração hidráulica.

Inauguração da UHE Mauá

No dia 12/12/12 foi inaugurada a UHE Mauá, localizada no Paraná. Com capacidade instalada de 363 MW, suficientes para atender aproximadamente 1 milhão de pessoas. A concessão da usina pertence ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, formado pela Copel (51%) e Eletrosul (49%), que, juntas, investiram cerca de R\$ 1,4 bilhão no empreendimento que integra o PAC do governo federal. A usina foi inaugurada com duas de suas cinco unidades geradoras operando comercialmente. O evento de inauguração marca a volta da Eletrosul à geração de energia com a primeira usina de grande porte.

Entregue à operação a primeira máquina da PCH Barra do Rio Chapéu

A partir do dia 3 de dezembro a Eletrosul iniciou os procedimentos para enchimento do reservatório da PCH Barra do Rio Chapéu, localizada em SC. No dia 19 de dezembro, a Eletrosul entregou à operação a primeira máquina da PCH Barra do Rio Chapéu. A máquina, que já estava faturando em testes, aguarda a emissão da Licença de Operação, pela Fundação do Meio Ambiente - Fatma, para a entrada em operação comercial.

Início de geração comercial do Complexo Eólico Cerro Chato

Em 20 de janeiro foi iniciada a geração comercial do Complexo Eólico Cerro Chato I, II e III, com capacidade instalada de 90 MW, com o despacho da ANEEL para as duas últimas unidades geradoras que operavam em testes.

Novos parques eólicos têm obras iniciadas

Em janeiro, foram iniciadas as obras de implantação dos novos parques eólicos de Sant'Ana do Livramento – Cerro Chato IV, V e VI, Cerro dos Trindade e Ibirapuitã I, de 78 MW – com abertura dos acessos. Em dezembro, todos os acessos, bases e plataformas estavam concluídas. O início da montagem dos 39 aerogeradores está previsto para fevereiro de 2013.

Brasil e Uruguai assinam Ata de Compromissos de Gestão de empreendimento de interconexão elétrica

A Eletrobras e a *Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas - UTE* do Uruguai, assinaram Ata de Compromissos de Gestão do empreendimento de interconexão elétrica entre

Brasil e Uruguai. Do lado Uruguai, está em construção uma LT 525 kV, com 65 km de extensão; uma estação conversora de frequência em Melo (60/50HZ), de 500 MW; uma LT 500 kV, com 283 km, e a ampliação da SE San Carlos. Do lado brasileiro, o empreendimento está em fase de licenciamento ambiental (linhas e subestações), sendo que os projetos executivos das linhas estão em elaboração e da SE Candiota em contratação de projeto, fornecimento e construção. A Eletrosul, por meio de um Contrato de Cessão Parcial junto à Eletrobras possui direitos e obrigações referentes a 39,6% do total das obras no Brasil, sendo responsável pela implantação das linhas de transmissão e pela engenharia do proprietário das obras nas subestações Presidente Médici e Candiota.

Eleito representante dos empregados ao Conselho de Administração

Com 59,06% dos votos, foram eleitos, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais, o representante dos empregados ao Conselho de Administração, e seu respectivo suplente. A chapa obteve 675 votos.

Eletrobras no ISE pela sexta vez consecutiva

Pelo sexto ano consecutivo, a Eletrobras integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo. A Eletrosul participa deste processo respondendo ao questionário do ISE e enviando à Eletrobras para consolidação das informações de todas as empresas do Sistema.

Divulgada nova RAP da Eletrosul pelo Governo Federal

Os acionistas da Eletrosul aprovaram, por unanimidade, em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 03/12/2012, a renovação do contrato de concessão dos ativos de transmissão, de acordo com as novas regras da Medida Provisória n.º 579. O valor da RAP da Eletrosul, levando em conta os percentuais referentes ao PIS/PASEP e COFINS, será de R\$ 447,5 milhões, o que representa uma redução de 50,1% da receita atual das instalações de transmissão e de 35,7% considerando o total das receitas, incluindo as de geração. O valor da indenização dos ativos não amortizados será de R\$ 1,98 bilhão. De acordo com as regras estabelecidas na Medida Provisória n.º 591, a Eletrosul terá ainda uma indenização dos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela Empresa e reconhecidos pela ANEEL.

O valor da indenização dos ativos não amortizados será de R\$ 1,98 bilhão.

O bom desempenho operacional da Eletrosul, nos últimos anos, favoreceu a empresa na definição, pelo MME, do novo valor da RAP, que passa a valer a partir de janeiro de 2013, com a prorrogação da concessão de seus ativos. A Eletrosul foi a transmissora que teve a menor redução das tarifas porque os cálculos do MME levaram em conta a qualidade dos serviços de transmissão prestados. Nas referências técnicas, que embasaram o MME na definição das novas RAPs, a ANEEL criou um ranking entre as empresas, estabelecendo uma classificação em cinco grupos de qualidade, a partir da relação entre parcela variável e receita. A Eletrosul foi a empresa que obteve o melhor desempenho e a única classificada no Grupo 1, servindo, portanto, de referência, em termos de Parcela Variável, para o cálculo da RAP das demais transmissoras.

***Back-to-back* da SE Coletora Porto Velho transmite em potência máxima**

A primeira unidade do sistema de alta tensão de corrente contínua HVDC – *Back-to-back* 2 – concluiu seus testes de transmissão de potência no dia 20 de dezembro. De acordo com a Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE, foram transmitidos 400 MW da geração do rio

Madeira para o sistema Acre-Rondônia, que está conectado ao SIN. A transmissão de potência máxima, com sucesso, coloca essa subestação – uma das maiores já construídas no Brasil, com área total de 524 hectares aproximadamente, equivalente a 750 campos de futebol.

Erguida primeira torre do “Linhão Madeira”

A Norte Brasil Transmissora de Energia, formada pela Abengoa (51%), Eletrosul (24,5%), e Eletronorte (24,5%), iniciou a construção da LT 600 kV Porto Velho-Araraquara 2. Com 2.412 km de extensão, o “linhão”, que trará energia das usinas Jirau e Santo Antônio ao SIN, teve concluída a montagem da primeira torre da LT (das 4.332 estruturas ao longo do traçado) em 14 de setembro, no município de Nipoã, em São Paulo.

Novas concessões de linhas de transmissão e subestações

A Eletrosul, em parceria com a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul – CEEE, arrematou o principal lote do leilão de transmissão da ANEEL n.º 05/2012. Os empreendimentos do Lote A somam R\$ 710 milhões e são essenciais para integrar a região Sul do Rio Grande do Sul ao Sistema Interligado Nacional - SIN. São 490 quilômetros de linhas de transmissão (525 kV de tensão), três novas subestações – Povo Novo, Marmeleiro e Santa Vitória do Palmar a serem implantadas pela Transmissora Sul Litorânea de Energia (TSLE) e a ampliação de uma unidade existente. O consórcio liderado pela Eletrosul, com 51% de participação, conquistou o lote com tarifa cheia: R\$ 77, 4 milhões de RAP.

A Eletrosul assinou a concessão que permitirá a SPE Costa Oeste (49% Eletrosul e 51% Copel) construir obras de reforço do sistema de transmissão no noroeste do Paraná. Será implantada a LT de 143 km, em 230 kV, e a Subestação Umuarama Sul.

A Eletrosul assinou dois contratos de concessão que irão reforçar o Sistema Interligado Nacional e dar mais segurança energética à região Sul. Um empreendimento com aproximadamente 800 km de extensão de LT's em 500 kV, e a Subestação Camaquã 3, que serão construídos pela Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE, 80% Eletrosul e 20% Copel), e outro empreendimento referente a LT 525 kV Curitiba-Curitiba Leste, de 28 km de extensão, e a Subestação Curitiba Leste, a serem implantados pela Marumbi Transmissora de Energia (80% Copel e 20% Eletrosul).

Planta Solar

No dia 24 de agosto, a Eletrosul assinou com o Consórcio Efacec o contrato para implantação do projeto Megawatt Solar – a usina fotovoltaica de um megawatt-pico (MWp), a ser instalada na sede e que se constituirá na primeira planta solar fotovoltaica conectada à rede e integrada à arquitetura de um prédio público no Brasil.

Obtenção de autorização do Conselho para incorporação de SPEs

A Diretoria da empresa obteve autorização do Conselho de Administração para incorporar as SPE's RS Energia, Porto Velho Transmissora de Energia S/A – PVTE, Eólica Cerro Chato I S/A, Eólica Cerro Chato II S/A, Eólica Cerro Chato III S/A e Artemis S/A.

Eletrosul conclui rede de fibra óptica para atender Programa Nacional de Banda Larga – PNBL

O PNBL já pode chegar ao Sul do País. A Eletrosul concluiu a implantação de seu sistema de comunicação óptica de alta capacidade (DWDM), que sai de Araraquara, em São Paulo, e passa pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, disponibilizando a estrutura necessária para que a Telebras leve internet de baixo custo para esses estados.

Eletrosul na Rio+20

A Eletrosul marcou presença na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - a Rio +20, que reuniu delegações dos 193 países-membros, no Rio de Janeiro, com o propósito de debater e definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. As empresas Eletrobras tiveram espaço para apresentar seus projetos no estande montado pela *holding*, no Parque dos Atletas. A Eletrosul mostrou seus investimentos em inovação tecnológica, eficiência energética e de geração de energia limpa a partir de fontes alternativas.

Lançamento da segunda etapa do Projeto Alto Uruguai

Aproveitar os resíduos da suinocultura e transformar um passivo ambiental em fonte alternativa de energia. Esse é o propósito central do Projeto Alto Uruguai – Cidadania, Energia e Meio Ambiente, idealizado pela Eletrobras e Eletrosul para atender a região que responde por aproximadamente 35% da produção nacional de suínos. O início da execução das ações socioambientais e de incentivo à geração de energia a partir de biomassa e à conservação energética foi oficializado no dia 06/07/2012, com a assinatura dos termos de cooperação com os 55 municípios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que serão abrangidos nessa segunda etapa do projeto. O investimento previsto é de mais de R\$ 11,5 milhões a serem aplicados ao longo de quatro anos.

12.1.2 Premiações

Eletrosul agraciada com o Troféu Transparência

A Eletrosul é uma das cinco empresas de capital fechado no Brasil agraciada com o Troféu Transparência, da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade - ANEFAC, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPCAFI e a empresa Serasa Experian. Essa é a segunda vez que a Eletrosul recebe a premiação.

Eletrosul recebe Prêmio Expressão de Ecologia

Em evento na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, no dia 21 de fevereiro, foi realizada a entrega do Prêmio Expressão de Ecologia, a maior premiação ambiental da região Sul. Na ocasião, a Eletrosul recebeu o troféu Onda Verde, pelos projetos “Alto Uruguai”, na categoria “Tecnologia de Controle Ambiental”, e “Casa Eficiente”, na categoria “Tecnologias Socioambientais”.

Eletrosul recebeu Certificação ODM

Durante o II Simpósio Estadual dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, realizado em Florianópolis, a Eletrosul, recebeu a Certificação ODM 2012. A empresa é uma das poucas organizações que têm todas as suas ações enquadradas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM.

Casa Eficiente foi um dos finalistas do Prêmio Fundação Coge 2012

Em sua 12ª edição do Prêmio Fundação Coge, a Eletrosul foi uma das três finalistas classificadas com a Casa Eficiente, na categoria “Ações de Responsabilidade Ambiental”. Concorrem 35 empresas do setor de energia elétrica, inscritos em quadro categorias – Ações de Responsabilidade Social; Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas; Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho e Ações de Responsabilidade Ambiental.

Eletrosul entre as maiores da revista Amanhã

A Eletrosul está entre as maiores empresas do Sul do País, de acordo com o ranking 500 Maiores do Sul, realizado pela revista Amanhã em parceria com a empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers - PwC. A estatal alcançou a 7ª posição entre as 100 maiores de Santa Catarina e o 28º lugar na região Sul. A revista analisou o Valor Ponderado de Grandeza - VPG de cada empresa, índice que resulta do balanço patrimonial e das demonstrações dos resultados: o patrimônio líquido (com peso de 50%), a receita bruta (40%) e o resultado – lucro líquido ou prejuízo (10%), utilizando como fonte os balanços oficiais divulgados pelas companhias. Segundo o ranking, o VPG da Eletrosul chegou a R\$ 1,92 bilhão.

Prédio do Setor de Manutenção de Campos Novos recebe etiqueta A de eficiência energética

As novas instalações do Setor de Manutenção de Campos Novos - o primeiro prédio comercial sustentável da Eletrosul - obtiveram a etiqueta “Nível A” em eficiência energética, em conformidade com o Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE.

O prédio, que tem dois pavimentos, totalizando 560 metros quadrados de área construída, contempla, entre outras soluções, uma torre sustentável, buscando eficiência energética e uso racional da água. A Torre Sustentável contém um reservatório elevado de água potável, de três mil litros, um sistema de aquecimento solar de água e um sistema de aproveitamento de água da chuva, com um reservatório de aproximadamente 10 mil litros. O projeto já participou de mostras e de eventos e recebeu premiações.

Eletrosul recebe o prêmio “Brasil de Ação Ambiental”

O prêmio “Brasil de Ação Ambiental” homenageou as principais personalidades e empresas que contribuíram para a preservação do meio ambiente e promoção de inovações em diversos setores da economia. A Eletrosul recebeu a premiação pelo projeto Alto Uruguai (1ª fase), na categoria “Melhor Trabalho em Eficiência Energética”. O Alto Uruguai é um projeto da Eletrobras, em parceria com a Eletrosul, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Unochapecó, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ e prefeituras.

**PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE
JURISDICONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.**

13 PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Valores e Vigências dos Contratos de Publicidade

Agência MOB Comunicação Ltda

Informamos que temos contrato com agência de publicidade e propaganda, de nº 90580027, com a vigência de 26/02/2012 a 25/02/2013, cuja finalidade é prestação de serviços de publicidade institucional, podendo chegar a um valor máximo de R\$ 5 milhões, dependendo dos serviços prestados.

Empresa Giusti Comunicação Ltda

Informamos que temos contrato com a Assessoria de Imprensa, de nº 91300391, com vigência de 23/12/2010 a 22/12/2013, com preço de 3.722.238,00 (três milhões, setecentos e vinte e dois mil e duzentos e trinta e oito reais), relativo ao período de 23/12/2011 a 22/12/2012 e R\$ 3.715.729,80 (três milhões, setecentos e quinze mil, setecentos e trinta reais e dois centavos), relativo ao período de 23/12/2012 a 22/12/2013, cuja finalidade é o planejamento, execução e monitoramento da imagem da ELETROSUL.

A partir da página a seguir, apresentamos o demonstrativo analítico das despesas com publicidade, patrocínios e outros.

Demonstrativo de publicidade, patrocínios e outros - Exercício 2012

DESCRIÇÃO	VALOR
320 - CONTRIBUICOES E DOACOES	114.309,34
57283222987 - SERGIO MURILO GOMES	59.998,00
CP 2012062307 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1435-01,27/09/12 - F4924066	59.998,00
80629694000160 - ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO DOS ESPORTES	500,00
CP 2012048298 (APROPRIAÇÃO) REC 001 - RD 1422-13,21/06/12 - F4942604	500,00
92903392000117 - ASSOC.DEFESA VIDA NATUREZA VALE RIO URUGUAI	49.937,00
CP 2012048265 (APROPRIAÇÃO) COMPDV 4004 - ADIANT 996 - F5433454	49.937,00
60891033000109 - KRON INSTRUMENTOS ELETRICOS LTDA.	3.701,25
CP 2012000437 (APROPRIAÇÃO) DANFE 000.025.492 - - F4505197	3.701,25
20147617002276 - JAMEF TRANSPORTES LTDA	173,09
CP 2012000439 (APROPRIAÇÃO) CT 780932 - - F4624567	173,09
321 - CONTRIBUICOES A ENTIDADES AFINS	573.536,06
28718393000192 - ASSOCIACAO BRASILEIRA DE MANUTENCAO ABRAMAN	3.053,00
CP 2012003247 (APROPRIAÇÃO) BB 700011277 - RPRE 004/2012 - F5415874	3.053,00
62659891000140 - ASSOCIACAO BRASIL.DE CONCESSIONARIAS DE EN.ELETRICA	29.160,00
CP 2012000775 (APROPRIAÇÃO) REC 1273 - DRPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
CP 2012004995 (APROPRIAÇÃO) REC 1274 - DRPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
CP 2012009635 (APROPRIAÇÃO) REC 1275 - DRPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
CP 2012016415 (APROPRIAÇÃO) REC 1287 - DRPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
CP 2012021207 (APROPRIAÇÃO) REC 1288 - DRPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
CP 2012026922 (APROPRIAÇÃO) REC 1289 - DRPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
CP 2012032540 (APROPRIAÇÃO) REC 1298 - DRPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
CP 2012036668 (APROPRIAÇÃO) REC 1299 - DRPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
CP 2012042345 (APROPRIAÇÃO) REC 1300 - DRPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
CP 2012048989 (APROPRIAÇÃO) REC 1365 - RPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
CP 2012053741 (APROPRIAÇÃO) REC 1366 - RPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
CP 2012059794 (APROPRIAÇÃO) REC 1367 - RPRE 0038/2011 - F4004199	2.430,00
08087674000187 - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA	38.500,00
CP 2012004151 (APROPRIAÇÃO) BB 04-0212008 - DD 1367-07 - F4908987	3.500,00
CP 2012008721 (APROPRIAÇÃO) BB 050312008 - DD 1367-07 - F4908987	3.500,00
CP 2012014170 (APROPRIAÇÃO) BB 06-041201B - DD 1367-07 - F4908987	3.500,00
CP 2012019643 (APROPRIAÇÃO) BB 07-052012008 - DD 1367-07 - F4908987	3.500,00
CP 2012026727 (APROPRIAÇÃO) BB 08-0612018 - DD 1367-07 - F4908987	3.500,00
CP 2012032219 (APROPRIAÇÃO) BB 09-0712007 - DRPRE 0074/2012 - F4908987	3.500,00

CP 2012035652 (APROPRIAÇÃO) BB 10082012016 - RPRE 0074/2012 - F4908987	3.500,00
CP 2012040344 (APROPRIAÇÃO) REC 11092012007 - RPRE 0074/2012 - F4908987	3.500,00
CP 2012048782 (APROPRIAÇÃO) REC 121012007 - RPRE 0074/2012 - F4908987	3.500,00
CP 2012052913 (APROPRIAÇÃO) REC 13112012012 - RPRE 0074/2012 - F4908987	3.500,00
CP 2012057948 (APROPRIAÇÃO) REC 14122012007 - RPRE 0074/2012 - F4908987	3.500,00
15710934000194 - SINDICATO DA INDUSTRIA DE ENERGIA EOLICA DO RIO GRANDE DO SUL	8.000,00
CP 2012050162 (APROPRIAÇÃO) BB 121004 - RD 1436-01 - F4945616	2.000,00
CP 2012050167 (APROPRIAÇÃO) BB 904 - RD 1436-01 - F4945616	2.000,00
CP 2012053252 (APROPRIAÇÃO) BB 121104 - RD 1436-01 - F4945616	2.000,00
CP 2012057956 (APROPRIAÇÃO) BB 121204 - RD 1436-01 - F4945616	2.000,00
03474433000258 - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS EMPRESAS GERADORAS DE ENERG.ELETR.	100.038,69
CP 2012010776 (APROPRIAÇÃO) BB 12-25 - DD 1398-22 - F4877025	33.346,23
CP 2012029929 (APROPRIAÇÃO) BB 12-40 - DD 1398-22 - F4877025	33.346,23
CP 2012043049 (APROPRIAÇÃO) BB 12-55 - DD 1398-22 - F4877025	33.346,23
03638083000218 - ABRATE-ASSOC.BRAS.GR.EMP.TRANS.M. DE ENERGIA ELETRICA	152.534,68
CP 2012003910 (APROPRIAÇÃO) BB 0000000000181 - RD 1401-08 - F4665587	38.133,67
CP 2012017661 (APROPRIAÇÃO) BB 0000000000191 - RD 1401-08 - F4665587	38.133,67
CP 2012034020 (APROPRIAÇÃO) BB 0000000000200 - RD 1401-08 - F4665587	38.133,67
CP 2012050032 (APROPRIAÇÃO) BB 0000000000209 - RD 1401-08 - F4665587	38.133,67
30033823000184 - COMITE NAC BRAS DE PROD TRANSM DE ENERGIA ELET CIGRE BRASIL	2.150,00
CP 2012003146 (APROPRIAÇÃO) BB 20120006022 - RD 1401-07 - F4491578	2.150,00
42286245000177 - FUNDACAO ELETROSUL DE PREVIDENCIA E ASSIST SOCIAL - ELOS	3.304,23
CP 2012011726 (APROPRIAÇÃO) CI AJU-0136/2012 - OUTROS CPJ - 9525 - F4101284	3.304,23
83594788000139 - ASSOCIACAO COML E INDL DE FLORIANÓPOLIS	1.560,00
CP 2012003395 (APROPRIAÇÃO) BB 01/2012 - DRPRE 0005/2012 - F5436557	1.560,00
34272088000112 - COMITE BRASILEIRO DO CONSELHO MUNDIAL DA ENERGIA	12.580,00
CP 2012011566 (APROPRIAÇÃO) BB 20120315 - RPRE 0028/2012 - F4538445	12.580,00
ES100924081013 - IHA - INTERNATIONAL HYDROPOWER ASSOCIATION	37.400,40
CP 2012030267 (APROPRIAÇÃO) FAT 3530inv02246 - RPRE RPRE-0067/2012 - F4893930	38.655,00
CP 2012030267 (VARIAÇÃO_CAMBIAL_A_MENOR) - FAT 3530inv02246 - F4893930	(1.254,60)
29550928000121 - CENTRO DA MEMORIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL	168.000,06
CP 2012001476 (APROPRIAÇÃO) REC 3918 - RPRE 0002/2012 - F4114964	168.000,06
67145383000167 - FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE - FNQ	10.055,00
CP 2012000902 (APROPRIAÇÃO) REC 001636 - RPRE 0001/2012 - F4535970	10.055,00
02460809000121 - INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL	7.200,00
CP 2012016647 (APROPRIAÇÃO) BB 0079010312 - RPRE 0036-2012 - F4691730	7.200,00

351 - PUBLICIDADE LEGAL	1.697.896,48
09168704000142 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	1.068.201,65
A0F - CP 2012055193 (APROPRIAÇÃO) NFFS 242847 - - F4838407	314,05
A0F - CP 2012055198 (APROPRIAÇÃO) NFFS 243716 - - F4838407	513,42
A0F - CP 2012055206 (APROPRIAÇÃO) NFFS 243714 - - F4838407	1.026,84
A0F - CP 2012055212 (APROPRIAÇÃO) NFFS 243715 - - F4838407	3.465,59
A0F - CP 2012055222 (APROPRIAÇÃO) NFFS 244920 - - F4838407	1.044,90
CP 2011066340 (APROPRIAÇÃO) NFFS 172640 - - F4838407	(1.935,96)
CP 2011066344 (APROPRIAÇÃO) NFFS 172641 - - F4838407	(2.581,28)
CP 2011066359 (APROPRIAÇÃO) NFFS 172638 - - F4838407	(1.178,22)
CP 2011066405 (APROPRIAÇÃO) NFFS 170918 - - F4838407	(144,30)
CP 2011066412 (APROPRIAÇÃO) NFFS 172639 - - F4838407	(2.581,28)
CP 2012000544 (APROPRIAÇÃO) NFFS 173818 - - F4838407	560,00
CP 2012000545 (APROPRIAÇÃO) NFFS 174813 - - F4838407	1.209,60
CP 2012000546 (APROPRIAÇÃO) NFFS 172640 - - F4838407	1.935,96
CP 2012000552 (APROPRIAÇÃO) NFFS 172641 - - F4838407	2.581,28
CP 2012000558 (APROPRIAÇÃO) NFFS 172638 - - F4838407	1.178,22
CP 2012000561 (APROPRIAÇÃO) NFFS 172639 - - F4838407	2.581,28
CP 2012000803 (APROPRIAÇÃO) NFFS 174667 - - F4838407	203,20
CP 2012000805 (APROPRIAÇÃO) NFFS 171291 - - F4838407	105,00
CP 2012001395 (APROPRIAÇÃO) NFFS 175595 - - F4838407	2.250,08
CP 2012001401 (APROPRIAÇÃO) NFFS 175596 - - F4838407	4.997,58
CP 2012001407 (APROPRIAÇÃO) NFFS 176401 - - F4838407	621,26
CP 2012001408 (APROPRIAÇÃO) NFFS 176400 - - F4838407	698,92
CP 2012001410 (APROPRIAÇÃO) NFFS 176399 - - F4838407	621,26
CP 2012001411 (APROPRIAÇÃO) NFFS 176398 - - F4838407	9.901,40
CP 2012001413 (APROPRIAÇÃO) NFFS 176397 - - F4838407	698,92
CP 2012001418 (APROPRIAÇÃO) NFFS 176396 - - F4838407	465,95
CP 2012001427 (APROPRIAÇÃO) NFFS 176404 - - F4838407	465,95
CP 2012001471 (APROPRIAÇÃO) NFFS 176402 - - F4838407	543,61
CP 2012001478 (APROPRIAÇÃO) NFFS 176763 - - F4838407	144,30
CP 2012002065 (APROPRIAÇÃO) NFFS 177298 - - F4838407	1.935,96
CP 2012002075 (APROPRIAÇÃO) NFFS 177297 - - F4838407	420,00
CP 2012002077 (APROPRIAÇÃO) NFFS 177296 - - F4838407	1.960,00
CP 2012002079 (APROPRIAÇÃO) NFFS 177295 - - F4838407	7.140,00
CP 2012002082 (APROPRIAÇÃO) NFFS 177293 - - F4838407	560,00
CP 2012002085 (APROPRIAÇÃO) NFFS 177823 - - F4838407	8.711,82

CP 2012002140 (APROPRIAÇÃO) NFFS 177821 -	- F4838407	28.232,75
CP 2012002145 (APROPRIAÇÃO) NFFS 178045 -	- F4838407	6.890,40
CP 2012002828 (APROPRIAÇÃO) NFFS 177822 -	- F4838407	2.581,28
CP 2012002829 (APROPRIAÇÃO) NFFS 178687 -	- F4838407	2.571,52
CP 2012002981 (APROPRIAÇÃO) NFFS 178684 -	- F4838407	490,00
CP 2012003131 (APROPRIAÇÃO) NFFS 169186 -	- F4838407	169,33
CP 2012003135 (APROPRIAÇÃO) NFFS 172289 -	- F4838407	1.269,98
CP 2012003521 (APROPRIAÇÃO) NFFS 178686 -	- F4838407	700,00
CP 2012003526 (APROPRIAÇÃO) NFFS 178685 -	- F4838407	700,00
CP 2012003532 (APROPRIAÇÃO) NFFS 178981 -	- F4838407	1.058,40
CP 2012003538 (APROPRIAÇÃO) NFFS 178982 -	- F4838407	2.581,28
CP 2012003541 (APROPRIAÇÃO) NFFS 178983 -	- F4838407	2.258,62
CP 2012003545 (APROPRIAÇÃO) NFFS 178980 -	- F4838407	8.038,80
CP 2012003701 (APROPRIAÇÃO) NFFS 179176 -	- F4838407	2.250,08
CP 2012003725 (APROPRIAÇÃO) NFFS 179417 -	- F4838407	1.960,00
CP 2012004280 (APROPRIAÇÃO) NFFS 179416 -	- F4838407	9.034,48
CP 2012004284 (APROPRIAÇÃO) NFFS 179418 -	- F4838407	350,00
CP 2012004715 (APROPRIAÇÃO) NFFS 179788 -	- F4838407	26.631,00
CP 2012004718 (APROPRIAÇÃO) NFFS 180062 -	- F4838407	420,00
CP 2012004723 (APROPRIAÇÃO) NFFS 180287 -	- F4838407	230,88
CP 2012004735 (APROPRIAÇÃO) NFFS 180446 -	- F4838407	3.226,60
CP 2012004738 (APROPRIAÇÃO) NFFS 180447 -	- F4838407	2.581,28
CP 2012004744 (APROPRIAÇÃO) NFFS 180735 -	- F4838407	560,00
CP 2012004852 (APROPRIAÇÃO) NFFS 180732 -	- F4838407	700,00
CP 2012004859 (APROPRIAÇÃO) NFFS 180733 -	- F4838407	560,00
CP 2012005272 (APROPRIAÇÃO) NFFS 179789 -	- F4838407	270,93
CP 2012005273 (APROPRIAÇÃO) NFFS 179790 -	- F4838407	203,20
CP 2012005274 (APROPRIAÇÃO) NFFS 179791 -	- F4838407	948,25
CP 2012005276 (APROPRIAÇÃO) NFFS 179792 -	- F4838407	3.454,33
CP 2012005277 (APROPRIAÇÃO) NFFS 180448 -	- F4838407	378,00
CP 2012005278 (APROPRIAÇÃO) NFFS 180890 -	- F4838407	338,66
CP 2012005279 (APROPRIAÇÃO) NFFS 180891 -	- F4838407	338,66
CP 2012006738 (APROPRIAÇÃO) NFFS 181655 -	- F4838407	2.562,71
CP 2012006741 (APROPRIAÇÃO) NFFS 181654 -	- F4838407	2.329,74
CP 2012006746 (APROPRIAÇÃO) NFFS 181653 -	- F4838407	1.087,21
CP 2012006753 (APROPRIAÇÃO) NFFS 181652 -	- F4838407	543,61
CP 2012007260 (APROPRIAÇÃO) NFFS 181651 -	- F4838407	2.096,77

CP 2012007273 (APROPRIAÇÃO) NFFS 181650 -	- F4838407	2.679,20
CP 2012007286 (APROPRIAÇÃO) NFFS 181649 -	- F4838407	2.912,17
CP 2012007287 (APROPRIAÇÃO) NFFS 181648 -	- F4838407	1.009,55
CP 2012007501 (APROPRIAÇÃO) NFFS 181647 -	- F4838407	465,95
CP 2012007505 (APROPRIAÇÃO) NFFS 181656 -	- F4838407	2.174,42
CP 2012007511 (APROPRIAÇÃO) NFFS 182005 -	- F4838407	1.209,60
CP 2012007813 (APROPRIAÇÃO) NFFS 181646 -	- F4838407	698,92
CP 2012007814 (APROPRIAÇÃO) NFFS 182086 -	- F4838407	2.832,00
CP 2012007818 (APROPRIAÇÃO) NFFS 182087 -	- F4838407	2.124,00
CP 2012007860 (APROPRIAÇÃO) NFFS 182085 -	- F4838407	517,72
CP 2012007862 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183057 -	- F4838407	173,16
CP 2012007864 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183201 -	- F4838407	630,00
CP 2012007865 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183202 -	- F4838407	630,00
CP 2012007868 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183203 -	- F4838407	2.019,11
CP 2012007871 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183204 -	- F4838407	776,58
CP 2012007876 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183205 -	- F4838407	543,61
CP 2012007880 (APROPRIAÇÃO) NFFS 180734 -	- F4838407	269,95
CP 2012007890 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183206 -	- F4838407	388,29
CP 2012007894 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183207 -	- F4838407	543,61
CP 2012007900 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183208 -	- F4838407	698,92
CP 2012007947 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183211 -	- F4838407	543,61
CP 2012007948 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183212 -	- F4838407	776,58
CP 2012007949 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183215 -	- F4838407	776,58
CP 2012007953 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183213 -	- F4838407	776,58
CP 2012007955 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183214 -	- F4838407	621,26
CP 2012007961 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183221 -	- F4838407	350,00
CP 2012007970 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183219 -	- F4838407	420,00
CP 2012008067 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183209 -	- F4838407	698,92
CP 2012008082 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183210 -	- F4838407	776,58
CP 2012008095 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183216 -	- F4838407	490,00
CP 2012008098 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183217 -	- F4838407	1.820,00
CP 2012008303 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183218 -	- F4838407	630,00
CP 2012008413 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183220 -	- F4838407	490,00
CP 2012008590 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183814 -	- F4838407	2.903,94
CP 2012008596 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183815 -	- F4838407	2.258,62
CP 2012008598 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183816 -	- F4838407	3.226,60
CP 2012008599 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183817 -	- F4838407	1.935,96

CP 2012008611 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183818 -	- F4838407	2.903,94
CP 2012008618 (APROPRIAÇÃO) NFFS 183819 -	- F4838407	8.389,16
CP 2012009733 (APROPRIAÇÃO) NFFS 184488 -	- F4838407	465,95
CP 2012009734 (APROPRIAÇÃO) NFFS 184486 -	- F4838407	621,26
CP 2012009800 (APROPRIAÇÃO) NFFS 184483 -	- F4838407	630,00
CP 2012010137 (APROPRIAÇÃO) NFFS 184175 -	- F4838407	304,79
CP 2012011295 (APROPRIAÇÃO) NFFS 184839 -	- F4838407	543,61
CP 2012011302 (APROPRIAÇÃO) NFFS 184840 -	- F4838407	621,26
CP 2012011309 (APROPRIAÇÃO) NFFS 184841 -	- F4838407	388,29
CP 2012011361 (APROPRIAÇÃO) NFFS 184842 -	- F4838407	465,95
CP 2012011365 (APROPRIAÇÃO) NFFS 184843 -	- F4838407	698,92
CP 2012011530 (APROPRIAÇÃO) NFFS 184844 -	- F4838407	2.258,62
CP 2012011930 (APROPRIAÇÃO) NFFS 185634 -	- F4838407	3.186,00
CP 2012013535 (APROPRIAÇÃO) NFFS 185917 -	- F4838407	1.613,30
CP 2012013536 (APROPRIAÇÃO) NFFS 185916 -	- F4838407	2.258,62
CP 2012013537 (APROPRIAÇÃO) NFFS 185915 -	- F4838407	2.258,62
CP 2012013539 (APROPRIAÇÃO) NFFS 185914 -	- F4838407	3.186,00
CP 2012013541 (APROPRIAÇÃO) NFFS 186310 -	- F4838407	2.903,94
CP 2012013544 (APROPRIAÇÃO) NFFS 186781 -	- F4838407	490,00
CP 2012013565 (APROPRIAÇÃO) NFFS 186782 -	- F4838407	490,00
CP 2012013573 (APROPRIAÇÃO) NFFS 186783 -	- F4838407	350,00
CP 2012013777 (APROPRIAÇÃO) NFFS 187014 -	- F4838407	1.268,40
CP 2012013782 (APROPRIAÇÃO) NFFS 186784 -	- F4838407	3.171,00
CP 2012013786 (APROPRIAÇÃO) NFFS 186785 -	- F4838407	3.171,00
CP 2012013793 (APROPRIAÇÃO) NFFS 186780 -	- F4838407	3.171,00
CP 2012013826 (APROPRIAÇÃO) NFFS 187016 -	- F4838407	486,42
CP 2012013833 (APROPRIAÇÃO) NFFS 187015 -	- F4838407	486,42
CP 2012013970 (APROPRIAÇÃO) NFFS 187381 -	- F4838407	36.315,00
CP 2012016382 (APROPRIAÇÃO) NFFS 187745 -	- F4838407	560,00
CP 2012016393 (APROPRIAÇÃO) NFFS 188283 -	- F4838407	465,95
CP 2012016400 (APROPRIAÇÃO) NFFS 188282 -	- F4838407	621,26
CP 2012016516 (APROPRIAÇÃO) NFFS 188281 -	- F4838407	621,26
CP 2012016520 (APROPRIAÇÃO) NFFS 188280 -	- F4838407	698,92
CP 2012016524 (APROPRIAÇÃO) NFFS 188279 -	- F4838407	543,61
CP 2012016532 (APROPRIAÇÃO) NFFS 188278 -	- F4838407	543,61
CP 2012016631 (APROPRIAÇÃO) NFFS 188277 -	- F4838407	2.407,40
CP 2012016677 (APROPRIAÇÃO) NFFS 188284 -	- F4838407	543,61

CP 2012016742 (APROPRIAÇÃO) NFFS 188285 -	- F4838407	543,61
CP 2012016743 (APROPRIAÇÃO) NFFS 188286 -	- F4838407	698,92
CP 2012016746 (APROPRIAÇÃO) NFFS 188796 -	- F4838407	2.832,00
CP 2012016748 (APROPRIAÇÃO) NFFS 189803 -	- F4838407	700,00
CP 2012018181 (APROPRIAÇÃO) NFFS 191285 -	- F4838407	2.903,94
CP 2012018240 (APROPRIAÇÃO) NFFS 191282 -	- F4838407	465,95
CP 2012018246 (APROPRIAÇÃO) NFFS 191283 -	- F4838407	465,95
CP 2012018313 (APROPRIAÇÃO) NFFS 191284 -	- F4838407	465,95
CP 2012027225 (APROPRIAÇÃO) NFFS 216104 -	- F4838407	8.228,64
CP 2012027228 (APROPRIAÇÃO) NFFS 216269 -	- F4838407	2.258,62
CP 2012027229 (APROPRIAÇÃO) NFFS 216519 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012027230 (APROPRIAÇÃO) NFFS 216520 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012027280 (APROPRIAÇÃO) NFFS 192387 -	- F4838407	5.649,00
CP 2012027287 (APROPRIAÇÃO) NFFS 192635 -	- F4838407	812,70
CP 2012027290 (APROPRIAÇÃO) NFFS 192633 -	- F4838407	152,10
CP 2012027294 (APROPRIAÇÃO) NFFS 192636 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012027298 (APROPRIAÇÃO) NFFS 192634 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012027319 (APROPRIAÇÃO) NFFS 215018 -	- F4838407	630,00
CP 2012027339 (APROPRIAÇÃO) NFFS 215365 -	- F4838407	621,26
CP 2012027556 (APROPRIAÇÃO) NFFS 215363 -	- F4838407	621,26
CP 2012027560 (APROPRIAÇÃO) NFFS 215362 -	- F4838407	273,78
CP 2012027565 (APROPRIAÇÃO) NFFS 215634 -	- F4838407	1.613,30
CP 2012027572 (APROPRIAÇÃO) NFFS 215633 -	- F4838407	1.613,30
CP 2012027594 (APROPRIAÇÃO) NFFS 215928 -	- F4838407	2.478,00
CP 2012027597 (APROPRIAÇÃO) NFFS 216756 -	- F4838407	630,00
CP 2012027600 (APROPRIAÇÃO) NFFS 216755 -	- F4838407	490,00
CP 2012027604 (APROPRIAÇÃO) NFFS 217050 -	- F4838407	1.268,40
CP 2012027605 (APROPRIAÇÃO) NFFS 217051 -	- F4838407	812,70
CP 2012027696 (APROPRIAÇÃO) NFFS 215632 -	- F4838407	1.613,30
CP 2012027774 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218273 -	- F4838407	2.581,28
CP 2012027775 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218272 -	- F4838407	1.935,96
CP 2012027776 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218271 -	- F4838407	1.935,96
CP 2012027778 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218270 -	- F4838407	1.613,30
CP 2012027781 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218269 -	- F4838407	1.613,30
CP 2012027782 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218268 -	- F4838407	1.935,96
CP 2012027807 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218267 -	- F4838407	1.935,96
CP 2012027810 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218266 -	- F4838407	1.935,96

CP 2012027811 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218265 -	- F4838407	621,26
CP 2012028273 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218263 -	- F4838407	776,58
CP 2012028275 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218262 -	- F4838407	776,58
CP 2012028281 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218261 -	- F4838407	776,58
CP 2012028291 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218260 -	- F4838407	388,29
CP 2012028298 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218259 -	- F4838407	465,95
CP 2012028412 (APROPRIAÇÃO) NFFS 219637 -	- F4838407	513,42
CP 2012028417 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218545 -	- F4838407	465,95
CP 2012028427 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218264 -	- F4838407	465,95
CP 2012028544 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218805 -	- F4838407	696,60
CP 2012028548 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218806 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012028551 (APROPRIAÇÃO) NFFS 219636 -	- F4838407	598,99
CP 2012028555 (APROPRIAÇÃO) NFFS 219638 -	- F4838407	770,13
CP 2012028559 (APROPRIAÇÃO) NFFS 219640 -	- F4838407	1.796,97
CP 2012028573 (APROPRIAÇÃO) NFFS 219643 -	- F4838407	3.097,44
CP 2012028577 (APROPRIAÇÃO) NFFS 219644 -	- F4838407	3.441,60
CP 2012028584 (APROPRIAÇÃO) NFFS 219642 -	- F4838407	203.852,25
CP 2012028607 (APROPRIAÇÃO) NFFS 219639 -	- F4838407	770,13
CP 2012028718 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218543 -	- F4838407	420,00
CP 2012028722 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218544 -	- F4838407	420,00
CP 2012028741 (APROPRIAÇÃO) NFFS 221422 -	- F4838407	565,29
CP 2012028793 (APROPRIAÇÃO) NFFS 221425 -	- F4838407	3.186,00
CP 2012028794 (APROPRIAÇÃO) NFFS 221424 -	- F4838407	313,60
CP 2012028795 (APROPRIAÇÃO) NFFS 221423 -	- F4838407	313,60
CP 2012029373 (APROPRIAÇÃO) NFFS 222626 -	- F4838407	598,99
CP 2012029378 (APROPRIAÇÃO) NFFS 222623 -	- F4838407	513,42
CP 2012029405 (APROPRIAÇÃO) NFFS 222628 -	- F4838407	2.064,96
CP 2012029408 (APROPRIAÇÃO) NFFS 222627 -	- F4838407	2.753,28
CP 2012029505 (APROPRIAÇÃO) NFFS 222625 -	- F4838407	770,13
CP 2012029511 (APROPRIAÇÃO) NFFS 222622 -	- F4838407	5.134,20
CP 2012029515 (APROPRIAÇÃO) NFFS 222621 -	- F4838407	2.481,53
CP 2012029521 (APROPRIAÇÃO) NFFS 222620 -	- F4838407	1.112,41
CP 2012029764 (APROPRIAÇÃO) NFFS 190947 -	- F4838407	338,66
CP 2012029907 (APROPRIAÇÃO) NFFS 218258 -	- F4838407	465,95
CP 2012029910 (APROPRIAÇÃO) NFFS 223019 -	- F4838407	2.124,00
CP 2012029913 (APROPRIAÇÃO) NFFS 223270 -	- F4838407	2.478,00
CP 2012030485 (APROPRIAÇÃO) NFFS 215364 -	- F4838407	543,61

CP 2012032665 (APROPRIAÇÃO) NFFS 224047 -	- F4838407	502,48
CP 2012032669 (APROPRIAÇÃO) NFFS 224048 -	- F4838407	376,86
CP 2012032672 (APROPRIAÇÃO) NFFS 224227 -	- F4838407	313,60
CP 2012032685 (APROPRIAÇÃO) NFFS 224744 -	- F4838407	3.018,60
CP 2012032698 (APROPRIAÇÃO) NFFS 224746 -	- F4838407	696,60
CP 2012032703 (APROPRIAÇÃO) NFFS 225058 -	- F4838407	2.322,00
CP 2012032717 (APROPRIAÇÃO) NFFS 225057 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012032718 (APROPRIAÇÃO) NFFS 225056 -	- F4838407	812,70
CP 2012032724 (APROPRIAÇÃO) NFFS 225396 -	- F4838407	1.625,83
CP 2012032726 (APROPRIAÇÃO) NFFS 225576 -	- F4838407	812,70
CP 2012032729 (APROPRIAÇÃO) NFFS 225573 -	- F4838407	696,60
CP 2012032786 (APROPRIAÇÃO) NFFS 225575 -	- F4838407	1.161,00
CP 2012035934 (APROPRIAÇÃO) NFFS 227243 -	- F4838407	212,94
CP 2012035938 (APROPRIAÇÃO) NFFS 227244 -	- F4838407	941,27
CP 2012036021 (APROPRIAÇÃO) NFFS 227245 -	- F4838407	941,27
CP 2012036028 (APROPRIAÇÃO) NFFS 227246 -	- F4838407	2.409,12
CP 2012036030 (APROPRIAÇÃO) NFFS 227247 -	- F4838407	3.097,44
CP 2012036105 (APROPRIAÇÃO) NFFS 227862 -	- F4838407	812,70
CP 2012036110 (APROPRIAÇÃO) NFFS 227863 -	- F4838407	812,70
CP 2012036113 (APROPRIAÇÃO) NFFS 227864 -	- F4838407	812,70
CP 2012036120 (APROPRIAÇÃO) NFFS 227865 -	- F4838407	3.186,00
CP 2012036127 (APROPRIAÇÃO) NFFS 227866 -	- F4838407	2.478,00
CP 2012036405 (APROPRIAÇÃO) NFFS 228957 -	- F4838407	941,27
CP 2012036411 (APROPRIAÇÃO) NFFS 228958 -	- F4838407	1.112,41
CP 2012036416 (APROPRIAÇÃO) NFFS 228959 -	- F4838407	598,99
CP 2012036417 (APROPRIAÇÃO) NFFS 228960 -	- F4838407	598,99
CP 2012036418 (APROPRIAÇÃO) NFFS 228961 -	- F4838407	598,99
CP 2012036423 (APROPRIAÇÃO) NFFS 228962 -	- F4838407	598,99
CP 2012036455 (APROPRIAÇÃO) NFFS 228963 -	- F4838407	941,27
CP 2012036953 (APROPRIAÇÃO) NFFS 227867 -	- F4838407	65.367,00
CP 2012036963 (APROPRIAÇÃO) NFFS 228964 -	- F4838407	427,85
CP 2012036970 (APROPRIAÇÃO) NFFS 228965 -	- F4838407	427,85
CP 2012037154 (APROPRIAÇÃO) NFFS 228966 -	- F4838407	513,42
CP 2012037156 (APROPRIAÇÃO) NFFS 228967 -	- F4838407	513,42
CP 2012037159 (APROPRIAÇÃO) NFFS 229548 -	- F4838407	2.753,28
CP 2012037162 (APROPRIAÇÃO) NFFS 229549 -	- F4838407	2.409,12
CP 2012037165 (APROPRIAÇÃO) NFFS 230091 -	- F4838407	439,67

CP 2012038806 (APROPRIAÇÃO) NFFS 231245 -	- F4838407	4.602,00
CP 2012038809 (APROPRIAÇÃO) NFFS 231244 -	- F4838407	4.602,00
CP 2012038819 (APROPRIAÇÃO) NFFS 231243 -	- F4838407	4.602,00
CP 2012038963 (APROPRIAÇÃO) NFFS 231240 -	- F4838407	7.826,00
CP 2012038969 (APROPRIAÇÃO) NFFS 231241 -	- F4838407	7.826,00
CP 2012038982 (APROPRIAÇÃO) NFFS 231242 -	- F4838407	7.826,00
CP 2012039509 (APROPRIAÇÃO) NFFS 231457 -	- F4838407	3.186,00
CP 2012039514 (APROPRIAÇÃO) NFFS 231571 -	- F4838407	684,56
CP 2012039709 (APROPRIAÇÃO) NFFS 232701 -	- F4838407	20.982,00
CP 2012039730 (APROPRIAÇÃO) NFFS 232700 -	- F4838407	2.748,20
CP 2012043762 (APROPRIAÇÃO) NFFS 234683 -	- F4838407	502,48
CP 2012043768 (APROPRIAÇÃO) NFFS 234875 -	- F4838407	2.409,12
CP 2012043786 (APROPRIAÇÃO) NFFS 234873 -	- F4838407	598,99
CP 2012043795 (APROPRIAÇÃO) NFFS 234874 -	- F4838407	2.064,96
CP 2012044233 (APROPRIAÇÃO) NFFS 235333 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012044240 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236438 -	- F4838407	3.186,00
CP 2012044259 (APROPRIAÇÃO) NFFS 235334 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012044271 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236434 -	- F4838407	2.832,00
CP 2012044567 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236435 -	- F4838407	2.832,00
CP 2012044569 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236436 -	- F4838407	2.832,00
CP 2012044574 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236437 -	- F4838407	1.770,00
CP 2012044587 (APROPRIAÇÃO) NFFS 235332 -	- F4838407	2.748,20
CP 2012044593 (APROPRIAÇÃO) NFFS 235331 -	- F4838407	2.748,20
CP 2012044604 (APROPRIAÇÃO) NFFS 235568 -	- F4838407	10.491,00
CP 2012046637 (APROPRIAÇÃO) NFFS 231246 -	- F4838407	325,46
CP 2012047253 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236721 -	- F4838407	2.124,00
CP 2012047259 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236722 -	- F4838407	427,85
CP 2012047267 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236724 -	- F4838407	684,56
CP 2012047282 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236725 -	- F4838407	684,56
CP 2012047289 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236726 -	- F4838407	513,42
CP 2012047308 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236728 -	- F4838407	3.097,44
CP 2012047315 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236723 -	- F4838407	770,13
CP 2012047324 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236727 -	- F4838407	684,56
CP 2012047327 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236729 -	- F4838407	2.753,28
CP 2012047331 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236730 -	- F4838407	3.097,44
CP 2012047348 (APROPRIAÇÃO) NFFS 236731 -	- F4838407	1.720,80
CP 2012047516 (APROPRIAÇÃO) NFFS 237160 -	- F4838407	1.057,00

CP 2012047533 (APROPRIAÇÃO) NFFS 238034 -	- F4838407	212,94
CP 2012047544 (APROPRIAÇÃO) NFFS 237714 -	- F4838407	812,70
CP 2012047728 (APROPRIAÇÃO) NFFS 238366 -	- F4838407	5.775,98
CP 2012047733 (APROPRIAÇÃO) NFFS 238365 -	- F4838407	1.711,40
CP 2012047737 (APROPRIAÇÃO) NFFS 238364 -	- F4838407	598,99
CP 2012047740 (APROPRIAÇÃO) NFFS 238369 -	- F4838407	684,56
CP 2012047749 (APROPRIAÇÃO) NFFS 238368 -	- F4838407	684,56
CP 2012047753 (APROPRIAÇÃO) NFFS 238367 -	- F4838407	598,99
CP 2012047763 (APROPRIAÇÃO) NFFS 238363 -	- F4838407	684,56
CP 2012047775 (APROPRIAÇÃO) NFFS 238725 -	- F4838407	427,85
CP 2012047850 (APROPRIAÇÃO) NFFS 237159 -	- F4838407	155,82
CP 2012051110 (APROPRIAÇÃO) NFFS 239102 -	- F4838407	152,10
CP 2012051124 (APROPRIAÇÃO) NFFS 239103 -	- F4838407	3.186,00
CP 2012051131 (APROPRIAÇÃO) NFFS 240442 -	- F4838407	427,85
CP 2012051142 (APROPRIAÇÃO) NFFS 240441 -	- F4838407	684,56
CP 2012051179 (APROPRIAÇÃO) NFFS 240440 -	- F4838407	770,13
CP 2012051271 (APROPRIAÇÃO) NFFS 240439 -	- F4838407	598,99
CP 2012051286 (APROPRIAÇÃO) NFFS 240438 -	- F4838407	427,85
CP 2012051470 (APROPRIAÇÃO) NFFS 240965 -	- F4838407	2.064,96
CP 2012051475 (APROPRIAÇÃO) NFFS 240963 -	- F4838407	2.753,28
CP 2012051501 (APROPRIAÇÃO) NFFS 241296 -	- F4838407	439,67
CP 2012051522 (APROPRIAÇÃO) NFFS 240966 -	- F4838407	2.409,12
CP 2012051529 (APROPRIAÇÃO) NFFS 241298 -	- F4838407	1.770,00
CP 2012051575 (APROPRIAÇÃO) NFFS 241299 -	- F4838407	3.186,00
CP 2012051579 (APROPRIAÇÃO) NFFS 241949 -	- F4838407	9.404,16
CP 2012051583 (APROPRIAÇÃO) NFFS 241297 -	- F4838407	1.770,00
CP 2012052069 (APROPRIAÇÃO) NFFS 242447 -	- F4838407	598,99
CP 2012057167 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247681 -	- F4838407	513,42
CP 2012057180 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247680 -	- F4838407	684,56
CP 2012057202 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247181 -	- F4838407	2.832,00
CP 2012057226 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247182 -	- F4838407	2.064,96
CP 2012057923 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247375 -	- F4838407	598,99
CP 2012057926 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247374 -	- F4838407	513,42
CP 2012057932 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247376 -	- F4838407	513,42
CP 2012057935 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247686 -	- F4838407	2.064,96
CP 2012057936 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247687 -	- F4838407	2.064,96
CP 2012058240 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247685 -	- F4838407	2.409,12

CP 2012058245 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247684 -	- F4838407	2.064,96
CP 2012058251 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247683 -	- F4838407	2.064,96
CP 2012058257 (APROPRIAÇÃO) NFFS 247682 -	- F4838407	2.409,12
CP 2012058262 (APROPRIAÇÃO) NFFS 248421 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012058277 (APROPRIAÇÃO) NFFS 248422 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012058284 (APROPRIAÇÃO) NFFS 248419 -	- F4838407	8.127,00
CP 2012058291 (APROPRIAÇÃO) NFFS 248420 -	- F4838407	812,70
CP 2012060841 (APROPRIAÇÃO) NFFS 249776 -	- F4838407	314,05
CP 2012060845 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251025 -	- F4838407	14.526,00
CP 2012060851 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251024 -	- F4838407	7.487,38
CP 2012060881 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251273 -	- F4838407	598,99
CP 2012060888 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251272 -	- F4838407	941,27
CP 2012060988 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251271 -	- F4838407	941,27
CP 2012060993 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251270 -	- F4838407	770,13
CP 2012060998 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251269 -	- F4838407	684,56
CP 2012061001 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251268 -	- F4838407	1.197,98
CP 2012061013 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251267 -	- F4838407	941,27
CP 2012061025 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251266 -	- F4838407	770,13
CP 2012061086 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251626 -	- F4838407	598,99
CP 2012061090 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251625 -	- F4838407	513,42
CP 2012061091 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251627 -	- F4838407	1.197,98
CP 2012061094 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251628 -	- F4838407	427,85
CP 2012061097 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251630 -	- F4838407	711,48
CP 2012061221 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251629 -	- F4838407	5.989,90
CP 2012061227 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251624 -	- F4838407	2.478,00
CP 2012061637 (APROPRIAÇÃO) NFFS 252370 -	- F4838407	928,80
CP 2012061677 (APROPRIAÇÃO) NFFS 252375 -	- F4838407	1.161,00
CP 2012061686 (APROPRIAÇÃO) NFFS 252376 -	- F4838407	2.832,00
CP 2012061692 (APROPRIAÇÃO) NFFS 252374 -	- F4838407	928,80
CP 2012061804 (APROPRIAÇÃO) NFFS 252373 -	- F4838407	696,60
CP 2012061816 (APROPRIAÇÃO) NFFS 252372 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012061825 (APROPRIAÇÃO) NFFS 252371 -	- F4838407	8.010,90
CP 2012061830 (APROPRIAÇÃO) NFFS 252369 -	- F4838407	696,60
CP 2012062540 (APROPRIAÇÃO) NFFS 252866 -	- F4838407	1.692,00
CP 2012062541 (APROPRIAÇÃO) NFFS 252865 -	- F4838407	2.841,07
CP 2012062542 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253532 -	- F4838407	3.221,86
CP 2012062543 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253528 -	- F4838407	2.064,96

CP 2012062546 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253516 -	- F4838407	774,90
CP 2012062549 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253523 -	- F4838407	2.753,28
CP 2012062554 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253517 -	- F4838407	947,10
CP 2012062561 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253522 -	- F4838407	1.789,92
CP 2012062571 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253527 -	- F4838407	2.064,96
CP 2012062597 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253531 -	- F4838407	24.091,20
CP 2012062602 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253524 -	- F4838407	24.091,20
CP 2012062607 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253521 -	- F4838407	3.097,44
CP 2012062613 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253530 -	- F4838407	3.097,44
CP 2012062634 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253529 -	- F4838407	2.753,28
CP 2012062643 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253520 -	- F4838407	2.147,90
CP 2012062650 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253525 -	- F4838407	2.064,96
CP 2012062819 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253518 -	- F4838407	770,13
CP 2012062827 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253841 -	- F4838407	588,00
CP 2012063312 (APROPRIAÇÃO) NFFS 254197 -	- F4838407	513,42
CP 2012063540 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251265 -	- F4838407	684,56
CP 2012063612 (APROPRIAÇÃO) NFFS 254807 -	- F4838407	1.044,90
CP 2012063778 (APROPRIAÇÃO) NFFS 254517 -	- F4838407	439,67
CP 2012063781 (APROPRIAÇÃO) NFFS 254520 -	- F4838407	6.456,00
CP 2012063786 (APROPRIAÇÃO) NFFS 254519 -	- F4838407	4.396,67
CP 2012063787 (APROPRIAÇÃO) NFFS 254518 -	- F4838407	565,29
CP 2012063788 (APROPRIAÇÃO) NFFS 254516 -	- F4838407	565,29
CP 2012064074 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251631 -	- F4838407	325,46
CP 2012064075 (APROPRIAÇÃO) NFFS 251632 -	- F4838407	2.531,34
82951351000304 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO		407.754,59
CP 2012000722 (APROPRIAÇÃO) NFF 128921 -	- F4759116	696,60
CP 2012000723 (APROPRIAÇÃO) NFF 129194 -	- F4759116	3.149,20
CP 2012000727 (APROPRIAÇÃO) NFF 128325 -	- F4759116	129,40
CP 2012000729 (APROPRIAÇÃO) NFF 129297 -	- F4759116	209,00
CP 2012004335 (APROPRIAÇÃO) NFF 130044 -	- F4759116	169,20
CP 2012012832 (APROPRIAÇÃO) NFF 132023 -	- F4759116	190,28
CP 2012014580 (APROPRIAÇÃO) NFF 134590 -	- F4759116	30,00
CP 2012015076 (APROPRIAÇÃO) NFF 133567 -	- F4759116	2.052,28
CP 2012016278 (APROPRIAÇÃO) NFF 135606 -	- F4759116	176,69
CP 2012019567 (APROPRIAÇÃO) NFF 135436 -	- F4759116	176,69
CP 2012019568 (APROPRIAÇÃO) NFF 135270 -	- F4759116	48,30
CP 2012020229 (APROPRIAÇÃO) NFF 137500 -	- F4759116	502,88

CP 2012020472 (APROPRIAÇÃO) NFF 138026 -	- F4759116	502,88
CP 2012020473 (APROPRIAÇÃO) NFF 138075 -	- F4759116	192.273,88
CP 2012021281 (APROPRIAÇÃO) NFF 138706 -	- F4759116	192.008,88
CP 2012021656 (APROPRIAÇÃO) NFF 138935 -	- F4759116	502,88
CP 2012022629 (APROPRIAÇÃO) NFF 139316 -	- F4759116	231,28
CP 2012022807 (APROPRIAÇÃO) NFF 139376 -	- F4759116	245,74
CP 2012023012 (APROPRIAÇÃO) NFF 137403 -	- F4759116	60,00
CP 2012024547 (APROPRIAÇÃO) NFF 140303 -	- F4759116	10,60
CP 2012024948 (APROPRIAÇÃO) NFF 140346 -	- F4759116	1.329,88
CP 2012028572 (APROPRIAÇÃO) NFF 141643 -	- F4759116	47,70
CP 2012029248 (APROPRIAÇÃO) NFF 141556 -	- F4759116	1.994,82
CP 2012029250 (APROPRIAÇÃO) NFF 141557 -	- F4759116	852,86
CP 2012029251 (APROPRIAÇÃO) NFF 141558 -	- F4759116	4.148,65
CP 2012029520 (APROPRIAÇÃO) NFF 142830 -	- F4759116	21,20
CP 2012029533 (APROPRIAÇÃO) NFF 143066 -	- F4759116	1.185,33
CP 2012035167 (APROPRIAÇÃO) NFF 144172 -	- F4759116	15,90
CP 2012035168 (APROPRIAÇÃO) NFF 144355 -	- F4759116	5,30
CP 2012035232 (APROPRIAÇÃO) NFF 144306 -	- F4759116	563,75
CP 2012035233 (APROPRIAÇÃO) NFF 144369 -	- F4759116	592,66
CP 2012035234 (APROPRIAÇÃO) NFF 144501 -	- F4759116	592,66
CP 2012035235 (APROPRIAÇÃO) NFF 144611 -	- F4759116	159,01
CP 2012035236 (APROPRIAÇÃO) NFF 144612 -	- F4759116	245,74
CP 2012035237 (APROPRIAÇÃO) NFF 144613 -	- F4759116	173,46
CP 2012035238 (APROPRIAÇÃO) NFF 144614 -	- F4759116	592,66
CP 2012035239 (APROPRIAÇÃO) NFF 145109 -	- F4759116	260,19
CP 2012035240 (APROPRIAÇÃO) NFF 144835 -	- F4759116	260,19
CP 2012035425 (APROPRIAÇÃO) NFF 145515 -	- F4759116	823,95
CP 2012036014 (APROPRIAÇÃO) NFF 144929 -	- F4759116	260,19
CP 2012039829 (APROPRIAÇÃO) NFF 147459 -	- F4759116	216,83
CP 2012050136 (APROPRIAÇÃO) NFF 122008C -	- F4759116	45,00
87161501000138 - CORAG COMPANHIA RIO GRANDENSE DE ARTES GRAFICAS		6.448,83
CP 2012011067 (APROPRIAÇÃO) NFSC 051192 -	- F4608850	518,40
CP 2012012697 (APROPRIAÇÃO) NFSC 051963 -	- F4608850	540,00
CP 2012019662 (APROPRIAÇÃO) NFSC 054852 -	- F4608850	540,00
CP 2012019663 (APROPRIAÇÃO) NFSC 054732 -	- F4608850	604,80
CP 2012019691 (APROPRIAÇÃO) NFSC 054733 -	- F4608850	561,60
CP 2012022617 (APROPRIAÇÃO) NFSC 056142 -	- F4608850	864,00

CP 2012022643 (APROPRIAÇÃO) NFSC 056032 - - F4608850	604,80
CP 2012024472 (APROPRIAÇÃO) NFSC 055880 - - F4608850	648,00
CP 2012036967 (APROPRIAÇÃO) NFSC 061266 - - F4608850	604,50
CP 2012043857 (APROPRIAÇÃO) NFSC 063872 - - F4608850	447,78
CP 2012062055 (APROPRIAÇÃO) NFSC 069334 - - F4608850	514,95
14284430000197 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIAIS SC	34.239,39
A0F - CP 2012054953 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004023 - - F4943115	47,70
A0F - CP 2012054956 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004024 - - F4943115	42,40
A0F - CP 2012055400 (APROPRIAÇÃO) NFPS 003922 - - F4943115	780,58
A0F - CP 2012055465 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004175 - - F4943115	650,49
A0F - CP 2012055466 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004263 - - F4943115	795,04
A0F - CP 2012055467 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004262 - - F4943115	636,03
A0F - CP 2012055468 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004264 - - F4943115	5.333,98
CP 2012043268 (APROPRIAÇÃO) NFPS 000639 - - F4943115	42,40
CP 2012045651 (APROPRIAÇÃO) NFPS 001205 - - F4943115	173,46
CP 2012045652 (APROPRIAÇÃO) NFPS 000761 - - F4943115	231,28
CP 2012045654 (APROPRIAÇÃO) NFPS 000598 - - F4943115	4.212,06
CP 2012045655 (APROPRIAÇÃO) NFPS 000597 - - F4943115	1.199,78
CP 2012051691 (APROPRIAÇÃO) NFPS 002763 - - F4943115	31,80
CP 2012053769 (APROPRIAÇÃO) NFPS 002745 - - F4943115	823,95
CP 2012053770 (APROPRIAÇÃO) NFPS 002746 - - F4943115	3.180,15
CP 2012054548 (APROPRIAÇÃO) NFPS 003681 - - F4943115	216,83
CP 2012054549 (APROPRIAÇÃO) NFPS 003711 - - F4943115	187,92
CP 2012056237 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004337 - - F4943115	636,03
CP 2012057484 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004634 - - F4943115	15,90
CP 2012057528 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004873 - - F4943115	563,75
CP 2012057529 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004801 - - F4943115	563,75
CP 2012057530 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004712 - - F4943115	563,75
CP 2012057545 (APROPRIAÇÃO) NFPS 004833 - - F4943115	42,40
CP 2012059567 (APROPRIAÇÃO) NFPS 005346 - - F4943115	737,22
CP 2012059568 (APROPRIAÇÃO) NFPS 005229 - - F4943115	737,22
CP 2012059569 (APROPRIAÇÃO) NFPS 005230 - - F4943115	795,04
CP 2012059570 (APROPRIAÇÃO) NFPS 005007 - - F4943115	954,04
CP 2012059572 (APROPRIAÇÃO) NFPS 005006 - - F4943115	2.471,84
CP 2012059601 (APROPRIAÇÃO) NFPS 005038 - - F4943115	21,20
CP 2012060650 (APROPRIAÇÃO) NFPS 005442 - - F4943115	42,40
CP 2012061608 (APROPRIAÇÃO) NFPS 006010 - - F4943115	21,20

CP 2012064054 (APROPRIAÇÃO) NFPS 005633 - - F4943115	722,76
CP 2012064055 (APROPRIAÇÃO) NFPS 005634 - - F4943115	4.351,02
CP 2012064056 (APROPRIAÇÃO) NFPS 006119 - - F4943115	2.414,02
04196645000100 - IMPRENSA NACIONAL	173.564,55
A0F - CP 2012055944 (APROPRIAÇÃO) NFF 50377/2012 - - F4734366	29.732,23
CP 2012004023 (APROPRIAÇÃO) NFF 02082/2012 - - F4734366	20.681,97
CP 2012005552 (APROPRIAÇÃO) NFF 06935/2012 - - F4734366	10.082,84
CP 2012006077 (APROPRIAÇÃO) NFF 04392/2012 - - F4734366	15.245,74
CP 2012012960 (APROPRIAÇÃO) NFF 10227/2012 - - F4734366	10.477,65
CP 2012012966 (APROPRIAÇÃO) NFF 12371/2012 - - F4734366	10.538,39
CP 2012016692 (APROPRIAÇÃO) NFF 14475/2012 - - F4734366	12.573,18
CP 2012024528 (APROPRIAÇÃO) NFF 25682/2012 - - F4734366	13.241,32
CP 2012030867 (APROPRIAÇÃO) NFF 35741/2012 - - F4734366	1.731,09
CP 2012034937 (APROPRIAÇÃO) NFF 32513/2012 - - F4734366	14.638,34
CP 2012061122 (APROPRIAÇÃO) NFF 54571/2012 - - F4734366	34.621,80
92821701000100 - RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.	2.863,87
CP 2012062630 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253519 - - F4459683	2.863,87
09305983000149 - PSR SOLUÇÕES E CONSULTORIA EM ENERGIA LTDA.	4.600,00
CP 2012020232 (APROPRIAÇÃO) NFS 00001264 - - F4930998	4.600,00
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA	223,60
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - 02052012 - DESPESA COM PUBLICACAO CHAMAMENTO PUBLIC	93,58
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - 10102012 - DESPESA COM PUBLICAÇÃO LEGAL - LICENÇA D	20,88
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - 18012012 - DESPESA COM PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL	84,78
FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - 20092012 - DESPESA COM DIÁRIO OFICIAL	24,36
352 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	4.952.424,15
00403498000133 - AGENCIAMOB COMUNICACAO LTDA	4.952.424,15
A0F - CP 2012056160 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003777 - - F4827286	1.520,00
A0F - CP 2012056167 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003778 - - F4827286	1.701,92
A0F - CP 2012056201 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003762 - - F4827286	1.881,00
A0F - CP 2012056202 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003761 - - F4827286	1.881,00
A0F - CP 2012056203 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003760 - - F4827286	1.881,00
A0F - CP 2012056207 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003759 - - F4827286	1.881,00
A0F - CP 2012056208 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003750 - - F4827286	39.615,24
A0F - CP 2012056212 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003749 - - F4827286	10.220,81
A0F - CP 2012056216 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003718 - - F4827286	9.116,83
A0F - CP 2012056220 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003717 - - F4827286	1.980,00
A0F - CP 2012056221 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003727 - - F4827286	12.017,50

A0F - CP 2012056226 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003725 - - F4827286	14.250,00
A0F - CP 2012056233 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003722 - - F4827286	4.992,72
CP 2012001598 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002698 - - F4827286	25.333,33
CP 2012001654 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002703 - - F4827286	25.333,33
CP 2012001690 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002730 - - F4827286	5.700,00
CP 2012001799 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002704 - - F4827286	5.937,50
CP 2012001801 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002705 - - F4827286	7.600,00
CP 2012001803 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002694 - - F4827286	4.750,00
CP 2012001804 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002695 - - F4827286	4.750,00
CP 2012001811 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002697 - - F4827286	3.562,50
CP 2012001816 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002708 - - F4827286	2.375,00
CP 2012003214 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002731 - - F4827286	132,00
CP 2012003219 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002729 - - F4827286	1.805,00
CP 2012003221 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002728 - - F4827286	4.238,14
CP 2012003223 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002727 - - F4827286	3.268,00
CP 2012003225 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002726 - - F4827286	99,00
CP 2012003227 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002713 - - F4827286	2.698,00
CP 2012003231 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002706 - - F4827286	11.841,37
CP 2012003232 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002690 - - F4827286	6.600,00
CP 2012003234 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002696 - - F4827286	532,95
CP 2012004191 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002758 - - F4827286	8.734,00
CP 2012004195 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002747 - - F4827286	8.734,00
CP 2012004206 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002753 - - F4827286	712,50
CP 2012004228 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002757 - - F4827286	7.600,00
CP 2012004235 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002759 - - F4827286	6.905,80
CP 2012004239 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002736 - - F4827286	742,50
CP 2012004244 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002762 - - F4827286	25.333,34
CP 2012004263 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002763 - - F4827286	13.560,80
CP 2012004263 (GLOSA) - NFFS 002763 - F4827286	(1,00)
CP 2012004264 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002767 - - F4827286	25.333,34
CP 2012004283 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002789 - - F4827286	7.125,00
CP 2012005089 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002761 - - F4827286	10.687,50
CP 2012005092 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002764 - - F4827286	1.900,00
CP 2012005099 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002787 - - F4827286	8.212,75
CP 2012005100 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002786 - - F4827286	1.602,40
CP 2012005101 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002774 - - F4827286	990,00
CP 2012005104 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002788 - - F4827286	2.178,00

CP 2012005108 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002785 -	- F4827286	760,00
CP 2012005110 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002780 -	- F4827286	1.602,40
CP 2012005111 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002778 -	- F4827286	5.390,00
CP 2012005114 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002781 -	- F4827286	15.330,00
CP 2012005115 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002768 -	- F4827286	250,00
CP 2012005176 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002733 -	- F4827286	1.736,40
CP 2012005177 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002735 -	- F4827286	8.129,47
CP 2012005178 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002734 -	- F4827286	1.157,60
CP 2012005180 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002732 -	- F4827286	1.218,10
CP 2012005182 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002749 -	- F4827286	1.187,50
CP 2012005183 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002769 -	- F4827286	2.907,30
CP 2012005184 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002770 -	- F4827286	3.796,20
CP 2012005188 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002771 -	- F4827286	154,00
CP 2012006960 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002803 -	- F4827286	2.679,00
CP 2012006964 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002800 -	- F4827286	3.390,51
CP 2012006966 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002802 -	- F4827286	2.614,40
CP 2012006969 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002804 -	- F4827286	7.720,00
CP 2012006971 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002805 -	- F4827286	3.643,81
CP 2012006998 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002809 -	- F4827286	5.937,50
CP 2012007000 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002812 -	- F4827286	8.734,00
CP 2012007073 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002806 -	- F4827286	896,80
CP 2012007074 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002824 -	- F4827286	14.443,27
CP 2012007075 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002823 -	- F4827286	935,00
CP 2012008741 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002828 -	- F4827286	2.270,20
CP 2012009098 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002836 -	- F4827286	25.333,34
CP 2012009592 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002830 -	- F4827286	1.299,06
CP 2012009594 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002829 -	- F4827286	2.985,20
CP 2012009598 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002839 -	- F4827286	2.316,60
CP 2012009601 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002840 -	- F4827286	18.079,00
CP 2012009607 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002835 -	- F4827286	1.064,14
CP 2012011364 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002841 -	- F4827286	4.750,00
CP 2012011416 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002852 -	- F4827286	4.750,00
CP 2012011418 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002848 -	- F4827286	7.600,00
CP 2012011420 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002856 -	- F4827286	4.750,00
CP 2012011424 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002857 -	- F4827286	4.750,00
CP 2012013704 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002862 -	- F4827286	25.333,31
CP 2012013787 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002860 -	- F4827286	9.618,44

CP 2012013794 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002850 -	- F4827286	9.035,00
CP 2012013804 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002859 -	- F4827286	4.370,00
CP 2012013812 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002854 -	- F4827286	7.006,25
CP 2012013815 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002849 -	- F4827286	3.390,51
CP 2012013816 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002853 -	- F4827286	7.134,50
CP 2012013820 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002844 -	- F4827286	1.805,00
CP 2012013822 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002843 -	- F4827286	1.805,00
CP 2012013836 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002842 -	- F4827286	2.614,40
CP 2012013938 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002868 -	- F4827286	4.530,80
CP 2012014128 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002875 -	- F4827286	1.496,00
CP 2012014135 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002877 -	- F4827286	7.535,00
CP 2012014199 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002869 -	- F4827286	5.789,00
CP 2012014201 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002867 -	- F4827286	1.780,80
CP 2012014255 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002873 -	- F4827286	137.480,00
CP 2012014258 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002872 -	- F4827286	10.978,00
CP 2012014261 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002874 -	- F4827286	43.758,00
CP 2012014425 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002878 -	- F4827286	2.475,00
CP 2012014769 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002885 -	- F4827286	7.237,40
CP 2012014774 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002901 -	- F4827286	7.600,00
CP 2012014779 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002900 -	- F4827286	5.937,50
CP 2012014780 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002899 -	- F4827286	9.500,00
CP 2012014785 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002897 -	- F4827286	3.800,00
CP 2012014842 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002896 -	- F4827286	2.850,00
CP 2012015401 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002883 -	- F4827286	192,50
CP 2012015404 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002882 -	- F4827286	877,80
CP 2012015407 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002895 -	- F4827286	10.687,50
CP 2012015409 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002892 -	- F4827286	479,60
CP 2012015420 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002898 -	- F4827286	285,00
CP 2012015474 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002904 -	- F4827286	1.900,00
CP 2012015501 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002903 -	- F4827286	6.737,50
CP 2012015512 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002905 -	- F4827286	17.270,00
CP 2012019878 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002921 -	- F4827286	8.734,00
CP 2012019879 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002952 -	- F4827286	5.937,50
CP 2012019884 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002958 -	- F4827286	4.750,00
CP 2012019888 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002959 -	- F4827286	4.750,00
CP 2012019891 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002961 -	- F4827286	7.600,00
CP 2012020602 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002962 -	- F4827286	9.500,00

CP 2012020606 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002973 -	- F4827286	1.900,00
CP 2012020609 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002966 -	- F4827286	1.024,10
CP 2012020612 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002967 -	- F4827286	3.965,39
CP 2012020613 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002955 -	- F4827286	8.212,75
CP 2012020773 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002965 -	- F4827286	22.735,62
CP 2012020776 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002964 -	- F4827286	762,32
CP 2012020982 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002960 -	- F4827286	2.351,25
CP 2012020990 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002956 -	- F4827286	4.238,14
CP 2012021278 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002957 -	- F4827286	1.805,00
CP 2012021280 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002943 -	- F4827286	12.152,38
CP 2012021282 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002941 -	- F4827286	913,00
CP 2012021284 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002925 -	- F4827286	10.123,00
CP 2012021289 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002919 -	- F4827286	801,20
CP 2012021291 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002939 -	- F4827286	10.680,40
CP 2012021292 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002920 -	- F4827286	3.268,00
CP 2012021310 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002918 -	- F4827286	801,20
CP 2012024421 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002991 -	- F4827286	6.534,00
CP 2012025981 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003033 -	- F4827286	1.900,00
CP 2012025987 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003029 -	- F4827286	1.900,00
CP 2012025988 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003027 -	- F4827286	4.750,00
CP 2012025991 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003026 -	- F4827286	4.750,00
CP 2012026014 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003025 -	- F4827286	5.937,50
CP 2012026243 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002992 -	- F4827286	495,00
CP 2012026248 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002995 -	- F4827286	1.566,19
CP 2012026410 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003024 -	- F4827286	9.500,00
CP 2012026419 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003020 -	- F4827286	7.006,25
CP 2012026421 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003022 -	- F4827286	1.805,00
CP 2012026474 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003017 -	- F4827286	220,00
CP 2012026476 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003021 -	- F4827286	2.614,40
CP 2012026480 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003016 -	- F4827286	682,00
CP 2012026483 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002994 -	- F4827286	12.519,05
CP 2012026485 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002997 -	- F4827286	4.325,34
CP 2012026488 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003015 -	- F4827286	3.278,00
CP 2012026512 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003028 -	- F4827286	2.351,25
CP 2012026517 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003030 -	- F4827286	1.900,00
CP 2012026525 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002993 -	- F4827286	12.519,05
CP 2012026532 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003023 -	- F4827286	3.390,51

CP 2012026535 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002996 -	- F4827286	4.421,10
CP 2012028307 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003043 -	- F4827286	8.734,00
CP 2012031174 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003051 -	- F4827286	4.679,05
CP 2012031176 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003052 -	- F4827286	1.871,41
CP 2012031178 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003053 -	- F4827286	9.359,79
CP 2012031180 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003054 -	- F4827286	4.210,20
CP 2012031182 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003055 -	- F4827286	5.052,24
CP 2012031184 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003057 -	- F4827286	4.679,06
CP 2012031185 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003069 -	- F4827286	1.871,62
CP 2012031186 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003058 -	- F4827286	2.386,18
CP 2012031187 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003066 -	- F4827286	1.602,40
CP 2012031188 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003067 -	- F4827286	801,20
CP 2012031189 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003068 -	- F4827286	1.736,40
CP 2012031196 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003042 -	- F4827286	17.325,00
CP 2012031198 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003045 -	- F4827286	16.607,24
CP 2012031199 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003041 -	- F4827286	9.500,00
CP 2012031202 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003046 -	- F4827286	88,00
CP 2012031203 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003047 -	- F4827286	1.864,48
CP 2012031224 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003090 -	- F4827286	11.330,00
CP 2012031225 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003089 -	- F4827286	20.900,00
CP 2012031241 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003073 -	- F4827286	3.575,00
CP 2012031581 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003040 -	- F4827286	1.584,00
CP 2012031585 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003114 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012031588 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003107 -	- F4827286	2.850,00
CP 2012031594 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003105 -	- F4827286	26.649,87
CP 2012031749 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003092 -	- F4827286	4.923,07
CP 2012031750 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003085 -	- F4827286	2.574,00
CP 2012031753 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003087 -	- F4827286	2.351,25
CP 2012031754 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003088 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012031835 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003076 -	- F4827286	1.963,50
CP 2012031837 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003084 -	- F4827286	5.658,51
CP 2012031840 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003108 -	- F4827286	9.500,00
CP 2012031844 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003111 -	- F4827286	1.365,62
CP 2012031845 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003056 -	- F4827286	6.300,00
CP 2012032215 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003113 -	- F4827286	20.425,00
CP 2012032218 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003115 -	- F4827286	15.675,00
CP 2012032221 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003112 -	- F4827286	14.250,00

CP 2012036324 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003223 -	- F4827286	3.800,00
CP 2012036325 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003209 -	- F4827286	31.787,00
CP 2012036327 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003205 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012036328 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003207 -	- F4827286	11.558,37
CP 2012036330 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003148 -	- F4827286	13.062,50
CP 2012036331 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003125 -	- F4827286	8.734,00
CP 2012036332 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003127 -	- F4827286	30.949,93
CP 2012036334 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003140 -	- F4827286	1.584,00
CP 2012036401 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003206 -	- F4827286	2.011,15
CP 2012036402 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003198 -	- F4827286	641,25
CP 2012036403 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003219 -	- F4827286	10.972,50
CP 2012036404 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003217 -	- F4827286	3.800,00
CP 2012036406 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003190 -	- F4827286	9.216,33
CP 2012036409 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003187 -	- F4827286	30.818,00
CP 2012036413 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003192 -	- F4827286	20.900,00
CP 2012036420 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003208 -	- F4827286	5.700,00
CP 2012036421 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003191 -	- F4827286	7.125,00
CP 2012036422 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003193 -	- F4827286	8.398,00
CP 2012036456 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003213 -	- F4827286	1.881,00
CP 2012036457 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003214 -	- F4827286	1.881,00
CP 2012036459 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003215 -	- F4827286	1.881,00
CP 2012036460 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003216 -	- F4827286	1.881,00
CP 2012036468 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003224 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012036547 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003222 -	- F4827286	59,38
CP 2012036554 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003221 -	- F4827286	1.246,88
CP 2012036555 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003220 -	- F4827286	730,31
CP 2012036557 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003218 -	- F4827286	9.500,00
CP 2012036558 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003202 -	- F4827286	589,00
CP 2012036560 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003199 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012036563 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003197 -	- F4827286	1.567,50
CP 2012036567 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003212 -	- F4827286	593,75
CP 2012036570 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003204 -	- F4827286	104.500,00
CP 2012036571 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003135 -	- F4827286	2.530,00
CP 2012036572 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003129 -	- F4827286	2.565,00
CP 2012036575 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003185 -	- F4827286	3.055,20
CP 2012036577 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003184 -	- F4827286	4.180,00
CP 2012036625 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003183 -	- F4827286	577,90

CP 2012036628 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003169 -	- F4827286	718,32
CP 2012036630 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003157 -	- F4827286	2.200,00
CP 2012036631 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003200 -	- F4827286	1.246,88
CP 2012036644 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003189 -	- F4827286	2.351,25
CP 2012036655 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003155 -	- F4827286	6.531,14
CP 2012036656 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003186 -	- F4827286	3.055,20
CP 2012036657 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003203 -	- F4827286	2.470,00
CP 2012036658 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003225 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012036659 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003231 -	- F4827286	935,81
CP 2012036825 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003194 -	- F4827286	8.398,00
CP 2012037858 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003242 -	- F4827286	9.116,83
CP 2012037860 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003244 -	- F4827286	21.998,20
CP 2012037861 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003247 -	- F4827286	4.992,72
CP 2012037863 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003249 -	- F4827286	37.168,56
CP 2012037865 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003250 -	- F4827286	28.591,20
CP 2012037867 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003251 -	- F4827286	7.125,00
CP 2012037868 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003252 -	- F4827286	20.425,00
CP 2012037899 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003253 -	- F4827286	15.675,00
CP 2012037905 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003254 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012037909 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003304 -	- F4827286	22.824,22
CP 2012037913 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003305 -	- F4827286	64.032,37
CP 2012037915 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003239 -	- F4827286	2.253,03
CP 2012038436 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003261 -	- F4827286	2.084,90
CP 2012038437 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003255 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012038438 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003248 -	- F4827286	9.500,00
CP 2012038439 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003264 -	- F4827286	10.012,40
CP 2012038440 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003246 -	- F4827286	3.055,20
CP 2012038441 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003263 -	- F4827286	1.022,14
CP 2012038442 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003262 -	- F4827286	159,50
CP 2012038443 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003245 -	- F4827286	3.055,20
CP 2012038444 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003188 -	- F4827286	1.541,14
CP 2012038445 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003243 -	- F4827286	3.692,44
CP 2012038447 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003294 -	- F4827286	29.925,00
CP 2012038712 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003306 -	- F4827286	2.850,00
CP 2012038717 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003303 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012038730 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003302 -	- F4827286	2.011,15
CP 2012038734 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003289 -	- F4827286	651,20

CP 2012038736 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003284 -	- F4827286	11.495,00
CP 2012038737 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003277 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012039089 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003358 -	- F4827286	63.247,20
CP 2012039092 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003312 -	- F4827286	9.223,55
CP 2012039102 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003319 -	- F4827286	20.900,00
CP 2012039132 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003335 -	- F4827286	42.750,00
CP 2012039134 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003334 -	- F4827286	20.425,00
CP 2012039137 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003333 -	- F4827286	15.675,00
CP 2012039139 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003332 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012039975 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003321 -	- F4827286	1.980,00
CP 2012040532 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003364 -	- F4827286	2.375,00
CP 2012040538 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003362 -	- F4827286	6.686,16
CP 2012040542 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003387 -	- F4827286	1.881,00
CP 2012040548 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003388 -	- F4827286	1.881,00
CP 2012040552 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003351 -	- F4827286	4.750,00
CP 2012040828 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003320 -	- F4827286	2.565,00
CP 2012040831 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003325 -	- F4827286	806,06
CP 2012040833 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003328 -	- F4827286	2.351,25
CP 2012040995 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003342 -	- F4827286	1.128,48
CP 2012041053 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003290 -	- F4827286	713,92
CP 2012041066 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003272 -	- F4827286	1.306,25
CP 2012041070 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003293 -	- F4827286	2.992,50
CP 2012041073 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003301 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012041077 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003287 -	- F4827286	1.254,00
CP 2012041287 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003428 -	- F4827286	64.032,38
CP 2012041289 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003427 -	- F4827286	22.824,22
CP 2012041514 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003416 -	- F4827286	786,90
CP 2012041523 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003415 -	- F4827286	1.038,11
CP 2012041532 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003417 -	- F4827286	3.737,64
CP 2012041536 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003424 -	- F4827286	2.565,00
CP 2012041726 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003349 -	- F4827286	410,40
CP 2012041728 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003350 -	- F4827286	1.003,20
CP 2012042252 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003373 -	- F4827286	920,00
CP 2012042254 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003395 -	- F4827286	1.158,32
CP 2012043539 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003485 -	- F4827286	30.818,00
CP 2012043570 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003469 -	- F4827286	20.900,00
CP 2012043573 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003471 -	- F4827286	21.998,20

CP 2012043574 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003464 -	- F4827286	3.800,00
CP 2012043575 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003463 -	- F4827286	12.017,50
CP 2012043576 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003459 -	- F4827286	594,00
CP 2012043578 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003458 -	- F4827286	8.398,00
CP 2012043582 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003440 -	- F4827286	63.247,20
CP 2012043587 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003437 -	- F4827286	4.992,72
CP 2012043590 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003435 -	- F4827286	7.125,00
CP 2012043596 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003432 -	- F4827286	12.098,01
CP 2012043602 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003430 -	- F4827286	1.521,96
CP 2012043641 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003429 -	- F4827286	12.097,56
CP 2012043657 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003482 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012043665 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003474 -	- F4827286	9.656,75
CP 2012043672 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003473 -	- F4827286	28.591,20
CP 2012043681 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003472 -	- F4827286	37.168,56
CP 2012043687 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003470 -	- F4827286	2.375,00
CP 2012043692 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003476 -	- F4827286	1.520,00
CP 2012043697 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003478 -	- F4827286	2.011,15
CP 2012046466 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003505 -	- F4827286	1.584,00
CP 2012046544 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003509 -	- F4827286	9.116,83
CP 2012046546 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003510 -	- F4827286	5.907,00
CP 2012047221 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003517 -	- F4827286	42.750,00
CP 2012047227 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003520 -	- F4827286	2.375,00
CP 2012047235 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003522 -	- F4827286	15.675,00
CP 2012047244 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003524 -	- F4827286	20.425,00
CP 2012047251 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003531 -	- F4827286	3.800,00
CP 2012047269 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003535 -	- F4827286	4.050,00
CP 2012047411 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003479 -	- F4827286	3.053,29
CP 2012047413 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003483 -	- F4827286	1.614,52
CP 2012047414 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003477 -	- F4827286	2.351,25
CP 2012047416 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003436 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012047418 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003438 -	- F4827286	1.504,80
CP 2012047421 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003439 -	- F4827286	12.419,89
CP 2012047424 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003460 -	- F4827286	1.365,62
CP 2012047426 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003503 -	- F4827286	467,90
CP 2012047428 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003502 -	- F4827286	842,06
CP 2012047430 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003501 -	- F4827286	467,90
CP 2012047433 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003462 -	- F4827286	3.055,20

CP 2012047435 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003461 -	- F4827286	3.055,20
CP 2012047436 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003465 -	- F4827286	9.500,00
CP 2012047455 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003497 -	- F4827286	1.614,52
CP 2012047458 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003499 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012047496 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003484 -	- F4827286	30.818,00
CP 2012047741 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003547 -	- F4827286	22.824,23
CP 2012047743 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003546 -	- F4827286	64.032,38
CP 2012048354 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003532 -	- F4827286	2.565,00
CP 2012048356 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003536 -	- F4827286	673,64
CP 2012048409 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003533 -	- F4827286	16.000,00
CP 2012048491 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003521 -	- F4827286	2.850,00
CP 2012048494 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003523 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012048663 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003500 -	- F4827286	1.443,20
CP 2012048667 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003534 -	- F4827286	1.443,20
CP 2012051004 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003571 -	- F4827286	21.998,20
CP 2012051006 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003568 -	- F4827286	20.900,00
CP 2012051022 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003577 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012051085 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003576 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012051090 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003575 -	- F4827286	2.011,15
CP 2012051096 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003573 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012051103 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003608 -	- F4827286	9.116,83
CP 2012051109 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003605 -	- F4827286	5.700,00
CP 2012051117 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003572 -	- F4827286	30.818,00
CP 2012051126 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003583 -	- F4827286	10.450,00
CP 2012051132 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003587 -	- F4827286	8.398,00
CP 2012051139 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003589 -	- F4827286	2.455,75
CP 2012051159 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003603 -	- F4827286	63.247,20
CP 2012051160 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003604 -	- F4827286	7.125,00
CP 2012051163 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003602 -	- F4827286	28.591,20
CP 2012051168 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003601 -	- F4827286	9.656,75
CP 2012051170 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003600 -	- F4827286	37.168,56
CP 2012051171 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003599 -	- F4827286	4.992,72
CP 2012051321 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003640 -	- F4827286	2.375,00
CP 2012051324 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003628 -	- F4827286	1.520,00
CP 2012051326 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003627 -	- F4827286	1.520,00
CP 2012051328 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003626 -	- F4827286	1.520,00
CP 2012051329 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003625 -	- F4827286	1.520,00

CP 2012051333 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003624 -	- F4827286	9.216,33
CP 2012051337 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003623 -	- F4827286	9.216,33
CP 2012051339 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003620 -	- F4827286	1.520,00
CP 2012051342 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003638 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012051410 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003636 -	- F4827286	20.425,00
CP 2012051416 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003635 -	- F4827286	15.675,00
CP 2012051419 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003637 -	- F4827286	42.750,00
CP 2012051932 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003649 -	- F4827286	31.127,51
CP 2012051934 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003648 -	- F4827286	9.216,33
CP 2012051939 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003652 -	- F4827286	26.600,00
CP 2012052630 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003667 -	- F4827286	20.687,10
CP 2012052637 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003666 -	- F4827286	2.375,00
CP 2012053114 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003685 -	- F4827286	12.573,91
CP 2012053119 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003684 -	- F4827286	21.998,20
CP 2012053125 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003677 -	- F4827286	1.584,00
CP 2012053136 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003679 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012053664 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003639 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012053667 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003618 -	- F4827286	4.628,90
CP 2012053668 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003619 -	- F4827286	3.588,76
CP 2012053669 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003631 -	- F4827286	2.104,93
CP 2012053670 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003632 -	- F4827286	4.419,65
CP 2012053681 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003650 -	- F4827286	2.565,00
CP 2012053685 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003659 -	- F4827286	1.519,20
CP 2012053689 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003646 -	- F4827286	3.227,81
CP 2012053718 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003610 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012053719 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003609 -	- F4827286	2.850,00
CP 2012053720 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003607 -	- F4827286	3.657,30
CP 2012053721 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003606 -	- F4827286	343,75
CP 2012053722 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003592 -	- F4827286	1.900,00
CP 2012053724 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003570 -	- F4827286	3.135,00
CP 2012053725 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003569 -	- F4827286	1.614,52
CP 2012053726 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003574 -	- F4827286	1.467,75
CP 2012053727 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003582 -	- F4827286	1.187,50
CP 2012053728 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003581 -	- F4827286	2.351,25
CP 2012053729 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003580 -	- F4827286	1.286,60
CP 2012053730 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003584 -	- F4827286	2.850,00
CP 2012053731 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003591 -	- F4827286	9.500,00

CP 2012053732 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003590 -	- F4827286	1.282,50
CP 2012053733 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003596 -	- F4827286	3.055,20
CP 2012053734 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003595 -	- F4827286	3.055,20
CP 2012053753 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003645 -	- F4827286	2.228,47
CP 2012053758 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003696 -	- F4827286	67.944,71
CP 2012053761 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003695 -	- F4827286	24.557,03
CP 2012054059 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003611 -	- F4827286	1.881,00
CP 2012054079 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003691 -	- F4827286	1.248,03
CP 2012054080 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003676 -	- F4827286	1.306,25
CP 2012054081 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003675 -	- F4827286	1.365,63
CP 2012054086 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003674 -	- F4827286	1.187,50
CP 2012054088 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003673 -	- F4827286	584,25
CP 2012054089 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003660 -	- F4827286	18.558,54
CP 2012054090 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003669 -	- F4827286	789,25
CP 2012054091 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003670 -	- F4827286	3.277,50
CP 2012054094 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003671 -	- F4827286	2.850,00
CP 2012054097 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003672 -	- F4827286	842,06
CP 2012054098 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003680 -	- F4827286	6.675,00
CP 2012054277 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003612 -	- F4827286	1.881,00
CP 2012056236 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003748 -	- F4827286	30.472,91
CP 2012056240 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003747 -	- F4827286	66.794,03
CP 2012056243 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003746 -	- F4827286	7.125,00
CP 2012056248 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003745 -	- F4827286	9.216,33
CP 2012056254 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003742 -	- F4827286	2.455,75
CP 2012056266 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003735 -	- F4827286	3.800,00
CP 2012056272 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003733 -	- F4827286	8.398,00
CP 2012056276 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003773 -	- F4827286	2.011,15
CP 2012056280 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003774 -	- F4827286	2.228,47
CP 2012056285 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003776 -	- F4827286	4.750,00
CP 2012057464 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003785 -	- F4827286	2.375,00
CP 2012057467 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003786 -	- F4827286	2.375,00
CP 2012057473 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003796 -	- F4827286	2.850,00
CP 2012057477 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003797 -	- F4827286	30.818,00
CP 2012059501 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003769 -	- F4827286	1.365,62
CP 2012059504 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003770 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012059506 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003734 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012059509 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003771 -	- F4827286	2.351,25

CP 2012059511 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003772 -	- F4827286	1.687,91
CP 2012059513 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003779 -	- F4827286	842,06
CP 2012059514 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003780 -	- F4827286	660,00
CP 2012059516 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003758 -	- F4827286	1.614,52
CP 2012059518 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003757 -	- F4827286	1.286,61
CP 2012059520 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003732 -	- F4827286	9.500,00
CP 2012059521 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003731 -	- F4827286	3.055,20
CP 2012059522 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003730 -	- F4827286	3.055,20
CP 2012059524 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003729 -	- F4827286	3.274,92
CP 2012059525 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003728 -	- F4827286	3.277,50
CP 2012059526 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003716 -	- F4827286	2.387,00
CP 2012059527 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003787 -	- F4827286	2.104,93
CP 2012059528 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003783 -	- F4827286	842,06
CP 2012059530 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003784 -	- F4827286	1.848,00
CP 2012059540 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003800 -	- F4827286	2.184,29
CP 2012059541 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003793 -	- F4827286	2.565,00
CP 2012061787 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003821 -	- F4827286	24.557,02
CP 2012061794 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003822 -	- F4827286	67.944,71
CP 2012061820 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003814 -	- F4827286	65.010,00
CP 2012062498 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003885 -	- F4827286	1.979,16
CP 2012062502 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003892 -	- F4827286	2.011,15
CP 2012062508 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003817 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012062544 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003818 -	- F4827286	15.675,00
CP 2012062545 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003819 -	- F4827286	20.425,00
CP 2012062547 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003820 -	- F4827286	42.750,00
CP 2012062551 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003886 -	- F4827286	1.744,43
CP 2012062580 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003893 -	- F4827286	2.850,00
CP 2012062586 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003895 -	- F4827286	30.818,00
CP 2012062590 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003897 -	- F4827286	42.750,00
CP 2012062591 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003898 -	- F4827286	30.472,92
CP 2012062612 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003816 -	- F4827286	2.880,08
CP 2012062614 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003815 -	- F4827286	352,64
CP 2012062616 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003813 -	- F4827286	1.100,00
CP 2012062618 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003799 -	- F4827286	718,20
CP 2012062627 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003812 -	- F4827286	1.684,12
CP 2012062641 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003899 -	- F4827286	66.794,03
CP 2012062644 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003900 -	- F4827286	10.220,82

CP 2012062648 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003838 -	- F4827286	2.455,75
CP 2012062659 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003887 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012062666 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003901 -	- F4827286	39.615,24
CP 2012062693 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003839 -	- F4827286	1.881,00
CP 2012062694 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003840 -	- F4827286	1.881,00
CP 2012062696 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003847 -	- F4827286	3.800,00
CP 2012062723 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003848 -	- F4827286	2.228,47
CP 2012062731 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003851 -	- F4827286	8.398,00
CP 2012062736 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003852 -	- F4827286	14.250,00
CP 2012062742 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003853 -	- F4827286	1.701,93
CP 2012062745 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003854 -	- F4827286	4.992,72
CP 2012062749 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003855 -	- F4827286	11.495,00
CP 2012062795 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003859 -	- F4827286	2.375,00
CP 2012062800 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003861 -	- F4827286	9.216,33
CP 2012062813 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003862 -	- F4827286	66.794,03
CP 2012062825 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003863 -	- F4827286	10.220,81
CP 2012062832 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003864 -	- F4827286	30.472,91
CP 2012062836 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003865 -	- F4827286	36.615,24
CP 2012062848 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003866 -	- F4827286	21.998,20
CP 2012062855 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003867 -	- F4827286	2.850,00
CP 2012062877 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003870 -	- F4827286	12.097,57
CP 2012062883 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003872 -	- F4827286	20.900,00
CP 2012062890 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003873 -	- F4827286	7.125,00
CP 2012062892 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003874 -	- F4827286	2.850,00
CP 2012062897 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003877 -	- F4827286	5.829,12
CP 2012062900 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003876 -	- F4827286	3.820,37
CP 2012064087 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003911 -	- F4827286	24.557,03
CP 2012064093 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003912 -	- F4827286	67.944,72
CP 2012064096 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003909 -	- F4827286	1.584,00
CP 2012064200 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003889 -	- F4827286	320,62
CP 2012064202 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003910 -	- F4827286	3.200,00
CP 2012064203 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003894 -	- F4827286	1.614,53
CP 2012064204 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003896 -	- F4827286	1.235,00
CP 2012064205 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003845 -	- F4827286	256,50
CP 2012064206 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003837 -	- F4827286	3.413,00
CP 2012064207 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003836 -	- F4827286	5.154,70
CP 2012064208 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003871 -	- F4827286	1.235,00

CP 2012064209 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003883 -	- F4827286	4.500,62
CP 2012064211 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003841 -	- F4827286	1.306,25
CP 2012064212 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003844 -	- F4827286	1.614,53
CP 2012064213 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003849 -	- F4827286	2.351,25
CP 2012064214 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003850 -	- F4827286	3.135,00
CP 2012064215 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003856 -	- F4827286	3.055,20
CP 2012064216 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003857 -	- F4827286	3.055,20
CP 2012064217 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003858 -	- F4827286	1.286,60
CP 2012064218 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003875 -	- F4827286	1.284,80
CP 2012064219 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003879 -	- F4827286	1.684,12
CP 2012064220 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003880 -	- F4827286	1.146,22
CP 2012064221 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003891 -	- F4827286	1.365,63
CP 2012064222 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003906 -	- F4827286	2.565,00
CP 2012064223 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003890 -	- F4827286	1.306,25

354 - DEMAIS PATROCÍNIOS

10.513.365,27

05478007000137 - PROMOTUR FUNDACAO DE PROMOCAO E PLANEJAMENTO DE JOINVILLE	75.000,00
CP 2012003260 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2011 - RD 1383-03,22/09/11 - F4877778	25.000,00
CP 2012045877 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1432-01,05/09/12 - F4877778	25.000,00
CP 2012062313 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1432-01,05/09/12 - F4877778	25.000,00
90740986000129 - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE IJUÍ	5.000,00
CP 2012003587 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17/20/12/11 - F4927276	2.500,00
CP 2012053953 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4927276	2.500,00
07114161000155 - ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃO E PRODUTOS CASEIROS DA SERRA CATARINENSE	10.000,00
CP 2012004149 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4913051	2.500,00
CP 2012008414 (APROPRIAÇÃO) REC 4/2011 - DD 1372-01,06/07/11 - F4913051	5.000,00
CP 2012060813 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4913051	2.500,00
08837530000109 - ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL APEPU	20.286,11
CP 2012029005 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4939156	10.186,11
CP 2012039550 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4939156	6.100,00
CP 2012058223 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4939156	4.000,00
08690108000165 - ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE NEGRA MANUEL CIRIACO DOS SANTOS	18.175,00
CP 2012026842 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4821337	9.100,00
CP 2012042759 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4821337	5.500,00
CP 2012061987 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4821337	3.575,00
09439978000129 - ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS RURAIS DE RIO VERDE	13.400,00
CP 2012046581 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4945799	13.400,00
07990149000104 - ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA QUADRA	4.000,00

CP 2012037529 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - RD 1394-01,24/11/11 - F4924652	2.400,00
CP 2012047767 (APROPRIAÇÃO) REC 004/2011 - RD 1394-01,24/11/11 - F4924652	1.600,00
06207416000161 - ASSOC PEQUENOS AGRICULTORES LINDEIROS DA USINA BARRA GRANDE	42.000,00
CP 2012011362 (APROPRIAÇÃO) REC nº 01/2011 - RD 1394-01,24/01/11 - F4837003	15.000,00
CP 2012020312 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - DD 1361-11,20/04/11 - F4837003	8.400,00
CP 2012021133 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - DD 1361-11,20/04/11 - F4837003	3.600,00
CP 2012047752 (APROPRIAÇÃO) REC nº 02/2012 - RD 1394-01,24/11/11 - F4837003	9.000,00
CP 2012059480 (APROPRIAÇÃO) REC nº 03/2012 - RD 1394-01,24/11/11 - F4837003	6.000,00
04815788000145 - ASSOCIACAO DE COOPERACAO AGRICOLA DORCELINA FOLADOR	17.560,89
CP 2012024332 (APROPRIAÇÃO) REC 01/03 - RD 1399-02,05/01/12 - F4842458	8.780,89
CP 2012051655 (APROPRIAÇÃO) REC 02/03 - RD 1399-02,05/01/12 - F4842458	5.280,00
CP 2012058221 (APROPRIAÇÃO) REC 03/03 - RD 1399-02,05/01/12 - F4842458	3.500,00
07578911000140 - ASSOCIACAO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL DA AGUA MORNA	9.161,37
CP 2012017981 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4816172	4.580,00
CP 2012053509 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4816172	2.750,00
CP 2012060643 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4816172	1.831,37
07558381000178 - ASSOCIACAO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL DO GUAJUVIRA	7.464,00
CP 2012015400 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4816164	3.734,00
CP 2012053503 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4816164	2.240,00
CP 2012060646 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4816164	1.490,00
09255568000128 - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE ARTESÃOS LTDA	15.000,00
CP 2012011275 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1394-01,24/11/11 - F4930774	7.500,00
CP 2012037282 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1394-01,24/11/11 - F4930774	4.500,00
CP 2012058229 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1394-01,24/11/11 - F4930774	3.000,00
05523031000140 - ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS ASSENTADOS DO CERRO DOS MUNHOZ E BOM SERÁ	13.000,00
CP 2012035055 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1394-01,24/11/11 - F4924636	7.800,00
CP 2012059481 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1394-01,24/11/11 - F4924636	5.200,00
91107474000192 - CAMARA DE INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS DE FARROUPILHA	8.000,00
CP 2012029003 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4661858	4.000,00
CP 2012039931 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4661858	4.000,00
05192944000121 - ACORDI - ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL DE IMBITUBA	8.000,00
CP 2012017870 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4737659	4.000,00
CP 2012039930 (APROPRIAÇÃO) REC número 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4737659	4.000,00
48728695000159 - ASSOC. NAC. DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADM. E CONTABILIDADE	45.000,00
A0F - CP 2012055951 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1429-08,16/08/12 - F4861763	22.500,00
CP 2012040933 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1429-08,16/08/12 - F4861763	22.500,00
13397366000198 - LUAN V F COM. BEBIBAS - ME	12.000,00

CP 2012028098 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4938653	6.000,00
CP 2012041279 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4938653	6.000,00
10912094000129 - COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONÔMICA SOLIDÁRIA - COOPERFLOR	4.994,80
CP 2012006980 (APROPRIAÇÃO) REC snº - DD 1398-17 20/12/11 - F4928852	2.500,00
CP 2012044205 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4928852	2.494,80
06987364000193 - CTEE CENTRO DE TREINAMENTO E ESTUDOS EM ENERGIA LTDA	14.000,00
CP 2012032784 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1420-02,31/05/12 - F4748317	7.000,00
CP 2012045439 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1420-02,31/05/12 - F4748317	7.000,00
80620859000132 - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORTIGUERENSES DE MEL - APOMEL	5.000,00
CP 2012046612 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1425-06,12/07/12 - F4913308	2.500,00
CP 2012047561 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1425-06,12/07/12 - F4913308	2.500,00
01936223000128 - SOCIEDADE RURAL GUARAPUAVA	10.500,00
CP 2012011064 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1348-25 23/12/10 - F4718360	2.500,00
CP 2012023777 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4718360	4.000,00
CP 2012051395 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4718360	4.000,00
05541554000110 - INSTITUTO MAURO GOULART	8.000,00
A0F - CP 2012055950 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4940442	4.000,00
CP 2012032785 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4940442	4.000,00
92466069000123 - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE HORTIGRANJEIROS DE SANTA ROSA	8.000,00
CP 2012013840 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4915312	4.000,00
CP 2012057918 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4915312	4.000,00
04812503000112 - TRANSMISSAO DA CIDADANIA E DO SABER - CIDADANIA E SABER	334.837,00
CP 2012000519 (APROPRIAÇÃO) REC 016/2011 - DD 1354-02,16/02/11 - F4688191	12.500,00
CP 2012002565 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - DD 1354-02,16/02/11 - F4688191	10.482,14
CP 2012003597 (APROPRIAÇÃO) REC 015/2011 - ADIANT 883 - F4688191	33.761,22
CP 2012008094 (APROPRIAÇÃO) REC 15/2012 - ADIANT 902 - F4688191	27.428,10
CP 2012008954 (APROPRIAÇÃO) OUTROS S/NUMERO - ACR 2012000228 - F4688191	15,52
CP 2012013393 (APROPRIAÇÃO) REC 16/2012 - ADIANT 920 - F4688191	26.690,47
CP 2012017053 (APROPRIAÇÃO) REC 004/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4688191	15.000,00
CP 2012020320 (APROPRIAÇÃO) REC 17/2012 - ADIANT 950 - F4688191	23.117,11
CP 2012024934 (APROPRIAÇÃO) REC 18/2012 - ADIANT 982 - F4688191	25.649,61
CP 2012031089 (APROPRIAÇÃO) REC 19/2012 - ADIANT 1014 - F4688191	21.653,12
CP 2012034476 (APROPRIAÇÃO) REC 20/2012 - ADIANT 1037 - F4688191	19.895,03
CP 2012037922 (APROPRIAÇÃO) REC 009/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4688191	15.000,00
CP 2012039892 (APROPRIAÇÃO) REC 21/2012 - ADIANT 1052 - F4688191	24.941,59
CP 2012048867 (APROPRIAÇÃO) REC 22/2012 - ADIANT 1079 - F4688191	23.212,76

CP 2012051665 (APROPRIAÇÃO) REC 23/2012 - ADIANT 1123 - F4688191	10.505,85
CP 2012051920 (APROPRIAÇÃO) REC 012/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4688191	15.000,00
CP 2012051921 (APROPRIAÇÃO) REC 013/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4688191	15.000,00
CP 2012062815 (APROPRIAÇÃO) REC 010/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4688191	15.000,00
CR. 2012000228 RECEBIMENTO REF. C.DEP 2012008094	(15,52)
09237359000151 - B2B EVENTOS LTDA	25.000,00
CP 2012035080 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1425-07,12/07/12 - F4941284	12.500,00
CP 2012039352 (APROPRIAÇÃO) REC 02/02 - RD 1425-07,12/07/12 - F4941284	12.500,00
07299551000147 - INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO ESTUDOS E CONSULTORIA	129.939,76
CP 2012002564 (APROPRIAÇÃO) REC 052/11 - DD 1356-01,02/03/11 - F4791259	12.000,00
CP 2012019142 (APROPRIAÇÃO) REC 15/2012 - RD 1414-05,13/04/12 - F4791259	35.000,00
CP 2012019822 (APROPRIAÇÃO) REC 16/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4791259	10.000,00
CP 2012025862 (APROPRIAÇÃO) REC 33/2012 - RD 1414-05,13/04/12 - F4791259	35.000,00
CP 2012032853 (APROPRIAÇÃO) REC 42/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4791259	10.000,00
CP 2012039551 (APROPRIAÇÃO) REC 53/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4791259	10.000,00
CP 2012053905 (APROPRIAÇÃO) REC 63/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4791259	10.000,00
CP 2012063863 (APROPRIAÇÃO) REC 73/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4791259	7.939,76
02551238000130 - INSTITUTO VOLUNTARIOS EM ACAO	48.900,00
CP 2012026843 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1416-04,03/05/12 - F4687010	12.225,00
CP 2012032852 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1416-04,03/05/12 - F4687010	12.225,00
CP 2012043805 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1416-04,03/05/12 - F4687010	12.225,00
CP 2012059474 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - RD 1416-04,03/05/12 - F4687010	12.225,00
10710306000195 - ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO E PRODUÇÃO AGROECOLOGICA DO ASSENTAMENTO OLGA BENARIO	17.450,00
CP 2012020310 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4935196	8.800,00
CP 2012048088 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4935196	5.200,00
CP 2012060126 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1399-02,05/01/12 - F4935196	3.450,00
09325195000114 - CENTRO DE ESTUDOS ESPIRITAS CAMINHO DA LUZ	5.000,00
CP 2012000222 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - RD 1397-15,12/12/11 - F4854619	2.500,00
CP 2012048089 (APROPRIAÇÃO) REC 002 - RD 1397-15,12/12/11 - F4854619	2.500,00
09454046000155 - OBA! - ORGANIZAÇÃO BEM-ANIMAL	5.000,00
CP 2012000227 (APROPRIAÇÃO) REC 001:27/12/2011 - RD 1397-15,12/12/11 - F4896108	2.500,00
CP 2012048094 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1397-15,12/12/11 - F4896108	2.500,00
78302650000189 - LAR INFANTIL MARÍLIA BARBOSA	8.500,00
CP 2012001807 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1397,12/12/11 - F4926195	2.500,00
CP 2012010668 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4926195	1.750,00
CP 2012059711 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4926195	1.750,00
CP 2012060649 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1397-15,12/12/11 - F4926195	2.500,00

83932608000181 - ASSOCIAÇÃO EVANGELICA BENEFICENTE DE ASSISTENCIAL SOCIAL	5.000,00
CP 2012000221 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - RD 1397-15,12/12/11 - F4925171	2.500,00
CP 2012061341 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1397-15,12/12/11 - F4925171	2.500,00
13435053000187 - ROTARY CLUB CAMPOS NOVOS CENTRO	3.914,10
CP 2012002897 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1397-15,21/12/11 - F4926822	2.204,00
CP 2012062810 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1397-15,12/12/11 - F4926822	1.710,10
10618455000129 - ASSOCIAÇÃO LAR MATERNAL BOM PASTOR	5.000,00
CP 2012004489 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2011 - RD 1397-15,12/12/11 - F4927789	2.500,00
CP 2012062812 (APROPRIAÇÃO) REC 242/2012 - RD 1397-15,12/12/11 - F4927789	2.500,00
10927561000194 - INSTITUTO DE PESQUISAS E APLICAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL	4.869,00
CP 2012010679 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1397-15,12/12/11 - F4930518	2.434,50
CP 2012063914 (APROPRIAÇÃO) REC 2/20102 - RD 1397-15,12/12/11 - F4930518	2.434,50
80629694000160 - ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO DOS ESPORTES	500,00
CP 2012063046 (APROPRIAÇÃO) REC 002 - RD 1422-13,21/06/12 - F4942604	500,00
83159699000164 - ASSOCIAÇÃO DOS ARTE EDUCADORES DE SANTA CATARINA	10.000,00
A0F - CP 2012055078 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1425-06,12/07/12 - F4818433	5.000,00
CP 2012035075 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1425-06,12/07/12 - F4818433	5.000,00
76861228000138 - GRUPO INTEGRADO OBRAS SOCIAIS	20.000,01
CP 2012017993 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932895	6.666,67
CP 2012024859 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932895	6.666,67
CP 2012039945 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932895	6.666,67
01552704000130 - COLEGIO ILHEU LTDA - ME	112.000,00
CP 2012001798 (APROPRIAÇÃO) REC 005/2011 - DD 1354-02,16/02/11 - F4774742	12.000,00
CP 2012019645 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1410-10,15/03/12 - F4774742	25.000,00
CP 2012039989 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1410-10,15/03/12 - F4774742	25.000,00
CP 2012042354 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1410-10,15/03/12 - F4774742	25.000,00
CP 2012063147 (APROPRIAÇÃO) REC 004/2012 - RD 1410-10,15/03/12 - F4774742	25.000,00
05530281000108 - INSTITUTO LUTHER KING - ENSINO, PESQUISA E AÇÃO AFIRMATIVA	40.000,00
CP 2012017975 (APROPRIAÇÃO) REC 0001 - RD 1412-05,22/03/12 - F4933918	10.000,00
CP 2012026846 (APROPRIAÇÃO) REC 0002 - RD 1412-05,22/03/12 - F4933918	10.000,00
CP 2012039553 (APROPRIAÇÃO) REC 0003 - RD 1412-05,22/03/12 - F4933918	10.000,00
CP 2012061340 (APROPRIAÇÃO) REC 0004 - RD 1412-05,22/03/12 - F4933918	10.000,00
10789732000166 - INSTITUTO EDUCAÇÃO JOVEM POPULAR	77.500,00
CP 2012006929 (APROPRIAÇÃO) REC 3/3 - DD 1357-11,14/03/11 - F4852754	37.500,00
CP 2012024290 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4852754	10.000,00
CP 2012040626 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4852754	10.000,00
CP 2012053512 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4852754	10.000,00

CP 2012061352 (APROPRIAÇÃO) REC 004/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4852754	10.000,00
06163451000126 - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ	20.000,01
CP 2012023790 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4936847	6.666,67
CP 2012041239 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4936847	6.666,67
CP 2012061344 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4936847	6.666,67
05150631000100 - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA A EDUCAÇÃO POPULAR	40.000,00
CP 2012016420 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4855203	10.000,00
CP 2012025718 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4855203	10.000,00
CP 2012042757 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4855203	10.000,00
CP 2012061983 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4855203	10.000,00
07965008000131 - ASSOCIAÇÃO DE MARICULTORES E PESCADORES PROFISSIONAIS DO SUL DA ILHA	20.000,01
CP 2012010664 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930427	6.666,67
CP 2012042755 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930427	6.666,67
CP 2012061989 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930427	6.666,67
00783143000117 - FUNDAÇÃO PADRE LUIZ FACCHINI PRO SOLIDARIEDADE E VIDA	30.000,00
CP 2012013377 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4747187	10.000,00
CP 2012043731 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4747187	10.000,00
CP 2012061985 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4747187	10.000,00
05342327000165 - COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA DE SANTA CATARINA	20.000,01
CP 2012012622 (APROPRIAÇÃO) REC 0001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4862183	6.666,67
CP 2012022620 (APROPRIAÇÃO) REC 0002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4862183	6.666,67
CP 2012043797 (APROPRIAÇÃO) REC 0003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4862183	6.666,67
83720631000102 - CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUM	19.550,01
CP 2012010667 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930435	6.666,67
CP 2012044692 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930435	6.666,67
CP 2012059473 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930435	6.216,67
01875031000159 - CONSELHO ESC DA ESC.MUNIC.DE 1 GRAU INCOMP.COSTA DO IPIRANGA	15.000,00
CP 2012017401 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4723335	5.000,00
CP 2012037919 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4723335	5.000,00
CP 2012044878 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4723335	5.000,00
05468868000134 - CENTRO ESPORTIVO PARA PESSOAS ESPECIAIS	9.995,50
CP 2012015399 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932829	3.333,33
CP 2012045876 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932829	3.333,33
CP 2012059689 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932829	3.328,84
10505554000102 - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	24.999,00
CP 2012010676 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930500	8.333,00
CP 2012046350 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930500	8.333,00

CP 2012060715 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930500	8.333,00
01885077000159 - CARITAS ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA	31.666,66
CP 2012001800 (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1352-07,28/01/11 - F4900149	6.666,67
CP 2012014173 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4900149	8.333,33
CP 2012046348 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4900149	8.333,33
CP 2012061339 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4900149	8.333,33
75637256001509 - ASSOCIAÇÃO ANTONIO E MARCOS CAVANIS	27.999,99
CP 2012012617 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4858629	9.333,33
CP 2012046347 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4858629	9.333,33
CP 2012060086 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4858629	9.333,33
02573208000125 - CENTRO CULT. ESCRAVA ANASTACIA DA CAP N SRA DO MONT SERRAT	30.000,00
CP 2012014552 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4827137	10.000,00
CP 2012048888 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4827137	10.000,00
CP 2012059692 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4827137	10.000,00
81909889000126 - ASSOCIACAO CULTURAL DE NEGRITUDE E ACAO POPULAR	40.000,00
CP 2012017976 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4734027	10.000,00
CP 2012033248 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1412-05,22/03/12 - F4734027	10.000,00
CP 2012048342 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1412-5,22/03/12 - F4734027	10.000,00
CP 2012061990 (APROPRIAÇÃO) REC 004/2012 - RD 1412-5,22/03/12 - F4734027	10.000,00
95685558000164 - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA	20.000,00
CP 2012012620 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931433	6.666,67
CP 2012027030 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931433	6.666,67
CP 2012051657 (APROPRIAÇÃO) REC 03 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931433	6.666,66
83936617000140 - ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE FLORIANÓPOLIS	5.000,00
CP 2012008454 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4794089	2.500,00
CP 2012053506 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4794089	2.500,00
83009720000145 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE XANXERÊ	15.000,00
CP 2012010673 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4770980	5.000,00
CP 2012019284 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4770980	5.000,00
CP 2012057291 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4770980	5.000,00
02062140000110 - ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE FIGUEIRA	20.000,01
CP 2012010665 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4900131	6.666,67
CP 2012030415 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4900131	6.666,67
CP 2012059472 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4900131	6.666,67
03356912000199 - UBIRATAN ESPORTE CLUBE	24.999,99
CP 2012014550 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932499	8.333,33
CP 2012033249 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932499	8.333,33

CP 2012060094 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932499	8.333,33
78119328000119 - SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE LARANJEIRAS DO SUL	30.000,00
CP 2012011273 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4894756	10.000,00
CP 2012034515 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4894756	10.000,00
CP 2012060121 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4894756	10.000,00
92913896000118 - CONSEPRO LIVRAMENTO	15.000,00
CP 2012024856 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4877835	5.000,00
CP 2012036050 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4877835	5.000,00
CP 2012060097 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4877835	5.000,00
04682569000135 - INSTITUTO AMBIENTAL ECOSUL	19.471,05
CP 2012013835 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932043	6.666,67
CP 2012036780 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932043	6.666,67
CP 2012061347 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932043	6.137,71
04649691000100 - LIONS CLUBE CURITIBA BATEL	24.999,99
CP 2012010683 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930493	8.333,33
CP 2012025439 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930493	8.333,33
CP 2012062817 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2013 - RD 1401-04,20/01/12 - F4930493	8.333,33
10929178000175 - CASA DE CULTURA DONA ZICA	24.999,66
CP 2012017978 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933843	8.333,33
CP 2012036397 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933843	8.333,33
CP 2012061349 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933843	8.333,00
76276500000112 - ASSOCIACAO JOÃO PAULO II	20.000,01
CP 2012008453 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4603199	6.666,67
CP 2012028565 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4603199	6.666,67
CP 2012061992 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4603199	6.666,67
82509290000168 - CLUBE DE REGATAS ALDO LUZ	22.110,01
CP 2012014172 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4913077	6.666,67
CP 2012034516 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4913077	6.666,67
CP 2012043807 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1431-04,30/08/12 - F4913077	1.055,00
CP 2012048373 (APROPRIAÇÃO) REC 004/2012 - RD 1431-04,30/08/12 - F4913077	1.055,00
CP 2012061993 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4913077	6.666,67
05051898000140 - ASSOCIACAO CULTURAL DE HIP HOP DE LAGUNA - ACH2L	6.666,66
CP 2012061994 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1352-07,28/01/11 - F4727395	6.666,66
03476141000173 - INSTITUTO CULTURAL ARTE BRASIL	24.999,99
CP 2012014171 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4883436	8.333,33
CP 2012027537 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4883436	8.333,33
CP 2012061995 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4883436	8.333,33

90259938000113 - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA CRUZ DE MALTA	15.000,00
CP 2012013380 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931805	5.000,00
CP 2012034514 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931805	5.000,00
CP 2012062808 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931805	5.000,00
92914522000117 - ASSOCIAÇÃO SANTANENSE OVINO & VINHO	10.000,00
CP 2012001835 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4817097	5.000,00
CP 2012038828 (APROPRIAÇÃO) REC 02/12 - RD 1398-17,20/12/11 - F4817097	5.000,00
15187190000175 - MEDEIROS MUSICAL LTDA ME	54.000,00
CP 2012020712 (APROPRIAÇÃO) REC 1/6 - RD 1414-03,13/04/12 - F4935394	30.000,00
CP 2012032783 (APROPRIAÇÃO) REC 2/6 - RD 1414-03,13/04/12 - F4935394	6.000,00
CP 2012038811 (APROPRIAÇÃO) REC 3/6 - RD 1414-03,13/04/12 - F4935394	6.000,00
CP 2012048350 (APROPRIAÇÃO) REC 4/6 - RD 1414-03,13/04/12 - F4935394	6.000,00
CP 2012057914 (APROPRIAÇÃO) REC 5/6 - RD 1414-03,13/04/12 - F4935394	6.000,00
09143100000141 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL BAICU DE ALGUEM	5.000,00
CP 2012039535 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1424-02,05/07/12 - F4943298	5.000,00
04858313000136 - ASSOCIACAO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE ITAPIRANGA	28.000,00
AOF - CP 2012055072 (APROPRIAÇÃO) REC 018/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4769454	4.000,00
CP 2012005186 (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1352-08 28/01/11 - F4769454	20.000,00
CP 2012039357 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4769454	4.000,00
05497902000107 - ONG POLÍTICAS PÚBLICAS OUTRO MUNDO É POSSÍVEL	6.000,00
CP 2012006954 (APROPRIAÇÃO) REC 151/2012 - DD 1398-17 20/12/11 - F4828581	3.000,00
CP 2012039934 (APROPRIAÇÃO) REC 159/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4828581	3.000,00
08401497000161 - ESFERA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	8.000,00
CP 2012040455 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1429-08,16/08/12 - F4943991	4.000,00
CP 2012048374 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1429-08,16/08/12 - F4943991	4.000,00
85280543000162 - NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS	7.500,00
CP 2012040934 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1382-09,15/09/11 - F4918374	7.500,00
60563731001068 - CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES - CUT	5.000,00
CP 2012041768 (APROPRIAÇÃO) REC 001/12 - RD 1264-01,26/01/09 - F4736122	5.000,00
87433280000100 - FUNDAÇÃO CULTURAL GAUCHA - MTG	35.000,00
AOF - CP 2012055071 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1429-07,16/08/12 - F4855112	17.500,00
CP 2012041906 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1429-07,16/08/12 - F4855112	17.500,00
00960677000171 - GRUPO DE TRABALHO COMUNITARIO CATARINENSE	42.666,67
CP 2012000787 (APROPRIAÇÃO) REC 0003/2011 - DD 1352-07,28/01/11 - F4719821	6.666,67
CP 2012042748 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1431-04,30/08/12 - F4719821	1.000,00
CP 2012044881 (APROPRIAÇÃO) REC nº 01/2012 - RD 1399-01,05/01/12 - F4719821	15.000,00
CP 2012051582 (APROPRIAÇÃO) REC nº 02/2012 - RD 1399-01,05/01/12 - F4719821	10.000,00

CP 2012058224 (APROPRIAÇÃO) REC nº 03/2012 - RD 1399-01,05/01/12 - F4719821	10.000,00
88606249000196 - C.T.G. SENTINELAS DA CASCATA	5.000,00
CP 2012029004 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4831881	2.500,00
CP 2012043255 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4831881	2.500,00
82512328000151 - ACAO SOCIAL PAROQUIAL DE TRINDADE	5.000,00
CP 2012045255 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4721975	2.500,00
CP 2012045256 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4721975	2.500,00
11377988000129 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA LIVRE	15.000,00
CP 2012022789 (APROPRIAÇÃO) REC 002/12 - RD 1413-18,30/03/12 - F4935584	5.000,00
CP 2012022791 (APROPRIAÇÃO) REC 001/12 - RD 1413-18,30/03/12 - F4935584	5.000,00
CP 2012045881 (APROPRIAÇÃO) REC 005/2012 - RD 1420-02,31/05/12 - F4935584	5.000,00
85411221000105 - GRUPO DE ARTE E CULTURA ILHA XUCRA	2.000,00
CP 2012045879 (APROPRIAÇÃO) REC 035/2012 - RD 1434-03,20/09/12 - F4707503	2.000,00
07511835000155 - CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EPCT-CONIF	60.000,00
CP 2012028099 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1417-06,11/05/12 - F4938645	30.000,00
CP 2012046339 (APROPRIAÇÃO) REC 008/2012 - RD 1417-06,11/05/12 - F4938645	30.000,00
81578361000111 - CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SELA DE PRATA	15.000,00
CP 2012019141 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4794203	7.500,00
CP 2012046611 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4794203	7.500,00
09620484000146 - AGAPES BUFFET E EVENTOS	3.500,00
CP 2012048062 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1391-01,10/11/12 - F4882165	3.500,00
07542338000114 - ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA SANTANENSE	12.500,00
CP 2012003253 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854429	6.250,00
CP 2012048363 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854429	6.250,00
92903392000117 - ASSOC.DEFESA VIDA NATUREZA VALE RIO URUGUAI	53.625,00
CP 2012017980 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - DD 1361-11,20/04/11 - F5433454	8.400,00
CP 2012017988 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - DD 1361-11,20/04/11 - F5433454	3.600,00
CP 2012019628 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1414-05,13/04/12 - F5433454	24.975,00
CP 2012048348 (APROPRIAÇÃO) REC nº 02/2012 - RD 1414-05,13/04/12 - F5433454	8.325,00
CP 2012058873 (APROPRIAÇÃO) REC nº 03/2012 - RD 1414-05,13/04/12 - F5433454	8.325,00
11573354000141 - ASSOCIACAO CULTURAL RENOVANDO A TRADICAO S.A.	2.500,00
CP 2012051662 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1363-02,12/05/11 - F4872653	2.500,00
87971685000100 - COOPERATIVA DOS ARTESÃO DO RIO GRANDE DO SUL LTDA	5.000,00
CP 2012002895 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926757	2.500,00
CP 2012051973 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926757	2.500,00
83566299000173 - FUNDACAO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO-ECONOMICOS - FEPESE	2.500,00
A0F - CP 2012055073 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1361-10,20/04/11 - F4514883	2.500,00

81347882000168 - ASSOCIACAO CATARINENSE DE IMPRENSA	10.000,00
CP 2012006855 (APROPRIACÃO) REC 100/2012 - DD 1403-07 02/02/12 - F4747179	2.500,00
CP 2012017710 (APROPRIACÃO) REC 101/2012 - DD 1403-07 02/02/12 - F4747179	2.500,00
CP 2012058772 (APROPRIACÃO) REC 01/2012 - RD 1434-03,20/09/12 - F4747179	2.500,00
CP 2012058775 (APROPRIACÃO) REC 02/2012 - RD 1434-03,20/09/12 - F4747179	2.500,00
02664671000182 - ASSOCIAÇÃO DA BANDA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA	8.000,00
CP 2012036806 (APROPRIACÃO) REC 01 - DD 1398-17 20/12/11 - F4941292	4.000,00
CP 2012059322 (APROPRIACÃO) REC 02 - RD 1398-17,20/12/11 - F4941292	4.000,00
84377027000198 - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA LINHA SOLEDADE	8.000,00
CP 2012004332 (APROPRIACÃO) REC 001/2011 - RD 1398-17,20/12/11 - F4927705	4.000,00
CP 2012059327 (APROPRIACÃO) REC 002/2011 - RD 1398-17,20/12/11 - F4927705	4.000,00
13001798000138 - ASSOCIAÇÃO CENTRAL DE DESENVOLVIMENTO DAS MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DE GUARACIABA - SC	5.000,00
CP 2012017712 (APROPRIACÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4905272	2.500,00
CP 2012061232 (APROPRIACÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4905272	2.500,00
00389182931 - REGINALDO ANTONIO MARQUES DOS SANTOS	8.000,00
CP 2012001829 (APROPRIACÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926286	4.000,00
CP 2012062315 (APROPRIACÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926286	4.000,00
75550178000105 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSOR JOSÉ BRASILÍCIO	7.000,00
CP 2012010115 (APROPRIACÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4930253	3.500,00
CP 2012063602 (APROPRIACÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4930253	3.500,00
00074312000140 - FUNDACAO CULTURAL DE CRICIUMA	3.000,00
CP 2012064089 (APROPRIACÃO) REC 003/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4721610	3.000,00
82664152000153 - BELA VISTA COUNTRY CLUB	10.000,00
CP 2012019627 (APROPRIACÃO) REC 01/2012 - RD 1414-03,13/04/12 - F4855261	5.000,00
CP 2012038829 (APROPRIACÃO) REC 002/2012 - RD 1414-03,13/04/12 - F4855261	5.000,00
00606266909 - BRUNO FONTES FERREIRA DA SILVA	70.000,00
CP 2012004331 (APROPRIACÃO) REC 01/2012 - RD 1398-15,20/12/11 - F4750643	8.750,00
CP 2012009316 (APROPRIACÃO) REC 02/2012 - RD 1398-15,20/12/11 - F4750643	8.750,00
CP 2012015387 (APROPRIACÃO) REC 03/2012 - RD 1398-15,20/12/11 - F4750643	8.750,00
CP 2012020223 (APROPRIACÃO) REC 04/2012 - RD 1398-15,20/12/11 - F4750643	8.750,00
CP 2012026747 (APROPRIACÃO) REC 05/2012 - RD 1398-15,20/12/11 - F4750643	8.750,00
CP 2012032781 (APROPRIACÃO) REC 06/2012 - RD 1398-15,20/12/11 - F4750643	8.750,00
CP 2012038820 (APROPRIACÃO) REC 07/12 - RD 1398-15,20/12/11 - F4750643	8.750,00
CP 2012042492 (APROPRIACÃO) REC 08/2012 - RD 1398-15,20/12/11 - F4750643	8.750,00
06708125951 - GUILHERME JOSÉ MANTOVANI FONTANELLA	6.900,00
CP 2012001117 (APROPRIACÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4925874	1.150,00

CP 2012006955 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - DD 1398-17 20/12/11 - F4925874	1.150,00
CP 2012021458 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4925874	1.150,00
CP 2012033204 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4925874	1.150,00
CP 2012038818 (APROPRIAÇÃO) REC 5/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4925874	1.150,00
CP 2012063600 (APROPRIAÇÃO) REC 6/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4925874	1.150,00
77910230000112 - AVAI FUTEBOL CLUBE	3.280.000,00
CP 2012000470 (APROPRIAÇÃO) REC 017 - DD 1332-08,04/08/11 - F4880523	220.000,00
CP 2012007888 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
CP 2012010262 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
CP 2012016643 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
CP 2012026159 (APROPRIAÇÃO) REC 004/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
CP 2012029088 (APROPRIAÇÃO) REC 005/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
CP 2012033914 (APROPRIAÇÃO) REC 006/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
CP 2012039611 (APROPRIAÇÃO) REC 007/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
CP 2012042862 (APROPRIAÇÃO) REC 008/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
CP 2012048986 (APROPRIAÇÃO) REC 009/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
CP 2012056282 (APROPRIAÇÃO) REC 010/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
CP 2012062302 (APROPRIAÇÃO) REC 011/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
CP 2012064039 (APROPRIAÇÃO) REC 012/2012 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880523	255.000,00
83930131000103 - FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE	3.060.000,00
A0F - CP 2012054875 (APROPRIAÇÃO) REC 10/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
CP 2012008106 (APROPRIAÇÃO) REC 01/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
CP 2012011910 (APROPRIAÇÃO) REC 02/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
CP 2012016638 (APROPRIAÇÃO) REC 03/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
CP 2012023242 (APROPRIAÇÃO) REC 04/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
CP 2012027576 (APROPRIAÇÃO) REC 05/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
CP 2012033912 (APROPRIAÇÃO) REC 06/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
CP 2012039480 (APROPRIAÇÃO) REC 07/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
CP 2012042858 (APROPRIAÇÃO) REC 08/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
CP 2012048984 (APROPRIAÇÃO) REC 09/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
CP 2012060108 (APROPRIAÇÃO) REC 11/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
CP 2012064031 (APROPRIAÇÃO) REC 12/12 - RD 1393-08,18/11/11 - F4880515	255.000,00
06875868954 - MARIA VITORIA DAVID LUDWIG	10.000,00
A0F - CP 2012054761 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - RD 1408-11,07/03/12 - F4933083	2.000,00
CP 2012017192 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1408-11,07/03/12 - F4933083	2.000,00
CP 2012026168 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1408-11,07/03/12 - F4933083	2.000,00
CP 2012040218 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1408-11,07/03/12 - F4933083	2.000,00

CP 2012060816 (APROPRIAÇÃO) REC 05/2012 - RD 1408-11,07/03/12 - F4933083	2.000,00
88123765000160 - E.C. 14 DE JULHO	25.000,00
CP 2012016136 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1394-06,24/11/11 - F4923258	5.000,00
CP 2012024339 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1394-06,24/11/11 - F4923258	5.000,00
CP 2012029000 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1394-06,24/11/11 - F4923258	5.000,00
CP 2012039704 (APROPRIAÇÃO) REC 05/2012 - RD 1394-06,24/11/11 - F4923258	5.000,00
CP 2012064263 (APROPRIAÇÃO) REC 2012 - RD 1394-06,24/11/11 - F4923258	5.000,00
03099817945 - MARCOS FERNANDO DA CRUZ	15.992,67
CP 2012000214 (APROPRIAÇÃO) REC 11 - DD 1348-25,23/12/10 - F4854122	1.000,00
CP 2012001116 (APROPRIAÇÃO) REC 12 - DD 1348-25,23/12/10 - F4854122	1.000,00
CP 2012003591 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,00
CP 2012006665 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,00
CP 2012011917 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,00
CP 2012017711 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,00
CP 2012022786 (APROPRIAÇÃO) REC 05/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,00
CP 2012029554 (APROPRIAÇÃO) REC 06/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,00
CP 2012034513 (APROPRIAÇÃO) REC 07/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,00
CP 2012039359 (APROPRIAÇÃO) REC 08/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,00
CP 2012047587 (APROPRIAÇÃO) REC 09/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,67
CP 2012051972 (APROPRIAÇÃO) REC 10/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,00
CP 2012056620 (APROPRIAÇÃO) REC 11/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,00
CP 2012063603 (APROPRIAÇÃO) REC 12/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854122	1.166,00
01351734000188 - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PESQUISA DE TECNOLOGIA APLICADA	4.000,00
CP 2012042698 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1429-06,16/08/12 - F4853447	2.000,00
CP 2012051661 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1429-06,16/08/12 - F4853447	2.000,00
08732282000123 - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL CONGONHAS	15.000,00
CP 2012041916 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1428-02,09/08/12 - F4944410	5.000,00
CP 2012052162 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1428-02,09/08/12 - F4944410	5.000,00
CP 2012063607 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1428-02,09/08/12 - F4944410	5.000,00
00632629088 - BERNARDO ANDRE SADA KOLLER	7.000,00
CP 2012004148 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4873130	1.000,00
CP 2012008115 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4873130	1.000,00
CP 2012019140 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4873130	1.000,00
CP 2012032787 (APROPRIAÇÃO) REC 004/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4873130	1.000,00
CP 2012035079 (APROPRIAÇÃO) REC 005/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4873130	1.000,00
CP 2012042493 (APROPRIAÇÃO) REC 006/2012 - RD 1398-17 - F4873130	1.000,00
CP 2012057471 (APROPRIAÇÃO) REC 007/2012 - RD 1398-17 - F4873130	1.000,00

09878412970 - DANIELA HIKARI YANO	7.000,00
CP 2012003258 (APROPRIAÇÃO) REC 01-2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926880	1.000,00
CP 2012008114 (APROPRIAÇÃO) REC 02-2012 - DD 1398-17 20/12/11 - F4926880	1.000,00
CP 2012020226 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - DD 1398-17 20/12/11 - F4926880	1.000,00
CP 2012028269 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - DD 1398-17 20/12/11 - F4926880	1.000,00
CP 2012036556 (APROPRIAÇÃO) REC 05/2012 - DD 1398-17 20/12/11 - F4926880	1.000,00
CP 2012043251 (APROPRIAÇÃO) REC 06/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926880	1.000,00
CP 2012050462 (APROPRIAÇÃO) REC 07/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926880	1.000,00
08766329000170 - ESPORTE CLUBE BIGUAÇU	20.000,00
CP 2012035078 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1423-01,28/06/12 - F4917342	10.000,00
CP 2012043250 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1423-01,28/06/12 - F4917342	5.000,00
CP 2012050987 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1423-01,28/06/12 - F4917342	5.000,00
00661757000126 - CPM-ESCOLA MINICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SANTA CRUZ	1.187,00
CP 2012036027 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - DD 1425-09 12/07/12 - F4738467	593,50
CP 2012043799 (APROPRIAÇÃO) REC 02/12 - RD 1425-09,12/07/12 - F4738467	593,50
05695237963 - ANA CLÁUDIA MARIA DE JESUS	6.500,00
CP 2012000217 (APROPRIAÇÃO) REC 12/12 - DD 1348-25 23/12/10 - F4789220	500,00
CP 2012000218 (APROPRIAÇÃO) REC 11/2011 - DD 1348-25 23/12/10 - F4789220	500,00
CP 2012005554 (APROPRIAÇÃO) REC 01/12 - DD 1402-01 26/01/12 - F4789220	500,00
CP 2012008119 (APROPRIAÇÃO) REC 02/12 - DD 1402-01 26/01/12 - F4789220	500,00
CP 2012014469 (APROPRIAÇÃO) REC nº 03/12 - DD 1402-01 26/01/12 - F4789220	500,00
CP 2012021853 (APROPRIAÇÃO) REC nº 04/12 - DD 1402-01 26/01/12 - F4789220	500,00
CP 2012037492 (APROPRIAÇÃO) REC nº 06/12 - DD 1402-01 26/01/12 - F4789220	500,00
CP 2012037493 (APROPRIAÇÃO) REC nº 07/12 - DD 1402-01 26/01/12 - F4789220	500,00
CP 2012037494 (APROPRIAÇÃO) REC nº 05/12 - DD 1402-01 26/01/12 - F4789220	500,00
CP 2012043800 (APROPRIAÇÃO) REC nº 09/12 - RD 1402-01,26/01/12 - F4789220	500,00
CP 2012043803 (APROPRIAÇÃO) REC nº 08/12 - RD 1402-01,26/01/12 - F4789220	500,00
CP 2012049238 (APROPRIAÇÃO) REC nº 10/12 - RD 1402-01,26/01/12 - F4789220	500,00
CP 2012056619 (APROPRIAÇÃO) REC nº 11/12 - RD 1402-01,26/01/12 - F4789220	500,00
04940781000155 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISU	5.000,00
CP 2012046341 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1348-25,23/12/10 - F4783769	5.000,00
02302894014 - DIOGO MELLO DA ROSA	6.000,00
CP 2012010119 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4876895	1.000,00
CP 2012010120 (APROPRIAÇÃO) REC 6/2011 - DD 1352-08,28/01/11 - F4876895	1.000,00
CP 2012020227 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4876895	1.000,00
CP 2012032788 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4876895	1.000,00
CP 2012046614 (APROPRIAÇÃO) REC 4/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4876895	1.000,00

CP 2012060814 (APROPRIAÇÃO) REC 5/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4876895	1.000,00
07577224901 - LAIS REGINA PADILHA GODINHO	3.000,00
CP 2012013849 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4931681	1.000,00
CP 2012029002 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4931681	1.000,00
CP 2012046615 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4931681	1.000,00
10370353000137 - FLORIPA ISTEPÔS	8.000,00
CP 2012002892 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4858934	4.000,00
CP 2012032650 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4858934	1.000,00
CP 2012036395 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4858934	1.000,00
CP 2012048065 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4858934	1.000,00
CP 2012063605 (APROPRIAÇÃO) REC 05/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4858934	1.000,00
04822583902 - RODRIGO BALTAZAR	7.000,00
CP 2012004758 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4853752	1.000,00
CP 2012011060 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4853752	1.000,00
CP 2012017759 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4853752	1.000,00
CP 2012021851 (APROPRIAÇÃO) REC 4/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4853752	1.000,00
CP 2012048629 (APROPRIAÇÃO) REC 5/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4853752	1.000,00
CP 2012048726 (APROPRIAÇÃO) REC 6/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4853752	1.000,00
CP 2012056617 (APROPRIAÇÃO) REC 7/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4853752	1.000,00
85527491904 - VINICIUS PACHECO TYSKI	4.000,00
CP 2012002277 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17-20/12/11 - F4926426	1.000,00
CP 2012031774 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17-20/12/11 - F4926426	1.000,00
CP 2012049237 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926426	1.000,00
CP 2012064092 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926426	1.000,00
09613590000100 - CLUBE DE ORIENTAÇÃO VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA	5.000,00
CP 2012002890 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926731	2.500,00
CP 2012057719 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926731	2.500,00
83930545000124 - ASSOCIACAO CLUBE DOZE DE AGOSTO	15.000,00
CP 2012012976 (APROPRIAÇÃO) REC 063/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4807189	7.500,00
CP 2012060815 (APROPRIAÇÃO) REC 114/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4807189	7.500,00
01918983000102 - FRATERNIDADE CRISTÃ DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE XANXERÊ	12.333,33
CP 2012002562 (APROPRIAÇÃO) REC 03-2011 - DD 1352-07,28/01/11 - F4846484	3.333,33
CP 2012003252 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17 - F4846484	4.500,00
CP 2012063862 (APROPRIAÇÃO) REC nº 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4846484	4.500,00
03052493000100 - CLUBE DE ORIENTAÇÃO DA FRONTEIRA	5.000,00
CP 2012028270 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4875714	2.500,00
CP 2012063824 (APROPRIAÇÃO) REC nº 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4875714	2.500,00

09549584000123 - ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA AMIGOS DO BASQUETE	5.000,00
CP 2012022788 (APROPRIAÇÃO) REC nº 01/02 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854560	2.500,00
CP 2012063826 (APROPRIAÇÃO) REC nº 02/02 - RD 1398-17,20/12/11 - F4854560	2.500,00
80674682000157 - CLUBE NAUTICO FRANCISCO MARTINELLI	25.000,00
CP 2012002563 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2011 - DD 1374-09,20/07/11 - F4743383	5.000,00
CP 2012023793 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1413-01,30/03/12 - F4743383	5.000,00
CP 2012032851 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1413-01,30/03/12 - F4743383	5.000,00
CP 2012039547 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1413-01,30/03/12 - F4743383	5.000,00
CP 2012061351 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - RD 1413-01,30/03/12 - F4743383	5.000,00
03777341000166 - SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA	21.870,00
CP 2012041201 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - DD 1327-03,30/06/12 - F4717833	3.990,00
CP 2012049049 (APROPRIAÇÃO) REC 05/2012 - DD 1327-03,30/06/12 - F4717833	3.990,00
CP 2012057878 (APROPRIAÇÃO) REC 06/2012 - RPRE 0035,27/03/2012 - F4717833	3.990,00
CP 2012063319 (APROPRIAÇÃO) REC 07/2012 - RPRE 0035,27/03/2012 - F4717833	3.990,00
CP 2012063345 (APROPRIAÇÃO) REC 08/2012 - RPRE 0035,27/03/2012 - F4717833	2.930,00
CP 2012064072 (APROPRIAÇÃO) REC 09/2012 - RPRE 0035,27/03/2012 - F4717833	2.980,00
82899980000170 - CLUBE NÁUTICO RIACHEULO	20.000,00
CP 2012017986 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1413-01,30/03/12 - F4913085	5.000,00
CP 2012031420 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1413-01,30/03/12 - F4913085	5.000,00
CP 2012048889 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1413-01,30/03/12 - F4913085	5.000,00
CP 2012060647 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - RD 1413-01,30/03/12 - F4913085	5.000,00
03890874000150 - CONSELHO COMUNITÁRIO DE SANTO ÂNGELO	20.000,01
CP 2012012616 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931409	6.666,67
CP 2012039548 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931409	6.666,67
CP 2012061342 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931409	6.666,67
16630030000545 - DESAFIO JOVEM PENIEL	20.000,01
CP 2012017983 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933950	6.666,67
CP 2012039555 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933950	6.666,67
CP 2012060639 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933950	6.666,67
07494190000190 - FUNDAÇÃO CENTRO DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DE BIGUAÇU	15.000,00
CP 2012016126 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933091	5.000,00
CP 2012044876 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933091	5.000,00
CP 2012061988 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933091	5.000,00
07110404000187 - PROJETO MUTIRÃO PROFETA ELIAS	19.999,67
CP 2012014555 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4901832	6.666,67
CP 2012047041 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4901832	6.666,67
CP 2012060648 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4901832	6.666,33

05696790000105 - ASSOCIAÇÃO DOS PECUARISTAS AGRICULTORES FAMILIARES DE ALEGRETE	15.000,00
CP 2012020761 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4935378	5.000,00
CP 2012051970 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4935378	5.000,00
CP 2012061997 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4935378	5.000,00
07571205000176 - INSTITUTO LAGOA SOCIAL	143.000,00
A0F - CP 2012055579 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1435-10,27/09/12 - F4876762	28.600,00
A0F - CP 2012055580 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1435-10,27/09/12 - F4876762	28.600,00
CP 2012052821 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1435-10,27/09/12 - F4876762	28.600,00
CP 2012057724 (APROPRIAÇÃO) REC 004/2012 - RD 1435-10,27/09/12 - F4876762	28.600,00
CP 2012061819 (APROPRIAÇÃO) REC 005/2012 - RD 1435-10,27/09/12 - F4876762	28.600,00
07592085000193 - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ROQUE GONZALES LTDA	19.994,00
CP 2012012621 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931665	6.666,67
CP 2012022622 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931665	6.666,67
CP 2012053510 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931665	6.660,66
05072141000133 - CENTAURO ARTE E COMUNICAÇÃO LTDA - ME	5.000,00
CP 2012043252 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1432-01,05/09/12 - F4944890	2.500,00
CP 2012048352 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1432-01,05/09/12 - F4944890	2.500,00
02200674000165 - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO RIO URUGUAI DE ITAPIRANGA	30.000,00
CP 2012039900 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/12/12 - F4943280	10.000,00
CP 2012060118 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/12/12 - F4943280	10.000,00
CP 2012061346 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/12/12 - F4943280	10.000,00
02022863000195 - COLÉGIO RURAL ESTADUAL JOSÉ ALVES DOS SANTOS	2.000,00
CP 2012022621 (APROPRIAÇÃO) REC 01 - RD 1408-05,07/03/12 - F4935881	1.000,00
CP 2012039554 (APROPRIAÇÃO) REC 02 - RD 1408-05,07/03/12 - F4935881	1.000,00
12162633000185 - CENTRO DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	10.000,00
CP 2012012611 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931590	5.000,00
CP 2012050069 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931590	5.000,00
79886446000115 - ASSOC PAIS E PROF DA ESCOLA BÁSICA JOÃO GONÇALVES PINHEIRO	9.999,99
A0F - CP 2012055925 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4878726	3.333,33
CP 2012013378 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4878726	3.333,33
CP 2012037323 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4878726	3.333,33
12795880000119 - ECO GLOBAL MISSÕES	9.000,00
CP 2012016162 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933108	3.000,00
CP 2012035170 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933108	3.000,00
CP 2012057541 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933108	3.000,00
00067968000135 - OBRAS SOCIAIS CASA DA UNIÃO LAR DE SANTANA	18.803,62

CP 2012011486 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4877207	6.666,67
CP 2012027961 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4877207	6.666,67
CP 2012060641 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4877207	5.470,28
83430801000114 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORA DA EEB PRESIDENTE ARTUR DA COSTA E SILVA	15.000,00
CP 2012024858 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4937259	5.000,00
CP 2012034521 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4937259	5.000,00
CP 2012061991 (APROPRIAÇÃO) REC 3/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4937259	5.000,00
81840233000102 - CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO	40.000,01
CP 2012015397 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4846781	6.666,67
CP 2012019625 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1414-22,13/04/12 - F4846781	10.000,00
CP 2012026169 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1414-22,13/04/12 - F4846781	10.000,00
CP 2012062805 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4846781	6.666,67
CP 2012062807 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4846781	6.666,67
01428839000198 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	10.000,00
CP 2012011277 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - RD 1394-01,24/11/11 - F4924660	6.000,00
CP 2012015402 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - RD 1394-01,24/11/11 - F4924660	4.000,00
04595698000196 - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE LEITE DO ALTO RIBEIRA	5.348,52
CP 2012014559 (APROPRIAÇÃO) REC 03/03 - DD 1314-01,04/03/10 - F4875607	5.348,52
03015049000106 - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A VIDA	8.000,00
CP 2012017054 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - DD 1361-11,20/04/11 - F4913118	2.400,00
CP 2012017056 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - DD 1361-11,20/04/11 - F4913118	5.600,00
11359770000141 - ASSOCIAÇÃO CAMPONESA DA SERRA CATARINENSE	12.000,00
CP 2012017055 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1361-11,20/04/11 - F4914413	8.400,00
CP 2012017379 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1361-11,20/04/11 - F4914413	3.600,00
10347422000191 - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE TUNAS DO PARANÁ	4.100,00
CP 2012024328 (APROPRIAÇÃO) REC 03/03 - DD 1339-01,29/09/10 - F4891950	4.100,00
83795641000107 - AMPE-BLUMENAU-ASSOC.DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	7.500,00
CP 2012007766 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - DD 1264-01,26/01/09 - F4769470	2.500,00
CP 2012008109 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4769470	2.500,00
CP 2012030730 (APROPRIAÇÃO) REC Nº 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4769470	2.500,00
02955839000109 - ASSOCIAÇÃO SUL-MATO-GROSSENSE DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO	5.500,00
CP 2012009321 (APROPRIAÇÃO) REC 1219/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4927870	5.500,00
78472362000172 - CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS PORTÃO DO OESTE	8.000,00
CP 2012010118 (APROPRIAÇÃO) REC 005/2012 - RD 1405-10,15/02/11 - F4930302	4.000,00
CP 2012013837 (APROPRIAÇÃO) REC 006/2012 - RD 1405-10,15/02/12 - F4930302	4.000,00
07946451000165 - COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE TANGARÁ	10.000,00
CP 2012010116 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1405-09,15/02/12 - F4930245	5.000,00

CP 2012016137 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1405-09,15/02/12 - F4930245	5.000,00
07591888000123 - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SANTA HELENA E TUNÁPOLIS	5.000,00
CP 2012011137 (APROPRIAÇÃO) REC 000083 - RD 1398-17,20/12/11 - F4930675	2.500,00
CP 2012021849 (APROPRIAÇÃO) REC 000104 - RD 1398-17,20/12/11 - F4930675	2.500,00
07235954000122 - FEAGRO-VALE FELE EXP.AGROP.DO VALE DO BRACO DO NORTE E REG.	2.500,00
CP 2012013568 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1364-06,25/05/11 - F4767581	2.500,00
12082073000159 - NÚCLEO DE CRIADORES DE CAVALOS CRIoulos DO SUL CATARINENSE	8.000,00
CP 2012014468 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1408-15,07/03/12 - F4932506	4.000,00
CP 2012021545 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1408-15,07/03/12 - F4932506	4.000,00
10248302000137 - COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA TERRA LIVRE	18.000,00
CP 2012016129 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1396-03,08/12/11 - F4866771	5.000,00
CP 2012020224 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1396-03,08/12/11 - F4866771	5.000,00
CP 2012020225 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1413-03,30/03/12 - F4866771	4.000,00
CP 2012020236 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1413-03,30/03/12 - F4866771	4.000,00
05616605000125 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE	30.000,00
CP 2012027677 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1420-02,31/05/12 - F4938413	15.000,00
CP 2012035519 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1420-02,31/05/12 - F4938413	15.000,00
30033823000184 - COMITE NAC BRAS DE PROD TRANSM DE ENERGIA ELET CIGRE BRASIL	104.500,00
CP 2012005553 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2010 - DD 1316-12 17/03/10 - F4491578	4.500,00
CP 2012031226 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1417-04,11/05/12 - F4491578	100.000,00
83807107000173 - AÇÃO SOCIAL E CULTURAL SÃO JOAQUIM DE GAROPABA	10.000,00
CP 2012029557 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1420-02,31/05/12 - F4938439	5.000,00
CP 2012035082 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1420-02,31/05/12 - F4938439	5.000,00
04801878000187 - COOP.DE HABIT.DOS AGRIC.FAMILIARES DOS TRÊS ESTADOS DO SUL	10.000,00
CP 2012010354 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1405-09,15/02/12 - F4795889	5.000,00
CP 2012034510 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1405-09,15/02/12 - F4795889	5.000,00
96042155000160 - ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LIVRAMENTO	2.500,00
CP 2012001550 (APROPRIAÇÃO) REC 002 - DD 1390-01,03/11/11 - F4722486	2.500,00
08680363000127 - INSTITUTO P/ O DESENV DE ENERGIAS ALTERNAT DA AMERICA LATINA	45.000,00
CP 2012018188 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1413-02,30/03/12 - F4818582	22.500,00
CP 2012022381 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1413-02,30/03/12 - F4818582	22.500,00
81141046000122 - FUNDACAO DE ESPORTES, LAZER E EVENTOS DE JOINVILLE	75.000,00
CP 2012020228 (APROPRIAÇÃO) REC 4 - RD 1407-01,29/02/12 - F4879899	75.000,00
06193861000110 - FUNDACAO CULTURAL DE LAGES	49.000,00
CP 2012028101 (APROPRIAÇÃO) REC PRONAC 112433 - RD 1419-02,23/05/12 - F4876134	49.000,00
06954576000174 - ASSOCIAÇÃO HORIZONTES	8.333,33
CP 2012000223 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1352-07,28/01/11 - F4867547	8.333,33

86188257000134 - AÇÃO SOCIAL DE BARREIROS	5.000,00
CP 2012000220 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - RD 1397-15,12/12/11 - F4760866	2.500,00
CP 2012021420 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1397-15,12/12/11 - F4760866	2.500,00
08174561000119 - ASSOC PRODUTORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPERUÇU	6.399,20
CP 2012000784 (APROPRIAÇÃO) REC 03/03 - DD 1314-01,04/03/10 - F4880143	6.399,20
08429871000137 - INSTITUTO DE CARIDADE E APOIO AO DESAMPARADO	4.900,00
CP 2012002826 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1397-15,12/12/11 - F4926129	2.450,00
CP 2012014174 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1397-15,12/12/11 - F4926129	2.450,00
12164949000106 - ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA FILARMÔNICA DAS COMUNIDADES	9.000,00
CP 2012002561 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28/01/11 - F4917326	9.000,00
05121764000159 - GENUS - PESQUISA, ASSESSORIA E ESTUDOS DE GENERO	6.250,00
CP 2012000225 (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1352-07,28/01/11 - F4767234	6.250,00
08251520000189 - CENTRO DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	6.666,67
CP 2012000451 (APROPRIAÇÃO) REC 006/2011 - DD 1352-07,28/01/11 - F4896372	6.666,67
76712918000125 - ACAO SOCIAL DO PARANA	6.666,67
CP 2012004250 (APROPRIAÇÃO) REC 03 - DD 1352-07,28/01/11 - F4837805	6.666,67
03086203000130 - INSTITUTO AMBIENTAL RATONES	6.666,67
CP 2012004491 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2011 - DD 1352-07,28/01/11 - F4900561	6.666,67
13682853000100 - CENTRO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ESPORTIVO E LCULTURAL AMIGOS DE ILHOTA	(282,56)
CP 2012013823 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932118	5.000,00
CP 2012026845 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4932118	5.000,00
ND 2012009765 RECEBIMENTO CR 2012009765	(10.282,56)
87512349000190 - CONFERÊNCIA SÃO VICENTE DE PAULO DE LIVRAMENTO	8.333,33
CP 2012016128 (APROPRIAÇÃO) REC 0006/2011 - DD 1352-07,28/01/11 - F4800555	8.333,33
92726819000400 - INSTITUTO POBRES SERVOS DA DIVINA PROVIDENCIA	15.000,00
CP 2012016125 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933116	5.000,00
CP 2012024854 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933116	5.000,00
CP 2012037921 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4933116	5.000,00
07925656000164 - CENTRO DE APOIO A DEPENDENTES EM RECUPERAÇÃO INTEGRADO	8.333,33
CP 2012017990 (APROPRIAÇÃO) REC 03/03 - DD 1352-07,28/01/11 - F4899988	8.333,33
76726884008102 - INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO E AS. SOCI	(413,66)
CP 2012018338 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4864767	6.666,66
CP 2012019536 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4864767	6.666,66
ND 2012009785 RECEBIMENTO CR 2012009785	(13.746,98)
05975745000190 - ACAO DA CIDADANIA CONTRA A FOME A MISERIA E PELA VIDA DE SC	13.333,33
CP 2012027031 (APROPRIAÇÃO) REC 01/ANO 2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4729929	6.666,67

CP 2012036051 (APROPRIAÇÃO) REC 02/ANO 2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4729929	6.666,66
07356713000131 - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DO POVOADO	2.500,00
CP 2012000851 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1391-01,10/11/11 - F4922367	2.500,00
04986521000110 - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA FELIZ	5.000,00
CP 2012001840 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926278	2.500,00
CP 2012018185 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926278	2.500,00
76776123934 - SERGIO NEI COELHO	5.000,00
CP 2012002560 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - RD 1371-02,29/06/11 - F4910289	5.000,00
85223022000173 - COOPERATIVA CENTRAL DE REFORMA AGRARIA DE SC	6.000,00
CP 2012002556 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17 - F4719996	3.000,00
CP 2012018187 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17 - F4719996	3.000,00
00060473940 - FABIO MARTINS	6.000,00
CP 2012002559 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926575	3.000,00
CP 2012007764 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926575	3.000,00
06289773000116 - GRUPO SANTANENSE DE CAVALGADAS	10.000,00
CP 2012002894 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926765	5.000,00
CP 2012012579 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926765	5.000,00
00528420968 - MOACIR PEREIRA	10.000,00
CP 2012002893 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-15,20/12/11 - F4926773	5.000,00
CP 2012016872 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-15,20/12/11 - F4926773	5.000,00
93593234000170 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BOSSOROCA	2.000,00
CP 2012003257 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926872	2.000,00
07536498000150 - COORDENADORIA MUNICIPAL DE TRADICIONALISMO	50.000,00
CP 2012003254 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4792463	5.000,00
CP 2012021173 (APROPRIAÇÃO) REC Nº 01/2012 - RD 1414-05,13/04/12 - F4792463	20.000,00
CP 2012023779 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4792463	5.000,00
CP 2012027536 (APROPRIAÇÃO) REC Nº 02/2012 - RD 1414-05,13/04/12 - F4792463	20.000,00
72376767000120 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL ALEMÃ DE SÃO JOÃO DO OESTE	5.000,00
CP 2012003256 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926864	2.500,00
CP 2012036747 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926864	2.500,00
07423519000121 - CORAL ENCANTOS	7.000,00
CP 2012003585 (APROPRIAÇÃO) REC 6/6-2011 - DD 1352-08 28/01/11 - F4770667	7.000,00
82819483000115 - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CULTURA E ASSISTENCIAL SANTO ANTONIO	8.000,00
CP 2012003592 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2011 - RD 1398-17,20/12/11 - F4927333	4.000,00
CP 2012010121 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4927333	4.000,00
83483420000101 - ABRH-ASSOCIACAO BRAS.DE RECURSOS HUMANOS SECCIONAL SC	5.000,00
CP 2012004155 (APROPRIAÇÃO) REC 173 - DD 1363-02 12/05/11 - F4488252	5.000,00

91551895000108 - ASSOCIACAO CAMPEREADA INTERNACIONAL DE ALEGRETE	10.000,00
CP 2012004756 (APROPRIACÃO) REC 20/2012 - RD 1402-01,26/01/12 - F4755958	5.000,00
CP 2012007861 (APROPRIACÃO) REC 35/2012 - RD 1402-01,26/01/12 - F4755958	5.000,00
81348260000154 - ASSOC DE PAIS E PROFESSORES DO G E M FERNANDE BRUGGMANN VIEGAS DE AMORIM	1.150,00
CP 2012007767 (APROPRIACÃO) REC 002/2011 - DD 1345-01 22/11/10 - F4899441	1.150,00
79694220000112 - ASSOCIACAO DOS JORNAIS DO INTERIOR DE SC - ADJORI	6.000,00
CP 2012010352 (APROPRIACÃO) REC 0001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4875376	3.000,00
CP 2012033202 (APROPRIACÃO) REC 0002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4875376	3.000,00
79678991000116 - ASSOCIACÃO CORAL DE ARARANGUÁ	5.000,00
CP 2012012580 (APROPRIACÃO) REC 002/2011 - DD 1375-02,27/07/11 - F4915859	5.000,00
07436668000125 - CLUBE DO CHORO DE FLORIANÓPOLIS	5.000,00
CP 2012012977 (APROPRIACÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4768836	2.500,00
CP 2012035084 (APROPRIACÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4768836	2.500,00
78503075000182 - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS CERQUEIRENSE	10.000,00
CP 2012013842 (APROPRIACÃO) REC 01/2012 - RD 1408-11,07/03/12 - F4901741	5.000,00
CP 2012015384 (APROPRIACÃO) REC 02/2012 - RD 1408-11,07/03/12 - F4901741	5.000,00
07886535000150 - ASSOCIACÃO CULTURAL COLIBRI	4.999,80
CP 2012013838 (APROPRIACÃO) REC 001/2012 - RD 1410-08,15/03/12 - F4932035	2.500,00
CP 2012033231 (APROPRIACÃO) REC 002/2012 - RD 1410-08,15/03/12 - F4932035	2.499,80
92413350000106 - ASSOCIACAO DE DESENV.AGRICOLA INTERESTADUAL-ADAI	2.500,00
CP 2012014470 (APROPRIACÃO) REC 02/2011 - RD 1396-03,08/12/11 - F4490786	2.500,00
06111893000129 - ASSOCACAO IMBUIA PESQUISAS	2.500,00
CP 2012017462 (APROPRIACÃO) REC 02/2012 - RD 1348-25,23/12/10 - F4826725	2.500,00
07154955000142 - ASSOCIACÃO DOS PRODUTORES FEIRANTES DE SÃO DOMINGOS	10.000,00
CP 2012017871 (APROPRIACÃO) REC Nº 01/02 - RD 1413-03,30/03/12 - F4901684	5.000,00
CP 2012025722 (APROPRIACÃO) REC Nº 02/02 - RD 1413-03,30/03/12 - F4901684	5.000,00
11442942000146 - ASSOCIACAO CURTA AMAZONIA	15.000,00
CP 2012018191 (APROPRIACÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4876902	7.500,00
CP 2012032782 (APROPRIACÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4876902	7.500,00
00924300000167 - ASSOCIACÃO DE AMIGOS DA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MORRO DO MOCOTÓ	20.000,00
CP 2012019392 (APROPRIACÃO) REC 01/2012 - RD 1414-22,13/04/12 - F4907202	10.000,00
CP 2012022787 (APROPRIACÃO) REC 02/2012 - RD 1414-22,13/04/12 - F4907202	10.000,00
79412631000178 - ACAO SOCIAL PAROQUIAL SANTA CRUZ	3.000,00
CP 2012020222 (APROPRIACÃO) REC 01/2012 - RD 1414-22,13/04/12 - F4874914	1.500,00
CP 2012028272 (APROPRIACÃO) REC 02/2012 - RD 1414-22,13/04/12 - F4874914	1.500,00
11292825000143 - ASSOCIACÃO ESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL CATARINENSE	5.000,00
CP 2012022380 (APROPRIACÃO) REC 001/2012 - RD 1414-22,13/04/12 - F4935873	2.500,00

CP 2012029556 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1414-22,13/04/12 - F4935873	2.500,00
04432501000106 - ASSOCIAÇÃO DE APOIO AS ATIVIDADES EQUESTRES	10.000,00
CP 2012025437 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1417-06,11/05/12 - F4937473	5.000,00
CP 2012030375 (APROPRIAÇÃO) REC nº 001/2012 - RD 1417-06,11/05/12 - F4937473	5.000,00
08335653000133 - ESCOLA DE PAIS DO BRASIL - SECCIONAL DE BIGUAÇU - SC	2.000,00
CP 2012026867 (APROPRIAÇÃO) REC 61/2012 - RD 1414-03,13/04/12 - F4852176	2.000,00
85788503000126 - COMUNIDADE EVANGÉLICA DE MATADOR	4.000,00
CP 2012026746 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1410-08,15/03/12 - F4938207	4.000,00
04169893000154 - FUNDAÇÃO CULTURAL MEMORIA VIVA DO CONTESTADO NA REGIÃO DE IRANI	30.000,00
CP 2012028100 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1420-02,31/05/12 - F4938637	30.000,00
80669740000154 - CENTRO DE EDUCAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO POPULAR - CEDEP	12.886,79
CP 2012033246 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - DD 1378-08 19/08/11 - F4768381	12.886,79
03634849000105 - ASSOCIAÇÃO DAS AMIGAS DO HOSPITAL DE PONTE ALTA	8.000,00
CP 2012028213 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1414-05,13/04/12 - F4904894	4.000,00
CP 2012032659 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1414-05,13/04/12 - F4904894	4.000,00
56498632887 - SEBASTIÃO ROGÉRIO DA SILVA	2.500,00
CP 2012033205 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - DD 1318-01,06/04/10 - F4921905	2.500,00
10354375000103 - ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA BOI DE MAMÃO DO PANTANAL	5.000,00
CP 2012035087 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1425-10,12/07/12 - F4941317	2.500,00
CP 2012036040 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1425-10,12/07/12 - F4941317	2.500,00
02075621000160 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO	5.000,00
CP 2012002896 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926749	2.500,00
CP 2012036744 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926749	2.500,00
05311137000180 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE FARROUPILHA-RS	5.000,00
CP 2012000581 (APROPRIAÇÃO) REC 02 - DD 1348-25 23/12/10 - F4896512	5.000,00
56771290115 - NELSON CARLOS FERREIRA JUNIOR	1.000,00
CP 2012001325 (APROPRIAÇÃO) REC 08/2011 - DD 1348-25 23/12/10 - F4895085	1.000,00
12612886000103 - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA BONSUCESSO MINA DO MATO FUTEBOL CLUBE	2.500,00
CP 2012002558 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926567	2.500,00
83829226000127 - ASSOCIAÇÃO MIGUELOESTINA DE PROFESSORES	5.000,00
CP 2012003259 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926898	2.500,00
CP 2012022980 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926898	2.500,00
04129514000100 - CENTRO APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA DE DOURADOS	20.000,00
CP 2012003593 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4780799	10.000,00
CP 2012035085 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4780799	10.000,00
32812612991 - DULCINO GOMES DOS SANTOS	1.000,00
CP 2012003590 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4927284	1.000,00

00738678104 - CLAUDIO MARTINS DE OLIVEIRA	1.080,00
CP 2012005555 (APROPRIAÇÃO) REC 010/2011 - DD 1348-25 23/12/10 - F4897437	1.080,00
07255764000177 - PROVOPAR AÇÃO SOCIAL LARANJEIRAS DO SUL	2.500,00
CP 2012009093 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2011 - DD 1348-25,23/12/10 - F4811023	2.500,00
07981326000196 - ONG CORAÇÃO NATIVO	5.000,00
CP 2012009319 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1394-02,24/11/11 - F4887553	5.000,00
83831099000109 - ESPORTE CLUBE COMETA	10.000,00
CP 2012011916 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1403-07,02/02/12 - F4931087	5.000,00
CP 2012017708 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1403-07,02/02/12 - F4931087	3.000,00
CP 2012024340 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1403-07,02/02/12 - F4931087	2.000,00
82898040000167 - FEDERACAO CATARINENSE DE TENIS	20.000,00
CP 2012012582 (APROPRIAÇÃO) REC 09/2012 - RD 1408-11,07/03/12 - F4612215	10.000,00
CP 2012021494 (APROPRIAÇÃO) REC 10/2012 - RD 1408-11,07/03/12 - F4612215	10.000,00
76277169000155 - ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL ARARANGUÁ	7.000,00
CP 2012012974 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1408-15,07/03/12 - F4931780	3.500,00
CP 2012028567 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1408-15,07/03/12 - F4931780	3.500,00
02620402000114 - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA CUBA	5.000,00
CP 2012024532 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - DD 1348-25 23/12/11 - F4897403	5.000,00
02925701981 - ROBERTO RODRIGUES OLIVEIRA	2.000,00
CP 2012028568 (APROPRIAÇÃO) REC 1/2012 - DD 1348-25 23/12/10 - F4897859	1.000,00
CP 2012036041 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2012 - DD 1348-25 23/12/10 - F4897859	1.000,00
85170652000127 - INSTITUTO CONTATO	30.000,00
CP 2012003133 (APROPRIAÇÃO) REC 51/2011 - DD 1372-02,06/07/11 - F4808997	30.000,00
09302091000194 - ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SANTA CATARINA	6.666,67
CP 2012020711 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4935245	6.666,67
12661582000136 - CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA APARECIDA	15.000,00
CP 2012012618 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931417	5.000,00
CP 2012017973 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931417	5.000,00
CP 2012034500 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931417	5.000,00
04356781000102 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA APARECIDA RECICLAGEM LIXO SÓCIO-CULTURAL	30.000,00
CP 2012013379 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931839	10.000,00
CP 2012019537 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931839	10.000,00
CP 2012028313 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931839	10.000,00
07020846000132 - ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL ECOS DO VERDE	30.000,00
CP 2012016127 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4902442	10.000,00
CP 2012024855 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4902442	10.000,00
CP 2012035172 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4902442	10.000,00

09263339000155 - COOP PROD, COMERC. AGRICUL. FAMILIAR DE RIO FORTUNA E REGIÃO	0,00
CP 2012020762 (APROPRIAÇÃO) REC 01 - RD 1401-04,20/01/12 - F4846822	5.000,00
ND 2012010795 RECEBIMENTO CR 2012010795	(5.000,00)
93593382000195 - CPM ESCOLA MUNICIPAL 1 GRAU SANTO ANTONIO DE PADUA	5.258,10
CP 2012004147 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4829331	2.697,50
CP 2012028570 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4829331	2.560,60
03402982000136 - ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES E COLETORES DE RECICLÁVEIS DO VALE DO IGUAÇU	4.555,00
CP 2012004327 (APROPRIAÇÃO) REC 02/02 - DD 1348-25 23/12/10 - F4901791	4.555,00
82895327000133 - FUNDACAO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	3.000,00
CP 2012008110 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2011 - DD 1348-25,23/12/10 - F4001583	3.000,00
08302421000189 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ASSISTENCIAL E DESPORTIVA DE DESCANSO	3.500,00
CP 2012008112 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4918564	3.500,00
83857607000110 - ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE XANXERE	8.000,00
CP 2012028271 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4683662	4.000,00
CP 2012028274 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4683662	4.000,00
10551788000188 - ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES COM FINS RECREATIVOS, EDUCACIONAIS E DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL SÃO PEDRO	6.666,67
CP 2012012613 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2012 - RD 1401-04,20/01/12 - F4931657	6.666,67
05438829000194 - ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE PEQUENOS AGRICULTORES	13.333,33
CP 2012017377 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2011 - DD 1352-07,28/01/11 - F4901824	6.666,66
CP 2012017378 (APROPRIAÇÃO) REC 2/2011 - DD 1352-07,28/01/11 - F4901824	6.666,67
15461767000195 - FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	11.000,00
CP 2012006854 (APROPRIAÇÃO) REC 098/2012 - DD 1398-17 20/12/11 - F4635259	5.500,00
CP 2012031081 (APROPRIAÇÃO) REC 212/2012 - DD 1398-17 20/12/11 - F4635259	5.500,00
88844030000125 - CERAMICA ATLETICO CLUBE	75.000,00
CP 2012033237 (APROPRIAÇÃO) REC 1 - RD 1417-07,11/05/12 - F4877372	75.000,00
78827177000153 - ASSOCIACAO FLORIANOPOLITANA DE DEFICIENTES FISICOS	(648,50)
CR. 2012000431 RECEBIMENTO REF. REC 061/2012	(648,50)
355 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	259.355,14
00403498000133 - AGENCIAMOB COMUNICACAO LTDA	259.355,14
A0F - CP 2012055979 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003739 - - F4827286	1.622,05
CP 2012004282 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002772 - - F4827286	1.185,60
CP 2012004317 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002792 - - F4827286	1.765,63
CP 2012004319 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002791 - - F4827286	481,54
CP 2012005096 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002784 - - F4827286	296,40
CP 2012005098 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002777 - - F4827286	555,75
CP 2012005102 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002776 - - F4827286	940,50

CP 2012005169 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002742 -	- F4827286	940,50
CP 2012005174 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002741 -	- F4827286	427,50
CP 2012005175 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002743 -	- F4827286	555,75
CP 2012026238 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002998 -	- F4827286	701,64
CP 2012026239 (APROPRIAÇÃO) NFFS 002999 -	- F4827286	467,60
CP 2012026412 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003000 -	- F4827286	701,64
CP 2012031206 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003036 -	- F4827286	42.350,00
CP 2012031239 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003037 -	- F4827286	19.299,50
CP 2012031242 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003071 -	- F4827286	2.916,62
CP 2012031756 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003080 -	- F4827286	41.745,00
CP 2012037916 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003266 -	- F4827286	3.414,01
CP 2012038689 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003283 -	- F4827286	897,75
CP 2012038691 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003282 -	- F4827286	2.194,50
CP 2012038693 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003296 -	- F4827286	1.254,00
CP 2012038696 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003267 -	- F4827286	8.345,37
CP 2012038697 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003297 -	- F4827286	513,00
CP 2012038701 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003273 -	- F4827286	8.398,00
CP 2012038704 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003308 -	- F4827286	1.520,00
CP 2012038708 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003307 -	- F4827286	2.375,00
CP 2012039142 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003310 -	- F4827286	307,80
CP 2012039143 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003331 -	- F4827286	752,40
CP 2012040330 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003353 -	- F4827286	820,80
CP 2012040395 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003359 -	- F4827286	673,31
CP 2012040398 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003357 -	- F4827286	1.645,87
CP 2012040413 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003330 -	- F4827286	769,50
CP 2012040421 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003329 -	- F4827286	1.881,00
CP 2012040425 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003327 -	- F4827286	759,24
CP 2012040431 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003326 -	- F4827286	1.855,92
CP 2012040460 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003309 -	- F4827286	1.670,95
CP 2012040465 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003311 -	- F4827286	683,57
CP 2012040481 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003318 -	- F4827286	1.316,70
CP 2012040681 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003368 -	- F4827286	1.484,11
CP 2012040684 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003367 -	- F4827286	607,13
CP 2012040686 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003366 -	- F4827286	1.465,30
CP 2012040687 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003365 -	- F4827286	599,44
CP 2012040696 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003315 -	- F4827286	846,45
CP 2012040701 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003317 -	- F4827286	538,65

CP 2012040704 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003314 -	- F4827286	1.551,82
CP 2012040749 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003337 -	- F4827286	856,20
CP 2012040767 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003343 -	- F4827286	1.516,71
CP 2012040772 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003344 -	- F4827286	1.692,90
CP 2012040786 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003345 -	- F4827286	692,55
CP 2012040800 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003347 -	- F4827286	1.567,50
CP 2012040820 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003346 -	- F4827286	641,25
CP 2012040826 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003348 -	- F4827286	620,47
CP 2012040834 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003313 -	- F4827286	634,84
CP 2012040836 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003336 -	- F4827286	2.092,93
CP 2012040839 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003341 -	- F4827286	348,84
CP 2012040841 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003339 -	- F4827286	1.025,77
CP 2012040848 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003338 -	- F4827286	852,72
CP 2012040851 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003340 -	- F4827286	419,63
CP 2012040853 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003316 -	- F4827286	2.069,10
CP 2012041002 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003299 -	- F4827286	627,00
CP 2012041006 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003298 -	- F4827286	256,50
CP 2012041008 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003288 -	- F4827286	513,00
CP 2012041014 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003276 -	- F4827286	1.567,50
CP 2012041020 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003275 -	- F4827286	641,25
CP 2012041029 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003285 -	- F4827286	1.333,80
CP 2012041033 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003281 -	- F4827286	665,87
CP 2012041037 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003280 -	- F4827286	272,40
CP 2012041042 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003279 -	- F4827286	686,14
CP 2012041047 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003278 -	- F4827286	1.677,22
CP 2012041049 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003286 -	- F4827286	3.260,40
CP 2012041081 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003300 -	- F4827286	320,62
CP 2012041096 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003268 -	- F4827286	783,75
CP 2012041541 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003398 -	- F4827286	1.254,00
CP 2012041543 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003399 -	- F4827286	513,00
CP 2012041558 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003397 -	- F4827286	1.065,90
CP 2012041568 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003396 -	- F4827286	436,05
CP 2012041573 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003402 -	- F4827286	564,30
CP 2012041601 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003403 -	- F4827286	1.379,40
CP 2012041610 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003389 -	- F4827286	940,50
CP 2012041617 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003401 -	- F4827286	333,45
CP 2012041621 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003400 -	- F4827286	815,10

CP 2012041633 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003390 -	- F4827286	384,75
CP 2012041652 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003382 -	- F4827286	771,81
CP 2012041655 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003383 -	- F4827286	1.886,64
CP 2012041658 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003380 -	- F4827286	1.729,27
CP 2012041721 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003381 -	- F4827286	707,43
CP 2012041722 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003360 -	- F4827286	1.410,75
CP 2012041724 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003361 -	- F4827286	3.448,50
CP 2012041725 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003352 -	- F4827286	2.006,40
CP 2012047271 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003431 -	- F4827286	663,57
CP 2012047437 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003433 -	- F4827286	589,95
CP 2012047439 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003434 -	- F4827286	1.886,64
CP 2012047441 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003441 -	- F4827286	615,60
CP 2012047453 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003498 -	- F4827286	771,81
CP 2012048358 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003543 -	- F4827286	436,05
CP 2012048360 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003542 -	- F4827286	1.065,90
CP 2012048361 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003518 -	- F4827286	1.630,20
CP 2012048366 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003519 -	- F4827286	666,90
CP 2012048375 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003525 -	- F4827286	1.008,22
CP 2012048397 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003526 -	- F4827286	412,45
CP 2012048398 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003527 -	- F4827286	846,45
CP 2012048402 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003528 -	- F4827286	2.069,10
CP 2012048403 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003529 -	- F4827286	1.780,05
CP 2012048406 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003530 -	- F4827286	728,20
CP 2012051231 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003634 -	- F4827286	641,25
CP 2012051236 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003633 -	- F4827286	1.567,50
CP 2012053673 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003621 -	- F4827286	1.780,05
CP 2012053679 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003622 -	- F4827286	728,20
CP 2012053692 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003578 -	- F4827286	654,08
CP 2012053706 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003579 -	- F4827286	1.598,85
CP 2012053712 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003593 -	- F4827286	1.729,27
CP 2012053715 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003594 -	- F4827286	707,43
CP 2012053716 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003597 -	- F4827286	647,41
CP 2012053723 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003598 -	- F4827286	1.582,55
CP 2012054076 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003690 -	- F4827286	313,50
CP 2012054077 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003689 -	- F4827286	128,25
CP 2012059483 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003719 -	- F4827286	940,50
CP 2012059484 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003720 -	- F4827286	384,75

CP 2012059485 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003726 -	- F4827286	1.442,10
CP 2012059486 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003775 -	- F4827286	589,95
CP 2012059488 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003736 -	- F4827286	579,18
CP 2012059489 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003737 -	- F4827286	1.415,76
CP 2012059491 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003738 -	- F4827286	1.442,10
CP 2012059493 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003740 -	- F4827286	654,08
CP 2012059494 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003741 -	- F4827286	1.598,85
CP 2012059497 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003743 -	- F4827286	538,65
CP 2012059499 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003744 -	- F4827286	1.316,70
CP 2012059532 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003794 -	- F4827286	1.620,17
CP 2012059535 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003795 -	- F4827286	662,80
CP 2012059536 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003798 -	- F4827286	1.755,60
CP 2012064193 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003869 -	- F4827286	689,47
CP 2012064194 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003860 -	- F4827286	627,00
CP 2012064195 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003868 -	- F4827286	1.685,38
CP 2012064201 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003888 -	- F4827286	783,75
356 - LEI ROUANET - PATROCÍNIO CULTURAL		951.000,00
08774254000179 - ASSOCIAÇÃO DOS NORDESTINOS DE BLUMENAU		25.000,00
CP 2012021854 (APROPRIAÇÃO) REC 01 - RD 1415-04,26/04/12 - F4935766		25.000,00
30913330949 - INGO PENZ		15.000,00
CP 2012022868 (APROPRIAÇÃO) REC 005 - RD 1415-04,26/04/12 - F4936475		15.000,00
04703940000106 - LUME PRODUCOES CULTURAIS LTDA		250.000,00
CP 2012024368 (APROPRIAÇÃO) REC 04 - RD 1417-03,11/05/12 - F4715473		250.000,00
83720722000148 - CTG OS PRAIANOS		20.000,00
CP 2012024530 (APROPRIAÇÃO) REC 04 - RD 1415-05,26/04/12 - F4711273		20.000,00
05736571000102 - FAZENDO FITA COMPANHIA ARTISTICA		150.000,00
CP 2012026591 (APROPRIAÇÃO) REC 001 - RD 1417-03,11/05/12 - F4734928		150.000,00
02502152000118 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL PANVISION		100.000,00
CP 2012032692 (APROPRIAÇÃO) REC 03 - RD 1421-05,14/06/12 - F4713667		100.000,00
07650014000108 - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA COSTA DOCE		371.000,00
CP 2012032691 (APROPRIAÇÃO) REC 01 - RD 1417-05,11/05/12 - F4835429		371.000,00
10355328000184 - INSTITUTO MEMÓRIA DO COTIDIANO		20.000,00
CP 2012032658 (APROPRIAÇÃO) REC 002 - RD 1416-08,03/05/12 - F4940351		20.000,00
Total Geral		19.061.886,44

14 PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Projeto PCH Complexo São Bernardo

A Eletrosul, por intermédio da Eletrobras, negociou um financiamento junto ao Banco Alemão KfW, para construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas do Programa denominado "Complexo São Bernardo".

A construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") no Estado de Santa Catarina, constitui objetivo do Programa à geração de energia elétrica eficiente, segura e economicamente viável usando fontes alternativas a partir de pequenas centrais hidrelétricas. Com a consecução deste objetivo pretende-se contribuir para a proteção do meio ambiente e a proteção climática global, através da redução de emissões de carbono.

Os custos do Programa denominado "Complexo São Bernardo", são parcialmente financiados com recursos da Cooperação Financeira através de um empréstimo com várias parcelas e uma contribuição não-reembolsável, representando à época um montante de aproximadamente EUR 37,23 milhões. O Conselho de Administração da Eletrobras, em 27.11.2008, através da Deliberação DEL-150/2008 - 593ª Reunião, aprovou a assinatura da Eletrobras, no documento "Loan and Programme Agreement", no valor de 13.293.588,91 euros, para a Tranche 1.

A formalização do repasse dos recursos financeiros, oriundos do Banco KfW, relativos a 1ª. tranche, da Eletrobras para a Eletrosul, foi através do Contrato ECR 281/2008, aprovado pelo Conselho de Administração.

Em virtude das tratativas realizadas pela Eletrosul e Eletrobras, junto ao Banco KfW, com o objetivo do aumento do financiamento a ser concedido, resultou na contratação adicional dos Tranches II e III, no valor de 49,42 milhões de euros

Os contratos de repasse a serem celebrados entre a Eletrobras e a Eletrosul, são atos decorrentes dos contratos de financiamento anteriormente firmados.

Condições dos contratos de repasse:

Valor - Tranches II e III	49.420.480,83 Euros
a) Loan Portion 1	17.090.191,40 Euros
Amortização	31 parcelas semestrais, sendo: 22 parcelas de 551.000,00 euros, 8 parcelas de 552.000,00 euros, 1 parcelas de 552.191,40 euros. Carência: 5 anos Prazo Pagamento: 15 anos
Encargos	4,5% a.a. juros + 0,25% Taxa de Comprometimento + 0,20% Comissão de Repasse Eletrobras
b) Loan Portion 2	13.857.904,32 Euros
Amortização	41 parcelas semestrais, sendo: 1 parcela de 337.000,00 euros, 39 parcelas de 338.000,00 euros, 1 parcela de 338.904,32 euros.

	Carência: 10 anos Prazo Pagamento: 20 anos
Encargos	2,0% a.a. juros + 0,25% Taxa de Comprometimento + 0,20% Comissão de Repasse Eletrobras
c) Development Loan	15.000.000,00 Euros
Amortização	21 parcelas semestrais, sendo: 15 parcelas de 714.000,00 euros, 6 parcelas de 715.000,00 euros. Carência: 5 anos Prazo Pagamento: 10 anos
Encargos	2,04% a.a. juros + 0,25% Taxa de Comprometimento + 0,50% Taxa de Gerenciamento + 0,20% Comissão de Repasse Eletrobras
d) Financial Contribution (Donative)	3.472.385,11 Euros

Justificativa para a Contratação de Recursos:

A captação adicional desses recursos junto ao Banco alemão KFW visa proporcionar uma melhoria da estrutura de capital, associada ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC, através de um custo de capital de terceiros inferior ao capital próprio, além de usufruir o benefício fiscal associado às despesas financeiras, alavancando dessa forma o projeto, resultando assim numa Taxa Interna de Retorno - TIR maior, pois constitui-se numa importante ferramenta para tornar mais atrativa a rentabilidade do empreendimento.

15 PARTE B, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

I - Previdência Complementar Patrocinada

A Eletrosul é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos), CNPJ – 42.286.245/0001-77, entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo básico a complementação de aposentadoria de seus empregados. As contribuições e as responsabilidades da patrocinadora são paritárias com as dos participantes, nos termos da legislação vigente.

A fiscalização e o controle da Fundação Elos são efetivados por representantes designados pela alta administração da Eletrosul para o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva da fundação, em conjunto com os representantes dos participantes eleitos e indicados nesse órgão. Estes, no cumprimento de suas atribuições, suprem as ações de supervisão, fiscalização e controle da patrocinadora, além de auditorias regulares e extraordinárias realizadas pela Auditoria Interna da patrocinadora e por auditoria independente.

Além do Plano de Benefício Definido (BD), existente desde a criação da Elos e que busca a complementação de aposentadoria com base no salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial, em 2010 teve início o processo de adesão a um novo tipo de Plano, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Plano CD consiste em pagamento de um benefício em função do saldo de conta individual do participante, constituído pelas contribuições do participante e patrocinadora, corrigido pela rentabilidade da aplicação desses recursos no mercado financeiro, descontados os respectivos custos do Plano.

A natureza do Plano CD difere do Plano BD pelo seu caráter individual, visto que o BD tem caráter de mutualismo.

Desde 31/12/2009, o Plano BD está fechado para novas adesões, e os empregados admitidos a partir dessa data podem se inscrever no Plano CD.

Os planos BD e CD apresentaram, em 31/12/2012, a seguinte posição:

Valor (R\$ Mil)		
Ativos Garantidores	BD	CD
Exigível Atuarial	R\$ 956.104	R\$451.255
Superávit Técnico Acumulado	R\$ 609	R\$ 9.738*
Total	R\$ 956.713	R\$ 460.993

* Superávit exclusivamente do sub-plano Benefício Proporcional Diferido Saldado (BPDS)

Participantes	BD	CD
Participantes assistidos	553	82
Pensionistas	36	-
Participantes ativos	673	974
Participantes Autopatrocinadores	4	07

O programa de investimentos da ELOS cumpre a Resolução BACEN nº. 3.792, de 24.09.2009, tendo em seu demonstrativo, em 31/12/2012, uma aplicação de R\$ 930.582 mil, para o plano BD e R\$ 463.978 mil para o plano CD, composta conforme a seguir:

Composição da Aplicação (R\$ mil)

BD		CD	
Composição da aplicação em (R\$ mil)		Composição da aplicação em (R\$ mil)	
Mercado Financeiro - 878.642	Renda Fixa - 763.601	Mercado Financeiro 308.360	Renda Fixa – 380.977
	Renda Variável - 115.041		Renda Variável – 49.408
Investimento Imobiliário	Centro Regional - 25.487	Investimento Imobiliário 15.004	Centro Regional – 10.842
	Shopping Center - 30		Shopping Center - 14
	Invest. Estruturados - 6.518		Invest. Estruturados - 2.830
	Centro Século XXI – 2.884		Centro Século XXI – 1.319
Operações com Participantes 17.021		Operações com Participantes 18.589	

Demonstrativo de repasses feitos pela Eletrosul à ELOS em 2012 (R\$ mil):

Folha de Pagamento dos Empregados Participantes	Contribuições		Outros recursos repassados pela Patrocinadora*	Recursos descontados dos empregados e repassados pela Patrocinadora**	Total repassado pela Patrocinadora
	Pagas pelos Empregados Participantes	Pagas pela Patrocinadora			
176.104	20.520	20.520	19.676	9.521	70.237

* Outros recursos repassados pela Patrocinadora no total de R\$ 13.761 mil referem-se a:

3.444	➔ Pagamento em 240 parcelas, vencendo a 1ª em janeiro/1995 e a última em dezembro/2014, referente à contribuição adicional de benefício - recadastramento de tempo de serviço
285	➔ Pagamento referente a despesas administrativas de participantes assistidos
1.396	➔ Locação de um imóvel de propriedade da Fundação ELOS para a Eletrosul
7.622	➔ Artigo 75 do Regulamento do Plano de Benefícios da ELOS - RPBE - SB40
3.171	➔ Efeitos da Emenda Constitucional nº. 20
554	➔ Diferença de Reserva Matemática
1.058	➔ Contribuição Suplementar - cobertura à reserva a amortizar, assumida pela Eletrosul
1.523	➔ Contribuição patrocinadora - Benefício da geração atual plano CD.
16	➔ Reembolso serviço de consultoria atuarial
607	➔ Despesas com Processos judiciais

** Recursos descontados dos Empregados e repassados pela Patrocinadora no total de R\$ 9.571 mil referem-se a:

242	➔ Plano de Benefícios Elos Saúde
8.644	➔ Empréstimo Pessoal
635	➔ Jóia Elos, Seguro Facultativo, Contribuição sobre Gratificação de Função, etc.

Informamos que a SPC não emite Manifestação à Fundação ELOS.

Com relação ao parecer da auditoria independente e conclusões do último estudo atuarial, encontram-se reproduzidos nas páginas a seguir.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS
Florianópolis/SC

Examinamos as demonstrações contábeis da *FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS*, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.


Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da *FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS* é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da *FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS* para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria





inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da *FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS* e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

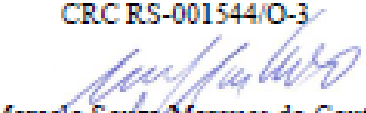
Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, datado de 14 de fevereiro de 2012, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, com ênfase quanto ao Déficit Técnico Acumulado no plano BD-ELOS/ELETROSUL, em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$83.538 mil, equivalente a 10,20% do Exigível Atuarial, que conforme disposto no § 2º, do art. 28, da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, deveria ser imediatamente equacionado. Esse assunto já foi solucionado no exercício de 2012, conforme Nota 10.1.b.1.

Porto Alegre, 07 de março de 2013.

Exacto Auditoria S/S
CRC RS-001544/O-3


Marcelo Souza Marques do Couto
Contador CRC RS-050671/O-2 S-SC

PARECER ATUARIAL DO PLANO BD

Qualidade da base cadastral:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais descritas no item IV letra a desta D.A., os regimes atuariais de financiamento apresentados no item VI.7. desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A.

Variação do resultado:

. Déficit Técnico Acumulado do ano de 2011 atualizado para 31/12/2012 pela meta atuarial de rentabilidade (*1).....R\$ (92.935.881,77),
. Ganho Financeiro decorrente da meta atuarial de rentabilidade (INPC + 5% ao ano) ter sido ultrapassada em 2012 (*2).....R\$ 130.455.491,64,
. Efeito nas Provisões Matemáticas ainda decorrentes do aumento salarial extraordinário do ano de 2010 (*3).....R\$ (16.299.175,33),
. Efeito de se ter passado a adotar a Família Efetiva na Avaliação Atuarial das Pensões por Morte já concedidas (*4).....R\$ (2.545.524,68),
. Efeito de se ter passado a adotar desagravamento de 5% nas Tábuas de Mortalidade Geral e de Inválidos utilizadas em 2012 (*5).....R\$ (8.217.966,08),
. Outros Resultados Atuariais de Origens diversas e pulverizadas (VIDE NOTA).....R\$ (9.847.842,36),
. Superávit Técnico Acumulado do ano de 2012.....R\$ 609.101,43.

(*1): $(83.537.871,25) \times 1,1125 = (92.935.881,77)$.

(*2): $956.713.463,46 - 826.257.971,82 = 130.455.491,64$, sendo que R\$ 69.461.081,73 resulta de se ter passado a registrar todos os títulos de renda fixa pelo valor de mercado e sendo que R\$ 13.149.306,07 resulta de reavaliação de imóveis.

(*3): $424.682.736,69 - 440.981.912,02 = (16.299.175,33)$.

(*4): $945.340.871,27 - 947.886.395,95 = (2.545.524,68)$.

(*5): $947.886.395,95 - 956.104.362,03 = (8.217.966,08)$.

NOTA: Equivalente a 1,03% do Total das Provisões Matemáticas do exercício de 2012.

Natureza do resultado:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) do total das Provisões Matemáticas, encontra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

Soluções para equacionamento de déficit:

Não aplicável, pois o Plano apresentou resultado superavitário neste exercício.

Adequação dos métodos de financiamento:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 01/01/2010 e com o processo de migração para o Plano CD - ELETROSUL encerrado em 31/12/2011, o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, desde a avaliação atuarial de 2011, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Outros fatos relevantes:

1) Avaliação de todos os benefícios pelo Regime de Capitalização na Versão Agregado, sendo o custo, aberto por benefício, atribuído de forma proporcional ao valor atual de cada um dos Benefícios Futuros (Aposentadorias sem ser por Invalidez/Aposentadorias por Invalidez/Pensão por Morte - Auxílio-Reclusão/Auxílio-Funeral por Morte de Dependente). 2) Para o exercício de 2013, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício e contabilizado como Reserva de Contingência para reduzir contribuições vigentes. 3) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2012, foi de 28,95% contra uma expectativa

atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,25%, o que, em termos reais, representou obter 21,70% alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano estabelecida para 2012, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2013, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo mantida em 5% ao ano. FATO RELEVANTE: No encerramento do exercício de 2012, todos os títulos de Renda Fixa passaram a ser registrados a valor de mercado, o que representou um aumento de R\$ 69.461.081,73 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, bem como ocorreu uma reavaliação de imóveis que levou a um aumento de R\$ 13.149.306,07 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano. 4) Deve-se destacar que, segundo informações da área contábil da ELOS, os Saldos dos Débitos da Patrocinadora ELETROSUL para com o Plano de Benefícios Definidos (BD) da ELOS (Massa ELETROSUL) eram, em 31/12/2012, de: i) R\$ 9.170.041,63 referentes à amortização que até 2007 vinha sendo registrada como Provisão Matemática a Constituir (amortização em 132 meses a contar de janeiro de 2013; ii) R\$ 6.162.227,99 referentes a Recadastramento de Tempo de Serviço (amortização em 24 meses a contar de janeiro de 2013); iii) Recomposição da Reserva Matemática por Contrato Financeiro decorrente de Acordo Judicial proveniente de Desbloqueio do Teto de Contribuição ao Plano dos participantes envolvidos na correspondente Ação Judicial: R\$ 4.748.909,75 (amortização em 235 meses a contar de janeiro de 2013); e iv) Contribuição (Parte Patronal Paritária) sobre os benefícios que seriam concedidos no Plano BD ELOS/ELETROSUL aos que se transferiram para o Plano CD ELOS/ELETROSUL caso os mesmos não tivessem realizado tal transferência: R\$ 28.717.733,20 (amortização em 232 meses a contar de janeiro de 2013). INFORMAÇÕES DETALHADAS ESTÃO DISPONIBILIZADAS NO "RELATÓRIO ATUARIAL" ELABORADO PELO ATUÁRIO DO PLANO E DISPONÍVEL NA ENTIDADE.

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD

Qualidade da base cadastral:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A.

Variação do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário evoluiu de R\$ 1.811.777,06 em 31/12/2011 para R\$ 9.738.194,40 em 31/12/2012, tendo sido as causas mais prováveis para essa evolução, as seguintes:

Superávit Técnico Acumulado do ano de 2011 atualizado para 31/12/2012 pela meta atuarial de rentabilidade

(*1).....R\$ 2.015.601,98,

Ganho Financeiro decorrente da meta atuarial de rentabilidade (INPC + 5% ao ano) ter sido ultrapassada em 2012 (*2).....R\$ 8.556.612,96,

Efeito de se ter passado a adotar a Família Efetiva na Avaliação Atuarial das Pensões por Morte já concedidas (*3).....R\$ 0,00,

Efeito de se ter passado a adotar desagravamento de 5% nas Tábuas de Mortalidade Geral e de Inválidos utilizadas em 2012 (*4).....R\$ (426.473,00),

Outros Resultados Atuariais de Origens diversas e pulverizadas (VIDE NOTA).....R\$ (407.547,54),

Superávit Técnico Acumulado de 2012.....R\$ 9.738.194,40.

(*1): $1.811.777,06 \times 1,1125 = 2.105.601,98$.

(*2): $61.241.214,76 - 52.684.601,80 = 8.556.612,96$, sendo que R\$ 4.539.809,87 resulta de se ter passado a registrar todos os títulos de renda fixa pelo valor de mercado e sendo que R\$ 902.044,27 resulta de reavaliação de imóveis.

(*3): Não houve repercussão por não haver ainda Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) concedido de Pensão por Morte.

(*4): $51.076.547,37 - 51.503.020,37 = (426.473,00)$.

NOTA: Equivalente a 0,79% do Total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.).

Natureza do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefícios Definidos.

Assim, com relação ao Sub-Plano B.P.D.S., considerando que o Superávit Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) das respectivas Provisões Matemáticas, encontrava-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como conjuntural não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

Soluções para equacionamento de déficit:

Não aplicável, pois o sub-plano B.P.D.S. apresentou resultado superavitário neste exercício.

Adequação dos métodos de financiamento:

No que se refere aos Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Incapacidade Laborativa, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos benefícios, concedidos na modalidade de Contribuição Definida, eles estão sendo financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Individual.

Finalmente, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Agregado.

1) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas que corresponde ao Retorno dos Investimentos, conforme estabelece o Regulamento de Benefícios do Plano CD - ELETROSUL, exceto no que se refere à situação dos (B.P.D.S.) 2) Assim, no que se refere ao Sub-Plano B.P.D.S., constituído pelos Benefícios Saldados (na forma de Benefício Definido), a rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura desse Sub-Plano, ao longo de 2012, foi de 28,83% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade líquida de 11,25%, o que, em termos reais, representou obter 21,59%, alcançando, assim, a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano estabelecida para 2012, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2013, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo mantida em 5% ao ano. FATO RELEVANTE: No encerramento do exercício de 2012 todos os títulos de Renda Fixa passaram a ser registrados a valor de mercado, o que representou um aumento de R\$ 4.539.803,87 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, bem como ocorreu uma reavaliação de imóveis que levou a um aumento de R\$ 902.044,27 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano. 3) FATO RELEVANTE-Taxa Real Juros: Sendo o Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) o Saldamento do Plano BD ELOS/ELETROSUL, que, com o advento do Plano CD - ELETROSUL, ficou fechado a novas adesões de participantes, abriu-se, aqui, também, a perspectiva para se analisar a questão da taxa real de desconto/juros levando em consideração que o horizonte de vida futura dos Benefícios se reduziu de forma significativa com o Saldamento, o que tem de ser levado em consideração na Política de Investimentos desse Sub-Plano Saldado do Plano CD - ELETROSUL pelo correspondente ALM, o qual deverá demonstrar ser viável, considerando a carteira de títulos de renda fixa e de outros investimentos se trabalhou com a perspectiva de obtenção do retorno dos investimentos compatíveis com 5% ao ano de juros real, aqui considerada. 4) Nesse contexto, no que se refere aos (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, as Provisões Matemáticas estão avaliadas considerando: i) taxa real de desconto/juros de 5% ao ano; ii) Mortalidade Geral qx da AT-2000 (masculina) desagravado em 5%; iii) Mortalidade de Inválidos da AT-83 (masculina) desagravado em 5%; iv) Entrada em Invalidez: ix da LIGHT MÉDIA; v) Rotatividade Nula; e vi) Fator de Capacidade de 98% (Não sendo aplicável utilizar projeção de crescimento real de salário), resultando num valor de Provisão Matemática de R\$ 51.503.020,37 e num valor de Superávit Técnico Acumulado de R\$ 9.738.194,40, devidamente registrada como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável. 5) Em relação ao Benefício de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os qx da Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculino) agravados em 25%, e em se tratando do Benefício de Risco por Incapacidade de Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os ix da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) agravados em 25%, custos este que vêm se mostrando suficientemente adequados, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder) de R\$ 1.479.136,28, registrado em 31/12/2011, para R\$ 3.898.445,59, registrado em 31/12/2012. INFORMAÇÕES DETALHADAS ESTÃO DISPONIBILIZADAS NO "RELATÓRIO ATUARIAL" ELABORADO PELO ATUÁRIO DO PLANO E DISPONÍVEL NA ENTIDADE.

II - Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas na Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS

Foi realizado trabalho de Auditoria Interna na Fundação ELOS, para atendimento do disposto no art. 25, da Lei Complementar 108 e no § 2º do art. 41, da Lei Complementar 109. O Relatório resultante do citado trabalho foi enviado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da CE AUD-0037/2012, datada de 31/08/2012 e recebida, na PREVIC, em 05/09/2012, conforme Aviso de Recebimento dos Correios sob o número AR263891281JL.

De acordo com a programação normal de trabalhos de Auditoria Interna para 2012, foram examinados a observância dos limites fixados em lei para repasse de recursos, o reembolso referente ao pessoal cedido, a regularidade das dívidas da Eletrosul (natureza, valor e data), a regularidade dos benefícios concedidos, a revisão das premissas atuariais adotadas e reconciliação entre os relatórios de avaliação atuarial e os relatórios financeiros, bem como com o fluxo de caixa dos pagamentos das contribuições.

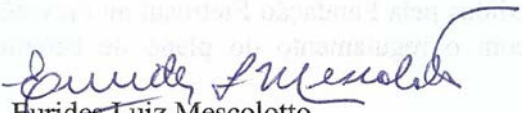
Relatório AUD-15/2012. Trabalho realizado no período de 01/08/2012 a 27/08/2012

A principal constatação foi:

- Persiste a ocorrência de empregado trabalhando durante período de fruição de férias – Respondido – A Elos informa que adotará a recomendação da Auditoria.

Permanecemos à disposição para eventuais informações adicionais.

Florianópolis, 29 de maio de 2013.



Eurides Luiz Mescolotto
Diretor-Presidente